CATALUNHA

E

as nacionalidades ibericas

Propriedade da Livraria Central de Gomes de Carvalho — *158, Rua da Prata, 160 — Lisboa.*

Composto e impresso na Tip. de A. J. da Silva Teixeira, Successora — *Rua da Cancella Velha, 70 — Porto.*

Outras obras do mesmo auctor

La accion catolica en Portugal (Madrid 1903) quasi exgotado . . . . 150 reis

Cervantes e o seu tempo — Conferencia (Lisboa 1905) . . . . 100 reis

A missão dos circulos catholicos de operarios — Discurso (Coimbra 1906) . . . . 100 reis

---

Julio Navarro y Monzó

CATALUNHA

E

as nacionalidades ibericas

«O presente é absolutamente incompreensivel sem o passado, sem um alto grau de cultura, sem uma saturação dos mais elevados produtos, do espirito mais substancial da epoca e da antiguidade, e sem essa assimilação que faz nascer o olhar profetico, do qual o historiador, activo e ideal obreiro dos factos da historia, pode prescindir menos facilmente que o mèro narrador gramatico e retorico.»

. . . .

«A filosofia é radicalmente anti-historica. Vae do futuro e do necessario á realidade. É a ciencia do sentido universal divinatorio. Ilumina o passado pelo futuro, enquanto a historia faz o contrario.»

NOVALIS — *Fragmentos.*

LISBOA
LIVRARIA CENTRAL
DE
Gomes de Carvalho, editor
158, Rua da Prata, 160
—
1908

Ao Ex.^mo Sr.

Conde de Bertiandos

Ex.mo Sr.

Para dar a estas paginas, cristalisação de algumas vigilias de estudo e de trabalho, a necessaria unidade, e para nunca perder de vista o fim que n'elas me proponho de tornar conhecidas de uma minoria — forçosamente restricta — do publico português, certas particularidades pouco divulgadas da vida regional da nação espanhola, impuz-me como disciplina intelectual, ao escrever cada um dos capitulos d'este livro, a ideia de que não para os dar á publicidade os escrevia, mas sómente para quem, como V. Ex.ª, meu amigo muito respeitado, saberia encontrar interesse onde todos os outros não podem ver senão esteril aridez.

Duvidoso da minha competencia e de encontrar quem me escute, mas convicto de ter algo para diser, não quiz que o temor á critica me paralisasse a penna, e, não podendo resistir á tentação de lançar ao papel o que me preocupava o espirito nem resignar-me a escrever para o profanum vulgus *a quem estes assuntos não interessam, foi-me agradavel personificar*

*

em V. Ex.ª o leitor ideal para quem trabalhava e em quem tinha esperança de encontrar um acolhimento benevolo a um livro que, despido por impericia do auctor, de todo artificio literario, só pode despertar a curiosidade dos poucos que como ele, desligando a palavra **Política** *do mesquinho conceito de estereis e egoistas lutas de partidos, sofrem da incuravel mania de a amar e cultivar, considerando-a como um genero de estudo e de actividade tão respeitavel e empolgante como qualquer outra arte ou ciencia.*

E que V. Ex.ª, e não outro, fosse escolhido para sintetisar ante minha imaginação essas classes dirigentes do reino de Portugal de quem muito especialmente eu desejaria faser-me ouvir, é um facto que se explica, em primeiro lugar, pela razão de que, estando contida a ideia que gerou este trabalho nos longos coloquios em que — nem sempre de acordo — o problema iberista foi entre nós discutido, estas paginas tive de considera-las como uma prolon-

gação de tão agradaveis digressões pelo campo da diplomacia, e, aparte esta circunstancia, porque a ninguem melhor podia dedicar as lucubrações onde, sob o capuz sombrio de uma erudição forçosa, transparece uma louca paixão pelas antigas glorias da Iberia, do que ao entusiasta ardente, que V. Ex.ª é, do nosso epico passado, ao amoroso contista das **Lendas** *e ao homem que, como quem estas linhas escreve, tem fé e confiança inquebrantavel no porvir da nossa velha raça.*

Resumindo: ainda que sem o saber, V. Ex.ª presidiu á confecção d'este livro; inspirou muitos d'estes capitulos; fêz suspender, provocando um estudo mais profundo, certos juizos outr'ora inconsideradamente formulados, e, sendo assim, é grande por consequencia a parte que teve n'esta obra e grandes os direitos que tem a esta dedicatoria que lhe rogo se digne aceitar, e que, derigida a V. Ex.ª, visa directamente — como fica indicado — todos os espiritos superiores da sociedade portuguêsa a quem as ques-

tões, aqui bem ou mal expostas e estudadas, possam merecer alguma atenção.

Fasendo-o, V. Ex.ª dará mais uma prova de amisade a quem tantas e tão inequivocas tem recebido d'aquele que, aliando ao prestigio d'um dos antigos e ilustres brasões da terra lusitana o brilho d'um caracter diamantino e as fulgurações d'um belo talento, é credor da publica e respeitosa homenagem de consideração admirativa que por este meio se compraz em lhe prestar

O auctor.

Queluz, 15-I-1907.

Prologo

Entre as qualidades com que a nossa época, indelevelmente marcada, comparecerá no tribunal de Historia, ante o juizo da posteridade, brilha uma que, certamente como a mais bela, a distinguirá de todas as outras: o extraordinario desenvolvimento que, durante estes ultimos cem annos, tomou a solidariedade humana, o febril interesse que as desgraças ou prosperidades d'um individuo ou d'um povo provocam entre os individuos que lhe são mais extranhos, entre os povos mais remotos, nas nações mais afastadas.

Talvez isto, que parece um facto, seja apenas uma ilusão procedente do nosso desconhecimento do passado ou do nosso orgulho do presente; talvez esta manifestação, que nos parece caracteristica da nossa epoca, o tenha sido tambem de ou-

tras; talvez entre nossos antepassados tenha havido quem haja sentido tanto como nós a força dos laços moraes que, apezar das diferenças de raça, de religião, de opiniões, de interesses, de tudo, prendem o homem ao homem, mas, enquanto o contrario se não prove, parece-nos que a afirmação, acima feita, é verdadeira e, tendo-a por tal, sobre ela baseamos este livro.

Não obstante a opinião de quasi todas as pessoas a quem pedimos parecer sobre a utilidade da publicação d'um estudo a respeito da Catalunha e que, em palavras quasi identicas, nos afirmaram «que tal tema é, para o publico português, um tema destituido de interesse», teimamos em crêr que este juizo adoecia de pessimismo, obstinamo-nos em ter confiança no vigor profundo da solidariedade humana que enraiza no coração do homem o amor pelo homem e, relapso a todo o conselho, o auctor d'esta obra persistiu em pensar que a opinião publica em Portugal, ou, pelo menos, a opinião d'uma minoria ilustrada, essa opinião, que com tanto interesse segue o caotico e confuso tumultar do povo russo, que vibrou ante as desgraças d'um punhado de heroes que na Africa austral se opoz á ambição britanica e que, sem cuidar muitas vezes da justiça ou injustiça d'uma causa, com tanto entusiasmo se coloca ao lado de quem quer que tem a coragem de arvorar uma bandeira e morrer por ela, não podia deixar de sentir pelo menos curiosidade ante esse

movimento catalanista que, agitando a Espanha e ensanguentando-a pelas mãos de seus filhos, traz de quando em quando ás columnas dos jornaes, como rajadas de vento de tempestade, essas curtas noticias telegraficas, tragicas no seu laconismo, que, dando conta de alguns tumultos, de algumas mortes, de algumas lutas, fazem saber ao mundo que existe algures uma terra onde uma ideia entusiasma e faz palpitar os corações, empolga os homens, agita as massas e as faz morrer.

Mas, se isto assim não fôr, se, por menos conhecidos, os desejos e aspirações do povo catalão nem sequer mediocremente excitam a sentimentalidade portuguesa, sempre nos fica a esperança de que a razão dos estudiosos se interessará por um problema sugestivo e que ainda quando não por altruismo, por proprio interesse, os homens de todos os partidos que se ocupam dos problemas capitaes da existencia de Portugal como nacionalidade independente não se negarão a acompanharnos na analise da questão catalanista sob o ponto de vista das suas relações com a soberania da nação lusitana.

Por isso este livro, que primitivamente estava concebido como ligeirissima resenha dos principaes topicos do *Catalanismo,* destinados a ser expostos n'uma conferencia, n'um folheto, em dois ou tres artigos d'uma revista, veio, pouco a pouco, pelo engrandecimento dos seus limites primitivos, a apresentar-se com a forma que hoje tem d'um

estudo sobre a *Catalunha e as nacionalidades ibericas.*

E n'um momento em que tanto se agita a questão iberista, quando a simples suspeita d'uma ofensa ao prestigio de Portugal como nação soberana provoca no Parlamento português uma explosão de declarações patrioticas, este livro, embora o seu auctor possa não ter estado á altura da empreza, vem cumprir uma missão não destituida de interesse: servir como de contraprova confirmativa do que tanto se tem dito sobre os direitos que tem a nacionalidade portuguesa a vêrse sempre respeitada na sua autonomia.

E, n'esta ordem de ideias, já não se podia faser mais. Desde o ainda hoje interessante estudo de João Pinto Ribeiro sobre a *Usurpação, retenção e restauração de Portugal,* até bem recentes trabalhos de eminentes escritores do nosso tempo, em todos os tons têm sido expostas as razões que servem de base á existencia autarquica do povo que, por ter sido livre, poude dar ao mundo essa pleiade de navegadores que abriu á velha Europa os vastos horisontes de que carecia e dos quaes hoje gosa; era impossivel acrescentar uma só nota a este concerto de vozes harmonisadas para entoar um himno á independencia lusitana, e, exgotados todos os meios directos de demonstração, só restava levar a efeito o que, com um exito que o publico julgará, se tenta fazer aqui: recapitular as provas cientificamente certas da existencia das

varias nacionalidades que entre si dividem a peninsula, estabelecer por uma vez a indiscutivel certeza de um *quid* superior que anima essas nacionalidades a defender a sua autonomia e, por fim, fazer vêr como Portugal, com mais feliz exito que as outras, beneficiou d'esse principio comum.

Ora para esta obra de sintese, nenhum campo mais apropriado que o estudo da vida nacional catalã, modelo e canon de todas as nacionalidades ibericas. A historia da Catalunha é a confirmação da justiça superior que presidiu á existencia historica do reino de Portugal e, n'este conceito, está revestida para os portuguezes d'um interesse que enobrece os seus esforços em prol da patria liberdade e lhes dá um caracter importante que sem isso não teria.

Colocada a questão n'estes termos; paralelisando as almas catalã e portuguesa para que mutuamente se justifiquem do seu zelo na defesa patriotica de seus foros; encarecer as vantagens, melhor dito: a absoluta necessidade que tem o publico lusitano de tomar conhecimento de problemas que filosoficamente tão ligados se encontram com as causas que motivaram e mantem a independencia d'este reino e praticamente tanto podem influir nos destinos politicos de *toda* a peninsula, parece-nos que em poucas palavras está feito.

Os espiritos esclarecidos compreender-nos-ão facilmente; o juizo dos outros carece de valor.

Uma grande parte da sociedade portuguesa, submersa como Budha n'uma beatifica contemplação de si mesma que lhe atrofia os olhos do espirito em eterno estrabismo convergente, mantem-se sistematicamente separada das grandes questões da vida mundial e continua ignorando os problemas mais graves da politica espanhola, os que de mais perto lhe disem respeito.

Apezar dos estreitos laços e fortes vinculos que unem a nação portuguesa á sua visinha, apezar de uma evidente comunidade de interesses que liga os dois povos e apezar da semelhança dos idiomas, é tal a ignorancia existente em tudo o que se refere á nação irmã que, ainda mesmo entre homens ilustrados, não é facil encontrar quem tenha um conhecimento completo da mentalidade espanhola, e, ainda muito mais, quem tenha uma clara ideia do que seja a vida regional do paiz visinho.

A imigração galega e andalusa em Portugal e as frequentes viagens de portugueses a Espanha, factores que muito deviam contribuir para a fraternisação de ambos os povos, tem sido elementos inuteis para faser desaparecer tal desconhecimento, e, ainda quando homens cuja palavra é escutada, como Oliveira Martins, Teofilo Braga e Anselmo de Andrade, tenham posto as suas inteligencias ao serviço de tão simpatica crusada como é a de procurar que se conheçam e estimem no que valem as belas qualidades e singulares

caracteres do povo espanhol nas suas multiples e interessantes feições, improductivo tem sido tudo quanto em trabalhos de erudição, folhetos de caracter politico ou simples narrações de viagem até hoje se tem feito.

Como se estivessem distanciadas por milhares de leguas, as duas nações ibericas vivem uma ao lado da outra desconhecendo-se mutuamente, ou como disse em pitoresca frase D. Emilia Pardo Bazan [1], «são como duas familias que, morando na mesma casa, ao encontrar-se na rua nem sequer se cumprimentam.»

Separadas por sangrentas tradições cuidadosamente cultivadas, em Portugal sobretudo, pelos educadores da mentalidade publica e zelosamente divididas pelos esforços diplomaticos de quem, até o casamento de D. Afonso XIII com a princesa de Battemberg, tinha todo o interesse em manter rivalidades artificiaes, os dois povos seguem o seu caminho, alheios um ao outro, sem se prestar auxilio, sem que se dê um influxo mutuo e sem que entre ambos haja sequer esse nobre sentimento de emulação que nas colectividades como nos individuos é origem de tantos esforços productivos e de tantos triunfos no caminho do progresso.

Ora que isto é um bem, ninguem em consciencia o afirmará. Podem preconceitos atavicos

[1] *Por la Europa Catolica,* cap. XXVI.

despertar velhos sentimentos de hispanofobia, podem aberrações intelectuaes de entusiasmo pueril por .povos exoticos dar lugar a declamações odientas contra os aliados naturaes da nação portuguesa nas grandes lutas de raças que o seculo XIX previu e que o futuro nos prepara, mas que alguem, com animo sereno e raciocinando um pouco, sustenha que as relações entre os dois reinos da peninsula devem continuar sendo o que são, é impossivel.

Mas, como modifica-las se os dois povos se não conhecem? como faser desaparecer em peitos portugueses a antipatia contra a nação que por duas vezes os quiz escravisar se eles só veêm, na Espanha, o monstruo sempre disposto a urdir armadilhas á independencia lusitana, e não sabem vêr, ocultas pelo fantasma em que a sua imaginação se compraz, essas regiões irmãs que, como Portugal, presam a sua autonomia, amam o seu idioma, veneram as suas tradições e por estes tres ideaes lutam, sofrem e trabalham como outr'ora, sob a dominação filipina, os portugueses trabalharam, sofreram e lutaram?

Como poderá chegar-se a um acordo entre os dois Estados da peninsula se o elemento popular ha seculos é aqui educado no odio ao castelhano e ninguem lhe diz que a Espanha se não compõe só de Castela?

Tal é, precisamente, um dos fins d'este trabalho: combater a crença dos que teimam em

vêr na nação espanhola uma só nacionalidade em vez de uma federação de povos que realmente é.

Estudando o *catalanismo*, manifestação grave d'um regionalismo que sempre inspirou os esforços e a vida de todos os habitantes da peninsula, e, conjuntamente com ele, outros problemas interessantes da politica, directamente ligados ao principio das *nacionalidades*, julgamos ter atingido o fim proposto, fasendo uma obra de interesse para a maioria, ainda quando a sua aridez possa faser inconsideradamente afastar alguns.

Abordar a questão das nacionalidades ibericas é entrar no estudo etnografico e sociologico dos povos da peninsula, mas este estudo, interessantissimo pelos factos a que se refere e intimamente unido ás paginas mais empolgantes das cronicas da nossa raça e aos problemas mais curiosos que a filologia e a antropologia hoje discutem, não está revestido tão sómente do caracter especulativo de uma dissertação academica: valorisa-o, pelo contrario, uma verdadeira questão de direito internacional que no fundo de todo ele transparece e d'ele se destaca com extraordinario relevo para apaixonar fortemente os animos e entusiasmar as inteligencias, tendo em conta que a classica maneira de encarar a constituição mesologica da região hispanica, dividindo-a, tão simples como arbitrariamente, pelas fronteiras esta-

belecidas, não tem sido sómente um erro indesculpavel, fundado na mais completa das ignorancias, mas tambem um principio falsissimo do qual tem o empirismo politico tirado monstruosas consequencias.

Partindo da base de dualidade das nacionalidades ibericas, poderam os dirigentes do povo português, n'estes dois ultimos seculos muito principalmente, orientar a sua politica externa por um caminho de completo menospreso dos devères que a solidariedade impõe, desentendendo-se em absoluto das necessidades que a situação geografica de Portugal faz sentir, para criar, em beneficio de potencias estranhas, um estado de coisas artificial em perfeito antagonismo com a realidade dos factos.

Servindo-se d'esta afirmação sofistica foi dado aos governantes espanhoes, em porfiada luta de tresentos annos, ir matando, uma a uma, as liberdades regionaes dos povos peninsulares submetidos ao seu jugo, para, em seu lugar, fundar um centralismo esterilisador, estremamente util talvez para os interesses de uma oligarquia, mas funestissimo para os interesses de uma raça e de uma civilisação qual é a nossa historica e grandiosa civilisação iberica.

Quer dizer: graças ao desconhecimento dos factos de que n'este livro nos ocupamos, ou, melhor dito, graças ao evidente proposito de fechar os olhos á realidade, proposito que, tanto em

Espanha como em Portugal, tem dominado os que deviam ser os primeiros em a querer conhecer, os dois Estados, caminhando por falsos caminhos, foram arrastados até o estado de decadencia actual, consequencia ineludivel da gerencia a que tem estado submetidos.

Contra tão perniciosos erros levantaram-se em Portugal por varias vezes auctorisadissimas vozes e até hoje ou, pelo menos, até ha pouco tempo, um partido politico — o republicano — conservou no seu programa certos artigos que manifestamente visavam, se não o principio, as consequencias de tal doutrina; mas em Espanha houve mais: não se pronunciaram só palavras, deram-se factos.

Tal problema que, superficialmente julgado, parece feito tão sómente para interessar os homens teoricos e que, ainda quando tenha, em tempos idos, ensanguentado por muitas ocasiões o solo hispanico, muitos teimam em considerar como sem importancia, entusiasmou os homens de acção e foi levado aos campos de batalha por duas vezes durante o seculo passado para tornar hoje e sempre, até que satisfactoriamente se resolva, a ser discutido no parlamento e nas academias, em discursos e em revistas, em livros e em folhetos.

Insurgindo-se contra as correntes centralisadoras dos governos de Izabel II e Afonso XII as regiões hispanicas onde as tradições nacionaes

eram mais vivas, onde os foraes e previlegios antigos não tinham sido esquecidos e onde os idiomas proprios se encontravam em toda a pujança do vigor, deram legiões de soldados a D. Carlos de Borbon, nome que, como bandeira desfraldada, era o unico simbolo então existente das duas grandes causas da unidade religiosa e da liberdade regional. Protestando contra os esforços regionalicidas de uma republica unitarista, modelada por padrões franceses, sublevaram-se aqueles federalistas que, movidos pela influencia exotica, mais ou menos directa de Bakounine, conseguiram ter meia Espanha sujeita durante um anno ao regimen cantonal. E, actualmente ainda, como reacção contra a politica cada dia mais absorvente dos governos de Madrid, agita-se nas regiões do Levante esse *catalanismo* de que nos vamos ocupar, movem-se nas quatro provincias euskaras e na Navarra os *biskaitarras* e os *nacionalistas navarros* e palpita na Galiza, como aspiração latente, um regionalismo entusiasta que bem claramente transparece nas suaves melodias de seus poetas.

Ora uma questão que de tal modo apaixona os animos, uma questão que faz derramar sangue não é algo banal e despresivel. Poderá provocar odios ou despertar dedicações, mas á indiferença ninguem a deve votar.

Fa-lo-á o publico português? Seria pena porque, á parte das intimas relações historicas que

sempre existiram entre Portugal e a Catalunha; da avassaladora influencia que a mentalidade catalã exerceu, como veremos, não só sobre a literatura lusitana, mas até sobre a lingua portuguesa; e das nobres tradições de relações cortezes que sempre existiram entre os dois povos e que tiveram a sua maxima consagração na obra do nobre espirito de D. Francisco Manuel de Mello tomando uma penna digna de Tacito para descrever como cronista os infaustos sucessos, por ele presenciados, da justa revolta dos catalães contra a tirania do Conde-duque de Olivares, o moderno movimento regionalista espanhol tomou taes proporções e adquiriu tal importancia, que não é licito a um povo culto desconhece-lo.

Se da nação euskara se trata, para ali converge a atenção de todos os sabios filologos e antropologos do mundo que n'ela veêm a unica luz que os pode guiar nas profundas trevas do estudo dos primeiros tempos da especie humana, e, se da catalã, não ha hoje um só povo, dos que marcham na vanguarda da cultura e ilustração, que n'ela não tenha fixado o seu olhar.

A França conhece-a bem; graças ao esforço de escritores destintos como Paul Meyer, o barão de Tourtoulon, Aquiles Montel, José Roumanille, Teodoro Aubanel, Luis Roumieux, Gant, Crouzillat, Bourelli, Mathieu, Allard, Brunet e Gaston

Paris, os seus literatos e os seus sociologos, os seus politicos e os seus eruditos estimam e apreciam, no muito que valem, os opimos fructos da inteligencia de Catalunha, as flores de sua sentimentalidade e as aspirações de sua alma, a eles directamente apresentadas em magnificas traduções ou expostas em conscienciosos estudos; a Suecia e a Russia exgotaram as sucessivas edições dos livros em que Storm e Semenow fiseram conhecer aos seus compatriotas a profunda vida intelectual dos que outr'ora foram senhores do Mediterraneo; na Suissa publicou-se uma coleção de traduções das obras catalãs mais modernas; Lord Bonaparte-Wyse, embaixador dos poetas do oriente de Espanha e sul da França, levou a Grã-Bretanha o conhecimento do espirito catalão; o governo italiano fez publicar á sua custa uma coleção, das mais completas, das canções populares de Catalunha, ao mesmo tempo que Sabatini e Cardona fasiam um profundo exame das manifestações hodiernas do idioma e da literatura que tiveram a honra de formar o espirito de Petrarca e Dante; na biblioteca imperial de Viena foi estabelecida uma secção especial, exclusivamente catalã, para maior comodidade dos estudiosos austriacos, e, por fim, na Alemanha, patria de toda a critica moderna, os eruditos Rosental, Muller e Loringer se encarregaram do improbo trabalho de tradusir e comentar não tudo o que de bom tem produzido a Catalunha,

mas algo do melhor que modernamente tem lançado á luz.

E, entretanto, em Portugal, a nação mais interessada n'este movimento, a grande maioria do publico ou ignora a existencia do povo catalão e do movimento catalanista ou extranha, sem se dar ao trabalho de sequer consultar o mais popular dos compendios de historia, que «uma provincia» da Espanha lute pela autonomia.

E em vão jornalistas como Teixeira Bastos, o critico *Bruno*, e algum mais, cuja modestia se esconde no anonimato, empregaram e continuam empregando seus esforços para difundir a luz. Flores de um dia, os artigos de jornal têm passado sem quasi deixar rastro.

Esperará o publico algo mais que uma ou duas columnas de um diario? Se assim é, ahi lhe apresentamos este trabalho que, escrito *calamo currendo* por quem não pode dispor dos dias e tem de roubar descanso ás noutes, não pode ter outras pretenções que a de divulgar conhecimentos, embora esta *popularisação* se faça entre meios que nada tem de populares.

Ainda quando extenso, este trabalho não é completo; necessariamente sintetico, faltam-lhe muitos elementos que se aqui estivessem lhe dariam as assustadoras proporções de um *in-folio*, aspecto massudo que a frivolidade moderna não pode suportar; por isso, e por nos faltarem con-

juntamente as forças e o tempo, limitamo-nos a esboçar o plano de um verdadeiro estudo que outros de maior energia podem realisar: nós limitamo-nos a colocar a primeira pedra, quem vier depois que levante as columnas, eleve as abobadas e perfile as torres.

PROLEGÓMENOS

Origens etnicas e sociaes das nacionalidades peninsulares

CATALUNHA

E

as nacionalidades ibericas

PROLEGÓMENOS

Origens etnicas e sociaes das nacionalidades peninsulares

CAPITULO I

Natureza e origem do regionalismo hispanico

Obedecendo a duas correntes que, com irresistivel força de atracção e repulsão, os aproximam sem de todo os deixar fundir e os separam sem de todo os desagregar, os povos ibericos, procedentes das mais diversas origens mas unidos n'um só espirito, têm passado os seculos de que se compõe a sua vida historica armando-se e combatendo porfiada e tenazmente uns contra os outros, ou unindo-se como um só corpo para faser frente ao inimigo comum.

Por muito afastada que seja a antiguidade a que nos remontemos para começar o estudo da sua existencia, poderemos sempre observar o cumprimento d'esta lei primordial da Historia peninsular, e se, de tempos tão longiquos, descemos a outros mais

recentes e mesmo até aos nossos dias, sempre e em todos os casos veremos que esta regra não tem excepção e que, unindo-se contra os exercitos napoleonicos como outr'ora contra os cartagineses ou contra os romanos, e entreolhando-se com desconfiança e cavando abismos quer entre os dois Estados ibericos, quer entre as diversas regiões d'esses Estados, como nos tempos protohistoricos em que as hordas celtas disputavam o solo hispanico, palmo a palmo, á raça autoctone, os nucleos que entre si dividem a Espanha permanecem fieis ás tradições da solidariedade esquiva que os caracterisa.

D'esta lei que, como sintese de todos os factos expostos n'este livro, convinha deixar consignada logo na sua primeira pagina, procede não só a bem conhecida hostilidade latente que separa os portugueses — até os menos preconceituosos — dos espanhoes seus visinhos, mas, tembem, esse movimento *biskaitarra, navarro, galaico* e *catalanista* que, por dividir entre si as regiões espanholas, pode ser cognominado com a designação generica de *regionalismo*.

Em vão centralistas sistematicos, tentando desvirtuar a importancia d'esta força repulsiva que nas suas manifestações mais graves — dinamisadas pela repressão — ameaça esfacelar um Estado, tem querido adulterar-lhe a natureza e atribuir sua origem aos esforços d'um homem ou d'um grupo, aos estratagemas de inconfessaveis desejos ou torpes ambições: a verdade impõe-se e a critica imparcial vê-se obrigada a reconhecer, nos esforços das regiões procurando a autarquia, a realisação d'uma maneira de ser, boa ou má, mas ineludivel, que se hoje separa aqueles que convinha estivessem unidos, muitas vezes aglomerou aqueles a quem a força dos factos havia separado.

Contra o *catalanismo*, como realisação monumental d'esta corrente historica, tem especialmente publicistas e politicos apaixonados vibrado as mais severas acusações, fasendo-o proceder quer d'uma luta de interesses, quer de outros motivos talvez reaes mas sempre secundarios, embora — reconhecida a existencia da lei antes indicada que com refulgente luz se destaca das paginas dos annaes ibericos e comprovados — como veremos — os direitos da Catalunha ao titulo de nação — todas as tentativas de explicar por causas modernas o movimento que a agita, falhem e se aniquilem (a despeito, algumas vezes, até dos seus panegiristas radicaes) pela demonstração irrefutavel de que se não trata d'um movimento cujo genesis, bem pobre e superficial, está contido na influencia d'uma d'essas passageiras correntes de ideias, escolas estravagantes que um cerebro criou, que, depois de produsir uma efervescencia e causar lutas, guerras e odios, passam e desaparecem.

Manifestação aguda d'um espirito de isolamento que sempre caracterisou os povos da peninsula e que durante seculos dificultou a formação, tantas vezes tentada, da Espanha moderna; que por vezes levou os navarros, os galegos, os andaluses, os castelhanos e os aragoneses a recorrer ás armas, e que, auxiliado pela energia de uma raça, originou e mantem a independencia de Portugal, o *catalanismo* representa a secular idiosincracia que mil factores sociaes imprimiram ao ser hispanico, é a consequencia natural d'um passado indelevel.

Procurar-lhe — a não ser acidentalmente — causas modernas, faze-lo derivar, qual alguns dos seus apologistas tem feito, do espirito da revolução francesa e da implantação do parlamentarismo na peninsula, é empequenecer tal movimento, é dar um passado de hontem ao que tem antecedentes que se per-

dem na noute dos tempos, é colocar o impulso que formou a nossa Historia ao nivel d'esses mesquinhos problemas politicos de cada dia que, tendo hoje a aparencia de questões capitaes, amanhã, postos sob a luz fria da imparcialidade, parecerão insignificantes e ridiculos.

E isto que até meados do seculo passado podia ser feito, quando, confundidas em seus metodos as ciencias sociaes com as biologicas, era quasi dogmatica a crença da influencia d'um individuo sobre a sociedade, hoje, por anti-cientifico, já o não pode ser, desde que Augusto Comte estabeleceu radical separação entre taes conhecimentos, organisando com metodos proprios a *sociologia* e unindo o conceito da organisação estatica das sociedades, tal como a tinham concebido e defenido Aristoteles e S. Tomaz de Aquino, com as leis, sobejamente comprovadas, do dinamismo d'um progresso interminavel — ainda que não continuo — taes como as enunciaram Pascal, o chanceler Bacon e varios pensadores dos seculos XVII e XVIII.

Hoje, ao sistema dos filosofos que, ocupando-se no estudo das sociedades, as equiparavam abstractamente a um ser organico, considerando-as isoladamente na sua nascença, desenvolvimento, decadencia e morte, e que com a obsecação d'um progresso constante a ele subordinavam todas as suas conclusões, depositando confiança ilimitada nas forças individuaes — destinadas a servir de factores de desenvolvimento — veio Augusto Comte opôr a teoria, agora generalisada e por todos admitida, de que cada estado social é consequencia de outro anterior do qual não deve nem pode prescindir, demonstrando assim a não aplicabilidade do metodo biologico e a conveniencia de considerar cada sociedade como um elo d'uma cadeia cujas origens se perdem no desco-

nhecido, mas ás quaes está unido em solidariedade inquebrantavel.

Dando, por esta forma, ás reconhecidas leis da hereditariedade uma justa parte, inculcando respeito para com a obra do passado pela demonstração de que cada geração é causa de progresso das gerações futuras, a *sociologia*, pela penna auctorisada do seu fundador, estabeleceu a necessidade do estudo da historia, como ciencia auxiliar da *Politica*, e poz a tradição a cuberto das violencias d'esse empirismo demolidor que o seculo XVIII tinha criado, que a Revolução franceza consagrou pela força, pelo qual se regeu todo o seculo XIX, e do qual, muito difundido ainda hoje, tem beneficiado e continuam beneficiando os manufactores de engenhosos sistemas sociaes e politicos que, menospresando as condições em que muitos seculos de vida historica colocaram os povos, e não tendo em conta a necessaria lentidão com que as transformações se realisam, se obstinam em promover *à outrance*, segundo seu criterio, o que conceituam progresso.

Desde então ficou assente sobre seguras bases a certeza de quão impossivel se torna estudar integralmente a modalidade d'um povo ou d'um elemento etnico d'uma nação, sem ter em conta a influencia poderosissima do atavismo das multiplices gerações que os precederam e que lhes impõem tradições das quaes se não pode desprender, costumes inveterados que não pode renegar, necessidades que tem de satisfazer.

Sobre a base não modificavel d'um passado, bom ou mau, que com o seu peso esmagador faz pressão e modela as diversas gerações que se vão sucedendo como ramos procedentes da mesma raiz, tem de fundar-se esse movimento progressivo que, intermitente mas constantemente, vae condusindo a espe-

cie humana, de ascenção em ascenção, a pontos de vista cada vez mais largos, a horisontes cada vez mais vastos.

Será sempre em vão que, na ancia de realisar mais uma conquista, o espirito inovador d'uma epoca procurará furtar-se ao seu jugo e á sua influencia: a faculdade de promover o progresso não é imanente a um individuo ou a uma sociedade, não pode ser exercida n'um determinado momento pela simples vontade dos que, obedecendo a raciocinios teoricos, a querem pôr em pratica, precisa, pelo contrario, para ser fecunda em resultados duradouros e estar de acordo com as leis d'uma natureza a quem repugnam as transições bruscas, de ter em conta a obra legada por aqueles que antes do que nós exerceram uma acção e que, por serem mais numerosos do que os vivos e gosarem sobre cada um dos existentes d'uma influencia de que a vontade mais energica se não consegue libertar, tem a seu favor uma força e um poder de que carecem os que na sua vitalidade dispõem d'um dinamismo aparentemente mais poderoso que a estatica resistencia das gerações mortas.

Por estas verdades não terem sido reconhecidas ou alcançadas pelos precursores da *sociologia* que, rompendo violentamente com os principios ensinados pela filosofia escolastica e orgulhosos de possuirem uma noção do progresso que ela evidentemente não tinha, iniciaram essa corrente de ideias de que a revolução liberal nos paizes latinos foi o epilogo, e, especialmente, por esse desconhecimento se haver reflectido praticamente, qual sempre sucede, no governo das nações, poderam muitos povos, e singularmente os ibericos, tanto sob os governos absolutos do seculo XVIII como sob o parlamentarismo do XIX, ser desviados do caminho que a sua natureza lhes traçára e verem-se atrofiados no seu desenvolvimento

por sistemas artificiaes em completo antagonismo com as tradições e necessidades.

Reconhecida hoje a falta pelos estudiosos, a luz vae-se fazendo pouco a pouco nos espiritos, evidenciando-se a necessidade de ir ao passado procurar remedio para o presente, pedindo aos arquivos não a relação de factos que satisfaçam uma inutil curiosidade, mas o conhecimento cientifico e metodico dos elementos que cooperaram na formação da idiosincracia de um povo e lhe imprimiram habitos e necessidades que é forçoso conhecer para lhes dar uma justa satisfação nas leis pelas quaes se devem reger aglomerações humanas modeladas pelos seculos.

Sem negar o progresso, sem pretender a cristalisação d'uma sociedade n'uma epoca, a obra do passado, por justa reacção contra os que sistematicamente d'ele prescindiam, aparece ante a ciencia moderna e seus novos metodos revestida de todo o seu valor, não para legitimar abusos, que quasi sempre foram, ao tempo da sua origem, inovações atentatorias contra as modalidades nacionaes, mas para influir com seu espirito benefico sobre as necessidades do presente, adaptando-se a elas e impedindo que, abusiva, arbitraria e sempre funestamente se rompa a sequencia historica.

E como esse passado é tão antigo como o povo a quem se refere, como não é licito ao sociologo consciencioso talhar no tempo á sua vontade os periodos que o seu arbitrio julga convenientes, disendo: «aqui começa e aqui acaba o campo nas nossas explorações», de ahi a necessidade de ir tão longe quanto possivel, não se detendo senão onde o misterio, cubrindo com um veo muito denso tudo quanto está mais alem, nos veda a continuação do fatigante caminhar atravez das trevas da região do enigma.

É o homem, no diser de Platão, uma arvore flo-

rida e gigantesca cujas raizes se perdem no infinito, e muitas vezes factos de hoje se prendem com um passado de mil seculos.

Quem, observando muitas lutas hodiernas, negará que elas são a continuação das sangrentas batalhas que nos tempos protohistoricos tiveram por teatro as planicies da Asia e da Europa? Quem, vendo as rivalidades odientas que hoje cavam abismos entre os povos, poderá de todo excluir as tradições remotas d'aqueles rudes choques de homem contra homem, de raça contra raça, que ha milhares de annos se deram entre as primeiras caravanas de imigrantes disputando um clima mais benigno, um terreno mais fertil?

Não ha no campo social e politico factos insignificantes que não tenham causas remotas. Os problemas que constituem o tema d'este estudo não são uma excepção e se quisermos conhecer em toda a sua integridade, em toda a sua extensão, esse movimento regionalista, esse patriotismo de região que faz hoje e tem feito em todos os tempos vibrar os povos peninsulares, é forçoso ir até ás origens, ainda quando essas origens sejam as da propria humanidade.

E não só para conhecer a natureza do regionalismo, mas para penetrar o espirito de todos os actos dos povos ibericos. Os elementos etnicos d'um povo são a materia prima, o granito, o marmore, o bronze, em que a influencia civilisadora ou deprimente de um Estado, a acção moral ou imoral de uma Religião podem fundir ou talhar uma Venus ou um monstruo, mas a materia ficará sempre a mesma e sem a conhecer profundamente, sem saber qual a sua estructura, sem ter clara ideia de como as suas moleculas se unem, ninguem poderá apreciar o esforço do escultor, compreender as facilidades ou dificulda-

des que encontrou na sua obra, explicar por que razão aqui se poderam cinzelar rasgos delicadissimos e ali uma invencivel hostilidade da inercia não permitiu acabar um panejamento.

As qualidades inherentes a uma raça são algo que se perpetua com caracter eterno em todos os seus defeitos, em todas as suas vantagens; as forças moraes podem-as desbastar, pulir, mas nunca modificar por completo; um povo sanguinario se-lo-á sempre por muita caridade que lhe aconselhem os seus mentores; a sua crueldade poderá exercer-se sobre novas victimas, sobre brutos e não sobre racionaes, mas exercer-se-á; um povo artista mostrar-se-á sempre como tal em todos os seus actos; por muito diferentes que sejam os ideaes que o inspirem, talhará no carvalho dos espaldares das bancadas, no coro d'uma catedral gotica, a imagem da Virgem-Mãe, depois de haver esculpido no marmore de Paros os baixo-relevos em que figurava a helenica Hera, a Juno dos romanos, mas, em todos os casos, dará uma materialisação estetica aos seus sentimentos religiosos.

E assim como John Ruskin, examinando a capela Bardi em Florença e as obras mestras de Giotto, poude comparar a capela a um vaso etrusco e diser do discipulo de Cimabue que «era um puro Etrusco-Grego do seculo XIII» para depois estabelecer a indiscutivel certeza d'uma arte local, vinculada á raça florentina que, transparecendo nas obras de Luca della Robia, Ghiberti, Donatello, Lippi e Botticelli, faz basear todas as produções de Fra Angelico «em principios d'uma arte nacional já reconhecidos sete seculos antes de Jesus Christo» [1], e assim

---

[1] John Ruskin, *Mornings of Florence*, cap. III, nota ao §. 45.

como o mesmo mestre, contemplando os mosaicos da cupula do baptisterio de S. Marcos de Veneza, se recusa a faser destinções subtis dentro de uma mesma escola e, negandc-se a chamar-lhes bisantinos, afirma que «não ha senão uma especie de arte grega, tanto na epoca de Homero como na do doge Selvo, e os mosaicos de S. Marcos foram executados na mesma potencia de Dedalo, com o instincto construtivo grego, na mesma potencia de Atenas, com o sentimento religioso dos gregos» [1], assim nós, vendo nos companheiros iberos-celtas de Anibal na sua luta contra os romanos os mesmos sentimentos que animavam os altivos auctores da *Proclamação catolica* armando-se contra Filipe IV, julgamos necessario, embora fatigante e arido, não entrar no estudo das forças que actuaram sobre a idiosincracia hispanica, que formaram essa idiosincracia, sem saber primeiro sobre que metal se exerceu o poder do fogo purificador, que materiaes foram postos no cadinho onde se fundiu a liga na qual foi cinselada a alma iberica.

CAPITULO II

Povos primitivos da peninsula

E, efectivamente, onde se pode procurar a origem do *regionalismo?* Na historia das primitivas invasões da peninsula, na historia das lutas dos povos invasores entre si, na historia da instalação de cada um no retalho de terra que lhe coube em sor-

[1] John Ruskin, *Saint-Mark's Rest.*

te, e não em outro qualquer ponto, não em outra qualquer parte.

Como casa nobre cujas origens se perdem na noute dos tempos e em cujo solar já não ha memoria dos seus fundadores, os povos hispanicos tem de pedir á mais vetusta antiguidade a historia dos seus primevos, e, sendo opinião da maioria dos paleontologos que a aparição do homem sobre a terra data do primeiro periodo interglaciario da epoca quaternaria [1], a essas eras remotas temos de ir, seguindo os arqueologos nas suas investigações, procurar os ancestres dos filhos da Iberia.

N'essa idade, quando a vasta superficie da Europa, cuberta pelo triste sudario do gelo até o paralelo 50 de latitude norte é habitada sómente por algumas especies de animaes que ainda hoje se conservam e por outras que já não existem, era um dilatado campo de expanção para a actividade do homem, uma raça oriunda da Asia — berço do genero humano — atravessando lentamente as agrestes serranias do Caucaso e as planicies da Arabia, internando-se nas regiões banhadas pelo Nilo e seguindo as margens meridional e septentrional do Mediterraneo, invadiu o norte de Africa e o oriente e sul da Europa, estabelecendo importantissimas colonias no nosso territorio, na peninsula italica e na Grecia e constituindo esses povos a quem a historia chama *iberos*, *etruscos* e *pelasgos*, considerados como os mais antigos habitantes d'estas tres regiões.

Esta raça, da qual os *euskaros* são hoje na Espanha os unicos representantes puros e que, como perseguida por um signo amaldiçoado, estava desti-

---

[1] De Mortillet, *La Prehistorique.* — Quatrefages, *L'Espèce humaine.*

nada a ser aniquilada sob os golpes da desgraça, esmagada pelas invasões de outros povos ou destruida por espantosos cataclismos, esta raça, disiamos, a quem Muller [1] e outros auctores chamam *Turaniana* e a quem outros como Deniker [2] se limitam a cognominar de *Anariana*, foi a primeira a ocupar o continente europeu precedendo em muitos seculos os gregos, os celtas e latinos, esses arias, ancestres dos povos indo-europeus que tão brilhante papel desempenharam nos fastos da civilisação e que tão remotos pareciam ainda aos sabios do seculo passado.

Vivendo vida nomada e selvatica, procurando todos os seus recursos na caça e na pesca, desconhecendo a agricultura, mas aventurando-se já sobre as ondas sem se afastar muito da costa, estes primevos da nossa peninsula arrastavam, em perpetua luta contra as forças da natureza indomita, a existencia mais miseravel que é dado conceber.

Tendo como unicos instrumentos de defesa contra as feras a quem disputa o dominio dos bosques e como unico meio de ataque contra os ruminantes de que se mantem, as toscas e grosseiras armas que talha na pedra; cubrindo-se com peles e habitando nas cavernas e grutas naturaes que nas suas peregrinações encontra ou, quando muito, em miserrimas vivendas provisorias tão depressa feitas como desfeitas, a raça humana, n'aqueles tempos calamitosos, parece destinada a socumbir tristemente esmagada sob os inexoraveis golpes de um meio adverso.

---

[1] *Lections of the science of languages.*

[2] *Races et peuples de la terre* e *Essai d'une classif. des races humaines.*

Assim teria sido se, dotados de inteligencia e de actividade e instalados definitivamente nas regiões que deviam ocupar durante seculos, os iberos e todos os seus irmãos os turanianos da Europa — e, muito mais, os da Africa e da America [1] — não tivessem entrado denodadamente pelo caminho do progresso e, aperfeiçoando a sua industria rudimentar, substituindo a pedra talhada pela pedra pulida, melhorando a ceramica e domesticando os animaes, não houvessem iniciado esse segundo periodo da prehistoria a que a arqueologia chama *neolitico*, durante o qual aqui na nossa peninsula e especialmente na Turdetania [2] — segundo o testemunho de Strabão — se chegou a um estado relativamente grande de cultura que, nos ultimos tempos da era quaternaria e principios da actual, ao terminar o ultimo periodo glaciario, se propagou pelo mundo, quando os seus promotores, seguindo os rebanhos de rangiferos que imigravam para o norte, invadiram o septentrião de Europa até á Finlandia e á Scandinavia e, como prova Campbell [3], até as Ilhas Britanicas, lançando-se ousadamente ao mar para atingir as praias da Irlanda na primeira e certamente mais temeraria expedição naval que realisaram os esforçados filhos da Iberia, cuja fama de navegadores depois tão altos creditos alcançou.

Neste periodo que as porfiadas e laboriosas investigações e estudos de arqueologos como Cartailhac [4], Enrique e Luis Siret [5], e, muito principalmen-

---

1 Vide nota I *in fine*.

2 Chamada mais tarde Betica e depois Andalusia.

3 *Monumental evidence of an Iberian population of the British Islands.*

4 Cartailhac, *Ages prehistoriques en Espagne et Portugal.*

5 Henri et Louis Siret, *Prem. âges du metal dans le sud-est de l'Espagne.*

te, o infatigavel Dr. Leite de Vasconcellos, ilustre auctor da monumental obra *Religiões da Lusitania,* tornaram — no referente á Espanha e a Portugal — perfeitamente conhecido, foram preparando-se os elementos geradores do apogeu que rapidamente havia de atingir esta vetustissima civilisação preariaca.

Habitando em povoados, conhecendo os elementos da arquitectura, da tecelagem, da agricultura, da pecuaria, do desenho, da gravura, da ceramica e até da modelação; enterrando os seus mortos e erigindo-lhes esses padrões megaliticos que tanto respeito infundem á singelesa imaginativa das nossas povoações ruraes; dedicando aos antepassados um culto feito não somente para honrar a memoria dos que «se tinham ido», mas, sobretudo, para recordar aos vivos os nobres exemplos de seus paes; apreciando as artes de adorno e tendo um senso estetico facilmente apreciavel nas figuras e traços geometricos talhados ou esculpidos em pedras e em ossos, gravados em armas e em utensilios e modelados nos productos da ceramica e até nas pobres joias com que já então se comprasia a gracil vaidade femenina; os turanianos da Iberia eram verdadeiramente superiores e causam o pasmo d'aqueles que pelos restos dispersos que deixaram sobre a terra lhes estudam os costumes e reconstruem a civilisação.

Comparados com os modernos povos oceanicos e africanos sobre os quaes a mentalidade europeia não influiu, a sua grandesa destaca-se como um dolmen ciclopeo ao lado d'um mesquinho monumento funerario de terra amassada.

Ainda quando não atingissem, já nos tempos protohistoricos, os esplendores que caracterisavam a vida social dos seus irmãos e coevos, os primitivos habitantes do Egipto e do Mexico; ainda quando nos não legassem esses esplendorosos monumentos que

nas planicies marginaes do Nilo e nos campos da America perpetuam o genio da remotissima raça turaniana; os iberos ou turanianos europeus — por extraordinaria que possa parecer esta afirmação tratando-se de homens na infancia dos conhecimentos — fiseram muito pelos progressos da especie humana. A eles, no seu ramo pelasgico — como o provaram as excavações feitas na Tessalia em 1902 pela Sociedade Arqueologica de Atenas — se deve a escritura que outros povos mais adiantados não conheceram, e a eles, no seu ramo iberico propriamente dito — que não aos povos do Oriente como muito tempo se julgou — devemos, na opinião de Salomon Reinack, Deniker e Much, o conhecimento do emprego do cobre e do ferro como materia prima, ou, pelo menos, como querem outros auctores, a introdução de tal uso no ocidente, importando-o das regiões do levante por meio de uma segunda invasão turaniana que, vinda do norte d'Africa, ao fim dos tempos neoliticos, se estabeleceu, conhecendo já o valor dos metaes, na Beturia, a região mais rica em minas do sul da Espanha, dando principio por esta forma, antes ou ao mesmo tempo que os primevos do Egipto, á «edade de bronze» com a qual, segundo o consenso unanime de todos os tratadistas, começam os tempos historicos [1].

Instalados principalmente nas margens do Tartesso (hoje Guadalquivir) cuja proverbial riquesa metalifera já 700 annos antes de Jesus Cristo o poeta Stesichore cantava em versos gregos [2]; explorando os vastos jazigos mineiros de que está repleto o uberrimo sub-solo peninsular para se servirem, depois de

---

1 Nota II *in fine*.

2 'Εκεδόυ ἀνιπεραι, κλεινᾶς; Ερυθειας.
Ταρτήσσοῦ ποταμοῦ παρα παγας ἀπειρονας ἀργυριοζυς
Εν κευθμῶνι πετρας.

previamente preparado, do ferro, do estanho, do chumbo e até — como o demonstram algumas joias existentes no Museu etnografico português — do ouro, na confecção das suas armas e dos seus adereços; alternando por muito tempo ainda a pedra com o metal no fabrico de objectos que mais tarde serão todos de bronze; edificando centros mercantis, povoando as proximidades do mar, traficando entre si, do norte para o sul, do oriente para o ocidente, em generos de toda a classe e conhecendo e usando moedas onde o cunho artistico é inegavel, os nossos protohistoricos, segundo o testemunho dos auctores classicos, mantiveram sempre em continua progressão ascendente o seu relativamente elevado grau de cultura do tempo neolitico.

Os turdetanos especialmente, tendo seis mil annos antes da nossa era, como diz Strabão [1], uma literatura e uma legislação escrita, pareciam ter atingido um respeitavel estado de desenvolvimento quando os marinheiros da industriosa Tiro, chegando ás praias catalãs, vieram trazer á peninsula, em pacifica conquista, uma nova raça e uma nova cultura destinada a quebrar o isolamento iberico, pondo os habitantes da peninsula em contacto com o oriente por intermedio d'aqueles que, depois, durante a Idade media se poderam conceituar senhores d'esse vasto lago mediterranico, cujas aguas, para progredir, tiveram de cruzar todos os povos da antiguidade.

Eram os fenicios os representantes ousados d'essa raça semita que, depois das primeiras migrações turanianas, partindo do nucleo central asiatico, vieram estabelecer-se nas praias do golfo Persico e valles do Tigre e Eufrates, dilatando-se pela Palestina até

---

[1] Nota III *in fine*.

á fronteira egipcia, desertos da Arabia e margens do Mar Vermelho, e da qual haviam de sair povos de tanta importancia historica como os Assirios, Caldeus, Israelitas e Ismaelitas.

Filhos da união dos invasores semitas com os elementos turanianos que os tinham precedido na Mesopotamia e na Siria e que, no diser de Ott [1], comprovado pelas investigações de modernos filologos [2], deram origem á civilisação siro-caldaica assim como inventaram os primeiros caracteres cuneiformes, os fenicios partecipavam das caracteristicas das duas raças, e se como os turanianos — os primeiros talassocratas — tinham o amor das expedições aventureiras sobre a ignota superficie do mar, como os semitas possuiam o espirito mercantil, o amor do ouro que tanto destingue a familia judaica, e, d'esta união, d'esta sintese de tão diversas maneiras de ser, surgiu a sua, a que os levou de aventura em aventura, de negocio, em negocio, até á costa de Malabar e Ofir no oriente, até á Iberia, ás Canarias e Ilhas Britanicas no ocidente e que, fasendo d'eles os primeiros navegadores e comerciantes do mundo, os destinou a servir de traço de união entre os povos [3].

A sua idiosincracia modelou em largos mas seguros rasgos a fisionomia das nações com que se achou em prolongado contacto, e, desde que a primeira galé fenicia aproou á terra iberica a sua acção fez-se sentir dando origem, pela introducção de um novo povo e novos costumes, á primeira nacionalidade diferente que a Hispania, até ali etnicamente unida, viu em seu seio.

Com os productos do oriente vieram tambem

---

[1] Ott, *L'Asie occidentale.*

[2] Arturo Campion, *Mémoire sur la langue basque.*

[3] Nota IV *in fine.*

nas trirémes fenicias os topicos da civilisação eivada de utilitarismo de que seus pilotos eram os evangelistas.

Estabelecidos na terra de Kanaam desde tempos imemoriaes e constituindo não um Estado centralisado, como foi depois o imperio romano, mas uma federação de cidades mercantis, unidas primeiro sob a hegemonia de Sidon e depois sob a de Tiro, foram eles, como diz Renan [1], os progenitores d'esse municipalismo que, constituindo a base de sociedades ulteriores, tão estraordinaria influencia havia de ter nos costumes politicos da Iberia.

Povo de comerciantes onde a riquesa era origem de superioridade e onde os argentarios, qual hodiernamente acontece, constituiam uma aristocracia cujos membros, sujeitos ás contingencias da sorte dos negocios, tão depressa podiam estar no cume do poder como nos abismos da degradação, a sua constituição politica, proporcionada ás necessidades e costumes publicos, resentia-se d'este estado de coisas. Precursores da civilisação moderna que tendo, qual a d'eles, por unico ideal a conquista do ouro, para esse fim concentra todos os esforços, os Kanaaneos, fazendo do comercio o unico objectivo, a unica razão de ser da sua vida, dedicando-se, com exclusão de toda outra forma de actividade, á industria e principalmente, como é sabido, á confeção da purpura e objetos de luxo, foram levados pela força dos factos a adoptarem para seu governo formas constitucionaes em tudo semelhantes ás nossas, formas parlamentares iguaes ás d'esses povos modernos onde predomina o elemento mercantil, identicas ás d'esses Estados medievaes que, como Veneza e a

---

[1] Renan, *Mission de Phenicie.*

Liga hanseatica das cidades livres alemãs, traficando e lutando pela conquista de novos mercados, foram senhores do mar.

Assim, havendo sido o *patriarcado*, segundo nos diz o Genesis, a primeira forma de governo tanto de turanianos como de semitas, a formula patriarcal entre os fenicios toma uma feição a que hoje chamariamos republicana e que, embora mais tarde se transforme em algo assim como uma monarquia constitucional, serve para petrificar durante seculos o predominio da oligarquia financeira.

Essa formula trouxeram-a eles á peninsula iberica e como, ficando vinculada aos caracteres da raça, a veremos renascer, durante os tempos aureos da Catalunha, no Conselho dos cento — o Senado barcelonez — oferece-nos poderoso interesse.

Das narrativas de Polibio, Justino, Diodoro de Secilia e outros historiadores classicos que de tal falam, pode-se dedusir que os chefes do governo municipal e federal — pois a cidade e não o Estado era para estes povos, como para os gregos, a mais elevada concepção de patria — eram eleitos directamente, durante o predominio de Sidon, por uma assembleia geral que, convocada *ad hoc*, nomeava um *Conselho de Anciãos* incumbido das funções legislativas, o qual, por sua vez, escolhendo uma comissão encarregada de faser cumprir a lei, detinha teoricamente o governo da federação fenicia, praticamente exercido pelo triunvirato de *sufetas* ou presidentes da assembleia nacional, do concelho e da comissão executiva. Depois, no seculo x antes da nossa era, quando Tiro começou a ser a mais importante das cidades mediterranicas, Abibal, pae de Hiram I, aproveitando o ensejo de o *sufetado* estar redusido apenas a dois membros — o presidente da assembleia e o chefe das forças de terra e mar —

conseguiu acumular vitaliciamente os dois lugares e transmiti-los por sua morte a seu filho que, tomando o titulo de rei, foi o fundador de uma dinastia que durante 155 annos dominou e derigiu o povo Kanaaneo, o que não impediu, qual antes se indicou, que durante este periodo como no anterior, a assembleia nacional, o conselho e a comissão sempre funcionassem e que o exercicio d'este sistema parlamentar, indispensavel para assegurar o predominio de classes dirigentes que se não baseiam sobre a hereditariedade e não tem mais valor que aquelle que lhes dá a fortuna, nunca fosse interrompido.

Durante o reinado do celebre Hiram I, coevo e aliado de Salomão [1], a Fenicia atingiu o seu maximo desenvolvimento.

Durante ele, (980 antes J. C.) as expedições maritimas que sob a hegemonia de Sidon nunca tinham passado da Italia, começaram a afastar-se mais do ponto de partida e foi então quando os fenicios por primeira vez vieram ao nosso territorio, ás regiões do levante, trazendo á singelesa admirativa dos antigos habitantes turanianos as maravilhas da ceramica e da vidraria egipcias, os finissimos tecidos da Asia, os produtos exoticos do Ponto Euxino e até, algumas vezes, joias humanas: as donzelas gregas, os mancebos da Helade por eles raptados e vendidos.

E, com os até hoje não igualados vidros de luxo da industria de Tiro, com os cristaes imitando pedras preciosas, os rubis apocrifos, as falsas esmeraldas e enganadoras safiras que os habitantes das cidades federadas, excelentes joalheiros, simulavam a perfeição; com os vasos artisticos sem valor real, as

---

[1] Vide o *Primeiro livro dos Reis*, cap. VII, vers. 15 e seg., e Josefo, *Antiguidades Judaicas*.

estatuetas defeituosas e tudo quanto constituia o seu capital, foram, estes antigos negociantes e fascinadores de povos, assenhoreando-se das fabulosas riquesas naturaes d'estas inexploradas terras do extremo ocidente, d'estas regiões ás quaes eles, dando origem ao nome pelo qual a nossa peninsula foi conhecida, chamaram por antonomasia e n'um momento de entusiasmo : « *o tesouro* » [1].

Estabelecendo-se, como relata Diodoro de Sicilia, no arquipelago balear e criando na moderna Iviça (*Ebusa*) e em Pitiusa importantes feitorias mercantis, os navegadores fenicios souberam explorar em toda a linha as terras que a sua ousadia tinha descoberto e impor-se aos que as ocupavam.

Dando, em troca do ouro e da prata das inexgotaveis minas que os iberos trabalhavam, os grosseiros idolos que a laboriosidade dos tirianos — pessimos escultores como todos os semitas — produsia, e cambiando as apreciadas lãs purpurinas por outros produtos de maior valor positivo que os turanianos peninsulares, na sua abundancia, despresavam, foi como os subditos de Hiram e descendentes conseguiram levar as suas colonias á maxima prosperidade e chegar nas suas relações com os povos autoctones a um grao tão intimo que, apezar dos milhares de annos que sobre elas decorreram, ainda até hoje chegaram os vestigios.

Em contacto perpetuo durante seculos com as regiões orientaes com quem, antes que com quaesquer outras, travaram conhecimento, nas quaes fundaram cidades, como Ampurias, Denia, Malaga e Teruel, e

---

[1] A palavra *Hispania*, do qual procede o nome Espanha, é de origem fenicia, sendo uma transformação latina do vocabulo Kanaaneo : *span* ou *sapan* que significa *tesouro*.

ás quaes impuseram nomes geograficos, como o do rio Turia, foi n'elas onde principalmente se exerceu a sua influencia e onde, pela união com os primitivos habitantes, deram origem mediante persistentes infiltrações etnicas a uma raça mixta da qual os catalães, com a sua incomparavel actividade comercial, superior á de todos os outros povos modernos da peninsula, constituem o exemplar mais puro.

Dominando na costa mediterranica desde os Pirineos até o cabo de Palos durante mais de 500 annos consecutivos [1], e em comunicação constante com a metropole, o que não permitia que os seus colonos fossem assimilados pelo elemento nativo, foi ali onde se criaram os primeiros nucleos comerciaes para o maior aproveitamento possivel dos frutos da actividade iberica e onde se prepararam os infatigaveis exploradores para as ulteriores expedições que os levaram até a costa ocidental, até a foz do Tarsis ou Tartesso e região turdetana, onde se encontrava, como já dissemos, o maior foco da civilisação turaniana e onde poderam estabelecer a mais importante das suas feitorias ocidentaes: *Gades* ou *Gadir*, a moderna Cadiz.

Foi então quando o poderio fenicio atingiu o seu apogeo. Guiados pelos iberos que, tendo lá homens da sua raça, estavam acostumados a faser a perigosa viajem desde os tempos neoliticos, os seus grandes barcos, as suas trirémes, chegaram até as ilhas britanicas, ao mesmo tempo que os seus colonos exploravam minuciosamente o interior da nossa peninsula e iam, no diser dos escritores romanos, até o

[1] Quando os celtas invadiram a Espanha, 450 annos antes da nossa era, ainda os fenicios ocupavam esta região. — Vide D'Arbois de Jubainville, *Revue Celtique*, tomo XIV.

norte de Portugal, Galiza e Asturias ver de exhaurir as inexhauriveis minas, deixando traços indeleveis da sua passagem, pelo metodo *sui generis* que tinham de aproveitar os filões, nos jazigos de estanho da provincia de Orence, em Verin e Monterey e em Ribadeo, nas Asturias, onde todos os dominadores da terra iberica, desde os romanos até os arabes, se sucederam depois no rude labutar d'essa ancia febril que anima o homem a cupidamente perfurar a terra á procura de metaes.

Então era quando o profeta Ezequiel, derigindo-se a Tiro e referindo-se ao grande comercio que tinha com a Espanha, podia diser: «Tarsis negociava contigo por caûsa da grande quantidade de fazendas: com prata, ferro, estanho e chumbo negociava em tuas feiras» [1].

Os bateis fenicios, segundo refere Herodoto [2], circumnavegavam a Africa. Desde a India até o mar do norte, todo o comercio mundial estava nas mãos d'estes infatigaveis recoveiros que, ainda quando trabalhassem sempre interesseiramente, mereceram bem da historia pelos progressos que imprimiram á ciencia geografica e porque, estabelecendo nas colonias o mesmo regime politico que na metropole, insinaram aos povos, especialmente ao iberico, o seu municipalismo, o que, minorando em parte a infamia de que se cubriram pelas proezas de piratas e pelo nefando negocio que fasiam com as donzelas raptadas na Grecia e na Italia e vendidas no Egipto ou prostituidas nos templos de Astarté, explica como o profeta poude diser [3], sintetisando todos os elemen-

---

[1] Ezequiel, cap. XXVII, vers. 12.
[2] Citado por Lenormant: *Hist. Ancien. de l'Orient.*
[3] Ezequiel, cap. XXVII, vers. 5.

tos do renome de Fenicia: «os navios de Tarsis cantavam-te e louvavam-te por causa dos teus negocios, e tu te enriqueceste e te glorificaste muito no seio dos mares.»

Assim foi e continuou sendo por longa serie de annos e de seculos; até que, cumprida a sua missão, chegou o momento em que os tristes augurios de quem, depois de lhes testificar o poder, lhes prognosticava a ruina, tinham de realisar-se.

Era forçoso que se cumprissem os vaticinios de quem em nome de Jehovah lhes disia: «tuas fazendas e tuas feiras, teus negocios, teus marinheiros e teus pilotos, os que reparavam tuas fendas, os que negociavam teus negocios e todos os teus soldados que tens em ti, juntamente com todo o conselho que governa sobre ti, cairão no meio do mar no dia da tua queda.» Era necessario que o futuro não desmentisse a voz que profetisava á rainha do Mediterraneo: «ao estrondo do grito de teus pilotos tremerão os povos visinhos e todos os que usam de remo, marinheiros e todos os pilotos do mar, abandonarão seus navios, congregar-se-ão e farão ouvir a sua voz sobre ti, gritarão amargamente, deitarão pó sobre suas cabeças, na cinza se revolverão, cortarão o cabelo em signal de luto, vestir-se-ão de sacos, chorarão sobre ti com amargura de alma e amarga lamentação, dizendo, quem foi como Tiro? quem como a destruida no meio do mar?» [1]; e, efectivamente, depois de perder em sucessivas batalhas a hegemonia naval, dominada pelos persas e conquistada pelos gregos, Tiro, a orgulhosa cidade, perecia sob a espada de Alexandre [2], e o povo fenicio voltava á obscuridade a que

---

[1] Izequiel, cap. XXVII, vers. 37 a 32.
[2] Vide Lenormant, *loc. cit.*, vol. III.

a tinha arrancado Aquele que rege o destino do universo e que, como em admiravel frase disia o insigne Bossuet, «conduz e guia os homens».

Entretanto havia-se dado a formidavel invasão ariaca que, qual novo diluvio, devia cubrir o mundo com as suas cohortes, ocupando a Iberia e assimilando os seus primeiros habitantes, para deixar como unica *epave* dos antigos turanianos, livres do seu contacto, aqueles que, guerreando-se nas montanhosas regiões dos Pirineos, ali se mantiveram até hoje, falando o velho idioma *euskaro* ou *basco* e conservando em toda a sua integridade as caracteristicas morfologicas da antiga raça.

Aniquilando os povoadores primitivos da Helade, impondo-se aos elementos autoctones da peninsula italica e povoando as florestas germanicas, os arias, fundadores da maior civilisação que tem visto os seculos, constituiram o principal elemento etnico da grande familia europeia [1].

Sob seu gladio desapareceram, brutalmente destruidos ou sistematicamente assimilados, os primévos da Europa e foi em vão que, por um momento, a familia semita quiz entravar o progresso sempre constante da avalanche indo-europeia. A raça que havia aniquilado os remotos conquistadores do mundo e que, decorridos seculos, tinha de faser sentir seu jugo aos indigenas da America, da Asia e da Africa, destruiu este obstaculo. Os helenos, que, desde os tempos homericos, rivalisavam com os fenicios, destruem Tiro, e os romanos que desde o berço sentiam pela nacionalidade punica invencivel antipatia, arrasam até os alicerces a velha Cartago, enquanto não chega a vez da sagrada Jerusalem.

---

[1] Vide Pictet, *Origines indo-europeènnes.*

4

Membros d'esta poderosa familia e não dos menos importantes do ramo pamiro-europeu, eram os celtas que, depois de terem ocupado a Grã-Bretanha, fasendo desaparecer os que ali os haviam precedido, e depois de se estabelecerem nas bacias do Sena e do Loire e na parte septentrional da bacia do Garonne, invadiram a Hispania, atrahidos pela fama, que os fenicios haviam propagado pelo mundo, das fabulosas riquesas de que estava repleto o solo iberico [1].

Atravessando, sem se detêr, o sul da França, seguindo sempre a costa ocidental sem perder de vista o oceano, e transpondo a cordilheira pirenaica, diz D'Arbois de Jubainville, por onde ela menos dificuldade oferece, isto é: pelo ponto por onde hoje passa o caminho de ferro que liga Paris a Madrid, foi como, 500 ou 450 annos antes da nossa era — pois Herodoto que escreveu em 443 já d'eles fala — os arias, representados pelo grupo celtico, se apoderaram da Iberia, onde antes tinham sido precedidos apenas por algumas colonias sem grande importancia, pelos gregos estabelecidas na costa oriental.

Como sempre sucedeu com os esforços d'estes invasores, ante o seu impulso os obstaculos cederam e a onda nordica espraiou-se por toda a peninsula, respeitando sómente a estreita faixa de terreno que os Kanaaneos — subjugados então, desde o anno 553, pelos persas — ocupavam no litoral mediterranico, desde Rhoda [2], a feitoria grega, até Gadir, a estação obrigada dos navegadores fenicios que se dirigiam para o norte.

---

[1] Vide: Dotin, *Manuel pour l'étude de l'antiquité celtique*. — D'Arbois de Jubainville, *Les Celtes* e o estudo *Les celtes d'Espagne* publicado na já citada *Revue Celtique*, vol. XIV e XV.

[2] Hoje Rosas, na Catalunha.

Á Espanha trouxeram os celtas a sua idiosincracia especial. A uma região cujos habitantes, ousados navegadores em todos os tempos e valorosos guerreiros em certas ocasiões, se destinguiam especialmente pela sua actividade pacifica que os fenicios, incutindo-lhes o gosto dos negocios, haviam desenvolvido, vieram os arias apresentar o tipo até ali nunca visto do homem de guerra, d'aquele cuja felicidade consiste na luta, que não compreende outra existencia, e que, quando não combate por necessidade, combate por prazer, para recrear-se, para dar expanção á pletora de vida que anima todo o seu ser.

Compreende-se pois como tal povo surpreendeu os pacificos e pastoris iberos e quão facilmente se lhes impoz. Homens entre os quaes os combates singulares eram vulgarissimos; espiritos irrequietos que, como conta Posseidonios, se batiam á espada ao final dos banquetes, primeiro por distração, depois por amor proprio e por fim por ira até que um dos contendores ficasse no campo; inteligencias tão estranhamente formadas que não tendo — falta que era comum a todos os antigos povos indo-europeus —jurisdição obrigatoria senão para os crimes contra o Estado, consideravam o duelo como um modo de resolver as questões juridicas e os conflictos que surgissem entre os particulares [1], taes seres tinham necessariamente de infundir respeito e temor e, por consequencia, de escravisar tribus cuja maneira de ser pouco turbulenta ficou, mais ou menos poetisada, como tradição de uma «edade de ouro» que, cantada nas Eglogas e nas Pastoraes, não esquecida durante a Edade Media, havia de servir á Renascença de fundamento para uma literatura.

---

[1] Nota VI *in fine*.

E assim foi efectivamente. A escravisação dos turanianos foi um facto. Nas Asturias, Galiza, Portugal, Estremadura espanhola e parte de Andaluzia, primeiras regiões ocupadas pelos celtas, a população indigena foi quasi aniquilada e os invasores formaram uma aristocracia dominadora que, sem misturar-se com os vencidos, constituiu o que Polibio e Strabão chamam *celtici* ou celtas puros, por oposição aos *celtiberi* ou celtas que, invadindo pacificamente seculo e meio mais tarde (300 annos antes de Jesus Cristo) as duas Castelas, Leão, Murcia, Valencia, Aragão, a Andaluzia Oriental e parte das Provincias Bascas, ou, melhor dito: as regiões que hoje se chamam assim, se uniram com os antigos habitantes e deram origem ao agrupamento etnico a quem Fabius Pictor aplicou por primeira vez o nome que fica indicado.

Estabelecidos n'estes territorios, tanto os celtas como os celtiberos deram o maximo desenvolvimento á civilisação ariaca de que eram portadores, e ainda quando os segundos, perdendo a puresa de raça, possam parecer aparentemente desempenhando um papel social menos importante, a verdade é que tanto os que logo de principio se apoderaram do ocidente da peninsula e n'ele reinaram senhorialmente, como aqueles que, forçados pelo excesso de população e constituindo talvez o nucleo dos menos favorecidos da fortuna, foram pedir hospitalidade ás povoações do interior, influiram de tal modo sobre a mentalidade iberica que os traços da sua acção jamais se apagaram.

Ainda quando na Hispania a cultura dos *celtas*, *gallus* ou *galatas* — que de todos estes modos lhes chamam os escritores classicos — não atingisse o elevado grau de desenvolvimento que teve nas Gallias e nas Ilhas Britanicas; ainda quando os *drui-*

das — os grandes aperfeiçoadores da civilisação ocidental protohistorica — não tivessem sido conhecidos na Iberia, porque, procedendo da Grã-Bretanha, só passaram para o continente e se estabeleceram no que depois se chamou a França quando a invasão da Espanha já se tinha dado; ainda quando nas planicies e montanhas do nosso territorio não se elevem esses magestosos *men-hir* que tanto abundam n'outros lugares onde estes povos foram, e que como padrões atestam a passagem dos homens d'esta raça, não se pode dizer que carecesse de importancia social a sua hegemonia de tres seculos sobre as nações peninsulares.

Dansando noites inteiras sob a luz da lua quando o astro morto iluminava com todo o seu esplendor os valles, as montanhas e as prateadas ondas do mar; professando um culto de respeito pelas velhas arvores que, de paes para filhos, deram sombra a cem gerações; escutando com complacencia o murmurio da agua corrente e o cantico do vento por entre a ramagem; estes admiradores da natureza, cujo espirito, singularmente delicado, compreendia e se extasiava ante o Espirito Universal que anima a terra e resplandece nos ceus, foram os misticos mentores que educaram as nacionalidades ibericas para a alta concepção estetica que elas teem do mundo e a eles devem os filhos da Galiza, do norte de Portugal e das Asturias a sua musica popular, a eles deve o povo o respeito sagrado que o domina ante a «agua que dorme» e a quem é preciso não turbar, a eles deve a inteligencia iberica a criação maravilhosa d'esses seres misteriosos que habitam nas fontes, nas flores e nos ribeiros, essas *fadas* a quem chamaram *matres*, a eles, ainda, somos devedores d'essas encantadoras superstições que dando uma significação augural ao canto tristonho e mono-

tono das aves notùrnas, põe uma nota tragica no quadro já por si empolgante das noutes da nossa terra; e enfim, a eles se deve tudo o que o ingenuo sentimentalismo dos humildes repete e crê e que, elevando as almas sobre a realidade, embelecendo o que sem isto careceria de formosura, genealisa a mentalidade peninsular com uns toques dourados de sentimento e poesia que, sob o aspecto mais grosseiro e rude, fazem palpitar no peito de cada aldeão um coração sensivel de bardo entusiasta.

É mais: não admitindo o direito de propriedade senão sobre os objetos e considerando a terra [1] como patrimonio comum de todos os homens, dando-a em usufruto e por talhões aos chefes de familia, mas ordenando, como conta Appiano [2], que, segundo o tradicional costume dos *Vaccaei*, habitantes da bacia do Douro, as terras fossem anualmente destribuidas depois da colheita, a fim de que a propriedade não ficasse vinculada a um individuo, a raça celtica deu á posteridade uma lição pratica de comunismo que, impressa, de um modo indelevel, na idiosincracia hispanica, n'ela burilou traços caracteristicos que durante a Idade Media e tempos modernos iremos encontrar no singular espirito dos admiraveis misticos espanhoes, despresadores de todos os bens, e na acção revolucionaria, mais ou menos socialista, das *germandats* ou *Irmandades* do reino de Valencia.

Por esta forma, quando a influencia celtica não deixasse, como deixou, profundos vestigios na lingua portuguesa e castelhana [3], ainda quando a estes povoadores se não devesse a fundação de mais de cem

---

[1] Vide *Polibio*, liv. II, cap. 17, §. II.
[2] Appiano, *De bellis hispaniencibus*, cap. 51.
[3] Nota VII *in fine*.

aldeias, cidades e vilas ainda hoje existentes em Espanha e Portugal [1], nem por isso um estudo, por resumido que fosse das origens das nacionalidades ibericas, poderia d'eles prescindir.

Com taes homens tiveram de haver-se os cartagineses quando depois de alguns seculos de intimas relações com a Iberia se quiseram transformar de amigos em inimigos, de aliados em conquistadores.

Cartago era, como é sabido até pelos mais leigos em Historia, uma colonia fenicia que com o tempo se transformou em poderoso Estado. A sua fundação parece remontar-se a tempos muito anteriores aos de essa Dido *infelice* de quem um poeta do seculo XVIII dizia que

> ... Assaz viveu,
> Da alta Cartago
> O muro ergueu...,

e ter tido origem, pela expanção colonial de Tiro, ainda sob o regimen democratico, dois seculos depois da fundação de Utica, ou 1200 annos antes de Jesus Cristo, sendo assim que a irmã de Pigmalião, de quem Vergilio quiz faser uma consoladora do infortunio do troiano Eneas, só se estabeleceu no norte d'Africa, reedificando provavelmente a antiga cidade tiriana, no anno 825 ou 826 antes da era, segundo a afirmativa unanime de todos os antigos historiadores da Fenicia, desde o auctor das *Antiguidades Judaicas* até o sabio Euzebio, bispo de Cezarea, que baseado sobre os trabalhos dos classicos e depois de ter vertido ao latim a obra de Sanconiaton, o historiador fenicio coevo de Semiramis, tratou, e com grande

[1] Nota VIII *in fine*.

proficiencia, este e outros assuntos relacionados com os annaes da nacionalidade cartaginesa.

Contudo, os primeiros povoadores de Cartago, os marinheiros de Tiro, não foram os protohabitantes das regiões onde mais tarde se havia de estender o predominio punico. Antes d'eles e precedendo-os talvez um milhar de annos, tinham-se ali estabelecido os libios, população turaniana, representada hoje pela familia berbére, que, desenvolvendo-se por todo o norte d'Africa e apresentando na sua cultura e morfologia os aspectos comuns á sua raça, ali dominou exclusivamente por largo tempo, até que, dois seculos antes da fundação de Utica, edificada pelos fenicios em 1400 (a. J. C.), se viram obrigados a compartilhar o territorio com os povos semitas da Palestina que, segundo afirma Procopio e confirma a Sagrada Escritura, fugindo ao choque terrivel das forças hebraicas capitaneadas por Josué, tinham enveredado para aquelas paragens e n'elas terminaram o seu exodo [1].

D'esta forma os navegadores tirianos, turano-semitas como eram, encontraram homens da sua raça nas terras que se propunham colonisar, circunstancia que, facilitando-lhes a realisação de seus intuitos, explica suficientemente como ali poderam estabelecer uma segunda patria que, herdando o poderio de sua mãe, havia de rivalisar com a maior potencia do mundo: essa Roma que só um seculo depois da fundação de Cartago começou a erguer-se sobre as sete colinas, na forma descrita por Tito Livio e declarada verdadeira — apezar das negativas da critica alemã — pelas recentes investigações dos arqueologos italianos.

[1] Nota IX *in fine*.

Contudo, não obstante a fundação da grande colonia nort'africana ser anterior a Elissa ou Dido, a verdade é que Cartago só começou a ter importancia depois de n'ela se ter estabelecido a irmã de Pigmalião, deslocando o eixo do comercio Kanaaneo e brilhando pelo aperfeiçoamento das qualidades que tanto destinguiram a civilisação que lhe deu o ser. Os cartagineses foram pois comerciantes como os semitas, navegadores e colonisadores como os turanianos.

Muitas vezes sucedeu que, não se tendo chegado a dar a fusão completa das duas raças, o antagonismo provocado pelo espirito tiranisador do elemento semita, constituido, como relata Aristoteles, em aristocracia de argentarios, desse logar, qual sempre acontece onde quer que a oligarquia d'esta raça se chega a estabelecer pelo prestigio do ouro, ás revoltas da multidão oprimida e etnicamente diferente. Foi esta a causa, na opinião de Mostesquieu [1], da decadencia e, por fim, total ruina do imperio punico, mas, emquanto tal facto se não dava, é incontestavel que da acção comum e até do choque das rivalidades das duas raças que compunham este povo, saiu o periodo aureo dos seus tempos de maior esplendor.

Foi durante ele que se estabeleceram as primeiras relações entre Cartago e a Iberia.

Provavelmente, seguindo o exemplo dos fenicios, os cartagineses vieram á Turdetania desde tempos remotos, faser os optimos negocios de que Tiro lhe dava o exemplo e, ainda quando se não possa indicar com exactidão a data em que se iniciou este convivio, dada a maneira de ser especial da actividade mercantil dos dominadores de Cartago que enviavam

[1] *Grandeur et decadence des romains*, cap. VII, VIII e IX.

os seus navios, sulcando o Atlantico, até as regiões setentrionaes da Europa e até as Canarias, apezar das mil dificuldades e perigos que taes periplos ofereciam, é de presumir que as suas velas iniciassem o trafego com os portos da Hispania, que tão proximos lhe ficavam, assim que a sua vida historica principiou.

Mas, seja ou não verdadeira esta hipotese [1], o que constitue um facto afirmado por todos os historiadores, é que nas guerras de Sicilia (de 410 a 237 antes J. C.) os cartagineses, pouco amigos de se exporem pessoalmente, usavam dos iberos ou melhor dito: dos ibero-celtas, como combatentes mercenarios — o que prova uma intimidade muito grande entre os dois povos — e que, tendo-se abstido, por respeito a velhas alianças com os fenicios, de tentar qualquer conquista no territorio hispanico, só no anno 236, depois da primeira guerra punica em que ficaram vencidos, é que, aproveitando o ensejo de haverem os celtas intentado desalojar os tirianos da sua colonia de Gadir, Hamilcar Barca desembarcou na Iberia, disposto a conquistar na nossa peninsula os territorios que não tinha podido na Italia.

O primeiro embate deu-se contra os *celtici* ou celtas do ocidente. Auxiliado pelos povos ibericos da raça autoctone que, aproveitando tão poderoso aliado, se sublevaram contra os dominadores, foi possivel ao caudilho punico vencer as hostes inimigas.

A sorte das armas foi-lhe favoravel no primeiro combate que travou nas margens do Anas (hoje Guadiana) e onde, com soldados aguerridos e armamento aperfeiçoado, conseguiu, não sem custo, vencer a

---

[1] Vide Pereira de Lima, *Phenicios e Carthaginezes*, 2.ª parte, cap. II.

energia indomavel dos seus adversarios que, armados quasi como no periodo neolitico, fiseram prodigios de valor até o seu general sucumbir.

A historia conservou-nos o nome d'este heroe. Foi Istolacios a primeira victima da ambição cartaginesa e o mais temivel adversario com quem se teve de medir Hamilcar. Morto ele o poderio celta entrou no ocaso e as derrotas continuaram por nove annos até que um combate veio vingar o esforçado defensor da terra iberica e dar aos celtas risonhas esperanças que depressa desapareceram.

Apezar da morte de Hamilcar, certeiramente ferido n'esta batalha ao querer apasiguar o panico que nas suas forças produziam as grandes manadas de bois que, com enormes feixes de palha a arder colocados entre as hastes, foram lançados pelo inimigo e se precipitaram enlouquecidos de dôr sobre o acampamento cartaginez, a vitoria não deixou de ser fiel ás armas de Cartago e, sete annos depois (220 antes J. C.), impelidos os celtas para o sul e para o norte, para as regiões circumvisinhas do cabo Finisterre e para a bacia do Guadiana até o cabo S. Vicente, onde, sob a dominação romana, havia de encontrar Polibio [1] os restos puros d'aqueles povos do norte que seculos antes tinham invadido a Iberia, as legiões africanas, capitaneadas por Asdrubal, sucessor de Hamilcar, eleito pelas tropas em 227 (a. J. C.), tinham-se assenhoreado de toda a peninsula, excepção feita das pequenas colonias gregas do oriente, da Lusitania meridional e da costa cantabrica dos Pirineos ao Minho, incluidos os territorios que mais tarde haviam de constituir o reino de Leão.

N'estes pontos se refugiaram e viveram, autono-

[1] Citado por Strabão — l. III, cap. II, §. 15.

mos ainda por largos annos, os *celtici*, ao mesmo tempo que os povos mixtos facilmente submetidos, mais pela diplomacia do que pela força das armas, constituiam, sem abandonar os seus territorios, os melhores auxiliares dos exercitos invasores que, senhores da Celtiberia, desde Sagunto, a colonia grega, até Segorbe e até Cadiz, n'ela estabeleceram os pontos de concentração para combater as tribus irreconciliaveis e insubmissas do nordeste e ali fundaram *Barcina*, a actual Barcelona, sob o *sufetado* de Hamilcar, e, sob o de Asdrubal, a importantissima *Nova Cartago* (hoje Cartagena) destinada a servir de capital do imperio iberico unificado que os punicos ambicionavam.

Mas, não quiz a fortuna que assim fosse. A pacificação da Hispania não era empreza que estivesse destinada a ser concluida pelos soldados libio-fenicios. Asdrubal morreu assassinado por um celta e ainda quando seu sucessor Anibal, filho de Hamilcar, tivesse a fortuna de vencer mais uma vez este povo junto ás nascentes do Tejo (219 a. J. C.), a conquista de Sagunto, aliada dos romanos, em má hora empreendida e ultimada depois de uma defesa epica, desencadeou a segunda guerra punica que trouxe á Iberia as aguias de Roma.

Não nos deteremos aqui a relatar as peripecias geralmente conhecidas d'esta luta das duas maiores potencias que existiam sobre a terra. Não entra nos nossos planos reeditar a historia da peninsula, mas, simplesmente, estudar *ab ovo* as causas do regionalismo que, perpetuando-se atravez dos seculos, tem impedido as nacionalidades ibericas de se unificarem; terminaremos, por consequencia, esta arida resenha das origens etnicas dos diferentes povos peninsulares, no momento em que as legiões romanas se impuseram no nosso territorio.

Sem seguir o esforçado Anibal na sua marcha vitoriosa atravez da Italia até Capua, sem nos deter a examinar o heroismo celtiberico que, posto fielmente do lado dos seus aliados, resistiu até á morte ao poder de Roma, e sem relatar a serie de sucessos prosperos e adversos para as armas punicas, que diretamente precederam o fim da dominação cartaginesa na Iberia, limitar-nos-emos a resumir a situação em que vieram encontrar a peninsula os seus novos conquistadores.

Como vimos, o elemento ibero-turaniano constituia, mesmo depois das invasões fenicias, celticas e punicas, a grande massa da população peninsular; mas, apezar d'este fundo etnico — comum a todos os povoadores hispanicos — a divisão por nacionalidades estava estabelecida, sem que a identidade de raça e a comunidade de territorio bastasse a unificar o que naturalmente se separara.

Tal facto era consequencia dos acidentes orograficos da nossa peninsula e anterior mesmo á acção dos invasores semitas e arias. Os primitivos iberos podendo-se livremente desenvolver e ocupar todo o solo hispanico nas centenas de annos durante os quaes foram seus unicos senhores, dividindo-se pelas regiões naturalmente demarcadas do nosso territorio, tiveram necessariamente, obedecendo ás necessidades do meio em que viviam, de criar costumes proprios, assim como no seu isolamento iniciaram a divisão dialectica. Se, actualmente, n'uma região tão reduzida como é a ocupada pelos *bascos*, ultimos restos puros d'aquela raça priméva, existem oito dialectos de um mesmo idioma, tão diferentes entre si que os *euskaros*, passando de um para outro ponto, teem dificuldades em se entenderem, pode-se calcular quão grande seria a diversidade, depois de alguns seculos de existencia isolada, entre grupos de uma mesma raça

mas vivendo em *habitats* tão diferente como o montanhoso territorio asturiano, as planicies da Turdetania meridional e as margens do Ebro.

Por esta forma, nasceram as nacionalidades e d'este modo, naturalmente, inconscientemente, membros de uma raça, pertencentes a diferentes tribus ou nações turanicas que os geografos romanos encontraram ainda por unificar e assimilar, se sentiam estrangeiros com relação a outros dos quaes só uma montanha, um rio, um pequeno acidente de terreno os separava. Igual facto sucede ainda hoje entre os povos que se encontram no mesmo grao de civilisação em que nossos ancestres estavam, e se nos recordarmos que, tanto em Espanha como em Portugal, nos nossos dias, são apreciaveis as rivalidades, muitas vezes sangrentas, existentes entre aldeia e aldeia, não nos admirará que ha dois mil annos tal sucedesse.

O conceito de patria entre os turanianos ibericos estava redusido quasi ao de familia; a nação terminava onde findavam as identicas condições mesologicas de uma agrupação, e a introducção de novos elementos etnicos no seio da população primitiva não era o facto mais a proposito para faser desaparecer estas maneiras de ver exclusivistas.

Ante os fenicios, ante os celtas, ante os cartagineses, as rivalidades augmentam, e como cada um d'estes elementos ocupa um territorio, o *regionalismo* nasce em toda a sua pujança com as mesmas caracteristicas que hoje o destinguem, e que por serem *atavicas* não deixam, como iremos vendo, de ser fecundas para produsir, pela diversidade de actividades, uma grandiosa acção.

Todos os elementos etnicos originaes que constituiam a população hispanica ao dar-se a invasão romana, representaram depois importantissimo papel,

e o grande imperio hispano-lusitano do seculo XVI, navegador como os turanianos, conquistador como os arias, negociante como os semitas, encontrava-se já representado nos elementos ibericos puros que ocupavam o norte, nos elementos celtas das regiões galaica e lusitanica, nos elementos ibero-celtas do centro e nos elementos fenicios do oriente e cartagineses do sul.

A população ariaca do ocidente, turano-ariaca do centro e semita da costa mediterranica, com a sua maneira de ser belicosa, aventureira e despresadora dos bens ou calculista, mercantil e reflexiva, tinha em embrião no seu seio o espadachim dos dramas de capa e espada, o mistico dos cenobios e eremiterios, o conquistador de terras ignotas, o talassocrata audaz de «mares nunca d'antes navegados», o negreiro despotico que escravisa os povos que a espada conquistou, o comerciante que vae buscar ás Indias fabulosas riquesas, todos, enfim, absolutamente todos os tipos inconfundiveis que constituem a comparsa da grandiosa epopeia iberica no seu periodo mais aureo, na sua epoca de maior esplendor.

Separados ou unidos, aliados ou rivaes, defendendo-se hoje para se degladiarem amanhã, os povos hispanicos só precisavam para dar optimos fructos de quem lhes unificasse os esforços sem destruir as caracteristicas e d'isto se encarregou em grande parte esse poder formidavel que, esmagando a altiva Cartago, fundou em seguros alicerces o seu dominio sobre o mundo.

CAPITULO III

A civilisação romana e o cristianismo

Vencidos os cartagineses e aniquiladas as forças ibero-celtas que os tinham auxiliado, durante duzentos annos teve ainda Roma que combater as tribus hispanicas para as poder dominar.

Durante estes dois seculos precisou a poderosa aguia romana de medir-se com adversarios como o lusitano Viriato, a quem só a perfidia poude vencer; teve de haver-se com heroismos como os das esforçadas defensoras de Bracara que, mortos os maridos e exterminados os filhos, continuaram a ocupar nas muralhas o posto dos guerreiros; viu-se forçada a sacrificar legiões suas e legiões de inimigos em tão espantosos e epicos massacres como os do *Monte Medulio;* teve de vencer a resistencia indomita de cidades como *Numancia;* de passar a fio de espada populações inteiras, das quaes cada membro era um adversario irreconciliavel; de mandar á peninsula os seus caudilhos mais afamados; de concentrar toda a sua atenção n'esta empresa, mas, por fim, venceu.

A ambição romana era uma força avassaladora e irresistivel; a tenacidade era o seu lema; e sabendo, como diz Nietzsche [1], que «para existirem as instituições, é preciso haver uma vontade, um instincto, um imperativo anti-liberal irreductiveis; uma força de tradição, de auctoridade e de responsabilidade seculares; uma solidariedade encadeada atravez dos seculos, no passado e no porvir, *in infinitum*», teve

---

[1] *O Crepusculo dos Idolos*, cap. IX, das *Divagações inactuaes*, §. 39.

essa vontade, esse instinto, e, representando a cristalisação diamantina do caracter dominador e ferreo da raça ariaca, ainda quando, para levar a bom termo uma empresa, fosse necessaria uma luta de centenas de annos, este povo onde a afirmação energica de todas ao personalidades individuaes se sintetisava no Estado e que, sob a pressão do mesmo impulso politico que animava todos os cidadãos, chegou a tornar-se superior ás contingencias de tempo, mediante a expressão grandiosa e terrivel do *imperium*, destinada a sobreviver a todos os seus cooperadores e a todos os seus rivaes, não temia esses annos e lançava-se a essa luta, certo de que o triunfo definitivo havia de ser para quem, como ele, jamais desesperava.

Com generaes como Scipião Emiliano, Decio Junio Bruto e Cornelio Scipio que depois de saquearem mil cidades e de recorrerem triunfantes a peninsula, só se detendo «já no fim da terra, quando viam á tarde, o sol apagar seu fogo nas aguas do oceano», se entretinham em provocar o amor proprio dos aliados, excitando os celtas na sua paixão favorita pelos combates singulares, a fim de terem a satisfação sangrenta de os verem lutando entre si; com auctoridades que, depois de pacificada uma região, reprimiam com mão de ferro qualquer tentativa de insubordinação e disciplinavam a sangue e fogo os seus habitantes; com estadistas tão habeis como Julio Cezar, que sabiam compreender e respeitar o regionalismo de todos os seus subditos, ordenando, segundo se vê na inscripção de uma lapide descoberta em Ampurias, que nas colonias romanas da peninsula hispanica só o *latim* e o *ibero*, melhor dito: «*a lingua do paiz*», tivessem os previlegios de idioma oficial; concebe-se perfeitamente que Roma, inexoravel na guerra e sabia na paz, tão intolerante para

com os inemigos, tão pouco escrupulosa para com aquele de quem tinha algo a temer e tão tolerante e cheia de considerações para os que lhe acatavam o dominio, podesse levar até o fim a magna obra de assimilação dos mil elementos turanianos, semitas e celtas que aqui tinha encontrado.

Efectivamente fe-lo por completo. A sua civilisação, fruto dos esforços de um povo que soube vencer o pessimismo primitivo, que, mediante um desejo indomavel de ser grande, de ter poder, de fazer sentir o seu jugo sobre o tempo e sobre os homens, soube eximir-se á força da inercia que tantas outras nações havia encadeado, triunfou aqui em absoluto sobre todas as culturas primitivas que, confundidas no seu seio e augmentando-lhe o esplendor, apenas deixaram remotos vestigios a quem o genio de Roma emprestou um pouco da sua aureola, e fez de cem nações um só povo, onde as diferenças etnicas não desapareceram, mas onde o espirito, educado durante seculos na escola romana, se unificou, tornando-se apto, pelo aproveitamento das variadas qualidades que possuia, para a missão que depois lhe havia de caber na Historia.

Ante a magestosa maneira de ser d'esses senhores do mundo que, tendo feito sua a cultura helenica, aliavam a beleza ao poder e aformoseavam e ilustravam as terras conquistadas, os povos hispanicos viram-se obrigados primeiro a curvar-se, para, por fim, unir-se em espirito, de tal maneira que chegaram a ser intelectualmente romanos do modo mais perfeito que é dado conceber.

A lingua latina não só suplantou, assimilou e quasi aniquilou as nativas, mas iberos houve que, como Lucano e o catalão Pomponio Mela, mereceram ocupar um lugar proeminente nas suas letras. O municipalismo aclimou-se tão por completo na pe-

ninsula — já preparada pela acção dos fenicios — que jamais os esforços do absolutismo conseguiram faze-lo desaparecer, constituindo, pelo contrario, uma segunda natureza que os hispanos haviam de transportar atravez dos mares ás regiões desconhecidas onde implantaram sua cultura. As suas leis, o seu direito, atravessando incolumes a invasão barbara, arraigaram tão profundamente no nosso territorio, que toda a legislação moderna sobre tal base está fundada. E, por fim, o gosto pelas artes plasticas que nos povos turanianos é quasi desconhecido, que nos celtas é limitado e que nos semitas é — excepção feita da arquitectura — pouco menos que nulo, foi aqui introdusido pelos romanos e aqui criou raizes e prosperou até dar, nos seculos XV, XVI e XVII da nossa era, os optimos frutos que todos admiram.

Por esta forma, sem se esbaterem as fronteiras moraes existentes entre os povos hispanicos, foi-se criando um laço comum a todos eles, a *alma iberica* que, ligando-os apezar da sua diversidade, lhes dará, seculos mais tarde, uma unidade de acção que, sem se sentir molestada pelas diferenças de raça, de tradições e de lingua, aproveitando-as até para derigir o mesmo esforço sobre diferentes pontos, constituirá sinteticamente uma civilisação unica e original, comum aos povos do norte e aos do sul, aos do oriente e do ocidente.

A cultura superior do povo romano educou na mesma escola de civismo e respeito pelo que é grande e pelo que é belo todas as raças peninsulares; a todas deu o mesmo espirito politico e, ainda quando cada uma conservasse o seu caracter, a acção niveladora d'esta educação bastou, qual sucede com os individuos, para dar-lhes os mesmos aspectos, imprimir-lhes os mesmos habitos, os mesmos costumes.

Graças a ela afizeram-se taes nacionalidades aos

grandes horisontes e ás aspirações de conquista, educaram-se para o poder, fortaleceram-se para o combate, exercitaram-se na persistencia, e aprenderam no exemplo dos Cezares a derigir para as vastas emprezas os poderosos instinctos belicos que antes malgastavam nas mesquinhas lutas e inuteis combates entre familias e entre individuos.

Compenetrados, qual nenhuma outra agrupação de povos, do espirito do *povo-rei*, sentiram-se, chegados á virilidade e passadas as rudes provas em que se robusteceram, aptos para o que realmente fizeram: para a conquista do mundo.

E, como se tal não bastasse, quando chegou para Roma a hora da morte, quando, como gigante fatigado por seculos de batalha, a dominadora do mundo já não sentia nos principios que a tinham feito grande a força necessaria para se manter de pé, e, descrente da sua missão, vacilava e procurava um apoio n'um estoicismo palavroso ou consolo n'um epicurismo deprimente, uma força social poderosa entre todas, uma força geradora á qual devem a existencia todas as nações modernas, e que, depois de seculos de luta, criou a civilisação em que vivemos, veio acabar de dar, ás agrupações dispersas que compunham a população iberica, a definitiva unidade de espirito de que elas, zelando e conservando a sua autonomia, tanto careciam.

Ao Cristianismo estava reservada a missão de desfraldar a bandeira da fé que, defendida e professada por todos, havia de conduzir por epicos caminhos os povos hispanicos aos seus dias de gloria.

Roma tinha entrado na decadencia. Enganaramse aqueles que, assassinando Julio Cezar, julgaram ter evitado o advento d'um cezarismo inevitavel e, depois de horrorosas scenas de desordem em que, desenfreados os instintos da plebe, sedenta de san-

gue e vingança mas não de liberdade, a antiga aristocracia quiritaria, victima da propria grandesa, pereceu violentamente, os indignos successores do *Homem da Humanidade* inauguraram o regime de colectivismo grosseiro que, pela destribuição periodica do *panem et circenses*, tornou possiveis as ignominias do imperio [1].

Passados os dias gloriosos das masculas qualidades dos Fabios e dos Camilos, que pela energia e ferreo civismo tinham elevado sua patria sobre a culta Grecia e o Egipto misterioso, os dias de luto sobrevieram, e, no desalento que os acompanhou, as instituições mais belas passaram a ser, como lhes chama Tacito, *vestigia morientis libertatis*, acorrentadas ao trono d'esses cezares que, sem possuir os nobres dotes de um Augusto, a cultura e o valor do Conquistador das Galias, faziam de Roma teatro de devassidões e caprichos que não pela dourada e artistica capa que os cubria eram menos repugnantes.

Perdido o prestigio que em corações virgens podia produsir o paganismo; demasiado culta a sociedade para que, depois da obra dos sucessores de Socrates, fosse possivel a espiritos analistas sentir o entúsiasmo que outr'ora produsia o mito sobre aquelas inteligencias que, candidamente, ingenuamente, se extasiavam ante a ridente natureza personificada nos deuses do Olimpo; Roma perdeu o eixo moral em volta do qual gravitava a sua vida politica nos seculos de ouro, nos grandes seculos de dominio e conquista, e, perdido ele, a sua vida estava irremediavelmente condenada, como condenada estaria a das nações que em seu seio continha se, para

---

[1] Guillaume Ferrero, *Grandeur et decadence de Rome*, v. III, traduit de l'italien par Urbain Mengin. Paris, Plon, 1906.

estas, um novo ideal lhes não viesse dar as forças necessarias á existencia.

Como consequencia necessaria das proprias virtudes heroicas do passado, veio, qual o abatimento depois de um grande esforço, a relaxação de costumes que dos antigos tempos só conservava a ferocidade e que, da inexoravel duresa que para consigo e para com os outros tinham tido os ferreos fundadores do imperio, mantinha por sistematica tradição a mais dura crueldade, não já como meio de conquista mas como factor de praser.

Homens costumados a sacrificar tudo á satisfação tanto das suas paixões mais nobres como das mais baixas, quando as hecatombes já não foram necessarias á grandesa, o sangue continuou a correr para distrair os senhores do mundo; mas, como esses senhores, rodéados de tudo quanto uma luxuriante civilisação sabia produsir, se estiolavam na inercia, como os seus nervos já gastos só eram sensiveis aos fortes excitantes e, muitas vezes, nem ante as grandes carnificinas se comoviam, a decadencia, qual quadriga derigida pela mão de Nero, rodava velozmente caminho do abismo.

Não conhecia aquela sociedade o meio termo que tempos ulteriores haviam de tomar como sistema. Tão depressa, como conta Horacio, um Regulo, dando provas de sobrehumano esforço,

Fertur pudicae conjugis osculum
Parvosque natos, ut capitis minor,
A se removisse, et virilem
Torvus humi possuisse vultum,

como, no extremo da abjecção, se contempla um senado, a quem n'outros tempos alguem havia chamado « assemblea de reis », prestando-se, sob imposição imperial, ás complacencias mais abjectas com os ca-

prichos mais fantasticos d'um Cezar sistematicamente disposto a demonstrar-lhe o seu despreso.

O mesmo sentimento que tão admiravel se nos apresenta quando marcha com estoica serenidade e fortaleza, transpondo toda a classe de obstaculos, á conquista do orbe, e que, personificação da vontade invencivel, pode ser posto como modelo aos tempos de afeminação e indolente apatia que atravessam as nações latinas, é o mesmo que, derigindo a sua energia em sentido oposto, impera sob os successores de Augusto na epoca de decadencia.

Os que antes dominavam povos dominam depois escravos; os romanos que atrelavam as nações ao seu carro triunfal e d'isso faziam gala, compunham quando a terra lhe esteve aos pés, os numerosos sequitos de que se rodeava o seu orgulho pessoal e improductivo, e respondiam com uma legião de seres sem liberdade á habitual pergunta: *quot pascit servos?* [1]

Roma, chegada ao cume d'uma grandesa ao lado da qual parecia ridiculo e mesquinho tudo quanto a antiguidade mais remota havia conhecido, não tinha onde empregar o seu poder, e de ahi o atrofiamento, a agonia, a morte que a ameaçava e que naturalmente, inexoravelmente, devia sobrevir.

Usando-se os corpos no sibarítismo e gastando-se os intelectos nas argucias dos sofistas d'uma cultura que, tendo já dito a sua ultima palavra, se movia languidamente n'um circulo sem saída, não havia esperanças possiveis d'um futuro baseado sobre taes premissas, e a sociedade que, lisongeando as paixões e excitando os espiritos, provocava hidropica sede de vastos horisontes, não podia oferecer uma expan-

---

[1] Juvenal, *Satira III*, v. 143.

ção ás ambições, dar uma satisfação aos desejos, cada dia mais vivos, cada dia mais vehementes.

Todo o poder e toda a cultura, toda a ciencia e toda a arte que compunham o magnificente edificio d'uma civilisação para a qual tinham contribuido todas as civilisações conhecidas, careciam de objecto e estiolavam-se por falta d'um ideal.

O imperio, vastissimo e inegualado, já não podia estender mais as suas fronteiras; os conhecimentos, imensos mas desconexos, não tinham um criterio superior que, sintetisando-os, lhes indicasse um caminho; as actividades e as inteligencias, tão abundantemente providas de meios como desprovistas de fins, não tinham novos campos onde se exercitar, e, d'este modo, estreitamente apertada n'uns moldes que já lhe não serviam, a sociedade romana, como outr'ora a indiana, depois a chinesa e talvez hoje a nossa, tinha de *petrificar-se,* fazendo consistir a sua razão de ser na excogitação, necessaria e rapidamente findavel, de proporcionar novas e sibariticas comodidades aos seus membros, ou, compreendendo a inutilidade de esforços que deviam ter termo no arquitectar de refinamentos subtís, e, sobretudo, sentindo, no despertar d'uma consciencia nova, escrupulos até então nunca concebidos, *esfacelar-se,* assim que, desprestigiadas as convenções em que se fundava, a sua injustiça se tornasse manifesta.

Foi o que suceden. Espiritos elevados que com Cicero haviam atingido os mais altos pensamentos que á razão humana é dado conceber, não podiam admitir que o goso fosse o unico fim da existencia; inteligencias tão esclarecidas não se satisfaziam com a grosseira filosofia de Epicuro, e, não existindo as prescripções, fanaticamente acatadas, d'uma religião a recomendar a divisão por cartas, não sendo já possivel admitir *à priori* as afirmações d'um Pla-

tão [1] e d'um Aristoteles [2] a negar aos escravos a personalidade humana, todo o horror d'uma civilisação que se baseava sobre a falta de liberdade de milhares de seres, tinha de tornar-se visivel á inteligencia e á alma das gerações de que havia de sair a nobre intelectualidade e o elevado caracter de homens como Marco Aurelio.

No tumultuar das paixões d'uma sociedade que, como a Trimalcio do *Satiricon*, dizia: «vivamos, pois, com o prazer por lema» [3], tinha-se debilitado e quasi desaparecido essa tendencia para o bem que constitue o fundo da natureza humana; essa *quid divinum*, imperativo categorico, como lhe chama Kant [4], imperativo metafisico superior ao mundo fisico e ao mundo psiquico, como reconhece Spencer [5], lei da consciencia e base da moral que separa o homem do bruto, e que os povos primitivos, em maior ou menor escala, instinctiva e naturalmente possuiam, que tempos ulteriores haviam de singularmente aperfeiçoar e que a civilisação pagã, apartando-se pouco a pouco da singelesa primitiva e cultivando os germens de ferocidade que em si tinha, havia aniquilado.

O imperio, proporcionando maiores bens materiaes, tinha roubado um criterio etico aos velhos quirites que, pela sua antiga e robusta unidade moral, tanto se impuseram ao respeito dos vindouros, e, em consequencia, havia-os enfraquecido. O mundo romano esquecera-se do pensamento tão belo como profundo de Platão quando afirma que o homem é uma

---

1 Platão, *Dialogo 6, Das leis.*
2 Aristoteles, *Politica,* liv. II, cap. VII.
3 Tito Petronio Arbiter, *Satiricon,* cap. XXXIV.
4 Kant, *Critique de la raison pure.*
5 Spencer, *Premiers principes.*

planta cujas raizes se estendem pelo infinito, e que tudo quanto seja interpôr-se entre essas raizes e os seus ramos mais frondosos, é um crime de lesa humanidade, uma diminuição das forças do homem sobre a natureza e sobre o mundo; e, d'este olvido, os males que as gerações por eles esmagadas, carecendo de recursos, não sabiam remediar.

A razão podia fazer valer os seus direitos e dizer pela boca de Persio [1]: «aprendei, oh miseraveis! a conhecer a causa das coisas, o que somos, para que nascemos, qual deve ser a nossa conducta, quão fragil é o termo da nossa vida, qual a rasoavel temperança no amor do dinheiro, qual a sua verdadeira utilidade, qual a norma da liberalidade para com os nossos parentes e a nossa patria, aonde te chamou Deus e qual o lugar que ocupas entre os homens», mas, na verdade, como já fazia notar Santo Agostinho [2], não havia quem respondesse a taes perguntas, quem ministrasse taes conhecimentos.

O paganismo não dava remedio aos males que uma minoria quasi incontaminada sentia, aos males que uma *elite* reconhecia como uma tortura que, produsindo um mao estar geral, convulcionava a epoca. A filosofia pagã, conhecendo o bem, não o sabia pôr em pratica; faltava-lhe a auctoridade moral.

Ao Cristianismo, chegada a plenitude dos tempos, estava reservada a missão de solucionar tão grave crise.

Pregando aos quatro ventos principios que não eram aparentemente muito diversos d'aqueles que os homens já conheciam, mas que estavam animados por um outro espirito e tinham uma finalidade e uma

---

[1] *Satira III.*
[2] Santo Agostinho, *De civitate Dei*, liv. II, cap. IV.

origem completamente diversa, foi como a doutrina de Jesus revolucionou o mundo antigo.

O *apostolado* serviu de arma formidavel que, auxiliando o seu elevado e vivificante espirito, deu ao cristianismo uma victoria que os estoicos não conseguiram, embora as conclusões dos seus escritores fossem tão semelhantes ás dos Paes da Igreja que, lendo áquelles e a estes, haja dificuldade em os não confundir.

Falando em nome de Deus, invocando a auctoridade d'uma revelação que os pagãos desconheciam, que os judeus impugnavam, os cristãos derigindo-se ao povo obtiveram facil e justificado triunfo sobre aqueles que, falando em nome da razão, invocando argumentos exclusivamente baseados na observação, argumentando sistematicamente *ad hominem*, tinham aparentemente — e como quer o criterio moderno — todas as probabilidades de vencer. Os apologistas do Evangelho podiam coincidir com os filosofos nas conclusões praticas da exposição dos seus sistemas e dictar as mesmas regras para pôr em execução uma vida virtuosa; Gerson, Kempis, ou quem fosse o desconhecido auctor da *Imitação de Cristo*, petrificando com inspiração sublime, em paginas admiraveis, a essencia da doutrina de Jesus, podia dizer, seculos depois, no seu laconismo austero: « vive sempre preparado de modo que a morte te não encontre desapercebido », embora, seculos antes, Marco Aurelio, n'uma das suas formosas maximas, houvesse afirmado que « a formula suprema da virtude é estar sempre preparado para a morte », porque ainda quando tão belos espiritos assim se encontrassem de acordo n'um ou em muitos pontos, ainda quando, como parece provado, os estoicos não houvessem recebido a influencia indirecta dos cristãos de seu tempo, algo havia que, destinguindo-os nos principios, nos fins e nos

meios, estabelecia radical separação entre ambos, dando grande superioridade aos segundos sobre os primeiros.

Semelhantes nas palavras o Imperador que aconselhava o despreso dos bens contingentes e o Monge que preconisava o despreso do mundo, eram diferentes na alma, diferentes nas crenças, diferentes nos ideaes. Marco Aurelio dizia: «ha quem procure refugios, cabanas rusticas, margens do mar, montanhas; tu proprio te entregas ao desejo vehemente de taes coisas, mas, na verdade, procedes como homem ignorante e grosseiro: a qualquer hora que o desejes podes retirar-te em ti proprio, tendo por certo que em parte alguma encontra o homem um retiro mais tranquilo, menos perturbado do que aquele que tem sua propria alma»; e o grande psicologo que na solidão d'um claustro sondou os abismos do coração humano, como que seguindo o pensamento do estoico, aconselhava «procura ocasião a proposito para estar contigo... e deixa as coisas de simples curiosidade; se te apartas das conversas superfluas, de andar ocioso e de ouvir novidades e rumores, encontrarás tempo suficiente para dedicar-te a santas e belas meditações», mas, fazendo-o, o imperador tinha em vista formar moralmente um filosofo, um ser feliz por ser inacessivel á dôr, e o cenobita modelava com suas palavras o espirito de um santo.

Esta é a diferença radical, profunda.

O cristianismo tinha um fim mais elevado que o estoicismo e esta era a origem da sua superioridade. A filosofia greco-romana ocupava-se na indagação interesseira e interessada de qual a conduta que melhor pode satisfazer o desejo, inato no homem, de obter a paz de espirito e a felicidade, e as doutrinas evangelicas, pondo o ideal do bem sobre as contingencias do interesse, aconselhavam a atitude mais

de acordo com os preceitos d'esse imperativo metafisico que, dando ao homem um senso etico que não é possivel encontrar nas coisas, um criterio que a natureza profundamente *amoral* não tem, de certo, em si, lhe impõe o dever de ser *bom*.

Os estoicos, aconselhando a pratica da virtude, arrastados pela observação atenta da natureza humana á conclusão de que as acções boas são as que se encontram em harmonia com essa mesma natureza, diziam aos homens: « praticae a virtude porque assim sereis felises » ; o cristianismo, indo ao fundo das coisas, vendo na alma humana um caracter que a destingue, observando n'ela esse conhecimento do *bem* e do *mal* que, não existindo no mundo fisico, procede ividentemente de algo que lhe é superior, afirmava: « amae o bem porque assim obedeceis a Deus », e, fazendo-o, o cristianismo mostrava-se mais humano, profundamente mais humano que a filosofia, porque existindo em nós esse poderoso instincto do justo e do injusto que, mais do que bem pequenas e mesquinhas diferenças morfologicas, nos dão um lugar á parte na criação, e tendo demonstrado esse instincto, pela sobrevivencia aos mais rudes choques e provas mais duras, fazer parte integrante do nosso ser, o homem não é livre de abdicar dos seus titulos de raça, das nobres qualidades que o caracterisam e, quer queira quer não, advenha-lhe de ahi a felicidade ou a desgraça, tem de sujeitar-se á vontade soberana que lhe deu uma consciencia, não podendo, sem graves consequencias, transgredir a lei moral, assim como, sem se expôr á morte, não pode transgredir as leis fisicas.

O cristianismo elevava a noção da virtude muito acima do epicurismo subtil que transparecia até nas mais severas doutrinas estoicas, e, por esta forma, exercia uma revolução no proprio campo social.

De ali por diante, as exhortações á pratica do bem, perdendo o caracter de locubrações de sabios, deixavam de ser susceptiveis de acceitação ou rejeição; o homem não continuava livre de escolher entre Zenon de Citium e Metrodoro, conforme os seus gostos pessoaes o levassem, com o primeiro, a fazer consistir a felicidade no cumprimento do dever, ou, com o segundo, *ad beatam vitam pertinent ventre metiri*; o respeito por um criterio etico superior aos caprichos pessoaes — base indispensavel d'uma civilisação progressiva — impunha-se a todos, e, não tendo o amor do homem, desde então, por base a consideração que esse mesmo homem merece, mas sim o amor que se deve ao Summo Bem que a todos ama, a obrigação do auxilio mutuo, a *fraternidade*, independentemente de todas as considerações pessoaes da simpatia ou antipatia, revela-se como lei ineludivel, e a filantropia transforma-se em caridade, n'essa caridade que, constituindo o alicerce fundamental da religião cristã, a virtude por excelencia sem a qual todas as outras nada valem [1], luta durante seculos pela libertação dos escravos e dos servos, e, representada por S. João de Deus e Santa Izabel de Hungria, lava e beija as chagas dos leprosos.

Alem d'isto, todas as verdades sobre a virtude que no paganismo constituiam algo assim como um segredo das classes intelectuaes, devem ao cristianismo o terem sido proclamadas nas praças e introdusidas na consciencia publica, sendo assim que antes só eram conhecidas de certos espiritos previlegiados, ou, quando muito, susurradas ao ouvido dos iniciados em certas escolas misteriosas.

O Evangelho «foi pregado aos pobres» como

---

[1] São Paulo, *Epistola ad Corinthios*, XIII.

Jesus tinha ordenado, e esta maneira de ser democratica, que caracterisou o cristianismo desde os seus primeiros tempos, foi a causa do seu rapido triunfo. Não se fazia destinção «entre escravo e livre, entre romano e barbaro, entre homem e mulher» [1], para lhe ensinar a lei da Redemção, e esta conduta que, concedendo a todos iguaes direitos, ruia pela base o mundo pagão baseado no dogma da inferioridade fisica e moral da mulher e do escravo [2], constituiu a *boa nova* a que, dando um derivativo ás paixões sem objecto de que Roma sofria, forneceu um ideal a uma civilisação que o não tinha; melhor dito: criou uma nova civilisação, obrigando a existente a amoldar-se a doutrinas para as quaes não tinha sido feita.

Ao calor das ardentes palavras do Sermão da Montanha, o imperio romano, como monstruoso colosso de gelo, derreteu-se e desapareceu. Mas não foi o cristianismo que o matou; já estava morto. A sua cultura tinha dado tudo o que podia dar, a sua existencia não tinha razão de ser, e, sendo necessaria uma mudança radical na filosofia, nas instituições e nos costumes que lhe ministrasse nova vida, toda e qualquer transformação tinha contudo de ocasionar-lhe a morte, porque o seu organismo feito para a grandesa por meio da desciplina baseada na autocracia, ao amoldar-se ás novas formulas do futuro, necessariamente democraticas, deixava de ser o que era, para passar a ser outra coisa, na qual as instituições do passado não entravam senão como a podridão de um cadaver que serve para desenvolver a germinação de uma flor.

---

[1] S. Paulo, *Epist. ad Gallatas*, c. VI, v. 6 e 7, 28.

[2] *Á mulher e ao escravo*, diz Aristoteles, *marcou-os a propria natureza com o seu estigma.*

Desapareceu, pois, e foi-se aquele grandioso organismo que, não possuindo da moral o conceito que nós temos, e baseado no que hoje chamamos iniquidade, tão alto se tinha elevado e tanto se impõe á nossa admiração, facilmente esquecida dos alicerces nefandos em que se fundava tanto poder, para só se extasiar ante a unica e incomparavel manifestação de força por ele representada.

Morreu a poderosa e altiva aguia romana, e a sua morte ocasionou durante seculos o eclipse de grandes conhecimentos e de formosas manifestações do genio do homem, mas, que fazer? Era preciso um remedio aos males que entorpeciam a marcha do genero humano, atrelado ao decadente trono dos Cezares; era necessario enveredar por novos caminhos; e se, ao faze-lo, a existencia do imperio ficava, *ipso facto*, condenada, se com os novos ideaes o poder romano se desmoronava, a hesitação não era possivel: era necessario sacrificar esse imperio e sacrificar esse poder para salvar a humanidade.

Assim o tinha determinado essa Força Suprema que rege os destinos dos povos e que, ao encontrarem-se estes nas crises mais desesperadas, sempre encontra formulas novas para que se cumpra a lei inexoravel d'um progresso constante ainda que nem sempre contínuo.

O fim do imperio era inevitavel — matavam-o seus proprios homens e suas proprias doutrinas — mas se a agonia se prolongasse, arrastaria todos esses organismos nacionaes que tinha no seio, e que, voltando á vida autonoma, podiam amoldar-se a qualquer estado de coisas e assegurar o futuro da sociedade europeia, assegurando o proprio porvir.

Compreendeu-o assim esse instincto certeiro que guia os povos na escolha das veredas que mais convem aos seus interesses, e, como o imperio era in-

compativel com o cristianismo, mas as nacionalidades de que ele se compunha, não precisando buscar a sua existencia politica sobre a opressão dos povos e das classes, não o eram, todas as provincias precederam a metropole na sua adhesão ás novas correntes religiosas, de tal modo que já não havia paganismo na Hispania, nas Galias e na Germania meridional, e ainda na peninsula italica se conservava e resistia; já o imperio do ocidente se tinha reconstituido sob o sceptro de Carlos Magno, já o Evangelho tinha sido pregado nas margens do Vistula, já a Igreja contava perto de mil annos de existencia, e todavia na campina romana, ao pé dos montes da Sabina, ao lado do Summo Pontifice, o povo sacrificava ás divindades de Numa, como nos tempos primitivos dos reis e da republica.

Libertando os escravos, a *boa nova*, libertou tambem as nações quando elas, já convenientemente adestradas na escola romana, não podiam permanecer por mais tempo sujeitas a uma só cabeça, a um só criterio, e, por esta forma, a voz do Evangelho foi sob todos os conceitos uma voz de liberdade [1].

Se Jesus teologicamente foi o redemptor, socialmente foi o libertador do genero humano.

Pregado na peninsula, segundo é tradição, já no tempo dos apostolos, e tendo encontrado na Catalunha e Aragão os primeiros catecumenos, o cristianismo teve a lutar aqui com as mesmas dificuldades que encontrava onde quer que tinha imperio essa aguia romana que, contudo, pela difusão da lingua latina e pela unificação operada do oriente a ocidente nos usos e leis dos povos, tanto e tão provi-

---

[1] Vide Nota X *in fine*.

dencialmente contribuiu para a divulgação das doutrinas do Evangelho.

Aqui, como em Roma, a religião de Jesus irritava os nervos dos poderosos, feria-os em seu orgulho e esbofeteava-os na sua crueldade, e eles, os que para se entreterem sacrificavam nos circos legiões de gladiadores, que escravisavam meia humanidade e a esses escravos negavam o direito á vida [1]; que, nos escritos dos seus filosofos mais conceituados, duvidavam até que os seres a quem tinham privado da liberdade fossem realmente seres humanos; que, prostituindo a mulher, degradando-a ao ultimo estremo, a consideravam pouco mais que um animal, não podiam ouvir, sem que todo o seu ser se revoltasse, a voz de quem, repetindo as palavras de S. Paulo, proclamava os mais amplos principios igualitarios.

Por isso em todos os pontos do solo iberico, como em todos os pontos do territorio romano, se levantaram cadafalsos e piras para os apostolos.

Baseada a sociedade pagã sobre o dominio absoluto dos fracos sobre os fortes, acumulando estes de direitos e sobrecarregando aqueles de deveres, tudo o que fosse dignificar os primeiros, recordar-lhes que pertenciam á especie humana, pôr-lhes a existencia a coberto de qualquer arrebato, de qualquer violencia do senhor que sobre eles tinha direito de vida e morte, era atacar os alicerces, ruir as bases sobre que se encontrava fundado o organismo social, e isto, por proprio instinto de conservação, os que se encontravam no cume do poder, os que de tal organisação só auferiam vantagens, não o podiam consentir.

---

[1] Não podendo deter-me n'este lugar a exemplificar esta afirmação, remeto o leitor que desconheça os factos e as leis a que ela se refere, ao que já disse na *Missão dos Circulos Catolicos de Operarios* (Coimbra 1906).

Mas, de nada serviram perseguições e violencias; proclamando o direito do escravo á liberdade, resgatando-o á custa de maiores sacrificios [1], dignificando a mulher [2], fazendo sentir a sua influencia em todas as esferas da vida social [3], insinuando-se nas leis até imprimir o seu cunho no Codigo Justiniano [4], pondo o texto do Evangelho em mãos de Epitecto e o seu espirito em mil corações, o cristianismo triunfou e, constituida definitivamente a Igreja no seculo III, a sua acção fez-se valer.

Lenta e nada brilhante foi ao principio a sua obra, como lentas mas seguras são todas as evoluções que transformam a face do mundo. Assim como, em arquitectura, tiveram as primeiras congregações cristãs de recorrer ao estilo classico, copiando os templos pagãos e apropriando-os o melhor possivel ás necessidades d'um novo culto, até que, de transformação em transformação, conseguiram obter algo original n'esse estilo chamado *bisantino,* do qual a igreja de S. Marcos de Veneza e a magnificente catedral de Florença constituem os exemplares mais acabados, assim, socialmente, se viram forçadas a aproveitar os materiaes que as leis e instituições de Roma lhes ofereciam, servindo-se d'eles e modificando-os, vivificando-os com um novo espirito, até de todo as ter metamorfoseado em algo tão diferente do que primitivamente eram, como a basilica de Santa Sofia é diversa do Panteon de Agripa.

A civilisação cristã não surgiu, nem podia surgir,

---

[1] Vide Ch. Billiet, *Histoire sociale de l'Eglise.*
[2] Voltaire, *Essai sur l'histoire générale,* vol. III, cap. 101.
[3] Villemain, *Miscellanées,* vol. II.
[4] Troplong, *De l'influence du christianisme sur le Droit civil des romains.*

logo completa e armada como Minerva da cabeça de Jupiter.

As instituições não morrem como os individuos; retirado d'elas o espirito que as animava e perdida a auctoridade que as robustecia, ainda a sua acção se faz sentir até sobre aquelas que, tendo-as vencido, lhes devem ocupar o lugar.

Em consequencia, as formas do paganismo, já que não a sua essencia, continuaram subsistindo e dominando as multidões cristãs; a evolução natural da civilisação romana seguiu seu curso ao lado dos imperadores, e, não tendo outro objecto que o de mais e mais dinamisar os refinamentos da mais refinada das culturas, assim o fez durante seculos, não nas margens do Tiber onde o Pontificado tinha estabelecido os seus arraiaes, mas nas do Bosforo, na decadente e artistica Bisancio, ao lado d'esses monarcas que, havendo perdido a singelesa homerica, procuravam no fulgor das gemas o esplendor que não tinham os marmores, mas que, apezar da sua caprichosa e morbida cultura — tão certo é que nada inutil se faz sobre a terra! — prestaram á Europa o favor insigne de se constituirem em guardiães respeitosos d'esses inapreciaveis tesouros das letras antigas que, depois da invasão turca, se haviam de espalhar pelo ocidente.

Entretanto a acção das actividades cristãs, constituidas em perfeita e desciplinada sociedade qual é a Igreja, seguia o seu curso. O contraste entre a belesa do imperio e a fealdade inicial do cristianismo das catacumbas, pode servir a novelistas como Merej kowski [1] de meio para conseguir faceis efeitos literarios, mas aquela *religião de trogloditas* como, com insigne mau gosto, alguem lhe chamou, tinha em

[1] Na *Morte dos deuses.*

germem os prodigios dos seculos XVI e XVII e, embora na sua humildade primitiva os não presagiasse, exactamente como a Roma semi-barbara de Romulo não indicava as maravilhas da *Casa Aurea*, a tão modestas raizes se devem os ramos frondosos da civilisação que depois de milhares de esforços sucessivos, suplantou a romana.

Aquela sociedade que, como diz Balmes [1], «cuberta de belas aparencias e ferida no coração por doença de morte, oferecia o espectaculo da corrupção mais repugnante velada com as roupagens da ostentação e da opulencia»; onde «a moral estava sem regras, os costumes sem pudor, sem freio as paixões, as leis sem sanção, a religião sem Deus»; onde «as ideias flutuavam á mercê das preocupações, do fanatismo religioso e das especulações filosoficas»; onde «o homem era um profundo misterio para si mesmo, e não sabia estimar a sua dignidade, visto que consentia que a rebaixassem ao nivel dos brutos; nem quando a queria louvar, sabia conte-la nos limites marcados pela razão e pela natureza; sendo até bem notavel que, enquanto uma grande parte da especie humana gemia na escravidão mais abjecta, se louvassem com tanta facilidade os heroes, e até os mais detestaveis monstros, sobre a ara dos deuses»; aquela sociedade dizia, em que taes aberrações se notavam, em que taes crimes não chegavam a ser considerados como taes, desapareceu e foi substituida por outra que durante muito tempo manteve o prestigio do imperio, ungindo o Cezar pelas mãos do sacerdote do Deus da Cruz, mas que, transtornada pelo violento revulsivo da invasão bar-

---

[1] Balmes, *El Protestantismo comparado com el Catolicismo en sus relaciones con la civilizacion europea*, cap. XVI, vol. II.

bara, se desmoronou para nunca mais se tornar a levantar.

E em vão o esforço coligado de principes e até de sacerdotes o quiz resuscitar. Em vão uma corrente cezarista, em oposição com o espirito monastico, por uma aberração tão divulgada como deficil de compreender, procurou, durante a Idade Media, favorecer as ambições dos imperadores francos, e, depois da Renascença, as dos monarcas franceses ou espanhoes. Em vão a casa de Franconia, primeiro, a de Suavia depois lutaram por tal fim. Tudo em vão! O cristianismo tendia naturalmente para a libertação dos povos.

Arrancando aos chefes do Estado o poder espiritual que na Assiria, na Meda, na Persia, no Egipto, em Esparta e em Atenas, na Roma republicana e na Roma imperial, tinha aureolado o soberano com um caracter sacrosanto, deu mortal golpe ao despotismo pela sujeição do poder temporal a uma auctoridade moral, a um poder espiritual, e, feito isto, tomada esta medida que punha os povos a cuberto das iras e dos caprichos d'uma vontade até ali omnimoda, e lhes garantia o recurso d'uma apelação sempre possivel a uma região superior á magestade dos soberanos, todas as consequencias naturaes rapidamente se lhe seguiram.

Os Estados que, pela acumulação arbitraria e abusiva do direito administrativo no poder executivo, se viam sintetisados n'uma cabeça activa presidindo um corpo morto, descentralisaram-se. Reconheceu-se praticamente a todos os corpos sociaes, ás regiões, aos municipios, ás corporações, ás familias, a soberania, limitada mas completa, a que tem direito. Respeitou-se e não se sacrificou mais, nas azas d'um Estado revestido dos atributos d'um Deus, a vida autonoma dos elementos que compoem uma sociedade

e, como os principios do Evangelho e os do *Corpus Juris*, tendo destinctas origens não podiam coincidir nos fins, pouco a pouco, foram-se formando novas leis para uma nova sociedade cristianisada e descentralisada, aparécendo esse Direito Canonico a que Endeman [1] chama «a maior força civilisadora que tem criado o espirito humano» e que, aliando-se e dando nova vida ao singelo direito consuetudinario dos elementos sãos que trouxeram um sangue novo a raças depauperadas, serviu durante seculos para consolidar o cristianismo na sociedade europeia.

CAPITULO IV

Os barbaros, o imperio visigotico e a civilisação hispanica

Assim, com a angustiosa lentidão das coisas que morrem, a civilisação classica ia cedendo o lugar a uma sociedade nova e imprecisa, caminhando vagarosamente com todas as hesitações de quem só tenteando pode procurar um caminho que desconhece, e assim, pouco a pouco, a voz potente que se escutou pronunciando palavras de paz perto das aguas tranquilas do lago de Tiberiades, a voz divina de Jesus, repetida sobre as ondas dos mares por aquele grito misterioso que, no dizer da bela narrativa de Epiterso, anunciava aos pescadores helenos a morte do Grão-Pan, fez-se ouvir em todo o mundo.

Passando do periodo *constituinte* para o *constituido* e solucionadas as ameaçadoras crises das heresias dos primeiros tempos que reuniram nas fantasticas doutrinas, pomposamente cognominadas de *gnosticas*, de Cerinto, Menandro, Ebion, Saturnino, Basilides, Nicoláu, Carpocrates, Marcion, Montano e tan-

---

[1] Endeman, *Studien in der romanisch canonischen.*

tos outros, tudo quanto de superstição, ignorancia e delirio podia produsir uma cultura decadente, os descipulos do Evangelho formaram entre si uma perfeita sociedade moral. que, regendo-se por leis e regulamentos em harmonia com a doutrina por todos professada, obedecendo a uma auctoridade encarregada de velar pelos seus interesses, assim como de a defender contra qualquer ataque que podesse fazer perigar a unidade de crenças, e estendendo o seu dominio espiritual sobre os povos, sem se preocupar com as fronteiras e com as leis especiaes de cada nação, teve logo de principio um caracter de universalidade que, não lhe permitindo descer ás minudencias insignificantes dos usos e instituições locaes, a dotou de um largo criterio e de um amplo espirito, dentro do qual todas as raças e todas as legislações civis tinham cabida, porque, sem se deixar influenciar por alguma, a todas dominava e a todas era superior.

Em realidade, a Igreja — que assim se chamou a organisação constituida por todos os cristãos — era a verdadeira sociedade que, pouco a pouco, se ia erguendo e substituindo a decadente Roma. Contendo em seu seio todas as nações modernas e não estando contida em nenhuma d'elas, nem sequer n'esse vasto Imperio que, dominando o orbe, a protegia desde que se déra a converção de Constantino e que muitas vezes, invocando essa mesma proteção, quiz impor a sua tutela civil ao que, por ser intrinsecamente espiritual, a repelia; esta sociedade, internacionalmente organisada sobre a base inabalavel d'uma desciplina de obediencia livremente admitida por todos e a todos imposta, não em nome do respeito devido a um homem, mas em nome da veneração devida aos dogmas d'uma crença por todos professada, estava destinada a sobreviver ao meio que lhe dêra origem e a modelar em seu espirito os tempos ulteriores,

formando, sob sua maternal vigilancia e cuidado, essa admiravel constelação de povos diferentes, de usos opostos e instituições diversas, obedecendo a uma auctoridade que, desprovista dos meios materiaes para impor uma coáção, os condusia pela inteligencia e os fraternisava n'uma federação sem precedentes, que se chamou *a cristandade.*

Contra esta força moral vieram chocar e morrer as ondas impetuosas das invasões que destruiram o imperio romano. Os que tudo poderam contra o grande colosso, tiveram que curvar-se ante a singelesa d'uma cruz empunhada por um sacerdote que a si proprio se chamava *servo dos servos de Deus.*

Tinha começado em realidade de verdade uma nova era sem precedentes para o mundo. A auctoridade moral, a força moral, auctoridade e força que desde então deviam constituir o eixo de rotação da sociedade europeia, mas que até ali tinham sido pouco menos que desconhecidas, começavam o seu reinado por uma palpavel demonstração do que constitue a sua qualidade mais maravilhosa: o não poder ser atingidas pela violencia.

Pouco importava que as hordas dos barbaros constituissem um alude cujo peso bastava para ésmagar o que se lhe oposesse; pouco importava que, com a desaparição do Imperio, a Igreja podesse temer a falta de proteção d'esse poder civil em quem durante dois seculos se tinha apoiado, e que, em lugar de auxilio, houvesse a temer a perseguição. Forte na sua consciencia, a sociedade cristã em quem todavia se não apagára a recordação de tempos bem recentes e calamitosos e não deminuira o valor de os afrontar novamente, esperou, com a serenidade nunca desmentida que tem presidido a todos os seus actos, o momento de arrostar o perigo.

Como os abutres sobre um cadaver, as tribus

germanicas, a quem a aguia romana combatera sem poder vencer, lançaram-se sobre Roma. Por infiltrações lentas, elevando aos mais altos lugares do imperio os filhos das florestas nordicas, ou por embates violentos arrasando o que seculos de cultura haviam edificado e semeando a ruina e a desolação por onde passava a sua furia devastadora, os barbaros deram o golpe de graça ao imperio do ocidente, embora, não uma mas muitas vezes, o quisessem reconstituir em seu proveito.

Sucessivamente todas as provincias romanas foram caindo em seu poder, e a Hispania compartilhou a sorte comum.

Aqui, mais do que em outra qualquer parte, havia o cristianismo, de todo unido á cultura romana transformada e formando com ela um corpo social em que o material e o moral eram inseparaveis, obtido uma preponderancia sobre os espiritos, e aqui, mais do que em outra qualquer parte, se fez valer a sua superioridade moral sobre aqueles a quem acidentalmente havia sido concedida a força.

Sintetisado no sacerdocio e singularmente no episcopado, quando a civilisação se desmoronava, tudo quanto sobrevivia da cultura e da ciencia d'outr'ora, guarecidos nas catedraes primeiro, nos mosteiros depois, todos os conhecimentos elevados, todos os espiritos ilustres que n'uma epoca de trevas mantinham incolume o fogo sagrado das inteligencias cultas [1], o clero elevava-se mui alto sobre o seu tempo e, como diz Guizot, enquanto «na sociedade civil tudo é decadencia, languidez, inercia», consegue que, constituindo uma aristocracia intelectual ao lado d'uma

---

[1] Ozanam, *Civilisation chrétienne chez les Francs*, cap. VII. — Montalembert, *Les moines de l'Occident*, vol. I e II.

plebe escravisada e embrutecida e d'uma nobresa valorosa mas rude, na «sociedade religiosa tudo seja movimento, ardor e progresso.» [1]

A Igreja de Espanha, singularmente, animada d'uma actividade que assombra, tendo em seu seio homens da alta envergadura intelectual que é de supor nos que tiveram a honra de formar a alma e a inteligencia de vulto tão grandioso como é, dentro da sua epoca, o grande Bispo de Sevilha, St. Izidoro, constituia, a bem dizer, a unica força diretiva, moralisadora e civilisadora dos povos da peninsula.

Redusidos os representantes do poder de Roma ao desempenho do pouco simpatico oficio de cobradores de impostos, sem auctoridade, sem estima e sem valor; esquecida grande parte das antigas leis e inaplicavel o resto ás novas modalidades sociaes criadas pelo tempo; os que dirigindo os espiritos em ordem á eterna bemaventurança, não podiam ficar insensiveis, no seu alto menisterio, ás contingencias da vida publica e material, viram-se pouco a pouco, pela força das circumstancias, e, por assim dizer, inevitavel e involuntariamente, á frente dos negocios publicos, derigindo-os por longos seculos com a alta prudencia que os mais leigos em historia se vem obrigados a reconhecer, para já os não tornar a deixar senão nos tempos modernos, isto é: quando qualquer das nacionalidades hispanicas tinha entrado na mais completa das decadencias.

A seu tempo indicaremos detalhadamente as causas d'esta que, a seguir os termos consagrados modernamente, podemos chamar *teocracia*, mas desde já devemos adiantar que não tiveram nunca os povos ibericos razão de queixar-se do poder exer-

---

[1] Guizot, *Histoire de la civilisation*, 4me leçon.

cido pelo clero. Tomando conta dos destinos politicos e sociaes da Hispania n'um periodo de verdadeira anarquia, quando ninguem se encontrava em estado de o fazer e quando nenhuma auctoridade subsistia que não fosse a mais respeitavel de todas, a puramente doutrinal d'uma religião que, tendo dignificado a situação dos humildes e melhorado singularmente as relações entre as classes, era por todos unanimemente acatada e respeitada, os prelados, os padres e os monges que de ali em diante veremos sempre nos concelhos dos reis, nas assembleas legislativas e até nos campos de batalha onde se defendia a causa nacional, prestando o valor moral da sua inflexibilidade dogmatica aos que, abandonados de tal auxilio, se deixariam levar do capricho, e animando com a sua presença aos que, de se não tratar dos interesses d'uma crença, facilmente se curvariam ante quem em realidade lhes podia garantir maiores interesses materiaes, formam sob sua influencia o espirito iberico e fazem, sem destruir a autonomia dos membros, um só corpo com uma só alma, do que até ali era apenas um conjunto acefalo de povos a quem a civilisação romana tinha dado, até certo ponto, uma lingua [1] e alguns traços comuns.

Reunido n'esses concilios nacionaes ou provinciaes onde, como detalhadamente narram Lucas de Tuy e Mariana e como se pode vêr pelas *actas* d'essas mesmas assembleas, todas as necessidades eram atendidas, todos os abusos encontravam repressão e todas as queixas favoravel eco; promulgando os decretos que, pouco a pouco, iam formando uma legislação canonica e nova em harmonia com as ne-

[1] Mais adiante veremos como o latim nunca chegou a destruir completamente os idiomas ibericos.

cessidades dos povos entre os quaes se exercia a sua actividade admiravel, o clero presidia aos primeiros passos das nações ibericas na sua vida independente e com ele tiveram de haver-se os que, conjuntamente com novos elementos etnicos, introdusiam na peninsula uma nova crença destinada a quebrar por algum tempo a unidade religiosa em que, desde a completa extinção do paganismo, todos viviam.

Invadida a Hispania pelos suevos e depois pelos godos, raças nordicas que trasiam a este territorio, depois dos gregos, dos celtas e dos romanos, novas legiões ariacas para de todo assimilar os primitivos turanicos, e vencidos os primeiros pelos segundos no anno 585, a Igreja não tardou em fazer curvar a cabeça dos invasores sob as aguas lustraes do batismo ao mesmo tempo que a sua inteligencia se abria aos agonisantes esplendores da cultura romana.

Adquirindo uma importancia tal que obrigava as povoações galaicas a pedir auxilio contra os suevos que os escravisavam, não ao imperador romano de quem dependiam, mas a Teodorico, rei dos godos, estes barbaros que desde a lagoa Meotis até á Dacia de alem Danubio estendiam o seu formidavel poder, conseguiram facilmente, depois dos variados episodios da guerra gotica, iniciada em tempos do imperador Valente, arrancar ás languidas mãos dos governadores romanos o dominio da peninsula.

O fratricida Eurico, vencendo a Retiarius, rei dos suevos, e conquistando a ferro e fogo o nordeste de Espanha, desde o cabo Finisterre até a Lusitania, deixou a Alarico e depois este a Leovigildo os elementos necessarios para estabelecer a monarquia visigotica que tanta importancia havia de ter para a constituição definitiva da mentalidade iberica.

Convertidos os godos ao cristianismo pelo bispo Urfilas, da seita de Arrio, uma notavel diferença de

religião os separou de principio da população hispano-romana, dificultando entre vencedores e vencidos todas as tentativas de aproximação; mas, uma vez estabelecido o seu dominio, o contacto permanente com os catolicos que lhes eram superiores pela cultura, não tardou em influir poderosamente em seus animos, rebeldes á violencia mas submissos á persuação, levando os mais desfavorecidos da fortuna, os que compunham as classes baixas, a abandonar o arrianismo que, *ipso facto*, condenado a uma proxima desaparição, ficou sendo a religião oficial d'uma minoria aristocratica [1], o culto dos dominadores que, gosando de altas proteções, podia exercer despotico dominio, mas a quem faltava em absoluto o preciosissimo e indispensavel auxilio do favor popular.

E, como consequencia necessaria, veio a reacção. A obra dos dois primeiros concilios de Toledo, o prodigioso labor do eximio auctor de *De Summo Bono*, Santo Izidoro, e a introducção, feita por S. Leandro, da regra de S. Bento na vida religiosa da peninsula, produsindo maravilhosa florescencia de mosteiros em todas as terras de Espanha, deram o impulso que levado aos campos de batalha pelo valor do principe Hermenegildo, filho de Leovigildo, arvorou a bandeira das reinvindicações dos povos que professavam a religião catolica.

Foi uma revolta democratica em que o espirito popular se insurgiu contra a opressão d'uma crença que o era tão somente das classes dirigentes.

O esforço custou a vida ao seu caudilho, mas embora a vitoria favorecesse a causa arriana, tal

---

[1] Oliveira Martins não chega a fazer a destinção entre godos arrianos e catolicos; para ele os arrianos são a aristocracia, os catolicos o povo sem destinção de raças.

protesto não foi esteril e, morto Leovigildo, forçoso foi a Recaredo, seu sucessor, o renegar ante o terceiro concilio de Toledo das heresias em que tinha sido educado e que os nobres professavam.

Desde então ficou edificado sobre seguros alicerces o esplendoroso padrão da unidade religiosa, pedra angular do esforço ciclopeo da actividade hispanica, base e fundamento da civilisação iberica, e, com ela, a unificação politica de invadidos e invasores, colocado sob a mesma lei e fraternisados na mesma crença para elaborarem as premissas da epopeia futura [1].

O direito romano que, em virtude da personalidade das leis, conseguira vigorar para os hispano-romanos durante cento e oito annos depois da entrada dos visigodos na peninsula, é abolido. A legislação que, pela transformação do direito consuetudinario dos barbaros e pelo aproveitamento de uma ou outra disposição da jurisdição classica, pouco a pouco se fora formando ao calor dos Concilios de Toledo e Merida e sob a influencia do direito evangelico, canonificado pela Igreja, a dulcificar a rudeza dos costumes germanicos, estende sua auctoridade sobre todos os habitantes da peninsula.

N'este sentido promulga Chindeswintho as leis que, incluidas no codigo de Receswintho [2], figuram mais tarde na carta fundamental das nacionalidades hispanicas, n'esse *Fuero Juzgo* que, promulgado, a pedido de Egica, pelo XVI concilio de Toledo no anno 693, constituiu a secular constituição dos povos peninsulares.

O espirito iberico encontrava-se já tal como se

---

[1] Vide Nota XI *in fine*.

[2] Karolus Zeumer, *Fontes juris germanici antiqui*.

manifestou em epocas ulteriores e o *Liber Judicum*, fruto de sete seculos de cristianismo, obra de trese assembleas de varões prudentes e sabios em quem resplandecia a superior intelectualidade e acrisolada virtude que constituem a gloria perduravel da igreja visigotica, constitue a sua sintese mais notavel, a que, como afirmação dos caracteres de varias raças e diversas nacionalidades unidas por indestructivel laço moral, se perpetuou durante seculos, mantendo-se nas suas linhas geraes atravez de todas as reformas que as transformações do tempo e do meio imposeram para servir ás necessidades dos povos hispanicos em todas as epocas e ocasiões até que, falseada a sua orientação historica, o exotismo os precipitou na decadencia [1].

Aliado o principio da auctoridade á maior das liberdades possiveis e solucionado, por esta forma, o gravissimo problema que os tempos modernos em sucessivos ensaios não tem conseguido resolver; fortalecida a instituição municipal e transformada em seguro baluarte das liberdades populares onde o regionalismo se guarecia e o povo encontrava armas para se defender contra as tiranias possiveis dos representantes do poder central que, unindo o municipio á região, a região ao reino, levavam aos povoados mais escondidos os elos da vigorosa cadeia d'uma auctoridade sempre eficaz, sempre vigilante, os Padres do Concilio de Toledo fizeram no Codigo Visigotico uma obra de genio porque, animados do melhor dos espiritos, tendo exclusivamente em mira

---

[1] Até as *Ordenações Afonsinas* o chamado *Liber Judicum* vigorou em Portugal e o seu espirito só desaparece da legislação portuguesa com as *Ordenações Filipinas*. Veja-se Alexandre Herculano: *Historia de Portugal*, tomo I, e Gomes Barros: *Historia da Administração Publica em Portugal*.

as necessidades nacionaes conscienciosamente estudadas e optimamente conhecidas, nunca perderam de vista a felicidade do povo para quem legislavam.

Assim é que, abstracção feita da parte relativa ao que hoje chamariamos *direito penal* que, sentindo-se da rudeza dos costumes, alardeia um rigor inaudito que, de resto, aparece tambem em França na *Lei Salica* e é apanagio de toda a legislação anterior ao seculo passado, o *Fuero Juzgo*, no que não tem de contingente, no que não é consequencia necessaria de necessidades temporarias, constitue o ciclopeo monumento d'uma civilisação, a insubstituivel fonte a que é necessario recorrer para compreender as mil manifestações da vida exuberante das nacionalidades que o tomaram para norma da sua vida politica e social.

Caracterisada pelo espirito religioso que a anima, professando doutrinas e tomando por base ideias moraes que, dando-lhe uma finalidade determinada, encaminham todas as suas disposições ao auxilio do bem e a repressão energica do mal, esta legislação não é, claro está, o que modernamente, desde que a liberdade de pensamento foi arvorada em condição indispensavel de todas as instituições, se chamaria uma legislação *liberal*, mas, baseando-a sobre um criterio etico positivo, não deixando ao arbitrio de qualquer iluminado a liberdade de alterar a ordem social e garantindo por esta forma a estabelidade de formulas reconhecidas boas, os legisladores visigodos fizeram obra capaz de resistir á acção dos seculos, e este é o seu melhor elogio.

Aqueles que, ainda hoje, crêem nas virtudes sociaes da formula que, em nome d'uma pretendida liberdade de consciencia, reconhece o direito a todo e qualquer individuo de propagar toda e qualquer doutrina, sentir-se-ão naturalmente refractarios a

admirar um corpo de leis cujas primeiras palavras [1] são para reconhecer ao Supremo Criador, de quem procede toda a auctoridade, o titulo de inviolavel que modernas constituições reclamam para os reis, e que, depois de fazer vigorosa profissão de fé, põe essa fé a coberto de qualquer ataque, mas bom será que quem assim pense, suspendendo por um momento o seu juizo, reflicta que sobre a base anarquica d'uma confusão de espiritos desorientados a quem uma doutrina não ilumina não é possivel fundar uma organisação social estavel e que a liberdade de pensamento, optima durante um periodo constituinte, se torna funesta quando se passa ao constituido, porque, não sendo um principio organico, a sua acção naturalmente acaba quando a afirmação começa.

A liberdade de pensamento, como observou Augusto Comte, não existe n'aquelas materias em que a certeza é um facto; só pode existir quando uma doutrina ou uma ciencia se encontram na sua fase constituitiva; passada ela, desaparece, e quem se atrevesse a invoca-la provocaria a confusão e a desordem, tornando-se merecedor de despreso ou de castigo, segundo a importancia e o alcance da sua acção e o campo em que se exerce.

Isto que é verdade tratando-se de conhecimentos positivos, é-o tambem quando se trata do ideal de um povo. Cada nação para constituir um organismo e não uma colonia de polipos, um conjunto acefalo de celulas embrionarias, precisa de um ideal que determine a sua razão de ser e excite a sua actividade; esse ideal pode ser mais ou menos elevado, pode, como aconteceu com os fenicios e como moder-

---

[1] *Fuero Juzgo*, edição da Academia Espanhola. Primeiro titolo, leis 1.ª, 2.ª e 3.ª

namente succede em nações onde um scepticismo, mais ou menos velado por uma rigidez ritualista, incapacitou os espiritos para os sentimentos elevados [1], chegar mesmo a ficar redusido ao desejo ardente, individual ou colectivo, d'um engrandecimento material, mas tem de existir sob pena de aniquilamento.

Durante um tempo mais ou menos curto, os povos, encaminhando-se penosamente por um caminho desconhecido, procuram o; durante esse periodo todas as proposições são legitimas, muitas vezes uteis, quasi sempre aproveitaveis, mas, uma vez encontrado esse ideal, acatado por todos, a todos animando e por todos reconhecida a sua excelencia, a sociedade tem o direito de o declarar indiscutivel e de esmagar quem se não submeta.

Sempre assim succedeu na constituição de todas as nacionalidades, de todas as civilisações, e o progresso jamais sofreu com isso. A acção do tempo, novas necessidades, conhecimentos novos, vem sempre influir sobre o que existe para o fazer andar, evolutivamente, pausadamente, sem destruir a sequencia historica. Enquanto ha vitalidade n'um organismo ele move-se, só estacionam as culturas que já não têm condições de vida, ou que, chegando ás ultimas consequencias das suas premissas, não encontram uma sahida para todas as energias de que dispõem, e que, forçadas a isso, se atrofiam e dege-

---

1 Com todo o interesse recomendamos, para o estudo d'este estado social, a leitura das duas conferencias de John Ruskin: *Sesame of Kings treasuries* and *Liles of queens gardens* (*Library Edition*, Londres 1905). Não se pode dar nada mais completo. A primeira das conferencias e os §§ 82 e seguintes da segunda são a melhor das criticas do utilitarismo moderno.

neram, mas nunca o espirito conservador, que é o instincto de conservação natural em todos os organismos, foi um obstaculo para o desenvolvimento d'uma organisação social.

Sociedades sem ideal, sociedades scepticas, é uma concepção moderna d'aqueles que proclamando a independencia do Estado ante todo e qualquer poder espiritual, julgaram poder circunscrever a acção dos governos aos interesses materiaes, mas, engano ou estratagema, a falsidade d'este raciocinio está reconhecida e, passado o tempo em que lealmente se estabelecia um divorcio mais aparente do que verdadeiro entre os dois poderes, temporal e religioso, hoje quando o primeiro repele o segundo é para ocupar o seu lugar; não se declara indiferente; adopta um criterio moral e, procedendo como tem procedido, e é natural que procedam, todas as sociedades em todos os tempos e occasiões, impõe-o pela força aos refractarios, esmaga os que lhe desobedecem.

Nascido no seculo XVIII, o *liberalismo* não chegou a ter mais d'um seculo de existencia; mataram-o, abandonaram-o aqueles que d'ele se tinham servido, e hoje como outr'ora, posta de parte a decantada liberdade de pensamento, os que regem os povos que marcham á frente do movimento moderno, pensam, como um dos poucos positivistas portuguezes, que, adoptadas pela sociedade novas doutrinas que a maioria ou que a classe dominante julga verdadeiras, «a liberdade de consciencia ha de tornar-se em politica um tão manifesto não-senso como o é em engenharia, nas industrias ou na medecina, por exemplo [1].

---

[1] Dr. Julio de Mattos no prefacio á tradução de Garofalo: *A superstição socialista*, pag. XXIV.

Assim o pensaram igualmente nossos antepassados, e, em consequencia, a Igreja que, libertando os escravos e manumitindo os servos, havia merecido bem da humanidade; que, abrindo universidades e centros docentes, impedira que as trevas da ignorancia devastassem a Europa e que, no rude pelejar dos barões feudaes, de todo se apagasse a luz da ciencia classica; a Igreja que tinha presidido á constituição d'uma nova sociedade da qual haviam de sair as nações modernas, dominava tudo com seu espirito, sobresaindo com esplendor nas leis constituitivas das novas agremiações sociaes, e, de um modo especial, na legislação uniformisada d'essas nações que compunham o imperio visigotico, e a quem o cristianismo arrancára das trevas da barbarie, evocando-as a luz da civilisação.

A sua acção exercia-se a favor dos fracos e dos humildes, contra a tirania e o despotismo [1]; protegia particularmente com seus canones e as suas penas mais severas aqueles a quem tudo era hostil; unia as classes mais rivaes e os povos mais diversos n'um laço e n'uma fé comum; dava guarida aos vencidos e protegia os perseguidos, cobrindo-os com a sua inatacavel auctoridade espiritual, e valendo-se da posição previlegiada que o clero soubera conquistar pelo seu saber, pelas suas virtudes, pela sua energia, arvorava os seus sacerdotes, os seus monges, os seus prelados e os seus Pontifices em defensores do direito, «contendo, como diz Voltaire [2], os so-

---

[1] Guizot, *Histoire de la civilisation*, 4me leçon; Littré, *Le moyen âge et les barbares*; Hurter, *Historia de Inocencio III* e *A Igreja na Idade Media*.

[2] Voltaire, citado por De Maistre: *Du Pape*, liv. II, cap. XII.

beranos, protegendo os povos, terminando questões temporaes com uma sabia intervenção, ensinando aos monarcas e aos subditos os seus deveres, e, depois de feito isto tudo, lançando anatemas contra os grandes atentados que não tinha podido prever.»

Em virtude da unidade religiosa que a cem organismos dava uma só alma, os povos da Europa constituiam então uma verdadeira etnarquia, cujo chefe espiritual, o Papa, arbitro supremo das questões internacionaes [1], intervinha na sua vida politica para fazer respeitar a razão contra a força em nome d'um criterio superior que por desgraça hoje falta em absoluto no direito publico europeu; o espirito cristão era a base d'essa civilisação em que — apezar de tudo — vivemos, e que, atingindo o seu periodo aureo no seculo de Leão x, tão grande pasmo causa aos que a estudam; a unidade de crenças era considerada como base e alicerce do amor patrio, como unica força que pode dar vigor aos povos, e o *Fuero Juzgo*, reconhecendo as enormes vantagens de tal estado de coisas, fundando as suas leis em tal principio, considerava qualquer ataque contra o criterio etico e metafisico da sociedade como o peor crime contra o Estado, como verdadeira traição á causa da patria, e colocava em Deus a pedra angular do edificio social [2].

A doutrina cristã que salvára os povos peninsulares do temivel naufragio do mundo antigo, que como sangue robusto levava a vida a todos os seus membros, impera em todas as manifestações da acti-

---

[1] Vide nota XII *in fine*.
[2] *Fuero Juzgo*. Prim. titolo, leis 1.ª, 2.ª e 3.ª

vidade hispanica, e constituindo, nas suas maximas, o coração d'aquellas vontades robustas, o espirito que anima aquelas energias, o fogo a que se acalentam aqueles homens de acção, a sua intangibilidade, base insubstituivel d'uma forte e segura disciplina nacional, é garantida solemnissimamente nas leis que nenhum crime castigam como aquele que contra Deus se pratica e cousa alguma tanto protegem como os direitos da fé catolica por todos venerada [1].

Deus é o fundamento, a base, a segurança da legislação iberica. Pedra indestrutivel e inabalavel de seus fundamentos ciclopeos, cupula magestatica do grandioso edificio do Estado, n'Ele se inspiram todas as leis da monarquia visigotica e, primitivamente, as de todas as nacionalidades que de seus restos se formaram.

Assim se explica a forte união e solidariedade que, dando ás nações ibericas uma unidade de esforços que não tem, nem podem ter, aquelas onde não existe uma comunidade de crenças, tornou exequivel uma resistencia de oito seculos á invasão musulmana e facilitou a execução d'um plano tão grandioso qual foi a descoberta, conquista, colonisação e civilisação de dois mundos.

O patriotismo, o respeito ás leis, a obediencia á auctoridade, são para os iberos algo mais que virtudes civicas, são deveres religiosos, e, sendo assim, como poderia a sua fé robusta furtar-se a eles?

O Estado, no conceito hispanico e cristão, verdadeira agremiação de familias, municipios, provincias, classes, instituições e corporações unidas em ar-

---

[1] *Fuero Juzgo.* Titolo II, leis 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª, 9.ª, 17.ª e 18.ª; titolo III, leis 1.ª e 2.ª

dente fraternidade de crenças e sentimentos e regidas com ampla liberdade e autonomia por leis particulares, garantidas pela lei geral que procede de um acordo unanime e se funda na lei evangelica, aparece-nos, por consequencia, logo nos primeiros tempos, intimamente unido á Igreja, obedecendo-lhe como o corpo obedece á alma, como o braço obedece á vontade, recebendo d'ela a direcção e a inspiração necessarias [1] para procurar em todos os seus actos os motivos mais nobres, as miras mais elevadas.

Longe de haver entre estas duas sociedades perfeitas — cuja existencia o espirito do cristianismo fez indispensavel — esse antagonismo que o excesso de zelo dos defensores das regalias do Estado procurou fazer existir desde que o cezarismo se implantou na peninsula, a cordialidade de relações [2], necessaria e natural entre quem se inspira n'uma doutrina e aquele que tem o dever de a guardar, explicar e interpretar, constitue o meio que as leis e a unanime maneira de pensar e sentir de nossos antepassados consideravam mais apropriada para facilitar ao poder civil a execução da sua missão.

E era-o efectivamente. Antepondo a auctoridade espiritual á temporal fecha-se, como já indicamos, a porta ao despotismo; os encarregados de fazer cumprir as leis sentem que a sua vontade não é onipotente; a consciencia publica forma-se e educa-se no respeito d'uma moral e d'um direito abstractos superiores ás contingencias da realidade e, ainda quando as leis não prevejam todos os detalhes necessarios para prevenir a arbitrariedade, basta o espirito que as anima para a tornar impossivel.

---

[1] *Fuero Juzgo*. Prim. titolo, leis 1.ª e 2.ª
[2] Idem, idem, leis 1.ª e 2.ª

Não era, contudo, este o caso da legislação visigotica. O zelo dos seus auctores de levar ao texto das leis o espirito, a consciencia e os costumes das populações cristãs para quem legislavam, obriga-os a prever tudo, a tudo remediar minuciosa e antecipadamente, declinando aos monarcas e aos povos os seus deveres, detalhando-os escrupulosamente.

Ao Rei é a quem, antes que a qualquer outro competia dar o exemplo de obediencia ás doutrinas que animavam a sociedade. Emanando de Deus a auctoridade e devendo todos, por amor a Deus [1], obedecer aquele a quem a nação fez rei, é dever d'aquele que foi escolhido para reger o Estado, velar pela unidade da fé [2] e defender a Igreja [3], pondo a sua auctoridade, e a sua espada, e a sua pessoa ao serviço do poder espiritual.

Colocado pelas leis no primeiro lugar da nação, o Monarca tem o direito de intimar a todos a obediencia sem obedecer a ninguem, mas, em relação ao Soberano Pontifice, encontra-se em segundo lugar e tem o dever de curvar a cabeça. Fazendo-o reconhece implicitamente uma verdade desconhecida dos antigos potentados, acata um principio civilisador, sujeita a sua vontade de governante aos dictames da lei moral, e este acto, na aparencia insignificante, na aparencia inutil, mas na realidade prenhe de beneficos resultados de que ele é o primeiro a beneficiar, dá á sua auctoridade um caracter sagrado que sem isso não teria, sendo ao mesmo tempo de inestimavel valor para aquelles que o aclamaram.

---

[1] *Fuero Juzgo*. Primeiro titolo, leis 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª, 9.ª, 12.ª, 14.ª, 15.ª, 16.ª, 17.ª e 18.ª; liv. I, titolo I e II, leis 4.ª, 5.ª, 6.ª e 7.ª

[2] Idem, idem, lei 2.ª

[3] Idem, idem, leis 1.ª e 2.ª

Graças a esta subordinação do poder temporal á força moral, nunca os povos hispanicos, até que exoticas influencias implantaram um novo estado de coisas, tiveram a recear as arbitrariedades da auctoridade suprema.

Os soberanos, escolhidos pelo povo, quer pelo acatamento do principio da hereditariedade, quer a despeito d'ele [1], reinavam e governavam, administravam justiça e legislavam [2], mas não segundo seu capricho, nunca obedecendo á ira ou á irreflexão, sempre em conformidade com a moral cristã, com benignidade e obediencia ás leis e usos estabelecidos [3], porque, como diziam os que o haviam eleito rei, a auctoridade lhe tinha sido dada para procurar a felicidade do povo e velar pela paz e pela justiça e «*não se fizeram os povos para os reis, mas os reis para os povos, e não foram os reis que criaram os povos, mas os povos que criaram os reis*» [4].

Os concilios, assembleas de prelados, proceres, clerigos e homens do povo que desde a desaparição do poder romano, nos mais remotos tempos da historia dos povos ibericos, vemos funcionando como verdadeiras côrtes ou parlamentos — que em realidade o eram — discutindo, reclamando, censurando e legislando ao lado do trono real, velavam pelo cumprimento d'estas prescripções, pelo respeito a estes principios, pela execução d'estas disposições legaes.

O rei, assistido de homens sabios e prudentes que

---

[1] Marina: *Ensayo historico-critico sobre la legislacion y principales cuerpos legales de los reinos de Leon y Castilla*, pag. 73; Mariana: *Del rey y de la Institucion real*, liv. I, cap. IV e VI.

[2] *Fuero Juzgo*, liv. II, titolo I, lei 2.ª

[3] Idem, idem, lei 3.ª e 4.ª

[4] Idem, idem, leis 1.ª, 2.ª e 8.ª

compunham seu Conselho, obrigado a pedir e escutar seu parecer [1], mas tendo a responsabilidade plena e efectiva dos seus actos [2], era o primeiro a quem competia a obrigação de obedecer á legislação estabelecida, e quando, por motivos justos, queria, depois de pensar maduramente, estar certo da absoluta necessidade da reforma e ter consultado os sabios e prudentes, modificar as antigas leis ou fazer outras novas para atender a novas necessidades, tinha de ter em conta, em primeiro lugar, as leis de Deus e as leis da Igreja a quem deve completa obediencia [3], e, depois, a vontade da nação, sem cujo consentimento não pode tocar tanto nas leis fundamentaes, como nos foros e liberdades reconhecidas [4], sob pena de incorrer nas graves responsabilidades a que voluntariamente se submeteu quando, antes de ocupar o trono, jurou cumprir as leis, respeitar os privilegios e velar pela unidade da fé, e lhe foi dito que perderia a corôa se faltasse a tal juramento, *«porque entanto será rei enquanto que obrar rectamente, e se não obra rectamente perde o nome de rei e já não é rei»* [5].

Era esta, como se vê, uma robusta organisação social, fortemente vinculada a um criterio doutrinario que, como ferreo arcabouço lhe dava uma resistencia irreductivel á acção poderosa dos seculos e aos embates das paixões dos homens.

Dentro da sua esfera, onde a autonomia regional

---

1 *Fuero Juzgo*. Prim. titolo, lei 2.ª; liv. II, lei 2.ª
2 Idem, idem, lei 2.ª
3 Idem, idem, leis 1.ª e 2.ª; liv. II, titolo I, lei 2.ª
4 Idem, idem, lei 2.ª
5 Idem, idem, lei 2.ª

era respeitada até ao ponto de, a ser verdade o que relatam as cronicas de Luitprando, dez linguas poderem ser faladas na peninsula sem que ao governo central se lhe ocorresse — como fizeram os Cezares e como fazem os estadistas hodiernos — impor uma d'elas, ou prescrever uma só; onde o municipio, herdado dos romanos, alcansou uma dignidade e independencia nunca até então atingida e nunca depois igualada; dentro da sua esfera, diziamos, aberta a todas as liberdades justas, a todos os progressos necessarios, só não tinham cabida essas questiunculas desmoralisadoras e estereis que preenchem a vida politica dos Estados modernos, desde que, vivendo em eterno periodo constituinte, o prescindibilismo em relação aos problemas mais capitaes foi arvorado em norma de governo e o scepticismo dos dirigentes abriu a porta a todas as origens de indisciplina e deu lugar a uma devastadora luta de consciencias, a uma guerra civil latente e improductiva que, estiolando energias, vae rebaixando o nivel moral e intelectual da sociedade, arrastando-a a todas as decadencias, a todas as aberrações que espiritos ociosos, com a liberdade garantida pelas leis, podem conceber.

Robustecido o principio da auctoridade, dando ao que a exercia a maxima independencia, sem que, por isso, mil meios dos mais eficases não houvessem sido previstos para impedir-lhe os abusos, a lei fundamental das nações ibericas serviu durante quasi dez seculos a todas as suas necessidades, em periodos de verdadeira febre progressiva, de lutas ardentes, de transformações radicaes, de actividade pasmosa. Modificada, posta em dia, mas nunca alterada pelo *Fuero Real* e pelas *Partidas*, com ela viveram felises os povos que tendo estudado rigorosamente as suas necessidades tinham tido o acerto de lhe dar

uma solução em harmonia com a sua indole idiosincratica, e quando, de reforma em reforma, transformada a letra, se adulterou o espirito da secular constituição hispanica, da que representava a nossa maneira de ser, da que constituia a cristalisação tradicional e diamantina de todas as energias e de todas as virtúdes que, na guerra, como na paz, levaram os filhos da Hispania, durante esse aureo periodo de paixões vivazes, de actividades masculas que se chamou a Renascença, a ocupar o primeiro lugar no mundo, nada lucraram com a mudança as nacionalidades peninsulares, que, entregues a uma direção inepta, castradas no seu vigor, não tem feito senão agonisar no mais lamentavel dos estertores.

E é que aquele sistema em que uma elevada prudencia conseguira aliar os direitos de «um poder energico, verdadeiro» com os interesses de «uma liberdade de factos e não de palavras, ciosa de seus foros e enraisada no coração dos subditos armados — dentro dos municipios — para a defenderem contra todas as tiranias», era, como diz Alexandre Herculano [1], verdadeiramente «admiravel na sua essencia, e, logicamente desenvolvido, modificado pela experiencia dos seculos, aperfeiçoado pela civilisação, teria n'esta formosa terra de Espanha, transmitido inteira ás gerações atuaes uma herança de liberdade e de paz, se o imprevidente orgulho da Monarquia, desvairada pelos seus conselheiros exclusivos, os cultores da jurisprudencia politica do Imperio romano, não houvessem esmagado todas essas nobres e santas tradições, para dormitar tres seculos reclinada no silencio da servidão, e despertar moribunda nas orgias de revoluções copiadas de alem dos Piri-

---

[1] Alexandre Herculano, *Historia de Portugal*, liv. VI.

neos, revoluções extranhas á autonomia nacional e, por consequencia, sem futuro».

Encasteladas nas sabias disposições juridicas do *Fuero Juzgo* que, sintetisando a sua maneira de ser catolica e independente, amante de suas liberdades, ciosa da sua autonomia e zelosa veneradora da Fé que os redimira, dava aos povos hispanicos tão diferentes pela raça, pelas tradições, pelo idioma, um só espirito, uma só alma, uma só vontade que os unia a despeito de seculares rivalidades, de ante-historicas divergencias e irreductiveis antipatias, as nacionalidades peninsulares, nova hidra de Lerna, policefala mas com um só coração, poderam encontrar na multiplicidade de suas actividades e na unidade do seu ideal, quando o imperio visigotico se esfacelou, as energias necessarias para fazer frente á invasão musulmana.

Como gigantesco rochedo, sentinela avançada d'um continente, isolado no seio do mar, a Espanha resistiu ao ciclopeo embate dos exercitos arabes.

Quando chegou o momento de afrontar o choque impetuoso, o rochedo não se moveu, as ondas cubriram-o; coroado pela espuma, invisivel sob as aguas, parecia ter desaparecido; mas, indomavel na indestrutivel união dos mil elementos que o compunham, permaneceu em seu posto; opoz á furia das vagas a sua resistencia de colosso; e, depois d'um momento de luta, as ondas retiraram-se e o rochedo ficou.

CAPITULO V

A civilisação iberica

E aqui podemos pôr termo aos prolegomenos d'este estudo, pois deixamos estabelecido sobre suas bases imutaveis a ***civilisação iberica.***

Negada por uma escola moderna que, no seu labor nihilista, não admite sequer a existencia das civilisações de raça, nem por isso a realidade d'uma maneira de ser *generis suis* vinculada aos povos hispanicos, de uma cultura iberica, original e poderosa, deixa de ser um facto.

Provou-o exuberantemente Oliveira Martins, comprova-o um exame criterioso da historia peninsular que sem grande custo nos permitirá observar, n'essa maneira de ser, as caracteristicas necessarias a todas as civilisações, a começar pelo esforço inicial que lhe deu origem e que, n'ela como em todas as outras, não é outro senão o assinalado por Nietzsche no seu estudo da cultura helenica [1]: o criterio necessariamente pessimista que a especie humana em geral e os povos antigos de um modo particular, teem sobre a vida, e a reacção contra esse conceito que os força a procurar n'um ideal a energia necessaria para continuar vivendo.

E eis-nos obrigados a entrar na analise da razão primordial geratriz do esforço humano em ordem ao progresso. Digressão talvez, mas digressão necessaria, ela pode levar-nos para um terreno metafisico desagradavel a muitos, mas é impossivel fugir a ele: sem metafisica nada se levanta do nivel rasteiro das coisas mais infimas.

Assim, pois, abordemos o problema sem temor e tratemos de conhecer a causa de facto tão estranho qual o de existirem povos que por esforço proprio elaboram uma cultura progressiva, enquanto outros, até da mesma raça e em condições mesologicas muitas vezes superiores, ou permanecem n'um estado radicalmente improgressivo ou só saem d'ele em

---

[1] Frederic Nietzsche, *Helenismo e pessimismo.*

virtude de influencias exteriores, da acção educativa sobre eles exercida pelos nucleos auto-cultivados.

D'este exame sairá a prova concludente da existencia real d'uma civilisação peninsular.

Considerado o homem nas suas relações com a natureza vemo-lo, nú e inerme n'um meio implacavelmente hostil, em combate desigual com forças ignotas que, envoltas em misterio, se apresentam á sua imaginação aterrorisada como monstros espantosos, como divindades crueis, inexoraveis, duras, conjuradas para o esmagar e para exterminar sua raça.

De esta luta primitiva, de este esforço inicial da especie humana cubrindo com as ossadas de seus membros os caminhos de sua expansão sobre a terra, sahe o grito de angustia, o extensissimo gemido de dor que soou na amplidão da alma do homem atravez de todos os seculos, o travo amarissimo de pessimismo que constitue o fundo de todas as producções dos primeiros mentores da humanidade, a tristesa, o desalento, o protesto sacrilego ou a humildade piedosa que de Job a Heraclito, das tragedias de Sofocles ás meditações de Gerson em todas lança seu manto de trevas obscurissimas, impenetraveis.

Ante este pezo todos se curvaram mas nem todos cahiram. Todos o sentiram mas nem todos com a mesma intensidade; alguns — mais sensiveis — não poderam resistir e, como os melancolicos Etrurios, socumbiram ante a mais dolorosa interpretação do universo; outros reagiram; outros, por fim, resignaram-se, e ainda quando estes, da mesma forma que os primeiros e os segundos, se lamentassem, só entre

os vigorosos, os nem destituidos de sensibilidade nem morbidamente sensiveis, é que a lamentação toma uma forma literaria, se apresenta como gritos d'alma, penetrantes e agudissimos, ressoando atravez da eternidade.

E só estes, na sua reacção, fiseram algo de positivo; só estes sentiram a ancia de encontrar um *porque* transcendente para explicar os seus sofrimentos e, n'este esforço para dar uma satisfação ao criterio etico que só o homem possue no universo-mundo, n'esta sede de explicar para bem a injustiça patente, e dar, se possivel, remedio ao inevitavel, surge o ideal, surge a *interpretação* e, com ela, a cultura.

A natureza impassivel e indiferente que nos rodeia e da qual a vida brota como de fonte inexhaurivel, cubrindo-nos com o manto protector da sua belesa soberana que não se turva nem se eclipsa por grandes que sejam a dôr e o sofrimento do homem, continuando magestaticamente a cantar nos murmurios dos ribeiros ou nos rugidos das cataractas e a brilhar nas noutes tranquilas do plenilunio ou nos dias esplendorosos de ceu azul, quando desejariamos que as trevas se fizessem, que o raio fendesse as nuvens e que o chão se convulcionasse; manifestando toda a alegria de que está repleto o seu seio uberrimo quando, atormentados em agonia, quereriamos que o universo se unisse a nós para chorar, revela-se aparentemente cheia de crueldade para com os mortaes, leva-os a julgarem-se abandonados, sós, desamparados no seio do *cosmos*, mas, quando isto succede, quando a desesperação dos espiritos nobres sente que sobre suas cabeças os ceus são de bronze, é quando a natureza — precisamente por se ter negado a tomar parte nas nossas desditas — dá aos povos e dá aos homens uma suprema lição de energia, mi-

nistrando-lhes força para a vida e obrigando-os a procurar em si proprios o que lhes faz falta: os excitantes necessarios para não socumbir.

Continuando, profundamente *amoral*, como diria Maeterlinck [1], a fazer pairar a sua indiferença sobre todas as tristesas, horrores e iniquidades: a natureza origina a vontade soberana que sempre encontra forças para a luta, e o homem, vendo-se obrigado pelas vigorosas correntes da vida universal, a não se deter por muito tempo em consideração ante a dôr, prosegue o seu caminho, esquecendo amanhã as desgraças de hoje, e hoje as torturas que lhe arrancaram gritos estridentes.

E assim se explica de que modo os filhos do Ganges chorando, sob a influencia da enganadora Maya, o esfacelamento do Um-primitivo em numerosos individuos; os gregos dominados pelo misantropico criterio do preceptor de Dionisios; os hebreus compreendendo com Salomão quanta vaidade se encerra na maior opulencia e os povos cristãos clamando pela voz eloquente de Santa Thereza de Jesus: «oh morte! eu não sei como ha quem te teme!», poderam ter forças para continuar vivendo e até ambicionando o poder que a todos eles corresponden nos seus tempos de maior gloria.

«É um fenomeno eterno, diz Nietzsche [2], sempre encontra a vontade anciosa um meio de suster na vida ás suas criaturas e obriga-las a continuar vivendo, mediante uma ilusão estendida por cima das coisas.» — O homem, apoiado e confiando no *principium individuationis* — sentado no meio de

---

[1] Maurice Maeterlinck, *Le temple enseveli*, première partie: *La Justice*.

[2] *Helenismo e pessimismo*, cap. XVIII.

um mundo de tormentos, como, n'um fragil batel, o pescador no seio de um mar tempestuoso, segundo a formosa imagem de Schopenhauer [1] — e auxiliado pela secreta e invencivel fé, que todas as criaturas possuem, d'uma perfeição absoluta, cria, pelo desenvolvimento das qualidades especialissimas que d'ele fazem um ser *sui generis* no universo conhecido, os grandes ideaes que, a pezar das contrariedades da vida, e sobrepondo-se a elas, condusem e arrastam os individuos ou as nações e só os abandonam quando fisiologica ou historicamente chegou a hora da morte, quando a resistencia já não tem razão de ser, quando já não ha necessidade ou possibilidade de batalhar e não fazem falta ou são inuteis os impulsos vigorosos.

O homem colocando-se ante a vastidão que o rodeia procura dar-lhe uma significação, interpreta-la, e d'essa interpretação nasce o *ideal*. Mas como as disposições do espirito do espectador não são sempre as mesmas, nem iguaes os metodos seguidos, de ahi as variantes nas interpretações, nos ideaes e, por consequencia, nas culturas.

« Enquanto para uns, como faz notar o mistico Novalis [2], a natureza não é outra coisa senão uma festa ou um banquete, para outros transforma-se em religião preceituosa e dá á uma vida inteira a sua direcção, a sua atitude e a sua significação. Já na infancia dos povos existiam essas almas graves para as quaes a natureza era o rosto de uma divindade, enquanto que outros corações mais frivolos só se ocupavam de suas festas. Para estes o ar era um

---

[1] *Mundo como vontade e representação*, vol. I, pag. 146.
[2] Novalis (Frederic von Hardenberg), *Les disciples à Saïs* — tradução franceza, cap. II, pag. 15.

licor embriagante, as estrelas os archotes de seus bailes nocturnos; as plantas e os animaes apenas alimentos preciosos; e a natureza não lhes parecia um templo tranquilo e maravilhoso mas uma alegre cosinha e um celeiro alegre. Ao lado d'estes havia tambem almas meditativas que na natureza actual só viam boas disposições, aptidões grandiosas mas selvaticas e que noite e dia trabalhavam na criação de modelos de uma natureza mais nobre. Para estes foi, por escolha propria, o peor trabalho. Uns quiseram despertar os sons que se tinham calado e perdido no ar e nas florestas. Outros deposeram no bronze e na pedra o presentimento e a ideia que tinham de raças mais perfeitas e reconstruiram rochedos mais sublimes para d'eles fazeram suas moradas...»

E assim surgiram tres generos de cultura, tres civilisações diferentes, ou, como por outras palavras diz o antes citado Nietzsche [1], assim «uns são encadeados pelo prazer socratico do conhecimento e pela ilusão de poder, por este meio, curar a incuravel ferida da existencia; outros envoltos pelo veu seductor da beleza da arte, e outros, ainda, pela consolação metafisica de que sob o turbilhão dos fenomenos continua manando indestructivel a vida eterna.»

De aqui nascem tres modalidades a que podemos chamar cultura mistica, estetica e filosofica — no sentido etimologico da palavra — e que, sem corresponderem, porque são quasi simultaneas, aos tres periodos: *teologico, metafisico* e *positivo* que Augusto Comte, sobejamente refutado, quiz ver na historia do progresso humano, constituem os tres esquemas absolutos de civilisação que nos é dado conhecer e que — se se querem exemplos historicos — podemos ma-

[1] Obra citada, mesmo capitulo.

terialisar nas civilisações brahmanica e hebraica, na greco-romana e nas alexandrina e fenicia.

Assim reagiram os povos orientaes contra a sua carateristica e esmagadora melancolia, esse tupido veu negro que os animava a confiar no *nirvana* e que forçava o Patriarca de Us, depois de amaldiçoar o dia em que nascera, a aspirar pelo momento em que lhe seria dado ir descançar *n'aquela terra tenebrosa e coberta de sombras da morte, terra escurissima como a propria escuridão, sombra da morte e sem ordem alguma* [1]; assim venceram os gregos, diz ainda Nietzsche [2], «aquela desconfiança horrivel das forças titanicas da natureza, aquela Moira reinando sem compaixão sobre todos os conhecimentos, aquele abutre do grande amigo dos homens, Prometeo, aquele signo espantoso do sabio Edipo, aquela maldição da raça dos atridas, que obriga Orestes a matar sua mãe, emfim toda aquela filosofia do deus selvatico» que os atemorisava com exemplos miticos; e, assim igualmente, pretendem as sociedades modernas, desde que mais ou menos se apartaram do cristianismo, solucionar os terriveis problemas sociaes que, como nuvens caliginosas, lhe cobrem o horisonte.

Qual d'estas culturas avantaja as outras não é agora ocasião de o averiguar; basta saber — e isto é o que nos importa — que por meio de um ideal religioso, artistico, ou cientifico, mas sempre por meio de um ideal, se salvam os povos do aniquilamento a que fatalmente os condusiria a evidencia irremediavel dos males que acompanham a vida e que, assim, em virtude de uma força extranha e superior á von-

---

[1] *Livro de Job*, cap. III, vers. 2.º e cap. X, vers. 18 a 22.
[2] *Helenismo e pessimismo*, cap. III.

tade mais clarividente dos interessados, se criou a civilisação de cada uma das grandes sociedades humanas, a qual, sendo — independentemente dos progressos materiaes que lhe devem estar subordinados e a quem deve reger — a sintese das conquistas alcansadas pela humanidade sobre si mesma no conceito das suas relações consigo e com o universo e constituindo a soma dos triunfos obtidos pelo homem, na esfera moral, sobre os sofrimentos e as proprias paixões que os agravam, será tanto maior quanto maior fôr a energia com que actua sobre os povos e não quanto maior for o numero de comodidades de que estes podem dispôr.

E dissemos «civilisação de cada uma das grandes sociedades humanas» e não simplesmente *a civilisação* porque, em efeito, de povo para povo, de Estado para Estado, a civilisação varía, não só porque as inspirações que concorreram para a sua formação podem ser diferentes, mas porque, ainda quando originadas pelo mesmo impulso, as influencias de raça e de meio são suficientes para dar lugar a antagonismos e diferenças tão grandes como as que se notam, *verbi gratia*, dentro da cultura engendrada pelo ideal religioso, entre a civilisação brahmanica e hebraica antes citadas.

E natural é que assim seja. Constituindo uma *nacionalidade* toda a agrupação humana cujos membros pertencem á mesma raça, usam o mesmo idioma e tem iguaes costumes e tradições, ou, pelo menos, toda a agremiação onde domina a maioria d'estes factores da individualidade nacional e onde quasi todos estes elementos estaticos que caracterisam um povo são observaveis, vê-se que, ao contrario do que sopunham certos empiristas politicos do seculo XIX para quem todas as nações eram essencialmente iguaes e a todas aplicavel a mesma formula gover-

nativa, cada povo, como cada individuo, biologicamente considerado dentro da raça e da familia de que faz parte, é, dentro da multidão de agremiações nacionaes a que está ligado por mil afinidades antropologicas e historicas, um ser analogo a muitos outros mas *absolutamente diferente de todos*.

Ora sendo cada *nacionalidade* produto de uma serie de causas concomitantes, que lhe deram origem e intervem no seu desenvolvimento natural, resultante de um conjunto de circunstancias especiaes que só uma vez se deram e *practicamente* se não podem tornar a dar e, por consequencia, sendo, pela soma de influencias etnicas e mesologicas que n'ela entraram, essencialmente diferente das outras, tem de ter, como é natural, em grao mais ou menos elevado, uma vida social diferente da que todas as restantes possuem, e, sendo assim, pode-se afirmar que cada povo, como cada individuo, tem um caracter que, singularisando-o e destinguindo-o, preside a todos os seus actos e inspira todos os seus movimentos, arrastando-o de determinadas maneiras e por determinados caminhos em virtude de uma especie de fatalismo que só o esforço muito forte de uma vontade directiva pode vencer.

Se esta vida social e este caracter se formaram, pela assimilação de elementos extranhos ou pela cultura de elementos proprios, de um modo nacionalmente original e, principalmente, — ainda quando não seja condição indispensavel — se esta maneira de ser de um povo, depois de assim formada, irradia e influe sobre outros povos e nacionalidades, contribuindo por esta forma para o progresso geral da humanidade, tal caracter, tal vida social constituem uma verdadeira *civilisação* que não é a *civilisação* em abstracto ou, sequer, a *civilisação* de uma raça, mas que representa a quantidade de esforços e conquistas

com que aquele povo pagou o seu tributo á civilisação universal.

Este tributo será tanto mais importante quanto mais intensa for a acção do povo que o oferece, mas se, em vez de um povo, se trata de um conjunto de povos, se em lugar de uma relativa civilisação nacional, se trata de um conjunto de civilisações intimamente relacionadas entre si e que, por estarem inspiradas n'um dos tres esquemas a que nos referimos ou por serem uma integração, ecletica mas original, de todos eles, formam uma verdadeira *civilisação* na significação absoluta da palavra, tal conjunto não estará somente revestido do interesse particular que pode oferecer aos especialistas o querer conhecer a constituição sociologica de uma nacionalidade, mas deverá ser considerado como elemento importantissimo para o estudo de uma epoca ou de uma sociedade como, por exemplo, a civilisação helenica — sintese da obra de varios grupos — dentro da civilisação classica e a moderna civilisação latina dentro da civilisação europeia.

Ora é isto, precisamente, o que succede com as nacionalidades ibericas, de que aqui especialmente nos ocupamos, e com a cultura que solidariamente elaboraram pelo aproveitamento e aperfeiçoamento dos elementos que civilisações antigas tinham deixado.

Filhas, como vimos, de povos de diverças raças, vindos á peninsula em diferentes epocas, que, estabelecendo-se nas regiões naturalmente demarcadas pelo relevo orografico do nosso territorio, criaram no seu isolamento idiomas e costumes proprios, todas e cada uma d'estas nacionalidades, trabalhando por si propria no seu aperfeiçoamento, elaborando um codigo para solucionar os seus problemas sociaes e indagando novos meios para a luta, iniciaram uma especial maneira de ser que durante seculos bastou ás

necessidades de todos, mas que, ligada por mil traços de união a outras muito semelhantes, tinha de entrar, como efectivamente entrou, no que poderiamos chamar integração de todas elas, dando lugar a esse elevado grau de intelectualidade que poude, pela consciencia da propria força, impor-se e vencer todos os obstaculos, e, chegado a um estado de completo desenvolvimento, sentindo-se estreitamente apertado nos limites que o mar e os Pirineos lhe marcavam, espraiar-se até Flandres, até Italia, até Africa, até Asia e até America.

Lutando cada uma de per si durante largo tempo mas contribuindo todas com o seu continjente de trabalho para o bom desempenho da missão de que estiveram incumbidos os povos peninsulares, muito embora as linguas em que divulgaram ideias os seus escritores fossem diversas, e diferentes e muitas vezes rivaes os caudilhos sob cujas ordens batalharam, a unidade de pensamentos e sentimentos que preside á marcha historica de todas as nacionalidades hispanicas impõe-se ao espirito dos estudiosos, dando a intuição de que dos epicos annaes de Espanha e Portugal pode a filosofia da historia dedusir a existencia de um espirito superior que, como força inspiradora, condusiu os reinos peninsulares desde Covadonga até os confins do mundo.

Contemplando a vida social dos povos ibericos; vendo-os progredir desde a calamitosa derrota do Guadalete até a apoteose dos seus tempos de maior esplendor e gloria; evocando os esforços da sua luta dez vezes secular pelo progresso da especie humana e seguindo o desenvolvimento das ideias eticas que inspiraram todos os seus actos; examinando-as nas concepções populares primitivas que até nós chegaram; observando-as nas paginas dos primeiros escritores para depois admira-las em todo o seu

apogeo, completamente puras, ocupando o trono, imperando nos concelhos, dominando nos classicos, explodindo nos misticos e animando os nautas e os guerreiros que, sob o estandarte de Aragão, sob a bandeira de Castela ou sob o pendão das Quinas, levam ás mais remotas praias e ás mais longiquas regiões o reflexo da nossa cultura; o espirito hispanico, o genio iberico, revela-se expontaneamente rodeado da resplandecente aureola que durante longa sucessão de seculos soube conquistar com inquebrantavel energia.

Manifestando-se em cada pedra das altivas catedraes goticas e dos severos templos romanicos que a piedade ardente de nossos antepassados edificou; transparecendo nas telas geniaes, sombrias como noute de misterio ou claras como um sorriso de bela manhã, dos grandes mestres da escola espanhola; brilhando nas proesas do guerreiro e nos cantos do poeta; perfumando o ar que se respira nos burilados claustros dos cenobios e nos espaçosos salões dos alcazares dos reis, onde quer que a atividade peninsular, religiosa, artistica, poetica e heroica, se manifesta, ali imprimiu seu cunho este *Deus ex machina* que desde os primeiros passos a acompanha, a protege e a guia.

Desde as graciosas e simples poesias dos antigos trovadores levantinos e galegos até as vozes grandiloquentes de Camões e Fr. Luiz de Leão; desde a rude grandiosidade das vetustas Sés de Coimbra e de Toledo até o orientalismo dos Jeronimos, a gracilidade de São João dos Reis e severa puresa de linhas do Escorial; do cancioneiro do Cid e dos cantares de Gonçalo Hermigues a Garcilaso e Sá de Miranda; da ingenua composição de Berruguete e maravilhosos jogos de luz de Alonso Cano ás rasgadamente cinseras producções de Velazquez; desde a

prosa sobria do Infante D. João Manuel até a elegancia de Fr. Luiz de Granada e inimitavel simplicidade de Santa Tereza de Jesus; desde os maliciosos *autos* de Domingos Mascó e Gil Vicente até as empolgantes concepções de Calderon e Lope de Vega; de Desclot e Muntaner, os ingenuos cronistas, a Hurtado de Mendoza e João de Barros, conscienciosos historiadores; de Arnaldo Vidal, o primeiro vencedor dos Jogos Floraes de Tolosa, a Ausias March, o ultimo trovador lemonismo; desde o sarcastico arcipreste de Hita e despreocupado Rojas até o ironico Cervantes, e, principalmente, — porque como dizia Goethe a Eckermann, « tambem existe uma productividade de acções » — desde os heroes das Asturias até os defensores de Ormuz e conquistadores do Mexico, podem-se seguir os elos de uma cadeia que a todos ligando n'um conjunto original — *diferente de todos os outros conjuntos que outras raças e outros meios podessem produzir* — permitem indicar qual o lugar que corresponde, na complexa serie de elementos que constituem a civilisação europeia, a essa cultura *sui generis* cuja existencia é negada, e á qual com toda a justiça se pode chamar *civilisação iberica.*

Alma de mil atividades que se conjugam para o engrandecimento da patria, espirito que anima os promotores das mais diversas emprezas, inspiração dos genios mais opostos, força dos animos mais robustos, esta civilisação, verdadeira federação de civilisações, não se tendo pretificado n'uma epoca e possuindo ainda uma verdadeira influencia politica, está revestida de latente interesse, e, examina-la desde as suas origens, seguir o seu desenvolvimento, o desenvolvimento da sua maneira de ser caracteristica, da sua etica especial, ve-la nos seus primeiros periodos, contempla-la no seu apogeo, lastima-la na sua

decadencia e observa-la na sua resurreição, é folhear as paginas mais cativantes da historia do genero humano.

Contudo, para o fazer, é mister não se restringir á vida nacional de Portugal ou de Castela; é necessario não vincular esta civilisação como um feudo á corôa dos filhos de Afonso Henriques ou de Fernando e Izabel; é preciso elevar-se sobre o particularismo dos que, revolvendo arquivos, se encadeiam voluntariamente á acção particular d'um dos povos da peninsula, e, considerando-a n'um conjunto integral, tendo em conta os esforços isolados de Catalunha e Aragão, de Castela e Navarra, de Portugal e Galiza, estuda-la primeiro, como já fizemos, nos seus elementos estaticos para depois entrar na sua dinamica muito especial, dissecar os seus elementos anatomicos para ter clara ideia da sua fisiologia, procurando, por consequencia, primeiro quaes os elementos que intervieram na sua constituição, depois qual o espirito que a anima, para, por fim, ver quaes os resultados que esses elementos e esses espiritos deram, depois de submetidos a uma cultura apropriada, ou que não chegaram a dar em virtude d'um atrofiamento artificial imposto pelos homens.

PRIMEIRA PARTE

Constituição dos reinos hispanicos

PRIMEIRA PARTE

Constituição dos reinos hispanicos

CAPITULO I

O espirito da Idade Media

Como viandante que, depois de um rude caminhar, atinge um ponto elevado de onde descobre vasto horisonte, assim vamos nós entrar no estudo da constituição das nacionalidades ibericas e da missão que entre elas representou a Catalunha.

Livres já das noções preliminares que foi forçoso percorrer para chegar até aqui, podemos erguer a cabeça e levantar o peito, respirar profundamente e medir com tranquilidade o espaço percorrido e o lugar em que nos encontramos.

Para atingir este ponto tornou-se necessario, em longa e fatigante ascenção, enveredar por caminhos nem sempre muito trilhados, aventurar-nos em lugares onde, para evitar desastrosa queda, se torna forçoso agarrar-se a espinhos, tão crueis como providenciaes, que dilaceram as mãos e perturbam o espirito, e a hora é esta de colher o fruto de tal tra-

balho, de reconquistar a liberdade de se elevar sobre a arida resenha dos factos e das teorias, para, mais humana e sensivelmente, lançar olhar profundo sobre tudo o que nos rodeia, ficou para traz e se estende para diante, até aos confins da visibilidade, até se perder no azul.

É necessario que o esforço realisado nos ajude a *sentir*, que d'ele tiremos proveito para aumentar e refinar a nossa sensibilidade, para criar o ardor, dinamisar o entusiasmo. Conhecimentos adquiridos que não tenham outra utilidade senão satisfazer o amor proprio e inchar a vaidade são indignos de nós; é preciso servir-se da *ciencia* como meio e não como fim e, chegado que seja, n'uma determinada ordem de ideias, o momento de tocar ao ultimo extremo, não se deter e saber-se lançar para o que fica mais alem de todo o conhecimento, para o super-transcendente, em divino salto no infinito da nossa alma, para a região do *amor*.

Escrevo para os filhos da terra iberica e o meu fim não é, nem poderia ser, torna-los mais sabios — outros que o façam — mas sim mais amantes, mais entusiastas da patria que os viu nascer, mais cheios de orgulho pela honra de compartilharem a gloria de tão excelsa Mãe, mais cheios de reconhecimento pela felicidade que lhes coube de haverem visto a luz em tão edenico solo.

Muitos pela força do seu sentir podem alcançar este ideal; muitos não precisam de razões para amar, e, naturezas profundas, privilegiadas harpas eolicas do sentimento, podem inconsciente, ingenuamente abrazar-se na chama do amor patrio, ante os ceus, ante os campos, ante as montanhas d'estes reinos.

Felises estes a quem o coração basta! ditosos aqueles em cujos peitos o eco das canções populares do seu paiz faz vibrar algo profundo, cuja alma é uma

celula da alma nacional e em quem a paisagem familiar faz arder mistica ternura que os consagra e une, ante os altares dos deuses Lares, em perpetua comunhão dos que aonde eles nasceram, em ferrea solidariedade com os que a seu lado vivem, falando o mesmo idioma, professando a mesma fé, honrando-se com igual passado!

Felizes eles! Para taes não escrevo. Áqueles a quem o demonio do cientismo matou a alma, estiolou o coração e secou o sentimento, a esses me derijo. Áqueles a quem o circulo vicioso d'uma ciencia sem objecto algum fora de si mesma estonteou e inutilisou para a vida, a esses falo. A esses, usando a linguagem que lhes agrada, venho pregar o *amor*. A esses venho expor as razões que os obrigam a não renegar da sua raça e a não se encerrar em mesquinhos exclusivismos: a esses venho falar do passado, não para os petrificar dentro do gelo de entumecentes noções que nenhum calor anima, não para os encerrar, Faustos empedernidos, nos humidos tumulos das vetustas bibliotecas onde o erudito acumula o ouro que o homem aproveita, mas para os vigorisar na esperança, para os arremeçar á luta, para lhes dar os brios que o scepticismo internacionalista de ha muito lhes roubou.

Se assim não é, o estudo não lhes aproveitará. Catalogadores de factos não compreenderão sequer a belesa dos policromos objectos que reunem, não atingirão aquela quasi inacessivel atmosfera divinatoria, momentos raros em que os misterios se revelam mais do que se descobrem, e cingidos á letra não vão até o «misticismo» da ciencia, até aos pontos de alta transcendencia em que ela fronteirisa com a poesia, e permanecerão sempre como o investigador curioso da essencia do catolicismo que, depois de estudar a *Summa* de S. Tomaz de Aquino, fique sem lêr as

obras de Ruysbroeck e Gerson, de Teresa de Jesus e S. João da Cruz; sem compreender, sem *sentir* taes obras.

Porque, em verdade, coisas ha que se recusam á razão e se revelam ao sentimento, e que sem esse precioso auxiliar, sem esse sexto sentido, sem essa arma dos artistas de raça, permanecerão para nós sistematicamente ocultas no seu incognito. O cerebro mais potente não as alcançará; a alma ingenua da criança mais ignorante vibrará ante elas.

N'essa ordem de factos está a nossa historia; cristalisação de «*entusiasmos*» no verdadeiro sentido etimologico da palavra, obras de um verdadeiro ἔνθευς, realisação d'uma *inspiração divina*, materialisação dos oraculos dos deuses, ela só pode ser compreendida por quem se colocar á altura do seu espirito, por quem, posto friamente ante os sucessos não resistir sistematicamente e de má fé á sua epica beleza, e, de admiração em admiração, tiver forças para chegar ao extase.

Só esse, o verdadeiramente iniciado no transcendentalismo da filosofia da Historia, saberá; só esse verá. Os outros, impassiveis como os brutos ante as serras d'uma raça genial, pagarão logo aos primeiros passos; não serão capazes sequer de seguir a marcha constituitiva das nações peninsulares, porque, logo de principio, será um inigma indecifravel a força que lhes deu origem, problema peor que de Esfinge o espirito da Idade Media de que nos vamos ocupar.

Para o atingir é necessario ter em conta o sabio aviso de Porfirio: [1] «Pela inteligencia dizem-se muitas coisas do principio que é superior á inteligencia,

---

[1] *Principio da teoria dos inteligiveis.*

mas d'ele tem-se melhor a intuição pela ausencia de pensamento que pelo pensamento... porque o semelhante não é conhecido senão pelo semelhante, e a condição necessaria de toda a classe de conhecimentos é que o sujeito se faça semelhante ao objecto.»

As obras do sentimento são incompreensiveis á razão pura; os feitos dos homens a quem a paixão movia só podem ser claros para quem, como eles, sente essa paixão.

O Cristianismo, tomando posse do mundo civilisado e sentando-se com Constantino no trono dos Cezares, completou em rapidos annos o ciclo da sua primeira evolução e cahiu, como diz John Ruskin, «n'um extranho repouso, dourado, perfumado», mas «incapaz de progresso ou mudança».

Enquanto tinha durado a luta contra o paganismo, havia brilhado em seu seio a chama d'uma actividade avassaladora.

Sobre as ruinas de tudo quanto destruia o camartelo da sua critica implacavel, em colaboração com a pleiade de satiricos que vae de Luciano, o retorico, a Juvenal, o poeta, a Igreja tinha podido construir em possantes afirmações, algo de positivo e formidavel.

São Jeronimo havia substituido Demostenes, a lira de Virgilio passara para as possantes mãos de Prudencio, os Padres da Igreja d'Africa e da Igreja grega elevavam a literatura e a ciencia cristãs a alturas poucas vezes igualadas, e, gravitando a cristandade — embora submetida a um só pastor — em volta de Constantinopla e Roma, os dois nucleos luminosos do imperio romano, havia sabido criar, para atender ás ineludiveis necessidades esteticas de uma religião nobre, duas escolas submetidas

a influencias diversas e procedentes de diversas origens, duas correntes tendendo para o mesmo fim, duas arquitecturas e duas artes, dois estilos: o romano-cristão primitivo e o bisantino, dividindo entre si os paizes do norte e ocidente e os do oriente e sul, dando-lhes a beleza, o apanagio da superioridade.

Mas, com o poder tinha vindo a indolencia, melhor dito: tinham-se exgotado todas as variações dentro d'uma determinada ordem de ideias e eram precisos novos horisontes. Enquanto eles não fossem encontrados era necessario, era forçoso permanecer estacionario. A adaptação das formulas classicas á inovação cristã tinha dado tudo quanto podia dar: em filosofia Clemente, o alexandrino, cristianisára os neoplatonicos, em politica a cruz substituira a aguia nos estandartes de Roma, na arte o templo pagão transformara-se na basilica cristã, o conjunto podia ser belo, podia até considerar-se perfeito — se a perfeição fosse possivel n'este mundo — mas o espirito humano, sempre em marcha, tinha necessariamente de ambicionar algo novo e, enquanto esse novo não viesse, ou o desalento havia de paralisar os animos ou o estravagante e o monstruoso ocupar as actividades.

O Cristianismo, que havia sido imperialista porque o imperialismo havia sido cristão, preparava-se para se adaptar a novas formas, para vivificar novas formulas com o seu espirito imutavel. Não convindo ao seu caracter de perpetuidade deixar-se monopolisar por qualquer sistema ou civilisação, não se sentia vinculado ao que já fora. Podiam alguns não compreender a necessidade d'essa transformação, ver n'ela perigos, mas tinha de dar-se, e enquanto se não desse, não podia cessar a paralisia estioladora, acompanhada de todos os vicios que formam o cortejo da inercia.

Para provocar essa metamorfose suscitou a Providencia dois elementos vivificantes: os povos do norte e os arabes. A peninsula iberica foi o teatro do seu formidavel choque, do seu encontro sangrento.

Os barbaros vieram dar valor e metodo ao corpo anemico e ao espirito atrofiado da cristandade; os arabes, destinados talvez para depurar o espirito europeu das sobrevivencias pagãs idolatricas, serviram, em todo o caso, para o fortalecer pela luta; do seu embate sahiu o que fazia falta, um novo periodo, uma nova civilisação, conjunto inteiramente original, producto integral do cristianismo, criação sua para a qual a epoca anterior havia contribuido como o esboço contribue para o quadro, como o ensaio contribue para a obra.

E a cultura peninsular, revestida com a brilhante armadura d'uma maneira de ser exclusivamente sua que a defendia contra todos os ataques das influencias exteriores, cuberta pela brilhante roupagem com que se envolvia nas amplas pregas da sua alma sonhadora, entrou denodadamente por esse novo periodo, e, durante essa epoca de *sinceridade* e de *liberdade* que se chamou Idade Media, poude, como planta vigorosa em terreno apropriado, desenvolver-se e aperfeiçoar-se, livre de todas as entraves, até atingir ciclopea grandesa, altura inverosimil.

Aquela epoca de gestação durante a qual um mundo novo, composto de elementos novos, tinha de adaptar-se a novas modalidades mesologicas e a novas doutrinas, sem que, na sua luta pelo proseguimento da vida, sem que nos seus dolorosos ensaios e dificeis tentativas, esquecida a experiencia do passado e destruida até os alicerces a sociedade antiga, podesse ter um guia, uma luz, uma tradição a que se amparasse; aquela epoca em que todo o edificio social tinha de ser construido em novo dos alicerces

daçada antes de exame. Sociedade que em mais considerava o esforço do que o resultado, que não conceituava desdouro uma derrota na qual os vencidos houvessem sido heroicos, não fazia nascer o temor, não o cultivava, no peito de seus filhos; incitava-os pelo contrario a fazer alguma coisa, dizia-lhes «vae e luta! se nada conseguires, Deus te perdoará» e, em politica como na arte, na guerra como nas letras, tal tatica era fecunda em resultados.

Podia haver imperfeições, ingenuidades, defeitos que a practica, o estudo e o decorrer do tempo haviam de fazer desaparecer, mas os obreiros eram muitos porque não eram timidos, as obras eram belas, porque eram sinceras, porque eram *humanas*.

O cristianismo, consagração da dignidade individual, havia feito compreender áqueles homens que «da criatura humana, como diz Ruskin, se pode fazer um instrumento ou um homem, mas não as duas coisas ao mesmo tempo», que «os homens não foram criados para trabalhar com a exactidão das maquinas, para ser exactos e perfeitos em todas as suas acções, e se se exige d'eles esta exactidão, se se quer que os seus dedos possam medir graus como os dentes d'uma engrenagem e os seus braços descrever circulos como um compasso, é necessario, para isso, roubar-lhes a essencia humana» [1], e aquela sociedade, verdadeiramente nova, não teve a pretenção de epocas ulteriores de querer atingir a exactidão matematica, a perfeição ideal; não teve o orgulho de querer sobrepôr-se á natureza e ultrapassar as gerações passadas; não conhecia sequer a obra d'essas gerações e não sentiu o desejo de a aniquilar.

Limitava-se a fazer com lealdade o que podia

[1] John Ruskin: *The nature of Gothic*, §§ 12 a 15.

sem recorrer a auxilios extranhos; a colocar-se com humildade ante o universo, a seguir por intuição o conselho que Giotto havia depois de formular em seus quadros e em suas esculturas: « vereis as coisas taes como são; e as mais infimas como as maiores, porque Deus *as* criou; e as maiores como as mais infimas, porque Deus *vos* criou e vos deu olhos e coração. »

E, assim, repetindo os conceitos de Dante:

> Oh! vana gloria dell' umane posse
> Com' poco verde in su la cima dura
> Se non é giunta dall' etadi grosse!

fez grandes coisas.

Assim surgiu o *Fuero Juzgo* na Hispania, e, mais tarde, as *Siete Partidas*, a Constituição Aragoneza e a Constituição da municipalidade de Barcelona; assim viram a luz as mil cartas fundamentaes que a inventiva d'um povo, entregue a si, obteve para as mil comunas e republicas italianas; assim o genio europeu se lançou na empreza louca da conquista da Palestina ou das terras ignotas da Africa, Asia e America.

Assim, sem resaibos classicos, brotou, virginal e bela como uma flor do campo, como um lirio não plantado, a poesia trovadoresca e a poesia das gestas populares; assim, verdadeiros artistas a quem ninguem exigia titulos academicos, que ninguem obrigava a copiar a esfuminho Venus mais ou menos deformadas em moldes successivos e Antinoos mais ou menos monstruosos, artifices que, na singeleza de seu coração, elevavam as maravilhas monumentaes os Strasburgo, de Colonia, de Milão, de Leão e da Batalha, trabalhando com fé, esculpiam nas fachadas d'essas e outras catedraes as suas fantasias feericas e flo-

ridas, desde as belas ingenuidades dos porticos e colunas da Sé de Tuy ás portas florentinas de Lorenzo Ghiberti.

Assim se cinzelavam os feericos tumulos da Cartuja de Miraflores, se talhavam os retabulos de Sevilha e os espaldares das bancadas do coro de Chartres, Amiens e Burgos, e os de Toledo, germinação de flores magicas que arrancavam a Teofilo Gautier o maior grito de admiração brotado de sua penna pouco prodiga; assim por fim, em custodias e calices, em escudos e em punhaes, em moveis e taças se realisavam prodigios por Benevenuto Cellini coroados mas não ultrapassados.

E como, ao mesmo tempo, esse espirito de liberdade se materialisava n'uma descentralisação absoluta, como as colectividades, os nucleos constituitivos do Estado, adquiriam toda a sua importancia, toda a sua dignidade soberana, os povos europeus em geral, os hispanicos em particular, lançavam-se á porfia no caminho do progresso moral e material, tratavam de vencer-se mutuamente, lançavam-se heroicos desafios cujos resultados admiraveis eram a criação e a cultura dos idiomas modernos, sabias leis, belas literaturas, modelares instituições, tudo, enfim, o que constituiu o maravilhoso patrimonio legado ás gerações actuaes e ... por elas nem sempre apreciado.

Postos em competencia, reis e legisladores, monges e artistas, trovadores e guerreiros, pintores e musicos, arquitectos, entalhadores e canteiros fizeram tudo o que se lhes pode exigir, posto que fizeram tanto quanto poderam.

Foi completa a sua obra? Não, porque se o fosse, não seria humana. Houve lacunas, esperanças não realisadas; mas isso que significa? Não os trabalhos mas o espirito em que foram feitos é necessario ad-

mirar. Esse espirito, nos seculos XIII e XIV, criou maravilhas, mas ainda quando, pela falta de meios, assim não houvesse sido, nem por isso era menos admiravel. A Espanha, o grande imperio hispanico do seculo XVI, brotou d'ele, e este resultado já basta para impor respeito.

CAPITULO II

Invasão arabe e primeiros Estados cristãos

Como fundida em duro bronze, a alma iberica achou-se, pois, talhada em seus severos rasgos no nobre metal dos mil elementos etnicos que tinham entrado na fusão feita durante seculos ao calor das lutas mais tenazes e depuradoras, e, assim, hieratica e erguida, tal como se encontrou nos ultimos tempos do imperio visigotico, se conservou e se manteve até nossos dias.

A mão do tempo, a marcha dos seculos e a acção dos homens poderam imprimir alguma modificação superficial na nobre estatua; o engenho refinado das civilisações aperfeiçoou alguns traços, desbastou outros; a riqueza e o poderio cubriram-a com purpureo palio e cingiram-lhe a magestosa frente com imperial e refulgente diadema; as artes revestiram-a com poliforme belesa, mas o que tinha saido dos choques de nossos primevos entre si, o que havia jorrado juntamente com generoso sangue nos campos da batalha, o que tinha brotado, como flor regada com vidas, nas lutas fecundas entre turanianos e celtas, entre romanos e cartagineses, entre catolicos e arrianos, ficou, *sub specie aeternis*, inalteravel, imutavel.

Obra do tempo, o tempo não a poude destruir.

Armada e forte, robusta e viril, o produto social elaborado pelo esforço de nossos antepassados, a civilisação hispanica, tal como a haviam engendrado

os Concilios de Toledo, poude entrar com passo firme e olhar tranquilo nos caliginosos tempos dos seculos de ferro e atravessa-los incolume para resplandecer altiva nos aureos tempos ulteriores. Um milenio, quasi, de luta, como catadupa de agua gelada sobre um bloco igneo, não serviu senão para a robustecer agregando vigorosamente os elementos que a compunham, e, d'essa prova nove vezes secular, saiu triunfante e culta, tendo adquirido essa feição cavalheiresca, essencialmente medieval, que a destinguiu até no seio da decadencia.

Contudo, a pezar de terem em si uma vitalidade que lhes permitia assimilar ou repelir os elementos extranhos que a seu seio vinham trazer novas modalidades, as nações hispanicas, cristãs e regidas por uma só lei, não tendo sabido completar a obra da unificação religiosa, não tendo feito o que, decorridos seculos, haviam de ver-se obrigados a pôr em pratica os Reis Catolicos, isto é : expulsar os judeus, não poderam — tendo o enemigo em seu seio —, quando se deu a decadencia do imperio gotico e os israelitas favoreceram a invasão arabe [1], nem resistir ao primeiro embate das hordas que o Alcorão havia desencadeado sobre o ocidente, nem muito menos, depois de estabelecido o jugo ismaelita, converter os dominadores semitas como o tinha feito com os nordicos.

Os vencedores do Guadalete ou do Barbate não eram, qual os visigodos, guerreiros rudes que contando com a força brutal, estavam á mercê de quem os dominasse pela inteligencia. Representantes de uma civilisação diversa mas igualmente culta, não dobra-

---

[1] Veja-se o que Cezar Cantu diz na *Historia Universal*, liv. XI, cap. XIV.

vam facilmente a cabeça ante a ciencia cristã por grande que fosse.

Em prolongado contacto com ela no oriente, havendo-a exaurido na sua fonte mais pura nas regiões levantinas onde durante os primeiros seculos se concentrou toda a actividade intelectual da Igreja nos tempos de ouro dos Crisostomos, dos Basilios, dos Paladios, Rufinos, Jeronimos e Agostinhos, os invasores da Espanha sabiam muito bem o valor da civilisação cristã, estimavam-a no seu justo preço e, havendo — os trabalhos mais recentes dos arabistas destinctos suficientemente o provam — tomado dos solitarios das *lauras* africanas esses vastos conheçimentos sobre os principios das ciencias e das artes, utilidade e propriedade de certas plantas e ingredientes, segredos da natureza e misterios do corpo humano, com que se apresentaram dotados ao pôr o pé na peninsula iberica [1], não se sentiam dispostos a deixar-se dominar por sentimentos de respeitosa admiração, preludio da submissão mais completa, ante a cultura visigotica que, por vasta que fosse, não podia igualar como copia o esplendor do original.

Povos entregues annos antes á barbaria mais completa e que, seculos depois, tornaram a cair no marasmo improgressivo em que se encontram todos os Estados mahometanos, abrazavam-se n'aquele momento em todo o ardor da febre do catecumeno iniciando-se nos misterios de desconhecidas doutrinas.

Tendo passado na sua marcha triunfal por esse Egipto da decadencia, onde a cultura socratica e neoplatonica tão alto se tinha elevado sob os Ptolomeus,

---

[1] Vide Tiedmann : *Esprit de la filosofie especulative*, pag. 4 e seg.; Renan : *Essai historique sur Averroës et l'averroïsme* (Paris 1852).

n'esse foco de conhecimentos e discuções que era a Alexandria ao tempo em que as ciencias do oriente e do ocidente, o judaismo e o cristianismo, os misterios dos gnosticos e as iniciações de cultos tenebrosos e miticos, pareciam ter convencionado reunir-se sob seus porticos de marmore e sob suas colunatas de porfido, os arabes não se podiam ter furtado as irradiações d'aquela fornalha de ideias.

Ainda quando a sua passagem ficasse dolorosamente assinalada pela destruição barbara e sistematica de inumeraveis museus, de imensas bibliotecas, embora a estupidez de seus caudilhos, queimando pergaminhos e papiros «por nocivos se eram contrarios ao Alcorão, por inuteis se lhe eram favoraveis», fizesse perder á humanidade o unico caminho que a podia conduzir á investigação das belesas e inigmas da antiguidade mais remota, o calor das chamas d'esses tesouros ainda se fez beneficamente sentir sobre os malfeitores que assim os aniquilavam; Minerva, ao ser sacrilegamente despedaçada, ainda fez incidir um raio de luz sobre o espirito inculto do brutal que a profanava.

Produto d'esse calor, efeito d'essa luz, foram as universidades de Granada e Bagdad. A filosofia grega, os conhecimentos historicos e apologeticos dos primeiros Doutores da Igreja, as ciencias naturaes estudadas de longa data nas regiões septentrionaes da Africa, a meteorologia e rudimentar astronomia verbalmente transmitidas dos nomadas do Oriente aos sabios helenos, a dialectica alexandrina, e a grandiosidade expositiva dos semitas, as remotas tradições industriaes de Tiro e os conhecimentos arquitectonicos de toda a antiguidade asiatica e de toda a antiguidade europeia, assimilados pela inteligencia arabe e constituindo um todo original, taes eram as materias que ocupavam a superior actividade intelectual

d'esses magnos centros docentes onde, andando os tempos, um pobre pastor de Aurillac, de nome Gerberto, havia de vir fortalecer a sua robusta inteligencia e adquirir o saber que tanto o destinguiu quando, chamando-se Silvestre II, se sentou no solio pontificio.

Transmissores da ciencia do oriente aos povos do ocidente, os arabes se muito receberam dos cristãos tambem muito lhes deram. Ainda quando, — apezar dos que isso querem — não se possa ir procurar nas suas escolas as origens d'essa filosofia escolastica que, hoje renovada, poude servir desde o seculo XIII até aos tempos de Descartes ás necessidades intelectuaes dos povos da Europa, «disciplinando, como diz Ozanam, a razão moderna» [1], porque, muitos seculos antes dos arabes se iniciarem nas ciencias especulativas, já, aqui na peninsula Santo Izidoro de Sevilha com os seus tres livros *Sententiarum* havia estabelecido em solidas bases os alicerces da grande obra que, aperfeiçoada por Tajon, o sabio bispo cezaraugustano, e burilada, como veremos, pelo catalão Raimundo Lulio, havia de ser magistralmente coroada pelos esforços de Escoto Erigena, Pedro Lombardo, Alberto Magno e, por fim pelo colossal trabalho de Santo Tomaz de Aquino, tambem, em verdade, ninguem lhes pode negar o merito de haverem popularisado muito o conhecimento das obras de Socrates, Platão e especialmente de Aristoteles, embora a grande criação do ultimo: a logica, estivesse destinada, em outras mãos que não as dos discipulos de Averroes, a ser levada a um grau de perfeição nunca sonhado pelos homens do peripato.

---

[1] Ozanam: *Œuvres complètes*, vol. I, pag. 77.

Resentindo-se da confusão de ideias, tão caracteristica, da cultura alexandrina que dera origem á sua cultura, tendo em seu seio pensadores audaciosos, judeus ou mahometanos em quem o materialismo moderno pode vêr os seus remotos predecessores, ao mesmo tempo que outros, á força de paciencia, procuravam acomodar as locubrações pagãs com o texto intratavel do Alcorão ou do Talmud, contudo, não foi pela filosofia que os arabes mais se notabilisaram, apezar dos nomes ilustres de Alkendi, Alfarabi, Avicena, Algazel, Aben Ezra, Jonás Ben e Maimónides [1].

A arquitectura e a poesia os notabilisou. Ainda que na defesa da sua fé não conseguiram atingir aquele elevado grao de critica superior que tanto destingue a apologetica dos primeiros seculos do cristianismo; ainda quando nada semelhante ás *Octaplas*, por exemplo, hajam produzido os seus sabios; embora a eloquencia ciceroniana de S. Jeronimo ou a robustez de Prudencio não tenham sido atingidas pela sua prosa — aliaz tenuemente comunicativa e poetica —; ainda quando, apezar dos seus estudos, não tenham sequer podido elevar-se a um ecletismo superior como o de Clemente de Alexandria, os triunfos alcançados na arte de construir e na versificação, a graça dos poetas e a gracilidade da arquitectura enobrecem a sua civilisação e dão-lhe um lugar proeminente na historia do espirito humano.

Por um e outro meio influiram sobre a mentalidade peninsular e, por ela, indiretamente, na de quasi toda a Europa.

Ao mesmo tempo que a sua musica frenetica ou

---

[1] Vide Schmölders: *Essais sur les écoles philosophiques chez les arabes.*

languidescente; estrepitosa e barbara como um himno dionisiaco ou melancolica como o rumor da agua gemendo n'um claustro silencioso, se infiltrava na alma das populações da Espanha meridional, imprimindo-lhes caracter e conservando-se n'ela até hoje, a sua arquitectura e a sua poesia, mais assimiladas, não se limitaram á produção das puras maravilhas dos monumentos maurescos de Cordova, Sevilha e Granada e á criação das sensuaes e inspiradas composições que tanto distinguem e caracterisam os arabes espanhoes nos seus poetas e, sobretudo, nas suas poetisas; fizeram mais: o orientalismo semita das suas conceituosas verbosidades influiu pela poesia no velho fundo fenicio da alma catalã, e, por meio d'ela, na de todos os povos da Espanha, da França e até da propria Italia, e as prodigiosas combinações que o seu espirito engenhoso havia alcançado com a linha curva, ao traçar arcos que serão sempre modelos da mais requintada elegancia, impuzeram-se até á mentalidade celtica e turanica dos povos que rejeitavam a linguagem e odiavam a cultura ismaelita, levando-os a modificar a singelesa romanica dos seus templos na grandiloquencia do ogival altivo d'essas magestosas catedraes que constituem uma das glorias da Espanha e do mundo.

De resto, só até ahi chegou, e, excepção feita d'um engenhoso sistema de irrigação e um metodo *sui generis* da cultura intensiva ensinados ás povoações levantinas, de ahi não passou a influencia dos arabes sobre a população peninsular.

Tendo-a eles proprios, e encontrando aqui uma civilisação já feita, quasi não houve, de parte a parte, um movimento de assimilação.

Uns e outros aproveitaram-se dos conhecimentos que lhe não eram proprios; os invasores, estabelecendo-se na peninsula encontraram aqui elementos que

lhes permitiram atingir uma prosperidade que seus irmãos da Asia e Africa poucas vezes igualaram e nunca excederam, e, aproveitando-se d'eles, deixaram os invadidos em paz e respeitaram-lhes os usos e as leis, fazendo gala de uma tolerancia, não tão grande como se tem dito, mas bastante ampla, na esperança, nem sempre defraudada, de atrair a seu seio aqueles que a aceitavam.

Mas, entretanto, organisava-se a resistencia cristã e patriotica. Enquanto uma grande parte dos vencidos — o clero e a nobresa por interesse, o povo por impotencia e falta da direção — procurava com espirito oportunista acomodar em tudo a sua consciencia com as circunstancias e viver tão bem quanto possivel á sombra da tolerancia de cultos concedida pelo invasor, espiritos indomaveis e heroicos que com Pelayo se tinham refugiado nas montanhas das Asturias, demonstrando em Covadonga quão inutil era querer vence-los, ou que no oriente, na Catalunha, com esses *homes de paradje*, mais tarde fidalgos de Castela, edificam e defendem a primeira fortalesa que como sentinela vigilante havia de deter, por aquele lado, as ondas impetuosas da torrente agarena que ameaçava a Galia, iniciaram a luta epica, oito vezes secular, que, depois de titanicos esforços e inquebrantavel persistencia, havia de obrigar os soldados do deserto a retrodecer até as praias de Africa de onde tinham vindo.

Não era facil empreza, contudo, a intentada por estes homens. O enimigo era numeroso e forte: eles fracos e diminutos em numero; o enimigo contava com todos os recursos das regiões feracissimas que em seu poder tinha: eles apenas dos exiguos productos das asperas montanhas onde se abrigavam; o enimigo tinha por si a ilustração, a cultura; abria escolas, construia palacios, edificava alcazares; eles eram

rudes, selvaticos quasi como seus antepassados; o enimigo tinha a seu favor o auxilio sempre seguro das tribus de Africa: a eles faltava-lhes até o apoio, sequer moral, dos seus irmãos, d'aqueles que no sul da Espanha viviam em paz com os intrusos.

Ocupada a Europa setentrional com o sonho ambicioso da reconstituição do imperio romano do ocidente, nenhum auxilio havia a esperar de alem dos Pirineus. A França manejava contra os mouros o pesado montante de Carlos Martel mas só em defesa propria, e ainda quando os imperadores germanicos quizessem vir em auxilio dos cristãos espanhoes na sua luta com os infieis, não o consentiria a propria bisarria iberica que, sempre ciosa da sua dignidade, não queria vencer com ajuda alheia, e sempre temendo pela sua independencia, tinha motivos, dado o espirito da epoca, para recear novas invasões do norte e para considerar como uma ofensa que tropas estrangeiras, embora cristãs, pisassem o seu territorio.

Os indomaveis bascos, povos de tempestuosa historia que nas suas montanhas souberam conservar contra todos os invasores a pureza pre-ariaca da sua raça e da sua lingua, estavam constituidos em sentinelas vigilantes das portas da peninsula e ninguem sem seu consentimento as podia transpôr. Carlos Magno tentou-o, mas a jornada de Roncesvalles, glorificada no canto de Altabiscar [1], em que pereceu Rolando e a flor da nobresa franca, não era um exemplo para animar á reincidencia aqueles que, se assim não fosse, teriam procedido para com a Iberia como o tinham feito para com a Italia.

Entretanto, no sul da peninsula, em Sevilha, em

---

[1] Mais adiante reprodusimos este notabilissimo poema.

Toledo e em Cordova, Cristo era louvado na lingua de Mahomet; os prelados e os presbiteros que rodeavam o trono de Kalifas ocupavam-se mais em reprimir o zelo dos fieis do que em propagar a palavra de Deus entre os vencedores; os concilios regionaes consideravam um suicidio, e portanto uma acção intrinsecamente má, o expor-se ao martirio, e, a tal ponto chegaram estas correntes mozarabicas de cobarde transigencia, de vergonhosa deserção que, como se pode lêr n'um documento da epoca, na vida de S. João de Gorze [1], quando este monge, enviado como embaixador do imperador Othão I ao Emir de Cordova para lhe pregar a Fé, chegou á côrte de Abd-el-Rahman e este principe, para o não ouvir, se recusou a recebe-lo, foi procurado por um bispo mozarabe que o aconselhou a não ofender com a sua pregação as crenças do soberano ismaelita, porque «o cristão deve submeter-se ás potencias temporaes» e tem obrigação de «não provocar perseguições» mostrando-se condescendente, como ele e os seus faziam, «até ao ponto de se deixar circuncidar e de se abster de certas carnes para agradar aos musulmanos».

E, não obstante, de tanto vale a energia, de tanto serve a intransigencia dos que, convictos da justiça de uma causa, a defendem em toda a sua integridade que, apezar da inferioridade manifesta em que se encontrava, este punhado de heroes a quem os mouros combatiam e a quem os cristãos abandonavam, havia de ser suficiente para salvar tudo quanto de grande tinha a civilisação hispanica: culto e independencia, leis e liberdade, idioma e literatura, historia e honra.

Dominado pelo povo invasor, obedecendo ás suas

---

[1] Jean de Saint-Arnould, *Vie de S. Jean de Gorze.*

leis, usando a sua lingua, adoptando o seu trajar, seguindo os seus costumes, os mozarabes só pela sua monogamia e diversidade de fé se destinguiam dos dominadores e, d'este modo, a obra magna da civilisação romana sobre a alma hispanica; as antiquissimas tradições que por atavismo se tinham impresso em caracteres quasi morfologicos nos sucessores dos primitivos habitantes da peninsula; os principios politicos das leis de Roma nunca esquecidos; a admiravel legislação visigotica; os antigos idiomas, sob a auctoridade classica modificados, ou o proprio latim, adulterado pelas circumstancias mesologicas de cada região, que havia de dar origem ás linguas modernas; tudo teria desaparecido, tudo teria sido aniquilado sob o peso da dominação agarena prolongada indefinidamente, se tudo isto se não tivesse refugiado nas estribações abruptas dos Pirineos para de ali se propagar, chegada a hora, por toda a Espanha reconquistada.

Ao lado da Fé, integralmente obedecida, as sabias determinações do *Fuero Juzgo* e a lingua vulgar do imperio visigotico, sob a influencia dos godos formada da corrupção do latim e que provavelmente era uma das dez que, segundo a *Cronica de Espanha* de Luitprando, eram ali faladas, pelo anno 708, «*como nos tempos de Augusto e de Tiberio*», foram-se encerrar, com os batalhadores da Covadonga, nas alturas inexpugnaveis do Auseba e, companheiras do cristianismo e da unidade nacional, de ali haviam de tomar vôo, na ponta das lanças e no fio dos montantes, as primeiras para ser a base de todas as legislações hispanicas ulteriores, a segunda, corrompendo-se em Castela com o contacto do arabe, e conservando-se pura nas Asturias, para constituir esse idioma levado pelos Reis Catolicos até Granada e que, transportado por Colombo atravez dos mares,

tinha de ser o primeiro que a Europa ensinou ao Novo-Mundo.

Pelayo e os seus companheiros de glorias e de perigos tinham pois uma grandiosa missão social a desempenhar e, consciente ou inconscientemente mas com toda a energia, souberam leva-la a efeito sem voltar costas ao perigo, sem perder animo com os revezes.

A Dios rogando y con el mazo dando como diz o adagio castelhano, defrontando-se com os sarracenos sempre que se apresentava ocasião, não esperando o ataque para correr ás armas, fazendo continuas incurções em terras de infieis, caindo como o raio sobre as cidades e as vilas por eles ocupadas, assim se estenderam as fronteiras do reino das Asturias; assim foi ocupada uma parte de Leão; assim foi conquistada a Galiza até o Minho e até o Mondego; assim ficaram os condes de Castela, descendentes dos antigos chefes visigoticos, dentro do campo de acção dos reis de Oviedo; assim foram, por outro lado, os *Barões da Fama*, aumentando o territorio da primeira cidadela que no Levante foi oposta aos arabes, até constituir o condado de Barcelona; assim os senhores de Gasconha, da Navarra e da Biscaya, postos avançados defendendo o que hoje se chama a França, foram estendendo o seu dominio sobre o que mais tarde havia de ser reino de Aragão, e assim se chegou a Afonso o *Casto* em cujo reinado se descobriram em Iria Flavia [1] as reliquias milagrosas de Santiago, o apostolo das Espanhas, que, depois de ter animado os povos peninsulares com a chama do cristianismo que a tão altas emprezas os levou, ainda

[1] Hoje *Padron*; provincia da Corunha.

depois de morto tão extraordinaria influencia havia de ter sobre os descendentes d'aqueles a quem convertera á Fé.

Desde então houve mais um laço a unir os paladinos da causa da Cruz.

O sepulcro do Apostolo depositado em Compostela constituiu um santuario em volta do qual se cerravam os exercitos cristãos compostos de guerreiros intrepidos dispostos a fazer dos seus peitos cobertos de ferro um baluarte inexpugnavel que o defendesse.

Santiago y cierra España! foi, desde então, o grito de guerra ressoando nos campos de batalha nos momentos supremos em que os pesados esquadrões da cavalaria espanhola, á qual nunca resistiu o agareno, carregavam sobre os sectarios do Alcorão. O proprio Pescador da Galileia, o proprio evangelista dos povos ocidentaes, converte-se em defensor da causa que tinha propagado e, quando Ramiro I lança em Logronho os seus soldados sobre os de Abd-el-Rahman II, surge no meio da luta um cavalheiro cuja espada fulmina os adversarios, um paladino que, posto ao lado dos asturianos, galegos e leonezes, faz maravilhas, destroça as fileiras enimigas e em quem, no meio do fragor do combate os homens d'armas e infanções reconhecem ao Padroeiro d'Espanha!

E, se até ali não duvidavam, se até ali não temiam, como duvidar e temer agora quando tão manifesto é o auxilio do ceu! Como não confessar que os seus trabalhos e as suas cruzadas são gratas ao Senhor quando tão grande capitão concede a seus exercitos?

E, desde este momento, o impulso dos filhos de Recaredo torna-se irresistivel; o movimento avassalador que os arrasta para o sul torna-se grandioso.

Ordonho conquista Salamanca e Coria; Afonso III

o *Grande* leva as fronteiras da Galiza até o Mondego; funda o Porto, Chaves e Vizeu; faz de Burgos a capital dos seus reinos, —já mais castelhanos do que leoneses — põe bispos em Braga, em Lamego e em Coimbra e, ainda quando Garcia, seu próprio filho, á frente dos senhores revoltados, o obrigue a abdicar, dando ao filho ingrato o reino de Oviedo e a Ordonho, o secundogenito, o principado da Galiza, Garcia vive tão pouco tempo que Ordonho II, senhor de todos os estados do pae, pode transferir para Leão a corte e até continuar a reconquista, se a sua perfidia para com os condes de Castela, mandando-os estrangular depois de os ter convidado a uma reunião, não tivesse provocado no peito dos altivos castelhanos, pouco dispostos a curvar-se ante os crimes de um monarca, a nobre indignação que os levou a sublevar-se, a desacatar a auctoridade real e a eleger dois juizes que os governassem, investindo, por este meio, da magistratura suprema a homens como Lain Calvo e Nuño Rasura, até que Fernan Gonzales tome em 910 o titulo de conde independente que os proprios reis de Leão se viram obrigados a reconhecer, como reconhecido tinham em 860 o acto pelo qual Garcia Ximenez, filho do conde Sancho Sanchon, tomou o titulo de Rei de Navarra.

E assim vae aumentando o numero dos diversos defensores de uma mesma bandeira. Obedecendo a esse poderoso sentimento regionalista, sempre dominante na alma iberica e que quer que cada naciolidade tenha o seu governo, as suas leis e até os seus reis, os estados cristãos multiplicam-se. Não é um só soberano a combater o islamismo, são tres, são quatro, são muitos; mas que importa essa multiplicidade de generaes, que importa a diversidade de linguagem das regiões por eles derigidas, que importa a variedade de estandartes por cuja gloria lutam, se todos

os generaes obedecem a um mesmo ideal, se em todas as linguas se louva o mesmo Deus, se todos os pendões estão coroados pela mesma Cruz?

Esta multiplicidade de reinos, condados, principados e senhorios independentes em quem alguns, como Cezar Cantu [1], lamentando-se de as *Marchas espanholas* se não encontrarem n'uma só mão, querem ver a causa da morosidade de uma campanha que durou oito seculos, é, pelo contrario, um dos factores que mais contribuiram para levar de triunfo em triunfo as armas cristãs desde Covadonga até ás Navas de Tolosa e desde as Navas até Sevilha, até Valencia e até Granada.

A cristandade era assim uma hidra de cem cabeças a quem os mahometanos jamais poderam completamente decapitar. Vencido um reino, era preciso conquistar outro; rubricadas as capitulações de paz com um monarca, necessario se tornava recomeçar, uma e mil vezes, contra outros, as lutas contra o primeiro feitas e, quasi sempre, enquanto um Estado cristão guerreava os mouros por um lado, já outro se preparava na paz para futuros combates.

E não se fale em rivalidades! Mais do que rivaes os soberanos cristãos eram emulos e, como aqueles cavalheiros, cuja historia repetiu por seculos a poesia popular, que, depois de se desafiarem, demonstraram o seu valor não um contra o outro mas contra os infieis, as suas rivalidades serviam principalmente, na maior parte das vezes, para arroja-los a iniciativas quasi temerarias, das quaes voltavam cobertos de glorias, podendo dizer ao embainhar a espada e ao sentar-se para descançar: « fiz o que ninguem fez; cheguei onde ninguem chegou! »

---

1 Cezar Cantu, *Historia Universal*, livro x, cap. xix.

E, se um não bastava contra o enimigo, se os recursos e soldados de um reino não chegavam, como por muitas vezes succedeu, para esmagar o adversario, se, reunidos tambem os principes musulmanos de aquem e alem mar, se tornava urgente uma liga dos senhores cristãos, Leão, Castella e Navarra primeiro, Aragão e Barcelona depois, eram um só homem, eram um só corpo, eram uma só alma!

Mas, quando tão graves circumstancias se não davam, quando se tratava da luta de um Estado contra outro, para que sofreriam todas as regiões ocupadas pelos cristãos os males da guerra? porque se não ceifariam n'um reino as searas e se cultivaria a vinha, entrementes n'outro se ceifavam vidas e se cultivava a honra?

Eram e são, por acaso, tão uberrimas as regiões setentrionaes da Espanha, ocupadas então pelos cristãos, que fosse possivel descuidar a agricultura por um só anno sem provocar o flagelo da fome?

E, se tal caso se desse, onde iriam os membros da cristandade espanhola unificada procurar recursos? Aos vergeis do meio-dia da Espanha dominada pelos mouros? Ao outro lado dos intransitaveis Pirineus?

Não é possivel saber se os homens d'aquele tempo tinham a nitida compreensão das vantagens da sua organisação politica ou se obedeciam instinctivamente ao sentimento popular de cada nacionalidade iberica querendo ser autonoma e ás ideias da epoca, fundadas em tal sentimento, exigindo que os reinos de um soberano que tivesse reunido muitos fossem destribuidos como patrimonios pelos seus filhos, mas fosse conscientemente ou por certeiro instincto, o certo é que apenas quando em toda a peninsula só havia um reino arabe para conquistar, só quando os cristãos estavam de posse das ferteis regiões meridionaes e quando as guerras já não precisavam de

exgotar, como em tempos anteriores, todos os recursos e todos os homens de uma nação, é que pelo casamento de Fernando de Aragão com Izabel de Castella, todas as corôas reaes e condaes da peninsula, com excepção da de Portugal, estiveram sobre uma só cabeça.

Entretanto, não succedia assim, e o rei da Navarra dominando uma parte do Aragão, o rei de Leão, Asturias e Galiza, o conde de Castela e os senhores da Catalunha eram os quatro braços a quem estava entregue a bandeira da reconquista.

Assim foi por mais de um seculo desde Ordonho II até que, depois das incurções de Ramiro por Castela Nova; das usurpações de Sancho, o *Gordo;* e da eleição, feita pelos nobres, de Ordonho IV, o *Mau;* dos desvarios de Ramiro III, mal aconselhado por sua mulher Urraca; da eleição de Bermudes II; da profanação da basilica de Compostela por Al-Mansor e da grande victoria alcançada em Catalatanhazor em 998 pelo esforço do conde de Castela Garcia Fernandez e do rei de Navarra Garcia III unidos ao rei de Leão contra o poderoso wali do degenerado Kalifa Hescham; morto Afonso V e morto Bermudes III, se acabou a antiga raça dos Rekaredos e, com ela, o velho reino de Leão, Asturias e Galiza que, de ali em diante, nunca mais tornará a andar separado do de Castela.

A successão do ultimo membro de tão vetusta familia recolheu-a Fernando cognominado o *Grande,* filho do rei de Navarra Sancho III que, ainda em vida, lhe tinha dado, com o titulo de rei, o dominio de Castela, e, por esta forma, o que tinha sido um condado passou a ser o reino mais importante da Espanha enquanto dividida a Navarra pelos dois outros filhos de Sancho e tocando a um a Navarra propriamente dita e a outro os territorios banhados

pelo Ebro, se constituia o reino de Aragão que tão capital destino havia de cumprir na historia da peninsula e até na Europa, dando ao mundo a primeira lição de direito politico, ampla e rasgadamente favoravel á liberdade, que ele ouviu.

CAPITULO III

A aurora d'um imperio

Entrementes, as especiaes condições em que os espanhoes se encontravam tinham frutificado.

D'aquelas lutas sangrentas em prol de uma Fé tinha de germinar e, em efeito, brotou uma idealdade singularissima, filha da constante tensão de nervos d'aqueles guerreiros sempre preparados para o combate, que, passando do individuo para a comunidade, acabou por ter um caracter perpetuo e nacional.

Até ali tinham sido esboços, tenteios, factos esporadicos admirados pelo povo, explosões pessoaes d'um misticismo religioso e patriotico manifestado em façanhas epicas, em portentosos feitos de armas, mas estabelecidos sobre bases estaveis quasi todos os reinos peninsulares, esta maneira de ser tende a solidificar-se nas leis expontaneamente promulgadas nos acampamentos, e, como direito consuetudinario, transmitidas de geração em geração até constituir uma feição destintiva das cristandades ibericas.

Durante os ultimos tempos do imperio visigotico a Espanha sofrera de todos os males moraes que avassalavam o mundo civilizado; aqui, como na Italia, como nas margens do Bosforo, a grandeza não viera desacompanhada da corrupção; a indolencia, a sensualidade, a intriga e o favoritismo haviam feito tantos estragos na corte da Hispania unificada

como entre os aulicos bisantinos; aqui, e em toda a Europa meridional, a Fé volveu-se superstição, a moral relaxou-se e os fructos do cristianismo estiolaram-se; mas, uma vez invadida a peninsula e refugiados ao norte os elementos mais sãos da esfacelada grandeza, tudo se modificou; os ares das montanhas asturianas purificaram as almas e, nas tribus que defendiam a independencia nacional, tudo voltou ao rigor primitivo, á severa desciplina dos fieis dos primeiros tempos.

O valor, a energia, a tenacidade, principios basilares sobre os quaes se constituira o poderio gotico, readquiriram os seus direitos; a crença, liberta dos requintes — por vezes pueris — com que a atmosfera palatina a engalanara, retomou a sua magestade, o imperio absoluto, não compartilhado, das consciencias; a moral, auxiliada pelo necessario espirito de sacrificio, distanciada do ambiente mefitico que a fizera socumbir, reinou sobre as vontades; e o guerreiro ergueu-se de novo para ocupar o seu posto, o sacerdote levantou-se para o desempenho da sua missão, a mulher revestiu-se, por mais uma vez, de toda a sua dignidade.

Mas o conjunto não chegou á perfeição senão pouco a pouco e purificando-se no cadinho das batalhas. As circunstancias ordenavam o esquecimento de antigas qualidades, até de antigas virtudes, e o aperfeiçoamento de outras, por vezes até a criação de outros, e isto não podia ser feito senão paulatinamente e á medida que as necessidades se fossem fazendo sentir.

Por isso, o espirito da Idade Media espanhola e da Idade Media em geral, tão diferente não só do espirito da antiguidade pagã, mas até do da antiguidade cristã, do da sociedade cristã anterior ás ultimas invasões dos arabes e dos lombardos, só se

desenha nos fins do seculo XI e só resplandece no XIII.

Os espanhoes, em luta com povos aguerridos e valentes, tiveram de fazer alarde de valor e de lealdade para se lhes impôr. Como cristãos, houveram de adoptar uma atitude nobre de onde a perfidia tinha de ser excluida, a fim de, até na forma de combater, se destinguirem dos seus adversarios. Em prolongado contacto com taes inimigos, o estudo do seu caracter impunha-se, e d'ele saiu o reconhecimento das suas qualidades, a justiça feita ás suas virtudes: á sua sinceridade religiosa, á sua fidelidade aos compromissos tomados, á sua hospitalidade.

E assim se formou o espirito medieval espanhol, o que resplandece nos velhos *romanceiros*, o ainda hoje enternecedor na singela narrativa de como a liberdade foi dada a um prisioneiro mouro que, a um cavalheiro cristão, falou, com as lagrimas nos olhos, das saudades que no cativeiro carpia pensando em sua amada.

Por outra parte, em perpetuo batalhar com uma raça refinada no sensualismo, entre a qual, graças á poligamia, a mulher se encontrava degradada á ultima abjecção, o orgulho dos hispanos timbrou em tirar todas as consequencias do espirito igualitario e libertador do cristianismo e de rodear a companheira do homem de toda a veneração e respeito devidos ao sexo que, dignificado pela Virgem-Mãe, deu ao mundo o Redentor dos homens.

E assim se formou, assim foi progredindo aquela feição *cavalheiresca*, peculiar aos tempos medios; assim, inconsciente mas fortemente, se foram esboçando as correntes que, saindo da Espanha, haviam de avassalar o mundo, quando essa Catalunha que, nos tempos proto-historicos, tinha iniciado a Iberia nos misterios do oriente e, nos historicos, havia ofe-

recido os primeiros catecumenos ao cristianismo, tomando conta do apenas embrionario, o aperfeiçoou, e o deu a beber, na anfora preciosa das canções de seus trovadores, como licor da vida, á Europa inteira.

Mas, entanto tal não succede, aparece em Castela um vulto inolvidavel que, sugestionando poderosamente a imaginação popular, havia de dar origem a um dos primeiros documentos da hoje chamada lingua espanhola e que, estando longe de ser, como Tancredo, o tipo perfeito do paladino tal como a concebeu um seculo depois a imaginação provençal, sintetisando por um modo extraordinario todas as nobres qualidades e todos os defeitos, todo o alto valor e toda a rudeza do caracter peninsular do seu tempo, tendo a generosidade, o entusiasmo, a valentia, a lealdade, a fidelidade a um ideal, a bravura e a grandeza destintivas da alma espanhola, havia de ficar, qual imagem imorredoura burilada pelo culto de cem gerações patrioticas e crentes, como simbolo de uma raça que, revendo-se n'ele, d'ele faz, qual a Grecia com os heroes de Homero, a suprema incarnação de si propria.

Desnecessario é dizer que este vulto é Rodrigo Diaz de Bivar, o *Cid Campeador*.

Com Fernando o *Grande*, rei das duas Castelas, de Leão, das Asturias, da Galiza e da Biscaya, que conquista Coimbra, impõe vassalagem a Saragoça e reconstrue Zamora, e com o *Cid* que, a seu lado, ao lado de seu filho D. Sancho, ao lado de seu filho D. Afonso e por sua propria conta, conquista aos mouros mais terras do que todos os successores de Pelayo até Bermudes, a preponderancia de Castela sobre todas as outras nacionalidades ibericas fica assente por algum tempo, assim como a sua fisionomia material e moral.

E não importa que, seguindo o antigo costume cujos fundamentos vimos, Fernando destribuisse, no leito de morte, os seus estados pelos filhos, não obstante as queixas de Urraca que lhe diz, segundo a popular tradição:

Mandaste las vuestras tierras
A quien bien se os antojara:
A mi porque soy mujer,
Dejaisme desheredada.

Não importa que, a pezar da ameaça:

Irme he por esas tierras
Como uma mujer errada
Y este mi cuerpo daria
A quien bien se me antojara,
A los moros por dinero,
A los cristianos por gracia,

os seus reinos ficassem retalhados; a Castela para Sancho, Leão para Afonso, Galiza para Garcia, a cidade de Toro para Elvira e a de Zamora para a filha insolente; porque já então, como de ali para o futuro, quem tenha a corôa de Castela ambicionará todas as outras, e Sancho é o primeiro a confirmar esta regra, — da qual se não eximirá nenhum dos que depois d'ele se sentem no mesmo solio —, procurando por todas as formas e meios, e conseguindo-o, arrancar a seus irmãos o que lhes foi deixado, até que, citiando Zamora pessoalmente defendido por Urraca, um punhal regicida, pago por alguem cuja responsabilidade nunca a historia poude provar, lhe roubou a vida.

Então, os castelhanos, exercendo o direito de eleger os seus monarcas, direito sempre usado até o seculo XI, oferecem a corôa a D. Afonso.

Mas, sentindo suspeitas de que o indigitado não

tinha sido de todo extranho á morte de seu irmão e não querendo o povo um rei manchado pelo crime, nem havendo um só que a tal respeito o ousasse interrogar, o *Cid*, n'um dos mais belos episodios referidos no poema popular de que é o unico heroe, toma altivamente a palavra em nome de todos, exige-lhe, sob juramento, afirme a sua inocencia, pede ao ceu castigue o rei se comete um perjurio, invoca sobre ele as maiores maldições, demonstra, no dizer do *Cancioneiro*, quão vigoroso era o patriotismo da região que animava os homens d'aquela epoca, desejando para o perjuro, como suprema ignominia, que:

gallegos mantente Alfonso,
gallegos que no villanos,
los de Asturias, de Oviedo,
que no sean castellanos

e, só depois d'este ácto solemne, o soberano pode subir ao trono tomando o nome de Afonso I em razão de sua dinastia e apezar de na realidade ser o sexto d'este nome.

E a epopeia continua!

Auxiliado pelo *Campeador*, o novo monarca conquista Toledo onde põe o primaz das Espanhas, — facto que os Arcebispos de Braga jamais quizeram reconhecer — arranca Madrid ao jugo dos arabes, apodera-se de Guadalajara e, julgando poder prescindir do seu poderoso auxiliar, prosegue por si só a guerra de conquista e separa-se do *Cid*, que se põe a soldo do rei de Saragoça Al-Moktanen contra o rei de Aragão e o conde de Barcelona.

Mas esta separação não havia de ser por muito tempo. A terrivel derrota de Zalaca, que os mouros infrigiram a Afonso, obriga-o a compreender quão necessario lhe é o heroe indomavel a quem os soldados adoram e os enimigos temem. A pedido d'el-rei

realisa-se a primeira reconciliação e, ainda quando um equivoco desse lugar a nova ruptura de relações que, deixando Rodrigo Diaz em liberdade, o leva primeiro a combater e depois a fazer-se amigo do conde de Barcelona Ramon Berenguer II, um novo pedido da rainha Berta basta para reconciliar mais uma vez o guerreiro castelhano com o seu rei e para os levar a ambos, embora sem resultado, até Granada, voltando depois Afonso para Toledo e o *Cid* para as regiões do Levante onde conquista Valencia, e a faz dominio seu, o que lhe dá tal importancia que Pedro o *Grande*, rei de Aragão, lhe propõe uma aliança, aceite pelo *Campeador*, ajudando as tropas aragonesas a conquistar Saragoça e a vencer em Jativa, feito o qual vae, por propria conta, cercar Murviedo, faz consagrar a mesquita de Valencia e morre deixando a peninsula de tal modo vibrante com a sua fama que, segundo resa a tradição n'uma lenda tão pouco verosimil como bela, o povo espanhol, não julgando suficientes as proezas realisadas durante a vida, ainda o faz ganhar batalhas depois de morto, pelo terror que o seu cadaver, atado sobre um cavalo, produz nas fileiras ismaelitas.

Entretanto, Afonso I, tendo perdido seu unico filho na batalha de Uclés, casava a princesa Urraca, unica filha legitima, com Raimundo conde de Borgonha a quem, em premio dos serviços prestados nas campanhas contra os agarenos, deu o reino de Castela, ao mesmo tempo que a um primo d'este seu genro, ao conde Henrique, concedia a mão de Teresa, filha bastarda dos seus amores com Jimena Muniones, e, com ela e como dote, esse condado de Portugal, desmembrado no anno de 1094 da Galiza, do qual um filho d'este conde, o batalhador Afonso Henriques, havia de fazer o reino independente e soberano que ainda hoje é.

D'esta maneira, pelo falecimento de Afonso, o reino de Leão e Castela ficam nas mãos de dois estrangeiros unidos pelo laço de sangue e, segundo diz Alexandre Herculano [1], por um pacto secreto de proteção mutua feito em fins de 1106 ou principios de 1107.

Pela morte de Raimundo e pelo casamento de sua viuva com Afonso o *Batalhador*, rei de Aragão, a unidade peninsular parece adiantar-se tres seculos, mas, o caracter orgulhoso e duvidosa moralidade da filha de Afonso I depressa rompe estes novos vinculos e, ainda quando seu marido a enclausurasse, a bizarria castelhana, fiel á sua rainha, basta para a libertar e permitir-lhe que, com o auxilio de seu cunhado o conde D. Henrique de Portugal, se refugie na Galiza e desde ali obrigue o monarca aragonês, depois de muitos dramaticos episodios, a renunciar á corôa de Castela que, por indicação da mãe, foi colocada sobre a cabeça do principe Raimundo, filho do matrimonio da princesa castelhana com o conde bolonhês.

Não durou muito este reinado. As intrigas de Pedro Lara, confidente de D. Urraca, que já com seu irmão Gomes de Lara (morto por Afonso o *Batalhador*) tinha causado a guerra entre Castela e Aragão, levaram os grandes senhores da nobresa castelhana e leonesa a depôr o rei, fechar Urraca n'um claustro e proclamar a Afonso II ou VII.

Com este monarca, casado com Berengaria, filha do conde de Barcelona Ramon Berenguer III e de Dulce de Provença, entronisou-se a influencia provençal-catalã nos reinos peninsulares do ocidente, e, como esta influencia dos centros de maior cultura que

[1] Alexandre Herculano, *Historia de Portugal.*

tinha a Europa medieva havia de extraordinariamente fazer-se sentir em todas as manifestações da vida social de galegos, castelhanos e portuguezes, e especialmente sobre a primitiva literatura d'estas nacionalidades, convem terminar aqui esta resenha da origem e batalhosos primeiros tempos dos reinos de Asturias, Leão e Galiza, da Navarra, de Castela e de Portugal para entrar no estudo das correntes que por meio dos seus trovadores e das inspiradas liras de Petrarca e Dante, presidiram á formação da cultura das nações italiana, espanhola e portuguesa.

CAPITULO IV

A civilisação provençal-catalã

Pela desmembração do vasto imperio do ocidente, reconstruido por Carlos Magno e desfeito por sua morte, o reino da Borgonha, tendo-se desmembrado da monarquia carlovingiana e dividido, segundo o costume da epoca, em vastos e poderosissimos feudos, chegou pela sua cultura a atingir o primeiro lugar entre todos os da Europa cristã.

Composto pela Provença, Lionesado, Auvergne, Querci, Gasconha e Rosellon, a comarca a que os romanos, depois da conquista, haviam chamado Galia Narbonense, tinha mais de um traço comum com a Hispania.

Ali como na Iberia oriental haviam estabelecido os gregos importantes colonias cuja influencia jamais se desvaneceu. Colocadas as duas regiões sob o jugo romano, prolongado durante seculos, em ambas se tinha naturalisado o espirito do *povo-rei*; e, invadidos pelos godos os dois territorios, um e outro tinham sentido imprimir-se na sua idiosincracia os caractéres

do velho direito germanico, pois para ambos os povos, os de aquem e os de alem Pirineus, havia promulgado Alarico as leis compreendidas no seu *Breviario*.

Depois, quando pelo anno 725, os carlovingios reinaram sobre tão bela região, pareceu desvanecer-se esta semelhança, esfacelou-se esta dualidade; mas, desfeita pela força das coisas a união violenta entre os povos do norte e os do sul, o Languedoc aproxima-se outra vez dos povos hispanicos, faz-se um com eles, e havendo a Borgonha, á sombra de uma paz secular, chegado a um grao de prosperidade moral e material inconcebiveis quasi para os outros povos do seu tempo, foi constituida em civilisadora das nações do ocidente e, de um modo especial, em tutora e mestra das nacionalidades ibericas.

Passados os horrores do *seculo de ferro*, durissimo para a Europa inteira, mas mais brando para a Espanha, onde, ainda assim, poderam ver a luz varões notaveis, já que não pelo seu saber — impossivel em tal periodo —, ao menos pela sua pureza de vida, valor e integridade de fé, quaes foram os Dulquintos, Franquilas, Osorios, Rosendos, Asurios, Genadios, Atilanos, Froilanes, Bimaranos, Gonzalos, Servandos e Pelagios [1]; dobrado o espantoso cabo do anno mil e acabados, com ele, os terrores da cristandade ocidental, quando o feudalismo se foi abrandando graças ao enriquecimento do terceiro estado e a primeira cruzada surtiu incalculaveis beneficios sociaes para a libertação da plebe, quando as *comunas* e cidades livres começaram a edificar-se sobre sapientissimas constituições dadas pelos soberanos e

[1] Vide: *España sagrada* do P. Florez e *Historia Eclesiastica* de La Fuente.

até a tornar-se autonomas, constituindo-se em Estados independentes e dando origem a algumas das florescentes e mercantis republicas italianas, o reino borgonhez, predestinado para grandes coisas, e a quem a Providencia, com visivel proteção, havia posto a cuberto das tempestades da sangrenta luta das *investiduras* entre os Papas e a casa de Franconia, poude chegar a um grao de desenvolvimento pouco comum que lhe permitiu atingir a formação de uma maneira de ser originalissima, sintese de todo o labor e de todos os esforços da Idade Media.

Recolhendo como n'um calix de ouro os licores preciosos que fermentavam n'uma sociedade em constituição, a Borgonha cujas fronteiras se estendiam desde o Loire até á Suissa, a Italia e os Pirineus, teve um esplendor nunca concebido pelos rudes senhores do Norte e do Sul e apenas igualado pelos do Oriente.

A ela, juntamente com o *Toisão de Ouro*, foram buscar a Espanha e a Austria as suas pompas palatinas; d'ela, partiram os raios d'essa luz que havia de iluminar os principaes Estados europeus, e n'ela se constituiu o catalão, a primeira das linguas neolatinas, aquela cujos monumentos se remontam á mais alta antiguidade, a que tendo servido em 842 a Carlos o *Calvo* para prestar juramento ante suas tropas e sendo falada em 879 na côrte do rei de Arles, ainda hoje é usual em toda a vasta região que, acompanhando a costa mediterranica, se estende desde Alicante até Genova [1].

Usando este idioma, vemos desde o seculo IX até o XIII, um povo que, baseando a sua vida na descentralisação mais completa e havendo acomodado as

---

[1] Vide nota I, *in fine*.

sabias disposições da legislação visigotica ás necessidades impostas pela sua posição geografica, fazia consistir a força na mais democratica das organisações municipaes: na que dividindo vastos territorios pela auctoridade de *Conselhos* abertos a todos os cidadãos e compostos de todas as classes — e, singularmente, do terceiro estado — dava a esses municipios os poderes mais amplos; permitindo-lhes não só administrar livremente os interesses das cidades a seu cargo; promovendo o comercio, fomentando a industria e armando — se eram povoações maritimas — as naus e as frotas necessarias para o trafego e para a guerra; mas até, qual sucedeu inumeraveis vezes ás cidades de Barcelona e Marselha, tratar de potencia a potencia com os soberanos mais poderosos e mais ricas republicas, enviando-lhes os seus embaixadores, recebendo os seus plenipotenciarios.

Composto de Estados ligados entre si pelo afecto e pela comunidade de linguagem, este povo cujos membros viviam desde Tortosa, fronteira dos dominios arabes, até as regiões de Auvergne, e que, depositario da tradição romana e da tradição gotica, influia sobre si mesmo, levando aos reinos do sul o espirito hispanico de independencia e arrojada iniciativa aos do norte, e os do norte trazendo aos do sul um raio da apolinea cultura que a alma helenica ali havia deixado, teve o privilegio de chegar á virilidade quando todos os outros povos se encontravam na infancia.

Esta nação cuja gloria consistia nos laços de um afecto mutuo, baseado no conhecimento e cumprimento dos deveres respectivos que unem os soberanos aos subditos, poude, pela cooperação pacifica de todos, atingir grande prosperidade, e, pela obediencia a remotas tradições talassocratas, chegar a ser potencia mediterranica, promulgando as primeiras leis

maritimas que o mundo conheceu [1], cubrindo com seus barcos, em competencia com as republicas italianas ou antes que elas, o unico caminho que a Europa conhecia para ir buscar as maravilhas do oriente, e influir poderosamente sobre a Espanha, a França e a Italia, a pezar de que, colocado entre a monarquia *franca* e os renascentes Estados cristãos da peninsula, não era, rigorosamente falando, espanhola nem francesa.

Em realidade, n'aquele tempo não existia a Espanha e não existia a França, segundo o conceito geografico-politico que hoje temos dos dois paizes, e seria erro aplicar estas denominações modernas ás coisas d'aquela epoca.

Os francezes, os herdeiros de Carlos Magno, os que com Simão de Monfort haviam de conquistar mais tarde as regiões do sul, viviam ao norte do Loire, na Normandia, Bretanha, Champagne e Anjou, e nem sentimentos, nem ideias, nem interesses, nem politica, nem ambições existiam que, como laço commum, os ligasse aos habitantes do ducado de Aquitania e condados de Auvergne, Tolouse, Rodez e Provença que, intimamente unidos, constituindo uma federação de povos, estavam estreitamente ligados aos do oriente de Espanha, fraternisando por meio do condado de Rosellon, cujas fronteiras transpunham os Pirineus, com o condado de Barcelona.

Falando um mesmo idioma que não era o *romance* castelhano e muito menos a rude linguagem dos *francos*, e comungando na mesma cultura, estes povos tinham necessariamente de encontrar-se unidos e as relações entre Catalunha e Provença de ser constantes e de grande importancia.

---

[1] Nota II, *in fine*.

A casa dos condes de Barcelona era originaria do Rosellon e estava aparentada com os barões provençaes julgando-se com direito á Provença por já ter os senhorios de Narbone, Carcassone e Bearn; um catalão como S. Olegario, nascido em Barcelona, podia sem inconveniente ser abade de S. Rufo na Provença antes de ser bispo de Tarragona; os condes de Urgel, depois do casamento — realisado em 1080 — de Armengol *el del Gerb* com Adelaide de Provença, ficaram senhores de toda a região que se estende desde o Rodano até ao mar; o abade de S. Miguel de Cuxa, no Rosellon, viveu e escreveu na Provença até que em 1027 ocupou a sé episcopal de Vich na Catalunha; e, por fim, levando ao sul da França o municipalismo iberico e as doutrinas tradicionalmente espanholas sobre a auctoridade dos reis, para acabar de ligar estreitamente os dois Estados de aquem e alem dos Pirineus, deu-se em 1112 o casamento do conde de Barcelona, Ramon Berenguer III, com Dulce, condessa de Provença, entronisando a influencia catalã na edenica região que, ligando a peninsula italica á hispanica, parece compartilhar das belezas de ambas, inspirando-se no espirito que ás duas anima.

N'aquela epoca foi quando, como diz Mistral [1],

Prouvenço e Catalougno, unido per l'amour,
mescleron soun parlá, si coustumo e si mour,

até ao ponto de que, como em admiravel imagem ele

---

[1] Mistral, *I troubaire catalan.*

proprio refere, unidas no mesmo culto da beleza, na mesma cavalheiresca veneração pela dama:

quand avian dins Magalouno
quand avian dins Marsiho, á-x-Ais, en Avignoun
quauro beautá di gran renoum
n'en parlavias a Barcilouno [1].

Os artistas que, de castelo em castelo, de aldeia em aldeia, percorriam as montanhas, as planicies e valles do Ebro ao Loire, eram aclamados tanto em Toulouse, a provençal, como em Vich, a catalã. Marselha e Barcelona constituiam dois corpos com uma só alma que se uniam sobre a tranquila e risònha superficie do mesmo mar.

E, como, por outro lado a Espanha, ocupada na sua maior parte pelos arabes e tendo apenas em poder dos cristãos o condado de Barcelona, os reinos de Castela, Aragão e Navarra e a Galiza que mais tarde, depois de desmembrada, dará lugar a Portugal, oferecia pelo ocidente um contraste singular com o espirito que animava o oriente, o condado de Barcelona e mais tarde o reino de Aragão — em razão da comunidade de linguagem e a pezar de, como veremos, influirem muito sobre a mentalidade castelhana e galega — estavam mais ligados ao sul da França do que áqueles com quem compartilhavam a peninsula, podendo-se mesmo dizer que a patria provençal-catalã, ainda que dividida em diferentes Estados — qual hoje succede com a Alemanha — era uma só e constituia como a Vasconia e a Navarra — tão certo é que o regionalismo autonomista sempre presidiu á constituição dos povos peninsulares! — o que os euskaros chamaram um *lau-*

---

[1] Quando havia em Marselha, em Aix, em Avignon alguma beleza de grande renome, falava-se d'ela em Barcelona.

rak-bat, uma federação moral sem nucleo central, um conjuncto de povos que pelo coração constituia um só povo cujo territorio se estendia desde o Ebro até os Alpes e que, pouco tendo de comum com Burgos e Leão, menos tinha com Paris e Aix-la-Chapelle.

Diremos mais: não só não havia uma unica semelhança entre taes povos e os que ao norte estendiam seu poder entre as florestas germanicas, mas até um abismo de odios, rivalidades e despresos separava estas povoações latinas de corpo e alma d'aqueles a quem os historiadores alemães modernos consideram — a nosso ver muito justamente — como germanicos e antecessores da Alemanha moderna [1].

Os homens do sul, herdeiros da civilisação romana e da cultura helenica, embora não tivessem nunca sonhado com a reconstituição do Imperio, consideravam-se verdadeiros *quirites* e olhavam como *barbaros* esses de quem dizia Petrarca que *nunca tinham entendido, não digo os versos, mas sequer a lingua de Homero.*

A sua ciencia pesada e fria provocava o despreso mais completo d'aqueles povos que desde os primeiros annos de existencia historica poderiam ter adoptado a divisa que Mistral fez sua: *lou soulèu mi fa canta* [2], e, tendo um legitimo orgulho das suas prodigiosas qualidades artisticas, fortes com os mil elementos que a variedade autonomica de seus grupos lhes proporcionava, enriquecidos com o que de melhor tinha a cultura arabe; com a formula dos poetas de Cordova e Granada, — a eles transmitidas pela lirica popular da Catalunha, quando Ramon Beren-

---

[1] A celtica Bretanha não está, já se vê, compreendida n'este grupo.

[2] O sol me faz cantar.

guer III levou á Provença a hegemonia catalã, — não temiam afrontar uma comparação entre o seu saber e a ciencia *franca*, provocavam-a até, e, com Albertet de Sisteron [1], não receavam, certos da resposta, perguntar aos eruditos:

Monjes, digats, segon vostre sciença
cal valon mais, catalan ó frances;
enver de sai Gascoigna e Provença
è Limosin, Alvernha, e Vianés,
e de lai met la terra dels dos reys :
é car sabetz de tot lur captenença
voill que'm digatz en qual plus fis pretz és.

«Foi então, como faz notar Balaguer, quando verdadeiramente não houve Pirineus, e não quando se pronunciou tal frase, que nunca foram tão altos como então.» O abençoado casamento de Dulce de Provença uniu povos irmãos e, parecendo ter lançado os fundamentos d'uma nação provençal-catalã-bearnesa que ulteriores successos não deixaram de todo constituir, serviu para estabelecer a secular solidariedade dos cultores da lingua de *oc*, de aqueles que tendo nas veias sangue de fenicios, de gregos ou de romanos, procedendo de origens muito opostas e habitando diversos territorios, tinham uma só alma, porque professavam a mesma crença e usavam o mesmo idioma.

De resto, não era só pela linguagem que estas regiões se distinguiam; o seu esplendor principalmente as tornava notaveis.

Ainda quando não seja possivel aceitar em toda a linha a opinião de Sismonde de Sismondi, Millot [2]

---

[1] Citado por Victor Balaguer em *Los Trovadores*, seculo XIII.

[2] Sismonde de Sismondi, *De la littérature du Midi de l'Europe;* Millot, *Histoire littéraire des troubadours.*

e outros que muito superficialmente e repetindo as diatribes dos trovadores d'aquela epoca, acusam os franceses de ignorancia, visto que nos seculos XII e XIII a Universidade de Paris, frequentada, segundo os calculos de Cantu [1], por trinta mil estudantes, segundo os de Ozanam [2] por quarenta mil, pode merecer o titulo que lhe dá Danzas [3] de «metropole intelectual do mundo cristão», não é licito tampouco negar, como alguns sistematicamente fazem, que a civilisação provençal-catalã, diferente já que não superior á da França setentrional, fosse notabilissima e por todos os conceitos digna de admiração, tendo, como em realidade teve, precedido todas as outras, e, o que é mais, feito germinar todas.

O amor do belo era a base e fundamento d'esta cultura. Como os gregos seus antepassados a quem Marselha deve a existencia, os provençaes faziam da arte algo mais que um passatempo; davam-lhe uma importancia que lhe não concedem as gerações modernas; faziam d'ela a verdadeira actividade metafisica d'esta vida; outorgavam-lhe um papel social que, como succedeu com os helenos anteriores a Socrates, chegava a confundir-se com o patriotismo, e emquanto que, no setentrião, o homem culto era o que, encerrado em sombria biblioteca, remexia pergaminhos e, tragando pó, estudava e escrevia aforismos em barbaro latim; nas regiões meridionaes o homem culto era o que cantava, o que sentia, o que compreendia e interpretava a belesa em todas as suas manifestações, a belesa nas obras, a belesa nos gestos.

---

[1] Cezar Cantu, *Historia Universal*, liv. XII.
[2] Ozanam, *Dante et la philosophie*.
[3] Danzas, *Etudes sur les temps primitifs de l'ordre de St. Dominique*.

O norte criou o erudito, o sul criou o artista; o Dr. Fausto não era nem podia ser um typo do Meiodia ou, pelo menos, só o é quando, arrastado pelo que alguns chamam a loucura de Gœthe, se despede definitivamente do seu fantastico laboratorio, e, deixando n'ele a Wagner ocupado com o problema da criação artificial do homem, foge para onde nem o proprio Mefistofeles o pode seguir e vae procurar nas ridentes regiões da Grecia a luz e a vida, abandonando o *homunculus* aos que cientificamente têm a pretenção de fazer do ser humano o que ele não é, para, com toda a ingenuidade d'uma alma virgem, se extasiar sem restrições e sem raciocinios ante a natureza em todo o seu esplendor.

Compreende-se pois, o antagonismo existente entre Paris e Avinhão n'aquela epoca, e —impossivel é nega-lo — ainda hoje.

Lá reinava sem peias o homem teorico que, sofrendo já esse socratismo doloroso que hodiernamente nos tortura; esse socratismo que, ambicionando *rerum cognoscere causas*, amontoava silogismos com Alberto Magno ou iniciava com Roger Bacon o metodo experimental; aqui, pelo contrario, imperava algo assim como um coevo de Sofocles, sobrevivente de todas as convulsões do mundo antigo, exilado da influencia alexandrina sob as oliveiras da Provença, que sentindo e vibrando poderosamente, «cantando e dançando se expressa, como diria Nietzsche [1], qual membro de uma comunidade mais elevada», e que entusiasmando-se ante a violencia das proprias paixões ou ante a varonil energia de seus conterraneos, canta como Homero os grandes feitos de guerra ou como Arquiloco, introduzindo a canção popular na litera-

[1] Nietzsche, *A origem da tragedia*, cap. I.

tura, dando extraordinario impulso ao lirismo, diz artisticamente o que sente e o que pensa, o que na gelida monotonia da prosa jámais podia ser interpretado.

Por isso o mais genuino representante da civilisação catalã-provençal foi o *trovador*.

Não teve ali o homem togado, qual sucedia no norte da Europa e depois no ocidente da peninsula a importancia social que os reis lhe concederam. Sociedade ardente de juventude, que não temia a luta e que não receava desembainhar a espada, nem sequer o soldado, como em todos os povos de então, era o idolo nacional.

Pelo contrario. O favoritismo dos poderosos, a amizade dos proceros e até o respeito dos soberanos era todo para os homens que de cidade em cidade, de festa em festa e de palacio em palacio, ia cantando os *serventesios* e as *novas* já para dar impulso a uma grande obra politica, já simplesmente para declamar a belesa de alguma dama.

Caracter geral d'uma civilisação, estes detalhes destintivos chegaram á perfeição quasi absoluta quando os condes de Barcelona reinaram no sul da França.

Áquelas regiões helenicas pela paisagem e pela raça, levaram os catalães remotos atavismos tirianos de comercio e ousadas explorações maritimas que, fazendo-os senhores do Mediterraneo, davam a sociedade tão culta o esplendor da riquesa, os meios materiaes, sempre necessarios, de fazer progredir a obra intelectual.

Assim se consorciava a actividade com a intelectualidade e se enobreciam os mercadores com o titulo de Messenas que, fazendo-os desempenhar importantissimo papel social, lhes dá esse aspecto inconfundivel de grandes senhores que tanto os destingue no seu tempo e em tempos ulteriores, esse caracter que,

sendo a antitese do utilitarismo vil do judeu, da angustiosa mesquinhez do traficante, eles levarão, ao lado das armas aragonesas, á Italia, para ali se confundir e encontrar com identicas manifestações de nobreza que se manifestam nos actos da *senhoria* da mercantil republica de Pisa ao empregar seu dinheiro e seus homens na construção do formosissimo claustro e geniaes pinturas que compõem essa maravilha chamada o *Campo Santo,* e se patenteiam no sacrificio dos comerciantes de Florença ao edificar o seu portentoso baptisterio, prodigiosa ostentação de riquesa e bom gosto, guardada por portas que Miguel Angelo não duvidou em considerar *dignas do Paraiso.*

Assim, tendo o poder, a actividade e a inteligencia, a civilisação catalã-provençal dispunha de todos os meios para progredir e impor-se.

Para cumulo de prosperidade, nem as lutas intestinas eram possiveis entre povos onde, como diz um catalão ilustre [1], «a formula cristã da igualdade vinha a ser uma lei e um principio que se não consignava em codigo algum e que nenhum tribunal tinha obrigação de fazer respeitar: mas ao qual todos obedeciam, que todos acatavam e contra quem ninguem atentava n'aquela sociedade costumada a estimar o homem por algo mais que pela força e a materia.»

Irmanados pelo mesmo ideal que a todos dominava, que a todos se impunha, a federação dos povos ocitanicos, regida por paternal governo, não tinha tempo para pensar em destinções hierarquicas. Cada classe tinha a importancia que o seu papel social lhe concedia, e, não se admitindo outra origem de poder

---

[1] Victor Balaguer, *Discurso de recepcion en la Real Academia de la Historia* (Madrid 1875).

que a conquistada pelos proprios meritos, podia-se ver, qual se viu, homens como Elias Cairel, criado d'um alfageme, chegar a desempenhar a elevada missão de embaixador, e Folquet ou Fulco, filho de um mercador de Genova, haver primeiro a honra de ser valido do conde Barral de Marselha, mais tarde d'el-rei Afonso de Castela, e, a pezar de ter sido durante a juventude um modesto comerciante, obter a dignidade de abade de Torondet, primeiro, e mais tarde a mitra de bispo de Tolosa [1].

Só uma soberania se impunha e era acatada: a do talento. N'aquela sociedade onde não havia preconceitos de raça; onde se havia adoptado o criterio verdadeiramente belo de que a nobreza dos paes só serve para impôr maiores deveres e o cumprimento de mais excelsas virtudes aos filhos; onde o cidadão recebia em sua casa e sentava á sua mesa o proprio soberano; onde o oficio de comerciante era honrado e estimado e o de *jogral* não era considerado despresivel; onde os artifices gosavam de toda a consideração [2], e onde todos, nobres, clerigos e plebeus, se curvavam perante o belo; o artista e singularmente o *trovador* tinha de ser considerado como o verbo de todos e, como tal, por todos venerado e aclamado.

Assim tinha de ser e assim era. O *trovador* mais do que simples versificador encarregado de deleitar os poderosos e divertir ou entusiasmar as multidões, era o fundador, o legislador e o sustentaculo d'uma civilisação que, privativa, ao principio, dos povos da lingua de *oc*, havia de comover o mundo e ser a alma da Idade Media; o *trovador* foi o criador da

---

1 Nostradamus, *Vida dos poetas provençaes;* Millot, *Vie des troubadours.*

2 Vide nota III, *in fine.*

ciencia gaya, da arte de cantar em todos os tons e por todos os meios prestar tributo *á Patria*, *á Fé*, *ao Amor*, e como essa ciencia, essa arte, cultivando a imaginação e purificando o gosto das inteligencias rudes e embrutecidas da epoca, havia de criar a *cavalaria*, instituição desconhecida do mundo antigo, que, nascida na Provença, no seio d'um povo que respeitava a mulher, adorava a belesa e professava o culto dos grandes feitos e do valor pessoal, devia depois irradiar por toda a Europa, de ahi a posição previlegiada que ocupavam os que, em realidade de verdade, eram nada menos do que os *mentores* d'um mundo.

Ao *trovador* tudo era permitido. Conselheiro dos monarcas, dignatario aulico e igual dos nobres, até rival dos reis muitas vezes lhe succedeu ser, disputando-lhes o coração d'uma dama.

Nostradamus o afirma e as biografias de alguns d'eles, de Raimundo de Miraval, por exemplo, lutando com Pedro de Aragão, e sendo por ele vencido, para obter o esquivo carinho de Alazais de Boissaisson, e, especialmente, a de Beltrão de Born conseguindo pelas suas qualidades e talento fazer-se amar de Maenz de Montaignac, a quem dois soberanos e um principe — Afonso de Aragão, o conde de Tolosa e Godofredo de Bretanha — requestavam, ahi estão para fazer ver até que altura se elevaram os prestigios dos mestres em *gaya ciencia*.

Os povos a quem eles haviam ensinado a amar o que é belo e o que é bom, a quem haviam iniciado no culto da mulher, cantando-lhe as suas belezas e instituindo-as rainhas dos seus *Jogos Floraes* e presidentes dos *Tribunaes do Amor* onde eles com o ouro das suas rimas defendiam a causa dos corações maltratados, gostavam de vêr pôr em pratica os seus conselhos, dar realidade aos seus tropos, vida ás

suas metaforas, execução ás suas imagens, e amavam-os até nas suas loucuras.

Por brilhantes que fossem suas canções, venciam-as seus feitos. Pedro Vidal, depois de se ter feito furar a lingua por amor a uma dama, apaixonando-se de novo por Loba de Penautier e fazendo-se por isso chamar *o Lobo* e, vestido com as peles d'este animal, caçar nas montanhas de Cabaret pelos pastores e pelos cães, enganados por tão falsas apparencias; Bernardo de Ventadorn aspirando ao amor de uma rainha e recolhendo-se depois para chorar na solidão d'um claustro; Guilherme de Tours abraçando-se ao cadaver de sua amada e, metido ao seu lado no ataude, fazendo-se enterrar vivo; Godofredo Rudel apaixonando-se pela condessa de Tripoli, sem nunca a ter visto, apenas pelas descripções que d'ela fazem os peregrinos, e empreendendo a pé a viagem do oriente para ir morrer na Assiria aos pés da sua amada ideal; Sordello de Mantua, o tão altamente elogiado por Dante, expondo-se mil vezes á morte e afrontando o odio de Ezzelino *o tirano* por amar a bela Cunizza; Guilherme de Cabestany morrendo sacrificado por amor a Margarida de Rosellon e esta deixando-se perecer de fome para não provar alimento algum que lhe roube ao paladar o sabor delicado do apaixonado coração do pobre Guilherme feito servir á sua mesa por um marido feroz e ciumento [1], são outros tantos exemplos do que valiam e do que eram os homens a quem estava entregue a missão de educar a mentalidade europeia no culto

[1] Vide Nostradamus, *Vidas dos poetas provençaes*. — Millot, *Vie des troubadours*. — Raynouard, *Choix des poesies originales des troubadours*.

do ideal e completar a obra do cristianismo [1], dignificando a mulher, dando-lhe a corôa da realesa e fazendo d'ela o que ela é hoje e o que ela nunca foi nos tempos anteriores á *cavalaria*, nem é nos paizes onde não chegou a influencia do movimento iniciado pelos hoje quasi esquecidos bardos provençaes.

Tal foi a obra d'essa via lactea de poetas que, manejando uma das linguas mais ricas, crearam formas poeticas novas, deram á literatura moderna rimas e composições que a antiguidade não conhecia e enriqueceram as letras espanholas, italianas e portuguezas com o verso endecasilabo [2], até então nunca usado. Tal foi a obra dos sucessores de Guilherme de Poitiers, o mais antigo dos trovadores conhecidos, a obra de Marcabru, Pedro de Auvergne, Beltrão de Born, Folquet, Geraldo de Calansó, Gavaudan, Aymerico de Peguilhá, Pedro Vidal, Hugo de Saint Cyr, Elias Cairel, Guilherme Ademar, Beltrão de Allamanon, Azemar *o negro*, Sordello, Galceran de Saint Didier, Beltrão Carbonell, Bartolomeu Giorgi, Romon de la Tor, Beltrão de Rovenhac, Aymerico de Belenoy, Elias Fontsalada, Arnaldo Plagés, Raimundo Castelnau, Hugo de l'Escure, Guilherme de Montagnagout, Pedro Roger, Savarico de Mauleon, Folquet de Lunel, Pedro Vilhem, Romon Vidal, Ebles, Bonifacio Carlos e tantos outros.

Seguidos do seu sequito de jograes que, com danças e momerias, serviam de aparato scenico ás *Novas*, *Serventesios* e *Canções*; acompanhando seus versos uma musica que, aliada a eles, originava inesperadas formas, ricas, sabias e variegadas; os trovadores, cantando grandes batalhas ou entoando can-

[1] Vide nota IV, *in fine*.
[2] Vide nota V *in fine*.

ticos de amor, errantes de povoado em povoado, ao mesmo tempo que propagavam pelo oriente, norte e ocidente da Europa o conhecimento da sabia constituição politica que a casa de Barcelona, inspirada nas mais veneraveis tradições hispanicas, outorgára á Provença, tornando notorias as virtudes dos seus monarcas, a independencia dos seus municipios, a soberania das suas cidades livres, as liberdades respeitadas e foros venerados de seus cidadãos, ia tambem estabelecendo a sequencia que ligará o *Cid* aos heroes de Ariosto, os personagens de Homero aos de Torquato Tasso, e, depois, quando lá no Oriente, juntando-se no mesmo movimento das cruzadas os povos do norte e os povos do sul, os *francos* e os *germanos* tiverem ouvido aos trovadores da Provença proclamar um ideal para eles desconhecido; quando Henrique de Normandia, casado com Leonor de Aquitania, levar ao trono de Inglaterra a influencia provençal, a sua obra estará acabada.

Os filhos espirituaes de Guilherme de Poitiers terão encontrado seus sucessores nos *trouveres* franceses e nos *minnesingers* alemães; os *tribunaes de amor* implantar-se-ão nas regiões do norte; Ulrico de Lichtenstein fará tantas loucuras como seus predecessores e no *Frauendienst* cantará as damas com tanta eloquencia como os melhores mestres em *gay saber*; a *cavalaria* estará implantada no mundo; Saladino pedirá que o armem cavaleiro e o espirito iberico terá encontrado a plenitude do seu ser em Gutierre Quijada e Suero de Quiñones.

Peregrinos do ideal, fazendo brotar as flores por onde passam, os cantores da *Patria, da Fé, do amor* virão ao ocidente da peninsula iniciar os castelhanos, leoneses e galegos nas belas letras e no belo espirito; nas letras que produzirão um Camões e um Fr. Luiz de Leão, no espirito que florescerá

nas epopeias da India e da America, de Ormuz e do Mexico, de Tanger e Lepanto.

CAPITULO V

A influencia dos trovadores em Portugal e Castela

Muito antes do casamento de Ramon Berenguer *o Grande*, os povos do norte da Espanha e do sul da França tinham estabelecido fraternal convivio atravez dos Pirineus, e se a peninsula iberica deu origem á rica literatura provençal transmitindo-lhe os canticos da lirica arabe matisados pelo prisma da alma catalã [1], a Provença, por sua vez, pagou com juros tal divida ensinando á Galiza primeiro, á Castela depois, a arte de bem trovar.

Desde os tempos remotos em que, descobertas em Iria Flavia as reliquias do Apostolo das Espanhas, se iniciou em todo o mundo christão uma corrente de peregrinações para a que, passados annos, se havia de chamar *Jerusalem do ocidente*, longas teorias de romeiros da Gasconha, Auvergne e Provença começaram a dirigir-se a Compostela, plantando a flor da *Gaya ciencia* conjuntamente com as formas poeticas da Ocitania e a influencia avassaladora da lingua catalã-provençal onde quer que se pousavam seus bordões e sandalias.

A travez dos agros de Castela, das montanhas das Asturias e das verdejántes campinas da Galiza, estes representantes de uma civilisação mais rica e florescente iam, como missionarios de luz, propagar

[1] Camboulin, *Essai sur l'histoire de la littérature catalane*.

seus raios por onde quer que as inteligencias, recem-libertas d'uma epoca de trevas, se abriam para os receber.

Embaixadores da maneira de ser originalissima que a Idade Media elaborára nas regiões previlegiadas onde o saber encontrára guarida á sombra da paz e da prosperidade fomentada pela riquesa, iam de terra em terra, de povoado em povoado, levar aos povos ocidentaes as maravilhas d'uma mitologia, sem resaibos da classica, onde as proezas dos cavaleiros andantes, os altos feitos dos paladinos, os amores das castelãs e a dedicação dos pagens eram cantados em estrofes grandiloquas, e a tirania, a vileza, as arbitrariedades de paes despoticos e maridos ciumentos, de traidores gigantes e cobardes anões, fustigadas com denodo, executadas sem piedade e cravadas sem dó na picota do velipendio.

A povos já por si cavalheirescos e provados na bizarria e no valor por uma luta secular com os arabes, mas a quem faltavam todavia ideias fixas sobre o assunto codificadas n'um grande corpo de doutrinas, e que, em virtude d'essa confusão, admiravam o *Cid* até quando aliando-se aos mouros combatia os cristãos, veio a Provença, a patria da cavalaria, pela voz de ouro dos seus poetas, dar-lhes a interpretação de seus instinctos, e, por consequencia, completar a sua fisionomia moral.

A alma hispanica era como uma estatua talhada a grandes rasgos no velho granito iberico, no ouro fenicio, no marmore celta e no jaspe cartaginez; os romanos tinham-a desbastado, os visigodos contornaram-lhe os perfis, o espirito medieval sintetisado na cultura ocitanica, burilou com esmero e paciencia os ultimos rasgos, cinzelou com maestria os ultimos toques.

Encontrando — na Galiza singularmente — materia

propria para uma adaptação, fe-la com graça, fe-la com cuidado, modelando a alma galaica, a alma portuguesa, á sua imagem e semelhança.

Repetindo as estrofes de seus trovadores, de poetas hoje desconhecidos cuja memoria se perdeu talvez para sempre na noute dos tempos [1], foi como os peregrinos de alem-Pirineus iniciaram as populações ibericas do ocidente nas tradições literarias que tão exuberantes florescem no *Cancioneiro da Vaticana*, nebulose irradiante de que haviam de sair esplendorosas às letras castelhanas e as letras portuguesas.

Antes ainda de que na Catalunha começassem a nascer, da raiz por ela cultivada e transplantada a outras terras, os trovadores destinados a continuar a obra dos provençaes, já na região do Douro ao Cabo Finisterre essa planta se tinha adaptado ás tradições bardicas d'aquelas populações celticas, naturalmente sentimentaes, naturalmente melancolicas, n'essa legião espiritual de que faziam parte Rodrigues de Padron, Gomes Chavino, Afonso Gomes, Sancho Sanchez, Macias *o namorado*, Pero Meogo, Fernão de Lugo, João de Cangas, Romeu de Lugo, Men Rodrigues de Tenorio, Ayras Nunhez, Martin de Vigo e tantos outros que no seio da belissima natureza galaica onde as florestas sombrias são templos de iniciação para as almas amantes do misterio e onde as montanhas altissimas e as rias esplendorosas parecem reflectir no azul dos ceus e no azul das aguas a transparencia cerulea de corações apaixonados pelo ideal, rendilharam em seus versos as *pastorelas* e as *vaqueiras*, generos lyricos da literatura romana, que em suas mãos e sob suas pennas tomam o aspecto encantador, ingenuo como os tripticos de Fra Angelico e Botti-

[1] Vide Paul Meyer, *Cours de litterature provençale*, 1.ª parte.

celli, virginal e puro como as pinturas de Giotto e Fernandez, das canções populares, ritmicas, coloridas e belas como o são ainda hoje as joias do *folk-lore* galeciano, os gritos d'alma, expontaneos e eloquentes d'um povo artista, dotado de uma sensibilidade pasmosa, de um gosto refinado.

D'essa epoca remota, anterior a toda a literatura peninsular, conservam-se poucos vestigios: uma «lamentação» dos peregrinos de Aurillac [1], e algumas canções; mas esses, ainda quando pobres e diminutos, bastam para confirmar a origem levantina das poesias ocidentaes, se esta não fosse de presumir pela semelhança dos generos e muitas vezes mesmo pelas palavras e até frases de que se encontram esmaltadas as obras dos progenitores da literatura portuguesa.

De resto se esta ultima circumstancia pode ser atribuida aos erros dos copistas ocitanicos, a fraternidade de sentimento entre os trovadores do oriente e do ocidente é inegavel. Aprendidas dos labios dos romeiros e transmitidas de geração em geração, as trovas provençaes foram-se fundindo com a alma galaico-portuguesa.

O povo que conhecia os versos de Guilherme de Poitiers, neto d'aquele que morrera quando de joelhos orava ante o sepulcro de Santiago, conhecia tambem o espirito cavalheiresco, o culto pela mulher, que se a muito chegou na Pròvença, foi bem igualado, senão superado, nas terras do ocidente, por João Rodrigues de Padron enclausurando-a n'um mosteiro da Terra Santa para n'ele carpir a desventura da sua paixão, e por Macias, o doce e melancolico bardo, a quem a Historia chama *o namorado*, perecendo de

---

[1] Nota VI, *in fine*.

amor, ferido por traidora lança que, como dizem as trovas, *nin se la dieron del muro nin la priso en batalla*, e, vibrando intensamente com as pundonorosas paixões de lealdade e valentia que tal espirito sintetisava, fez d'ele norma habitual de seus actos, enquanto não chegava o dia em que um monarca castelhano, Afonso x *o Sabio*, o codificasse nas *Sete Partidas*, ao mesmo tempo que nas suas *Cantigas* imitava a musa trovadoresca e n'ela se inspirava para fundir nos *romances* galego e castelhano alguns dos mais antigos monumentos das letras de Espanha e das letras de Portugal.

N'aquela epoca, ainda quando — a pezar do latim ser a unica lingua escrita — o galego e o castelhano se encontrassem formados pela influencia do celta ou do arabe sobre o velho *romance* do imperio visigotico conservado puro nas Asturias, e embora taes linguas fossem faladas vulgarmente em todo o ocidente e sul da peninsula tanto pelos cristãos dos reinos independentes como pelos mozarabes dos reinos mussulmanos, o catalão não era, qual hoje succede, um idioma pouco conhecido: todos o sabiam e até os mais incultos o podiam compreender repetindo as estrofes que os trovadores cantavam e os pelotiqueiros propagavam ao som da citara, do alaude, do monocordio ou da guitarra.

A bem dizer, não existiam então entre as tres linguas ibericas — á parte sempre o singular euskaro que com nenhuma outra tem relação — as diferenças que hoje as destinguem. O galego, que depois havia de ser o portuguez, o castelhano e o catalão tinham entre si expressões e termos identicos, o catalão exercia sobre os outros dois idiomas avassaladora influencia e se hoje se encontram todavia na lingua oficial de Espanha alguns centos de palavras legitimamente lemosinas, e no portuguez, embora esse

trabalho não esteja feito, tal numero ascenda talvez a mil, compreender-se-á o que seria n'aquela epoca[1].

Assim é que, não nascidas ainda as letras castelhanas, os poetas ocitanicos podiam trovar nas cortes e em honra dos reis de Leão e Castela com a certesa de serem, não só compreendidos e admirados, mas até imitados.

Foi assim como — verdade admitida hoje por todas as auctoridades no assumpto — a poesia provençal começou desde os primeiros momentos da sua existencia a ser conhecida das populações ibericas, e por esta forma como antes de Guilherme de Poitiers, o primeiro trovador conhecido mas não o primeiro trovador, já a sua influencia se tinha enraizado fortemente na Galiza e norte de Portugal para dar principio ao movimento literario galaico do seculo XII que deu origem á literatura portugueza e precedeu a nascença da literatura castelhana.

No seculo XI já se encontram vestigios positivos da permanencia dos trovadores da Provença no ocidente da Espanha. Depois que os condes de Barcelona, transpondo os Pirineus, estenderam seu poder sobre territorios que hoje são da França, os poetas á quem Ramon Berenguer protegia e a quem auxiliava a prosperidade do seu reinado até então nunca igualada, começaram a vir á peninsula algo mais que de passagem e para algo mais que intuitos piedosos.

Barcelona era então o coração da Provença e os trovadores, sangue generoso e rico da civilisação ocitanica, afluiam ao coração para ali se espalharem por todos os territorios não ocupados pelos arabes, pelas côrtes de Aragão e pelas cortes de Castela, onde a sua chegada era sempre motivo de regosijo,

---

[1] Nota VII, *in fine*.

a sua permanencia causa de alegria e a sua influencia, como validos dos reis, origem de prosperidade.

A rainha Berengaria, como já dissemos, veio entronisar a civilisação provençal no reino de Castela. Educada nos esplendores palatinos d'uma corte literaria e refinada qual era a de seu pae, esta princesa ao ver-se transplantada para a rude simplicidade castelhana, animou aquele acampamento — que outra coisa não eram as moradas dos reis do ocidente — com um sorriso da poesia; embeleceu-o qual mão gracil que coloca um laço sobre a armadura d'um guerreiro.

Atraz d'ela vieram os trovadores trazer ás damas castelhanas a sua homenagem, os seus cantares e as suas trovas, a musica soou sob as abobadas dos alcazares reaes, a arte fez valer seus direitos entre os homens de armas, e Afonso VII, espirito positivo, acolhendo-a regiamente, soube aproveitar os talentos d'aqueles homens que, se quasi sempre cantavam amores, tambem sabiam — como se viu durante as cruzadas — animar os povos para a luta, entusiasmar os soldados para a batalha.

Foi esta a missão de Marcabrú, um dos mais antigos poetas romanicos de que ha memoria, propagador entusiasta das leis da cavalaria, dirigindo-se aos povos da lingua de *oc* no *serventesio* que começa pelas palavras:

Pax in nomine Domine
Fez Marcabrú los mos é l so
Auiatz que di [1],

para incitar os senhores da Guiena e do Poitou, os

[1] Paz em nome do Senhor! Fez Marcabrú as palavras e a musica, escutae o que diz.

monarcas da Provença e da Catalunha, a vir ajudar o rei de Castela na conquista de Almeria.

Foi esta a missão do mesmo trovador ao compor o cantico *Emparaire per mi mezeis*, cujas palavras, excitando o rei a não desistir, a não desanimar, e a levar por diante o seu projecto, só com o auxilio de Berenguer IV de Barcelona e de seus bravos catalães, entoados pelos soldados e pelo povo, e repetidas por montes e valles, iam ecoar até á fronteira ismaelita, semeando o entusiasmo por toda a parte.

Foi esta a missão de Marcabrú e de muitos outros poetas. Tendo visitado a Espanha, (como se depreende das suas poesias) quasi todos os que alguma importancia tiveram nas letras provençaes, e havendo até alguns d'eles — qual succedeu a Ebles que por amor a uma dama espanhola regeitou o seu nome e se fez chamar *Sancha* — deixado aqui o coração captivo pelos olhos belos de uma peninsular, conheciam todos eles bem as pessoas e as coisas de Castela, e sabiam adular os seus reis elogiando-os em verso como fez Pedro de Auvergne a Sancho III; chorar a sua morte como Geraldo de Calanso quando o falecimento do principe D. Fernando, impetrar o seu auxilio como Beltrão de Born, senhor do Castelo de Hautefort no Perigord, quando excitava a Afonso VIII a intervir nos assuntos da Provença, compartilhar da sua dôr como Fulco, o futuro bispo de Tolosa, lamentando o funesto desfecho da batalha de Alarcos, profetisar victorias como Gavaudan assegurando a Afonso VIII o brilhante triunfo que havia de obter nas Navas de Tolosa e até, por fim, preceder em muitos seculos aos modernos iberistas, dirigindo-se, como Pedro Vidal, *als quatre reis d'Espanha* para lhes aconselhar a união e censurar-lhes os seus odios que impediam a peninsula de estar sob uma só lei [illegible] só fé.

N'uma palavra: foi gigantesca a obra dos trovadores, a obra da Catalunha e a da Provença, sobre o espirito peninsular.

O que o clero fez quando a monarquia visigotica, isso fizeram os cavaleiros andantes das letras e da musica aos renascentes estados cristãos da peninsula: educaram-os, embeleceram-os.

Rimbaldo de Vaqueiras, o que loucamente apaixonado pela irmã do Marquez de Montferrat o acompanhou na quarta cruzada, praticando prodigios de valor e chegando a ser feudatario insigne do rei de Tessalonica, escreve em galego ou portuguez a poesia:

Mas tan temo voste pleito
todo'n soi escarmentado
per vos ai pena e maltreito
e mei corpo lacerado [1]

que, considerado por alguns como a mais antiga das escritas nas linguas do ocidente da peninsula, é, pelo menos, coeva do poema do *Cid* e talvez das lamentações sobre a perda da Espanha falsamente atribuidas ao rei Rodrigo.

Bonifacio Calvo, Nat de Mons, Geraldo-Riquier, Guilherme de Bergadá e Hugo de San Cyr rodeiam o trono de São Fernando e Afonso *o Sabio*.

Os *jochs partitz*, as *tensiones*, *serventesios*, *partiments*, *tornadas*, *descorts*, *cançós*, *coblas encadenadas* e *devinallas*, generos variadissimos que faziam da literatura provençal uma das mais ricas de que ha exemplo, passam integralmente para Castela e Portugal onde se chamarão: *requestas*, *preguntas*,

[1] Nota VIII, *in fine*.

fynidas, *decires* ou *diseres*, *coplas de consoantes dobradas*, *adevinanças escuras*, e assim, quando já robustas as letras portuguezas, a lingua castelhana, mascula e rica na prosa da traducção do *Fuero Juzgo*, faz os seus primeiros ensaios poeticos, a influencia ocitanica que tão clara se patenteia nas *Trovas* d'el-rei D. Diniz, aparece pujante nas obras consideradas por Amador de los Rios [1] como as mais antigas da que hoje falsamente se chama lingua espanhola, no *Libro de los tres Reys d'Orient*, na *Vida de Madona Santa Maria Egipciaca*, no poema de *los Reys Magos*, e no *Poema del Cid*, nas *Cantigas* de Afonso *o Sabio*, nos versos de Rabi don Santo, e composições de Micer Francisco Imperial, Fersant Manuel, Afonso Sanchez, João de Baena, Afonso Alvarez, Alvaro de Luna, Ruy Paes de Rivera, Pedro Farrús e todos os que constituem as joias d'essa constelação que se chama o *Cancioneiro de Baena*.

Ao mesmo tempo não era em vão que taes homens entoavam louvores aos altos feitos de armas e aos amantes fieis e dedicados. A Espanha, naturalmente cavalheiresca, provada na luta e enobrecida nas batalhas, sentia-se atrahida pelas canções que revestiam com brilhantes roupagens os seus sentimentos mais caros, e, como se a houvesse engendrado, adoptou e fez sua a instituição da *cavalaria*.

Espiritos irrequietos que, segundo o testemunho de Perez de Hita, o historiador das guerras civis em Granada, iam, um a um, desafiar a combates singulares, «guardando todas as regras da cortesia», os principaes cavaleiros mussulmanos e que, não satisfeitos de taes proezas contra o inimigo comum, pediam a esse mesmo inimigo, ao rei de Granada, confiando

---

[1] [illegible] *critica de la literatura española.*

na hospitalidade do adversario, campo cerrado para derimir suas contendas em epicos desafios durante os quaes a honra de Castela e a honra de Aragão estava confiada ao denodo e ao vigor da lança d'um pundonoroso paladino, vibraram de entusiasmo ante os lendarios personagens do ciclo carlovingiano e esforçados companheiros d'el-rei Artur, os cavalheiros da *Tabula Redonda*, com cujas proezas a *cavalaria*, quando bem assegurada sobre os alicerces lançados pelos trovadores, quiz enobrecer a sua origem fazendo-a falsamente provir de remota antiguidade. Assim, homens que admirando os altos feitos do *Cid* na batalha de Alcocer, quando d'um só golpe partiu um mouro pela metade, repetiam, crendo-o piedosamente:

Viólo mio Cid Rui Diaz el castellano;
Acostos' a' un aguacil que tenia buen caballo;
Diol' tal espadada con el so diestro brazo,
Cortol' por la cintura, el medio echó en el campo,

só pensaram, quando os foram conhecendo, em imitar o vigor do Cavaleiro do Cisne e de Felix Marte de Hircania, os altos feitos de D. Belianis de Grecia e Celidon de Iberia.

E o que, fructo da obra dos poetas provençaes, só era fantasia de imaginações ferteis e poderosas, começou a ser uma realidade. Organisados os torneios, sobre bases cavalheirescas e imutaveis, no anno de 1066 por Godofredo de Preully, pouco tempo depois em toda a peninsula, quando os raros momentos de paz o permitiam, atroavam os gritos:

afuera, afuera, afuera,
aparta, aparta, aparta,

com que se iniciavam as justas, e no oriente como no ocidente, nas cortes do conde de Barcelona como nas d'el-rei de Portugal, na côrte de Navarra como

na de Castela, as lanças chocavam com os escudos, partiam-se em mil bocados e voavam até ás nuvens em honra das rainhas das festas, em honra da *mulher*, soberana poderosa e obedecida d'aquela sociedade tão esforçada como nobre, tão cheia de bizarria como de piedade cristã.

E se mais tarde, no tempo de Cervantes, tudo isto, por ser inutil, poude parecer ridiculo, não assim n'aquela epoca. A *cavalaria*, como todas as instituições humanas, era filha do seu meio e correspondia a uma necessidade ao tempo do seu aparecimento. N'um periodo em que a auctoridade real estava singularmente circunscripta pela dos feudatarios e calamitosas mas inevitaveis circunstancias não permitiam a existencia d'uma forte disciplina social como aquela em que hoje vivemos, mister era que a iniciativa individual suprisse a falta da colectiva e isso foi o papel, generoso e digno, dos *cavaleiros andantes*.

A sociedade europeia passava por uma febre de crescimento; fermentava; d'essa fermentação havia de sair algo nobre, algo belo, mas enquanto tal se não dava, enquanto no meio do fragor das lutas e das batalhas a força bruta se impunha, não é admiravel vêr que ha ainda quem, sentindo poderosamente em si o espirito do cristianismo, põe o seu braço e o seu valor ao serviço dos fracos e dos oprimidos, *enderezando tuertos, deshaciendo agravios, socorriendo viudas y amparando huerfanos?*

N'um periodo em que os processos eram combates, em que, esquecido o direito romano, dominava o espirito, essencialmente ariaco, das leis celticas e das leis germanicas que tomavam o duelo como meio de prova e viam no resultado dos desafios o *juizo de Deus*, era necessario uma juventude cristã e generosa que tomasse a espada em favor dos que a

não podiam ou não sabiam empunhar, e a sociedade, compreendendo isto, deu o remedio mais proprio para a doença, confiou a alguns o dever de todos, investiu a armadura do guerreiro com os encargos que hoje confiamos á toga.

Ao principio foi algo confuso e latente; sentia-se a necessidade e não se atinava com o meio de a satisfazer; depois foram aqui e ali exemplos desconexos, rasgos individuaes de valor e de cavalheirosidade que admiravam e confundiam as turbas; era o *Cid* surgindo como encarnação d'uma raça e d'uma epoca mas tambem como ensaio muito grosseiro e imperfeito; depois, ainda, foram os trovadores cantando esses rasgos heroicos e fixando o tipo com os seus versos e as suas trovas; dando, por assim dizer, leis escritas ao direito consuetudinario; sintetisando o espirito do paladino, criando-o, fundindo-o; por fim foi a realisação d'esse ideal teorico, a imitação dos altos feitos cantados em estrofes grandiloquas, superando-as muitas vezes, foram Tancredo e Godofredo de Bouillon, os heroes das cruzadas, foi o Cavalheiro *sans peur et sans reproche*, foram os Doze de Inglaterra, cantados por Camões, indo á velha Albion expor a vida e desembainhar a espada em defesa de damas desconhecidas...

D'este modo a *cavalaria* era uma religião dentro da religião e, como tal, um ideal nunca atingido, algo sobrehumano que estava acima de todos os esforços para o alcançar, algo que podia ser imitado, não realisado.

Marcabrú o poeta, um dos primeiros hierofantes do novo culto, já se queixava de que na Guiena e na França [1], se houvessem perdido os belos rasgos dos

[1] Como já dissemos a *França* era só a Normandia, Champanhe e Anjou.

velhos tempos da *cavalaria;* no seculo XII, isto é: apenas iniciado o movimento já havia simptomas de decadencia, e tudo isto não era que em realidade outr'ora, antes do anno mil, nos tempos em que o ideal cavalheiresco se não achava constituido, tivessem existido paladinos superiores aos da epoca; mas sim que o ideal do perfeito cavaleiro era tão elevado, tão alto, tão inatingivel que os seus evangelistas, podendo á vontade dotar os heroes de outros tempos com todas as qualidades que houvessem por bem, não podiam deixar de notar a sensivel diferença entre a realidade e o seu ideal.

A Espanha foi a primeira nação a adoptar a cavalaria e tambem a ultima em a abandonar. O sabio rei Afonso X quando, acomodando a legislação visigotica ás necessidades do tempo, criou esse monumento que se chama as *Siete Partidas,* em que, como o *Fuero Juzgo,* colocando em Deus a origem de toda a auctoridade [1], velando pela conservação da unidade religiosa [2], dando completa independencia ao poder espiritual e subordinando a ele o temporal n'algumas materias [3], afirma que *la justicia es siempre muy buena cosa en si, é de que debe el rei siempre usar,* para de ahi dedusir que o soberano deixa de merecer tal nome se usa mal do seu poder, porque, se tal sucede, o seu *senhorio,* de direito que era, se torna em *torticero* [4], inspirou-se no espirito cavalheiresco da sua epoca e codificou-o.

As mesmas ideias de respeito pela religião, a favor da qual se deve derramar o sangue e dar a vida,

---

[1] Partida II, prologo e lei I, titulo I.

[2] Partida VII, titulo XIII, lei III, titulo XXIV, leis VI e VII; titulo XXV, leis IV, V, VI, VII e VIII.

[3] Partida I, prologo e lei I.

[4] Partida II, lei X, tit. I.

*

de veneração pela mulher e de acatamento pela justiça que eram como os tres mandamentos da lei da *cavalaria*, taes como as proclama Eustaquio Deschamps na sua enunciação dos deveres dos paladinos [1], revelam-se nas leis do monarca que dedica quasi uma das suas *Partidas* na determinação de como o cavaleiro deve vestir-se, alimentar-se e empregar o seu tempo; explodem na afirmação, originalmente iberica, preceituando o heroismo como um dever [2] na lei em que se considera como traidor aquele que não « prefere sacrificar até seus proprios filhos antes do que entregar uma fortaleza ao inimigo » ; e, passados tempos, surgem como uma flôr de galanteria nos preceitos legaes de Jayme II de Aragão que, concedendo á sombra da mulher o mesmo direito de asilo gosado por certos mosteiros e templos, ordena se deixe passar e seguir em paz — a não ser que se trate de um assassino — todo e qualquer homem, embora criminoso, que na cidade ou no descampado, n'uma estrada ou n'um caminho, fôr acompanhando alguma dama.

Assim, quando na França, na Italia ou na Inglaterra, a *cavalaria* tinha entrado em completa decadencia; quando se tinha transformado n'um pretexto para ostentar luxo em cerimonias estrondosas, como as descritas por Guy de Monzó, abade de S. Dionizio, em 1380 [3], a que concorriam damas e proceros da Alemanha e da Escocia, vindas a Paris por convite especial, transmitido por emissarios especiaes, para assistir ao acto de armar cavalheiros os princi-

---

[1] Citado por Cantu. *Historia Universal*, liv. XI.
[2] Partida IV.
[3] No *Cartulaire de l'abbaye de Saint Denis ou Chronique des religieux de Saint* [illegible] latin pour la première fois et traduit par M. L. [illegible] de Chapelet 1839).

pes Luiz e Carlos, pretendentes ao trono de Sicilia; quando, verdadeiro anacronismo, preludiava já a musa satirica a grande sinfonia que havia de entoar o Manco de Lepanto, e só aqui e ali se davam pela Europa setentrional algumas manifestações de virtude cavalheiresca como a de alguns nobres do Hainaut, quando a *Jacquerie*, deixando-se matar por algumas dezenas de camponezes, preferindo a morte, a pezar de estarem a cavalo e armados, a puxar da espada contra vilões que só manejavam paus, ainda na Espanha, mantida pela luta secular contra os arabes, a *cavalaria* imperava em toda a sua pujança.

Sem provocar o riso, Suero de Quiñones podia postar-se ás portas de Compostela para romper lanças com os que transitassem por aqueles caminhos; o repto de D. Diego Ordoñez de Lara aos habitantes de Zamora: «*E por ende rieptolos a todos, tan bien al grande como al chico, e al muerto como al vivo, e ansi al nascido como al que és por nascer, e riepto las aguas que bebieren é las que corrieren por los rios, e riéptoles el pan, e rieptoles el vino*», encontravam admiradores e imitadores; e, entrada já a Renascença, ainda Juan Chacon, Manuel Ponce de Leon, Alonso de Aguilar e Diego Fernandez de Cordoba iam a Granada quebrar armas e ceifar vidas na defesa da honra d'uma rainha infiel.

Depois isso passou. O robustecimento da auctoridade, o aumento de disciplina, a instituição da *santa hermandad* para a guarda dos campos tornaram desnecessaria a acção dos paladinos errantes á procura de aventuras para desfazer agravos; as armas de fogo, a artilharia, a tactica da Renascença, tornaram desnecessarios aqueles homens vestidos de ferro que, de montante em punho, malhavam sobre a peonagem, mas se os atributos se tornaram anacronicos, o espirito ficou.

Sem armadura e sem elmo, dentro do peito dos paladinos o coração continuou a palpitar sob os gibões de veludo ou sob o burel e a estamenha; sem mouros para combater na peninsula, a bizarria espanhola foi buscar o inimigo a Tanger, a Oran, a Lepanto, á Asia e á America, e quando, ridicularisando os que teimavam em querer manter o que era simplesmente accidental e para sempre tinha desaparecido, Cervantes escreveu o *Quixote*, não decepou, como diz Lord Byron [1], um braço á Espanha cavalheiresca, porque ela, se o era com a lança e com o escudo, continuou-o sendo com o bacamarte e o morrão: os aguerridos soldados dos *tercios* de Flandres valiam bem os das Navas de Tolosa.

Entretanto a obra dos trovadores, influindo no espirito iberico, continuou a produzir opimos frutos nos jardins das letras: os catalães proseguiam a obra da Provença; a literatura galega renascia na portugueza e, depois de ter produzido os canticos do velho cancioneiro da Vaticana, iluminava com seus esplendores vultos taes como o Arcediano de Toro e Pero Gonzalez de Mendoza; o proprio Marquez de Santillana, principe das letras, tendo estudado na meninice, em casa de sua avó D. Mencia de Cisneros, um precioso livro manuscrito «*de cantigas, serranas é decires portugueses é gallegos, cuyas obras loaban de invenciones sotiles é de graciosas é dulces palabras*», prestou culto á musa de Rodrigues de Padron versificando na lingua de Gil Vicente, e animados todos os povos ibericos pelo mesmo espirito, produsiram, no ciclo das novelas cavalheirescas, duas maravilhas: em Portugal [2], o *Amadis de Gaula* de Vasco

---

1 Em *D. Juan.*
2 Nota IX, *in fine.*

de Lobeira; na Catalunha, o *Tirante el Blanco* de Pedro João Martorell.

CAPITULO VI

A cruzada de Monfort e suas consequencias

Entretanto a Provença tinha sido invadida pela heresia e, com ela, pela decadencia.

O que os filosofos para a civilisação helenica, fazendo-a descer das alturas materialisadas pelos genios dos tragicos anteriores a Euripides, o τραγικωτατος, e precipitando o povo mais artista nas confusas discussões em que se estiolou, isso foram os albigenses para a cultura provençal.

Como, seculos depois, a rebeldia de Lutero vindo lançar a Europa de Erasmo de Roterdam e Lourenço de Medicis, nas extravagancias sombrias de fanaticos á Matias Harlem e João de Leyde, assim o gnosticismo maniqueo de cataros e patarinos, importado do oriente pelos cruzados ou pregado na Italia por apostolos bulgaros, veio trazer ás regiões da França meridional o que de mais contrario havia á sua maneira de ser: o amor pelas discussões inuteis, obscuras e intrincadas; a paixão pelos conceitos dificeis, conclusões paradoxaes e sofismas bem urdidos.

Os povos que, sob a clara luz do sol meridional, tinham fundado uma civilisação transparente e limpida qual o ar, diafana como o ceruleo ceu, e que, entregue ao culto do belo, cantando o trilema do seu ideal, se tinham, não só desinteressado, mas olhando com verdadeiro desdem as vãs questiunculas teologicas que — embora dentro da ortodoxia — constituiam a principal materia da actividade intelectual dos que, na Universidade de Paris e centros docentes do nor-

te, se ocupavam de problemas taes como saber «se Jesus está nu ou vestido na Eucaristia», se «Deus pode fazer que o que é não seja» ou, ainda, «em que posição está o corpo do Filho á direita do Pae»[1], viram-se, por sua vez, sugestionados por este mesquinho espirito de frivolidade, e — por sua desgraça — arrastados a lastimosas consequencias nunca alcançadas por aqueles a quem haviam menospresado.

Transplantação para o ocidente da verbosa maneira de ser de Bisancio, mas da Bisancio dos peores tempos, da epoca dos Zonaras, dos Nicetas Acominatus, dos Eugenianus e das Ana Comneno, adaptação do espirito de uma sociedade decrepita, onde, exgotados todos os assuntos, as inteligencias se lançam no inverosimil, a uma sociedade nova que, no ardor da virilidade, precisa de crêr para caminhar e não pode perder tempo no exame, necessariamente dificil se profundo e perigoso se superficial, da razão de suas crenças, a renascença nas terras provençaes das doutrinas de aquele Basilio a quem Aleixo Comneno fez queimar no seculo IX, a resurreição dos *bogomilos* bisantinos na patria dos trovadores, foi uma verdadeira desgraça.

Os hereges do Albi foram a causa da ruina da primogenita e mais brilhante das culturas neo-latinas. Os seus excessos provocaram a cruzada que os exterminou e, com eles, exterminou as liberdades provençaes; a sua loucura deu pretexto aos homens do norte para se apoderarem do meio dia; mas tudo isto, que é muito, nada vale ao lado da suprema acusação que os homens de hoje lhes podem lançar: a de haverem atraiçoado a sua patria, a de haverem falseado o espirito de sua cultura.

---

[1] Cantu: *Hist. Univ.*, liv. XI, cap. XXVI.

Graças á sua acção, e ainda quando ela não houvesse dado lugar ás desastrosas guerras religiosas que arruinaram a Provença, ainda quando ela não houvesse, como veremos, aberto as portas a Simão de Monfort para vir assolar o Languedoc, já não era possivel que n'aquelas regiões tornasse a brilhar o *gay saber;* entregue nas mãos de energumenos declamadores, a poesia trovadoresca tinha de agonisar.

E não porque a civilisação provençal fosse uma cultura religiosa, que nunca o foi.

Depois da Grecia, e ao lado da Grecia, é ela, por certo, a unica que se póde citar, baseada sobre um ideal artistico, entre mil formadas ao calor de um dos outros ideaes que, como já dissemos, informam todas as civilisações.

Embora cristã e, o que é mais, com *todas* as suas instituições fundadas sobre a pedra basilar do cristianismo — o que, excepção feita dos peninsulares, muito raramente sucedia em qualquer dos outros Estados do seu tempo — a Provença distinguia-se tanto das outras nações suas contemporaneas, como a Helade se distinguiu de Roma, ainda quando ambas fossem pagãs.

Tendo admitido o cristianismo, tendo mesmo sido um dos primeiros povos, ou o primeiro, a receber a nova fé [1], os homens de *lingua de oc* viveram n'ele como crianças descuidosas, crêntes no que suas mães lhes ensinaram, que não pensam, não profundisam muito.

Com excepção de um ou outro trovador, não é possivel descobrir em qualquer d'eles o sentimento religioso. Piedade verdadeira não a tem um só, nem o proprio Fulco que tanto se distinguiu no seu zelo

[1] Veja-se a *Mireio* de Frederico Mistral.

pela causa catolica; e, em regra, quando a algum o vemos invocar Deus em seus versos, deixa-nos frios e impassiveis, tentados de pensar o que de Horacio aqueles a quem por isso censura Ruskin [1]: «quando emprega a palavra Jupiter, é porque lhe falta um dactilo».

Mais ainda: desde o primeiro até ao ultimo, vemo-los descuidosos na moral, relaxados nos costumes, sensuaes em seus poemas; não eram positivamente ascetas, embora fossem misticos de um novo genero, aqueles homens que tantas loucuras faziam por suas damas, e, a despeito dos preceitos evangelicos, tão ardentemente as desejavam.

Desde Guilherme de Poitiers, raptando a Condessa de Chatellerault e respondendo ao Bispo de Angouleme, ancião completamente calvo, quando este o aconselhava a mudar de conducta, que «se havia de corrigir quando o Prelado se penteasse», até os que, dentro d'este espirito, já entrada a Renascença, morriam de uma estocada por cortejar uma mulher, é caracter geral que os distingue a sua falta de escrupulos em taes materias, a sua indiferença, o seu prescindibilismo — chamemos-lhe assim — no referente á moral cristã.

Verdade é que — para os desculpar, não para os justificar — deve dizer-se, isto se dava em grande parte n'uma epoca em que, transportada para a Europa, pelas cruzadas e outras causas, a sensualidade do oriente, se sentia uma latente revolta contra a disciplina da moral cristã, e em que, explodindo a luxuria pela boca d'um imperador germanico, invejando aos Sultões «poderem ter tantas mulheres quantas quisessem», a imoralidade era geral em to-

---

[1] Val d'Arno, IX, pag. 218.

das as classes e em todos os climas, não se livrando d'ela o proprio clero.

Isto succedia em um tempo em que «a luz não iluminava e o sal não salgava», n'um periodo que vae desde os dias por muitos conceitos calamitosos em que Gregorio IX, ante o publico concubinato dos clerigos, entendia que «*ad extirpandas successiones á sanctis Dei Ecclesiis, totius sollicitudinis debemus intendere*» e que, no titulo XVII do livro I das suas Decretaes, fulminava os mais duros anatemas contra os abusos introdusidos na Igreja, as censuras mais severas: «*ad enormitatem istam eradicandam*», até a epoca não menos desgraçada em que as Côrtes de Briviesca tomavam os acordos mais graves contra as concubinas dos padres e em que uma assembleia do clero reunida em Sevilha a meados do seculo XV, forçada pelas circumstancias, prohibe aos clerigos menores, isto é de simples tonsura, «*que sean publicos rufianes, ni tengan mugeres publicas a ganar*» [1].

Era o tempo em que Francisco de Assis tinha de vir ao mundo para resuscitar a disciplina evangelica e lembrar que Jesus havia ordenado aos seus apostolos que caminhassem «*sem ouro nem prata, sem bornal nem tunica, sem sandalias nem bastão*»; a sociedade tinha-se apartado toda ela do espirito do cristianismo e sentia a necessidade de ouvir a voz do «segundo Messias» do monge-poeta que, entoando o Cantico do Sol [2], convidando as aves a louvar a Deus, pedindo ás *irmãs* andorinhas que se calem enquanto ele fala do Senhor, admirando o Criador nos trigos e nas vinhas, nos rochedos e nas florestas,

[1] Nota X.
[2] Nota XI.

pronunciando o nome de Jesus como quem saboreia a mais infinita doçura, chorando enternecido ao pensar na pobresa estrema em que viu a luz o Deus-Menino e prégando, pelo Natal, nas estrebarias, sobre o feno, ladeado por um burro e por um boi, e, durante o resto do anno, pelas ruas e pelas praças, descalço e roto, coberto por um burel e com uma corda atada á cintura, havia de infundir á Europa um novo espirito, o espirito primitivo, aquele que fôra propagado nas margens do Jordão, sobre as aguas do lago de Tiberiades, nas montanhas da Galilêa.

Mas enquanto tal não sucedia, enquanto o Pobre de Assis não falava aos humildes e a sua palavra produsia no mundo inteiro uma revolução da qual é dificil aos homens de hoje formar aproximada ideia, a Provença, sensual sim mas não hipocrita, não «pecando em silencio» como o Tartufo, mas, pelo contrario, ostentando alegremente os seus amores e as suas predileções, rindo com as aventuras de seus poetas e admirando as proezas de seus reis, amando os seus soberanos porque eram familiares e bons, e estes, por sua vez, presando seus subditos porque a eles os unia a comunidade de interesses e a fraternidade ante os perigos, continuava a vida, fiel ao seu espirito.

Foi este espirito facil, este espirito quasi pagão, este espirito helenico, dionisiaco que a levou á heresia? É possivel; mas, por sua vez, a heresia foi a negação d'este espirito.

A simplicidade e singelesa homerica dos trovadores desapareceu, o culto do belo extinguiu-se e, em seu lugar, estabeleceram-se a confusão e a desordem. As *cortes de amor*, os torneios de galanteria, as justas de *gaya sciencia*, foram substituidas pelo confuso clamor de mil discussões. «Hoje não se pen-

sa, escrevia Estevão, bispo de Tournay, ao papa Celestino III, no meio da confusão das escolas, senão em propôr questões extravagantes e *prodigiosas*, a risco de as não saber resolver», e, acrescenta por sua vez Gualter de São Victor «se seguís esses homens nas prolixas discussões em que se ocupam noute e dia, ve-los-eis interpretar a mesma coisa de tantos modos diferentes que, por fim, não é possivel saber o que se deve admitir e o que se deve rejeitar»; preocupadas com as questões tantas vezes debatidas entre nominalistas e realistas e de novo resuscitadas nos tempos modernos pelos conceitos de Kant sobre o *eu;* apaixonados, sobretudo, em querer explicar o principio do *bem* e do *mal* e influenciados notavelmente pelas confusas interpretações judaicas e arabes dos filosofos gregos; mais unidos, como diz Michelet, a Salerno e a Cordova do que a Roma; o caos das ideias chegou a tal ponto entre os desgraçados povos do Languedoc que, passando do campo da teoria para o da pratica, veio influir sobre o moral estabelecendo-se n'ela tal falta de principios positivos que enquanto no Albi alguns heterodoxos se dedicavam á pratica do ascetismo mais rigido, professando as ideias mais severas até o ponto de considerar o matrimonio como uma vergonha [1] e de dizer que «aqueles que têm filhos e filhas se não podem salvar», outros, pelo contrario, entregavam-se sistematicamente, segundo refere Baronio [2], a toda a classe de impurezas, não admitiam limitação alguma aos actos do homem, rejeitavam os conceitos de *licito* e *ilicito*, de *bom* e de *mau*.

---

[1] Veja-se a impugnação do dominicano Izarn publicada por primeira vez por Millot na *Histoire des Troubadours*.

[2] *Annales Ecclesiastici*, ab anno MCCIV, ubi desinit Cardinalis Baronius.

Reunidos sete bispos hereticos para se pôrem de acordo sobre os artigos da fé, separaram-se excomungando-se uns aos outros. Enquanto uns proclamavam Deus como criador, outros afirmavam que o mundo era uma produção do genio do mal; alguns consideravam Deus como um ser material, outros a Cristo como uma sombra, um espirito; uns afirmavam que toda a especie humana se havia de salvar, outros excluiam as mulheres de toda a salvação; alguns redusiam o culto á oração mental, outros prescreviam cem genuflexões por dia; uns admitiam a poligamia, outros ordenavam a castração de todos os varões [1], e assim, entregues á averiguação da verdade entre tantos pontos em litigio, sem outra regra, base ou auctoridade alem do parecer individual, transformaram a Provença n'um manicomio, as regiões mais cultas da Idade Media no menos civilisado e mais ignorante dos povos.

Desde 1176 a 1213 durou este estado de coisas. Ao mesmo tempo, como sempre acontece, as discordias politicas vieram unir-se e agravar as questões religiosas; tomando partido pelos hereges ou pelos catolicos os senhores provençaes correram ás armas para satisfazer ambições, odios e rivalidades e, como se isso não bastasse para acabar de aniquilar uma região que tão alto se tinha elevado mercê dos beneficios da paz, terminaram por impetrar em seu favor o auxilio estrangeiro.

Desde esse dia, desde o dia em que Raimundo v, conde de Tolosa, alvitrou ante o Capitulo geral da Ordem de Cister, reunido em 1177, pedir o apoio

---

1 César Cantu: Os hereges de Italia, discurso quarto, e *Hist. Universal*, liv. XII, [illegible]

do rei de França para esmagar a heresia, e o trovador Hugo de San Cyr escrevia versos para rogar a mesma coisa ao rei de Castela, caliginosas nuvens começaram a desenhar-se para a autonomia provençal.

Desde então teve principio a luta que se pode dividir em duas partes: a primeira que vae desde os ultimos annos do seculo XII até a tomada de Beziers em 1209, a segunda que vae d'esta epoca até ao total aniquilamento da Provença.

Durante a primeira não pode haver, em estricta justiça, razão alguma de censura para os que tomaram as armas contra os albigenses; durante a segunda as mais negras iniquidades, as mais baixas paixões, os crimes mais nefandos mancham a bandeira e tornam repelente a causa dos que se diziam soldados da Cruz.

Durante o primeiro periodo, a politica pouco recta, os abusos, crueldades e actos desleaes do conde de Tolosa Raimundo VI, filho d'aquele que queria aniquilar os hereticos com o auxilio do monarca francez, roubam toda a simpatia aos heterodoxos do Languedoc, capitaneados, como estavam, por um principe que não hesitava em mandar assassinar os inimigos para conseguir seus fins.

Conde de Tolosa, Marquez da alta Provença, Senhor de Quercy, do Rouergue, do Agenez, do Vivarez e de Gevaudan, Raimundo V, um dos mais poderosos soberanos da sua epoca, tinha uma qualidade muito vulgar nos principes: a ambição, mas acompanhada pela mais completa ausencia de escrupulos. Desejando apoderar-se da baixa Provença e da região de Languedoc não duvidava de servir-se, assalariando-os, dos peores foragidos que, em tempos de tanta desordem, existiam pela Europa: os *routiers* ou *ruteros*, bandidos sem fé nem lei, gente impia

sem crenças e sem moral para os quaes não existiam nem lugares de asilo, nem templos consagrados, nem *tregua de Deus* nem nenhuma d'aquelas isenções e sitios de refugio que a Igreja havia criado e resguardava com a sua auctoridade moral para assim estabelecer *oasis* e interregnos de paz no seio de uma sociedade constantemente em guerra.

Fazendo-o, o conde de Tolosa violava tanto, na sua epoca, o direito de gentes estabelecido, como hoje o fez a Inglaterra empregando as balas explosivas nas guerras coloniaes ou mandando, no Sodão, dar o golpe de graça no campo de batalha a todos os feridos que o inimigo n'ele tinha deixado, e, com esta conduta, desmerecia da amisade que lhe haviam outorgado outros reis e tornava-se abjecto ante todos os contemporaneos.

Assolando os territorios dos monarcas com quem estava em guerra, destruindo igrejas, arrasando cidades, o conde de Tolosa só podia ser simpatico aos herejes e como ele o era tambem, como a sua côrte se compunha de heterodoxos e a capital dos seus Estados era a Roma dos Albigenses, em breve a causa de Raimundo VI, pessoal e politica, se confundiu com a da heresia até ao ponto de que a seu lado se pozessem todos os que se haviam apartado da fé catolica e, contra ele, todos que a conservavam.

Ao mesmo tempo, pelo facto de haver entre os *routiers* alguns albigenses, o odioso de seus crimes nefandos cahia sobre a seita em geral. As profanações dos templos, as sacrilegas parodias do culto catolico, os insultos e assassinatos dos padres e monges eram atribuidos pela opinião publica a todos os hereges sem destinção, mesmo aqueles que, no dizer do dominicano Sandr[illegible], incansavel investigador dos arquivos, «não praticaram acto algum repreensivel», mesmo

áquelles cujos erros « eram mais de inteligencia do que de sensualidade » [1].

Assim se foi formando em toda a Europa cristã uma corrente de desfavor contra os inovadores. Ainda quando nada lhes houvesse podido ser imputado em materia de crimes materiaes, a sua heterodoxia não podia ser olhada com bons olhos por um mundo que unido, pouco tempo antes, n'um admiravel movimento em favor da fé por todos professada e sentindo poderosamente a necessidade de ter todos os seus elementos coligados não só para fazer frente ao inimigo comum — os invasores ismaélitas — mas tambem para manter tanto quanto possivel a paz entre os povos, tinha necessariamente de considerar como uma traição o aparecimento de um scisma em seu seio; mas, se a isto se acrescenta a indignação causada pelo triste espectaculo da desordem mais absoluta campeando onde quer que chegava a heresia, o escandalo produzido pelas invectivas dos aulicos do conde de Tolosa clamando contra Roma e cognominando-a « meretriz do apocalipse », o espanto ocasionado pelo ruir de todo o estado social acompanhando o desabar do principio da auctoridade, minado então pelos albigenses como mais tarde pelos *quakers* e *anabatistas*, conceber-se-a como no espirito publico se foi formando a ideia de uma *cruzada*, isto é: como, ante os povos cristãos, os albigenses, considerados inimigos, foram equiparados aos infieis, como os reis se armaram para destruir aquele foco de indisciplina, como a civilisação que pouco a pouco, lenta e custosamente, havia ido progredindo até os esplendores do seculo XII, fez valer os seus interesses e, velando pelos seus direitos, recorreu á guerra para impedir

[1] Ap. Lanzi, *Lezioni d'antichitá toscane*, citado por Cantu.

uma volta á barbaria que a anarquia das inteligencias seguramente pronunciava.

O rei de Aragão, Pedro II, cuja boa fé ulteriores sucessos manifestaram, foi um dos primeiros em tomar providencias contra os que com suas predicas provocavam a guerra civil no momento em que mais necessaria se tornava uma internacional e robustissima disciplina.

Reunindo um concilio em Gerona no anno de 1197 para tomar medidas de repressão contra a heresia, resolveu expulsar de seus reinos a todos os hereticos ordenando «*ut eos exire compellant intra Dominicam Passionis Domini, idque sub poena confiscationis bonorum et comburii corporum, addita etiam poena adversus eosdem ministros si negligentes fuerint*»[1], assim como, vinte annos antes, os reis de Inglaterra e de França, tendo posto termo á guerra que os dividia, haviam resolvido intervir nos assuntos do Languedoc para n'ele restabelecer a ordem, e, n'aquela epoca, os imperadores germanicos, de quem a Provença era vagamente feudataria, e os Estados italianos, tambem contaminados do maniqueismo dominante, não duvidavam em reprimir com mão de ferro os que de tal modo queriam quebrar a unidade catolica e esfacelar a cristandade.

Só a Santa Sé, como reconhece o protestante Hurter, o historiador de Innocencio III, sendo precisamente a mais interessada na extinção dos rebeldes que punham em perigo a existencia da sua auctoridade moral sobre o mundo, foi a ultima em pensar n'um violento recurso ás armas.

Ante o miserando aspecto que oferecia o Langue-

---

[1] Aguirre: *Collectio maxima conciliorum omnium Hispaniae*, tomo III, pag. [illegible].

doc, igrejas saqueadas e destruidas, os conegos de Beziers tendo de transformar a cathedral em fortaleza para n'ela se resguardarem, os *routiers* revestindo as mulheres com as vestes pontificaes, a anarquia reinando em toda a parte, as consciencias catolicas violentadas e o culto destruido, o Papa tentou dar-lhe remedio empregando apenas as armas espirituaes: a persuasão, a palavra.

«A fé cristã está em perigo na vossa patria, escrevia o infatigavel Inocencio III ao arcebispo de Auch em 1 de abril de 1198, n'uma das tres mil oitocentas e cincoenta e cinco cartas que d'ele nos restam, a fé cristã está em perigo e é necessario tomar providencias.» E, efectivamente, já era tempo: a heresia, partindo de Tolosa, tinha-se estendido pelo Quercy e pelo Albi, condados de Foix, de Bearn e de Cominges, viscondados de Beziers, de Carcassone e Narbonne, senhorio de Montpeller, Rozellon e Cerdanha, e, se se tardava muito em aplicar o oportuno remedio, em breve o mal seria incuravel.

Para o atalhar o Papa enviou áquelas regiões na qualidade de legados, a dois monges cistercienses, Fr. Regnier e Fr. Guy, encarregados de chamar á fé, por meio do apostolado, aqueles que a haviam perdido; mais tarde o primeiro dos legados foi substituido pelo cardeal João, do titulo de Santa Prisca, e, por ultimo, ambos, pelos religiosos Rodolfo e Pedro de Castelnau que em 1204 foram investidos do titulo de *inquisidores*, isto é: agentes encarregados de *inquirir* dos erros contra a fé, titulo este que por primeira vez se menciona na historia eclesiastica.

O conde de Tolosa, desgostoso d'esta medida que podia ser de grande alcance contra a heresia por ele professada e protegida, fez assassinar á falsa fé o legado Pedro de Castelnau, e este acto de violencia, reunido a todos os outros, deu lugar á guerra.

Por todo o norte de França foi prégada a cruzada contra os albigenses, como, em outros tempos, a havia sido contra os infieis; o duque de Borgonha, os condes de Eudes, de S. Pol, de Monfort e de Barrec, os nobres Guiscardo de Belloyoco, Guilherme de Rochés, Gualter de Joigni, Guy de Levis e Lamberto de Thury, os arcebispos de Sens e de Bourges, e os bispos de Autun, Nevers e Clermont, armam-se e armam os seus contra Raimundo de Tolosa, o homem que escandalisava a Europa com actos nefandos e que, segundo a afirmação de Mamachi, entregue a todas as paixões e a todos os crimes até «*cum sorore diuturna stupri consuetudine versatus erat*»[1].

Em vão o chefe da heresia, querendo conjurar a tempestade que ameaçadora pairava sobre sua cabeça, se presta a submeter-se á penitencia e reparação impostas pelo novo Legado da Santa Sé, rodeado, em solemne aparato, por mais de vinte prelados, no templo de São Egidio; em vão promete castigar os assassinos de Pedro de Castelnau; ou fosse que estes compromissos não se cumprissem ou que á cupidez *franca* o Languedoc parecesse demasiado desejavel para, postos os olhos n'ele, se detêr a ouvir as platonicas promessas e protestos de arrependimento do conde de Tolosa, o facto é que o exercito catolico, composto de cem mil soldados, empreende a marcha e vem sitiar Beziers.

Começa então o segundo periodo de esta luta em que, embora em oposição com auctores tão dignos de respeito como o admiravel Frei Luiz de Sousa [2], e todos os que, desde ele até Alzog, o historiador da Igreja, e Danzas, o cronista da ordem dominicana,

[1] Mamachi, [illegible], liber primus.
[2] [illegible] e seguintes.

vêem na cruzada contra os albigenses o que ela devia ser e não foi, cremos, com Menendes y Pelayo [1], que «na invasão da Provença a religião serviu admiravelmente de pretexto para as ambições francesas».

Beziers resiste ás ordens de Reginaldo, seu bispo, que lhe é enviado como parlamentario pelos sitiadores, nega-se a render-se, e no dia 22 de julho de 1209 é tomada de assalto pelas tropas francesas e todos os seus habitantes passados a fio de espada, ouvindo-se então, segundo afirmação de alguns negada por outros, a voz do legado Arnaldo, excitando-os á carnificina e exclamando «*cædite, novit Dominus qui sunt ejus!*»

Depois d'este feito d'armas, os cruzados procedem á eleição de seu caudilho e, para os capitanear, escolhem a Simão de Monfort, o cavaleiro laureado das guerras da Palestina, aquele de quem grande numero de auctorisados historiadores reconhece o pundonor, lealdade e qualidades proprias de um guerreiro de taes tempos, mas a quem os trovadores seus coevos — hereticos e portanto suspeitos — ridicularisam, e a quem o satirico Pedro Cardenal chega até a negar a valentia nos conhecidos versos:

> «L'arcivesque de Narbona
> Nil Rey non an tan de sen
> Que de malvaiza persona
> Puescan far home valen;
> Darli podon aur e argen
> E draps, e vi, e anona
> Mais lo bel essenhamen
> Ha sel à cui Dieus lo dona.»

Com tal general, as tropas do norte continuam a guerra de conquista e Fanjeaux, Castres, Mirepoix,

[1] *Historia de los heterodoxos españoles.*

Saverdun, Albi, Limoges e Prissano cahem, depois de Carcassone, em suas mãos, e, n'esta altura, Pedro II de Aragão, o mesmo que tanto tinha feito para impedir o progresso da heterodoxia em seus reinos, justamente alarmado por tal serie de victorias que vinha pôr ás suas portas uma raça inimiga e unido por parentesco aos senhores provençaes, resolve intervir na contenda e colocar-se ao lado do conde de Tolosa, esgrimindo a espada, como ele proprio disse, por «*tan loca gente y su vana creencia*».

Este acto do soberano aragonês tem sido vituperado por alguns escritores eclesiasticos que n'ele querem vêr uma prova da inconstancia do monarca que pela sua conducta como politico mereceu o cognome de *O Catolico* e até da influencia sobre seu espirito exercida pelas mulheres [1], mas, em verdade, dados os antecedentes do que, ao lado de Afonso VIII de Castela, tão bizarramente combateu e venceu os mouros nas Navas de Tolosa, parece certo que, já então, as aparencias piedosas a ninguem conseguiam iludir e os espiritos clarividentes encaravam a questão levantada entre o norte e o sul sob o seu verdadeiro aspecto.

A intervenção do monarca espanhol foi ao principio diplomatica: parlamentou com Simão de Monfort e até lhe entregou seu filho Jaime, creança de tres annos, para o educar, primeiro, e o casar mais tarde com a filha que o caudilho francez havia tido de seu matrimonio com a esforçada Alice de Montmorency; fez tudo quanto possivel por deter a invasão que se precipitava, mas nada conseguiu.

Monfort, guardando abusivamente em seu poder o jovem principe aragonês, continua a guerra; con-

---

[1] Nota XII no fim.

quista Lavaur e vem sitiar Tolosa, para encontrar-se, alfim, nos campos de Muret, com Pedro de Aragão que, cansado de inuteis negociações, se opõe pelas armas aos designios dos guerreiros do norte.

Contudo, o choque não se dá imediatamente. Atendendo o soberano aragonês ao prestigio de certos homens que se encontravam ao lado de Monfort, cheio de respeito pelas virtudes de alguns a quem cronistas da epoca chamam «varões veneraveis, cheios do espirito de Deus», decide-se a enviar aos bispos, reunidos em Lavaur, uma petição a favor dos condes de Tolosa, Cominges, Foix, e Gastão de Bearn e, só ante a resposta durissima do Concilio, negando a Raimundo de Tolosa todo o favor e impondo aos outros condições onerosissimas, acompanhadas de censuras e insolentes admoestações a Pedro II [1], este lança suas tropas contra os cruzados.

E em toda a Europa não ha uma só opinião desinteressada que veja n'esta determinação um acto censuravel. Os poderosos barões dos Pirineus que, levados pela fé, haviam acompanhado a cruzada até Narbonne, vendo o seu chefe exterminar os homens do sul, sem poupar mais os catolicos do que os hereges, tinham-se passado para as fileiras de seus irmãos pela raça. O papa Inocencio III havia censurado asperamente Simão de Monfort por dispor, como de coisa sua, dos estados do conde de Tolosa e exortara-o a devolve-los a seu legitimo dono. O proprio Filipe Augusto de França parecia desejar o termo de tanta carnificina. N'estas condições, o rei de Aragão aparece como paladino da justiça maltratada.

Contudo, qual tantas vezes tem sucedido, a sorte

---

[1] Harduino, *Acta Conciliorum*, tom. VI, p. 11, ab anno 1086 ad anno 1215.

das armas não favoreceu a razão. Na batalha de Muret, cruenta, desesperada, Pedro II pereceu combatendo e, com ele, pereceram tambem todas as esperanças de constituição de uma nacionalidade catalã-provençal-aragonêsa, una pela raça, una pela lingua, una até — quem sabe! — pelos seus grandes destinos na Historia.

E não nos deteremos na relação dos factos acontecidos depois do nefasto dia 11 de setembro de 1213. Ante os excessos de Monfort e do legado pontificio, Inocencio III tem de enviar como seu representante o cardeal Pedro de Benavente que, a grande custo, consegue arrancar o principe D. Jaime das mãos dos francezes para o colocar, qual de direito era, no trono de Aragão: mas foi esta a ultima vitoria da justiça.

De ali em diante será em vão que se façam todos os esforços. Em vão o Papa ordena que a Provença e Beaucaire sejam entregues ao filho de Raimundo VI; em vão o arcebispo de Narbonne defende, em Roma, a causa dos legitimos soberanos provençaes; em vão o trovador Guilherme de Montagnagout, de acordo com Afonso de Castela, prepara a sublevação de Languedoc a favor do joven Raimundo VII; assolada a patria dos poetas, arrancadas as vinhas, destruidas as oliveiras, famintos os seus habitantes, o rei de França entrou em Lião com cincoenta mil cavalos e cem mil homens de infantaria... e o silencio reinou onde outr'ora se haviam entoado canticos, a morte imperou onde em outros tempos tinha vibrado a vida.

Unificada a França, a Provença deixou de cantar; mas o espirito trovadoresco, morto nas margens do Rodano, renasceu na Catalunha; a liberdade que os condes de Barcelona haviam levado áquelas regiões, voltou á sua patria e, ocupando com Jaime I

o solio aragonês, brilhou como esplendorosa gema na coroa dos senhores do Mediterraneo.

CAPITULO VII

O reino de Aragão

Criado com as conquistas feitas aos arabes pelos reis de Navarra, o Aragão foi apenas, ao principio, um pequeno territorio compreendido entre a Navarra propriamente dita e os rios *Ebro* e *Gallego*, um apendice da monarquia pirenaica que só no seculo XI começa a figurar, embora feudatario, como reino áparte.

Constituido por população heterogenea, o feudo que a espada dos soberanos bearneses soubera talhar pela peninsula, parecia destinado no inicio da sua vida historica — segundo os costumes da epoca — ao pouco brilhante papel de patrimonio dos filhos secundogenitos de monarcas poderosos.

Sem unidade etnica e sem tradições, nada n'ela preludiava o que depois havia de ser.

N'esta situação o deixou o rei de Navarra Sancho Ramirez quando mortalmente ferido no cerco de Huesca, não permitiu arrancar do peito o dardo que o prostrára, sem ter feito jurar a seu filho D. Pedro, depois cognominado *o Grande,* que, como ele, combateria até á morte pelo engrandecimento do territorio.

No reinado d'este monarca, verdadeiro fundador da nação aragonesa, a fronteira arabe começa a retroceder. Vencedor em mil escaramuças, triunfador em Alcaraz, a ele havia de caber a gloria de alcançar em Jativa, com auxilio do *Cid,* uma das maiores vitorias que, como vimos, registram as cronicas da

epopeia oito vezes secular dos povos hispanicos em luta com os infieis.

Senhor d'uma consideravel porção de solo iberico, o seu trono começou a poder medir-se com o dos reis de Leão e Castela, o titulo de rei de Aragão a merecer preferencia ao de senhor de Navarra, e quando, por sua morte, a corôa passou para D. Afonso o *Batalhador* e este, dando uma digna capital aos dois Estados, arrancou aos arabes, depois de 400 annos de dominio, a cidade de Saragoça, o poderio aragonês quasi não teve rival na peninsula, a rainha de Castela solicitava el-rei de Aragão em casamento e este auspicioso enlace, que a má conduta de D. Urraca tão depressa havia de gorar, parecia ter adiantado em seculos a unificação da peninsula.

Separados os dois conjuges, as lutas entre castelhanos e aragonêses cavaram bem fundo o abismo das rivalidades e até odios que separam entre si as nacionalidades ibericas; os exercitos de D. Afonso perseguiram a rainha repudiada quasi até Tuy, onde se tinha refugiado sob a proteção do conde D. Henrique de Portugal; os agros mancharam-se mais uma vez de sangue cristão derramado por mãos christãs; mas, de todas estas lutas, como sempre sucede, o reino de Aragão sahiu forte e constituido, tendo em si força imanente para iniciar antes que qualquer outro, antes que Portugal e muito antes que Castela, o movimento, caracteristicamente iberico, de expansão extra-peninsular.

Robusto e poderoso, só de uma coisa necessitava para ser grande: o dominio do mar, mas esta mesma falta, comum tambem a Castela, depressa havia de desaparecer.

Sem filhos, o rei *batalhador*, inspirando-se talvez ideias do direito romano, renascente desde o descobrimento das *Pandectas* de Amalfi, e, em harmonia

com teorias que mais tarde haviam de ser quasi axiomas, mas então mais que discutidas, procedendo como se os reinos que governava fossem propriedade sua, deixou-os, em testamento, divididos entre os templarios, os hospitaleiros e os monges do Santo Sepulcro, sem contar com a vontade dos subditos que não se esquecendo da profunda frase da velha constituição iberica: «não se fizeram os povos para os reis, mas os reis para os povos, nem os reis criaram os povos, senão que os povos os fizeram reis», [1] não acataram a ultima vontade de um soberano a quem, contudo, muito veneravam, e, usando do direito que têm todas as nações de escolher livremente quem as governe, fizeram valer as suas prerogativas, elegendo os navarros para senhor a Garcia Ramirez, v d'este nome, e os aragonêses indo arrancar ao claustro, onde, como cenobita, se tinha retirado, a Ramiro, irmão do falecido D. Afonso, para o fazerem rei com o nome de Ramiro I e o obrigarem a casar, prévia licença do Pontifice Romano, com a princesa provençal Inés de Poitiers.

Assim se separaram os dois reinos e assim acabou no Aragão a hegemonia dos bravos compatriotas de Garcia Jimeno e Inhigo Arista. A Navarra que em 1234 havia de passar, pela descendencia feminina, á casa de Champagne, em 1274 á dos Carpetos, em 1328 á de Evreux e só em 1425 de tornar, por alguns annos assinalados por luta fratricida, ás mãos dos reis de Aragão, lá continuou vida isolada e altiva como a de suas asperas montanhas. Entretanto, tendo o casamento de Ramiro I frutificado com o nascimento da princesa D. Patronila, laço de união en-

[1] Citada já nos Prolegomenos: *Fuero Juzgo*. Prim. titolo, leis 1.ª, 2.ª e 8.ª

tre os catalães e aragonêses, o reino de Aragão, depois do seu soberano ter abdicado e haver sido eleito bispo de Tarragona, passa, pelo casamento da filha do rei-monge, para o poder do conde de Barcelona Ramon Berenguer IV que, herdeiro da Provença e senhor dos Pirineus orientaes, muito aumentou a extensão do territorio, quando, seguindo o exemplo de seus antecessores, conquista aos arabes com o auxilio dos genovêses, a cidade de Tortosa, de igual modo que em 1113, Ramon Berenguer, *o Grande*, em companhia de Guilherme de Montpelier e Emerico de Narbona, se tinha apoderado das ilhas Baleares, arrancando-as com a cooperação da republica de Pisa, ao mouro Nazaradech, rei de Maiorca.

Assim ficou constituida a nacionalidade catalã-provençal-aragonêsa, que embora, não muito tempo depois, estivesse destinada a esfacelar-se, ficando redusida, dentro da peninsula, apenas ao primeiro e ao ultimo termo, tão altos destinos devia representar. Assim ficou constituido o reino de Aragão que, compreendendo toda a Espanha oriental, havia de estender seu poder formidavel até aos confins do Mediterraneo e assim, desde principio, começaram a afirmar-se as relações com a Italia, iniciando-se aquele convivio que, transformado em magno problema, tanta importancia devia de ter em ulteriores tempos.

Entretanto a Castela sob o dominio do filho de D. Urraca e de Raimundo de Borgonha, eleito rei e coroado sob o nome de Afonso II ou VII, era já o nucleo central que, como o condado de Paris com relação á França, a Inglaterra á Grã-Bretanha e modernamente a Prussia á Alemanha, embora não seja dentro d'um conjunto de nacionalidades irmãs, nem a mais culta, nem a mais rica, nem sequer a mais poderosa, tende a assimilar todas as outras, a dominar todas, a todas submeter. Quasi desde que os condes

castelhanos entraram na esfera da acção dos reis de Oviedo, este facto se pode observar, mas com Afonso II tornar-se patente. Já não é um desejo platonico, é uma corrente diplomatica que se manifesta nos actos mais insignificantes, desde quando obriga os subditos a darem-lhe o titulo de *imperador* [1] até quando fórça o rei de Navarra a declarar-se vasalo e quer, na sua presença, fazer-se cingir a fronte pelo Arcebispo de Toledo com o diadema imperial.

Mas, já então, tanto como hoje, as regiões hispanicas, autonomas e independentes, reagiam contra este desejo pondo tanto maior energia na oposição quanto era a empregada na coacção. Assim, ante as tendencias unificadoras de Afonso-Raimundo, explode logo o protesto nacional: o Aragão olha com hostilidade essa megalomania castelhana, a Navarra reage contra a primeira impressão e nega a vasalagem antes outorgada, e, justo castigo da ambição desmedida, quem quiz ser imperador da Iberia perde um dos mais preciosos territorios da peninsula graças á revolta de Afonso Henriques, eleito rei nos campos de batalha pelos altivos portuguezes.

D'este modo, chamado pela força dos factos a melhores sentimentos, Afonso II compreende ser missão dos reis de Castela expulsar da peninsula os invasores que ainda a ocupavam e n'essa empresa prosegue, aliando as suas forças ás do Aragão e conquistando Almeria áos arabes com o auxilio de Berenguer IV, como para demonstrar que, embora não subjugadas por um só homem, as nacionalidades ibericas podem exercer uma acção comum se é um só o espirito que as anima.

---

[1] É este o tratamento que Marcabrù lhe dá na já citada canção: *Emperaire per mi mezeis.*

E tanto esta verdade parecia manifesta que, apezar do desejo de unificar a Espanha, quando se terminou seu brilhante reinado e, por sua morte, se apagaram os resplandores d'aquela luz para o qual tanto tinha contribuido Berengaria, a rainha trovadoresca, que, cercada em Azeca, na ausencia de seu marido, pelos walis de Sevilha, Cordova e Valencia, tinha sabido esconjurar o perigo com uma arrogante frase, Afonso II não poz em pratica o que era consequencia necessaria dos seus passados planos de centralisação, não deixou seus Estados a um só filho, antes seguindo o antigo e tradicional costume, os repartiu entre dois, a Galiza, Leão e Asturias para Fernando, a Castela para Sancho e, depois do bem curto reinado de este, para Afonso III ou VII.

E, ainda durante a vida d'este rei as lutas entre as regiões ibericas se acenderam de novo. Depois da derrota de Alarcos, desastre lamentado em sentidissimas frases pelo trovador Fulco de Marselha no serventerio: *Hueimais no i conosc razó,* Afonso III, tomando como pretexto uma não provada traição de Sancho VII de Navarra, declara-lhe a guerra e, desforrando-se n'ele da desditosa sorte que tivera contra os mouros, ocupa as provincias de Alva e Guipuzcoa.

Assim iam os castelhanos dominando o territorio basco ao mesmo tempo que, ao oriente e ocidente, aragonesês e lusitanos mais e mais se subtraiam ao seu dominio; os portuguêses engrandecendo o seu territorio, os aragonêses conseguindo, por meio d'elrei D. Afonso II, libertar Saragoça da vasalagem devida ao rei de Castela, o que não impediu, claro está, quando o perigo ismaelita se tornou ameaçador, quando, ensoberbecidos com as vitorias, os arabes ameaçavam fazer retroceder os cristãos até ás Asturias e abrutas regiões do norte, todos de novo se unissem para afrontar a onda mahometana, hasteando

as quatro bandeiras de Espanha a impulso d'um mesmo entusiasmo.

A Castela, a Navarra, o Aragão e Portugal foram um só exercito no campo de las Navas de Tolosa, lavrando com o seu esforço a mais brilhante desforra que podia sonhar o monarca castelhano.

Depois vieram os tristes sucessos das guerras da Provença e a derrota de Muret que arrancou aos reis de Aragão, Condes de Barcelona, quasi todo o dominio para alem dos Pirineus, ao mesmo tempo que de novo unificados os reinos do centro, pela cedencia de seus Estados, feita por Afonso IX de Leão, Asturias e Galiza, a Fernando III de Castela, *o santo*, e conquistada Sevilha por este rei, se engrandecia o poder dos descendentes de Fernando o *grande*.

Unido o esplendor moral ao material, preludiados os primeiros acordes da sinfonia da lingua castelhana, promulgado, dentro do espirito do *Fuero Juzgo*, o *Fuero Real* e começadas pelo Rei Santo as *Sete Partidas* que Afonso X havia de acabar e promulgar, a primasia de Castela teria definitivamente ficado estabelecida n'aquela epoca, se, liberto pelo Cardeal de Benavento, Jaime I de Aragão não houvesse tomado em suas mãos possantes as redeas do governo dos reinos orientaes da peninsula.

Batalhador indomito e politico sagaz, homem de largas vistas, natureza ardente e espirito excepcionalmente culto, o filho de Pedro II, o ex-prisioneiro de Simão de Monfort, cheio de uma actividade variadissima e incansavel, de um patriotismo inexcedivel, de uma ambição tão grande como generosa, tinha toda a tempera d'esses homens geniaes e prodigiosos que só muito raramente aparecem para levantar um povo a grandes alturas e, como Alexan-

dre na Grecia, Julio Cezar em Roma e Carlos v na Espanha, ele fez de cem feudos uma grande nação, criou a nacionalidade catalã e fundou sobre um pedestal de bronze o poderio aragonez [1].

Escritor e guerreiro, a um tempo, como o Conquistador das Galias, ele soube narrar com penna singela e magestoso laconismo as proezas de sua espada, e, procedendo assim, fez mais do que deixar á posteridade um magistral e veridico documento historico, reuniu as belezas dispersas por todos os trovadores até ali existentes e fêz nascer para as letras a lingua catalã.

Militar infatigavel, homem que na luta pelo engrandecimento de sua patria encontrava a felicidade, as suas legiões vitoriosas, por ele capitaneadas, percorreram de triunfo em triunfo as terras de que se quiz apoderar, os reinos de Valencia e Murcia, as ilhas Baleares renasceram, sob seu sceptro, para a civilisação cristã, e, assim, graças a tanto esforço, ficaram unidas n'uma só todas as nações ibericas do idioma limosino.

Homem que, durante uma infancia angustiada e tormentosa, passara as longas horas do cativeiro e desterro procurando no estudo lenitivo aos pezares, a ciencia foi divindade ante cujas aras queimou perene incenso a sua vida, e, fundador das Universidades de Palma, Valencia, Perpignan, Montpellier e Lerida, a ele, ilustrado Messenas, deveram a vida espiritual os membros da numerosa pleiade das inteligencias esclarecidas de seu seculo e seguintes, a ele, as nacionalidades *romanicas* do oriente da Espanha a sua cultura.

---

[1] Veja-se o excelente e volumoso trabalho de Tourtoulon: *Jaime I.*

Estadista que conhece a inanidade do valor se não é acompanhado da inteligencia e sabe quão inutil é conquistar pelas armas se se não conserva pela administração, as constituições do Aragão, de Catalunha e Valencia brotaram, sabias nos dizeres, modelares no respeito pela liberdade, da sua penna prudente e concisa, e a ele, o erudito comentador do *Digesto*, o avantajado discipulo de Justiniano, são devedores, não só os seus reinos mas os da peninsula inteira, da sintese mais feliz até hoje existente do velho direito tradicional e do renascente direito romano.

Soberano, por fim, que paternalmente quer governar os subditos e gostosamente limita a auctoridade para respeitar direitos; chefe de varios povos, rei de vastas nações que não quer unificar e centralisar em si todo o poder, que de seus vassalos ama a independencia, as tradições e os costumes e antes deseja fortalecer do que diminuir a autonomia administrativa, d'este seu ardente amor pelas regalias populares brotaram inumeros os foraes e cartas dos municipios, a constituição do *Conselho dos Cento* da cidade de Barcelona e os estatutos dos gremios de artifices de todas as cidades [1].

Por todas estas razões, Jaime I o *Conquistador*, Jaime I o *Prudente*, como o cognominaram os subditos e repete a posteridade, ergue sua fama na Historia como sua alta estatura se erguia, segundo é tradição, entre todos os homens do tempo. Em luta, na puericia, contra poderosos tutores e libertando-se de tal jugo por um acto de energia; comandando na puberdade milhares de soldados e conquistando na juventude extensos e poderosos reinos, tudo n'ele é excepcional, tudo n'ele é gigantesco.

---

[1] Notas II e III *in fine*.

Na epoca não ha quem o iguale, depois d'ele poucos se lhe comparam. Durante um reinado de mais de meio seculo a sua acção faz-se sentir, como marteladas de Titam, sobre a Europa inteira, e ressoando pelo mundo, vae ecoar até aos degraos dos tronos dos sultões da Babilonia e magnates da Tartaria que lhe enviam embaixadas de homenagem; até aos palacios dos Pontifices que lhe dão lugar nos Concilios; até os mais reconditos lugares, perdidos em terras agarenas, que tremem de pavor ao escutar seu nome.

E, contudo, este monarca cuja gloria enalteciam os povos, era, despida a armadura ou retirados os embaixadores que a ele vinham, o mais singelo dos homens, um trovador entre os trovadores, um erudito entre os eruditos, um pae entre seus filhos.

Sentando-se á meza dos comerciantes, ouvindo com atenção as queixas dos pequenos, discutindo nas assembleas com os procuradores dos povos, trabalhando em silencio com os inteligentes, ensinando com paciencia os leigos, era como em sua patria e na sua côrte se mostrava o ilustre auctor dos *Costumes de Valencia*, da *Cronica* e do profundo *Libre de la sabiesa*, o rei que, havendo escrito em testamento, como resumo de seu reinado, a admiravel frase: *Deus ama os reis que a seus povos amam*, poderia ter entregue, na hora da morte, a bandeira catalã-aragonesa a seu filho, repetindo as mesmas palavras com que a havia dado a um d'eles para a conquista das Baleares: «*Filho, eu vos entrego a bandeira nossa, antiga do principado de Catalunha, a qual tem um singular privilegio que é mister guardeis bem. O qual privilegio não está falsificado nem improbado: antes é puro, limpo, sem falsificação ou macula alguma, e selado com selo de ouro, e é este: a saber, que nenhuma ocasião em*

que a nossa bandeira haja estado em campo algum, jamais foi vencida nem desbaratada.

Depois a Castela deu a Jaime I um emulo no rei Afonso X, o *Sabio*, que, como legislador, fez para o ocidente da peninsula o que ele para o oriente, e como escritor e estudioso, trovando em castelhano e galego e dedicando-se á astrologia e outras ciencias, rodeando-se de poetas e eruditos, fez tanto pela intelectualidade e pela lingua castelhana, qual ele a havia feito pelas catalãs; outros povos tiveram soberanos guerreiros, monarcas prudentes, reis democratas; mas a sua obra não foi esquecida, a sua acção não se deixou de sentir, e á sua memoria recorreram os subditos quando oprimidos; o seu exemplo recordaram os vassalos quando decadentes.

Pedro III sentiu bem quanto custa ser filho de um dirigente que nunca obrou em desacordo com a opinião publica. Quando, recolhendo o guante que Conradino de Suabia lhe arremessara do alto do cadafalso, ocupou a Sicilia depois das famosas Vesperas e pretendeu dirigir a politica externa sem consultar a nação, os nobres e os burgueses reunidos em Tarragona fizeram valer os direitos, e, não obtendo justiça ás reclamações, foi invocando a memoria de Jaime I e recordando as antigas regalias e liberdades, tradições democraticas ascendendo até aos tempos goticos, que se uniram para a defesa comum e lançaram as bases dos celeberrimos *Privilegios* aragoneses, que o monarca seguinte, Afonso III o *liberal*, havia de sancionar, em 1287, por meio do *Privilegio da União*, carta magna que relembrando as origens de todo o poder, baseando-o na livre escolha da nação, permitia aos representantes dos estados confederados de Aragão, Catalunha e Valencia, reunidos em côrtes, eleger liberrimamente seus soberanos, dizendo-lhes no acto da coroação: *Nós que*

valemos tanto como vós, os hacemos nuestro Rey y Señor, con tal que nos guardeis fueros y libertades y si no, no, [1] ou, segundo outra formula: *Nós tan buenos como vós, e que podemos más que vós, tomamos á vós por Rey: con que haya siempre entre nós y vós un que mande más que vós.*

E este que mandava mais que o monarca e que estava colocado como arbitro entre o monarca e o seu povo, era o brio de uma nação livre.

Instituição singularissima, sem precedentes na historia, esta formula foi o simbolo, a materialisação da maneira de ser democratica e parlamentar de tres nações que na sua luta pela liberdade administrativa, no seu zelo pela dignidade do cidadão, precederam todas as nações e todos os reinos, mesmo aqueles que, qual a Inglaterra e França, são hoje apresentados modelos de independencia, canones de constitucionalismo.

O Aragão foi, no terreno das liberdades politicas, o mentor das nações europeias. Nenhuma qual ele as alcançou tão grandes, nenhuma as defendeu com tanta energia e tão persistentemente!

Vendo em el-rei, como todas as outras nacionalidades ibericas, um chefe livremente escolhido pela nação para exercer a auctoridade e comandar os exercitos, a sua dedicação pela pessoa real era ilimitada, a lealdade dos aragoneses e de todos os espanhoes, para com o monarca confundia-se com o patriotismo, porque o rei simbolisava a Patria, mas, chegando ate o heroismo, até á realisação de actos sobrehumanos, ao sacrificio da propria vida e da vida dos seres mais queridos, uma coisa havia para todos os Estados hispanicos, e para o Aragão sin-

---

[1] Nota XIII, in fine.

gularmente, considerada insacrificavel: a dignidade propria, os direitos de um povo.

Tendo consentido que aqueles caudilhos, a quem a nação escolhia para a capitanear na luta contra os infieis, detivessem o poder e o transmitissem aos membros de sua familia [1], quando, a partir do seculo XI a monarquia se tornou hereditaria e os filhos dos generaes que, desde Pelayo, levaram as hostes á guerra, começaram, por direito de nascimento, a ser considerados legitimos herdeiros da corôa, os povos peninsulares não esqueceram nunca qual a origem da auctoridade real e, respeitosamente mas sem temor, sabiam fazer sentir, áqueles a quem os unia um contracto sinalagmatico, que a obediencia se encontrava condicionada a uma consideração pelos direitos das classes e, sobretudo, que quem havia conferido o poder o podia tirar.

E assim, ao lado das disposições do *Fuero Real*, unanimemente admitidas, dizendo: «saibam todos que a vida do rei está confiada á sua guarda e fidelidade; que todos devem trabalhar tanto quanto possivel no aumento em todas as coisas da honra pessoal do rei e da sua soberania, e que ninguem seja bastante ousado para ir por feitos, ditos ou conselhos contra o rei e contra a sua soberania e para excitar alguma revolta ou algum tumulto, seja contra o rei, seja contra o reino, tanto na sua terra como fora d'ela, nem para se entender com os seus inimigos e dar-lhes armas, ou ajuda-los de qualquer maneira...»; ao lado dos dictames das *Sete Partidas*, que recomendavam a veneração pela pessoa real, dizendo: «todos se guardem de o tocar para o matar, o maltratar ou se apoderar da sua pessoa, porque

[1] Marina, *Ensayo historico*, pag. 73 e seg.

trabalhando pela sua morte ir-se-ia contra a vontade do proprio Deus e contra a sua ordem...», vemos, até nas leis promulgadas por Afonso o *sabio*, a recomendação expressa feita aos subditos de guardar o rei de si mesmo, dos seus arrebatos, das paixões, e de quem quer que o podesse indusir em erro, e a nação fazendo conhecer o seu pensar, ou censurando em Côrtes os actos do monarca e chegando a recomendar-lhe, qual sucedeu em 1258, a «conveniencia de o rei e a rainha não dispenderem mais de cento e cincuenta maravedis por dia com a meza», e de «o rei recomendar á gente de sua casa o comer com mais moderação», ou intervindo na ordem das sucessões ao trono para, a seu gosto, rectificar as leis e usos vigentes.

E assim vemos, em Castela, as Côrtes dar a corôa á irmã mais nova de Henrique I em detrimento da mais velha casada com um estrangeiro; designar, como herdeiro presuntivo de Afonso X, o principe D. Sancho, seu filho mais novo, para evitar uma menoridade demasiado longa; aclamar rei a Henrique de Trastamara, um bastardo e um homicida, a despeito dos direitos das filhas de Pedro I, por ele assassinado; e, por fim, o que de tudo é o mais estupendo, os representantes da nação reunidos em Ocaña declararem adulterina e, por tanto, sem direito ao trono, a filha da mulher de Henrique IV, em razão, diziam eles, «de haverem sido informados por testemunhas fidedignas do adulterio da rainha e da impotencia do rei».

E é esta maneira de ser irreductivelmente sciosa dos seus direitos, maneira que leva os portuguezes a oporem, caudilho seu, Afonso Henriques, aos desvarios de D. Tereza e a proclamarem rei, por vontade nacional, o Mestre de Aviz, e que, como vimos, se faz sentir entre os aragoneses indo procurar a um

cenobio a Ramiro o *Monge* para lhe cingirem o diadema real e, mais tarde, em parlamentaria forma, elegerem, para o trono vacante pela morte de D. Martin, o *humano*, ao principe de Castela Fernando de Antequera, é esta maneira de ser, diziamos, que encontra singular brilho, cristalina materialisação, na patria de Jaime I.

Côrtes, como ali, houve-as em todos os paizes ibericos. Remontando ás nossas origens politico-sociaes, todos as trouxemos da fortissima raiz que os Concilios visigoticos representam. De aquelas assembleas de proceros e prelados, discutindo e deliberando sobre materias religiosas e assuntos publicos e dando á peninsula a mais sabia das legislações, procederam as nossas côrtes medievaes e as nossas côrtes do tempo da monarquia absoluta; nunca a sequéncia historica se interrompeu, nunca os cuidados da guerra afogaram esta briosissima tradição parlamentar. Nas montanhas das Asturias como nos campos de Leão, na Navarra como no pequeno reino portucalense, sempre os graves problemas foram discutidos nas reuniões de homens doutos, sempre os periodos constituintes foram solucionados em taes cenaculos, mas em parte alguma, como no Aragão, a obra foi tão completa, a influencia dos legisladores nacionaes tão poderosa.

Assim, enquanto, em Castela as Côrtes compostas pelo clero e pela nobreza, só em Burgos em 1169 admitem por primeira vez em seu seio os representantes das cidades, deputados do terceiro estado ou *Estado llano*, e, então mesmo, em virtude da exiguidade de recursos dos municipios, reinos inteiros como a Galiza ficavam sem representação e, estabelecido o costume, a restricção chega no seculo XV até ao ponto de só quinze cidades e duas vilas haverem o direito de enviar procuradores, nos Estados

da corôa aragonesa, por mui alto que nos remontemos, ver-se-ha sempre o povo representado em qualquer das tres Côrtes que, uma para cada reino, os soberanos reuniram: nas côrtes de Aragão, nas côrtes de Catalunha e nas côrtes de Valencia, e, apenas no Aragão propriamente dito — territorio pequenissimo em comparação com as Asturias, Leão, Galiza, duas Castelas, Extremadura e Andaluzia, patrimonio dos monarcas castelhanos — dez cidades, tres confederações de povos ou *comunidades* e vinte vilas, gosarem do privilegio de representação.

Assim, ainda, enquanto nas côrtes castelhanas, o clero, falando ordinariamente apenas pela boca do Arcebispo de Toledo, estava representado unicamente pelos abades dos grandes mosteiros, os bispos e os arcebispos, nas aragonesas, a representação era menos aristocratica e, ao lado do arcebispo de Saragoça, dos seis bispos de Aragão, dos abades dos principaes mosteiros e comendadores das ordens militares, viam-se os priores das catedraes e colegiatas e os procuradores dos capitulos.

Assim, todavia, enquanto em Castela — e mesmo em Catalunha e Valencia — a classe privilegiada tinha uma só representação [1], no Aragão as côrtes compunham-se de quatro ordens ou *brazos*, dos quaes dois eram de representantes da nobreza, e esta originalidade que a alguns parece feita para favorecer a aristocracia, era em realidade um meio de favorecer as classes medias, uma precursão do que os tempos modernos julgam criação sua, pois enquanto nas assembleas castelhanas só tinham assento os grandes officiaes da corôa, duques, marquezes, con-

[1] Em Portugal, como é sabido, as côrtes compunham-se tambem de tres ordens: clero, nobreza e povo.

des e *ricos hombres*, nas aragonesas todos estes compunham um *brazo* ou *estamento* cujos interesses nem sempre se ligavam e até muitas vezes se opunham aos do composto pelos simples *cavaleiros* e *infanzones*.

E assim, por fim, enquanto desde o seculo XIV vemos o clero e a nobreza de Castela desinteressar-se em absoluto dos trabalhos parlamentares, abstendo-se de assistir ás sessões das Côrtes e deixando-as, por sua ausencia, redusidas ao infimo numero dos trinta e seis representantes que as cidades e vilas tinham — preludio seguro de um aniquilamento inevitavel — no Aragão onde o patriotismo se sobrepunha ao espirito de classe e onde a presença dos *cavaleiros*, laço intermedio entre o povo e a alta nobreza, era seguro penhor da de todos os *Ricos hombres* e representantes das oito «grandes casas» do reino, assistir-se-a sempre, até que o cezarismo mate instituições tão admiraveis, ao belo espectaculo dos proceros associando a defesa dos seus privilegios ás revendicações populares e clamando tanto mais alto contra os abusos quão alta era a posição que a sua estirpe lhes assegurava.

Por este modo as côrtes aragonesas fizeram obra importante e modelar. Reunidas uma vez cada dois annos, quer sob a presidencia do monarca, quer sem ela — e tomando então o nome de *parlamento* —, quer em assembleas particulares de cada reino, quer em Côrtes geraes dos reinos de Aragão, Catalunha e Valencia, conscias da sua missão, sciosas da sua dignidade, em todos os actos ve-las-emos fazer frente ao abuso, arrostar a tirania.

Reunidas por convocatoria do soberano para lhe prestarem *servicio*, isto é: para concederem subsidios extraordinarios para a guerra e votarem os impostos em tempo de paz — incobraveis sem a sua

aprovação — jamais o faziam sem lhe apresentarem as *greuges*, listas das queixas e reclamações que a pratica e os acontecimentos aconselhavam e, tendo um caracter constituinte mais ou menos acentuado, nunca levantaram as sessões sem haverem conseguido, quando necessario, que na ultima d'elas, na chamada *del Solio*, feita com toda a pompa, o rei sancionasse as suas indicações de remedio para as necessidades da nação e jurasse atender as reclamações dando-lhes forma legal quer no articulado das leis, quer muito simplesmente, qual acontecia em Castela, qual suceden em Portugal, pondo ao lado de cada reclamação a resposta pertinente, ou, ao fim de todas, a assinatura precedida das palavras: «quero que assim faça», ou, mais laconicamente da formula: «cumpra-se».

E assim se iam acrescentando artigos com força de lei aos artigos das anteriores côrtes, assim se ia formando a constituição aragonesa, constituição não formulada e reunida n'uma *carta*, mas dispersa — o que era mais eficaz — pelos privilegios, foraes e conceções feitas ás classes e ás municipalidades e por elas zelosamente defendidas; assim se iam estabelecendo os costumes civicos do povo mais livre da Europa e tambem aquelas familiares relações entre o monarca e os subditos, dignas de elogio perene e imitação perpetua, relações que se escandalisavam a Leonor de Castela obrigando seu marido, Afonso o *benigno*, depois de ter escutado um fogoso discurso dos representantes da plebe, a dizer-lhe: «Senhora, é propria e inata ao nosso povo a liberdade; liberdade que Nós não podemos infringir; não é o seu como o caracter de outras nações para sofrer a escravidão; eles nos devem respeitar a Nós como senhor e Nós a eles como fieis subditos e companheiros», tambem davam lugar a que um historiador da epoca,

Ramon Montaner, lhes tecesse invejavel ditirambo, dizendo: «se os subditos dos nossos reis soubessem quanto os outros são asperos e crueis para com os povos, beijariam a terra que pisam os nossos senhores».

Dissolvidas as Côrtes não terminava por isso a acção nacional; a *Diputacion del reino* composta de oito representantes da assemblea legislativa (dois por cada *estament*) continuava reunida em Saragoça perpetuamente para velar pelas liberdades publicas e cumprimento das leis, e assim como estas, seguindo as belas tradições visigoticas, só tinham tal caracter depois de haverem sido unanimemente aprovadas nas sessões parlamentares — bastando a oposição de um só *braço* para que tal aprovação não fosse possivel — assim acto algum do poder executivo tinha ante os olhos do povo a força de um acto de autoridade se acompanhado não ia do consentimento, pelo menos tacito, dos oito cidadãos que, de uma reunião a outra, detinham em seu poder a alta representação de toda a nacionalidade.

E se a todas estas particularidades, arquitectadas pelo espirito inventivo de um povo temeroso sempre da tirania, acrescentarmos a singularissima instituição da *Justiça* teremos traçado o quadro completo dos caracteristicos costumes politicos que dão ao Aragão um lugar á parte na Historia da Europa.

Qual foi a sua origem ninguem o sabe, é provavel que o *Justiça*, como tantas outras coisas, fosse criação anterior á invasão arabe, mas certa ou não esta hipotese, vemo-lo desde os primeiros tempos do reino-aragonez como a incarnação do que o seu nome significa, materialisada n'um individuo, pertencente á classe dos *cavaleiros* e *infanzones*, que presidindo um tribunal, o *tribunal del Justicia*, se encontra por cima de toda a legislação ordinaria exercendo as

funções que os tempos modernos outorgaram aos *Conselhos de Estado* e aos *Supremos Tribunaes de Justiça*, cumprindo uma missão que o povo inglez mais tarde havia de conferir á virtude de uma lei, a *Habeas Corpus* — lei das garantias individuaes contra os abusos e enganos dos detentores da auctoridade — e dirigindo todos os seus actos em ordem a defender os direitos de cada um contra a tirania de todos, os privilegios da nação contra os erros voluntarios ou involuntarios do poder, os bens dos subditos contra as arbitrariedades do fisco, a liberdade dos cidadãos contra os excessos das jurisdicções.

Armado de poder formidavel, tendo uma força militar ás suas ordens, auxiliado por dois *lugartenientes* e podendo reunir em *Consilium extraordinarium*, para os consultar nos casos dificeis, todos os homens versados nas leis aragonesas, filhos do paiz e amantes das suas liberdades, o *Justiça* sabia e podia cumprir o seu dever.

Apenas algum cidadão, processado e preso pela justiça ordinaria, temia uma violencia por parte dos seus juizes ou de seus carcereiros e fazia conhecer esse temor, *o Justiça de Aragão* ali estava, cubrindo-o com a sua protecção, *manifestando-o*, isto é: reclamando-o para si, fazendo-o condusir para uma prisão sua, a *carcel de los manifestados*, indo, se preciso era, busca-lo ele proprio á frente de seus soldados, e guardando-o em seu poder até que os tribunaes houvessem dictado sentença. A sua intervenção não influia no processo; quando a condenação se dava a acção do Justiça deixava de existir, mas, entretanto, graças a ela, a tortura que fazia parte, como meio de prova dos costumes juridicos de todas as nações, a tortura que, para obrigar os acusados a confessar os crimes, era usada em todos os tribunaes civis e eclesiasticos de aquela epoca e que no fim do

seculo XVIII, em tempo de D. José, ainda era usada em Portugal, nunca no Aragão teve entrada.

E é que onde quer o *Justiça* estendia a sua jurisdicção ahi floresciam as suas liberdades e os direitos individuaes. Se algum aragonez ou algum estrangeiro residente no Aragão temia ou suspeitava que as sapientissimas leis de aquele reino tivessem sido ou podessem vir a ser violadas a seu desfavor, recorria ao *Justiça* e este, dando-lhe um salvoconduto por ele assinado, uma *firma*, punha-o a coberto de tudo e de todos, entanto que ele e o seu alto tribunal examinavam a queixa. Se o queixoso estava processado, o processo era imediatamente suspenso até que o *Justiça* houvesse visto se em todo o seu decorrer as leis haviam sido respeitadas; se havia sido condenado, a sentença não era executada emquanto o 'Εφόρος aragonez se não certificasse, por si ou com auxilio — sempre temivel para a tirania — do *consilium extraordinarium*, se os *fueros* não tinham sido violados. E ai de aquele que, desrespeitando a *firma*, ousasse fazer violencia sobre o cidadão a quem o *Justiça* protegia! ai de aquele que ousasse mandar executar a sentença, continuar o processo ou prender o provisionalmente livre! as contas tinham de ser saldadas severamente porque, por mui alta que fosse a magistratura por tal individuo exercida, tinha de responder ante aquele mesmo a quem tinha faltado ao respeito, ante o *tribunal* do proprio *Justiça*.

Certo é que este elevado cargo, como com persistente insistencia fazem notar alguns historiadores [1], era de nomeação regia e, como tal, o n'ele investido podia aparentemente fazer pender a balança para o lado dos oficiaes de aquele a quem devia favor, mas,

---

[1] . Vide: Marquez de Pidal, *Felipe II y el reino de Aragon*.

por outro lado, o *Justiça de Aragão*, colocado acima de todas as jurisdições, não podia pessoalmente ser julgado senão pelas *Côrtes*; ante as *Côrtes* respondia com a cabeça por todos os seus actos; as *Côrtes* com os seus *quatro braços*, com os *cavaleiros*, seus pares, e os *ricos hombres*, com o *clero* e o *povo*, podiam examinar, uma a uma, todas as suas acções e manda-lo decapitar por causa d'elas, e se não é crivel que o *Justiça*, a não dar-se circumstancias graves, se atrevesse a opor a sua vontade á d'el-rei, obrando assim como quem está colocado *entre nós e vós* para *que mande más que vós*, menos o era que ousasse sequer tornar-se suspeito áqueles que, podendo dispôr de sua vida, eram qual ele — consideração incomparavelmente mais importante para homens da rija tempera aragonesa — defensores natos das publicas liberdades, *fueros* e privilegios.

E, efectivamente, cumpridores zelosos do seu mandato, nunca os veremos em conflicto com as *Côrtes* do Aragão que sempre lhes prodigaram apoio e elogio [1], enquanto que, andados os tempos, veremos o ultimo d'eles subir ao cadafalso, por mandato de um rei, justiçado pelo crime de amar demasiadamente sua patria.

Graças a estes costumes civicos e a estas instituições essencialmente respeitosas da liberdade e somente comparaveis ao republicanismo paternal dos baskos que, já então e desde tempos imemoriaes, viviam sua vida singela em harmonia com leis que Conovas del Castillo mais tarde havia de dizer admiraveis e em tudo dignas de ser aplicadas a toda a Espanha; graças a esta maneira de ser politica só

[1] Jeronimo Blancas, *Commentarios*, [illegible] 1 e 778 e seg.

igualada pelos euskaros, o nobre povo que a todos os seus soberanos, os senhores de Biscaya, exigia, sob a arvore sagrada de Guernica, o juramento solemne de respeito absoluto pelos velhos foros da nação, e que em volta d'essa mesma arvore discutia os graves problemas de capital importancia politica, de igual modo que seus magistrados só á sombra d'este simbolo material da liberdade de uma vetustissima raça tomavam as graves resoluções e proferiam as sentenças solemnes, graças a esta maneira de ser, diziamos, o Aragão poude ter, enquanto independente, uma feliz existencia historica, e, unidos todos os seus membros pelo ferreo laço do amor, alcançar prodigioso poderio, colossal grandeza.

Os tres reinos da sua corôa, ditosos sob um regime invejavel, amavam a materialisação do que os fazia prosperos, amavam o rei que os amava e isto, dando-lhes brios para todos os esforços e sacrificios, era o segredo das suas vitorias.

Mercê do patriotismo ardente que os caracterisava, os aragoneses, catalães e valencianos, raça vigorosa que dava de si homens como João Blanca Perpiñanes, o emulo de Guzman *el bueno*, governador de Tarifa, preferindo ver morrer ante seus olhos seu proprio filho e até dar o punhal para que o matassem antes do que entregar aos inimigos a praça de que era alcaide, poderam chegar á pratica de actos colectivos tão sobrehumanos como aquela defesa de Perpignan em que, perecendo de fome, os catalães que defendiam a cidade contra os franceses, como conta um cronista [1], *multis diebus nihil praeter mu-*

[1] Lucio Mariano Siculo, *De rebus Hispaniae memorabilibus*,

res, ac feles et domesticos canes, quos mulieres per vicos oppidilinteis, et longis, latisque; palliis venabantur comanducavere, e em que: *nonnullae mulieres, cum peperissenet; rabie famis agitatae, utero suo continuo reddiderunt faetus.*

E assim, vencedores dos inimigos do norte e do sul, acautelando-se dos do ocidente e procurando-os pelo oriente, a bandeira aragonesa se elevou mui alto ante o respeito da Europa; assim estendeu sua sombra pela Italia e entregue em mãos de marinheiros esforçados, foi senhora do Mediterraneo até ao ponto de, como em arrogante frase disse o vencedor da batalha do golfo das Rosas, o almirante Roger de Lauria, por suas aguas azues «nem um peixe podesse passar que estampado não levasse sobre o dorso o escudo das armas de Aragão».

Mais tarde, Pedro IV o *cerimonioso* poude rasgar com seu punhal o *Privilegio da União* e fazer desaparecer d'ele tantos exemplares quantos houve á mão; alguns reis, esquecendo-se do que a si mesmo se deviam, poderam atacar por todos os meios as liberdades d'aquele país, berço da liberdade, mas emquanto esta obra não ficou completa, — e seculos levou a completar-se — a acção benefica d'uma tradição bela fez-se sentir; com os pulmões cheios do ar puro de uma atmosfera de dignidade, o povo que a grandes haustos bebia a mascula energia na posição privilegiada que o seu civismo soubera conquistar tinha o dever de ser grande e soube cumprir esse dever, executar essa missão.

CAPITULO VIII

As letras na Catalunha

Com Jaime I inicia-se o movimento literario propriamente catalão dos seculos XIII e XIV, coincidindo — como sempre succede — com a maior grandeza e prosperidade do reino, que só os poderosos podem ter em seu seio artistas, os florescentes manter pleiades de poetas.

O regio fundador da Universidade de Lerida havia sido, qual antes se disse, literato ele proprio e fundador de escola, e homem de acção ao mesmo tempo que homem de pensamento, Ulisses e Aquiles n'um só corpo, deu este caracter a todas as suas obras e, encontrando-se isto de acordo com a indole do povo por ele regido, esta maneira de ser passou a todas as producções das letras de aqueles dois seculos.

Distinguiram-se os catalães em todos os tempos pela sua acometividade, actividade e iniciativa, mas, ao lado d'estas virtudes que os fizeram senhores do Mar Medio e hoje lhes dão invejavel lugar nas industrias e comercio peninsulares, brilhou sempre uma sentimentalidade profunda e rasgadamente hispanica, uma propensão para o maravilhoso, uma admiração pelo belo que muito os caracterisa, e sintese d'estas duas antiteses foram as suas letras.

Se ao lado de Jaime I e sua *autobiografia* aparece Desclot, com inimitavel prosa, escrevendo historia dogmaticamente verdadeira, surge logo Montaner, outro historiador, em cujas paginas a lenda floresce tropicalmente, e se, em tal epoca, Marsilio, Puigpardines e o proprio rei Pedro o *cerimonioso* são prosadores de merito, não os desmerece antes os vence a legião de poetas que os acompanha: Marfre Ermen-

gaut, o monge quasi desconhecido, que no *Breviari d'Amor*, joia admiravel, lança a ideia primordial por Dante Alighieri aproveitada para a sua *Divina Comedia* [1]; Arnaldo Vidal de Castelnóudaury, o auctor do poema *Guilherme de la Barre;* Domingos Mascó, o que fundou o teatro iberico com a tragedia *L'Home enamorat y la Fembra satisfeta;* o poeta de nome até hoje ignorado que escreveu a preciosa novela *Flamenca* publicada já em nossos dias por Paulo Mayer; e, por fim, todos os outros trovadores: Luis de Aversó, Jaime March, Pedro March, Jaime Arnaldo, Jaime Febrer, Ramon Vidal de Besalú e tantos mais que, quer escrevendo, como o ultimo, um codigo da *Dreita manera de trovar*, quer indo buscar, como os dois primeiros, os germens dos Jogos Floraes de Tolosa para os introdusirem em Barcelona, sob a proteção de João I *el amador de la gentileza*, tanto trabalharam e tanto lutaram para conservar alteada a flor do sentimento entre homens dados ao negocio, entregues ao comercio e á especulação.

E até nos sabios — que tambem os teve aquela epoca — se nota esta propenção para o supra-transcendente. Aqueles homens pareciam ter antevisto, melhor: ter compreendido, o que Novalis havia de dizer muitos seculos mais tarde, isto é que «todas as coisas, até as ciencias, podem ser tratadas misticamente, porque tudo quanto é elevado está em relação com o misticismo», porque até «a matematica pura é religião» e «os numeros são, como os signaes e as palavras, manifestações, representações

[1] Veja-se a edição do *Breviari d'Amor* publicada no seculo passado em Beziers e a introdução e glosario que a acompanham devidos á penna de Gabriel Azais.

Κατ'ἐξοχὴν», porque «o verdadeiro matematico é entusiasta *per se*, e sem entusiasmo não ha matematicas», porque «uma singular mistica dos numeros existe tanto na natureza como na historia e... Deus pode manifestar-se na matematica tanto como em outra qualquer ciencia» e porfim porque «todo aquele que não abre com concentração de espirito um livro de matematica e o não lê como palavra de Deus, não o compreende» [1].

E assim todos os filosofos d'aquela epoca da historia de Catalunha foram misticos n'esta ordem de ideias, e desde Francisco Ximenes, o auctor da enciclopedia *El Cristiano*, até o profundo Raimundo Lulio, o criador da *Ars magna*, passando pelo heterodoxo, gnostico e atrevido inovador Arnaldo de Vilanova [2], todos tiveram em seus escritos algo que não é dado á multidão compreender, que para os homens frios, voluntariamente miopes criados na escola de Bacon de Verulam e seus discipulos, fica sistematicamente envolto em trevas, mas que para áqueles que estiverem iniciados nas paginas mais puras de Platão e nos neoplatonicos do Egipto, para os que houverem penetrado o espirito em que foi escrito o *Timeo* do filosofo a quem a antiguidade chamou *divino*, parecerá realmente admiravel.

Raimundo Lulio, singularmente, o galante trovador da Côrte d'el-rei D. João II que, desenganado das vaidades do mundo, veste o burel monastico para ir procurar, na solidão de um claustro ou nos perigos da vida de missionario, o esquecimento da horrorosa impressão que lhe produziu ver horrendo cancro no seio de uma mulher formosissima a quem ele havia perseguido com suas assiduidades e que por fim lhe

---

[1] Novalis, *Fragmentos*, pag. 86 e seg.

[2] Menendes Pelayo, *Hist. de los heterodoxos españoles*, tom. I.

marca uma entrevista para n'ela lhe mostrar o repelente espectaculo da sua secreta doença, Raimundo Lulio, diziamos, destaca-se com colossaes proporções como mistico e como sabio, como filosofo e como erudito, no fundo de ouro de seu tempo. É uma figura de triptico, e é uma quimera, uma visão de pesadelo.

Qual a de outro frade insigne, memorado nas cronicas portuguezas, Frei Gil de Santarem o introductor em Portugal da ordem dominicana, a vida do religioso catalão ocupa a de todos os outros homens do seu paiz e do seu tempo.

Ainda aqui mais uma vez se torna palpavel essa dualidade actuando entre as nacionalidades ibericas que não permite a existencia de um grande vulto n'uma d'elas sem ser acompanhada da de outro n'algumas das suas irmãs e que, pondo ao lado do defensor de Perpiñan o governador de Tarifa e o alcaide da Trafaria, irmanando os primeiros reis de Castela aos primeiros soberanos de Portugal, paralelisando Cristovam Colombo e Vasco da Gama, quer que junto ao dominicano portuguez se encontre o franciscano lemosino.

Um e outro levaram juventude dissipada cultivando as ciencias e as belas letras, e um e outro são chamados á vida penitente, á vida mistica, por um facto anormal. Raimundo Lulio é á vista da beleza escondendo em si a morte, que a tradição faz abraçar o monasticismo, Gil de Santarem é cursando as aulas da universidade de Paris e sendo atacado em propria casa, á volta de uma orgia, por um cavaleiro armado que pondo-lhe a lança ao peito o intima a converter-se, que essa mesma tradição faz seguir igual caminho. Procedentes ambos de identicas origens, ambos se destacam de entre os seus irmãos de habito, ambos são conselheiros de reis, intervindo, a um tempo, na vida publica e vivendo cenobitica

existencia. De um e outro se contam milagres e a um e outro atribuiu o povo — que não a Igreja — a qualidade de santos. Ambos se distinguiram pela sua intelectualidade superior e vastissimos conhecimentos. Ambos foram medicos e teologos, astrologos e politicos, filosofos e moralistas, quimicos, cabalistas e nigromantes.

E em Raimundo Lulio esta propensão para as ciencias ocultas notabilisa-se de um modo especial. Ao lado dos profundos estudos do arabe e do hebraico, das emprezas de missionario na Tunísia, Egipto e todo o oriente, na insistencia para com os Papas de os levar á fundação de escólas superiores de linguas orientaes, nos prolongados isolamentos nos cenobios ou nas montanhas, nas paginas da teologia dogmatica e da teologia mistica, em capitulos inteiros da *Ars Magna*, em todos os actos d'este homem portentoso a quem, ao lado de Alberto Magno, cabe a honra de haver dado o ultimo toque a todos os materiaes, acumulados pelos seculos, com que Tomaz de Aquino havia de fazer obra monumental, revela-se sempre a profunda curiosidade produzida pelas locubrações, semi-entrevistas, dos misterios Κατ'ανζρωπον bebidos pelos arabes nas fontes remotas da Persia e da India. Dir-se-ia que os seus trabalhos filologicos eram encaminhados tanto á propagação da fé de Cristo entre os infieis como á indagação dos segredos d'esses mesmos a quem devia converter; dir-se-ia que, nos misterios dos alambiques e nos arcanos, ainda mais impenetraveis, das combinações dos numeros e das figuras, procurava novas formas e novos argumentos, para os escolasticos silogismos, aquele a quem os doutos e os ignorantes, os do seu tempo e os de tempos ulteriores chamaram, cheios de pasmo, absortos em admiração, *o doutor iluminado*.

E *iluminada* foi, em efeito, tal epoca com ho-

mens da sua envergadura que, influindo poderosamente no meio em que viveram, souberam fazer, de um *clan* de negociantes e recoveiros, uma nação de artistas e de grandes senhores; algo belo onde, como em Veneza, a actividade comercial se aliava á artistica, onde dos negocios se descansava nos *Jogos Floraes* para ouvir os versos dos poetas, premiar com a flôr natural o que melhor cantasse a *Patria*, a *Fé* e o *Amor*, admirar a beleza das filhas da terra catalã, da terra aragonesa e da terra valenciana na beleza da *Rainha da Festa* escolhida pelo trovador laureado e por ele acompanhada até o trono desde o qual, rodeada da *côrte de amor*, devia presidir ao torneio, e onde, por esta forma, cheia a alma de nobres sentimentos, — porque não pode ser mesquinho quem ama a poesia — até a materialidade das transacções era conduzida por forma tal como se todos os vassalos do principado de Catalunha tivessem escrito em seu coração o que os venezianos escreveram em São Marcos, a sua mais portentosa igreja: «em volta de este templo que a lei do comerciante seja justa, que os seus pezos sejam exactos e os seus contratos repletos de franquesa».

Então, o gosto pelo maravilhoso encontrava a sua expressão mais completa, dentro da lingua catalã, no *Tirante el Blanco*, e os reis de Aragão, inspirando-se nos ideaes cavaleirosos, foram todos eles ou paladinos esforçados ou primorosos poetas, resgatando algumas vezes as faltas da politica com os primores do talento, até que falecido em 1409 o rei da Sicilia D. Martin *o humano*, que como orador muito honrou as letras catalãs, e acabada com ele a descendencia directa da nobilissima casa dos condes de Barcelona, seu pae o rei de Aragão, ficando sem herdeiro legitimo e tendo de escolher entre as pretenções que á corôa tinham um principe da casa de

Anjou, o conde de Urgel e D. Alonso de Aragon, conde de Denia, se decidiu a patrocinar a causa de seu sobrinho, o infante de Castela D. Fernando, e com esta decisão lançou os tres reinos na anarquia em que temporariamente naufragaram as belas letras, perecendo a *Academia da Gaya Ciencia*, annos antes fundada.

Vieram depois os tumultos em que cada partidario de cada um dos pretendentes fazia valer suas razões com a ponta da espada e em que, reunidas as côrtes geraes dos tres reinos, as peores violencias se deram até ao ponto de ser assassinado Garcia de Heredia, arcebispo de Saragoça [1]. A esta epoca calamitosa veio pôr termo o parlamento de Caspe onde, representados cada um dos reinos por tres plenipotenciarios, a voz eloquente do dominicano São Vicente Ferrer se fez ouvir em toda a sua pujança para obter uma vitoria, reputada impossivel e talvez não muito desejavel, a favor de D. Fernando de Antequera contra os numerosos partidarios do conde de Urgel.

É provavel não fosse esta a decisão que os reinos esperavam dos nove representantes a quem haviam conferido o poder de fazer um rei, mas, agradavel ou não, foi acatada e, gosando da paz que ela proporcionou, poude um castelhano, o Marquez de Vilhena, restaurar em Barcelona os Jogos Floraes e dar nova vida ao espirito das *Leis de amor* do consistorio permanente da Gaya Ciencia reunido em Tolosa [2], para que ele florescesse no reinado seguinte,

---

[1] Mariana, *Historia de España*, l. XIX, c. XX.

[2] Estas leis, constituindo um codigo da poesia trovadesca, foram publicadas em 1841 em Toulouse, por Gatien Arnoult, reprodusindo-as d'um manuscrito do seculo XIV titulado: *Las flors del Gay saber estier dichas Les d'amors.*

no reinado de aquele D. Afonso v de Aragão, o *magnanimo* e o *sabio*, a quem o grande Marquez de Santilhana, na *Comedieta de Ponza*, tantos elogios faz, dizendo:

> ... desdel tiempo de la pueriçia
> amó las virtudes é amaron á el;
> venció la pereza en esta cobdizia,
> é vió los perceptos del Dios Hemanuel.
> Sintió las visiones de Esechiel
> con toda la ley de sacra dottrina;
> pues quien supo tanto de lengua latina,
> ca dubdo si Maro se eguala con el.
> Las sillabas cuenta é guarda el acento
> producto é correpto; pues en geometria
> Euclides non ovo tan grand sentimiento,
> nin fizo athalante en astrologia.
> Oyó los secretos de filosofia,
> é los fuertes passos de naturaleza:
> obtuvo el intento de la su pureza,
> é profundamente vió la poesia.

Com este monarca, *rei caballero, lucero de la guerra y de la milicia*, como lhe chama ainda o mesmo procero, a literatura de Catalunha atinge grande altura mas desvirtua-se. Levada por Afonso v á sua côrte de Napoles, onde como um imperador da antiga Roma entrou triunfalmente e em grande pompa por brecha aberta nas muralhas, o clima de Italia foi-lhe fatal, e assim como o seu protector, o mais poderoso dos reis de Aragão, esqueceu ante as ridentes aguas do golfo napolitano a recordação de sua amante esposa, que em Espanha ficará, e se lançou nos braços de Lucrecia de Alanyó para n'eles viver e para n'eles morrer, assim a poesia dos trovadores, entregue á fidelidade catalã, se deixou seduzir pelo espirito da Renascença italiana e, olvidando as alegres festas e canções da Provença, sua mãe, esquecendo os primores medievaes das justas e tor-

Pomponio Leto, o pincel serenamente mistico de Giovani Bellini nas virtuosidades pictoricas do orgulhoso Ticiano.

E a musa catalã, encontrando-se com todo este movimento, e, tendo a protege-la um soberano que se rodeava d'uma côrte de humanistas e poupava as cidades que lhe ofereciam exemplares raros da obra de Tito Livio, deixou-se seduzir e cahiu no que era a antitese da sua maneira de ser.

A preponderancia de uma pleiade de literatos italianos como a que acompanhava Afonso v não podia dar outro resultado. Homens como Becatelli, o Panormita, auctor dos *Dictis et fáctis Alphonsi regis Aragonum;* o catedratico Lourenço Valla, auctor das *Elegancias latinas* e das *Rebus gestis á Ferdinando Aragonum rege;* Bartolomeu Fazzio o auctor de *De rebus gestis ab Alphonso primo, Napolitanorum rege* e da obra *De viris illustribus;* Poggio Bracciolini o traductor da *Cyropedia* de Xenofonte; Francisco Filelfo, Eneas Silvio, Jorge de Trebisonda, Giovani Pontano e tantos outros que, como o filho de aquele *Caballero del Verde Gaban* de que nos fala Cervantes, tinham a desprezo o escrever em seu idioma e a todos os momentos estavam necessitados de encontrar um D. Quixote que lhes recordasse que «*todos los poetas antiguos escribiéron en la lengua que mamáron en la leche, y no fueron a buscar las extrangeras para declarar la alteza de sus conceptos*», tinham necessariamente que influir sobre o espirito dos catalães que, ao lado do rei de Aragão, haviam transportado á Italia suas letras juntamente com a bandeira gloriosa da nacionalidade trovadoresca, e assim aconteceu.

Os humanistas italianos encontraram imitadores em Juan Ramon Ferrer e Fernando de Valencia, e, ao lado d'estes eruditos, soaram as vozes de grandes

poetas; a voz do elegiaco Jordi de San Jordi de que nos fala o Marquez de Santilhana dizendo que foi «*caballero prudente que compuso assaz formosas cosas, las cuales el mismo asonaba, cá fué músico excelente*»; a voz do escudeiro Valterra, representante das letras de Navarra; a de Francisco Ferrer o auctor do *Romans de Rodas* e da *Complanyt de la presa de Constantinople*; as de Gonzalo de Quadros, Diego de Sandoval, Lope de Estuñiga e outros representantes da poesia castelhana; as de Guilherme Dametas, Luiz de Cardona, Juan de Soler e mais insignes catalães; mas em todos o classicismo exerceu originalicida pressão; em todos, como depois em Camões e maioria dos escritores d'aquella epoca, a exuberancia de imagens não sentidas, os recursos a uma fé não professada, o alarde de uma erudição muito fria, o tom enfatico de uma dissertação muito academica, damnificam a belesa e lesam o efeito de composições talvez boas se a multidão compacta de castas Dianas, romanas Lucrecias, chorosas Didos, rubicundos Apolos, inexoraveis Parcas e tonantes Jupiters deixassem ver o fundo verdadeiramente inspirado que n'algumas ha.

E então os que guardavam ainda os antigos foraes da lingua de *oc*, os que, não tendo esquecido a espontaneidade das flores da Ciencia Gaya se sentiam mal com o parnasianismo de aqueles preconceituosos versificadores que com o seu preciosismo, preocupação da frase atica e outros excessos tão claramente preludiavam o gongorismo em que cahiram, de igual modo que os arquitectos prenunciavam o churrigueresco e o barroco, e os pintores o alambicado das obras de Guido Reni e seus discipulos, levanta vôo e veem para a peninsula, para o mais feericamente formoso dos tres reinos da corôa de Aragão, para Valencia, toda cheia ainda das tradições arabes e dos

inconcebiveis jardins que a fantasia oriental dos sensuaes ismaelitas ali plantou e ali deixou no seio de aquela natureza luxuriante, e, estabelecidos nas margens do Turia, criam a escola que teve por chefe o inspirado Ausias March [1].

Poeta primoroso, poeta cheio de imaginação e sentimento, Ausias March escrevendo em lingua *lemosina* exerceu influencia não só sobre os homens de sua raça, formando uma constelação de vates que o seguiram, mas até sobre as letras castelhanas. Um de seus discipulos, o catalão Boscan leva á lingua de Afonso o *sabio* e do arcipreste de Hita o verso endecasilabo até então nunca n'ela usado; Garcilaso de la Vega traduz Ausias March, e assim como o condestavel D. Alvaro de Luna havia imitado a Bonifacio Calvo, o trovador provençal, e Juan Ruiz de Alarcon, no *Exame de maridos*, se tinha inspirado nas fabulas de Pedro Cardinal, assim o celebre Garcilaso coloca ao lado dos versos do poeta levantino:

> Amor, amor, un habit m'he tallat
> de vostre drap, vestintme l'esperit.
> En lo vestir molt ample l'he sentit,
> é fort estret cuant sobre mi's stat,

o seu soneto XXVII, aquele em que se diz

> Amor, amor, un habito he vestido
> del paño de tu tienda bien cortado;
> al vestir le hallé ancho y holgado,
> pero después estrecho y desabrido [2].

---

[1] Amador de los Rios: *Historia critica de la literatura española*, part. II, cap. VII e VIII e *ilustracion I* do vol. VI.

[2] Observações feitas por Victor Balaguer: *Obras completas*, tomo VII.

E, não obstante, este poeta, a quem os outros imitam, nem sempre foi original: a poesia italiana fez sentir ainda o seu poder sobre tão privilegiado estro, não tanto como sobre os outros do seu tempo, mas ainda o bastante para que a March a posteridade e a critica chamassem o Petrarca valentino, nome que se é honroso ter, talvez fosse uma verdadeira gloria não possuir.

Contudo Ausias March formou escola, e essa escola, *sui generis* tanto quanto possivel, foi o ultimo resplendor, senão das letras catalãs, pelo menos da poesia dos trovadores. Ao seu lado brilharam ainda alguns; embora André Febrer se entretivesse em traduzir para o catalão, em bons tercetos, toda a obra de Dante, e Hugo de Rocaberti imitasse o poeta florentino na *Comedia da gloria de amor*, a inspiração original alteou-se ainda muitas vezes nos Jogos Floraes de Valencia e Barcelona coroando com seus louros a Requesens e Miquel, Vilarasa e Valmanya, Corella, Gazull e tantos outros, e dando lugar a obras tão interessantes como o *Libre de les dones é de conçells* de Jaime Roig [1].

Mas os tempos não corriam propicios para a poesia lemosina; o estro dos trovadores poucas vezes foi epico e aquele era um d'esses tempos de luto durante os quaes aparecem oradores vigorosos e prosadores de merito, mas que muito excepcionalmente deixam viver e cantar os poetas liricos. O movimento da Renascença adiantava-se, e se na literatura e em arte se apresentava revestido de um caracter de lesa-espontaneidade, em politica afirmava correntes cezaristas, centralisadoras, liberticidas, contra as quaes reagiam os povos.

---

[1] Citado ainda por Victor Balaguer. *Loc. cit.*

O classicismo, que dominou as letras e as manifestações esteticas, avassalou tambem — ainda mais rapidamente — a politica. Pasmados os eruditos ante o grande trabalho que revelava o Direito Romano, cujos textos pouco a pouco iam decifrando, julgaram poder aplica-lo a nações que não estavam constituidas em imperio, nem já tinham em seu seio a escravidão, nem viviam em nenhuma das condições mesologicas do povo para quem havia sido feito o *Digesto*, e invejosos os reis d'aquela auctoridade que os pergaminhos lhe revelavam haver tido os Cezares, comparando-a com a sua, coacta pelas multiplices peias que uma maior consciencia dos direitos do individuo lhes havia imposto, sentiam a invencivel tentação de aplicar as leis dos jurisconsultos romanos áqueles que até então tinham podido viver e progredir com a sapiente obra dos concilios goticos, e essa foi a acção iniciada, em Castela, pelo Rei sabio, em Portugal, por D. João I e Mestre João das Regras; continuada, n'um e outro ponto, pelos Reis Catolicos e por D. Manuel; e concluida, em ambos os reinos, pelas Austrias primeiro, e pelos Bragançαs e Borbons depois.

Fora da peninsula a obra fez-se mais rapidamente; aqui encontrou a oposição sistematica das classes, e, embora os soberanos tivessem por si a poderosa força dos legistas, homens cultos entre todos os de seu tempo, esta oposição se não impediu a execução dos designios dos governantes que sonhavam com o poder absoluto, pelo menos sempre a retardou.

Contra Afonso X e suas veleidades classicas e incurções pelo direito de Roma levantaram-se os povos e, tomando partido a favor do infante D. Sancho contra os principes de la Cerda, combateram pelas suas regalias tradicionaes: os direitos das classes e os privilegios das municipalidades; juntaram-se em *Her-*

mandad os reinos de Leão, Castela e Galiza para a mais eficaz defesa dos mesmos principios que entusiasmavam os vassalos da corôa aragonesa quando forçaram o soberano ao *Privilegio da União* [1].

E estes, por sua vez, os bravos filhos do Aragão, de Catalunha e Valencia, quando, centralisado o poder cada vez mais em Saragoça, o rei D. João II, casado com Branca de Navarra, se negou, depois da morte de sua mulher, a outorgar aos montanheses das asperas regiões dos Pirineus, a ele não ligados por laço algum, a devida independencia, e, opondo-se aos justos direitos de seu filho Carlos de Viana, se recusou, contra a vontade dos povos, a dar-lhe a corôa de sua mãe, todos se sublevaram, e tomando armas a Navarra e a Catalunha a favor do principe, de certo teriam feito entrar em razão aquele rei pouco escrupuloso que, sem atender as suplicas de seus leaes subditos, se desfazia de reinos como de objectos, áquele rei que não se importava de empenhar grandes territorios catalães ao rei de França e se obstinava em não devolver o que seu não era, se o desterro e a morte prematura do desditoso filho da rainha bearneza não houvessem posto fim á contenda.

Na Castela como no Aragão, uma causa pessoal ocultava e servia de pretexto á explosão das iras do povo; a Navarra e a Catalunha não se revoltavam a favor de Carlos de Viana, assim como a Castela, Leão e Galiza se não moviam a favor de D. Sancho, pelo entusiasmo que as pessoas d'estes principes podessem produzir, pelos direitos que estes principes podessem ter; moviam-se e revoltavam-se, como depois outras vezes succedeu, porque no pretendente á corôa de Navarra e no rival dos infantes de la Cerda, o

[1] Nota XIV, *in fine.*

sentimento popular via a incarnação, o simbolo de seus desejos; nas suas oriflamas e nos seus estandartes a bandeira de suas liberdades regionaes, das suas autonomias municipaes, das suas dignidades de classe, dos seus direitos pessoaes e civicos.

E como tudo isto que os dois principes, preteridos pela auctoridade paterna, simbolisavam, era o que se encontrava em eminente perigo ante as constantes acometidas do cezarismo renascente no mundo inteiro, de ahi o entusiasmo com que se lançavam ao combate os campeões da insurreição contra João II.

Todo um passado de glorias estava entregue ao seu valor; seculos de independencia e originalidade; direitos adquiridos em milhares de lutas sobrehumanas; privilegios penosamente arrancados, ou obtidos em conquista por prodigioso esforço de gerações heroicas! Se a sua bandeira fosse vencida era a negação da epopeia das nações ibericas caminhando, espada em punho, das Asturias para o Mediterraneo: era a negação de oito seculos de constante batalhar!

... E foi o que succedeu: o Principe de Viana, ultimo representante d'uma epoca sem igual, levou para o tumulo os derradeiros ecos e agonisantes fulgores da Idade Media.

CAPITULO IX

O advento do cezarismo

E, como um dia belo que acaba em pardacenta tarde de nevoeiro, foi n'um lamentavel crepusculo que se afundou e desapareceu o feudalismo para dar lugar á monarquia absoluta que lhe succedeu.

Nos já longiquos horisontes em que para nós se perdem taes edades, os ultimos tempos do ciclo medieval, todo o seculo XIV e primeira metade do XV,

apparecem como épocas sombrias, que, ao frouxo resplandor das velhas cronicas, se destacam com reflexos sanguineos, cheias de confusões, prenhes de odios, cobertas pela lepra das mais repugnantes paixões do homem.

Poucas flores, poucas virtudes, nenhum feito heroico, nenhuma acção nobre, gesto algum galhardo se destaca no meio de tanta desolação. Se ao lado dos massacres a que assistiu o seculo XIII aparecem, como a dulcificar os horrores da guerra, as candidas e cavaleirosas figuras de São Luiz e Branca de Castela; se como para contrabalançar crimes e maldades surgem de seu seio, aureolado pelo heroico sacrificio de legiões piedosas encaminhando-se para a Palestina, vultos tão admiraveis como o de Francisco de Assis e Domingos de Gusmão; durante este periodo em que agonisa um mundo, só tetricos personagens e sinistras scenas se oferecem, n'um quadro de horror, á contemplação das gerações ulteriores.

Longo cortejo de reis esmagados pelo peso das taras acumuladas durante a vida secular de torpes dinastias; epileticos saciando sua hidropica sede de sangue em carnificinas ingloriosas; cupidez e baixa ambição derimindo seus pleitos nos campos de batalha; vinganças vis, ruins traições, pactos tenebrosos, inconfessaveis vicios, repelentes perjurios, tudo se acumula durante os cento e cincoenta annos que precedem o advento da Renascença, qual se, n'este espantoso estertor de uma sociedade que, morrendo, vae dar á luz um monstro, se houvessem convocado todas as furias do Averno para servir de carpideiras nos funeraes da Idade Media.

Esfacelada a cristandade, sobresaltadas as consciencias, dividida a Igreja, repartidas as opiniões e esquartejado o Pontificado entre Papas e Antipapas; levantado Avinhão contra Roma e enfileirados os mo-

narcas e os povos n'um ou n'outro bando; revoltado o clero contra os Bispos e opostas entre si as ordens religiosas, o cristianismo, alma do mundo, parece irremediavelmente condenado a proxima morte.

Importada do oriente a peste e invadida por ela toda a Europa; a morte ceifando vidas, do norte ao sul, do levante ao poente, e contando suas victimas por centenas de milhar; famintas as populações ruraes e assolados os campos pelos salteadores que, aos bandos, como lobos, queimam as casas que saqueiam, destroem os povoados e, fazendo das florestas vastos brazeiros, n'eles queimam as mulheres que violentam, as crianças a quem trucidam e os homens a quem roubam, a loucura parece apoderar-se dos que sobrevivem e correr como um tufão de insania pela Europa inteira, revelando-se nas mais extraordinarias manifestações, nas mais incriveis demencias.

Em luta a Inglaterra contra a França; a braços o imperio bisantino com as hordas orientaes; os suecos e os dinamarqueses trucidando-se; a Bohemia e a Hungria invadida pelos turcomanos; os Paizes-Baixos fervendo na mais cruenta e inexoravel das guerras civis; os tartaros ameaçando chegar até Roma, e a Italia dividida entre bandos que se odeiam, se assaltam e se assassinam, não ha um só palmo de terra onde o inerme se encontre ao abrigo da violencia, onde a inteligencia livremente se concentre, onde o espirito goze de paz.

E no meio do estrondo de tantos combates, ao clarão dos incendios, sobre os charcos de sangue e os montões de cadaveres, destaca-se, em Castela, Pedro o *cruel*, praticando violencias, justiçando sem criterio, assassinando seus parentes e morrendo como um reprobo; surge em Portugal, como emulo do castelhano, chicote na cintura e em companhia do carrasco, arrancando corações e aplicando a tortura por

suas mãos ás victimas do seu real odio [1], Pedro I, o amante de Inês de Castro; Carlos *o Mau* reina na Navarra onde seu nome faz estremecer os subditos; e, assim, como n'um diorama, vão passando lentamente, manchados pelo crime, carregados de oprobrio, todos aqueles odiosos personagens que, de Carlos VI de França, imbecil e depravado, a Ricardo II de Inglaterra, cruel e insaciavel, servem de modelos aos principes que reinaram em epoca tão desgraçada como a que vae desde a revolta de Sancho o *bravo*, posto á frente dos senhores castelhanos, até as ignominias de Fernando de Portugal e da barregã Leonor de Telles, desde o dia em que Henrique de Trastamara crava o punhal no rei de Castela até o momento em que Henrique IV, sofrendo em Avila as maiores injurias, é escarnecido ante o mundo.

E nem um oasis no meio de tão vasta extensão deserta de virtudes; nem um unico ponto, onde repousar a vista, em meio de tanto sangue; nem um momento de calma entremeando taes horrores! Se, alem dos Pirineus, aparece Joana d'Arc condoendo-se da miseranda sorte do reino de França e pondo-se, n'um deslumbramento epico, á frente do exercito que expulsará os inglezes, é para terminar miseravelmente n'uma fogueira, abandonada de todos, por todos atraiçoada; se, n'esta terra de Espanha se levanta com Vicente Ferrer a voz de uma santidade acrisolada, de uma virtude austera, não é como em Assis no seculo anterior, para entoar canticos de mistico entusiasmo, mas para vituperar vicios, denunciar iniquidades, servir de precursora de outra voz mais terrivel: a voz dos ceus chamando os povos a juizo; e,

---

[1] Fernão Lopes: *Chronica de D. Pedro,* e Duarte Nunes de Leão: *Chronica dos reys,* tomo II.

por fim, se por toda a parte, aqui e alem, se patenteiam raras criaturas em quem o mal não cravou suas garras, a quem o exemplo não corrompeu a virtude, todas elas nos aparecem como victimas expiatorias dos crimes de outros, amantes predilectas do infortunio, vasos escolhidos onde se acumulam todas as dores.

Assim ao seculo de São Tomaz de Aquino e de São Boaventura, ao seculo que viu a construção das grandes catedraes do norte e assistiu á formação de alguns dos mais altos monumentos que, nas letras, tem até hoje edificado o engenho humano, seguia-se uma epoca de desolação e morte.

Oculto germem de males sem fim existia no seio da cristandade ocidental e produzia as ancias em que se debatia a Europa inteira. Era aquela a hora em que, atingindo o seu maximo desenvolvimento uma corrente que pertinazmente durante trezentos annos havia lutado por dominar os povos, chegava ao rubro o conflicto de ha muito latente entre auctoridade e liberdade, e, perdido definitivamente o equilibrio entre os dois termos, a violencia tinha de dirimir a questão.

Os povos e os principes, potencias de igual valor, encontravam-se frente a frente em luta de interesses. Uns, criados nas tradições de liberdades, foros, privilegios e regalias, defendendo o que possuiam. Outros, sugestionados na ambição, excitados no orgulho pelo que das antigas leis romanas seus aulicos lhes ensinavam, procurando alcançar o que não tinham.

Tendo dado seus frutos a jurisprudencia classica, cultivada com entusiasmo desde o seculo XI, o *cezarismo*, joguete nas mãos dos legistas, tremulava ante o olhar dos monarcas embevecidos, como ideal a atingir, o summo imperio temporal e espiritual d'aqueles despotas d'outr'ora cujos caprichos tinham o vigor de

leis; e a favor ou contra esta bandeira, ante a qual os povos estremeciam, tinha de dar-se a batalha.

Cansados os reis, ardentes na ambição que a historia antiga n'eles ateava, das coacções constantes que á sua acção opunham quer as côrtes, onde as forças vivas da nação, as classes, faziam conhecer a vontade nacional; quer os municipios, onde os gremios eram seguros baluartes da independencia popular; quer, especialmente, a Igreja que, fiel á sua norma moral, era obstaculo insuperavel para muitos designios tenebrosos; sonhavam com um estado de coisas em que tudo isto se não desse.

Por outra parte, havendo chegado á custa de inarraveis esforços a uma soma de conquistas, em verdade lisongeira e em realidade respeitavel, os que antes nada tinham; encastelados nos burgos, fortalecidos com regalias, aqueles que da escravidão do paganismo e da primitiva servidão da gleba, tinham sabido avançar até a afirmação dos direitos do *terceiro estado;* a «santa plebe de Deus», amava o regime que taes garantias lhe dera, respeitava aquele estado de coisas que as leis medievas haviam criado e negava-se obstinadamente a abandonar o que, tendo — como todas as produções humanas — imperfeições de maior ou menor quantia, d'elas se havia desligado para chegar no seculo XIII a um grao de perfectibilidade nunca atingido por qualquer outra instituição humana.

E assim, fartos os monarcas de compartilharem a soberania com as forças do clero, da nobreza e do povo, — os *Estados*, como na França os chamavam; os *Braços* ou *estamentos*, como os denominava a peninsula —; sentindo a ambição de atingir o momento em que lhes fosse dado considerar-se unica força actuante, unico *estado*, unico *braço* levantado sobre seus reinos; e resolvidos esses mesmos reinos a não

consentir na realisação de tal *desideratum*, na materialisação de taes projetos, a guerra ficou declarada desde que, certos de sua força, os reis expuseram claramente quaes as suas pretenções, francamente deixaram ver quaes os seus designios.

Isto não foi obra de um dia. Enquanto do velho direito romano, novamente encontrado, se tirava o que n'ele havia de aplicavel ás novas circunstancias criadas pelo cristianismo e pelas invasões nordicas; enquanto d'ele se aproveitava o que constituia um progresso real nas instituições vigentes, e assim se imitava a conduta da Igreja que, muito tempo antes, já havia canonisado o que na obra dos jurisconsultos classicos oferecia mais utilidade pratica para os povos cristãos, atricto algum se levantou. Essa foi a obra do *Fuero Real* e a obra de Jaime I de Aragão, feitas a satisfação de todos. Mas quando, d'esta prudente reserva, se passou ao extremo de querer bulir nas regalias populares; na auctoridade das côrtes; nas isenções do clero; o povo olhou com marcada desconfiança esta tendencia, e, cada vez mais sobresaltado, á medida que os projectos reaes faziam caminho, demonstrando surda hostilidade acabou em aberta insurreição.

Assim, n'alguns pontos, os reis procederam com muita cautela.

Portugal, por exemplo, onde os chanceleres dos principes, singularmente o celeberrimo Julião, industriados no que em França se fazia, começaram já nos primeiros tempos a combater o que desde o imperio visigotico estava nos costumes politicos das populações cristãs [1], mas onde, em verdade, só desde Afonso III se pode assinalar uma corrente, muito debil a

---

[1] Vide Alexandre Herculano: *Historia de Portugal*, reinados de Sancho I, Afonso II e [illegible].

principio, de esforços pelo engrandecimento do poder real, pode servir-nos de modelo para o estudo dos progressos do *cezarismo* no animo dos reis.

Começou ele, e era natural que esse fosse o seu principio, por uma pequena luta contra as isenções e privilegios do poder espiritual representado pelo clero. O cristianismo tinha dado o golpe de morte ao poder omnimodo dos despotas. Afirmando a existencia de um poder superior a todos os outros poderes, meros derivados seus, proclamando que «importa mais obedecer a Deus do que aos homens» e arrancando aos imperadores a soberania espiritual de que até então gosavam, tornará impossivel a existencia de aquele *imperium* que, como caracteristica dos governantes, as leis pagãs preceituavam, e, sendo assim, estava indicado que, procurando-se um retorno ao summo poder que outr'ora sobre as almas e sobre os corpos haviam tido os reis, se iniciasse a batalha atacando a origem do que se conceituava enfraquecimento da soberania.

Em todos os tempos se tinha alcançado esta verdade.

Roma, que tolerava todas as crenças e protegia todas as religiões, só ao cristianismo perseguia porque compreendia que só o cristianismo feria a omnipotencia dos seus imperadores. Hoje ainda, quando tomando por base um darwinismo social, se quer preceituar despotismo fundado na hegemonia de uma aristocracia energica da força e do talento, fundado sobre o esmagamento da colectividade calcada aos pés pelo *super-homem*, só ao cristianismo se considera obstaculo, só á moral cristã se dirigem todos os golpes [1]. Assim, do mesmo modo que Tertuliano

---

[1] Vide: Frederic Nietzsche, *La volonté de puissance* (tradução francesa de Henri Albert), livre deuxième : *Critique des valeurs*

havia dito que um Cezar nunca poderia ser cristão, os reis, quando quizeram ser cezares, compreenderam que, para o conseguir, tinham de desfazer-se ou de adulterar o cristianismo.

N'esse esforço foram empregados, em Portugal e outros paizes, mais de dois seculos. Sem chegar ás consequencias que só muito tempo mais tarde — quasi em nossos dias — atingiram, as doutrinas romano-pagãs, protegidas pelos reis, eram cultivadas com esmero pelas classes intelectuaes. Para as difundir e para arrancar aos mosteiros o monopolio do ensino, fundava-se aqui uma universidade em cujos estatutos era, logo de principio, preterida a teologia [1]. Para lhes dar a primasia era, tanto quanto possivel, posto de parte o direito canonico. Mas não sendo facil destruir por uma vez a forma feudal do governo e de todo fazer olvidar o direito consuetudinario das nacionalidades hispanicas; só nas Côrtes de Coimbra se alcançou verdadeiramente o primeiro triunfo, o que permitiu a implantação do espirito que, presidindo á publicação das Ordenações Afonsinas, se por completo não lança á margem as venerandas e livres tradições do *Fuero Juzgo*, é o primeiro passo para a exposição d'aquelas doutrinas e promulgação d'aquelas leis que, já sob o sceptro da dinastia dos Braganças, fazendo do principe fonte de toda a justiça, arbitro de todas as leis, e proprietario universal dos bens dos subditos [2], lhe davam o terrivel direito de con-

---

supérieurs, cap. II, pag. 152 e seg.; livre quatrième: *Discipline et selection*, cap. IV e V; pag. 243 e seg. e 259 e seg.

[1] Freire de Carvalho: *Ensaio sobre a historia litteraria de Portugal*, pag. 49 e 295.

[2] «São inseparaveis da alta Soberania do Principe — diz a lei portuguêsa de 9 de set. de 1769, no seu § 13 — o poder de regular as disposições dos bens dos vassalos em comum beneficio....»

fiscação das fortunas particulares, a livre disposição, não sujeita a pragmaticas legaes, da liberdade de seus vassalos.

Não foram tão longe, nem podiam ir os inovadores de então. Taes feitos estavam reservados a causas que a seu tempo indicaremos, mas o que então se fazia, como primeiro passo, era bastante para causar toda a perturbação que vimos. Mais tarde, costumados os povos ás grilhetas, poderam suportar maiores injurias; então nem sequer o que não passava de ameaças quizeram sofrer.

Se na Italia e em Flandres se derramava sangue em guerras fratricidas, era em defesa da honrada independencia dos burgos, em prol da dignidade dos cidadãos a quem proceros e reis queriam amesquinhar. Se o Aragão impunha e fazia valer a sua vontade a Pedro o Cerimonioso; se a Catalunha e a Navarra se levantavam contra o pae do desditoso Carlos de Viana; se Castela aplaudia o homicidio praticado por um Trastamara e desauctorisava o irmão de Izabel a *catolica;* e, por fim, se o reinado de D. João II se assinalava em Portugal por cruentissimos feitos; tudo, embora na aparencia podesse prestar-se a interpretações dinasticas ou patrioticas, era originado pela luta dos reis com os *estados*, pela tenacidade do trono nos seus esforços para alcançar incomparavel grandeza, para sobrepor-se a todas as forças vivas da nação, cuja vontade, individual e colectiva, tinha sido até ali tão respeitavel como a d'elrei, esmagando-as com seu peso, aniquilando-as com sua auctoridade.

Ao mesmo tempo e como pouco a pouco, conjuntámente com o *cezarismo*, considerados propriedade do monarca os territorios nacionaes, tinha vindo a natural ambição de os aumentar, não já em conquista aos infieis — que n'isto havia o principio mais nobre

de estender as fronteiras da civilisação e da cristandade e de ganhar almas para Deus — mas em vergonhoso latrocinio feito a irmãos, de ahi as guerras sem fim e sem numero, injustas e inobeis, que este tempo presenciou e que, dividindo entre si a cristandade, permitiram aos turcos estabelecerem-se na Europa, deram lugar aos infieis para virem até ás costas da Italia.

Luta de egoismos, embate de paixões, inominia em tudo... assim foi assassinada, assim acabou a epoca que vira a integral materialisação social e politica dos principios evangelicos.

Assim findou a Idade Media. Entrada a Renascença, os monarcas foram estendendo mais e mais o seu poder. Subindo, subindo, o trono cubriu com sua sombra todas as coisas, e essa sombra foi fatal para tudo; por ela cubertas, languideceram e morreram as liberdades regionaes da peninsula e, conjuntamente com elas, tudo quanto socialmente alcançára o sacrificio dos que demoliram o Imperio: a independencia do poder espiritual, a vida autonoma e a soberania, limitada mas intangivel, dos municipios, corporações, familias e quantos corpos compõem o estado. E se algo ficou do que outr'ora fora, se com o tempo e paulatinamente se não apagou a luz da força libertadora que até então presidira á marcha da civilisação europeia, foi porque — refugiados, nas almas privilegiadas de alguns misticos, os ecos da palavra de Deus — no tumultuar dos desejos imoderados, no referver das ambições, livres do contacto da cupidez, da avareza e do odio, ficaram os germens do desinteresse, da generosidade e da abnegação que, transmitidos aos que depois haviam de vir, tinham de frutificar exuberantes nos tempos em que mais necessarios foram.

A portuguesa Dona Maria da Vida Pobre iniciava

em Toledo essa serie de ascetas que depois vieram e que tão altamente inspiraram os pinceis de Zurbaran e Ribera; nos bosques de Soignes, em Groenendael, perto de Bruxelas. João van Ruysbroeck, o *admiravel*, fundava conjuntamente, com um mosteiro, uma das mais altas escolas de misticismo que tem existido; e estas foram as humildes raizes de tudo quanto de belo produziu depois o que de espirito cristão ficou na terra.

Do exemplo e das obras da modesta mulher que, mortificada e cheia de abnegação, percorria as ruas da antiga capital das Espanhas pedindo, voluntariamente pobre, para os mais pobres que ela, ficou o espirito que, vindos os tempos, havia de inspirar os actos mais belos de outro portuguez: o hospitaleiro São João de Deus, e alguns dos capitulos mais geniaes dos escritos de outra mulher: a sublime Santa Tereza de Jesus [1]. Da vida e producções do solitario de Groenendael, permaneceu, disperso por seus innumeraveis livros, brilhando no *Ornamento das bodas espirituaes*, na *Pedra Scintilante*, no *Livro dos sete castelos*, no *Livro do Tabernaculo espiritual* e no da *Suprema Verdade*, a excelsa doutrina que, saindo da viridente solidão onde fora estudada, e aprendida dos labios do mestre pelos dominicanos Tauler e Suso, bebida em tal fonte por Tomaz Kempis, havia de inspirar, embora combatida por João Gerson, as pennas de Henrique Harphius e do cartuxo Diniz de Ryckel, o *doutor extatico*, e os pinceis dos Van Eyck, Van der Weyden, Van der Goes, Hans Memlinck e Thierry Bouts que, seguindo os passos de João de Bruges, levaram para os quadros e para os tripticos as imagens que o verbo do admiravel Ruys-

[1] O II e III do *Camino de perfeccion.*

broeck, demasiadamente elevado sobre toda a materia, humanamente não descrevia.

E como d'essa escola flamenga tinha de brotar muito do que mais excelente produziram os pintores hispanicos; como essa escola, recolhendo o que já decaía das mãos dos quasi paganisados italianos, não deixou apagar o fogo sacro da pintura mistica com tanto zelo mantida e a tão alto levantada por Giotto e Fra Angelico; como as doutrinas inspiradoras de taes paletas haviam de encontrar seu eco em João da Cruz, Marina de Escobar e Maria de Agreda, os cantores peninsulares dos ardentes misterios da vida sobrenatural; não era só o espirito de liberdade, a essencia do cristianismo e as tradições da Idade Media que se refugiavam, ao lado do fundador do mosteiro do Valle Verde nas florestas belgas, era a espiritualidade, era a arte, era a beleza que procuravam na solidão o refugio que, n'uma epoca materialisada pela Renascença, não encontravam no mundo.

Entretanto, no solo iberico, a Catalunha fiel ás suas leis tradicionaes, cultivando sempre o idioma e a poesia dos trovadores, constante no seu amor a tudo quanto existia de cavaleiroso e livre, presando a sua independencia, idolatrando a sua autonomia, era a ultima cidadela do que já fora, e a unica esperança do que estava para vir.

E, assim, quando a Europa, sobrecolhida pelo pavor ante um mar de sangue e um inferno de lutas, assistia á resurreição do *cezarismo*, algo ficava para a não deixar de todo naufragar.

Ficava o cristianismo e ficava a liberdade. Ficavam as tradições mais puras das primeiras eras cristãs e as tradições mais generosas da melhor Idade Media; Dionisio o *areopagita*, os neo-platonicos cristãos de Alexandria, os Paes da Igreja e os solitarios da Tebaida resurgiam nos discipulos e continuadores

de Ruysbroeck; a independencia dos Estados, as garantias individuaes, a dignidade das classes, a soberania dos povos confiavam-se ao zelo tradicionalista da nobre Catalunha.

E quando, passados seculos de absolutismo e escravidão vergonhosa, esquecida de todo a felicidade de outros tempos, os povos se levantarem contra os reis e na sua ancia de quebrarem as algemas, desorientados não souberam o que devem fazer, ahi estarão essas duas luzes para os guiarem no caminho, ahi estarão esses dois mestres para dizerem aos que, escravisados e embrutecidos, redusidos á condição das maquinas e redusidos á condição dos servos, querèm ser homens e querem ser manumitidos, que não e muito que aspirem á espiritualidade e á liberdade os que outr'ora foram espirituaes e livres!

SEGUNDA PARTE

Unificação peninsular e constituição da Espanha moderna

SEGUNDA PARTE

Unificação peninsular e constituição da Espanha moderna

CAPITULO I

O espirito da Renascença

Com o achado das *Pandectas*, em Amalfi e ulteriores descobrimentos feitos no terreno até ali inexplorado das letras classicas, com os progressos no estudo do grego e do latim, começaram pois a dominar na Europa poderosas correntes de um neo-paganismo avassalador.

A vaidade dos que — extasiados ante a propria obra — desfaleciam de prazer na contemplação de si mesmos e na admiração viciosa e pueril das producções dos que eles, juizes de sua causa, classificavam de «preclaros engenhos», tinha dado lugar a que a maneira de ser da epoca fosse singularmente propicia a taes aberrações.

Havia passado o tempo em que o estudo da filosofia de Aristoteles só servia para robustecer a inteligencia cristã que, certa da *verdade*, não tinha escrupulo em apropriar-se de tudo quanto os povos antigos

— seus irmãos mais velhos — tinham deixado, para com esses restos tornar mais robusto e mais belo o templo do seu Deus.

Agora reinava um orgulhoso desejo de perfeição absoluta em todos os campos da actividade humana, e esta ambição — contraria á sinceridade e humildade de epocas anteriores — levava os homens do seculo XV a despresar radicalmente toda a obra da Idade Media.

Se, dadas estas condições, os restos da antiguidade pagã não tivessem brotado do solo, e das ruinas de Bisancio não houvesse vindo a aluvião de Classicismo que por aquele tempo invadiu o mundo ocidental, a Europa catolica houvera seguido por outros caminhos, muito differentes de certo, mas não, por isso, teriam deixado de ser identicos os resultados.

Tinha-se perdido o conceito da natural incapacidade do homem para alcançar de um modo integral o idealmente belo e o idealmente bom e queria-se-lhe impôr uma tarefa superior ás forças. A comunidade europeia, ensoberbecida com os resultados de tanto esforço, orgulhosa com os triunfos alcançados contra a barbaria e a incultura, julgava-se omnipotente, e cega pela insania, intentava a construcção de alta torre que chegasse ao ceu, obra de deuses que não de homens.

Esta foi a causa da sua desgraça.

Os que até ali tinham tido um só espirito e um só ideal, viram-se dispersos sobre a terra, divididos em tantas escolas quantas as de aqueles que em sua loucura pretendiam alcançar a perfeição.

A ingenuidade e a singelesa medieval, foram escarnecidas e despresadas. Áqueles orgulhosos não lhes bastava a boa fé do que, cheio de humildade mas confiando na Providencia, trabalha para faser bem. Não lhes parecia bastante refinada a conducta do ar-

tista que se coloca diante da naturesa para a copiar e a estudar tal como ela é, ou tal como a vê. Afigurava-se-lhes mesquinha a ardente piedade e cristã modestia do que ante a tela ou o papel, com a penna ou com o buril, só se ocupa de fazer notar o que á alma importa: a doçura das virgens, a mansidão dos martires, a ferocidade e brutalidade dos algozes ou a mistica chama dos ascetas, sem pensar pouco nem muito na propria fama, sem se propôr outra coisa mais do que despertar a devoção n'aqueles para quem escreve ou para quem pinta, e desejosos já de alcançar um fim estetico que eles proprios haviam concebido, já preocupados mais com o proprio interesse que com os efeitos espirituaes de suas obras, incluiram n'um mesmo desdem as producções de Santucci e Donatello, de Dante e São Francisco, de Afonso o *sabio* e dos trovadores provençaes, de São Bernardo e Alberto Magno, de Lucca della Robia e Botticelli, para dizer como sempre tem dito e continuarão dizendo os vaidosos: «o mundo começa agora a abrir os olhos! graças ao nosso esforço o genero humano sae da juventude, entra na virilidade!»

E o paganismo apoderou-se das almas....

Se a antiguidade classica não se houvesse revelado á Europa, não podendo os homens da primeira Renascença dispôr todos os dias de um Ghiberti e de um Verocchio—para escolher os exemplos só de entre as artes plasticas—que mantivessem a tecnica no elevado grau de perfeição que tinha sabido alcançar, e não podendo ao mesmo tempo, pois a natureza humana o não permite, dividir igualmente seus esforços e sua atenção pelo material e pelo espiritual, teriam caído n'um gongorismo, n'uma afectação pretenciosa, beco sem saida que a decadencia das escolas goticas claramente prenunciava. Mas, como o classicismo apareceu, encontraram já feito, ou julgaram

encontrar, o ideal de perfectibilidade que perseguiam, e convencionando entre todos que no grego e no romano estava o *non plus ultra* da beleza, comparando o Partenon com as catedraes e a obra de Fidias com as dos modestos mas geniaes entalhadores de Toledo e Amiens, deram a palma da vitoria aos primeiros, classificaram barbaros os segundos, renegaram de toda a obra do cristianismo, notaram que a especie humana havia seculos que falava ingramaticalmente porque não falava como Cicero, e acabaram por a declarar em estado selvagem posto que povos cristãos onde a descentralisação reconhecia a todos os corpos sociaes a limitada soberania a que tem direito, se regiam pelo *Fuero Juzgo* e seus derivados e não pelo Codigo Justiniano e similares.

E assim começou a reacção pagã que hoje está dando seus ultimos fructos. Assim começou o movimento neo-classico que, lançando as letras nos arrebiques de Hermolao Barbaro dirigindo-se a Pico de Mirandula para lhe dizer «*o praeclarum et plane divinum ingenium tuum, Pice, qui cum optima sint ea quae tu scribis ita tamem exprimas et effingas aliena, quae sunt optima*», lança os costumes n'aquele desregramento contra o qual protestou desde a catedra de Florença o tão generoso como infeliz Savonarola.

A Renascença veio porque chegada uma ordem de ideias a um grao de perfeição relativamente grande, ou tem de estiolar-se na inercia ou de lançar-se o homem á conquista de novos horisontes, mas podendo e devendo ser um movimento inovador foi um movimento maculado pelo pecado original d'um espirito de plagio deixando-se arrastar a excessos que era preferivel não haverem existido, mas que, dados os homens que o capitaneavam, tinham forçosamente de consumar-se.

Os primeiros actos tiveram por campo as esferas

da arte e das letras, e assim poude enganar os menos clarividentes, mas uma vez admitido o espirito, sua influencia tinha que fazer-se notar em todas as esferas, ainda que não em todas com igual rapidez e não em todas as partes com igual força.

Aquela corrente que inspirava pintores e escultores nas obras do paganismo, e, em rapida evolução, se precipitou, do simples desejo de dar á forma a devida importancia, no excesso de a apresentar de um modo brutal, pela antiguidade pagã — excepção feita de algumas obras não artisticas de Pompeia — nunca atingido, devia necessariamente passar para as outras manifestação da atividade humana, colocar as inteligencias e as consciencias em estado de a poderem apreciar, arrancar aos timidos os escrupulos que as paredes da Sixtina lhes produsissem ainda, e esta foi a obra dos filosofos desde então até nossos dias.

A miopia de aqueles que, extasiados ante as Ninfas, no marmore talhadas pelo genio grego, e ante os Faunos, cinzelados nos altos-relevos dos porticos, não viam em taes obras outra coisa alem da perfeição das formas, sem querer vêr quanta espiritualidade, quanta religiosa admiração pela natureza — obra do Criador — se revela em taes producções, passa para o intelecto de Bacon de Verulam a induzi-lo no erro de antepôr o metodo experimental aos metodos inductivo e deductivo da razão. Passa para Hobbes e para Locke e arrasta-os á criação do utilitarismo na moral e do materialismo empirico na psicologia, e, concluido o trabalho d'este triumvirato, aparece Condilhac com o seu ridicalismo, lança Descartes — sem o pretender — o germen de um sceptismo, depois aperfeiçoado por Kant, e d'este modo o espirito da Renascença, material e materialisador, domina as consciencias.

Assim se inaugura esta epoca, grosseiramente epicurista, em que o *util* é o fim de todo o esforço, a *aproveitabilidade* a norma de todas as acções. Assim caem os povos europeus na crise anti-estetica dos edificios quadrados e monotonamente simetricos, dos templos sem religiosidade e das altas chaminés de ladrilho. Assim brilha o orgulho, por fim, com todo o seu fosforico fulgor, nos dignos emulos do incomparavel demagogo, pelo ironico Flaubert retratado em *Madame Bovary*, declarando a toda a hora que só creem no testemunho dos sentidos e crêndo, a seu pezar, nos movimentos da Terra, certeza matematica tão contraria a esse testemunho...

Consequencia necessaria da ineludivel lei que rege os destinos humanos e que obriga o homem, dentro do transitorio, procurando sempre, procurando constantemente, com ancia nunca satisfeita, a *beleza* e a *verdade*, a tomar por novos caminhos que o conduzam a novos pontos de vista, a Renascença só se fez sentir em toda a sua pujança nos pontos onde o gotico, o medieval, tendo chegado ao mais elevado cume, aborrecia os espiritos e lhes fazia sentir a sede da novidade. Onde isto não succedia, onde — por menos refinada — a sociedade ainda não se queimava no padecimento insofrivel, na sensação insuportavel de haver alcançado as ultimas consequencias de um principio, na Espanha por exemplo, o neoclassicismo entrou, posto que era essa a corrente dominante na Europa, mas encontrando ainda muito robusto o que desejava substituir, resignou-se a adaptar-se a ele, e — sem impedir o desenvolvimento de suas formulas — a prestar-lhe a sua seiva, o que de melhor tinha, cubrindo com o ouro de suas tintas o velho fundo que encontrava: a originalidade, a expontaneidade que não possuia.

Só em politica a Renascença teve integral aplica-

ção na peninsula. A anarquia dos reinados de Henrique IV de Castela e de João II de Aragão, fazendo sentir aos povos a necessidade da ferrea disciplina do governo de Fernando e Izabel, preparou o caminho para o total estabelecimento de todas as formulas do Direito Romano, pouco a pouco impostas ás nacionalidades ibericas com todo o cortejo de consequencias centralisadoras e liberticidas.

No resto, a nossa tradicional maneira de ser seguiu natural evolução até fins do seculo XVII. O espirito christão, tão arraigado n'esta terra de Espanha, contrabalançou os esforços dos neo-pagãos e floresceu nas façanhas dos guerreiros e nas visões dos misticos. Os espanhoes, Santa Tereza de Jesus, São João da Cruz, João de Avila, Luiz de la Puente, Baltasar Alvarez, e os portuguesea: Fr. Manuel Bernardes e Fr. Tomé de Jesus, com seus escritos inimitaveis e altissima doutrina, existiram aqui em plena Renascença, como na Idade Media, Gregorio Magno, Ricardo de São-Victor, Santa Hildegarda, Henrique de Palma, Rodolfo de Bibrach, Santa Gertrudes e Santa Mechtilde de Hackeborn haviam existido n'outros pontos. Morales, Ribera e Murillo alcançaram, talvez com maior perfeição, o alto grau de espiritualidade de Cimabue, Lucas Kranach e Mathaeus Grünewald. E assim como os ornatos neo-classicos, aplicados ás formas goticas, poderam dar em Portugal, as maravilhas da arquitectura manuelina, o neo-paganismo artistico, neutralisado em Espanha por um meio absoluta e radicalmente catolico, poude ostentar-se e ostentou-se, em efeito, nos admiraveis Cristos crucificados de Montañes, sem que reminiscencia alguma dos deuzes do Olympo, qual sucede ao proprio Rafael, viesse adulterar a inspiração do pintor.

Mas se na peninsula sucedeu isto; se a Renascença, coincide com os tempos de maior poder — se-

não de maior gloria — das nações ibericas ocidentaes; se com ela viveram Granada e Luiz de Leão, Calderon e Cervantes; se ela deu ás letras castelhanas Hurtado de Mendoza e Francisco Manuel de Mello, os Tacitos peninsulares; se com ela brilharam nas universidades os Arias Barboza, os Marine Siculo, os Nebrija e os Vives; se Dona Lucia Mendrano e Dona Francisca de Nebrija, cultivando as letras latinas segundo o espirito da epoca e explicando os classicos dos tempos de Augusto nas catedras, que honraram, de Salamanca e Alcalá de Henares, mostraram quanto pode a inteligencia da mulher espanhola; e se tudo isto poude existir sem vir acompanhado da vertigem que precipitou no abismo outras nações, naufragadas na corrupção dos seculos XVI e XVII, á ardente fé de nossos antepassados se deve, á tradição de oito seculos de luta em prol da Cruz, ao enraizado que em peitos hispanicos se encontrava a maneira de ser catolico-medieval, e, nem por isso, deixa de ser certo que o movimento do *cinque-cento* — como lhe chamaram os italianos — artificial e artificioso, fosse uma reacção pagã, funestissima para o mundo.

Ele e só ele; cortando os laços da moral; pondo Petronio e Longo nas mãos dos poderosos; soprando um tufão de sensualismo pela Europa; ostentando a nudez insolente nos quadros e nas estatuas, e resurgindo a *amoralidade* no seio da sociedade cristã; poude preparar e conceber, materialisando o seu esforço, um Henrique VIII e seus corruptos aulicos.

Ele e só ele, fechando as portas á fantasia; condenando a arte ao oficio de arqueologo; estabelecendo a lei ferrea da simetria para todas as producções artisticas; impondo canones a todas as individualidades; matando e afogando em flôr muitos talentos, e talvez alguns genios, com a imposição arbi-

traria de uma erudição anti-estetica; burocratisando a arte, deu lugar ao mau gosto moderno, a epoca sombria dos plagios arquitectonicos, da fantasia acorrentada ao dogmatismo e da indumentaria uniforme.

Ele e só ele, destruindo a obra libertadora do cristianismo e opondo-lhe as formulas pagãs, antepondo a materia ao espirito e divinisando a carne, preparou a tirania que, imposta em nome de um desposta ou em nome da multidão, sofrem os povos modernos.

Ele e só ele, por fim, arrancou Christo do trono que ocupava no seio das nações e por isso mesmo, só contra ele, quando a obra parecia estar completa, quando em certos povos os mosteiros eram focos de corrupção e, n'outros, o clero, almiscarado e afeminado, fazia a côrte ás prostitutas dos reis, quando Voltaire, rindo seus sarcasmos, podia dizer: *Le bon Dieu pour la canaille!* e já se escutava o estrondo das multidões em marcha preparando a tempestade que havia de colocar uma meretriz, simbolisando a Razão, sobre os altares das velhas catedraes saqueadas, se fez ouvir n'uma cela gelida de um cenobio de França a voz misteriosa de uma visão sobrenatural pronunciando ante uma mulher extatica a mistica profecia: *Reinarei!*

E, contudo, em seu principio, a Renascença apresentando-se como renovação artistica poude enganar até os que o dirigiam e protegiam. Nem os iniciadores de tal movimento podiam prever as consequencias do incendio que por suas mãos ateavam e só a clarividencia de um iluminado, o olfato singular de um homem como o prior de São Marcos de Florença, era suficiente para sentir tudo o que de anti-cristão havia n'aquele neo-paganismo literario que Pico de Mirandula e Lourenço de Medicis, homens piedosos, propagavam e aperfeiçoavam.

E nem sequer, quando posto á sua frente, nas ar-

tes plasticas, uma actividade de gigante, qual a de Miguel Angelo, estes principios desenvolveram as suas consequencias até á brutalidade até o indisivel, nem mesmo então a verdade se fez nos espiritos. Certos nus chocaram o animo dos Papas, mas isto foi tudo.

Não houve quem compreendesse que a chamada Renascença era, *em tudo*, uma reacção contra a Idade Media. Uma reacção contra a sua arte, uma reacção contra a sua literatura, uma reacção contra a sua filosofia e uma reacção contra a sua religião, reacção que, se em todos estes campos, não atingia logo as ultimas consequencias, é porque na arte, indagação do belo, o ideal encontra-se mais facilmente do que na ciencia e na filosofia, mas, uma vez encontrado, faz sentir a sua acção reflexa em todas as esferas da actividade humana, de tal modo que, negados praticamente, em estatuas ou em quadros, os principios fundamentaes da moralidade e do pudor cristão, não é facil nem sequer natural, que taes principios sejam respeitados na teoria e que, chegados os tempos, não apareça um Oscar Wilde a pôr epilogo ao desenvolvimento de uma ideia e de uma escola, dizendo: «*não ha obras moraes nem obras imoraes, ha obras bem feitas ou mal feitas e isto é tudo*».

O culto da forma e o amor da materia, essencia da Renascença e negação pratica da espiritualidade cristã, tinha necessariamente de conduzir a este termo. E assim, enquanto a arte *renascente*, nascendo perfeita e caindo, *ipso facto*, n'uma decadencia imediata, seguia dentro d'ela o ciclo da sua evolução e, sempre com o mesmo espirito de perfeição pretenciosa e de materialidade [illegible], recorria ás estações [illegible] do [illegible] e do [illegible], para ir, desde São Pedro de Roma até a [illegible] pagã

Magdalena de Paris, e desde Rafael até David e até Ingres; as letras, partindo da novela picaresca, italiana ou espanhola, e da nimiamente infantil, mas radicalmente voluptuosa, novela pastoril, seguiam o seu caminho até á nobreza, hieratica e fria, como artificial que era, dos *Iambos* de André Chenier, até a graça senhoril, nem sempre sã, de D. João Valera, até o preciosismo artificioso dos parnasianos e a grosseria por vezes repelente de Zolá e Catule Mendès.

Ao mesmo tempo; como todo este movimento estava saturado do optimismo visionario do homem que, por haver conseguido, com Miguel Angelo, arrojar gigantesca cupula a inverosimil altura e, com Velazquez, transportar a natureza para as telas e pintar a verdade, se supunha omnipotente e senhor do universo; o orgulho dominou os espiritos, inchou as vaidades, e levou a sociedade europeia a dar uma orientação filosofica radicalmente nova ao sentido da vida, a negar a necessidade do sofrimento, a revoltarse contra a dôr, querendo redimir-se de um jugo que a especie humana acatou sempre e que em todos os tempos procurou explicar, dando até a essa interpretação lugar preferente em todas as suas teogonias.

E assim, ao mesmo tempo que se construiam palacios ostentosos para os grandes da terra, moradas onde, como diz John Ruskin, [1] «todos os prazeres fisicos haviam sido previstos: onde os terraços e as grutas dos jardins, as fontes ejaculantes e os retiros umbrosos convidavam ao somno; onde os vastos salões e os extensos corredores serviam de refugio contra o calor; as janelas bem fechadas e as tapeçarias abrigavam do frio, e a vista se recreava no colorido suave dos frescos ornando esses tetos e essas paredes

---

[1] *Stones of Venize*, cap. VII.

em que estavam representados os ultimos episodíos da luxuria pagã», cá fora, na rua, passado o tempo «em que o chão nas residencias dos reis estava cuberto de juncos e em que as tapeçarias, na grande sala do barão, eram levantadas pelo vento», o povo, sentindo-se cada vez mais distanciado das classes privilegiadas e tomando d'elas a convicção, que praticamente lhe inculcavam, da possibilidade de uma existencia completamente liberta de padecimento, de trabalho e de esforço, exigiam a realisação d'esse ideal sibaritico sem precedentes na historia do mundo, «fazendo ouvir a unisono um rumor de mau agoiro, que havia de explodir finalmente como um trovão, precisamente — faz ainda notar o douto catedratico de Oxford [1] — no meio das paredes pintadas e das fontes escumantes onde a sensualidade da Renascença atingira, na Europa, o seu paroxismo; pois em Versailles foi onde se ouviu esse grito tão digno de piedade na sua colera e na sua indignação: «a nossa alma está repleta das exprobações desdenhosas do rico e do odio desprezador do orgulhoso!»

E a Renascença que começára por traser á Europa o epicurismo enervante dos antigos povos e das civilisações orientaes; a Renascença que, aproveitando os recursos acumulados por um trabalho de muitos seculos, rodeára os poderosos com todos os requintes de esse luxo que sociedades mais cheias de fé haviam sempre reservado unicamente para Deus; a Renascença que, isolando o rico, o deshumanisou e, desesperando o pobre com insaciavel sede de prazeres, o embruteceu, foi a causa primaria d'essa terrivel *questão social* cujos problemas espantosos hoje se debatem.

---

[1] *Stones of Venize*, idem, idem.

CAPITULO II

A centralisação do governo

Importado para a Europa ocidental o cenaculo de sofistas bisantinos que a espada de Mahomet dispersára, a sua influencia — nula entre as povoações semibarbaras do oriente — exerceu-se prepotente nas nações catolicas.

Se até então, como já vimos, o estudo da obra classica se não fazia sem perigos para a mentalidade cristã, de ali em diante será a passos agigantados que os povos se precipitarão na antitese do que antes haviam sido.

Encontrando entre os latinos um terreno optimamente disposto para receber todo e qualquer germen de classicismo, foi facil obra para os intelectuaes do imperio grego, a pezar de todos os seus defeitos, cumprirem a missão de paganisadores de que estavam incumbidos.

Scepticos, epicuristas e vivendo vida artificiosa no passado, procurando resuscitar os costumes do que para sempre já se havia ido, do que o cristianismo destruira, os retoricos da velha Bisancio, herdeiros de aquela maneira de ser *sui generis* da Grecia decadente que já os romanos tanto despresavam nos primeiros tempos do imperio, tinham vicios de sobra para desagradar aos espiritos integralmente formados na cultura cristã, como desagradado haviam em outros tempos aqueles embaixadores que os magnates germanicos enviavam ás margens do Bosforo e que de lá voltavam, inojados de tanta afeminação e decadencia, para lavrar o seu protesto veemente e honrado nos curiosissimos relatorios que de taes embaixadas apresentavam a seus senhores e legaram

á posteridade, mas, cegos os espiritos pela miragem de uma beleza fantasiosamente outorgada a uma epoca que só por vestigios se reconstituia, este facto que inevitavelmente se houvera dado dois seculos antes — n'um periodo de incontestavel superioridade de cultura — não se deu então.

O mundo ocidental anciava gulosamente tudo quanto tivesse o cunho do paganismo, e eles apresentando-se-lhe, como realmente eram, quaes representantes de uma civilisação onde a sequencia romana, ligando Augusto a Juliano e este ao ultimo Constantino, nunca se tinha interrompido, satisfaziam plenamente os anhelos de uma sociedade esperando o mentor que a dirigisse seguramente pelos caminhos mais breves de um retorno á cultura dos Cezares.

Tudo quanto de seus labios sahia era dogma. Senhores dos segredos da impecabilidade da forma, que os latinos por longos seculos julgaram haver perdido, só eles podiam seduzir, com as suas perfeitas imitações prosodicas da obra classica, aqueles que, postos os olhos em Virgilio, Ovidio e Homero, em nada se dignavam pousar a vista que não tivesse as formas literarias da antiguidade, e que, satisfeita esta condição, tudo admitiam como tal de ser envolto em brilhantes roupagens. Assim só eles se poderem constituir em dirigentes da inteligencia do seculo XV.

O que fosse essa direção todos os sabem. O aristotelismo e o platonismo, não o que cristianisára Tomaz de Aquino e o que haviam purificado sob as aguas lustraes do batismo os primeiros Padres da Igreja; mas o aristotelismo em toda a sua nudez, com a apologia da escravidão e dos despostas, e o platonismo nem sequer expurgado dos ditirambos ao amor unisexual, foram propostos á admiração das multidões e reinaram sem peias em Padua, em Bolonha e na côrte dos Medicis. A garruleria literaria apoderou-se

dos talentos que se estiolavam preocupando-se mais com a forma correcta do que com a ideia que queriam expressar, matando em seu espirito, pelo excesso de imitação, toda a originalidade, até ao ponto de, como diz Cezar Cantu, não haver n'eles «nem um lampejo de genio, nem um verdadeiro rasgo de eloquencia quer para chorar as desventuras da epoca, quer para enaltecer dignamente a nova civilisação». E, o que é o peor de tudo, totalmente desprezados por incorretos, por faltos de aticismo, todos os escritores que a Igreja criára em seu seio, de todo se perdeu por algum tempo o fruto de mil annos de trabalho, o que havia constituido um verdadeiro progresso sobre a civilisação pagã; a começar pelas admiraveis paginas de S. Agostinho sobre os direitos do homem; a acabar nos excelentes tratados de S. Tomaz sobre a constituição das sociedades e deveres dos reis.

Em vão um dos verdadeiros e indiscutiveis talentos da epoca, Pico de Mirandula, insurgindo-se contra Hermolao Barbaro que classificava de rudes, sordidos e incultos aos escolasticos, exclama: «*Perdiderim ego, inquam, apud Thomam, Joannem Scotum, apud Albertum, meliores annos, tantas vigilias, quibus potuerim in bonis litteris fortasse nonnihil esse?!*» — Terei eu perdido no estudo de Tomaz, de Scoto e de Alberto Magno os melhores annos, tantas vigilias que dedicadas ás belas letras poderiam talvez dar-me prestigio?! — Em vão, exercendo toda a auctoridade que seu adversario lhe reconhecia, lhe afirma que «a celebridade se não alcança nas escolas dos gramaticos, mas onde se reunem os filosofos, onde estão os sabios que não discutem nem se ocupam da mãe Andromaca, dos filhos de Niobe ou outras futilidades como estas, mas das causas do divino e do

---

[1] Cantu, *Hist. Univ.* — epoca XIII, cap. XXXI.

humano». [1] De nada valeram as alegações do homem que, ao lado de Erasmo e de Luiz Vives, constituia uma legitima gloria do seu tempo. Quando muito consegue que Hermolao lhe responda: «*Barbaros contra Barbarum defendis*». Passada esta polemica, a Renascença segue a sua marcha, caminho da tirania, caminho do paganismo.

Policiano, um dos retoricos, o mesmo que escrevia a Cassandra Fidel, filosofa e literata veneziana, para lhe dizer que ela, com seu averroismo, estava ao par das Musas, Sibilas e Picias, valendo tanto como as socraticas Diotima e Aspasia, tanto como as helenicas Telesila, Corina, Safo, Anyte, Erinna, Prexina e Cleobolina e mais do que as filhas de Lelio e Hortensio, mais do que Cornelia, a mãe dos Gracos, dirigia-se a Lourenço de Medicis para se lamentar de que a seu filho João — que depois foi o pontifice Leão x — lhe desse a mãe a ler os Salmos em vez de outras obras *mais puras*...

E assim, de regressão em regressão ás epocas anteriores ao cristianismo, chegaremos a vêr estes homens a quem o latim e o grego enlouqueciam, trocando os seus nomes italianos por nomes romanos; celebrando cruentos holocaustos nos bosques; sacrificando bodes nas aras restauradas dos altares de Pan; professando declaradamente doutrinas teurgicas [2]; e dedicando os templos recem-construidos, como faz notar John Ruskin [3], não a este ou áquele santo —

---

[1] *Viximus celebres o Hermolae, et post hac vivemus, non in scholis grammaticorum et paedagogiis, sed in philosophorum coronis, in conventibus sapientum, ubi non de matre Andromacha, non de Niobes filiis, atque id genus levibus nugis, sed de humanarum divinarunque rationibus agitur et disputatur.*

[2] Cantu, *Hist. Un.*, ep. XIII, cap. XXI; e Guicciardini, *L'Histoire d'Italie.*

[3] Ruskin, *Stones of Venize*, cap. X.

como é natural tratando-se de igrejas cristãs — mas á memoria de tal ou qual vulto historico; adornando as fachadas das casas de Deus, não com simbolos religiosos, mas, qual sucede em Veneza, na igreja de «*Santa Maria Fermosa*», com a estatua do almirante Vincenzo Capello, «colocada exactamente no lugar que em São Marcos ocupa a imagem do Cristo», ou, qual se pode ver em «*Santa Maria Zobenigo*», com musculosos anjos «encarregados, por meio de suas trombetas, de levar até ao ceu a fama da familia Barbaro, da qual todos os membros estão representados na igreja, no meio de trofeos militares copiados das armas romanas.»

Vaidade, ambição, ostentação e orgulho ocupou por toda a parte o lugar da humildade, modestia, caridade, desinteresse e outras virtudes cristãs que haviam resplandecido nos tempos anteriores e, revendo-se na sociedade a soma de defeitos e vicios individuaes, em breve as mais baixas paixões caracterisaram uma epoca inaugurada sob os auspicios de tão repugnantissima figura como a do rei de França Luiz XI, e, n'este lodaçal de vergonhas onde só sobresaiam aqueles que, tendo a força de seu lado, podiam pela violencia ou pela astucia erguer-se sobre os corpos calcados de seus semelhantes, rapidamente o trono se levantou sobre tudo quanto até ali havia independentemente existido.

A Espanha não se furtou de todo a este movimento. Até á peninsula, em cuja historia literaria e artistica figuram os nomes helenicos, por mais de um conceito respeitaveis, de Demetrio Ducas de Creta, o auxiliar do Cardeal Cisneros na publicação da primeira Biblia poliglota, e Domenico Theotocopuli, o pintor que em telas imorredouras nos deixou gravada, juntamente com o sentimento religioso da Iberia, a vera efigie dos principaes comparsas da epopeia de

Carlos v, chegaram tambem alguns dos representantes da cultura artificiosa, nem sempre rejeitavel, da velha Bisancio, mas mais do que pela acção directa d'estes exilados que em territorio hispanico procuraram refugio, — e que, adaptando-se ao meio, d'ele receberam muito mais do que deram — foi pela acção reflexa da pressão por outros exercida no resto da Europa, que as consequencias da conquista de Constantinopla se fizeram sentir na patria de Fernando e Izabel.

Já vimos que, por ser epoca de transição, foram calamitosos os ultimos tempos do reinado de Henrique IV de Castela.

Jogava-se a ultima partida decisiva entre a agonisante Idade Media e a incipiente Renascença, e o espirito de aquela opunha-se ao de esta em convulsivo esforço: simpaticamente no Aragão onde a favor do principe de Viana se levantava a bandeira das liberdades nacionaes de Catalunha e Navarra, quasi repulsivamente em Castela onde, contra os ultimos representantes da dinastia que a punhaladas alcançara o trono, se conjuravam somente interesses pouco nobres, odios pessoaes, intrigas vis.

O rancor dos grandes ia, como já indicamos, até o extremo de penetrar os segredos da alcova real para atribuir a Beltrão de la Cueva a paternidade da filha da mulher do quarto Henrique, e crescendo em ousadia á medida que no soberano aumentava a fraqueza de animo, atingia desaforo nunca visto colocando em Avila, sobre a cabeça do principe D. Alonso, a coroa real arrancada a uma estatua del rei, e derribando entre doestos, a voz de um pregoeiro, a regia efigie previamente desataviada de manto, cetro, esporas e todas as insignias da realesa e da qualidade de cavaleiro.

Pouco faltou para que, qual na Inglaterra, a no-

breza e o povo, aliados, vencessem o rei impondo-lhe a sua vontade representada pelas Côrtes.

Se assim houvesse sucedido é provavel que, como na parlamentaria Albion, os dois braços, o aristocrata e o popular, tivessem tomado tal desenvolvimento que em nada menos que duas Camaras, se quisessem constituir; mas, com esta ou aquela forma, com mais ou menos originalidade, o espirito da Idade Media, sempre como na Grã-Bretanha, houvera subsistido, e isto foi o que se não deu.

Era demasiado tarde para isso. De longa data vinham-se notando infiltrações cezaristas no espirito peninsular e se as tentativas brutaes, qual a de Pedro o *cruel*, para estabelecer a monarquia absoluta na Espanha, fazendo tábua rasa de todos os previlegios e prerogativas populares, não tinham dado, por prematuras, o resultado apetecido, provocando pelo contrario saudaveis reacções, não é menos certo que tudo se encaminhava para uma apoteose do *Digesto* a substituir o *Liber Judicum*, e que, tendo servido as *Sete Partidas* de Afonso o *sabio* e as *Leis* de Jaime I de Aragão como de ponto intermedio entre a legislação tradicional e aquela que os juristas sonhavam restaurar, proximos deviam estar os tempos em que ás tão inumeraveis como prudentes restrições postas pelo espirito do cristianismo á auctoridade real se opozessem essas maximas romanas que, dando á vontade dos principes a força de leis, criaram no mundo moderno a angustiosa incerteza dos povos europeus dependentes e á mercê quer do capricho de monarcas que, legalmente omnipotentes, se dizem materialisação do Estado, quer das veleidades de parlamentos que, como o inglez, tendo auctoridade para legislar sobre tudo, só não podem fazer, segundo a formula tradicional, ... «*que um homem seja uma mulher*».

Os esforços de aqueles que na Castela e no Ara-

gão trabalhavam pelo triunfo da causa que constituiu, em Portugal, a razão de ser da vida de João das Regras, só esperavam que suas aspirações se materialisassem n'uma vontade de ferro ocupando o trono e isto foi o que se deu com a irmã de Henrique IV.

Izabel de Castela, princesa cheia de ideias mui rigidas sobre a extensão da auctoridade real, encarnação dos antigos preconceitos de alguns monarcas castelhanos agravados pelas renascentes ideias e teorias absolutistas, foi, ao mesmo tempo que a executora dos desejos dos cultores da jurisprudencia romana, o dique oposto aos designios do clero, da nobreza e do povo sublevados em defeza de seculares previlegios; o obstaculo impeditivo da logica conclusão, que dadas estas sublevações, os factos preludiavam.

Senhora de excelsas virtudes, de inteligencia superior e ilustração vasta qual convinha a uma discipula d'aquele veneravel Nebrija a quem Erasmo chamou o Nestor dos gramaticos, a esposa de Fernando de Aragão, com tão grandes atractivos pessoaes, parecia escolhida, exactamente como D. João I de Portugal, para — graças ao seu prestigio — tornar mais suave, menos sensivel, a implantação da monarquia absoluta.

Eleita, de igual modo que o Mestre de Aviz, pela vontade nacional, estava destinada a dar a essa mesma vontade o golpe de graça; escolhida pela rebelião, a ela havia de caber em sorte a missão de implantar para muitos seculos a disciplina em Espanha.

Quando, pela morte de D. Alonso, os nobres e o povo, tudo quanto era rebelde, procurou alguem cuja dignidade se podesse opôr á d'el-rei, e á falta de um homem, lançou mão de Izabel, esta, prestando-se a uma aventura que lhe assegurava a coroa, não deixou

repetir em sua presença as scenas afrontosas de Avila — a sua dignidade de futura rainha não o consentia — mas fazendo-se proclamar unica e legitima herdeira do trono, em detrimento d'aquela a quem os castelhanos chamaram *Joana la beltraneja*, poude alcançar o poder que lhe havia de servir precisamente para destruir o de aqueles que a taes alturas a tinham levantado [1].

Estava escrito, sem duvida, que nos paizes latinos o *braço del rei*, como lhe chama Zurita, se havia de erguer omnimodo sobre todos os outros, e assim foi. Em Espanha e Portugal, como na França, o trono levantava-se gradualmente sobre a nação á medida que avançava a Renascença.

Com este poder, suavisado em grande parte pelas incontestaveis virtudes, qualidades e dotes de espirito dos principaes vultos das dinastias *joanina* e *austriaca*, que então reinaram sobre Portugal e Espanha, coincidiram muitas glorias; tornado toleravel pelo paternal afecto de alguns reis e pela empreendedora actividade de todos, envolveu-o um esplendor que ofusca, uma aureola que deslumbra; mas, quando esse deslumbramento passou, quando esse esplendor desapareceu, quando feneceu essa gloria, e de toda a apoteose só ficou o absolutismo de reis, *grandes ao modo dos poços que quanto mais terra lhes tiram maiores são;* quando, perdida a posição privilegiada a que a nação, juntamente com o trono, havia chegado, só restou o orgulho de monarcas tanto mais exigentes de veneração quanto menos dignos eram

---

[1] Vide: Antonio de la Escosura y Hervia, *Juicio critico del feudalismo en España*, pag. 40, 53, 72, 80, 90 e notas d'estas pag. — Prescott, *History of the Reign of Ferdinand and Izabella*, vol. II. — Lafuente, *Hist. gen. de España*, tom. IX.

união a Castela, viu-se logo, uma vez feita essa junccção, até que ponto, n'um futuro mais ou menos proximo, estavam irremediavelmente votadas á morte as suas instituições admiraveis.

Transportado o trono para uma região onde as formulas democraticas não tinham nem a preponderancia nem a força que caracterisavam as regiões do levante e as do norte, era facil que os reis se costumassem, ante o espectaculo da submissão castelhana, a ver com maus olhos a arrogancia aragonesa, catalã ou navarra e isso foi o que sucedeu.

Enquanto não chega o tempo em que a baixa adulação palaciana inventa na ante-camara dos reis o depreciativo epiteto de *coronilla* para designar a corôa de Aragão, já Izabel, insurgindo-se e irritando-se contra a forma que os subditos de seu marido tinham de se lhe dirigir, manifesta qual a atmosfera que se respirava nos alcazares de Valladolid.

Ao mesmo tempo, lançada difinitivamente a Espanha na sua grande obra de politica externa; cheia a Europa com a fama de Gonçalo de Cordova; quasi conquistada a Italia; iniciada pelo cardeal Cisneros a malograda empreza de expanção ao norte d'Africa; recem descoberta a America e regados abundantemente com sangue espanhol os campos do Mexico e as montanhas do Peru; tudo se volveu, nos reinos submetidos a Fernando e Izabel, sonhos de gloria e ancias de combate; a embriaguez militar estonteou todas as cabeças e, por tal forma o fez, que durante a vertigem quasi ninguem se lembrou de exigir o regular cumprimento das regalias populares, e, passada ela, viu-se que durante um periodo de dezeseis annos (de 1482 a 1498) não se tinham convocado por uma só vez as Côrtes, e que, durante reinado tão grande qual foi o dos Monarcas Catolicos, enquanto Castela, centro da soberania, tinha podido ver reu-

de 1475, pelo rei de França Luiz XI o titulo de rei de Castela, o soberano portuguez representava o ideal que Filipe II havia de tornar efectivo.

No tumultuar das paixões de uma epoca em que a ambição desmedida dos soberanos encontrava sua sintese no *Principe* que Machiavel dedicava a um Medicis para, com um cinismo que chega a ser ingenuidade, lhe ensinar todas as manigancias, crimes e estratagemas de que se podem servir os poderosos para alcançar o engrandecimento material de seus Estados, appareciam mesquinhas e ridiculas as antigas virtudes civicas que, na Espanha como na Italia, haviam servido para fortalecer e dar prosperidade ás pequenas comunidades nacionaes.

E incompativel uma politica imperialista com a existencia simultanea das mil prerogativas regionaes, locaes e individuaes dos que, instrumentos necessarios de designios ambiciosos, tem de servir *perinde ac cadaver* nas mãos de quem os rege, como poderiam reis que, a exemplo de Afonso V de Aragão, liam os *Comentarios* de Julio Cezar, meditavam a prosa de Plutarco e sonhavam imitar os altos feitos de Alexandre, ter tempo para se dedicar ao estudo dos enrevesados e goticos textos dos *Foraes* de todos e cada um dos seus subditos, quando, precisamente, ocupavam sua mente projectos ambiciosos de escravisação para os estranhos?

Assim, coincide em todos os reinos hispanicos uma diminuição das liberdades populares com a sua maior expansão exterior, e o Aragão que, havendo iniciado na Italia essa obra de conquista, foi o primeiro a enveredar por taes caminhos, foi igualmente o primeiro a sentir quão caro pagam as nações taes feitos de armas.

Aparte as consequencias, a que já nos referimos, que isso trouxe para tal reino antes ainda da sua

sob Carlos v quando, comprometida em parte pelos excessos dos *comuneros* a causa das liberdades de Castela, as armas imperiaes castigaram com a terrivel derrota de Villalar a ousadia patriotica dos que, querendo obedecer a um monarca castelhano, se não resignavam a ser subditos do imperador da Alemanha.

Desde então, desde que com o pretexto que ineptamente se lhe havia fornecido, o jovem soberano poude fazer subir ao cadafalso, como promotores de desordem, a Padilla, Bravo e Maldonado, ficou assente sobre seguras bazes o predominio do trono sobre as regalias populares.

Em vão as Côrtes de Castela, reunidas em 1538, deram a Carlos v severa lição, levantando bem alto a voz para negar-lhe a aprovação dos tributos que ele pedia; em vão a Catalunha e o Aragão assistiram impassiveis ao decapitar de Castela, tranquilas por verem que se não tocava em seus privilegios. Nem aquela atitude energica, nem este procedimento pacifico alteraram n'uma linha o programa que o poder real havia planeado: as Côrtes castelhanas foram remodeladas em suas bases, excluidos de seu seio os representantes do clero e da nobreza e limitado o numero dos procuradores dos burgos; o Aragão e a Catalunha continuaram gosando dos seus direitos como até ali, mas, ameaçados pelo precedente, se não viram de uma só vez esmagados os seus foraes e aniquiladas as suas liberdades é porque, como diz Balmes, o maquiavelismo real havia decidido «com ataques parciaes, e especialmente com o desuso, lograr que se fosse esfriando o zelo pelas liberdades antigas, e que insensivelmente se costumassem os povos á acção niveladora do poder central». [1]

---

[1] Balmes: *El Protestantismo*, etc., vol. IV, cap. LXVI.

Veio depois Filipe II que tomou o lugar que encontrou marcado e que se não fez — nem podia fazer — retrogradar a marcha dos successos aos tempos anteriores a Fernando e Izabel, tambem os não precipitou para o natural desfecho que haviam de ter um seculo depois.

Sensivelmente melhorado em seus costumes o clero que os Reis Catolicos tinham vindo encontrar cahido na extrema abjecção, a acção apostolica dos encarregados de difundir o espirito evangelico foi causa de que se desse um pequeno interregno na vertiginosa queda das nações precipitando-se do sistema feudal na monarquia absoluta.

O cristianismo recuperou por algum tempo os seus direitos sobre uma sociedade que, cahida n'um formalismo religioso, conservava as formas accidentaes do catolicismo sem se sentir animada pela sua essencia.

Sob o cetro do piedosissimo rei cuja acção a historia imparcial ainda não conseguiu pôr em suficiente relevo, deu-se uma reacção mistica que, vigorisando as antigas virtudes espanholas, quasi esquecidas no decorrer do seculo XV, e provocando o advento de uma legião de espiritos ardentes que renovam no seculo XVI as glorias do seculo XIII, foi origem de um retorno ao estudo da obra libertadora da Igreja sintetisada nas doutrinas de seus maximos doutores, causa de uma corrente anti-cezarista que, apoiada nas vehementes paginas d'aquelas altas inteligencias e caracteres que nos primeiros tempos do cristianismo tão arrojadamente vituperavam os poderosos, imita a conduta desassombrada dos que destruindo o imperio, foram suas victimas, e diz aos Cezares modernos o que a adulação palatina nunca se lhe atrevera a dizer.

Foi um lampejo apenas, um sopro que passou e

desapareceu, mas que, como essa brisa que se levanta de pronto no meio das calmas tardes de estio e, refrescando por um segundo o viandante, lhe dá forças para proseguir no caminho, foi suficiente para suster durante um seculo a marcha de uma decadencia.

Os costumes que annos depois haviam de tornar a corromper-se, purificam-se notavelmente por um momento. Não se viram por algum tempo os prelados intrigantes e ambiciosos dos tempos de Henrique IV; os bispos de filhos bastardos do reinado de Fernando e Izabel e os sinistros personagens da *Celestina;* por um momento deixaram de ser verdadeiras as scenas esgrafiadas por Hurtado de Mendoza na novela picaresca, e em lugar do *Pícaro Guzmán de Alfarache* e dos *Rinconete* e *Cortadillo,* fugindo das galés e *ejercitando,* qual o estalajadeiro da Mancha [1], *la ligereza de sus piés, sutileza de sus manos, haziendo muchos tuertos, requestando muchas viudas, deshaziendo algunas donzellas y engañando á algunos pupilos,* aparecem iluminando a Historia de Espanha com a sua aureola de alta espiritualidade todas aquelas asceticas figuras que se nos deparam ao folhear as paginas da autobiografia de Teresa de Jesus, os Pedro de Alcantara, os Avila e tantos outros que, semeando virtudes, favoreciam a liberdade, porque um povo virtuoso será sempre um povo livre.

E, assim, ao esforço dos legistas, teimando sempre, constantemente teimando, em aplicar á peninsula os inadmissiveis principios juridicos das leis romanas, com todos os seus exageros sobre a aucto-

---

[1] *D. Quixote,* cap. III.

ridade omnimoda dos mandantes, veremos responder n'esta epoca, e só n'ela, os que, imbuidos dos principios cristãos, não procuravam soluções para o problema politico nas formulas de Justiniano mas na tradição nacional ou nas admiraveis paginas do tratado *De regimine principum* do Anjo das Escolas; veremos impugnando o absolutismo os que, dando a Cezar o que é de Cezar e a Deus o que lhe pertence, preferiam, tendo de escolher entre o exemplo de dois passados, recordar a atitude de aqueles que na missão de apostolos fizeram frente aos despostas, a imitar a submissão dos que curvados ante as efigies de Nero as insensavam como divinas.

Assim quando, imitando o que além Pirineus se fazia e começando já perniciosissimas correntes galicanas a infiltrar-se na maneira de ser hispanica para preparar os caminhos a que alguem podesse dizer em Madrid, qual em Paris se dizia, *l'Etat c'est moi;* quando muitos e muitos aduladores se esforçavam em entoar lisonjas que aos reis cegassem, aparecia o Padre Mariana ensinando a um principe quaes os deveres dè um monarca cristão, n'aquela famosissima obra *De Rege et Regis institutione*, tão duramente atacada por aqueles que aos tiranos aplaudem. E quando o povo mais livre da peninsula, o Aragão, se encontrava já ameaçado na sua independencia e nos seus foros, surgia o mesmo severo escritor traçando na sua *Historia de Espanha* o maior elogio que se póde tecer a uma comunidade nacional, louvando precisamente aquilo que se queria fazer desaparecer: «*tienen los de Aragon y usan de leyes y fueros muy diferentes de los demás pueblos de España, lo más á propósito de conservar la libertad contra el demasiado poder de los Reyes, para que con la lozania no degenere y se mude em tirania; por tener entendido, como és la verdad, que de pe-*

queños principios se suele perder el derecho de libertad.» [1]

E como estes dizeres e estas doutrinas estavam baseadas no amor pelo Verdade, suprema força libertadora; como atraz dos tribunos que isto proclamavam se encontrava a legião dos que, sem o dizer, o sentiam, dos que, submissos ante a auctoridade, não podiam nunca chegar a ser servís porque a sua submissão tinha uma base muito mais elevada do que o respeito do homem pelo homem, posto que se fundava no respeito do homem pelo amor de Deus, de ahi que taes vozes se elevassem potentissimas, de ahi que se erguessem sem encontrar obstaculos, livres como a aguia ao cruzar os espaços, na sobriedade castelhana do auctor das nobres lições do tratado *Del Rey y de la institucion real*, encontrando, mais tarde, eco na grandiloquencia lusitana de Antonio Vieira; na energia e ciencia de Francisco Suarez impugnando a doutrina do *direito divino*, defendida pelo rei de Inglaterra, e proclamando na sua magistral *Defensio fidei Catholicae adversus anglicanae sectae errores* qual a verdadeira e democratica origem do poder real; na simplicidade e elegancia, por fim, de tantos outros que para tratarem das relações da *auctoridade* com a *liberdade* manejaram auctorisadamente a palavra e a penna em orações e obras que, catalogadas aqui, ocupariam paginas [2].

---

[1] Mariana, *Historia de España*, cap. IV, liv. I.

[2] Nota I, *in fine*.

CAPITULO III

As glorias de Castela

Com estes principios da monarquia absoluta, chegados os tempos de recolher o fruto de muitos seculos de preparação, soou a hora de que se visse quanta verdade se encerra na frase evangelica: «*procurarás primeiro o reino de Deus e sua justiça, e o resto vos será dado por acrescimo.*»

Seculos de luta, combates incessantes em prol da causa da Cruz, servida desassombradamente, servida desinteressadamente, servida integralmente, tinham adestrado, haviam aguerrído as nacionalidades hispanicas nas grandes emprezas belicas, nas iniciativas ousadas, e foi n'este mesmo aguerrimento, n'esta iniciativa, que se fundou em tempo de Fernando e Izabel a grandeza de Espanha.

Serviu-lhe de apoio a bizarria e a acometividade castelhana, herdeira e continuadora da epopeia catalã e aragoneza.

Idos os epicos dias em que os temerarios e inexoraveis almogavares levavam a bandeira da Catalunha e a bandeira do Aragão aos confins do Mediterraneo e do Mar Negro, era mister que os ecos da fama iberica, provocados pelo estrondo dos altos feitos de alguns dos filhos da Espanha, se fizessem continuamente ouvir no mundo, e d'esta dificilima missão se encarregaram os filhos de Pelayo.

Estava já longe o tempo em que os catalães, chamados pelo imperador Androdico, iam, sob as ordens de Roger de Flor, depois de arrancarem a Sicilia aos angevinos e de a anexarem á corôa aragoneza, libertar Constantinopla atacada pelos tartaros e pelos turcos, e alcançar, para a quasi lendaria fi-

gura de seu chefe, o titulo de grão-duque da Romania e até a investidura de Cezar, exterminando em duas batalhas os inimigos do imperio grego.

Longe tambem a epoca em que o successor de Roger, o esforçado Berenguer de Etenza e Fernando Ximenez de Arenos, comandando a republica militar catalã, que a si propria se chamava «*exercito dos francos reinando na Thracia e na Macedonia*», arvoravam a bandeira aragoneza sobre as muralhas de Galipoli — victoriosamente defendida em certa occasião, contra as forças genovezas, comandadas por Antonio Spinola, apenas pelas mulheres catalãs que, na ausencia dos homens, a ocupavam.

Longe, por fim, os dias gloriosos em que os almogavares, invadindo a terra helenica, se apoderavam de Atenas, Tebas, Argos, Corinto, Delfos e grande parte da Tessalia, onde por longos annos, feudatarios do rei de Aragão e Sicilia, imperavam os filhos da terra catalã e onde deixavam os vestigios da lingua lemosina que ainda hoje n'alguns pontos se encontram [1].

Tudo longe! Como de Roma dizia a poetisa Sulpicia, o Aragão, «qual atleta que triunfa nos jogos olimpicos; ficou unico vencedor no estadio; mas languido e debilitado, teve de consumir por força os seus animos no imovel repouso», e, enquanto este forçado descanso se dava, tocou a vez a Castela de ocupar o seu logar.

E Castela soube-o fazer com maestria, soube-o fazer com brio. Chegada depois das outras nacionalidades ibericas ao termo da sua constituição territorial, não por isso desempenhou menos brilhantemente o papel que lhe estava reservado para depois

---

[1] Ramon Montaner, *Chronica de Aragon*.

do cumprimento d'esta condição necessariamente imposta a ela como a todas as suas irmãs.

Quando Portugal tinha atingido o extremo de seus limites naturaes conquistando o Algarve aos mouros, e o Aragão havia feito o mesmo talhando com a espada de Jaime I o reino de Valencia, a corôa castelhana estava ainda longe de chegar ao seu supremo ideal de unir o Cantabrico com o Mediterraneo, mas, quando o fez, foi salto de leão que, colhendo a preza, sobrepuja os limites.

Fernando e Izabel lograram a realisação do ideal castelhano lançando os seus soldados á conquista de Granada, ultimo reducto da mourisma em Espanha, mas a nação que, forte e aguerrida, tal façanha realisava, não podia contentar-se com tão pouco.

Dos agros de Castela onde vivia o povo austero de fé ardente e costumes sobrios que por longa suceção de seculos tinha podido dizer com o romanceiro:

> Mis arreos son las armas,
> Mi descanso el pelear,
> Mi cama las duras peñas
> Mi dormir siempre velar,

vieram os guerreiros indomaveis que, atravessando o estreito, foram a Fez, Tanger e Ceuta continuar as altas emprezas iniciadas pelo Mestre de Aviz, proseguir na obra em má-hora abandonada por esses portuguezes que, «deixando crescer á porta o inimigo» o iam procurar nas solidões do Atlantico e do Indico. Das vastissimas planicies castelhanas onde habitavam povos que jámais haviam visto o mar, vieram as legiões de marinheiros, exploradores e guerreiros que, acompanhando Colombo nas pobres caravelas em que se faziam as viagens dos mares desconhecidos do ocidente, foram plantar no Novo Mundo o imperio

colonial espanhol; vieram os esforçados empreendedores peoneiros da civilisação que ao lado de Balboa, Delcano, Legaspi e Magalhães conquistaram para a corôa de Castela todas essas joias, todas essas gemas oceanicas que os misterios do Pacifico encerravam; vieram todos os heroes, de nomes muitas vezes desconhecidos, que, ao lado de Portugal, conjuntamente com os lusitanos e em rivalidade com eles, ensinaram ao mundo o caminho maritimo de novas terras e iniciaram assim, com estas primeiras manifestações da actividade pacifica europeia, o que hoje caracterisa nobremente e honrosamente distingue a civilisação moderna.

E tudo isto foi obra de Castela, e só de Castela, que assim resgatou em poucos annos o atrazo com que tinha vindo ocupar o seu lugar na luta em que andavam envolvidas as suas irmãs ibericas.

Por bastantes annos, como se com ninguem mais quizessem compartilhar os riscos e as glorias das emprezas de America, — e de tal modo, ainda que unidos sob um mesmo cetro, clara e separadamente se destinguiam os reinos entre si — só os castelhanos estiveram auctorisados a embarcar para o Novo Mundo, com inteira e completa exclusão de catalães, valencianos e aragonezes [1]. Por longos annos só subditos da corôa castelhana deixaram o seu nome vinculado ás paginas da Historia do continente recem descuberto. Em vão se procurará entre os Ojeda, Ponce de Leon, Cortez, Pizarro e tantos outros um apelido que não seja d'aqueles que, em oito seculos de luta, tinham conseguido descer das abruptas montanhas das Asturias aos ferteis vergeis de Gra-

---

[1] Harrisse, *Christophe Colomb, études d'histoire critique*, tom. I, pag. 398.

nada. De tal modo isto se fez que quando, no seculo XVIII, um catalão ilustre, o Padre João Nuix, quiz defender ante a Europa a conduta dos espanhoes na America, poude, escrevendo em italiano [1], fazer valer a sua imparcialidade n'estas palavras: « *Nondimeno prego il mio leggitore a riflettere, che io sotto il nome di spagnuoli difendo comunemente l'umanitá quasi de' soli castigliani; e io appunto castigliano non sono, ma catalano. Forse tra que' famosi venturieri delle conquiste, non vi fu neppure un catalano. Eranó allora questi come stranieri rispetto á castigliani: ed anche di presente potrebbe forse talune sospettare, che queste due provincie, siccome non anno un' istessa lingua, cosi neppure avessero un 'istesso carattere. Quindi potrei io lusingarmi in qualche materia, che la patria non mi rendesse sospetto.* »

A Castela pois pertence de direito a prioridade n'esta epoca. O Aragão tivera o seu periodo de ouro nos seculos XIII e XIV; Portugal no XV, declinando no XVI; para os castelhanos começa a aurora do poder em 1469 e eclipsa-se de um modo absoluto em 1640.

N'este espaço de tempo viram a luz as que se chamaram depois glorias de Espanha; realisaram-se as proesas e viveram os homens que tão alto sublimaram a fama de Fernando e Izabel e seus sucessores. Desde os dias em que a Galisa, a mais infeliz de todas as regiões ibericas, assolada desde os tempos de João II por poderosos bandoleiros, via os *procuradores* das suas cidades, reunidos em Compostela, já costumados ás violencias dos nobres, duvidar da força

[1] *Riflessioni imparziali sopra l'umanitá degli spagnuoli nell'Indie*, Veneza 1870.

dos representantes do poder real que ali tinham sido enviados para os libertar, e estes, a despeito de tudo, cortando tradicionaes abusos, enviar ao cadafalso, em nome da rainha de Castela, ao famigerado Pedro de Miranda e ao marechal Pero Pardo; desde os dias em que a Andalusia, ensanguentada pelas lutas dos bandos do duque de Medina Sidonia e do marquez de Cadiz, já não esperando remedio aos males que a afligiam, viu a propria rainha Izabel presidir ás audiencias e castigar com mão inexoravelmente dura todos os culpados, até fazer imigrar por medo a mais de quatro mil pessoas cuja consciencia não estava tranquila [1]; desde taes dias, diziamos, os povos da corôa de Castela, disciplinados e fortes, começaram a caminhar pelas veredas da victoria.

A batalha de Toro terminou uma contenda que se dirimia pelas armas não, como erradamente se tem dito, entre portuguezes e castelhanos, mas entre dois bandos de uma mesma nação, ao lado de um dos quaes se encontrava o romanesco D. Afonso de Portugal defendendo a causa de quem provavelmente era victima de cruel injustiça. Desde que essa vitoria, memorada nas prodigiosas pedras de San Juan de los Reyes, assegurou o trono á irmã de Henrique IV, firmada ficou a preponderancia da nação que de triunfo em triunfo, herdeira dos aragonezes na Italia e dos portuguezes em Africa, havia de continuar no Mediterraneo as proesas dos catalães e no Atlantico rivalisar com as dos luzitanos, para atingir em Lepanto, como diz Cervantes, *la más alta ocasion que vieron los siglos pasados, los presentes, ni esperan ver los venideros.*

E, como de resto era natural que sucedesse, pois

---

[1] *Cronica de Hernando del Pulgar*, II parte, caps. XCVIII e LXX.

as artes e as letras acompanham a opulencia dos povos e emigram quando o poder emigra, foi durante este periodo que mais brilhou e se elevou a mais alto cume a lingua e a inteletualidade castelhana.

Falecido em 1466 Ausias March, morto em 1478 Jaime Roig, caladas as vozes de Guilherme de Vallseca, o jurista eminente, e de Cristovão de Gualbes, o panegirista do principe de Viana, a supremacia da inteligencia, até ali exercida pela Catalunha, passou para Castela.

Depois os catalães haviam de ter oradores de valor como o cardeal Jaime Cardona, bispo de Urgel; Francisco Marti y Viladamor, o que, defendendo os interesses da Catalunha, a representou nas conferencias de Munster; Paulo Claris, o que com sua eloquencia tribunicia provocou a rebelião catalã no seculo XVII, e Gaspar Sala y Berart, o auctor da famosissima *Proclamacion catolica* que o Senado barcelonez lançou a Filipe IV antes da revolta de 1640. Haviam de ter historiadores que, continuando a obra dos Tomich, Turell e Pau, cronistas do seculo XV, se haviam de destinguir deixando á posteridade os seus nomes, os nomes venerandos dos Carbonell, Jorba, Viciana, Beuter, Calza, Icar, tão notaveis ainda que menos populares que os de Jeronimo Qujades, auctor da conhecidissima e mil vezes citada *Cronica de Cataluña;* Monfar y Sors, a quem se deve a *Historia dos condes de Urgel,* e André Bosch, o patriotico compilador dos *Titulos de honor de Cataluña, Rozellon y Cerdaña,* mas que, conjuntamente com Roig y Jelpi, Marsillo, Dameto, Corbera, Blanch, Vila e Francisco Moncada, ilustre escritor que deu ás letras castelhanas a interessante narração das *Expediciones de catalanes y aragoneses á Oriente,* constituem uma constelação de talentos que grande numero de nações desejaria. Haviam de ter, ainda,

poetas como Pedro Serafi, o terno imitador de Ausias March, e Vicente Garcia, o satirico reitor de Vallfogona, a quem se pode classificar com justiça de Rabelais limosino, mas, a pezar do muito que todos estes nomes representam, não por isso é menos certo que a Castela coube a *flor natural* nos *Jogos floraes* da cultura e da ilustração durante os seculos XVI e XVII.

A influencia provençal cedia á italiana os seus direitos sobre as letras de Espanha e de Portugal, e enquanto estas iniciavam esse movimento *quinhentista* de gloriosa memoria que deu á patria portugueza os escritores que mais a sublimaram, aqueles executavam igual evolução.

João de Mena fechára, com o ciclo medieval, o periodo literario de João II de Castela, e enquanto o marquez de Santilhana e seus amigos ensaiavam as ultimas imitações da poesia trovadoresca, os tumultuosos acontecimentos do reinado de Henrique IV, dando desenvolvimento consideravel ao espirito critico d'uma nação propensa ao sarcasmo e á ironia, originavam novas formulas literarias que podiam não ser nem tão belas nem de tanta espiritualidade como aquelas a que dera lugar a influencia lemosina, mas que, de todos os modos, tinham a vantagem de ser algo castelhanamente original.

E assim, quando Jorge Manrique entoava o epicedio da Media Idade n'aqueles sentidissimos versos em que com verdadeira e admiravel melancolia se considera a beleza do passado e se chora a saudade em que ficou a alma do poeta depois da morte do rei D. João, do desaparecimento dos infantes de Aragão e de toda aquela brilhante corte literaria que rodeava o pae de Izabel *a catolica,* já se escutavam as gargalhadas de *Mingo Revulgo* satirisando as torpezas do pobre rei D. Henrique, e Fernando Rojas

de Montalvan cortava a penna de Cervantes ensaiando na *Tragi-comedia de Calixto e Melibea* o que pode e a quanto chega a graça espanhola.

Aqui e ali appareciam ainda vozes como a de Diego de San-Pedro recordando na *Carcel de Amor* uns ressaibos do que outr'ora fôra, mas em geral eram outros os assuntos que se versavam. Juan de la Encina lança, senão os fundamentos do teatro iberico, os fundamentos do teatro castelhano presidindo á evolução dos *Misterios* eclesiasticos para os *autos* profanos; Gil Vicente faz o mesmo em Portugal; e enquanto o *Auto del repelon*, o *Antroejo*, o *Auto da sibila Cassandra*, a *Rubena*, e *Don Duardos* faziam as delicias das côrtes de Castela e Portugal, outros generos mais graves eram tratados por varões circunspectos.

Micer Gonzalo de Santa Maria procura imitar Tito Livio na *Vida de D. Juan II de Aragon* [1]; Diego de Almela compõe o *Valerio de las Historias*; Andrés Bernaldez, mais conhecido por *El cura de palacios*, escreve a sempre aproveitavel *Historia de los Reys*; dois italianos ao serviço de Espanha e espanhoes de adopção: Pedro Martyr de Anghera [2], auctor do *Opus epistolarum* e do *Orbe Novo*, e Lucio Marineo Siculo, o magistral cronista das *Epistolarum familiarium* e d'esse trabalho capital que se chama *De rebus Hispaniae memorabilibus*, muito contribuem, ao lado de Antonio de Nebrija, auctor das *Decadas*, para desenvolver o estudo do latim na peninsula; Hernando del Pulgar sobrepõe-se a todos

---

[1] Citado por Amador de los Rios: *Historia critica de la literatura española*, tom. VII.

[2] Veja-se o livro: *Pierre Martyr d'Anghera* que o professor Mariéjol dedicou a este celebre humanista.

como historiador graças á sua *Cronica*, e, por fim, enquanto Alonso Ortiz, conego da catedral de Toledo, oferece á infanta Izabel, filha dos reis catolicos, o seu ascetico *Tratado de consolacion*, e Fr. Iñigo de Mendoza publica *El Dechado de la reina doña Izabel*, o monge Fr. João de Padilha, isolado no magestoso silencio de uma Cartuxa, compõe *El Retablo de la vida de Cristo*, primeira pedra, n'este tempo, de uma catedral literaria em cuja construção haviam de colaborar os espiritos mais puros das letras hispanicas, obra que embora não saiba atingir o forte colorido e grandes rasgos que um outro religioso, o portuguez Frei Tomé de Jesus, nos deixou nos *Trabalhos de Jesus*, se impõe ao nosso respeito por haver sido como o inicio de tantas outras produções que nos terrenos pouco accessiveis da ascetica e da mistica nos legaram genios espanhoes.

Os misticos! São estes a maior gloria da Espanha, porque, sem duvida alguma, são a maior gloria do genero humano as poucas criaturas que, elevando-se sobre a materia, atingiram em raros momentos, os cumes azulados do pensamento e da sentimentalidade terrestre, quando esta já confina com o infinito, quando se eleva a alturas que nem ao talento nem ao genio é dado alcançar.

E a Espanha teve-os por dezenas. Enquanto outros povos se envaidecem — muito justamente — de um ou dois de estes singulares espiritos que em seu seio floresceram, a nação espanhola, meio apropriado para a germinação d'estas orquideas do espiritualismo, poude vêr como a sua cultura se materialisara n'aqueles de seus filhos de quem o Sublime fez seus validos de eleição.

Produto das qualidades das velhas raças hispanicas, fruto dos trabalhos e sacrificios de um povo que, por muitos seculos, procurou a perfeição reli-

giosa e que se mirava n'estes seus filhos extraordinarios, considerando-os como obra sua, olhando-os como criação propria, os escritores espanhoes que mais de perto se encontraram em relação com a Divindade, que mais longe levaram a exploração do desconhecido, merecem bem, como glorias de Espanha e elementos para o estudo de seu caracter, um pouco de analise, alguns momentos de atenção.

CAPITULO IV

Os misticos

— Se, pergunta Maeterlink [1], um espirito superior, um ser de outro mundo mais elevado, uma inteligencia mais familiarisada com os segredos da, humanamente incognita, razão de ser do universo, «viesse a nós e nos pedisse as flores supremas da alma, os titulos de nobreza da terra», nós, pobres criaturas desterradas n'um valle de lagrimas, peregrinos n'uma mansão de dôr, que lhe apresentariamos?

Industrias, ciencias, progressos nas conquistas do homem sobre a materia, esforços titanicos da humanidade á procura do luxo, á procura do bem-estar, que é tudo isto para uma alma? como o apresentariamos, sem provocar compassivo sorriso, ao alto espirito do ser que, obedecendo á lei do bem que, de toda eternidade, foi imposta aos racionaes, só procura a perfeição suprema, a beleza summa?

Altos conceitos, profundos raciocinios, deducções pacientissimamente arquitectadas, calculos prodigio-

---

1 Maurice Maeterlinck: *Le trésor des humbles*, cap. VIII.

samente concebidos, isto ofereceriamos ao espirito superior, á inteligencia excelsa que nos viesse visitar?... Mas que representariam ainda, todos os esforços do cerebro do homem, todo o secular trabalho da inteligencia humana alcançando uma parcela da verdade, da qual, mesmo, não chega a estar bem segura, ante a imaterialidade de quem já infusamente a possuisse?

Ciencia, letras, estudos de caracter, logica, psicologia, metafisica — taes como todas estas coisas encaram os mestres ordinarios do pensamento humano, desde Socrates até Hegel — tudo é escoria vil, lodo da terra. O que põe o homem em comunicação com o universo, em comunhão com os espiritos superiores que algures existem n'esse vastissimo *cosmos*, n'esses milhões de planetas que Deus criou, não são os seus esforços para conhecer, pobre verme arrastando-se pelo chão, os despresiveis problemas d'este grão de areia gravitando no infinito. O que o sublima e o enobrece são os poucos e maravilhosos momentos em que excepcionaes criaturas se excederam a si mesmas e, descendo profundamente aos abismo do seu *eu*, — d'esse *eu* maior que o mundo, superior a toda a criação, pois a toda a criação e a todo o mundo compreende e sente — examinaram, estudaram e trataram de desenvolver e aperfeiçoar, aproximando-o do Summo Bem, esse *quid divinum*: a alma, que, independente da inteligencia e independente da vontade — coisas que, apenas um nada mais aperfeiçoadas, o homem compartilha com os animaes — cada um tem em si, e, assim, em misticos deslumbramentos, averiguaram algo, iniciaram-se em misterios que a investigação jamais poderia descobrir.

Só os misticos podem, pois, ostentar ante os ceus a alta representação da especie humana, porque só o

misticismo e unicamente ele, faz do mortal um cidadão do universo, ser imaterial e superior a todas as contingencias da materia. Por ele, e graças a ele, o homem coloca-se alem de toda a ciencia e de todo o conhecimento, e indo até onde os filosofos nunca chegaram, vae alem dos mais atrevidos metafisicos, entra na verdadeira psicologia, no estudo de ψυχή, no estudo da alma, quando os outros cuidaram apenas do espirito, — o que não é o mesmo — e assim, entregando-se ao exame das operações d'essa mesma alma, quando outros apenas entreviram as da inteligencia, satisfaz verdadeiramente o velho mandato, o divino «conhece-te a ti proprio», a unica coisa que, no dizer de Novalis [1], nos importa: a ciencia dos mais secretos misterios do *eu* transcendental, e, n'ele reflectida, reflectida n'esse espelho interior onde todas as coisas se miram, a ciencia dos segredos do infinito.

Por isso quando a alma humana, falando a outra alma, lhe quisesse mostrar as suas joias, só a obra dos misticos poderia apresentar. As outras, incluindo até aquelas que o genio artistico produsiu, parecer-lhe-iam, como em bela frase diz ainda Maeterlinck [2], «semelhantes a essas pobres reliquias de familia que se nos afiguram tão preciosas no fundo de uma gaveta e que, retiradas da sombra onde jazem, parecem bem mesquinhas aos olhos do indiferente».

Das grandes produções do homem, até d'essas a quem o nosso orgulho chama obras mestras, destaca-se perfume de indizivel tristeza: a profunda melancolia que se segue ao desengano da nossa vaidade por vêr que jamais se alcança a perfeição e que nem ao genio foi dado o poder integralmente dizer, clara-

---

[1] Novalis, *Fragments*.
[2] Maeterlinck, *Le trésor des humbles*, id.

mente expressar, esses sentimentos profundos e inexpressaveis que todos nós, pobres seres condenados ao silencio, sentimos tumultuar em nosso peito quando se dão as grandes crises da vida, ou, muito simplesmente, quando á tarde, recolhendo do trabalho, contemplamos, do limiar da nossa porta, o agonisar do dia.

Não seriam, pois, as obras do genio as que nos dignificariam ante os anjos que, como outr'ora ao patriarca Abrahão, hoje visitassem nossas tendas.

«A alma, diz Emerson, é superior ao que d'ela se pode saber e mais sabia que qualquer das suas obras. O grande poeta faz-nos sentir o nosso proprio valor, e então estimamos menos o que ele realisou. A melhor coisa que nos ensina, é o despreso de tudo quanto ele fez. Shakespeare arrasta-nos n'uma tão sublime corrente de inteligente actividade, que nos sugere a ideia de uma riquesa ao lado da qual a sua parece pouca coisa, e então sentimos que a obra sublime que ele criou, e que n'outros momentos chegamos a elevar á categoria de uma poesia existindo por si propria, não pertence mais profundamente á realidade das coisas do que a sombra fugitiva do transeunte desenhando-se sobre um rochedo.» [1]

É esta a causa de que tantos homens sejam inferiores á propria fama. «Li algures, diz n'outro ponto o mesmo Emerson [2], que os que ouviam falar Lord Chatham sentiam que havia n'aquele homem alguma coisa mais bela que tudo quanto dizia... Na mera exposição de seus altos feitos, os

---

[1] Emerson, *Sept Essais*, traduits par J. Will: *l'Ame Suprême.*

[2] Emerson, Idem, idem: *Caractère.*

Gracos, Agis, Cleomeno e outros heroes de Plutarco não igualam a sua propria gloria... A auctoridade do nome de Schiller é demasiado grande para seus livros. E esta diferença que existe entre a reputação de um homem e as obras que se lhe atribuem, não se explica pela comparação que se possa fazer entre este homem e um relampago cuja reverberação dura mais tempo que o proprio relampago, mas, em realidade, porque sentimos n'estes homens um poder que desperta em nós a esperança de algo maior que todas as suas obras.»

Gritos inarticuladamente sublimes, fagulhas fugitivas e meteoricamente belas, instantes em que o genio atingiu a zona do supra-transcendente, são estes os pequenos diamantes que valorisam a obra do genio, envoltos na ganga literaria do que qualquer outro homem que não fosse genio, simples talento e talento vulgar podia produzir. E, sendo assim; sendo certo que, de Homero a Goethe, o que mais vale não é o que se mostra, mas o que se adivinha; não os gritos de Heitor, mas os sentimentos d'esse Heitor que a nossa alma presente e que o poeta não poz nos labios da sua criação; não as declamatorias queixas de Fausto ouvindo o coro dos anjos e os sinos contando a boa nova do Natal, mas a profunda nostalgia de uma vida mal gasta e inutilmente perdida, que todo aquele que ambicionou e sofreu pode com ele sentir; porque não iremos procurar a materialisação d'essas esperanças irrealisadas nos que não prometem apenas, mas dão em realidade, nos que, talvez sem nos seduzir com as falsas miragens do estilo e os fogos de artificio das imagens, mas de todos os modos com escrupulosa exactidão, nos interpretam os estados d'alma?

Estes que isto fazem: os misticos, são os unicos que não envelhecem, os unicos que merecem ser li-

dos. Estes são, como repete Maeterlinck [1], já tanta vez citado, o que a alma apresentaria ao espirito inquiridor:

«Abrir-lhe-ia a porta dos dominios onde alguns a amaram por si mesma, sem se ocupar das miseraveis exigencias do corpo. Subiriam ambos sobre os planaltos solitarios onde a consciencia se eleva e onde todos aqueles que sentem a preocupação de si proprios vagueiam e espiam em volta do gigantesco anel que liga o mundo aparente aos nossos mundos superiores. Iria com ele aos limites do homem, porque é provavelmente no ponto onde o homem parece terminar a sua missão que ela realmente começa, posto que as suas partes essenciaes e inexgotaveis só se encontram no invisivel e é ali que é mister procura-las sem cessar.»

«Unicamente sobre aquelas alturas se encontram os pensamentos que a alma pode confessar e as ideias que lhe são semelhantes e tão imperiosas como ela propria. Foi ali onde a especie humana alcançou verdadeiramente, por um instante, a coroa da realesa, e aqueles pincaros frouxamente iluminados são os unicos a possuir a luz que assinala a terra nos espaços espirituaes.»

«Os seus reflexos têm verdadeiramente a côr da nossa alma. Sentimos que as paixões do espirito e do coração, aos olhos de uma inteligencia para nós estrangeira, pareceriam questiunculas de campanario; mas tambem sentimos que nas suas obras, os homens que tão alto se elevam, conseguiram fugir da pequena aldeia das paixões, e souberam dizer coisas que podem interessar aquelas que não são da minuscula paroquia terrestre.»

---

[1] Maeterlinck, *Le trésor des humbles*, cap. III.

E, que importa que o espirito grosseiramente mesquinho da nossa epoca desprese estas almas sublimes e as equipare com os sonhadores, com os nevroticos e com os loucos? Se desligarmos o conceito da palavra *mistico* da ideia religiosa, melhor dito: da ideia cristã, e apartando-nos um pouco da definição que de *misticismo* faz um tratadista moderno, aliaz excelente [1], considerarmos incluidos n'este terreno, só aos raros franqueado, todos aqueles que, cristãos ou anteriores ao cristianismo adquirindo por seus meritos a cooperação de algo que não é terrestre, de forças sobrenaturaes — negadas apenas por aqueles que as não conhecem — abordaram problemas inacessiveis á inteligencia ordinaria, e, verdadeiros videntes, nos descreveram os jardins do ultra-visivel, inegavel será que a estes deve o homem o seu melhor patrimonio.

Vates, chamou a antiguidade aos poetas, e, em realidade quando a inspiração chega a esse elevado grau que caracterisa o genio, a inspiração profetica parece ser-lhe caracteristica, rodeando o favorito das musas com a aureola da imortalidade que o enobrece ante os vindouros, mas, que são esses momentos fugitivos em que o bardo se transforma em oraculo dos deuses, comparados com as revelações e extases d'aquele que, longe sempre do mundo, vive sobrenatural existencia.

Seneca, n'um rasgo de inspiração, poude pôr na boca do côro da tragedia *Medea* as celeberrimas palavras:

Venient annis
Sæcula seris, quibus Oceanus
Vincula rerum laxet, et ingens
Patent Telus Tiphysque novos
Detegat orbes, nec sit terris.
Ultima Tule.

---

[1] Pdr. Auguste Poulain, S. J., *Des Graces d'Oraison, traité de théologie mystique*, première partie, cap. I, §§ 15 e 16.

profecia que a descoberta da America cumpriu, mas quanto vae, d'esta ante-visão de um acontecimento futuro, a visão perene de mundos novos e desconhecidos, de regiões do espirito onde a ciencia humana não chegou?

Fantasias? Sonhos? Visões? — A esta objeção já respondeu o filosofo de Gant comparando Ruysbrœck com certos neo-platonicos em quem a *mistica* pode vêr seus remotos cultores [1]:

«Os sonhos não são unanimes; os sonhos não têm raizes, enquanto que a flor incandescente da metafisica divina, aqui desabrochada (na obra do santo solitario de Groenendael), tem as suas raizes misteriosas na Persia e na India, no Egipto e na Grecia... Alguns — dos que lerem este livro — reconhecerão sem custo que este monge possuia um dos mais completos, mais exactos e mais subtis orgãos filosoficos que até hoje existiram. Vivia, como nos dizem, na sua cabana do Valle Verde, no centro da floresta de Soignes. Foi no principio de um dos seculos mais ferozes da idade media; o decimo quarto. Ignorava o grego — quem o sabia em tal epoca? — e provavelmente o latim. Estava só e pobre. E, contudo, no fundo d'aquela floresta do Brabante, a sua alma ignorante e simples, recebe, sem o saber, os deslumbrantes reflexos de todos os cumes solitarios do pensamento. Sabe, a seu pezar, o que de melhor ha no platonismo da Grecia, no brahmanismo da India, no sufismo da Persia, e no budismo do Thibet; e a sua ignorancia maravilhosa encontra a sabedoria dos seculos enterrados e prevê a ciencia dos seculos que todavia não nasceram. Poderia citar paginas com-

[1] Prefacio á tradução franceza do *Ornamento das bodas espirituaes* de Ruysbrœck, o *admiravel*.

pletas de Platão, de Plotino, de Porfirio, dos livros Zends, dos Gnosticos e da Kabala cuja substancia divinisada se encontra intacta nos escritos do humilde sacerdote flamengo.» [1]

«É mais; parece, por momentos, ter exactamente suposto a maior parte dos seus predecessores desconhecidos; e do mesmo modo que Plotino começa a sua austera peregrinação na encruzilhada onde Platão, assustado, parou e ajoelhou, poder-se-ia dizer que Ruysbroeck despertou, depois de um repouso de muitos seculos, não este genero de pensamento, porque este genero de pensamento nunca dormita, mas este genero de palavra que havia adormecido sobre as montanhas onde Plotino, deslumbrado, o abandonára pondo as mãos sobre os olhos, como diante de vastissimo incendio.»

E o que n'este lugar se diz de Ruysbroeck, o *admiravel*, pode-se dizer de todos os misticos que até hoje existiram. Anteriores e extranhos ao cristianismo ou ulteriores e extremamente ligados a ele, de Plotino, o filosofo pagão, auctor das *Enneadas*, a Dionisio, o areopagita, sublime oraculo dos misterios das *Gerarquias Celestiaes* e dos *Nomes Divinos;* dos santos solitarios do deserto cujo vida e doutrinas excelsamente misticas tão captivantemente nos descreve Cassiano nas *Instituições* e *Conferencias sobre a perfeição*, até aquelas cistercienses do seculo XIII que ao lado de Santa Gertrudes, no mosteiro de Helfta, alcançaram, deixando memoria, os mais elevados graos da contemplação divina, em todos se notam os mesmos caractéres, todos professam

---

[1] Omitem-se aqui as concludentes citações que faz o critico de Ruysbroeck.

iguaes conhecimentos, conquistam iguaes verdades, e, não se conhecendo, usam de identicas expressões.

Depois de Plotino como neo-platonico, aconselhando o despreso de tudo quanto é accidental e transitorio, vem Lactancio, como cristão, fazendo iguaes recomendações, insistindo em iguaes conselhos.

«É necessario, diz Plotino [1], que a alma que estuda Deus forme uma ideia procurando conhece-lo; é preciso em seguida que, sabendo a quão grande coisa se quer unir, e persuadida de que encontrará a beatitude n'esta união, feche os olhos e mergulhe na profundez da Divindade, até que, em vez de se contemplar, de contemplar o mundo inteligivel, se transforme ela propria em objecto de contemplação e brilhe com a claridade das concepções que tem lá no alto a sua origem.»

«Não nascemos, diz por sua vez Lactancio [2], em linguagem mais accessivel, para contemplar as coisas criadas, mas para contemplar o Criador de estas coisas e considera-lo em espirito. É a Deus a quem se deve contemplar com os olhos da alma, e não ao mundo com os olhos do corpo; porque estes olhos são materiaes, assim como esse mundo que eles contemplam, mas Deus, imortal ele proprio, quiz que nossa alma fosse imortal. Contemplar Deus consiste em honra-lo e unir-se a ele pelo amor, com profunda veneração, como Pae comum do genero humano.»

E, não só nos conceitos, mas tambem nas imagens se identificam os misticos. Comparem-se Plotino e Ruysbroeck [3]:

---

[1] 5.ª *Enneada*, liv. v.
[2] *De falsa sap.*, lib. III, cap. IX.
[3] *Loc. cit.*, id.

« Na intuição intelectual, diz o pensador pagão, a inteligencia, por meio da luz que sobre eles faz resplandecer aquele que é o Primeiro, vê os objectos inteligiveis, e, vendo estes objectos, vê realmente a luz inteligivel. Mas como presta a sua atenção aos objectos iluminados, não pode ver claramente o principio que os ilumina; se, pelo contrario, esquece os objectos que vê para não contemplar senão a claridade que os torna visiveis, vê a propria luz e o principio da luz.

« Esta claridade e esta aparição de Deus, diz o velho cenobita flamengo [1], dão ao espirito contemplativo uma verdadeira ciencia da visão de Deus, tal como ela pode ser vista n'este estado mortal. E, a fim de que me compreendais bem, vou dar-vos uma imagem sensivel. Quando vos encontraes rodeados da deslumbrante claridade do sol e que apartaes os olhos de toda a côr, de toda a atenção, de toda a distinção e de todas as coisas iluminadas por esse mesmo sol e seguis com o olhar, simplesmente, a claridade e os raios que d'ele efluem, sereis conduzidos á propria essencia d'esse sol, e paralelamente se seguides os raios deslumbrantes que efluem do esplendor de Deus em vossa visão simples, conduzir-vos-ão á fonte da vossa criação e lá nada mais encontrareis do que Deus em toda a sua unica e soberana magestade. »

Santa Tereza de Jesus escrevendo no seculo XVI, ainda não traduzidas para o latim — lingua que, de resto, a virgem de Avila não conhecia — as obras flamengas de Ruysbroeck que Laurentius Surius, cartuxo de Colonia, fez sahir do pequeno circulo

---

[1] *Dat boec van den twaelf beguinen* (*Le livre des douze beguines*, na tradução franceza).

em que actuavam, encontra as mesmas ideias, sublimes ideias por certo, que o monge do seculo XIV adquirira, como São Bernardo, «*amplius invenies in sylvis quam in libris.*»

A sete fortalezas comparava João de Ruysbroeck a alma que, caminhando de perfeição em perfeição, tem de passar por seis estados diferentes antes de chegar á união plena com a Divindade, e a uma fortaleza, igualmente, dividida em sete moradas, compara Tereza de Jesus a alma mistica; não ficando por aqui a semelhança entre o *Livro dos sete castelos*, ou, como lhe chama o traductor latino, *De septem custodiis opusculum longe piissimum*, do sacerdote de Brabante, e *El Castillo del Alma* ou *Castillo Interior* com que justamente se envaidece a literatura castelhana.

E como se esta paridade entre misticos não quisesse circunscrever-se a criaturas que, filhas de condições identicas, poderiam parecer resultados iguaes de uma mesma causa, ao lado de São Francisco de Assis, a singeleza por excelencia, que, no seu amor a Deus e na sua admiração pela natureza, anima as coisas criadas, e, prestando-lhes voz, as convida a entoar louvores ao Criador; redusindo assim, em mistica integração, o universo á unidade; aparece-nos o alemão Novalis, espirito formado na complexidade das ciencias, discipulo directo de Kant e de Fichte, amigo intimo de Schelling, doutor em conhecimentos positivos, inteligencia entregue ás ciencias naturaes, que, animado da mesma preocupação da Unidade, reduzindo todas as coisas á sua Causa Maxima e elevando-se sobre os accidentes da materia, forma misticismo novo: o misticismo da ciencia; misticismo inspirador de paginas de tão alta e sublime espiritualidade que, apezar da sua complexa fraseologia, bem se podem comparar ás apaixonadamente ingenuas es-

trofes do inegualavel e inegualado *Cantico do sol;* misticismo que nos mostra que tambem por outros caminhos podem chegar em certo modo as almas á *união transformante* de que fala São João da Cruz.

E assim se afirma a *mistica* como verdadeira ciencia, como verdadeira filosofia. Filosofia e ciencia superior ás humanas. Filosofia excelsa, Κατ'ανζρωπον, dignificada como enviada celestial; passo dado no caminho de um futuro risonhamente misterioso por nós apenas entrevisto, primeira tentativa de realisação de formulas de pensamento hoje extraordinarias, mas que, encaminhados os esforços da humanidade para o unico progresso desejavel, para o progresso moral, podem talvez vir a ser as formulas ordinarias do pensamento humano, se os homens um dia se convencerem da «necessidade de se não agitarem no fundo de si mesmos como ninhada de toupeiras; da precisão que ha de viver «como se um dia tivessemos de prestar contas da vida a irmãos mais velhos.»

Profundas verdades diz a este respeito Maeterlinck [1], profundas verdades se a cegueira dos homens as chegasse a compreender.

«A inteligencia, actuando sobre si mesma, é como celebridade local que faz sorrir o viajante. Existem mais coisas do que a inteligencia e não é a inteligencia que nos liga ao universo. Já é tempo de que a não confundamos com a alma. Não se trata do que succede entre nós, mas do que se dá em nós, por cima das paixões e por cima da razão. Se não ofereço a uma alma para nós estrangeira, senão La Rochefoucauld, Lichtenberg, Meredith ou Stendhal, olhar-me-á como eu olho, ao fundo de uma cidade

---

1 Maeterlinck, *Le trésor des humbles*, cap. VIII.

morta, o burguez sem esperança que me fala da sua rua, do seu casamento ou da sua industria. »

« O homem, em verdade, não está nem pode estar n'estas coisas, embora estas coisas sejam perfeitas. Uteis para ocupar a nossa atenção quando estamos em familia, é conveniente que nos calemos se algum viandante vier bater á tarde a nossa porta. Mas se esse mesmo visitante nos surpreende no momento em que a alma procura a chave dos tesouros que nos estão mais proximos, nas paginas de Pascal, de Emerson ou Hello, ou, ainda, n'alguns d'aqueles que sentiram a ancia da beleza mais pura, não nos ruborisaremos ao fechar o livro; e talvez que ele proprio consiga adquirir n'aquele momento uma ideia de um ser fraternal condenado ao silencio, ou saiba, pelo menos, que não somos todos habitantes satisfeitos da Terra. »

Se algum dia estas verdades se generalisassem e essa nostalgia do ceu, a que se refere o auctor do *Tesouro dos humildes*, ocupasse no espirito humano o lugar que n'ele usurpam os cuidados materiaes, tão vis como os actos do prisioneiro que, em vez de anciar pela liberdade, exclusivamente se ocupasse de tornar confortavel a sua prisão; se algum dia a especie humana começasse a viver misticamente, dando salto gigantesco nas regiões da espiritualidade, abrir-se-iam diante d'ela horisontes nunca entrevistos; a inteligencia alcançaria as relações das coisas entre si; sujeitaria as leis do espirito a uma só formula; criaria, como diz Novalis [1], ao lado da *logica* que hoje possuimos, a *fantastica* que apenas concebemos; e atingido o ponto em que todas as formas de actividade se unem na *Causa das Causas*, entraria no pe-

---

[1] Novalis, *Fragments*: Esthétique et littérature.

riodo de realisação dos anhelos mais vehementes e secretos da alma, na materialisação d'esses presentimentos que em nós se movem quando, em horas de reflexão e melancolia, sentimos a ambição de algo mais excelso do que tudo quanto nos rodeia, do que tudo quanto o mundo dá; a indefinivel tristeza que tanto pode ser saudade de um bem para sempre perdido, como profetica ante-visão de um porvir a atingir.

Entretanto, enquanto esse ideal se não atinge — e só Deus sabe se se alcançará — unicamente os misticos se apresentam ao respeito da humanidade como precursores do advento d'esse *reino* cuja implantação na terra todos os cristãos, dispersos pelo orbe, pedem ao ceu. Só eles se nos revelam como ousados pioneiros, audazes exploradores d'essas terras ignotas cujo mapa ainda não delineou a curiosidade humana, e, como tal, quaes legitimas glorias quer da especie que os possuiu, quer das nações que lhes deram o ser.

Dentro do cristianismo, vergel onde esta rarissima flôr mais vezes se patenteou, ninguem se lhes iguala. Os seus homens mais capitaes, os seus vultos mais excelsos, os seus mais profundos teologos, os seus mais habeis canonistas, grandiloquentes oradores, ardentes defensores, contundentes apologistas, nada são e como fumo desaparecem onde quer que surge o mistico. Ao lado de Santo Tomaz de Aquino, São Boaventura; ao lado de Luiz Molina, São João da Cruz; mas a Tomaz de Aquino opõe-se Duns Scoto, opõe-se Suarez, opõe-se Fr. José de St. Agostinho de Macedo; a Molina opõem-se-lhes os tomistas; aos escolasticos opõem-se os cartesianos, e a São Boaventura e a São João da Cruz ninguem se opõe, porque só o mistico chega á certeza, só o mistico atinge a verdade.

Por isso a Espanha tem o orgulho de seus mis-

ticos. Planta perene n'uma terra onde o que mais se apreciou da cultura arabe foram as lucubrações sobre a Divindade que os filosofos de Cordova pediram aos alexandrinos; onde nas paginas de Afonso *o sabio* brilha já o que mais caracterisou depois o cooperador da virgem de Avila na reforma da ordem carmelitana; onde, na Idade Media, aparece Raimundo Lulio revelando-nos algo do que lhe ensinava o silencio da solidão; o misticismo, latente na alma hispanica, tinha de ser e fôi a base de toda a sua cultura e, por consequencia, de toda a sua gloria.

Chegado á maturidade, faz explosão na pleiade ardente de homens e mulheres de sublime espirito de quem o Amor Divino tinha feito vasos consagrados, e quando este sentimento nacional se materialisa, sem que até hoje fosse possivel saber ao certo qual o seu verdadeiro auctor, n'aquele conhecidissimo soneto:

> No me mueve, mi Dios, para quererte
> El cielo que me tienes prometido;
> Ni me mueve el infierno tan temido
> Para dejar por eso de ofenderte.
>
> Tú me mueves, Señor: muéveme el verte
> Clavado en una cruz, y escarnecido:
> Muéveme el ver tu cuerpo tan herido,
> Muévenme tus afrentas y tu muerte.
>
> Muéveme al fin tu amor, y en tal manera,
> Que, aunque no hubiera cielo, yo te amara,
> Y, aunque no hubiera infierno, te temiera.
>
> No me tienes que dar porque te quiera;
> Pues, aunque lo que espero no esperara,
> Lo mismo que te quiero te quisiera.

quando isto succedeu, diziamos, a civilisação iberica, criada pelo cristianismo e na luta pelo cristianismo fortalecida, havia atingido o pinaculo de sua perfei-

ção e grandeza, e, juntamente com esta chama azulada do mais divino amor, tinham de brotar os homens que, nas artes e nas letras, no estudo e na actividade, a haviam de honrar: os pintores e poetas, os dramaturgos e prosadores, os soldados, navegantes e civilizadores que haviam de enaltecer o seu nome consagrado, para que enquanto o mundo fôr mundo e os seculos, em cadeia interminavel, se sucederem, as glorias hispanicas se não esqueçam e, ante o nome da nação que as produziu, as gerações vindouras curvem a cabeça.

Confirmaram-se então as palavras do Areopagita: «Deus resplandece sobre as naturezas inferiores a travez das naturezas superiores, e para tudo dizer n'uma palavra, é graças á mediação das potencias mais elevadas que O vemos surgir do fundo da sua adoravel obscuridade.» [1]

Graças á obra dos misticos, os frutos da inteligencia espanhola elevam-se a poucas vezes atingido grau de perfeição. Não podiam rastejar pela terra os que acabavam de ouvir falar do ceu, e como novo Lazaro evocado do tumulo, foi á voz de Jesus que surgiram todas as obras magistraes que um sentimento inato de respeito e de amor pela beleza havia preparado de ha muito.

Ante os quadros de Roger van der Weyden e de Petrus Cristus, dispersos pelas igrejas de Espanha, o estetismo de um povo que soubera levantar essas duas maravilhas que se chamam a catedral de Sevilha e a catedral de Burgos e que, para comemorar a victoria de Toro, rendilha prodigios nas pedras de São João dos Reis, estremeceu esporeado pela emulação.

---

[1] *Hiér. céleste*, cap. XIII.

Não podia a pintura deixar de estar ao par da arquitectura e da esculturа n'uma nação cuja religiosidade se materialisava na Cartuxa de Miraflores, no convento dominicano de São Gregorio de Valladolid, na *Capilla del Condestable* em Burgos, no hospital de Santa Cruz em Toledo e nas catedraes de Plasencia e Segovia, e que, inspirada e fantasiosa, quêr nos tumulos dos poderosos, retabulos e bancadas das catedraes, quêr nas imagens dos altares e baixo-relevos dos porticos, fazia jorrar pasmos dos cinzeis de Gil de Silos, de Pablo Ortiz, de Sebastian de Almonacid, Jorge de Contreras, Bernardo Ortega, Nuño Sanchez, Francisco Gomar, Filipe de Borgoña e Alonso Berruguete.

Em consequencia, para que isto se desse, para que a côr acompanhasse a forma, surge, na Catalunha, Luiz Dalman, da feição de Van Eyck, pondo com piedoso pincel o senado barcelonez aos pés da Virgem e aparece em Castela, filho da geração espiritual de Giotto, o famoso Antonio del Rincon, fundador da escola de Toledo.

Nasce d'este modo a pintura espanhola, dividida, sempre sob a influencia do regionalismo que preside a todas as manifestações da actividade iberica, em escolas locaes, rivalisando entre si e obedecendo a influencias opostas, e assim como, mais tarde, Maria de Agreda, a singular auctora da *Mistica ciudad de Dios*, havia de descer de seus extases para entrar nos detalhes puramente fisiologicos da gestação de Jesus, assim, filha das qualidades opostas das raças que composeram a população iberica, a arte espanhola, como diz Charles Blanc [1], brota « tão de-

---

[1] *Vie des peintres:* Ecole espagnole.

dicada ás ideias religiosas, como fiel ás realidades da natureza, catolica e colorista ».

E este duplo caracter, que o é tambem dos misticos e dos literatos da Espanha, conservou-o até hoje. Ostentando-se, ingenuo mas sentido, nos painéis dos mestres da escola de Sevilha, nas obras de Juan Sanchez de Castro, de Juan Nuñez e, especialmente, do inovador Alejo Fernandez; brilhando piedoso nas diversas produções de Gallegos; hieratico nas pinturas muraes de Pedro Gumiel, Juan de Segovia e Sancho de Zamora; sincero na *Anunciação* de Pedro de Cordova; animado e colorido nos quadros de Pedro Berruguete e decorações de João de Borgonha, o cunho da fé e do realismo impera sempre. Passado um seculo, quando já *El Greco*, originalissimo e genial, nos houver deixado, na sua *Crucifixão*, estampada a imagem da mais pungente dôr que até hoje se tem visto no rosto de uma Mater Dolorosa, e, nos quadros do Escorial, os perfis secos, asceticos e temerarios, de santos e de guerreiros, dos capitães da odisseia do seculo XVI, será ainda esse cunho que iremos encontrar nas graciosas *Conceições*, nas imagens deliciosas de São João Batista, na intimidade comovedora das Sagradas Familias e paginas vivas de caridade arrancadas á vida dos santos pelo genio de Murillo, tanto como nas telas de luz de Velazquez ou como, passado o interregno que na pintura hispanica marcam as obras enfaticas dos Cespedes, Roelas e Pachecos, nas produções rasgadamente verdadeiras, espanholas de lei, do *Españoleto*, de Ribera, Juan de Ribalta e Zurbaran.

O sentimento religioso especialmente, profundissimo em todos eles; sentimento que levava o mais celestial de todos a nunca colher os pinceis em dia em que não houvesse comungado e que, entusiasmando-os, parece guiar-lhes a mão para dar ás suas obras

um caracter tão comovedor que chega a fazer esquecer, por vezes, as faltas em que alguns, por ausencia de tecnica, incorreram nas obras de sua juventude; divinisa-os nas mais elevadas expressões pictoricas e faz de seus trabalhos verdadeiros canticos em que, ocupando as côres o lugar das palavras, nem por tal a eloquencia deixa de ser excelsa.

Seria curioso, e por certo nada dificil, paralelisar, uma a uma, as paginas mais ardentes dos grandes escritores monasticos de Espanha com os trabalhos de seus pintores. Ao lado de cada periodo um quadro. Ver-se-ia então que era o mesmo espirito, uma só alma a que pintava e escrevia; o mesmo fogo que animava Luiz de Leão em seus versos, Ribera em suas telas.

A lingua castelhana, que soubera encontrar na penna de Teresa de Jesus a mais virginal e simples das elegancias, eleva-se tambem, com este sopro de misticismo, á maxima perfeição até hoje alcançada.

Sonora, nobre, viril, ela canta os louvores de Deus em nobilissimos termos, pasmo e inveja dos prosadores que depois vieram.

Quem não admirará a cadencia e o ardor de periodos como este: « *Para ti enreda y trama el gusano hilador de la seda: para ti lleva hojas y fruto el arbol hermoso: para ti frutifica la viña: el vellon de lana que cria la oveja, beneficio tuyo és: la leche y los cueros y la carne que cria la vaca, beneficio tuyo és: las uñas y las armas que tiene el azor para cazar, beneficio tuyo és* ».

Quem não tremerá ouvindo esse frade insigne, Luiz de Granada, cujas cinzas Lisboa tem a honra de possuir, clamando como juiz: « *Que ha sido tu corazon sino un cenegal y un revolvedor de puercos? Que tu boca sino una sepultura abierta por do salian los malos olores del alma que está adentro*

muerta? Que tus ojos sino ventanas de perdicion y ruina?» Quem negará a sublimidade de esta despedida de um moribundo: *«Llegada és ya mi vez, cumplido el numero de mis dias: ahora moriré a todas las cosas y todas ellas para mi. Pues ¡oh mundo! quedaos a Dios. Heredades y hacienda mia, quedaos a Dios. Amigos y mujer é hijos mios, quedaos a Dios, que ya en carne mortal no nos veremos jamás».*

E todas estas, e muitas outras, são apenas minimas gemas d'essa constelação de joias que é a lingua em que se escrevia o *D. Quixote*; a lingua em que Calderon cinzelava dramas tão geniaes como modernamente pouco conhecidos; a lingua que, tendo servido para compor mil obras mestras, impunha seus generos literarios, seus cultores e seus modismos á soberba Inglaterra e á arrogante França n'aqueles tempos, por este conceito gloriosos, do seculo XVII, em que o *Cid*, *Gil Blaz*, *D. Juan* e tantos outros eram temas e fontes de inspiração para os talentos das Galias e da Albion.

Quando Corneille, Molière, Voiture obedeciam ás correntes artisticas que de Espanha iam fecundar seus engenhos, era a lingua castelhana o idioma da diplomacia, o idioma da eloquencia sacra, o idioma da historia profana, da poesia altisonante e do verso lirico.

Malón de Chaide, Yepes, o Pdr. Nieremberg, religiosos imortaes que levantaram as ciencias de Deus a altura insigne, ilustravam-na com seus escritos; Herrera, Quevedo, Rioja, poetas de raça, esmagavam em seus dedos sensiveis todos os elasticos vocabulos da lingua de Castela para a modelarem a seu capricho; Rivadeneira e Argensola trabalhavam-na em seus escritos como arquitecto que com cinzelados blocos de marmorea pedra vae levantando fantastico edificio, e,

quando Fuenmayor escreve obra tão imponente como a *Vida de Pio V*, não estava longe Francisco Manuel de Mello martelando os periodos concisos e substanciosos da sua narração das guerras da Catalunha, e Hurtado de Mendoza descrevendo, na *Guerra de Granada*, com dois traços magistraes, todas as dificuldades de uma empreza: «*montaña dspera, valles al abismo, sierras al cielo, barrancos y derrumbaderos sin salida: ellos gente suelta!*»

Luiz de Leão expõe em maravilhosos tercetos as virtudes da «mulher forte» da Escritura:

> Levantase, y apenas alborea,
> reparte la racion a los criados,
> su parte a cada uno, y su tarea.
>
> Del fruto de sus dedos y hilados
> compró un heredamiento que le plugo,
> plantó fértil majuelo en los collados.
>
> Nunca el trabajo honesto le desplugo,
> hizo sus ojos firmes a la vela,
> sus brazos rodeó com fuerza y jugo.

Calderon, genio espanhol por excelencia, sublima o conceito da honra em seus dramas apresentando-nos aqueles maridos ciumentos que lavam com vidas a sua dignidade ultrajada e que, preferindo ver «*muerta que ajena su dama*», não hesitam em tomar para seu escudo «*manos en sangre bañadas*»; aqueles cavaleiros que, sabendo que alguem duvída de sua fama, castigavam o maldizente não havendo:

> vida que no le quitaran
> sangre que no le vertieran
> alma que no le arrancaran;

aqueles galanteadores que, sintetisando em poucas palavras a gentileza iberica, dictam como lei suprema,

el hombre que á una mujer
donde quiera que la viere
no le hiciere cortesia,
por no biene nacido quede;

aqueles espiritos arrogantes, por fim, que proclamando por sua vez o que desde os primeiros tempos da Espanha sempre se consignou em seus codigos verdadeiramente nacionaes, se consideram

como absolutos señores
de elegir a nuestro arbitrio
rey que nos gobierne; pues
siendo de nosotros mismos,
és fuerza en paz y justicia
mantenernos, advertido
que podremos deponerlo,
pues pudimos elegirlo.

E enquanto Teresa de Jesus, a mistica doutora, encerrada n'uma fria cela de um mosteiro sombrio, ardendo em fogo sobrenatural d'uma piedade intensissima, escrevia:

Aquesta divina union
Del amor en que yo vivo
Hace á Dios ser mi cautivo
Y libre mi corazon:
Mas causa en mi tal pasion
Vér á Dios mi prisionero,
Que muero porque no muero.

Ay! Que larga és esta vida
Que duros estos destierros!
Esta carcel, y estos hierros
En que el alma está metida!
Solo esperar la salida
Me causa um dolor tan fiero
Que muero porque no muero;

enquanto, sofrendo os fogosos anhelos do céo, invocava a morte e aborrecendo a existencia lhe dizia:

Acaba ya de dejarme
Vida, no me seas molesta;
Porque muriendo, que resta,
Sino vivir, y gozarme?
No dejes de consolarme
Muerte, que ansi te requiero,
Que muero porque no muero;

. . . . .

a grandeza espanhola que tinha por base e alicerce este mesmo amor de Deus e este mesmo desprezo pela vida, sentimentos inatos nos que se encontravam incumbidos de sublimar sua patria ante os homens e ante os seculos, resplandecia sobre o trono que estas virtudes lhe haviam construido.

Ilustrada e culta sob o cetro de um monarca como Filipe II que ordenava a seu embaixador em Paris que lhe comprasse para o mosteiro do Escorial, quantos livros podesse obter, e que com todo interesse escrevia ao Dr. Arias Montano para que tratasse de adquirir «*todos los libros exquisitos, asi impresos como de mano*» que em Anvers se lhe proporcionassem, a nação espanhola, religiosa e intransigente, dogmaticamente unida e compondo um só corpo animado por uma só alma, caminhava na vanguarda do progresso.

Numerosissimos centros escolares, autonomos e rivaes entre si, frequentados por milhares de estudantes; mosteiros e conventos onde as ciencias divinas e humanas eram cultivadas com tanto esmero como nas universidades; bom gosto publico educado e refinado na contemplação do que é digno de ser visto; espirito de observação e critica desenvolvido pelas aventuras; tudo foram factores que contribuiram para dar á Espanha, sob a então feliz hegemonia de Castela, o posto previligiado que ocupou.

E como esse posto fosse bem elevado; como em ciencias, artes e letras a civilisação hispanica, exu-

actores; assistindo em espirito áquelas batalhas espantosas e tremendos trabalhos em que estiveram e pelos quaes passaram os poucos que, cegos pela propria temeridade, se lançavam á conquista do desconhecido; evocando aquelas scenas sem igual que tão fielmente nos descrevem os mesmos que n'elas se acharam; a inteligencia confunde-se, a alma sente-se sobrecolhida de espanto e aquele que, hoje, passados quatro seculos, lê taes maravilhas, julga sonhar, supõe ser fantastico o que ali se conta e, mais do que um livro de historia, parece-lhe uma lenda, uma quimera, o que diante dos olhos tem.

E é que todas aquelas façanhas inverosimeis, todos aqueles heroicos feitos que Pedro Cieza de Leon na *Cronica del Peru,* o «adelantado» Alvar Nuñez Cabeza de Vaca nos seus *Naufragios y comentarios,* Francisco de Jerez na *Verdadera relacion de la conquista del Peru,* Hernan Cortés nas *Cartas de relacion* dirigidas ao imperador Carlos v e, especialmente, Bernal Dias del Castillo, na *Verdadera historia de la conquista de Nueva España,* nos contam, raiam no mitologico e, mais do que feitos de homens, por conscienciosos historiadores referidos, assemelham-se a fabulosas aventuras de deuses, cantadas por poetas.

De epicas se podem classificar as descobertas e conquistas peninsulares! aqueles homens que, com a esperança em Deus e para obedecer á sua rainha, se colocam sob as ordens de um desconhecido a quem o mundo chamava visionario e louco e se lançam ao mar, cruzam o oceano e desembarcam em desconhecidas praias; aqueles varões que, com intrepidez espantosa, internando-se em misteriosas florestas e sulcando caudalosos rios, percorrem um vastissimo continente; aqueles soldados que, ás ordens de um aventureiro e atravez de mil perigos, com a morte sempre

suspença sobre as cabeças e sem um unico lugar certo de refugio para onde se retirem, dão batalha a tribus ferozes cuja importancia lhes é desconhecida; aqueles missionarios que, sem temer á morte e á tortura, chegando onde ninguem chegou e encaminhando-se para onde ninguem foi, levam a palavra de Deus e a luz da civilisação ás nações barbaras; aqueles marinheiros que, descobrindo novas terras e navegando novos mares, dão a volta ao mundo; aqueles intrepidos exploradores que, instigados pela curiosidade cientifica, chegam até as regiões boreaes e reconhecem os mares do norte; tudo, enfim, o que constitue um dos incontestaveis titulos que possue a Espanha á gratidão do mundo, é coisa poucas vezes igualada na Historia, é terreno em que poucos povos podem com ela conpetir, porque poucos, entre os mais activos e esforçados, entre os mais pundonorosos e empreendedores, teve uma America para descobrir, vencer e civilisar, e só alguns, poucos, rarissimos, podem ostentar nomes que se equiparem aos de Colombo, Cortés, Bartolomé de làs Casas, Bartolomé de Olmedo, Hernandes de Oviedo, Kino de Trento, Cabrillo, Ferrelo, Delcano, Balboa, Legazpí, Galiano, Valdés e outros, muitas vezes esquecidos.

Tambem, em realidade, poucos povos se encontravam, ao tempo da conquista da America, tão aptos como a Espanha para a sua obra colonisadora.

Outros poderiam ter, e tiveram em efeito, navegantes atrevidos que realisassem expedições como a levada a bom têrmo, em 1542, por Juan Cabrillo e Bartolomé Ferrelo chegando até o 43° de latitude e descobrindo o cabo Blanco a que, depois, Vancouver chamou de Horford; a de Gaetano, na mesma data, reconhecendo algumas d'essas ilhas Sandwich a que um seculo e tal mais tarde havia de aproar e dar nome o celebre capitão Cook; a de Sebastian Viscaí-

no, em 1596 e 1602, explorando e levantando minuciosa planta de toda a costa da Nova California; a de Mendaña de Neyra e Fernandez de Quirós, em 1595, descubrindo esses arquipelagos de Mendaña, Santa Cruz de Mendaña, Espirito Santo de Quirós e Salomon de Mendaña a que depois Cateret, Bougainville, Cook e Surville quizeram chamar Ilhas da Rainha Carlota, Novas Cidades, Novas Hebridas, ilhas Arsácidas, e tantos outras; mas o que nem todos tinham, o que nem todos podiam possuir, era essa civilisação original, propria, *sui generis*, que tinha a Espanha e que, valorisando todos os seus esforços, proporcionava á sua acção colonial simultaneamente um fim elevado e elevados meios de a realisar.

Esse fim era o que sempre informou todos os esforços da actividade iberica desde que os concilios de Toledo lhe deram a sua forma definitiva: o engrandecimento da cristandade. Os meios eram os que, sobre uma base de liberdade e fraternidade, haviam servido para constituir a grandeza espanhola: a unidade religiosa e a autonomia regional. Servos d'esse fim e disponentes d'esses meios, os mesmos que haviam presidido á formação da cultura hispanica e a seu lado tinham estado nas horas graves: os membros do clero e, singularmente, as ordens religiosas.

Frades e clerigos regulares foram os que na America implantaram a civilisação. O catolicismo que para propagar as suas doutrinas, as doutrinas a que devemos a actual cultura europeia, criára, primeiro, as ordens de S. Bento e de Cister, centros refulgentes da cultura que, com esforço persistente e sobrehumano, transformaram a Europa [1], conser-

[1] Laurent: *Etudes sur l'histoire de l'humanité*, vol. v.

vando o que restava da civilisação antiga [1], cultivando a terra, secando os pantanos, roteando os bosques e civilisando os barbaros [2]; a de S. Domingos e S. Francisco, ordens que, como confessa Diderot [3], «distinguindo-se singularmente pela sua ciencia», quando terminou o feudalismo e começaram a democratisar-se os povos, surgiram, com sua organisação democratica, para dirigir os impetos da plebe; a dos Trinitarios e Mercêdarios, «confederações heroicas» [4], a fim de arrancarem ao jugo dos mouros os cristãos cativos, expondo mil vezes a vida de seus membros nas excursões por terras de infieis; a dos Jesuitas para «com a sua ciencia gigantesca» [5] e o seu «espirito monumental» [6], fazerem frente aos que desfaziam a unidade religiosa e conquistarem, conjuntamente com as outras congregações, as almas perdidas em terras selvagens; e, por fim, a de São João de Deus, São Vicente de Paula e mil mais, para levarem a todas as miserias e dôres, criadas pelas necessidades modernas e pela sede dos prazeres que caracterisam nosso tempo, o balsamo suave e o socorro misericordioso da caridade cristã; o catolicismo que encontrára sempre no povo espanhol o seu mais decidido campeão e que, até hoje, sempre teve nas terras ibericas os soldados aguerridos dispostos a dar a vida na defesa dos ultimos baluartes, foi por sua vez, dispondo de numerosos meios, o valiosissimo auxiliar da corôa de Castela na espinhosa missão

---

1 Warthon: *Drake Literary Hours*, vol. II.
2 Oken: *Nueu Bewaffnung*.
3 *Enciclopedie*, article «Ordres Religieux».
4 Voltaire: *Essai sur l'histoire générale*, cap. XXXV.
5 Heine: *De l'Allemagne*.
6 Michelet: *Histoire de France*.

de evocar o Novo-Mundo, á confraternidade de cultura com a familia europeia; e de tal modo essas duas forças, Espanha e Igreja, se encontram unidas n'esta empreza, que poucos nomes de valor se mencionam na historia da civilisação da America que não estejam ligados á religião ou não sejam espanhoes.

Assim o reconhece Buffon[1], testemunho insuspeito, falando da colonisação americana. «A mansidão, o bom exemplo, a caridade e o exercicio da virtude constantemente praticado pelos missionarios chegaram a sensibilisar os selvagens. Desvanecidos os seus receios e domesticada a sua ferocidade, muitas vezes foram expontaneamente pedir que se lhes ensinasse a doutrina que faz os homens tão perfeitos, e, efectivamente, a essa doutrina se submeteram unindo-se em sociedade com os que lh'a ministravam. Nada existe tão glorioso para a Religião como ter civilisado essas nações e lançado o fundamento de um imperio usando apenas as armas da virtude.»

Dominicanos, franciscanos e jesuitas rivalisavam em zelo para cristianisar e civilisar as desconhecidas regiões que o valor hispanico descobria e conquistava. Da ordem de S. Domingos saíram os defensores que a liberdade dos indios encontrou, ante o trono dos reis de Espanha, em impugnação dos sofismas com que a cupidez dos aventureiros sem escrupulos queria fundar o direito de os escravisar; se o pobre indigena americano não sofreu a sorte, tristissima e revoltante, que todas as nações europeias fizeram suportar ao negro, á voz eloquente de Fr. Bartolomé de las Casas e seus irmãos de habito o devem sem duvida. Da ordem de S. Francisco saíram

1 *Histoire naturelle de l'homme.*

os sabios cosmografos e muitas vezes os intrepidos navegadores que levaram a bandeira espanhola á alta California e ilhas perdidas da Oceania, emquanto outros, mais humildes mas talvez mais heroicos, iam morrer nas florestas sombrias sob a frecha envenenada do selvagem. Dos jesuitas, por fim, saíram os fundadores d'essas modelares missões do Paraguay que tantos elogios e tanto respeito mereceram ao barão de Humbold [1], ao racionalista Montesquieu [2], ao protestante Robertson [3], tão inimigo dos espanhoes, ao apostata Raynal [4] e ao livre pensador Buffon [5]; saíram os criadores e conservadores d'essas escolas e academias que, dispersas pela America, tanto fizeram pela ilustração dos indigenas e tanto se impozeram á gratidão dos povos que, quando no reinado de Carlos III, a Companhia de Jesus foi expulsa dos territorios espanhoes, a indignação do povo americano só poude ser extincta pela força das armas e ordens severas d'aquele marquez de Croix que, no decreto em que intimava a saída dos filhos de São Inacio, impunha silencio á opinião publica, sintetisando todo o odioso do absolutismo nas palavras com que se dirigia aos seus subordinados, com que se dirigia aos descendentes dos livres espanhoes de outr'ora: «pois de uma vez para sempre devem saber os subditos do grande monarca que ocupa o trono de Espanha, que nasceram para calar e obe-

---

[1] *Ensaio politico*, liv. III, cap. VIII.
[2] *De l'esprit des lois*, liv. IV, cap. VI.
[3] *Historia de Carlos V*, liv. VI.
[4] *Historia politica e filosofica das Indias*.
[5] Loc. cit.

decer, e não para discutir nem opinar sobre os altos assuntos do governo.»[1]

A todas estas tres ordens, sem destinção entre si; a dominicanos, franciscanos e jesuitas, devem a sua civilisação actual as nações em que está depositado o porvir do mundo e da raça latina, pois, como diz Bustamante, consciencioso historiador mexicano: «a conquista das Americas e a reducção de muitas nações são obra exclusiva de frades espanhoes; não temo ser desmentido».

Eles, e só eles, de miserandos selvagens que desconheciam o uso do ferro; que não utilisavam a cera e se alumiavam com archotes; que navegavam os rios em canoas escavadas em troncos de arvores e não sabiam construir outros barcos; que carregavam todos os pezos sobre os hombros dos escravos, por falta de bestas de carga; que se admiravam ao verem os espanhoes aproveitarem o leite para fazer queijo; que se enchiam de espanto ante os primeiros cavalos e bois que foram levados para o Novo-Mundo; que desconheciam a seda, o linho e o canhamo e que, vivendo na idolatria, eram poligamos, sodomitas, incestuosos e antropofagos incorregiveis[2], conseguiram fazer em poucos annos homens civilisados tão habeis em todos os oficios como os europeos.

Em 1492 aproou Colombo por primeira vez ás terras do Novo-Mundo; em 1568 já Bernal Dias del Castillo na sua *Verdadera historia de la conquista de Nueva España* podia esgrafiar risonho quadro: «*todos los indios naturales de estas tierras han*

---

[1] Coroleu: *América, historia de su colonizacion, dominacion é independencia*, vol. I, cap. VI, pag. 222.

[2] Cieza de Leon: *Cronica del Peru*, cap. XII; Lopez de Gomara: *Conquista de Mexico*.

deprendido muy bien todos los oficios que hay en Castilla entre nosotros, y tienen sus tiendas de los oficios y obreros, y ganan de comer a ello, y los plateros de oro y de plata, asi de martillo como de vaciadizo, son muy extremados oficiales y asimismo lapidarios y pintores; y los entalladores hacen tan primas obras con sus sutiles alegras de hierro, especialmente entallan esmeriles, y dentro dellos figurados todos los pasos de la santa Pasíon de nuestro Redentor y Salvador Jesucristo, que si no los hubiera visto, no pudiera creer que indios lo hacían ... y muchos hijos de principales saben leer y escribir y componer libros de canto llano; y hay oficiales de tejer seda, raso y tafetán y hácer paños de lana, aunque sean veinticuatrenos, hasta frisas y sayal y mantas y frazadas; y son cardadores y peraïles y tejedores, segun y de la manera que se hace em Sevilla y en Cuenca, y otros sombrereros y jaboneros ... Algunos dellos son cirujanos y herbolarios y saben júgar de mano y hacer titeres y hacen vihuelas muy buenas ... y han plantado sus tierras y heredades de todos los arboles y frutas que hemos traído de España ... De la justicia que les hemos enseñado a guardar, cáda año eligen sus alcaldes ordinarios y regidores y escribanos y alguaciles, fiscales y mayordomos, y tienen sus casas de cabildo donde se juntan dos dias de la semana y ponen en ellas sus porteros y sentencian y mandan pagar deudas que se deben unos a otros y por algunos delitos de crimen azotan y castigan, y si és por muertes ó cosas atroces, remitenlo á los gobernadores, si no hay audiencia real ...»

Ao mesmo tempo enquanto os indios dos bosques assim se instruiam nos oficios manuaes, os crioulos e mestiços aprendiam as linguas classicas, medicina, direito, ciencias exactas e naturaes; teologia e as

que regeram sempre a America, melhor governada, no dizer de alguns, do que a metropole que a dirigia.

«De missionarios e de artifices, que não de exercitos, afirmava um vice-rei celebre, precisa nas Indias quem as houver de governar.» — Tal era a confiança na organisação inexcedivel que, desde os primeiros tempos, edificaram os espanhoes para a regencia das suas colonias.

Certo é que taes excelencias têm sido negadas pelos inimigos do nome espanhol, os mesmos que hoje forjam calunias sobre as colonias portuguezas porque d'elas se não podem apoderar, mas basta a narração despretenciosa dos factos para deitar por terra infamias tão vis.

«Ás apaixonadas acusações dos detractores, diz um critico espanhol [1], respondem victoriosamente os documentos oficiaes dos monarcas castelhanos e de seu Conselho, a Recompilação de leis das Indias, as prégações dos frades e as obras dos imortaes historiadores que, sem preconceitos nem pretenções, nos contam o que presenciaram. Por outro lado, que melhor resposta a taes diatribes que a paz octaviana de que desfrutaram por espaço de mais de tres seculos aqueles imensos territorios tão afastados da mãe-patria e guarnecidos por exercitos relativamente tão insignificantes que só a força moral mantinha submetidas as colonias á autoridade e soberania de Espanha?

«Robertson recorda com entusiasmo o humanitario zelo dos Reis Catolicos a favor dos indios e do qual já citamos provas subministradas por Las Casas.

---

[1] Coroleu: *America, historia de su colonizacion, dominacion é independencia.*

Em 1502, isto é, dois annos antes da morte de D. Izabel, levou Nicolau Ovando, á America, novos regulamentos, nos quaes se declarava que os indios eram subditos livres dos quaes não era licito exigir serviço algum gratuito e forçoso. D. Fernando organisou a administração da justiça civel e criminal confiando-a a magistrados serios e entendidos; criou o Conselho das Indias, abriu a *Casa de Contractacion* em Sevilha, enviou missionarios a todas as regiões do novo continente, regeitando o projecto de Colombo que se propunha povoa-lo com criminosos condemnados ás galés. E já vimos como no reinado de Carlos V se tornou a levantar a questão da escravidão, resolvendo-se no sentido mais cristão e humanitario, conforme as doutrinas defendidas por Las Casas e os padres dominicanos; tendo sido feita esta declaração pelo monarca em 1517, depois de haver consultado os mais famosos teologos e jurisconsultos de seu tempo.»

«Dictaram-se mais tarde outras leis prohibindo obrigar os indios ao trabalho das minas e tambem a qualquer outra classe de trabalho a uma distancia superior a 30 milhas do logar de sua residencia. Ordenando-se tambem que se lhes desse salario por seus serviços, reservando-se uma parte d'ele, em cada communidade, para formar um fundo destinado a cubrir as suas necessidades quando por velhice, doença ou outra qualquer causa se encontrassem impossibilitados de ganhar. Os chefes indigenas administravam estes fundos e tinham-nos á sua guarda. Respeitavam-se os costumes locaes dos nativos, aos quaes se julgou investidos dos mesmos direitos que os outros cidadãos e dignos de exercer o sacerdocio. E como se isto não parecesse suficiente, ordenou-se que, ao serem substituidos os governadores, fossem submetidos a rigoroso juizo de residencia, a cujo efeito podiam queixar-se d'eles todos os que podes-

sem alegar algum agravo ante a nova auctoridade. Se se provava a injustiça, obrigava-se o delinquente a pagar indemnisação, alem do castigo em que houvesse incorrido.

«Fez mais, ainda, a humanidade espanhola. Estabeleceu no territorio de cada audiencia um funcionario denominado *Protector dos indios*, cujo dever era evitar que fossem oprimidos ou injustamente molestados. E este oficio estavam todos os sacerdotes auctorisados para o exercer. Que nação europeia pode gabar-se de haver dado tão eloquentes provas de humanidade? E, se nenhuma o fez, com que direito acusam os espanhoes de barbaros e crueis, tornando solidarios dos excessos cometidos, nos primeiros tempos, por alguns, aos monarcas, magistrados, teologos, jurisconsultos, historiadores que representam n'aqueles seculos as crênças, os sentimentos e a cultura da nação espanhola?»

Tambem nem outra coisa era de esperar de uma nação como a espanhola que, de muitos seculos, se vinha preparando, em condições especialissimas, para a sua missão civilizadora.

Nações onde o utilitarismo domina, onde, quer cinica e grosseiramente, quer sob a mascara cientifica de maltusianismo, de darwinismo social ou qualquer outra, a sêde do ouro se encobre, podem sistematicamente explorar as colonias com todos os excessos, com todos os crimes de que alardeia a Europa nos seus territorios ultramarinos; mas povo que, desde os primeiros seculos de vida, fundou no espirito do Evangelho as leis que o regiam, não pode proceder assim.

Livre e cavaleiroso, sobre uma base de liberdade e generosidade havia de estabelecer o seu imperio. Assim devia ser; assim foi.

Monarquia federativa na qual cada reino tinha idioma, leis e côrtes proprias; onde o principio regio-

nalista e descentralisador servia de fundamento á constituição do Estado, o povo hispanico nada mais tinha a fazer do que aplicar esse seu criterio aos novos territorios para livremente os deixar progredir e desenvolver, graças á iniciativa pessoal e local não coacta pela acção estioladora dos governos que em si absorvem todos os poderes.

E foi o que fez. A Espanha longe de considerar suas colonias qual terreno de exploração destinado a servir para o engrandecimento da metropole, olhou-as sempre — até que o cezarismo borbonico modificou esse estado de coisas — como parte integrante do Estado, revestida de iguaes direitos e á qual se deviam aplicar as mesmas leis.

Facto reconhecido por Prescott [1], confirmam-no a existencia de milhares de povoações americanas que, fundadas pelos conquistadores, devem os primeiros tempos da sua existencia á absoluta autonomia administrativa de que gozaram, á liberrima maneira como elegeram e constituiram seus municipios, segundo os tradicionaes usos vigentes na peninsula e sem a mais pequena intervenção do poder central.

Transplantando para o Novo-Mundo a semente das velhas liberdades ibericas foi como a Espanha formou o seu imperio colonial, assegurando-lhes ao mesmo tempo, a essas venerandas e caras liberdades, a sua sobrevivencia na civilização futura.

Esses cabidos que, como reconhece um escritor argentino moderno, «escolhidos entre os habitantes de um povoado, designavam seus successores sem intervenção da autoridade politica; exerciam a policia; tinham a seu cargo a justiça correccional e de pri-

---

[1] *History of the reign of Ferdinand and Izabella*, part. II, cap. IX.

meira instancia; se ocupavam do fornecimento de viveres; administravam os bens e rendas dos municipios; construiam hospitaes e templos; abriam ruas e praças publicas; cooperavam na defeza militar do territorio; tinham o direito de convocar o povo a cabido aberto afim de resolver casos extraordinarios; davam posse de seus lugares aos governadores, recebendo-lhes o juramento de lei; assumiam o govèrno politico em caso de ausencia ou impedimento do governador e representavam o povo em toda e qualquer gestão relativa ao poder local», esses cabidos, diziamos, que tantos poderes tinham e que tanto fizeram pela prosperidade da America espanhola, estavam destinados a originar as republicas federaes em que hoje se divide aquele continente.

Assim pensam, assim opinam publicistas americanos de reconhecida auctoridade [1], como são Ramos Mejia e o diplomata e politico D. Vicente Quesada [2], que vêem n'estes livres municipios a origem do *self-government* das nações neo-latinas, e, n'estas tradições, profundamente arraigadas na America espanhola, a razão da declarada antipatia com que em Buenos-Aires foi recebido o regime unitario e a causa de que as principaes republicas do novo continente, repelindo o unitarismo francês, forma exotica brigando com o que morfologicamente já, se encontra impresso nos caracteres da raça, adoptassem a forma federal.

Mas, testemunho decisivo n'esta questão, é sem duvida — por tratar-se de um homem de raça diferente e de indiscutivel competencia — o de Gaylord

---

[1] *El Federalismo Argentino.*

[2] *La sociedad hispano-americana bajo la dominación española,* introducion.

Bourne, professor da Universidade de Yale na America do Norte.

Se Espanha carecesse ainda de que fosse feita justiça á sua obra colonisadora, veria os seus desejos satisfeitos com os recentes trabalhos por este catedratico publicados sobre a acção espanhola no Novo-Mundo [1].

N'eles se reconhece que os espanhoes deixaram em toda a America provas de perseverança, de acerto e de boa politica. Não só foram menos crueis, menos desapiedados, menos orgulhosos com os indios que os inglezes e francezes seus contemporaneos, mas tambem muito mais humanos que todos os europeos que hoje se dedicam á colonisação da Africa. O procedimento de Espanha na America, diz este auctor, oferece um dos mais assinalados exemplos — a um tempo — do que pode a descentralisação e do que vale a transmissão da cultura pelo dominio soberano, preferivel cem vezes ao exercido em particular por grupos de emigrantes movidos por impulso proprio, como se deu com os inglezes que arribaram aos Estados Unidos. Os indios mereceram sempre o mais paternal desvelo ao governo de Castela; quanto aos escravos negros, entende Gaylord Bourne, que o estudo comparativo do tratamento que se lhes dava nas colonias espanholas e do que recebiam nas inglezas e francezas, prova que o regime espanhol da escravidão era muito mais suave, quasi paternal, como o prova o costume, até ha poucos annos existente, de servirem os patrões de padrinhos no batismo de seus escravos, dando-lhes então o proprio apelido, o apelido que eles, patrões, usavam, e que, como se á mesma familia pertencessem, passava a estar vincu-

---

[1] *Spain in America*. New York, 1904.

lado áquelles que eram apenas miserandos seres privados da liberdade. Superior tambem considera este escritor a Recompilação das leis das Indias, monumento notabilissimo da arte de reger os povos; superior, igualmente, o que *motu proprio* se decretou em outras partes da America, porque — e esta é a afirmação mais notavel de tal livro — «Espanha procurava, por todos os meios, adaptar ás colonias o seu proprio regime administrativo..., e talvez pareça surpreendente saber que *a causa fundamental da revolução nos Estados Unidos foi a pretenção de estes a ter com a metropole as mesmas relações legaes de que gozavam o Mexico e o Peru com Espanha.*»

Assim, se, como quer Fr. Luis de Leão, o «homem em seus filhos se conhece» e as obras e os filhos «*son testigos fieles y mejores de toda excepcion de la grande virtud*», é inegavel que a civilisação hispanica muito valia, pois tão grande se nos revela na sua obra maxima: a colonisação e civilisação da America.

Podem-se acumular diatribes; pode-se — como tantos têem feito — acusar de «obscurantista», «rotrograda», «fanatica», e não sabemos quantas coisas mais, a cultura que, fiel sempre ás suas premissas, ás bazes lançadas nos concilios de Toledo, presou sobre todas as coisas a unidade religiosa e, por isso, cometeu «o crime» de a defender sempre, de defender o que constituia o segredo da sua força, contra todos os que, na epoca do apogeo do imperio espanhol, tinham grande interesse, com propagandas dissolventes, em introduzir no seu seio a guerra civil que assolava a Europa setentrional; mas contra as acusações e calumnias dos interessados inimigos das glorias ibericas, ahi fica um facto inegavel, indiscutivel: a prosperidade, civilisação e risonho futuro da Espanha de amanhã, d'essa Espanha de alem do Atlantico, constituida por

dezenas de nações, fortes na sua juventude, que a Espanha d'outr'ora, cavaleirosa, regionalista e cheia de fé, criou a seus peitos, acalentou em seus braços, e, para lhes dar a existencia, exgotou a vida.

Podem mencionar-se crueldades e abusos — que não procuramos occultar [1] — de turbas de aventureiros e de individuos isolados. Pode-se dizer que o ouro ultramarino foi fatal para a nação que o descobriu, e, pensando na solidão em que ficaram os agros de Castela depois do exodo das multidões dirigindo-se para o Novo-Mundo, exclamar com Cabanyes, o malogrado poeta catalão:

> Tú viste ufana el temerario arrojo
> de tus hijos ¡ oh Hispania !
> Tu de sus manos recibiste altiva
> la corona de America...
> ¡ Joya fatal ! jamás te ornara ¡ oh madre !
> Y en extranjeras márgenes,
> de tu seno arrancados, no murieran
> por la flecha del indio,
> y ¡ oh dolor ! por la espada de Toledo
> tus malogrados jovenes :
> no en daño tuyo las peruanas sierras
> en raudales mortiferos
> del ansiado metal, rios brotaran
> que tus campiñas ópimas
> convirtiendo cual lava abrasadora
> en desiertas, em áridas,
> corrieron à engrasar extrañas gentes.

Tudo isto se pode dizer, e tudo isto é certo; mas tambem não o é menos que tantos males foram abundantes em resultados beneficos para a humanidade.

Tambem a morte serve para fazer germinar a vida, e se a Espanha se sacrificou, até á morte, pelas

---

[1] Nota II, in fine.

suas colonias, tambem graças a essas colonias foi a maior nação do mundo: o grandioso, o inegualado imperio do seculo XVI.

CAPITULO VI

A unificação peninsular

Assim as coisas, só faltava que, por uma vez, todas as coroas das Espanhas se vissem reunidas n'uma mesma fronte, e isso em breve se deu.

O desastre de Alcacer-Kibir fez soar a hora da almejada união iberica, pondo a debate o dificultoso problema da successão á coroa de Portugal, problema que, deturpado pelas doutrinas da epoca, nunca chegou — pelos que dele se têem ocupado — a ser considerado sob seu verdadeiro aspecto.

Morto D. Sebastião e sem herdeiros obrigados o velho cardeal D. Henrique que, coroando-se, parecia revestir-se de pontifical para oficiar nos funeraes da nação, era necessario, antes da morte do purpurado, se soubesse quem lhe havia de succeder, e, ocupado Filipe II de Espanha com esta questão, ostentava suas pretenções ao lado das de D. Antonio, prior do Crato, de D. Catarina, duqueza de Bragança, e de Maria de Medicis, a ambiciosa mãe de Henrique III de França.

Assim começou e assim continuou, enquanto viveu o Cardeal-Rei, um dos mais odiosos debates que viu o mundo.

Portugal com suas vastas colonias ultramarinas era demasiadamente apetecivel para não despertar a cupidez dos reis; mas, em volta da coroa prestes a caír da cabeça que a ostentava, quanta baixeza, quanta infamia!

Toda a decadencia da epoca que assistia á polemica dos principes, fazendo valer fidalguias e direitos hereditarios para escalarem um trono, se revelava na artificiosidade dos argumentos, no maquiavelismo dos inconfessaveis manejos empregados a tal fim.

Como se de bens imoveis se tratasse, como se não estivesse por meio a vontade de um povo livre, era vêr os quatro pretendentes invocando seus parentescos com o desventurado neto d'el-rei D. Manuel, e seguindo-os por este caminho, qual se a nação podesse ter a sorte de uma herdade, os naturaes juizes do pleito consentindo esta argumentação e descendo até encarar o problema no seu falso aspecto da indagação de quem mais pseudo-direitos tinha á coroa de Afonso Henriques, em lugar de se darem á averiguação, muito mais nobre, de saber que pessoa o povo português — senhor unico de seus destinos — queria para Rei.

Como prisioneira que o pirata arrebatou em desleal façanha e que, nua, algemada e chorosa, é exposta nos mercados da Berberia ás ofertas do melhor postor, Portugal, perdida a antiga liberdade e o antigo brio, era posto em leilão ante a Europa, apregoado por infames escribas em hasta publica, sem que, abismado na dôr, chorando o sangue derramado pelo alfange musulmano, chegasse sequer a dar pelo logro de que era victima, pela infamia que se estava perpetrando.

Deturpadas ou esquecidas as sãs doutrinas sobre a origem da autoridade que, segundo o tradicional conceito cristão e iberico, procedente mediatamente de Deus, é imediatamente transmitida ou delegada, da multidão que de direito a possue ou detêm, para aquele ou aqueles que praticamente a devem exercer, tão grave assunto, posto fora dos seus verdadeiros termos, era debatido sob a fórma, deprimente para a

nação lusitana, de alegações de pretendidos direitos á propriedade.

E só o rei de Espanha se apartava d'este caminho. Tendo em vista o passado da peninsula e ante os olhos o notabilissimo exemplo de um povo qual o *euskaro*, tão diferente etnica e filologicamente não só dos outros povos hispanicos mas até de todos os outros povos da Europa, fazendo parte da federação espanhola só pelo facto de compartilhar o territorio iberico com as outras populações celtico-latinas que n'ele habitam, Filipe II pensava que, assim como a Catalunha, o Aragão, a Navarra, com todo seu glorioso passado, e até com todas as conquistas extra-peninsulares que a coroa aragonêsa trouxe á monarquia espanhola, tinham podido consentir — livres e independentes em suas leis e seus usos — que cada uma das suas sempre distinctas coroas se fosse juntar com as outras sobre a cabeça do mesmo monarca, assim Portugal o podia fazer.

«A diferença de portuguêses e castelhanos, escrevia D. Filipe ao duque de Osuna e a Cristovam de Moura, seus representantes n'este reino, não tem mais ser que um nome vão e falso, pois tão espanhoes são uns como os outros e diferem tão pouco na lingua, no trato e nos costumes... que bem se deixa vêr que esta opinião vã não se funda senão na inorancia popular, incapaz dos discursos da razão e fumentadas por interesses particulares.»

Assim, Portugal, menos diferente que a Catalunha, em relação a Castela, pelo idioma e pela raça, poderia igualmente, como corpo autarquico, morto o ultimo representante da dinastia *joanina*, entrar, em paz, a fazer parte da Espanha, una pela religião, pelos ideaes e pelos interesses, multiforme pelas suas idiosincrasias nacionaes e pela diversidade de atividades de seus esforçados filhos.

E, pensando, d'este modo, o filho de Carlos v empregava todos os esforços para conseguir a pacifica realisação de seu ideal. Os direitos que, segundo a maneira de vêr da epoca, lhe podesse dar o principio de hereditariedade, era ao que menos importancia concedia. Poucas vezes se encontram mencionados em seus escritos, rarissimos a eles se alude nas cartas, que se conservam, dirigidas a Cristovam de Moura. Em compensação apelos constantes ao bom senso do cardeal D. Henrique e aos ministros do reino, exhortações para que todo conflito se evite, é o que mais domina.

«Haveis de suplicar da minha parte ao Serenissimo Rei meu tio,—dizia ele n'uma instrução ao seu representante — que proveja e componha de sua mão, como tão cristão e religioso principe, as diferenças que se tem movido e se poderiam mover, pois o pode e deve fazer de justiça com beneficio da republica cristã e de todos os reinos de Espanha, e particularmente dos d'essa coroa que Deus lhe ha encomendado, e de seus proprios sobrinhos, considerando que todo o homem prudente e cristão procura deixar as suas coisas assentadas e quietas.... »

Ao mesmo tempo, enquanto os partidarios dos outros pretendentes, sempre tratando este reino como feudo de uma dinastia que passa de mão para mão aos azares da sorte, recorriam para saber a quem devia passar o morgado, á indagação de se «se achava a infanta D. Catarina, por filha do infante D. Duarte, em melhor linha que el-rei D. Filipe, filho da imperatriz D. Izabel, precedendo-lhe pela melhoria de linha, com que se melhorava no sangue» [1]; nos la-

---

[1] João Pinto Ribeiro: *Usurpação, retenção e restauração de Portugal*, cap. II.

bios e nas pennas dos amigos do rei de Castela só argumentos se encontram fundados no zelo pelos interesses do reino.

Os defensores de D. Catarina, com rabulices mil, podiam responder aos que, discutindo bisantinices, negavam á duqueza de Bragança, por ser mulher, o direito de representar seu pae com a qualidade de varão, dizendo que «a arte é imitadora da natureza, e assim como esta igualmente produz machos e femeas, e ainda depois do nascimento as converte a melhor sexo, do mesmo modo a arte legal pode fazer que na representação se considere varão á filha femea» [1], mas só por acaso se encontrará entre os partidarios do monarca espanhol quem — ainda quando taes argumentos nada tivessem de irrespondiveis — condescenda a baixar a esse terreno para discutir argucias.

Isso ficava para os que sustentavam a causa do Prior do Crato, bastardo do infante D. Luiz, contra os argumentos da filha de D. Duarte.

Para estes tudo quanto a seu favor se dissesse seria pouco; os outros de nada necessitavam; e, assim, ao lado das especiosas razões d'aqueles que, baseados apenas em principios cezaristas, defendiam tal ou qual candidatura, é claro e concludente o que, posta a vista no futuro, diziam os homens a quem só animava o desejo sincero de salvar a Portugal.

Quanta diferença de um a outro bando! Por um lado, metendo-se de cheio em genealogias, argumentava-se sobre vocações recordando: «depois que o sr. rei D. João o I, de gloriosa memoria, em seu testamento chamou ao principe D. Duarte, seu primogenito, com todos seus filhos, netos e descendentes, legitimos, chamou tambem os mais filhos com todos

---

[1] João Pinto Ribeiro: *Loc. cit.*, idem,

seus descendentes», e «em virtude d'esta vocação aprovada pelos povos, n'esta declaração de primeira instituição, lhe succedeu o sr. rei D. Duarte, e, acabando-se esta descendencia com o sr. rei D. João o II, seu bisneto, entrou na successão o filho segundo do sr. rei D. Duarte, que foi o infante D. Fernando, por cuja cabeça o reino veio ao sr. rei D. Manuel, neto do dito sr. D. Duarte, e d'ele nasceu o infante D. Duarte, de quem foi filha a infanta D. Catarina, que se achava com a mesma vocação do infante D. Fernando, pae do sr. rei D. Manuel» [1]. Por outro, posta de parte a ascendencia materna de Filipe II, — quando D. Jeronimo Osorio, bispo de Silves, homem cujas mãos ninguem se atreveu até hoje a dizer que houvesse manchado o ouro de Castela, escritor pulquerrimo a quem alguns, por suas obras monumentaes, chamaram o Cicero português, se decidia a escrever ao Cardeal-Rei para lhe afirmar o seu sentir, em tudo se revela um espirito superior.

Falava assim o bispo de Silves:

«Digo e afirmo a V. A. que cuidando muitas vezes n'este negocio, humanamente falando, não acho ao presente melhor remedio aos trabalhos e perigos d'estes reinos que serem unidos a Castela, pelas razões que direi.»

... «Se el-rei D. Filipe quizer entrar no reino por força, não ha poder na terra que lh'o defenda, escusadas são proezas de palavras onde as verdades são tão sabidas; o dinheiro está em Fez; capitão para tão grande efeito não o vemos; soldados praticos não os ha... para maior fraqueza do reino intenda V. A. que ha n'ele divisão, e nas reliquias

---

[1] João Pinto Ribeiro: *Loc. cit.*, idem.

do resto que escapou não está a concordia tão certa como alguns por ventura cuidavam.»

... «Se os francêses nos vierem a socorrer, quem nos defenderá dos mesmos francêses? Se roubam aos seus naturaes, como perdoarão a estrangeiros? Se com a profissão de corsarios lhes não temos vida, que faremos se com titulo de amigos entrarem em Lisboa para fazerem um saque tão desejoso de todos eles?... Dir-me-ão que não farão isso francêses, antes se deixarão ficar se assim for; bem aviado estará Portugal debaixo da tirania de tão insolente gente nas vitorias.»

... «Seremos sujeitos a castelhanos? Sujeitos, não, unidos sim. Portugal pode ficar com o seu primor inteiro, e Castela com o seu, e sendo as forças juntas a discordia cessará, e toda a contenda será sobre quem fará melhor o seu oficio em serviço de Deus e d'el-rei.»

Estes conselhos foram ouvidos, e com Filipe II de Castela, I de Portugal, chega a Espanha a todo o apogeo da grandeza.

A espada do Duque de Alba desbaratando facilmente em Alcantara as forças que, conjunctamente com alguns mercenarios estrangeiros, comandava o Prior do Crato, trouxe ao filho de Carlos V a coroa que, arrancada prematuramente pela morte a um mancebo generoso, rodára pelos campos em Alcacer-Quibir, e assim se veio a aumentar, ainda mais, um imperio onde o sol já se não escondia.

Assim, ficando o construtor do Escorial senhor unico de toda a America, desde o Mexico até á Patagonia, e de todos os oceanos, do Atlantico ao Pacifico, das costas do Mar Vermelho, todavia trementes da voz temerosa, dos ecos ainda mal apagados, dos feitos de Afonso de Albuquerque, até as ilhas oceanicas que os Balboa e os Del Cano haviam alcançado para a

coroa de Castela, chegou pelo aproveitamento das conquistas portuguêsas, a ser o monarca espanhol o mais poderoso de todos quantos até hoje tem visto o mundo.

Estava em seu apogeo o imperialismo. Carlos v fizera-se cognominar *o Cezar* e como tal procedera na Italia e outros pontos. A «sede de mandar, a vã cubiça» ardia em todos os peitos e, encaminhada para o engrandecimento material do territorio, n'esse sentido concentrava todos os esforços, sem reparar se enquanto o aventureiro saqueava os tesouros do Mexico, *Lazarilho de Tormes* não se atrevia a mendigar na capital da monarquia por medo de ser açoitado.

Mas, sendo assim com relação aos paizes extra-peninsulares, de tal modo estava arraigado o sentimento da justiça que preside ao regionalismo hispanico, tão profundo era ainda o respeito que mereciam aos imperantes as *liberdades* ibericas, que o filho d'aquele catolico soberano que, para poder estabelecer o seu dominio na peninsula italica, não duvidára em aprisionar no castelo de Saint-Angelo, sob a vigilancia de Hernando de Alarcon, marquez de la Valle Siciliana, ao proprio Pontifice Clemente vii, não se atreveu, ou antes não quiz, tendo em suas mãos todos os meios para o fazer, empregar contra o pequeno reino de Portugal, recem-vencido, dizimado, pobre e inerme, aquele processo que de um modo tão grafico expressa Tacito dizendo: *ubi solitudinem faciunt, pacem apellant.*

O que contra os flamengos, italianos ou francêses não teria havido escrupulo em pôr em pratica, não poude ser feito contra os que eram irmãos pela mesma origem de que procediam, pelo mesmo territorio que habitavam.

D'este modo, recolhendo, como herança do car-

nhecidos a todas as nacionalidades ibericas no momento da sua integração na unidade peninsular, baseára a sua politica n'um gradual e talvez inevitavel esquecimento da importantissima ideia de que todos e cada um dos seus reinos era um corpo livre, e se esta conduta podia ser suportavel para povos que — quites com protestar sempre, com protestar até hoje — se haviam costumado a obedecer a um rei que, embora seu, de longe lhes mandava, era de todo intoleravel para uma nação que da independencia passava em curtos annos para a escravidão.

Assim, a pezar da relativa benignidade do rei que, não obstante os gravissimos tumultos que originou Antonio Perez no Aragão, não aproveitou tal ensejo para destruir as leis privativas d'aquele reino que tanto o molestavam, sendo assim que, ao castigar com mão forte as cabeças do movimento e ao enviar o *justiça* D. Antonio de Lanuza e seus companheiros ao cadafalso bem o podia ter feito; a pezar do sincero respeito pelas prerogativas nacionaes que Filipe II sempre demonstrou e até do especial cuidado que dedicou ás coisas de Portugal interessando-se por emprezas tão magnas qual a da realisação pratica da navegação do Tejo, de Toledo a Madrid, estudada e planeada pelo engenheiro Antonelli; não foi possivel que seus successores o imitassem continuando-lhe a obra.

De dia em dia se enraizavam mais as ideias cezaristas na peninsula. Á medida que o espirito pagão da Renascença se apoderava dos animos, os reis iam-se julgando superiores ás leis; o regalismo, inovação perigosa classicamente renascente, inchava o orgulho dos monarcas levando-os a suporem-se, como
[illegible]ores romanos, revestidos de um poder
[illegible]e os colocava a inverosimil altura sobre
[illegible]as, e d'este modo, faltos do freio, que o

cristianismo impozera aos magnates, destruida em suas bases seculares a maneira de ser hispanica, desfeito o que o *Fuero Juzgo* fizera, tudo se encaminhava para a decadencia, resultado inevitavel e necessario da traição que se fazia ás leis inalteraveis da civilisação iberica [1].

E se este movimento se não precipitou, se muito lentamente foram progredindo os principios da monarquia absoluta que iniciados no seculo XV só chegaram a seu termo a fins do XVII e principios do XVIII, é porque, arraigado como estava o espirito cristão na nossa maneira de ser, não era possivel não já destruir mas, sequer, anestesiar o que estava no sangue, o que estava na alma de portuguêses, castelhanos, navarros, aragonêses e catalães.

Filipe II, não querendo transferir para Lisboa a capital de seus Estados unificados, caíu em grave erro. Faltou assim a um dos mais importantes conselhos que as paginas do *Principe* — verdadeiro breviario dos magnates de tal época — encerram em seus capitulos; privou-se voluntariamente de consolidar uma amisade que, revelando-se em festas grandiosas, mensagens de municipalidades e classes, dedicatorias de livros — digam o que queiram os facciosos — chegou a existir em Portugal para com os monarcas da casa d'Austria; e, o que é peor, privou seus herdeiros, destituidos em absoluto dos altos dotes de estadista, do olhar de aguia que possuia o filho de Carlos V, de poderem ter por Portugal o cuidado preferente de que era digno e que lhes mereceria se aqui se houvessem encontrado, se aqui houvessem residido, se aqui houvessem nascido.

Esta falta foi origem de muitas outras. Morto Fi-

---

[1] Nota IV, *in fine*.

lipe II foi como se um seculo de decadencia tivesse caído sobre as Espanhas. Do momento em que o Solitario do Escorial lançou o ultimo suspiro áquele em que Filipe III tomou conta da corôa, sem que nada se desse, foi como se um aluvião de desastres se tivesse precipitado sobre a peninsula. Era demasiadamente pesado o cetro do maior imperio do mundo para que outro pulso que não fosse o do homem que representa o maximo da grandeza espanhola o podesse sobrelevar.

Morto Filipe II todos os Estados hispanicos se resentem e Portugal segue a sorte comum.

Datam de então todos os verdadeiros agravos que João Pinto Ribeiro poude depois, muito justamente, lançar em rosto a Filipe IV [1].

Impostos injustos — posto que não votados pelas côrtes; despreso absoluto dos interesses das colonias portuguêsas; concessão de titulos e senhorios lusitanos a pessoas para Portugal estrangeiras; leva de portuguêses para Flandres; menospreso dos direitos das classes; desconsiderações aos municipios; introdução no *Conselho de Portugal*, que — conjuntamente com o *Conselho de Castela, Conselho de Aragão* e *Conselho de Indias* — funcionava ao lado do monarca, de pessoas que por não serem portuguêsas a ele não podiam pertencer, tantos foram, entre outros muitos particulares, os agravos que a nação lusitana recebeu do cezarismo, durante o reinado de Filipe III de Espanha, II de Portugal.

Apartava-se cada vez mais a monarquia hispanica dos principios que lhe davam razão de ser. Cada anno que passava era como pá de terra que se ia lançando para o fundo da cova em que, amorta-

---

[1] Nota V, *in fine*.

lhada e cataleptica, se encontrava, viva e indefesa, a liberdade iberica.

No tripudiar dos cortezãos, entre as intrigas e lisonjas dos palacianos iam-se afundando as grandezas e as esperanças dos povos mais livres que viu a Europa; a vida nacional, abusiva e funestamente, concentrava-se nas ante-camaras reaes, e, ali, era entre os risos escarninhos e alvares de fidalgos, tão emproados como ôcos, onde a *coroa* de Aragão era rebaixada depreciativamente a *coroasinha* (*coronilla*) e onde, olhados desdenhosamente, de pés á cabeça, os vencidos de Alcacer-Quibir que iam a Madrid manifestar a sua indignação veemente ante os abusos cem vezes repetidos, se dictavam cinicamente as ordens de recrudescer nos vexames, se forjavam instrucções de perseguição sistematica a tudo quanto era português, a tudo quanto era catalão, a tudo quanto era regional, atingindo maximo desaforo em despachos em que, impudicamente, se preceituava: «*enganem-se os proceres de Portugal*»; «*cavalguem-se as damas portuguêsas*».

O maquiavelismo real havia atingido o seu *desideratum:* as regiões, as nações livres e respeitadas outr'ora estavam reduzidas á categoria de provincias; a peninsula era um corpo monstruoso de membros definhados pela falta do sangue que se ia acumular não n'uma cabeça mas n'um estomago voraz, insaciavel; a Espanha era um ser unico na criação, um autofago que para viver se matava, que se alimentava da propria destrucção e onde uma só coisa se erguia quando tudo havia perecido, onde um unico orgão era feliz semeando a morte em volta de si, onde só imperava, prospero na decadencia, vivo entre os mortos, a figura odiosa e repelente D'EL-REI.

Cegos pela paixão não viam aqueles ignaros, não

viam aqueles orgulhosos que tudo aconselhava o retroceder imediato ás tradicionaes instituições de descentralisação e liberdade. Em vão as armas espanholas que, vencedoras na Italia e em Flandres, vencedoras em San Quentin e vencedoras em Lepanto, haviam assombrado o mundo, eram obrigadas a capitulações vergonhosas; em vão, centralisada a vida patria e, por consequencia, enfraquecidas as remotas partes constituintes da monarquia, os territorios tão dificultosamente conquistados se desagregavam e perdiam; postos os olhos dos validos na benevolencia do soberano e fixa a atenção do principe no seu auto-engrandecimento, que importavam derrotas, que importavam perdas de riquissimas regiões se el-rei se podia cognominar *Grande*, se ante a *Excelencia* do ministro todos os aulicos se curvavam?

Desvairados pela sua dementada vaidade os governantes de Espanha não paravam na carreira empreendida. Os primeiros insuccessos de seu funesto centralismo nada lhes ensinou; estavam em principio ainda! amontoando desgraças sobre desgraças e, como impelidos por signo euripidiaco, tinham de recorrer todas as estações obrigadas da via dolorosa da decadencia para só se deterem, assustados, ante as ignominias ainda não cicatrisadas de Santiago de Cuba e Cavite, ante as vergonhas da rendição da Havana e do tratado de Paris.

Morto Filipe III ainda novos desaforos estavam por vêr. Seu successor, Filipe IV, aquela cara de imbecil exangue que no Museu do Prado se patenteia á posteridade, amarrado á tela, por imortal pincel, como á picota de vilipendio um réo de muitos crimes, tinha as qualidades necessarias para ser um mau rei. Entregue nas mãos do Conde-Duque de Olivares, inepto e orgulhoso, foi-o de facto.

O sol da epopeia espanhola que já declinava tocou o horisonte sob seu reinado. Foi aquele o soberano «*grande ao modo dos poços*» que á medida que, um a um, todos os Estados se lhe iam indo, redobrava no orgulho, forçava a nota da vaidade; foi o seu valido aquele ministro que, quando por todos os pontos se levantavam clamores contra o centralismo, confundindo a França com a Espanha, julgou poder competir com Richelieu em omnipotencia e teve a pretenção ouca e inconsiderada de supor, misero pigmeu, que poderia desfazer a obra dos seculos e conseguir que a peninsula unificada se centralisasse até desaparecerem as diferenças entre os reinos, que a nação *catolica* por excelencia, «ocupando-se dos proprios interesses, deixasse de ser, como até ali havia sido, o campeão da cristandade» [1].

Por primeira vez, ampla e declaradamente, se transplantou a politica francêsa para a peninsula iberica. Por primeira vez correntes galicanas chegaram até o trono e de tão alto quizeram impôr a lei.

A pessoa d'el-rei declarou-se sacrosanta; a autoridade real afirmou suas pretenções e justificou seus abusos dizendo-se de *direito divino;* o ministro omnimodo, tratando as regiões, Portugal, Catalunha, Aragão, Valencia, como despresiveis provincias, impoz-lhes os derradeiros vexames; o poder central, fazendo tabua raza de todo direito, afirmando — como em França se afirmava — que no monarca se encontra a plenitude indiscutida de todo o poder, dá força de lei aos caprichos de um imbecil e arranca tributos ao povo como quem, senhor de todos os bens, d'eles

[1] Documentos da epoca publicados por Canovas del Castillo.

pode dispôr; e, de abuso em abuso, de excesso em excesso, teria ido até os horrores que só o seculo seguinte havia de presenciar, se contra tanto despotismo, contra tão exoticas correntes cezaristas se não houvessem levantado em armas todos os que nas Espanhas sentiam ainda os antigos brios da raça iberica.

E foi o que succedeu. Contra as demencias afrancêsadas do Conde-Duque; contra o ministro e contra o rei que se propunham fazer de todos os povos da Hispania a nação escravisada que um bem diferente *processus* historico havia feito do povo francês, levantou-se a Catalunha, revoltou-se Portugal e esteve prestes a seriamente insurrecionar-se a maltratada Andaluzia.

Ainda era cedo para a tal ponto tiranisar uma raça livre. O valido de Filipe IV havia-se precipitado e, qual diz Pinto Ribeiro, « succedeu-lhe como aos animaes impacientes de laço, que quanto mais forcejam por se livrarem d'ele, tanto mais se enleiam e se afogam, e, pretendendo a vida e a liberdade, abreviam a morte. »

Sobreveio mais uma pausa na marcha sempre ascendente do cezarismo. Anno de libertação para Portugal, 1640 foi um dique oposto ás torrentes escravisadoras que se despenhavam de alem-Pirineus. Contudo, tratava-se apenas de uma tregua, não de uma victoria.

Portugal, livre da opressão dos governos de Madrid, caíu sob a tirania dos de sua casa. Reis despoticos, arrogando-se tantos e mais poderes que aqueles que haviam tornado odiosa a dominação filipina, lançaram os portuguezes nas abjecções do seculo XVIII, periodo de corrupção e absolutismo, e comprometeram os destinos de uma nação independente que, desde a assinatura do tratado imposto por Lord Me-

thuen, atrelada ao carro de Inglaterra, nunca mais foi, realmente, senhora de sua vontade.

A Espanha, esfacelada pela guerra civil, só esperava que vencedoras as armas reaes sobre a briosa independencia dos municipios, a decadencia se afirmasse pelo despreso sistematico das veneradas e legitimas tradições ibericas.

CAPITULO VII

Catalunha. 1640-1714

O que se dava no ocidente da peninsula não podia deixar de encontrar paralelo nas regiões do levante.

De origem menos recente, as tradições de liberdade não eram ali por isso menos vivas. Catalunha sentia tanto como Portugal o jugo que lhe impunha o centralismo e ainda quando nem n'uma inteligencia, sequêr, germinasse a ideia de negar obediencia a quem, a pezar de tudo, vinha a ser descendente directo dos antigos soberanos do principado, a indignação acumulando-se nos patrioticos filhos da terra catalã era como mina carregada que o mais pequeno choque podia fazer explodir.

De causar essa explosão se encarregaram os soldados das forças comandadas por Juan de Arce e D. Leonarda Molas que, atravessando a Catalunha em som de guerra, com suas violencias, rapinas e sacrilegios acabaram de encher a taça das amarguras e fizeram derramar a ira do povo catalão.

Propositadamente, talvez, era isso o que pretendia o governo de Madrid. O sonho dominante do Conde-Duque de Olivares, o seu «maior desenho» como diz João Pinto Ribeiro, era «fazer que em Espa-

nha houvesse um só rei e uma só lei »[1]. Provocavam-lhe insofrivelmente a colera os tropeços e dificuldades que a autonomia e leis proprias de cada região opunham á sua imensa vaidade e, homem que não reparava na escolha dos meios com tal de alcançar seus fins, não é ofender-lhe a memoria supor-lhe a paternidade de tão cinicas instrucções aos seus representantes na Catalunha, quaes as que de positivo se sabe dava aos de Portugal.

Era aquele, não o olvidemos, o tempo em que as doutrinas do homem sobre cujo tumulo Florença escreveu « *Tanto nomini nullum par elogium* », estavam gosando de absoluto imperio na embrionaria ciencia de reger os povos, e quem conheça um pouco a completa amoralidade das paginas em que o assassinato, a calumnia, a fraude, a mentira são aconselhados como coisa natural, como meios que nem sequer se discutem sob o ponto de vista do licito ou ilicito, compreenderá que não é arrojada a suspeita que atribue ao ministro de Filipe IV sistematicas perseguições que, provocando a sublevação, lhe permitissem esmagar os povos a quem queria perder.

Se esse foi o seu intento, conseguiu sem duvida o que queria. Conjuntamente com as noticias dos successos da Catalunha, chegou a Madrid, talvez quando menos se esperasse, a respeitosa mas categorica Proclamação do Senado barcelonez pedindo justiça a el-rei, apontando desapiedadamente a obra do valido e acabando por anunciar a ruptura de hostilidades.

« Ultimamente podem tanto as persuasões continuas dos que aborrecem os catalães com odio inex-

---

[1] João Pinto Ribeiro, *Loc. cit.*

tinguivel, que não só procuram desviar da rectidão e equidade de V. M. os meios propostos de paz e socego, que deviam ser admitidos pelo menos a titulo de experiencia; mas para chegar ao termo da malicia, propõem a V. M. como obrigação necessaria que se prosiga na opressão do principado, acudindo a ele com exercito, para o entregar livremente ao capricho de soldados de saque e pilhagem universal; expondo-o a que possa dizer (se não atendesse ao amor que a V. M. teve, tem e terá sempre) que, em virtude de tanto rompimento de contracto, o dão por livre, coisa que nem a provincia imagina, antes roga a Deus o não permita.

«E como o Principado catalão sabe por experiencia que estes soldados não teem respeito nem piedade a casadas, virgens inocentes, templos, nem ao proprio Deus, nem ás imagens dos santos, nem ao sagrado dos vasos dos templos, nem ao Santissimo Sacramento do altar, que se viu este anno duas vezes em chamas, aplicadas por estes soldados, *está posto universalmente em armas, para defender — em caso tão apertado, urgente e sem esperança de remedio — a fazenda, a vida, a honra, a liberdade, a patria, as leis, e, sobretudo os templos santos, as imagens sagradas e o Santissimo Sacramento...*» [1]

Foi esta a declaração de guerra, o grito de revolta que lançaram os catalães quando em 1640 se sublevaram contra a politica funesta do Conde-Duque. Mas antes de chegarem a este extremo, quantos

---

[1] *Proclamacion catolica a la Magestad piadosa de Felipe el Grande, rey de las Españas y emperador de las Indias, nuestro Señor, los Conselleres y Consejo de Ciento de la ciudad de Barcelona. Año 1640* — §. 36.

vexames, quantas infamias, por parte do governo de Madrid, sofreram os habitantes do Principado?

Minuciosamente descreve tantas arbitrariedades o consciencioso Sala y Berart nas paginas da *Proclamacion Catolica* onde aquelas palavras se encontram. Relação de agravos, interminavel lista de violencias de que a Catalunha foi victima, isto é tão memoravel documento. Lendo-o, exactamente como quando se faz a leitura das queixas dos portuguêses em tal epoca, cruza pelo espirito a suspeita de se estariam loucos os governantes castelhanos quando assim, a sangue frio, sem causa racional, perseguiam lusitanos e catalães, entregando-os, a estes especialmente, a todos os horrores da guerra, estando, como estavam, em tempo de paz.

E como isto não é possivel; como não é possivel suspeitar demencia nos regentes das nações; de novo se impõe a certeza de que só o desejo de provocar uma revolução, que permitisse depois todas as represalias, explica o luxo de crueldade que se ostentou, durante a primeira metade do seculo XVII, n'aquela terra que, respeitando o titulo de conde de Barcelona no homem que ocupava o trono das Espanhas, podia dizer pela penna do auctor da *Proclamacion* (§. 1.º): « *no tiene V. M. vasallos de fidelidad mas entera, de legalidad mas pura que los catalanes, pues llegaron á merecer de los señores reyes publicas aclamaciones* ».

Contra toda justiça, a fiel Catalunha que relembrava com legitimo orgulho o testemunho de Carlos *o calvo*, « reconhecendo nos catalães a fidelidade como congenita », a do conde de Urgel, Armengol de *Castilla*, dizendo d'eles: « estes são os que desde principio sofreram o pezo, a agonia da sede, fome, cativeiro e muitos trabalhos para permanecer na fé, á honra de Deus e da cristandade e a serviço

de seus senhores»; o d'el-rei D. Martinho aclamando-os «fieis até á morte»; o de Fernando I; o da rainha D. Violante; e até o de D. João II, depois da sublevação a favor do principe D. Carlos, concedendo á cidade de Barcelona o direito de castigar com a pena de morte aquele que á terra catalã «calumniasse de falta de fidelidade»; a Catalunha, diziamos, de quem o rei D. Pedro *o cerimonioso*, voltando de Aragão para o Principado, beijou o chão, descendo do cavalo ao avistar a sua primeira aldeia, e chorando aclamou: *terra abençoada e cheia de lealdade!* viu-se sob o governo de Olivares, assolada, saqueada e maltratada como paiz inimigo, sem esperança de obter auxilio de um soberano a quem, de modo talvez excessivamente humilde, dizia: «*seria negar la piedad de padre a un monarca tan catolico, presumir en V. M. permision a tales desafueros, sin proceder delitos que los motiven, cuando — en otra parte averiguados — los toleró la prudencia*[1].

Ocupada militarmente por soldados em grande parte flamengos e hereticos, a nação piedosa que tanto se envaidecia de haver sido patria dos primeiros cristãos que viram terras ibericas, mãe de tantos martires que pela fé de Cristo derramaram o sangue, logar onde se reuniu o primeiro concilio hispanico, unica que — em tempos das maiores guerras e dificuldades — nunca deixou de se encontrar em comunicação directa com a Santa Sé, unica que nunca teve em seu seio um heresiarca, e que, orgulhosa de todos estes titulos, os relata nos documentos em que pede justiça[2], foi victima das mais sacrilegas irreve-

---

[1] *Procl. Cat.*, preambulo.
[2] Idem, §. II.

rencias, das maiores injurias contra a sua fé tão estremecida, contra as suas crenças tão amadas.

Aquele povo catalão que piedosamente guardava como reliquia a memoria de todos os factos que com a sua religião se relacionavam, e, simplesmente ingenua, lembrava haver-se dado a coincidencia de serem catalães os primeiros sacerdotes que desembarcaram no Novo-Mundo e de terem sido batisados [1] em Barcelona os primeiros indios que foram apresentados aos Reis Catolicos, chegou a ver-se na dura necessidade de se dirigir a Filipe IV para, com documentos comprovantes, lhe relatar: *quemaron al fin los soldados de vuestra magestad — ¡ oh que dolor! — no solo altares, imagenes y templos, pero redujeron a carbon y ceniza — ¡ oh sacrilegio horrible! — las formas reservadas à quien estaba realmente unido y en ellas existente, el Hijo del Eterno Padre, Principe de lo Visible é Invisible, Rey de reyes y Señor de señores; Jesucristo Nuestro Redentor* [2].

E aqueles homens que se diziam, *no solo por la sujecion á la fé, esclavos del Santisimo Sacramento, sinó tambien, por el amor e y el afecto, hijos,* viram-se forçados a recorrer ás armas para defender os seus altares e suas casas, no exercicio do mais incontestavel dos direitos: o de defeza.

Expostos, sem apelação possivel, a todas as injurias e afrontas que os soldados castelhanos sobre eles queriam exercer, os catalães, respeitando a bandeira real que empunhavam taes soldados, reprimiram a ira e procuraram na resignação o que o desforço lhes não podia dar. Latrocinios, violações, incendios, tudo contemplaram, a tudo assistiram tão impassiveis

---

[1] *Procl. Cat.*, §. II.
[2] Idem, §. V.

quanto possivel. «Não sem lagrimas viram as sedas dos ornamentos do altar transformadas em vestidos, gibões e vasquinhas»[1]; os «calices e vasos sacros fundidos para usos profanos», mas a explosão só se deu depois que chegada a teia incendiaria ás igrejas de Rio de Arenas e de Montiró, até as especies sacramentaes ficaram queimadas.

Seguiram-se depois todos os successos que tão circunstanciadamente e com estilo tão puro narra D. Francisco Manuel de Mello. A excitação apoderando-se dos espiritos e a terra catalã dominada por esse indefinivel mau-estar que é prenuncio de tempestades. A agitação chegando a Barcelona e os ceifeiros (*los segadors*) entrando n'ela, como de costume, á procura do trabalho que annualmente ali encontravam e originando com a sua chegada todos os tumultos, perseguição aos castelhanos e até assassinato das mais altas autoridades, factos que, seguindo-se e amontoando-se, provocaram a guerra.

A afiada foice que se preparava para cortar as espigas nas abundantes searas da terra catalã, ergueu-se vingadora para ceifar as cabeças que, usufruindo o fruto dos campos e o trabalho das cidades, tornavam infrutifero o esforço dos homens, esteril a fecundidade dos campos, faminto o povo que até nas fragas, regadas com seu suor, sabia encontrar o pão de cada dia[2].

Triste foi o massacre, como tristes, inhumanas, são sempre as scenas de sangue. Foi contudo a vingança de um povo; acto inconsciente e impunivel como são sempre os feitos das multidões; facto previvel e inevitavel, pois não se pode exigir, a uma na-

---

[1] *Procl. Cat.*; C. S.

[2] *El catalan de las peñas saca pan*; adagio castelhano.

ção que morde o freio por longos annos, calcule o alcance e limite a força destructora da sua indignação quando chega a hora de saldar contas. Outra coisa seria se, serenamente, a sangue frio, cinicamente, a vingança se tivesse organisado e, mascarando-se com todo o aparato teatral da legalidade, houvesse, uma a uma, designado as vitimas que a morte havia de colher; outra coisa seria, se, surgindo em meio de uma nobre altivez colectiva, as baixas paixões individuaes ou o rancor de mesquinhas minorias houvessem armado o braço que aniquilava, a raiva cega que destruia; mas, felizmente, na Catalunha, em 1640, nada se deu que com tal infamia se assemelhasse.

Passado o primeiro momento de ira, aquele povo austero e simples calmou-se como por encanto e, abandonando a atitude ofensiva, limitou-se a preparar-se para a defeza. Talvez aqueles que pela força das circunstancias, em razão do lugar que ocupavam, se viram á frente do movimento, fossem os primeiros a lamentar a desmedida acção do primeiro dia; talvez que, com o pretexto fornecido, se justificasse depois muita infame represalia, ou se desvirtuassem as razões dos catalães. Seja como fôr, o facto deu-se: a entrada dos ceifeiros em Barcelona significou para a Catalunha um dia de sangue como as famosas *Vesperas* o tinham sido para a Sicilia, mas se alguem ha que se encontre absolutamente impossibilitado para vituperar a revolução catalã de 1640, esse alguem é, indiscutivelmente, a nação portuguêsa.

A sublevação de Portugal contra Filipe IV dificilmente se teria dado se a Catalunha a não houvesse precedido. As batalhas que se lhe seguiram e tantas outras victorias que sublimaram o começo da dinastia de Bragança jamais se teriam alcançado se as forças do rei das Espanhas, imperador das Indias,

compostas de tudo quanto de mais aguerrido tinham os «tercios» castelhanos, flamengos, tudescos e italianos, se não encontrassem divididos pelos dois extremos da peninsula. Divida é esta de gratidão que ainda não está paga.

Catalunha foi a victima expiatoria que, á custa de seu sangue, á custa da vida de seus filhos, permitiu a libertação de Portugal. O ferro que em seu coração se cravou estava reservado, nos planos do Conde-Duque, para o peito portuguẽs, e, como aquelas victimas muitas vezes desconhecidas que no fundo de um claustro, entre as quatro paredes gelidas de um cenobio, expiam as iniquidades de seu tempo e assim salvam o mundo, segundo o parecer dos mestres da teologia mistica, dos supremos castigos de que diariamente se torna reu, assim o principado catalão desviou sobre si as iras de que Portugal tinha de ser victima.

Das duas nacionalidades ibericas que se levantavam em armas para conquistar a liberdade, uma tinha de perecer para que a outra podesse viver e a Catalunha morreu para que Portugal triunfasse.

Quasi um seculo de agonia lhe custou este sacrificio. Veio logo a questão dinastica, a luta entre Filipe de Borbon e Carlos d'Austria, a guerra da successão á coroa de Espanha que comoveu por tanto tempo toda a Europa, e a Catalunha, que já tomára armas por Carlos, principe de Viana, cujo estandarte simbolisava as suas liberdades e foros, colocou-se, pelas mesmas razões, ao lado do Arquiduque d'Austria contra Castela que seguia o partido do que depois foi Filipe v.

Ao seu lado estavam as duas regiões irmãs: Aragão e Valencia; estava tambem, não com leaes propositos, a coroa de Inglaterra e, com ela, Portugal.

Pela frente: a França; isto é: Luiz xiv.

Começou assim uma guerra cruel, desatinada. Por um momento a causa de Carlos d'Austria, e com ela a das liberdades regionaes, esteve a ponto de vencer. O Papa Clemente VI chega a mandar um Nuncio a Barcelona para que o represente na côrte do Arquiduque. Na capital da monarquia, os avós d'aqueles *manolos* e *chisperos* que um seculo depois haviam de derramar seu sangue generoso para libertar Madrid do jugo de José Bonaparte, muito tiveram de lutar para poder fazer frente aos tudescos de D. Carlos. A implantação do regimen integralmente absoluto custou muito sangue, mas, por fim, depois da celebre batalha de Almansa, que tantas e tão viçosas folhas cortou ás mais florescentes arvores genealogicas da nobreza portuguêsa, o cezarismo galicano estabeleceu-se na peninsula e, o que se não podia ter conseguido sob Filipe IV, conseguiu-se sob Filipe V, o primeiro rei da funestissima dinastia de Borbon.

E de que maneira se estreou o galicanismo! A 29 de junho de 1707, quando a sorte das armas tinha quasi assegurada a coroa das Espanhas ao neto de Luiz XIV, os reinos de Aragão e Valencia, já submetidos, eram declarados «rebeldes a seu rei e senhor» e castigados com a perda total, absoluta, de seus foros, liberdades e leis privativas. O principe que na côrte de França, de onde vinha, havia podido frequentar a maior escola de absolutismo que possuia a Europa, extranho em absoluto ás tradições ibericas, ignorante da sua historia gloriosa, da historia d'aquelas nobilissimas regiões a quem declarava seu «dominio absoluto» e a quem feria «por estarem compreendidas nos reinos que legitimamente possuia» e em virtude «do justo direito de conquista que d'elas fizeram ultimamente as armas» e, ainda, «de ser um dos principaes atributos da soberania a imposição e derogação das leis», não sentia o mais peque-

no escrupulo em transplantar definitivamente para a peninsula o centralismo francês, e, voluntariamente surdo aos clamores das victimas é até aos conselhos de seus partidarios, o duque de Montellano, conde de Frigiliana e duque de Medinasidonia, desfez com um só decreto a obra de seculos, apagou por sua inepta vontade o que desde Jaime I ardia com resplandecente luz: as liberdades aragonêsas iluminando o mundo.

Em vão recorreram as duas nações maltratadas ao patrocinio do proprio rei de França Luiz XIV; Quatro annos mais tarde conseguiram os aragonêses que o direito privado das leis de Aragão podesse ser usado nos negocios entre particulares; Valencia nada obteve, nenhuma de suas leis foi restabelecida; nem privadamente nem em publico, civil ou administrativamente, tornou a vigorar o seu direito, negando-se-lhe até o de petição, até o de recorrer á clemencia regia, pois José Ortiz e Luis Blanquer, que isso fizeram em nome de seus concidadãos foram por tal *crime* enclausurados no castelo de Pamplona...

Distante, muito distante, estava já o tempo em que os povos hispanicos podiam dizer aos seus reis: *e senão, não!* Longe, muito longe, a epoca em que os subditos falavam alto e cabeça erguida aos soberanos e, quando estes davam cedula ou carta contra a lei natural ou contra as leis fundamentaes do reino, podiam regeitar essas ordens usando da formula: — *se obedece, pero no se cumple* — nada mais restando ao regio transgressor que reconhecer seu erro, porque como solemnemente afirmam as PARTIDAS: « *gran derecho és el que à los otros ha de enderezar é emendar, que lo sepa hacer a si mismo cuando errare.* »

Tudo muito longe! Despresava-se descaradamente o principio tradicional e racional afirmado no

Fuero Juzgo [1], reconhecido nas côrtes de Briviesca, confirmado nas Constituições de Catalunha [2], Sete Partidas [3], Ordenações reaes de Castela [4], e quantas côrtes se realisaram na peninsula até ao seculo XVI, principio que, como é de razão e justiça, afirma não poderem os reis alterar um ponto das leis constituitivas da monarquia sem, *ipso facto*, desligarem o povo de toda a obediencia e acatamento a ele devidos como a rei e senhor, e, porque isto se dava, porque isto sucedia, compreenderam os povos ibericos onde a liberdade se tinha refugiado que só nas armas estava a sua esperança e, como os actos de Filipe V vinham dar razão ás afirmações do arquiduque Carlos, a Catalunha redobrou na sua defeza, disposta a morrer ou a vencer.

Morreu... Mas morreu gloriosamente! Por mais *sete annos* aqueles heroes, que heroes se lhes pode chamar, fizeram frente á tirania borbonica, não em defeza de Carlos d'Austria, que assim que se viu coroado imperador, ingrato, como os principes soem ser, nunca mais se lembrou de seus esforçados partidarios de Espanha, mas em defeza das suas leis e seu direito que isso, mais do que a vida, prezam os catalães.

Abandonados d'aquele a quem chamavam seu rei; abandonados da Inglaterra que, prometendo sempre auxilios, nunca os enviava, os catalães, podiam repetir o amargurado grito do *conceller* Felin de Penya que, ante as ruinas de Barcelona, rasgando as vestes senatoriaes, a *gramalla* que o vestia, clamou: «Oh

---

[1] Fuero Juzgo: *Prim. titolo*, l. 2.º
[2] Const. de Catal.: tit. XIV.
[3] Part. — L. 18, tit. I. Part. I.
[4] Ordenanzas reales de Castilha — tit. XIV, lib. III.

cidade entre todas a mais infeliz! A que estado te reduziu a tua idolatria pelo Arquiduque! Como sofres agora o castigo da justiça de Deus!», mas, antes de entregar-se a estas lamentações jeremiacas, preferiam aqueles bravos defender a todo o preço a rainha do Mediterraneo, dando-se por satisfeitos se a morte lhes poupasse a vergonha da derrota.

Chegou porem o dia em que não foi possivel resistir mais: 11 de setembro de 1714. Depois de um cerco que por quatorze mezes se tinha prolongado, não havia em Barcelona uma casa que não estivesse destruida, um homem que se não encontrasse mais ou menos ferido, uma criatura que não tivesse a prantear alguma dôr. Durante aqueles interminaveis dias de sangue e de gloria, 40:000 granadas e para cima de 99:000 balas de canhão tinham caído como chuva de morte sobre a capital do Principado. Forças já as não havia; meios de resistencia faltavam: a ruina era certa.

Contudo, n'aquele momento supremo, quando nada mais se podia esperar que não fosse uma capitulação honrosa, não pensaram assim os defensores da cidade. Não era para aqueles homens o deixar-se vencer: a morte os podia fazer capitular, os homens não!

Reunidos em conselho, os dirigentes da defeza, depois de ouvirem ardente discurso que lhes dirigiu Rafael de Casanova, *conceller en cap*, ou presidente do *Concelho dos cem*, tomam por unanimidade e aclamação as resoluções seguintes, verdadeira sentença de morte que contra si proferiam:

« Todos os generaes e coroneis que houveram a honra de serem convocados no presente dia, estimulados de sua propria honra, constancia, zelo ao maior serviço do rei e da patria, conhecido o estado da praça, das tropas, do povo e do inimigo, tomam una-

nimemente o acordo de que as operações militares devem fundar-se sobre a base inalteravel de que se devem sacrificar as vidas, antes do que admitir qualquer capitulação com o inimigo.»

Assente esta formula, todos os oficiaes do Arquiduque, de pé, espada erguida e voz alta, fazem ante o Senado solemne juramento de fidelidade até á morte. Admitido este, o Conselho passa á ordem do dia e resolve: «não atender proposição alguma de pacto, capitulação ou promessa do inimigo e persistir na defeza até que não fique sangue para derramar em nenhum dos moradores de Barcelona, para que nunca possa a violencia inimiga triunfar de corações tão generosos, que preferem o sacrificio da vida á vergonhosa escravidão de se vêrem sob o dominio de quem não pode reinar com razão, justiça e equidade, estando cheios de esperança de que a misericordia divina protegerá tanto a sua constancia, que poderão perpetuar nos tempos vindouros a gloria de *haverem sido instrumentos da piedade divina para a conservação da liberdade da monarquia de Espanha* e para que na fraqueza de tão curto recinto encontre vergonhoso castigo a vaidade de quem só fia em forças humanas a dominação dos povos.»

E não eram apenas palavras, simples palavras, todas estas resoluções. Se alguma coisa expressam estes periodos de uma acta que representa um dos mais notaveis documentos historicos que a antiguidade legou ao futuro é, sem duvida alguma, o valor e brio de peitos generosos que encontram a eloquencia na propria exaltação dos sentimentos e que, como sempre succede, não conseguem atingir com as frazes a alteza do que pensavam, a sublimidade do que sentiam.

Chegado o momento supremo provaram-no exuberantemente. Nem um só dos signatarios faltou á

defeza dos baluartes. Como se fossem para uma d'aquelas graves assembléas em que, desde tempos imemoriaes, a vida municipal da cidade condal era discutida e de onde saíam as sabias determinações da regencia que por seculos a dominou, os senadores do Conselho dos Cem, dirigiram-se para as trincheiras. Foi o seu ultimo acto colectivo e o unico que convinha áquele concilio: só morrendo na luta podia terminar gloriosamente uma vida secular gloriosa.

Rafael de Casanova caminhava á frente de todos; em suas mãos, empunhada com vigor, ostentava-se ondeante a bandeira catalã e barcelonesa, o estandarte de Santa Eulalia, e ante aquela oriflama que representa seculos de independencia e triunfo, os soldados, loucos de entusiasmo, vibrantes de patriotismo, ardentes em energia heroica, lançam-se á mais terrivel das contendas, um contra mil fazem frente ao inimigo e, sem retroceder, sem vacilar, são dizimados pelas balas.

O *conceller en cap* avança sempre. Seguem-no todos os bravos que o rodeiam, todos os feridos que se podem arrastar. Aclamações de entusiasmo cobrem o troar da artilharia inimiga; os catalães parecem caminhar para a victoria e entretanto é a morte que os vae aniquilando.

Caem fileiras completas de soldados a quem os canhões esquartejam. A fuzilaria, cada vez mais proxima, derrubando, um a um, soldados sobre soldados, vae roubando defensores ás ruinas de uma cidade que já não existe; mas, nem por isso, o fogo cessa; os sobreviventes multiplicam-se; por cada um que cae, luta como dez, luta como cem, como mil cada um dos que fica, e as forças, as ultimas forças da Catalunha, vão sempre respondendo, tiro por tiro, golpe por golpe, ás forças da tirania, ás tropas borbonicas que se aproximavam.

Por fim, é o proprio Rafael de Casanova que cae varado. Por um momento deixa de ondear sobre as cabeças a bandeira sacrosanta que a todos electrisa. Não a abandona por isso o seu portador; caído por terra, aperta-a contra o peito, beija-a n'uma convulsão suprema e só a entrega em mãos seguras, em mãos do alferes-mór Conde de Placencia.

Ao ver caída por terra a insignia por todos idolatrada, muitos se precipitam para a recolher. Jacinto Oliver já lhe tocava quando o de Placencia, veneravel em suas cãs, erguido a pezar da idade, se lhe antepõe dizendo: «Eu sou o alferes-mór a quem a cidade confiou, depois do *Conceller,* a bandeira da sua municipalidade; nem os annos nem a fadiga me impedirão de a levar e de a conservar até morrer».

Curvaram-se todos ante tanta grandeza; o pendão da Catalunha passou das mãos de Casanova para as suas e, erguida de novo a bandeira, a luta continuou.

Mas estava tudo perdido. Casanova levava para o tumulo o tradicional regionalismo hispanico. O cezarismo, escalando já as ultimas posições catalãs, ia vencer e imperar sobre gloriosos destroços fumegantes e amontoados.

Contudo, até o ultimo momento, não deixou de se lhe antepôr a resistencia de peitos esforçados. Batendo-se como soldado, o general Villarroel, um dos nomes aureolados d'aquella inolvidavel jornada, animava os seus a batalhar sem esperança de obter misericordia: «Senhores, filhos e irmãos, não diga a malicia ou a inveja que não somos dignos de ser catalães e filhos legitimos de nossos maiores; pela nossa patria e pela nação espanhola lutamos; hoje é dia de morrer ou vencer.»

Vencer era impossivel. Todos o compreendiam e por isso, de olhos fechados, á morte se lançavam. Poucas vezes a terrivel ceifeira cortou em tão pouco

tempo tantas victimas. Os combatentes caíam como folhás secas de arvore sacudida pelo vento do outôno. Cada pelotão que avançava era inexoravelmente aniquilado; as muralhas de pedra que a metralha desfazia e que, desmoronando-se com grande estrondo, sepultavam sob seu pó os que as haviam de defender, eram substituidas por muralhas de corpos mortos, de cadaveres ensanguentados onde, mesmo depois de estinta a vida, as balas chocavam, rebotavam e cravavam.

Villarroel via tudo isto; poupado pelo fogo, respeitado pelo chumbo, ia-se, pouco a pouco, encontrando só; mas firme e erguido, de olhar sereno e voz em que nem o mais leve tremor transparecia, ia animando os sobreviventes, incutindo-lhes animo e dizendo sempre: «Morrer ou vencer! para isso viemos; avancemos sempre!!»

Chegou-lhe porém a vez. Uma bala atingiu-o, derrubou-o para sempre no campo da batalha; a voz que, mais uma vez ia gritar: «Para a frente!» emudeceu e extinguiu-se, e, depois d'ele, os que ficaram em breve foram desaparecendo.

Assim desapareceu, assim foi conquistado pelas armas, a sangue e fogo, o ultimo baluarte que se opunha á França e a Filipe V. Os infaustos successos do seculo XIII repetiam-se no XVIII; a derrota de Muret encontrava sua prolongação na conquista de Barcelona, e a Catalunha, depois da Provença sua irmã, era aniquilada e assolada por áqueles a quem tinha outorgado a luz, por aqueles a quem tinha dado a vida.

Miserrimos destinos os das regiões da lingua de oc! Confrange-se o coração, comove-se o temperamento mais frio considerando estas ultimas paginas de uma das historias mais gloriosas que viu o mundo!

Civilisação de paz e beleza, as armas e a brutalidade a destruiram. Cultura gerada pela liberdade e pela liberdade mantida, a tirania a aniquilou, o despotismo a oprimiu até completo esmagamento...

Como hiena que ronda as sepulturas e exerce violencia sobre mortos, a infamia do primeiro dos Borbons fez-se forte contra os vencidos. Entrando no vasto labirinto de ruinas que, nas margens de um mar que outr'ora dominára, indicava o lugar onde havia existido Barcelona *a bela*, os exercitos de Filipe v não julgaram completa a vitoria se a não coroassem com um supremo ultraje á memoria dos que já não eram, á dignidade dos que ainda existiam.

Não os deteve sequêr a atitude heroica dos sobreviventes. Recebidas na tenda do Duque de Bervich, miserandas e cadavericas as comissões catalãs apresentaram-se ante o vencedor para lhe pedir respeito pelos velhos foros, consideração pelas leis tradicionaes, e tudo lhes foi negado.

«A causa catalã está perdida para sempre; n'esta hora não se trata de discutir privilegios, mas de salvar vidas.» Foi esta a resposta cruel, ferozmente inexoravel que a nova monarquia absoluta deu á velha monarquia federal quando esta se lhe apresentou, algemada e inspirando dó, pedindo clemencia, reclamando piedade.

Não compreendia o marechal francês, filho de uma nação escrava, a conducta de aqueles homens que ante si tinha. Alma pequena, admira-se, pasma-se ao vêr que, esquecidos de si, os filhos da Catalunha em vez de pedirem perdão, de implorarem misericordia, exigiam independencia para a patria, não estando certos eles proprios de que o cutelo lhes não decepasse a cabeça. Olhando-os como revoltosos a quem não reconhecia beligerancia, Bervich julgou insolencia o que era patriotismo; conceituou de falta

de respeito o que era hombridade, e, irado ante o que lhe parecia inexcedivel audacia, poz termo a todas as negociações com um murro sobre a meza a que estava abancado: « de rei para vassalo não ha capitulação! »

E, na que fora praça maior de Barcelona, o algoz queimou com grande aparato o texto das leis peculiares de Catalunha, o original dos foros d'aquela liberrima região. A monarquia centralisadora e despotica estendeu sobre toda a Espanha unificada um veu sombrio de ignorancia e ignominia. Por algum tempo iluminou aquela noute caliginosa o resplendor do incendio da capital do Principado — que, até na morte, a Catalunha foi sempre luz para a Espanha — mas, apagado ele, as trevas cubriram por um seculo a patria do Cid.

Assim é o mundo! podemos dizer com Zorrilla:[1]

Tal és el mundo; mas nada
pasa en él sin que su paso
causa tenga ó huella deje,
consume ó prepare algo.

A familia Borbon reinou em Espanha. Á sua acção corresponde um periodo de acentuada decadencia e miseria. Tão nefasta foi a sua regencia que o unico acto que panegiristas podem elogiar para dar valor ao reinado de Carlos III, o soberano incontestavelmente mais inteligente d'esta casa, é uma infamia, uma arbitrariedade e um acto de despotismo. Sob seu cetro fecharam-se universidades e abriram-se escolas de toureio; amantes de rainhas foram validos de reis; princêsas que d'esta raiz saíram para cingir

[1] *La leyenda de D. Juan Tenorio.*

a corôa n'outras nações, levaram a côrtes estrangeiras a corrupção e a vergonha e deixaram seu nome, vinculado ás cronicas dos povos que regeram, como o de barregãs sem pudor, luxuriosas sem freio; paes amaldiçoaram seus filhos e filhos conspiraram para arrancar a corôa aos paes; soberanos houve que venderam a nação a estrangeiros e, por fim, quando tudo acabou entre o estrondo das revoluções e os gritos de revolta, só patibulos, fusilamentos, mortes, inepcia, vergonha e sangue se destaca ao frouxo resplendor do crepusculo que caracterisa o termo do absolutismo nos dois paizes ibericos.

Nada lucraram as Espanhas com a extinção das liberdades regionaes; nada com a traição que se fazia aos principios basilares da civilisação iberica. Enquanto taes liberdades e principios taes não bruxulearam de novo no horisonte dos povos hispanicos nada nobre, nada belo póde mencionar a historia.

TERCEIRA PARTE

O regionalismo iberico

TERCEIRA PARTE

O Regionalismo iberico

CAPITULO I

O seculo XIX

Recapitulando tudo quanto até aqui dissemos, vêmos, pois, a sociedade europeia, chegando no fim do seculo XVIII ao ultimo termo da evolução iniciada pela Renascença: centralisada, escravisada e praticamente paganisada.

Ao fim de dois seculos de dominio cezareo, *o Poder Supremo dos povos residindo todo inteiramente na pessoa de um só Homem* que, como define um auctor coevo [1], *absoluto no exercicio d'esse poder, não reconhece outro superior que não seja o mesmo Deus, faz as leis e as deroga quando bem lhe parece, e é juiz das riquêsas e da fortuna de seus vassalos, dispensador da justiça e distribuidor das mercês,* aparecem-nos mortas as regalias populares

[1] *Deducção chronologica,* obra atribuida ao Marquês de Pombal, §§. 602 e 604.

d'outrora; esquecidas as liberdades tradicionaes dos municipios, das regiões e dos gremios; o despotismo imperando graças ao esforço persistente dos cultores da jurisprudencia romana, teimando sistematicamente desde o seculo XV em a aplicar ás nações cristãs; olvidada e desrespeitada a autoridade do Summo Pontifice; as nações sem um arbitro supremo que presida ás suas relações; o direito internacional sem normas; a força ocupando o logar do direito e os povos sem um tribunal de apelação.

E ao lado de tudo isto que o espirito da Renascença trouxe á Europa, a teoria do direito divino sofismada e introdusida nas nações catolicas por galicanos e jansenistas para justificar os abusos dos reis; o poder espiritual — a maior criação social do cristianismo — menospresado pelo temporal que, como no tempo dos Cezares, o queria para si e que, para acumular a coroa dos reis com a tiára dos pontifices, tiranisava a Igreja por meio do regalismo; o utilitarismo reinando sobre as ruinas da moral; o espirito de imitação imperando sobre a originalidade; a arqueologia ocupando o logar da arte; a sentimentalidade assassinada pelo cientismo.

Desastrosas consequencias teve para a Europa a monarquia absoluta e em miseravel estado a veio encontrar a ultima metade do seculo XVIII!

Atrelada á França pelo *pacto de familia* que ligava os Borbons de áquem aos de álem-Pirineus, a Espanha singularmente, caminhando como satelite da monarquia francêsa nas orientações que Luiz XIV ou o duque de Choiseul queriam imprimir á politica mundial, tinha decaído, de soberana de meio mundo, em potencia de segunda ordem que a Inglaterra despresava e a Austria tratava com desdem.

Aventurando-se inconsideradamente na proteção ostensiva da revolução dos Estados-Unidos da Ame-

rica, preparava — em odio á Grã-Bretanha e para comprazer a França — a futura e irremediavel perda de suas colonias de America, e secando assim, *proprio-motu*, a unica fonte de riquêsa que lhe servia para manter uma vã aparencia de prosperidade, condenava-se de antemão a todas as miserias.

Energias não as havia; actividade era coisa de ha muito estinta; industria nem por sombras, e a vida nacional concentrada em volta dos palacios reaes era a de parasita que para existir precisa absolutamente de auxilio alheio, de mendigo alquebrado pela idade que se sente incapaz de qualquer esforço.

Dir-se-ia que a ultima guerra dinastica havia de todo alquebrado as forças da nação espanhola e que, fatigadas as regiões mais fortes pela resolução suprema que haviam tido o valor de tomar em defeza da liberdade, já nem brios ficavam para conservar uma atitude digna.

A propria religião, fonte perene de mascula energia para os povos ibericos, se não tinha desaparecido, havia tomado um caracter inconfundivel e indescritivel proprio do seculo XVIII. Tinha algo de afeminado e de palaciano; mistura de superstição e de rotina, conservava no meio da ganga de muitos adereços falsos a gema pura de uma piedade ardente que mais tarde se havia de manifestar nas classes populares em criticos momentos, mas dirigida por um clero em geral supinamente inorante e inconsciente que *Fray Gerundio de Campazas*, brotando da penna sarcastica e bem afiáda do Padre Isla, perfeitamente simbolisou, tinha todas as caracteristicas d'aquela *fé morta* de que fala São Paulo, crença ininteligente e sem obras, culto automaticamente seguido e não sentido.

Não em vão o absolutismo se havia estendido até esta região vedada a influencias humanas. Con-

cluida uma obra de seculos que começa na abusiva usurpação dos méstrados das ordens militares e acaba no rompimento de Filipe v com a côrte de Roma, o regalismo dominava sem peias em materia religiosa. O clero, subordinado difinitivamente ao trono real, atento sómente á adulação mesquinha de aquele que por «*direito divino*» o ocupava e á observancia das ordens dos que em nome do rei governavam, havia-se apartado pouco a pouco das orientações democraticas a que deve obedecer no exercicio de seu ministerio. O luxo e a ostentação, antitese do espirito evangelico mas cortejo necessario do palacianismo, acompanhavam-no, e, assim as coisas, pouco era de estranhar que se vissem os espectaculos ignominiosos que então se deram: ordens religiosas aristocratisadas e separadas de seus irmãos de alem-fronteiras, com vigarios nacionaes que, levando vida de principes e gosando das honrarias dos proceres, as governavam; prelados e ministros que nas ante-camaras palatinas se esqueciam da existencia da plebe ou só d'ela se recordavam para lhe propinar ensinamentos farisaicos e desesperantes, como eram todos os que, eivados do espirito de Port-Royal, se repetiam pela Europa.

Fechadas muitas escolas, decadentes todas, não se assinala um movimento intelectual digno de respeito. A literatura decae e arrasta vergonhosa vida; a ciencia reduz-se a erudição sem critica; a arte tem por ideal o grotesco e o monstruoso, e, assim as coisas, nem um só homem surge, no meio de tanta desolação, que faça falar da Espanha nos paizes que, postos os olhos n'ela, antes a copiavam.

Em Portugal a situação não era melhor. Se a influencia francêsa diplomaticamente havia decaído em tempo de D. Pedro II, substituira-a a inglêsa e, internacionalmente tão dependentes os portuguêses

como os espanhoes de influencias exoticas, parecia que, confiando em mãos estranhas o encargo de pensar e dirigir a vida nacional, se concentravam na preocupação unica de admirar tanto quanto possivel o esplendor real, a ostentação de que se rodeava a monarquia em Queluz ou Salvaterra, na Granja ou em Aranjuez.

E em Lisboa ou em Madrid a vida era a mesma. Torpe fanatismo dominando as consciencias, se a *Beata Clara* só intrigava na côrte de Espanha, não faltavam «piedosos» conluios na de Portugal para com a mesma mascara conseguir identicos fins, e se os escandalos de Odivelas, os desperdicios de Mafra, as excurções noturnas do rei D. José, a existencia dos Meninos de Palhavã e outras vergonhas caracterisavam os ultimos tempos do poder absoluto em Portugal, o favoritismo de que gosava Godoy, feito *Principe da Paz* pela vontade de uma rainha, as visitas de toureiros ás alcovas reaes, e a repugnantissima figura do mau filho, mau marido, mau pai, mau irmão e pessimo e vilissimo rei que se chamou Fernando VII, sujam com a mesma lama, mancham com a mesma infamia as mesmas páginas da historia de Espanha.

No rebaixamento de caracteres que, como consequencia necessaria, se seguiu aos habitos de adulação impostos pelo cezarismo, o espectaculo que oferecem os dois Estados ibericos é igual durante o desmanchar de feira com que se inicia o seculo XIX, n'uma epoca que, estigmatisada pela mais completa e absoluta das traições feita á maneira de ser de uma raça, representa a antitese dos seus tempos de maior gloria, o extremo oposto nas suas ideias sobre a realêsa, sobre politica, sobre religião, sobre tudo, distinguindo-se pela tirania e vilêsa e terminando pela identica ignominia de reis que, dispondo dos povos como pro-

priedade sua, vendem os Estados á usurpação napoleonica, ou, abandonando os subditos aos horrores da guerra, desertam do posto de honra e fogem para o Brazil.

Sobrevêm então a epoca gloriosa em que, para honra das qualidades da raça — de cuja mascula energia jamais se deve descrêr — os povos ibericos, livres da odiosa presença dos reis, se organisaram livremente para a defesa, e, desvanecidos como fumo os sofismas do absolutismo, se lançaram a uma luta que podia ter sido prodiga em resultados.

O cezarismo, imposto mas não acceite, tinha dado tudo quanto d'ele se podia esperar e tornava-se necessaria uma renovação. Os povos não podiam continuar á mercê da imbecilidade centralista, e, sem que todos compreendessem a urgencia do remedio, todos sentiam a existencia do mal.

Era uma sensação insuportavel de que toda a raça latina sofria. O movimento iniciado no seculo XVI tinha falido, e como todas as correntes que por mais ou menos tempo avassalaram o espirito humano; como o paganismo, como a cultura cristã dos tempos imperiaes e como a chamada civilisação gotica, estiolava-se á espera de uma reacção inevitavel e fecunda.

Esse desiderato julgou realisa-lo a revolução francêsa decapitando um rei fraco e uma rainha gentil. Surgindo como tempestade de sangue, vingadora de muita opressão, castigo de muitos crimes, quiz pôr termo violentamente a um estado de coisas inaguentavel, mas, substituindo a tirania monarquica pela tirania republicana, sem modificar essencialmente o espirito das instituições; tirando á autoridade a aureola do *direito divino* para a revestir com a da *vontade nacional*, mas sem lhe modificar os atributos omnimodos; nada fez, como logo se viu assim que,

sem modificar as ideias do movimento, um *imperador* poude substituir um *directorio* e implantar de novo o ideal do Cezar depois de alguns annos de anarquia e arbitrariedade.

Era necessario um movimento mais profundo que ainda não tinha vindo; o doente, a sociedade europeia, não fez com a revolução politica mais do que mudar de posição, porque só uma profunda revolução de ideias podia produzir a renovação desejada e essa revolução ainda se não havia dado.

A renovação deu-se mais tarde. Não quando os homens a quizeram provocar, mas quando chegou a hora. Não quando muitos julgaram, mas quando quasi todos a não aperceberam.

As epocas historicas não terminam como tragedias que, caindo o pano, são cortadas bruscamente. Não as faz morrer a vontade humana, não as aniquila a violencia. Extinguem-se lentamente como ferido que perde o sangue; entram na agonia quando já nasceu e muitas vezes atingiu a virilidade a que as deve substituir. As epocas sobrepoem-se; prolonga-se uma quando já começou a outra; são como traço iniciado a tinta azul e que, continuando em vermelho, tem n'um ponto uma côr indeterminada: nem cerulea, nem rubra.

É inutil querer cortar a marcha dos successos. Tempo perdido, energia desperdiçada querer pôr termo bruscamente a um ciclo da vida da humanidade. As revoluções provocam reacções; a evolução vae levando as idades e os povos como barcos que, deslisando sobre um rio, lenta mas seguramente vão progredindo e que, passando uma vez sob uma ponte, nunca mais por ali tornam a navegar.

O barco que ora deslisa pode parecer-se muito com qualquer outro que o precedeu; aproveitando as lições dos que antes d'ele marearam, pode o ti-

moneiro d'este afastar-se da esteira d'aquele que á sua frente caminha e seguir a manobra de outro que já distante vae; igual nenhum existe, absolutamente identico em sua marcha nenhum ha.

Além d'isto, nenhuma epoca, por má que seja, deixa de ter alguma coisa boa; instituição ou escola alguma deixa de ter algo aproveitavel: a destrucção sistematica é um absurdo. Dava-se esta verdade com o movimento iniciado pelo cezarismo que, no seculo XVII especialmente, se havia revestido de grande nobreza que não era desaproveitada para a humanidade, e a Revolução, inorando isto, inorando que, como diz Maeterlinck, « a alma do aldeão moderno analfabeto e rude, não seria o que é se Platão não houvesse escrito ha seculos, todas as obras que escreveu », feriu de morte essa distinção e essa beleza; inutilmente porque não foi capaz de criar nada novo.

Aos gritos das multidões brutaes clamando:

Ça irá, ça irá
Les aritoos à la lanterne!

fez-se a revolução republicana e, triste ironia!, aqueles vociferadores, que não sabiam grego, sem querer disseram a verdade e tudo quanto era ἄριστος, isto é: tudo quanto era belo, superior, distinto, feição constituitiva do ἀριστοκρατικῶς e da ἀριστοκρατεια desapareceu para dar lugar a algo feio e sujo, ao reinado d'aqueles que, como algures diz Nietzsche, « filhos de mulheres que vendiam seus favores e de trapeiros mal cheirosos », levaram ao governo os mais baixos instintos de uma humanidade ineducada, sem poderem resgatar suas culpas com a implantação de um novo espirito directivo que ainda estava por criar.

Contudo, como todas as coisas violentas e que

oferecem as aparencias do grandioso, o movimento revolucionario francês prendeu a atenção dos intelectuaes das nações latinas, não faltando em Espanha quem, por amôr a ele e na esperança de que isso representasse uma benefica inovação na vida politica, o perfilhasse pondo-se ao lado de Napoleão que com a força das armas propagou pela Europa os ideaes da republica. Eram esses os *afrancesados*, o principe de Masserano, os duques de Mahon e de Sotomayor, os condes de Campo de Alanje, de Cabarrús, de Guzman, de Teba, de Cancelada, de Moctezuma e de Casa-Tilly, os marquezes de Virués, de Benavente, de Bedmar, de Guardia Real, de Bendaña, de Arnera, de Mazarredo, de San Adrian, o barão de Cheste, os generaes Navarro Sangran e O'Farril, o Padre Hervás y Panduro, os Azanza, Gómes de Terán, Cambronero, Meléndez Valdés, Estanislao de Lugo, Bernardo de Iriarte, Gonzalez Arnao, Antonio Conde e tantos outros que, representando indiscutivelmente uma parte escolhida da sociedade espanhola, se colocaram sob as bandeiras de José Bonaparte, emquanto o povo, a plebe inorante mas de instinto certeiro, não anuindo a uma substituição em que não via vantagens, se lançava ao campo, com as armas na mão, para aproveitar a liberdade da guerra organisando-se pelas regiões

Patenteou-se então como tudo quanto tem suas raizes no ser nacional, tudo quanto é feição idiosincratica de um povo, renasce no primeiro momento oportuno ainda quando por muito tempo a violencia o pareça ter domádo. Em Portugal, onde com o auxilio inglês se planeou a resistencia ás armas da França, havia uma cabeça que dirigia o movimento, em Espanha não. Foram as regiões, a Catalunha, o Aragão, as Castelas, Extremadura, Andalusia, que expontaneamente e como conjuntos organicos se er-

gueram sem previo consenso, não como uma nação que se defende mas como muitas nações que se aliam.

Voltou-se por um momento ao belo periodo constituinte da Idade Media, ao da luta com os sarracenos em que um ideal bastava para unir o que as diferenças mesologicas separavam. Com todas as vantagens da Reconquista fez-se a guerra da independencia, o invasor não podia ferir a cabeça do corpo iberico que lhe fazia frente, a hidra hispanica reaparecera com a fecunda anarquia de aqueles momentos, policefala mas com um só peito, um só coração: o velho coração iberico que, então como nove seculos antes, batia com a mesma fé, a mesma crença que mil contingencias não tinham podido extinguir.

E os exercitos francêses foram vencidos pela primeira reacção regionalista da Espanha. Os que exterminavam o povo de Madrid tiveram de sofrêr com a resistencia do de Saragoça, os que crivavam de balas as muralhas de Gerona capitularam em Bailen e, de qualquer modo que se houvessem apresentado os successos, o resultado final tinha de ser sempre o mesmo; as *Marchas espanholas* seguiam o caminho já uma vez palmilhado e se as margens do Mansanares tinham tido a fortuna de ser a Covadonga de onde saíu o primeiro grito contra o invasor, Las Navas e o Salado não podiam estar longe e Granada forçosamente havia de se encontrar ao fim.

Grandes lições continha a resistencia que o povo espanhol ofereceu ao invasor francês. Bem examinada, podia-se ter visto n'ela o remedio que se procurava, o remedio que se impunha contra os males inegaveis de dois seculos de decadencia absolutista: estava ali, nas bases fundamentaes da civilisação iberica, na fé e no regionalismo, as duas unicas forças actuantes d'aquela epopeia e de todas as epopeias de que é rica a historia peninsular.

Infelizmente não o compreenderam assim os que, uma vez expulsas as tropas napoleonicas, se arvoraram em dirigentes da nação espanhola e nada mais urgente julgaram do que submeter á aprovação regia tudo o que, divorciados da nação e encastelados em teorias plagiarias, lhes aprouvéra votar em côrtes constituintes.

Desejosos de ter uma monarquia constitucional como a que, em circunstancias historicas bem diversas, criaram as forças vivas da nação inglêsa, fizeram vir de França o rei infame que, no exilio e prisioneiro em dourados palacios onde o encerrára a vontade de Bonaparte, entretinha os ocios felicitando o Cezar pelas vitorias verdadeiras ou supóstas que suas tropas obtinham sobre o povo espanhol. E, quando o tiveram em seu seio, quando ouviram o historico *chó!* com que, como a bestas, o monarca se dirigia aos que, desatrelando os animaes, se tinham posto a arrastar-lhe a carruagem para o conduzir não á masmorra mas ao triunfo, de nada mais trataram que, mercê do regio auxilio, destruir muitos dos materiaes sobre que se poderia edificar algo novo, e implantar, á imitação da França, tudo o que os utopicos com maior ou menos boa fé haviam fantasiado.

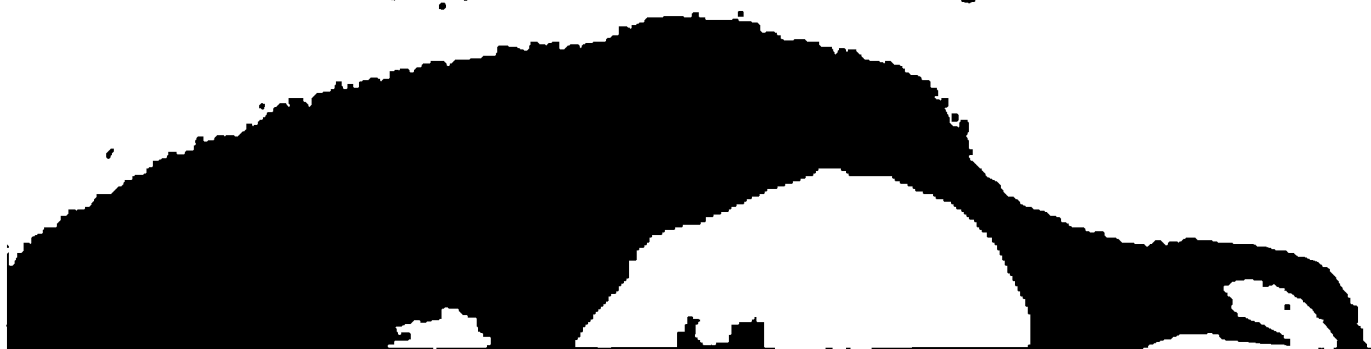
Assim se estabeleceu o constitucionalismo em Espanha e, *mutatis mutandis*, em Portugal. Continuador da monarquia absoluta, animado do mesmo espirito dominador e centralista, tendo o mesmo conceito do Estado Omnipotente, do Estado avassalador e imperialista com os classicos e vastissimos atributos definidos pela jurisprudencia romana, em nada alterou a essencia do sistema politico de ha tres seculos seguidos na peninsula, limitando-se a operar uma mudança de nomes, a substituir as *camarilhas* pelos *partidos* de rotação e a fundar sobre a hipocrisia o que antes se baseava sobre a arbitrariedade, pois hipocri-

sia é e não outra coisa a farça parlamentar que, sem preparação alguma, se quiz impôr a povos que, pelo seu *processus* historico, nem a reclamavam, nem para ela estavam preparados.

Ainda, sem duvida, não era chegada a hora de que as coisas se dessem de outro modo. Longe, muito longe dos circulos politicos se haviam de preparar as ideias que, já conhecidas hoje, um dia renovarão a vida peninsular; então dispontavam quando muito; sentiam-nas talvez alguns que, por não as haverem bem profundado, as não podiam formular, e como, *grosso modo*, na peninsula só havia dois bandos que se degladiavam: os partidarios cegos dos principios da monarquia absoluta e os sectarios fantasiosos de neologismos mal estudados, prevaleceu o desejo de novidade contra a certeza de defeitos por demais conhecidos e proclamaram-se as constituições que, menospresando os organismos de que se compõem os povos, as celulas vivas que formam o corpo nacional, deixaram sem intervenção na vida politica ás classes, aos gremios, aos municipios, ás regiões e até aos individuos, pois de nada serve a vontade individual n'um regimen de maiorias nacionaes e absolutas.

Talvez fosse necessario que assim succedesse; talvez que, continuando uma mesma escola a impôr seu espirito até ás ultimas consequencias n'uma nova variante, tal facto fosse necessario para patentear a inanidade do mesmo esforço empregado em diversas experiencias.

No entanto, emquanto espiritos rotineiros, obedecendo á velocidade adquirida, continuavam esta evolução até ao ultimo termo, até as ultimas consequencias que se ostentam na politica hodierna de *todos* os paizes latinos, até a actual bancarrota de uma civilisação, da cultura criada pelos humanistas, legis-

tas e quantos escribas a ambição dos despotas encontrou na Europa, dão-se os primeiros movimentos de algo novo e impreciso que já se observa entre nós, ouvem-se os primeiros vagidos da cultura recem nascida que deverá substituir a actual.

Depois dos trabalhos historicos de homens já n'estas paginas mais de uma vez citados, trabalhos conscienciosos que não permitem hoje, nem aos mais leigos, assimilar n'um mesmo conceito os vocabulos «barbaro» e «medieval», inicia-se uma corrente de justiça que, dando a Cezar o que é de Cezar, se curva reverente ante uma epoca — mais uma vez o repetimos — de *sinceridade, originalidade* e *liberdade,* qual a decorrida desde as invasões nordicas até o seculo XIV da era cristã, e vitupera um periodo baseado no *plagio,* na *mentira* e no *convencionalismo,* como é o entremeado entre os seculos XVI e XIX, para ir, prenhe de resultados praticos, iniciar não precisamente um retorno á Idade Media — porque o que uma vez se foi nunca mais integralmente volta — mas uma aplicação da sua maneira de ser, do seu espirito *sincero, original* e *livre* á sociedade moderna e aos tempos actuaes.

Concluida a obra de critica de Guizot, Leo Hürter, João de Müller e seus companheiros que estudam os problemas humanos, não com a fantasia dos pseudo-sociologos do seculo XVIII, mas sobre a experiencia do passado, fonte segura de certeza para o presente, rasgam-se novos horisontes quer na vida preterita, quer na futura dos povos da Europa.

Ainda quando os iniciadores do movimento não cheguem ás ultimas consequencias, não tarda muito a conclusão de que de ha seculos se segue caminho errado e se falsearam as premissas da civilisação cristã.

Compreende-se então que a Renascença, movi-

mento artificioso, sobreveio porque os povos se não podiam resignar a dar voltas sobre o mesmo campo, a contemplar sempre o mesmo horisonte. Julgando exgotadas todas as formulas medievaes teriam caído na rotina; e se uma nação, por acaso, pode submeter-se a essa atrofia que paralisa a China, que exgotou Bisancio, uma raça nunca se sujeita assim á morte e, antes que resignar-se a isso, prefere, como a Europa fez, falta de originalidade e de espirito inventivo, caír na imitação do que, por ser extremamente velho, pode parecer novo.

Proseguindo na analise, compreende-se que, quando uma sociedade chega a esta situação, vae sempre para o extremo oposto do ponto em que se encontra. É um fluxo e refluxo inevitavel. Portanto, se a Idade Media tinha sido espiritualista, a Renascença havia de ser uma reacção da carne revoltando-se contra o espirito, e assim vêmos precisamente, quando a espiritualidade atinge o seu mais alto grau, surgir um epicurismo grosseiro mas não sistematico: a Renascença pronunciando as primeiras palavras, tenteando os primeiros passos, a *Celestina* aparecendo, na literatura iberica, ao lado do *Amadis*.

E impõe-se, ao chegar aqui, a terrivel certeza da luta de consciencia dos homens do seculo XV dividindo-se entre estas duas correntes. e sofrendo em suas almas — combate titanico que alquebrou a rija tempera de Miguel Angelo! — os choques da eterna guerra dos dois extremos opostos: o paganismo e o cristianismo, dos dois inimigos de sempre: Cristo e Dionisos, guerra que existindo desde o começo do tempo, ou não terá termo ou concluirá por uma sintese que se afigura dificil porque, para se consumar, é necessario existir no coração do homem uma inocencia tal que lhe permita admirar e gosar da natureza ridente sem distraír a alma da contemplação excelsa.

Não o conseguiram os que assistiram á decrepitude gotica; não o conseguimos nós; não o conseguirão talvez nossos filhos. Ia surgir a epoca que havia de vêr, ao par, Tereza de Jesus e Hurtado de Mendoza; a sintese era impossivel; se a Idade Media se prolongava, a Renascença já aparecera; se a Espanha era ainda medieval, a Italia era já renascente, e a vitoria tinha de ser necessariamente para o que representava novidade.

E foi. Mil causas, que já estudamos, contribuiram para a implantação da reacção pagã, da renascença da carne.

Movimento plagiario, já o dissemos, o *quinhentismo* impõe-se á moderna critica historica como um mal. Antitese dos esforços que precederam o seu advento, a Renascença era a negação pratica da força que criára a Europa moderna.

E, para se certificarem da verdade d'esta afirmativa, os criticos procedem á comparação dos dois movimentos e, pondo em paralelo a Idade Media e a Renascença, estudam-lhe as origens, indagam-lhe as consequencias.

O sistema feudal — *devouement libre envers un homme libre qui rend en echange de cette servitude volontaire une protection genereuse* — criação barbara que o cristianismo consagrou, foi origem fecunda que, aproveitando os elementos que haviam ficado do mundo antigo, os elementos que as hordas nordicas trouxeram, e os elementos que os arabes introduziram, conseguiu criar um conjunto radicalmente novo. A Renascença, sua oposição, engendro de estudiosos, produto de eruditos, copiando servilmente o que, a não estar minado de incuravel mal, se não teria desfeito, foi muito simplesmente uma mascarada que deve a sua implantação a ter vindo n'uma epoca de renovação necessaria.

Para fortalecer o conjunto abigarrado de tantos elementos diferentes, quaes eram os que entraram na formação da Europa medieval, travaram-se sangrentas lutas que se prolongaram durante seculos e que, revolvendo violentamente os povos, deram origem ao que se pode e deve chamar verdadeira renascença: formação das linguas modernas, criação de literaturas originaes, advento das artes bisantina e gotica, virginalmente belas, sinceramente verdadeiras. Para robustecer o sistema que os humanistas criaram em suas bibliotecas impoz-se a vontade dos que detinham o poder, empregaram-se os rios de ouro que o Novo-Continente fornecia, e, sistematicamente afastadas de estas ciclopeas emprezas todas as influencias democraticas que lhe podiam dar vida, esmagou-se o mundo, calcaram-se os povos para estabelecer o que não tendo vida propria, breve caíu na decadencia e degenerou em monstruoso.

A renovação social do seculo XI, progredindo sempre e chegando no XIII e XIV ao extremo da perfeição, faz surgir a primogenita das neo-latinas: a lingua catalã, e, com ela, a literatura provençal que, sem reminiscencias classicas, feudal e cristã, tinha em si todos os elementos da Idade Media, e, sendo a sua materialisação, adorava Deus, idolatrava a Patria, amava a Mulher e d'esta trilogia tirava a inspiração de seus cantos que, popularmente repetidos até ás ultimas camadas sociaes, exerciam influencia directa sobre os costumes, perfumando até os mais desfavorecidos da sorte com as fragrancias do ideal. A obra, aliás valiosa, de Erasmo e seus discipulos e companheiros não tendo sequêr conseguido fazer reviver as linguas mortas que cultivava, maculou as vivas com termos artificialmente compóstos que, tornando cada vez menos accessivel ao povo a linguagem culta, mais e mais o distanciou de

todas as manifestações artisticas cujo convencionalismo não compreende, a cuja fraseologia é totalmente estranho.

E assim, postas frente a frente, vemos por fim, n'um derradeiro paralelo, emquanto graças ás literaturas romanicas chegam a existir verdadeiros cavaleiros andantes e uma alta esfera de espiritualidade paira sobre os povos do sul que, generosos e livres, tinham a forma de governo correspondente á sua cultura, uma constituição baseada sobre a descentralisação da vida administrativa que permitia aos povos falarem a lingua que queriam, ás cidades governarem-se autarquicamente e ás nações gosarem de sua autonomia, a Renascença literaria e artistica coincide com o despotismo, com o utilitarismo, com o egoismo elevado a sistema, a tirania arvorada em metodo, com a formula pagã do Estado-Deus, do Estado escravisador que, monarquico ou republicano, como sobejamente provou Spencer, exerce o poder atrofiando o individuo.

A Renascença sistematicamente amplifica o poder real na Espanha, o poder dos *doges* em Veneza, o poder dos governantes em toda a parte. Com a sua aparição surge tambem a decadencia das formulas populares, é o *Serrar del Consiglio* na republica do Adriatico, é a transformação das côrtes de Castela, a monarquia hereditaria na Holanda e na Suecia, a desaparição de grande numero de republicas italianas. Mediante o regalismo a nova corrente transforma a religião em instrumento de tirania e serve-se dos tribunaes eclesiasticos, na peninsula especialmente, para fins politicos favoraveis ao poder despotico. Persegue, por fim, os tradicionalistas de então, os ultimos representantes da Idade Media, os que tinham o valor necessario para erguer a voz contra as infamias que se planeavam; Savonarola

é queimado; os misticos tornam-se suspeitos; Santa Tereza vae ás masmorras e o cezarismo implanta-se.

Ao chegar aqui, verdadeira conclusão da analise da Renascença, só lhe resta á critica historica examinar os dois movimentos que aparentemente se ergueram contra a que definitivamente podemos chamar reacção pagã: examinar o Protestantismo e examinar a Revolução francêsa.

Este exame é importante; ambas as revoltas se fizeram contra frutos do movimento quinhentista; a primeira contra os Papas que protegiam a renovação artistica, lançando-lhes em rosto o luxo de que a Renascença os rodeava, a ostentação de que a Renascença os envolvia; a segunda contra a monarquia absoluta, exprobrando-lhe a tirania que a Renascença lhe incutiu, a deshumanidade que a Renascença lhe infiltrou. Foram, ambos movimentos, reacções anti-renascentes? Convem sabe-lo, porque, se assim é, em parte alguma mais teremos de ir procurar remedio para os males inegaveis que o neopaganismo produziu.

Logo, com os primeiros passos do espirito inovador, aparece Lutéro e a Reforma religiosa. Foi uma reacção cristã? Reacção como a de Savonarola? Reacção animada pelo espirito que dominava Fr. Bartolomeu dos Martires, o heroico arcebispo de Braga, quando com ardente coração se opunha aos sofismas dos que o excitavam á vida faustuosa que então os prelados geralmente faziam? Superficialmente julgada pode parecer que sim; de facto não. Tambem a esta conclusão chegou o criticismo desde que Balmes miudamente examinou, cuidadosamente investigou as origens da acção protestante. Era o espirito de soberba da Renascença a actuar em cerebros germanicos; era, como reconhece o insuspeito Nietz-

sche [1], o epicurismo elegante do meio dia traduzido em brutalidade nordica, «paralelo anarquico e plebeu da Renascença italiana, movimento originado por impulsos similares, com a diferença de que no norte, cristalisado na vulgaridade, tal movimento tinha de tomar a mascara religiosa».

Só protestos individuaes se fizeram ouvir contra a reacção pagã do seculo XVI. Com este ou aquele disfarce, protestante no norte, racionalista nó sul, a Renascença vencia em toda a Europa, e a Reforma — é ainda Nitzsche quem falla — proclamando: «cada um sacerdote de si proprio», fazia sua uma formula de libertinagem igual á de qualquer d'aqueles que nos paizes meridionaes queriam santificar as paixões, e, pronunciando as palavras «liberdade evangelica», punha de sua parte o suficiente «para que todos os instintos, que tinham motivos para querer ocultar-se, se desencadeassem como cães danádos, para que os apetites mais brutaes tivessem de repente a coragem de se manifestar julgando-se justificados».

«Tinha-se muito cuidado em não querer saber que genero de liberdade os reformadores ambicionavam; cuidadosamente se fechavam os olhos sobre os proprios actos... Mas fechar os olhos, prosegue o filosofo de Sils Maria na sua *Critica* da *Modernidade*, fechar os olhos e humedecer os labios com discursos exaltados, não impedia estender a mão para colher tudo o que estava proximo, fazer do ventre o deus do *livre evangelho* e levar todos os instinctos de vingança e odio a satisfazerem-se em furia insaciavel.»

---

[1] Nietzsche: *La volonté de puissance* (trad. francêsa), cap. II: *Pour la critique de la modernité*, §. 25; *Gaya Scienza* (*Le Gai Savoir* (na trad. fran.), liv. V — §. 358, e ainda em outros lugares como no *Crepuscule des Idoles, L'Antechrist*, etc.

«Tudo isto durou um certo tempo: depois veio a decadencia, a fadiga que havia sobrevindo no sul da Europa; e ainda n'este exgotamento se manifestou uma especie *vulgar*, um universal *ruere in servitium.*»

Depois das proezas de anabatistas, *Kuakers* e outros sectarios, depois das ignominias do despotismo atingindo em França com Luiz XIV e Luiz XV, em Portugal com D. João V e D. José I, na Inglaterra com os quatro Jorges da dinastia hanoveriana [1], o maximo da crapula e tirania, seguiram-se então os annos mais tristes da historia, o que Nietzsche chama o *seculo indecente* da Alemanha, o que nós podemos chamar o *periodo vergonhoso* da Espanha e de Portugal.

Para fazer frente, para impedir a realisação do que assim sobrevinha ameaçando de morte a civilisação do mundo, teria sido necessario que o seculo XVI houvesse visto em seu seio os homens heroicamente dedicados que havia tido o XIII. Teria sido absolutamente preciso que Francisco de Assis tornasse a vestir o seu saco de mendigo, que um bispo como Diogo de Azevedo dissesse de novo aos que, cubertos de purpura, se dispunham a combater com a palavra os inimigos do cristianismo: «não é assim, meus irmãos, não é assim que deveis proceder» [2], e como isto se não deu, como os defensores dos Papas eram muitas vezes aulicos dos reis, como todas as exterioridades de uma civilisação sibaritica, todo o esplendor de uma epoca epicurista rodeava, a pretexto de dignidade, os paladinos da moral cristã, o mal seguiu seu caminho, racionalismo e rebeldia marcharam sempre.

---

[1] Vide Thackeray: *The four Georges.*

[2] Vide Lacordaire: *Vida de S. Domingos,* cap. II.

Grupos de homens que individualmente não eram melhores aos olhos de Deus uns que os outros, degladiavam-se discutindo textos biblicos, e, como com energia diz John Ruskin [1], «a Europa viu-se transformada em vasta arena de combate de galos pela luta furiosa de dois partidos anti-cristãos, enquanto que, inocente e silencioso, sobre as colinas e nos campos, o povo de Deus, a tudo estranho e por todos esquecido, vivia e morria na fé catolica ».

A Igreja Universal, baseada sobre palavras de vida que lhe asseguram a eternidade, não desaparecia mas atravessava epoca calamitosa. Na arte, como faz notar o catedratico de Oxford [2], como desesperadamente clama Huysmans, a decadencia religiosa é das mais completas; misticos fortes, d'esses que como cariatides potentes, bastam para sustentar um edificio, só de longe aparecem: a disciplina ascetica é redusida, sob Francisco de Salles, a doses homeopaticas ministradas com um tom untuoso e feminino bem diferente do de João da Cruz e seus coevos espanhoes; é a epoca em que Fenélon, arcebispo-duque de Cambrai e principe do Santo Imperio, é condenado por afinidades com o quietismo e se julga muito infeliz, pobre Job mitrado — como ironicamente lhe chama o auctor de *En Route* [3], por ter de deixar Versailles e de residir na sua diocese...

Assim veio e assim tinha de vir a revolução de noventa e tres. Chicotada vibrada com energia n'uma sociedade que, de ha muito adormecida, precisava que violentamente a despertassem e fizessem andar, esta sublevação era a conclusão logica do desespero

---

[1] Ruskin: *Stones of Venize*, cap. I, *nota*.
[2] Ruskin: *ib*, *id*.
[3] J. Huysmans: *En Route*, deuxième partie, cap. VII.

d'um povo que, entregue a si mesmo, podia ter feito suas, se tivesse fé, as palavras do Psalmista, clamando com toda a razão e verdade: *Miserere nostri, Domine, miserere nostri: quia multum repleti sumus despectione; quia multum repleta est anima nostra opprobrium abundantibus, et despectio superbis.*

Não teve contudo este caracter o cataclismo social que derrubou o trono de França. Não invocava o nome do Senhor, como a revolução dos Estados Unidos, a revolução francêsa. Animado sempre do espirito da Renascença não era o movimento de um povo que, outr'ora livre, suspirava pelas liberdades d'outr'ora; não era o grito de uma colectividade nacional reclamando o que já havia possuido; era revolta de escravos que, dirigidos por utopistas, com a miragem d'uma antiguidade imperfeitamente conhecida, sonhavam o restabelecimento de uma d'aquelas antigas republicas que, baseadas sobre a escravidão inexoravelmente mantida, podiam permitir aos seus dirigentes os belos gestos classicos, as arrogantes atitudes civicas; era um ideal feroz de despotismo imposto em nome d'uma patria arbitrariamente talhada, uma sublevação de sangue, afirmando-se pelo sangue, escravisando consciencias, dictando crenças, prescrevendo cultos e derruindo os velhos altares tradicionaes para erguer, nas aras da deusa Razão, o corpo semi-nu de uma rameira.

Não, a Revolução francêsa, não foi uma reacção inovadora! A causa dos males da Europa, o movimento renascente, chegou viçosa até ao seculo XIX. Em literatura vemo-lo florescer ainda; o *realismo* e o proprio *parnasianismo*, escolas literarias que hoje dominam, são formas da Renascença vigorosa do seculo XVII ou da Renascença decadente do seculo XVIII, mas da Renascença enfim.

Em filosofia e politica, o movimento, que caminhou mais lentamente só chega em nossos dias a seu termo, porque só hoje encontraram o terreno desembaraçado os espiritos que, na arte se desligavam da influencia cristã e que, por natural ilogismo, n'este terreno se não atreviam a ir até as origens, e, livres por fim da oposição que lhes faziam os que, desde o Prior de São Marcos de Florença até o tão pouco compreendido como gigantesco Pascal, a isso se opunham, podem hoje tornar possivel a obra de Nietzsche com as ultimas consequencias da reacção pagã: a apologia do despotismo, da escravatura, do exterminio dos fracos.

O seculo XIX é, portanto, literaria, religiosa, politica e filosoficamente o ultimo termo da evolução da Renascença, aquele que, tendo visto o advento do *materialismo* e assistido á obra do *cezarismo* e da *revolução jacobina*, manifestações diversas de uma mesma força, atingiu as ultimas conclusões de uma cultura e assiste aos primeiros ensaios da que a vae substituir; e inuteis foram, portanto tambem, todos os esforços revolucionarios que se fizeram para apressar a marcha dos acontecimentos, e não só inuteis mas até contraproducentes, revelando-se a verdade do juizo formulado por Valera ao examinar a marcha das ideias no seculo XVIII e dizendo que... « *se comparamos aquela paz relativa com a desordem, tumulto e estrago que sobreveio pouco tempo depois, parece-nos que suave idilio se troca em tragedia horrorosa, e que se atraza em vez de se acelerar o movimento das sociedades humanas a caminho de mais altas esferas de ilustração, de paz, de igualdade possivel, de liberdade e de justiça* [1].

[1] D. Juan Valera, prologo á obra do Conde de Fernan-Nuñez: *Vida de Carlos III.*

Mas, por fim, com o seculo das revoluções liberaes — que assim podemos classificar os cem annos findos — chegamos a um periodo que, resultante de todos os esforços das gerações anteriores, consegue, á procura de uma sintese de tantas correntes opostas, assistir á aleluia da *reacção mistica*, porque assim, e não de outro modo, se deve chamar nos tempos de baixo utilitarismo que vão correndo e no meio d'esta preparação geral dos homens para, como diz Nietzsche, *la besogne laide*, o ensinal-os a estimar as coisas em si, a vêr n'elas o que n'elas ha de belo e de bom, com exclusão absoluta da sua aproveitabilidade.

Produto de muitas correntes contrarias, o seculo XIX, que incontestavelmente foi uma epoca de efervescencia intelectual, viu degladiarem-se entre si todas as ideias que até hoje concebeu a inteligencia do homem; resuscitadas de um passado já morto, ou importadas das mais exoticas regiões, todas as escolas encontraram adeptos na sociedade moderna, e nem a mais pequena reliquia de tempos idos deixou de exercer influencia, directamente sobre grupos, indirectamente sobre a generalidade.

Não se furtou a Espanha a este movimento. Possuidora de uma civilisação propria, original e fecunda que, ainda, quando mal ferida e atraiçoada, não estava morta, e que, pelo contrario, contava, nas regiões que lhe deram o ser, com numerosos e dedicados adeptos, a Peninsula Iberica, assim que até ela chegaram os ecos da luta de ideaes que pela Europa se estava dando, assistiu á resurreição do fogo-sacro que se julgava para sempre extinto e viu o supremo combate da sua cultura autoctone, erguendo-se do tumulo, onde só pó parecia existir, para em derradeiro esforço expulsar do solo hispanico quem n'ele abusivamente se tinha implantado.

O que, ao parecer mortalmente, fôra ferido du-

rante o seculo XVII era esse espirito da Idade Media a quem a Espanha devia a sua nacionalissima maneira de ser, e foi precisamente essa mesma Idade Media, esse mesmo espirito, que no seculo passado se levantou para substituir a afeminação decadente em que os ultimos termos da Renascença se estiolavam.

Com mais ou menos caracteristicas locaes, toda a Europa assistiu a este mesmo espectaculo. *Foi caracter distintivo do seculo passado a reacção que durante ele se deu contra a maneira de ser dos seculos directamente anteriores*, e isto que, por sua vez, pode parecer detestavel ás almas modeladas á Sylock que aparentemente regem e governam a sociedade moderna, constitue a razão do apostolado dos inovadores que querem exercer influencia sobre a alma moderna, a missão que lhes é imposta pelas circunstancias, intimada pelas correntes respeitaveis da hodierna intelectualidade europeia.

Vae longe o tempo em que os *pensadores* faziam alarde de encarar as coisas apenas pelo seu lado material; hoje só os *outros, o rebanho*, continuam cristalisados em seu scepticismo, em sua hostilidade antimetafisica. O sensualismo encontra-se falido e a sua bancarrota arrastou e compreendeu os hierofantes do culto do Material-Palpavel-Visivel-Aproveitavel.

Um dia, quando a Renascença estava em seu apogeo, fartos alguns espiritos generosos de verem as lindas cerejeiras consideradas materia prima de cachimbos e boquilhas, fartos os olhos de tanto ladrilho e tanto tijolo acumulado, fartos os artistas de tanta tabuleta pintada a oleo, de tanto marmore imitado, de tanta madeira em papel fingida, e fartos, por fim, os corações de tanta exploração das forças humanas, apreciadas como mercadorias e como tal tratadas, começaram inteligencias analistas a pensar se europeos e americanos se não teriam enganado em

seu caminho, se o *ideal* pode estar circunscrito; em arquitectura, á delineação de cozinhas, casas de banho e salas de baile; em artes plasticas, á copia minuciosa de musculos, unhas e pellos de qualquer modelo pago a tanto a hora; em ciencia á construção de telefones, dinamos e locomotivas, e, em politica, á proteção sistematica dos que já pela sorte são protegidos e preocupação constante de cuidados materiaes que não enobrecem o homem...

Assim começou a reacção anti-renascente. Por diferentes caminhos e metodos, chegando uns ao termo e parando outros no meio do *estadio*, tudo quanto de vigoroso e nobre existia na decrepita Europa se lançou, consciente ou inconscientemente, em luta contra os acanhados preconceitos do materialismo utilitarista.

O trabalhador que, para mais facilidade na realisação de seus fins, os homens á Smith e á Stuart Mill haviam embrutecido, materialisado, automatisado, cansou-se de ir procurar carvão ao seio da terra para alimentar os fogões de uma raça de *oxen-eaters*, não sancionou com a sua assinatura a convenção ilogica que, fazendo do *confort*, do progresso nas conquistas dos meios de facilitar a vida, o supremo desiderato, nega a meia humanidade os meios de atingir tal ideal, e farto, ele o obreiro que com seus braços sustenta o epicurismo de uma civilisação, de fazer obra mecanica, obra atrofiadora da personalidade, obra indigna de seres dotados de alma, de coração e de sentimento, revoltou-se.

O artista, verdadeiro, o digno d'esse nome, indignou-se de se vêr coacto por canones anacronicos, obrigado ao respeito de formulas dogmatica e catedraticamente impostas, e, trabalhadores e artistas, artifices e intelectuaes, recordando talvez os tempos em que a inspiração se não encontrava nunca desacompanhada do trabalho manual, os tempos em que o

operario era sempre mais ou menos artista e o artista tinha sempre muito de operario, aborreceu o divorcio estabelecido entre inspiração e materialisação, aborreceu o estado de coisas que produz nevroses no criador — confinado sempre nas regiões do espirito — e anquilosa o executor — amarrado sempre á obrigação da copia, — e suspiraram ambos pela epoca em que, n'um ferro forjado, n'um capitel cinzelado, se revelava a alma sonhadora e a mão habil do mesmo individuo.

Ante os monumentos frios, sem vida, matematicamente preparados em nossos dias com a austeridade inerte de um teorema desenvolvido, e ante os de outr'ora, os da civilisação cristã, em que os mais arduos problemas eram solucionados como por revelação mistica e com a ingenuidade despreocupada de criança que, os olhos no ceu e livre de vertigens, passa sobre espantoso abismo em que a prudencia houvera perecido, compreendeu-se quanto valia o trabalhador dos tempos idos. Compreendeu-se tambem, como formulou Ruskin, que, « se do operario se quer fazer um homem, é preciso renunciar a fazer d'ele uma maquina, porque assim que o deixam começar a imaginar, a pensar, a executar alguma coisa que mereça ser feita, imediatamente desaparece a precisão requerida á maquina, e, imediatamente tambem, surge toda a sua rudez, toda a sua lentidão, toda a sua falta de habilidade; vergonha sobre vergonha! erro sobre erro! hesitação sobre hesitação! mas ao mesmo tempo revela-se toda a magestade que n'ele existe — não conhecemos as grandes alturas se não vemos as nuvens que as rodeiam — que essas nuvens sejam sombrias ou luminosas, que importa?! por traz d'elas está-se dando uma transfiguração! » [1]

---

[1] John Ruskin: *The nature of Gothic*, §. 12 a 15.

Chegados a esta conclusão, vemos o grande pintor Overbeck, e depois d'ele William Morris, deitando á margem as convenções da Renascença e pintando como os primitivos pintavam: *sinceramente, ingenuamente;* vemos os criticos ingleses e um espanhol [1], entregando-se ao estudo do gotico, admirando sem reservas a sua expontanea belesa, lançando severo mas justo anatema sobre as formas glaciaes da Renascença, calcadas umas sobre as outras segundo bitolas imutaveis e prestablecidas, e, porfim, o veneravel John Ruskin — o maior de todos os criticos modernos — estabelecendo desde sua catreda de Oxford e em seus livros, inexgotavelmente profundos, o traço de união entre a estética e a critica social, inspirando-se nos quadros de Giotto para criticar o moderno utilitarismo, no palacio dos Doges — examinado pedra por pedra — para criticar o orgulho moderno, a satanica rebeldia de nossos dias, e comparando Ghiberti com Canova para cantar o espirito do cristianismo e entoar hossanas — ele, protestante — á liberdade e riquêsa do catolicismo.

E, ao lado de Ruskin, Carlyle; ao lado de Carlyle, Emerson; todos separando-se com nojo d'esta sociedade que adora o Bezerro de Ouro, o Baal dos milhões, para se elevarem, fria e ironicamente o primeiro, sentimentalmente o segundo, misticamente o terceiro, ás regiões do transcendentalismo, ás etereas regiões dos altos pensamentos elevados onde viviam nossos avós n'aqueles tempos gloriosos em que os homens não frequentavam a Bolsa, em que inteligencias se não ocupavam com a alta e baixa dos coiros e dos guanos e em que Godofredo de Bouillon,

---

[1] D. Joaquin Francisco Pacheco: *Italia, ensayo descriptivo, artistico e politico.* Madrid, 1857.

«heroe perfeito, tão temido dos inimigos como amado pelos familiares», contemplando as altas janelas policromas das esbeltas catedraes, segundo referem seus biografos, «se esquecia da hora de jantar.»

E ao lado d'estas feericas explosões do pensamente anglo-saxonico — tão desconhecidos entre nós — as menos simpaticas mas tambem brilhantes manifestações da intelectualidade germanica. Frederico Nietzsche, seguindo a evolução da Renascença e chegando, na sua apologia do super-homem, prégado por Zaratustra, á defesa da escravidão e do despotismo, mas assinando tambem, no profundo estudo da sensibilidade helenica, da estetica grega, a condenação do conceito porcamente mercantil que a sociedade moderna tem até das manifestações artisticas mais elevadas, rindo-se dos que «se ofendem de que se trate com seriedade um problema estetico, sem reconhecer na arte nada mais que um passatempo secundario, uma futilidade de que se pode prescindir para a *seriedade da existencia*», e afirmando solemnemente a sua crença «de que a arte é o assunto mais elevado e a verdadeira actividade metafisica d'esta vida» [1]. Ricardo Wagner procurando, no cristianismo algumas vezes, no velho paganismo germanico quasi sempre, temas de inspiração extra-utilitaria, mas combatendo sempre, qualquer que fosse o campo em que se colocasse, por ideaes bem mais elevados que aqueles que no campo artistico a Europa estava costumada a vêr.

Ao mesmo tempo — como para palpavelmente demonstrar que nos designios de Deus entrava o aniquilamento de tudo quanto tinham feito tres seculos de cezarismo — afirmado pelos tratadistas de jurispru-

[1] Frede. Nietzsche: *Helenismo e pessimismo*, prologo.

dencia internacional, o direito das nacionalidades á autonomia e á liberdade, reconhecido o *principio das nacionalidades* — antitese de aquele outro que concedia á espada dos Borgia, dos Borbons, de Condé e de Napoleão o direito de conquista — os grandes nucleos imperiaes, os grandes blocos de povos amassados pelo sangue, começam a esfacelar-se. Assim, o seculo XIX inicia uma obra de libertação, não a impulsos da revolução francêsa que, macaqueando Roma e macaqueando a Grecia, sonhava com uma republica spartana e termina n'uma dictadura militar, mas graças a um movimento de ideias muito mais profundo que, posterior ás sangrentas orgias jacobinas, se levantou precisamente para as combater.

O seculo XIX — e não o XVIII — iniciou uma obra de libertação e para que nada lhe faltasse, para que a Verdade, unica força libertadora fizesse actuar sua acção, Leão XIII como pontifice, ocupa-se da miseria dos operarios e inspirando-se, na enciclica *Rerum Novarum*, em ideias muito semelhantes ás que annos antes John Ruskin expusera em *Unto this last* acrescenta-lhe a recomendação, sobremaneira preciosa, da restauração dos antigos e medievaes gremios de artifices que o absolutismo atrofiára e a revolução matou, ao mesmo tempo que na *Libertas* e outros documentos vibrava golpe sobre golpe ao regalismo que o orgulho dos reis tinha inventado e ao conceito açambarcador do Estado que o regimen liberal herdou da monarquia absoluta.

Era a consagração dogmatica e suprema da obra da *reacção mistica*, iniciada em nossos dias pelos mais profundos pensadores de todas as escolas e de todos os paizes. Ao mesmo tempo, enquanto Maeterlinck, na Belgica, punha a intelectualidade latina em contacto com Emerson, traduzia as obras, esquecidas

no pó dos seculos, do mistico Ruysbroeck e se inspirava em Hello e Novalis para fazer psicologia, verdadeira psicologia ao modo dos neo-platonicos e ao modo de São João da Cruz; enquanto Huymans, em França, tendo ao lado os trabalhadores da escola benedictina do admiravel Don Gueranguer, se esforçava por beber nas fontes da Idade Media a tradição catolica; enquanto por todas as partes, coroa de uma civilisação, surgia uma arte, nova, *modern style*, que, depois de ter ensaiado um gotico de pacotilha, compreendia que a verdadeira imitação da obra medieval é não a copia servil de suas obras mas a inspiração em seus livres ideaes de sinceridade e originalidade, surge em Espanha a sintese d'este movimento, a materialisação de todas estas aspirações nos partidos regionalistas e no que, com mais ou menos fortuna, se chamou *integrismo*.

Enquanto, na sua luta pelo poder, os dois grupes saídos da mesma origem: *absolutistas* e *liberaes*, combatiam opondo programa a programa e bandeira contra bandeira a favor de D. Carlos Maria Izidro de Borbon contra a filha de Fernando VII, Izabel II, ou a favor de D. Carlos de Borbon, filho do anterior contra a efemera republica ou contra Afonso XII, encontrou eco em Espanha o movimento que se produzia nas camadas intelectuaes de toda a Europa.

Enquanto, procurando captar as maiorias, os dois adversarios evolucionavam; o primeiro para as tradições pre-borbonicas, conseguindo assim obter muitos soldados para as forças do pretendente nas regiões onde o amor intenso aos foros e leis privativas de cada reino via na bandeira carlista, *Dios, Patria y Rey*, a realisação de suas esperanças; o segundo para formulas cada vez mais democraticas, alcançando d'este modo numerosos partidarios nas provincias e classes onde as circunstancias impunham a questão

social, aparecem na Catalunha, Navarra e outros pontos as literaturas qué precedem o movimento economico-politico regional; aparece, no seio do tradicionalismo, o homem que, auxiliado por certeiro instincto, havia de arvorar a bandeira integral da civilisação iberica, criando a comunhão politica do partido integrista.

E, sobre os sanguineos reflexos do crepusculo que para a grandêsa hispanica representa a presente epoca, recorta-se a figura de Raimundo Nocedal, que assim se chamou este homem, como a do unico espirito, unica inteligencia de seu tempo que soube compreender a missão que lhe impunham a situação de Espanha e as necessidades do seculo.

Nocedal, separando-se do carlismo quando n'ele chegaram a dominar os elementos cujo programa se substanciava na restauração cega e absoluta da monarquia do seculo XVIII, infeccionada pelo espirito dos Aranda, dos Carlos III e dos preceituosos de Port-Royal e do galicanismo; Nocedal levando á pratica a afirmação de Leão XIII, tantas vezes repetida, de que o catolicismo não está vinculado aos interesses de uma dinastia, ligado ás vantagens de uma instituição, e desinteressando-se, como catolico e como espanhol, de todos os problemas de direito ao trono, quer eles fossem propostos pelos amigos de Afonso, quer pelos de Carlos; Nocedal, tradicionalista, procurando a verdadeira tradição hispanica nas leis pessoalissimas das nacionalidades ibericas, citando o articulado das resoluções dos Concilios de Toledo e das leis do *Liber Judicum*, nas paginas da sua admiravel *Proclamacion de Burgos*, e desligando-se dos que queriam fazer servir os ideaes seculares da terra iberica á defesa insustentavel do absolutismo exoticamente importado para a peninsula pelos homens do seculo XVII; Nocedal levantando bem alto, antes que qualquer ou-

tro, a oriflama regionalista e defendendo em Valencia e na Catalunha, na Navarra e nas Provincias Bascas, em Castela e em todas as partes, os *fueros*, as liberrimas leis tradicionaes que o poder absorvente dos tronos havia assassinado; Nocedal divulgando, popularisando, levando á polemica jornalistica, o movimento de amor estudioso pelos misticos, em boa hora iniciado por Menendes Pelayo, Silvela e outros; Nocedal, por fim, defendendo sempre a verdadeira e legitima liberdade, a liberdade exclusivamente para o bem e a liberdade para todos, a liberdade para os corpos sociaes, para os gremios, para as congregações e para os povos, e a democracia, a verdadeira, tradicional e hispanica democracia substanciada nas Côrtes, na representação das classes, na autonomia das universidades e municípios, na vida das agremiações operarias, em tudo, n'uma palavra, do que outr'ora foi em tempos de gloria e independencia e deixou de ser nos tempos de decadencia e infortunio.

E, figura tão grandiosa como pouco estudada, ele marca na Espanha o inicio d'essa reacção que, comovendo profundamente as fibras mais secretas do coração de Europa, dará caracter particular e destinctivo a toda a obra do seculo XX.

CAPITULO II

O despertar das nacionalidades

Outr'ora monopolisada no Cezar a personalidade nacional, o querer das regiões podia não ser tido em conta, mas hoje não succede assim.

Coincidindo a nossa epoca, por causas que ficam esplicadas, com um vigoroso movimento da consciencia publica que, velando pelos privilegios e inte-

resses do direito, tornou impossivel a prolongação do regimen de forças que, desde tempos de Maquiavel, constituiu o unico principio reconhecido e acatado na vida internacional, duas correntes de ideias, a chamada *teoria das raças* e a denominada *teoria das nacionalidades*, foram propostas como solução ao grave problema das relações dos povos entre si.

Representando interesses opostos e sinificando tendencias absolutamente contrarias, a feição conservadora da primeira mitigou muitas vezes o radicalismo da segunda, e, ainda quando a primeira fosse a sobrevivencia de dois seculos de cezarismo, a formula modernisada da politica escravisadora de espiritos cristalisados n'um passado de despotismo, e a segunda constituisse a verdadeira feição moderna da nossa civilisação, ambas gosaram de grande influencia durante os ultimos cem annos, e ambas presidiram aos graves acontecimentos politicos, aos rudes choques de povos que preludiaram a constituição da Europa hodierna.

A primeira servia de base aos esforços absorventes das grandes potencias que exercem influencia mundial, a segunda foi o *paladio* dos povos pequenos, das nações oprimidas, e, contrabalançando suas forças durante algum tempo, dificil foi por longos annos saber qual d'elas fazia progressos, até que, perdido o equilibrio, a segunda alcançou o triunfo final, entronisando-se como maneira de ser caracteristica do nosso tempo.

«*Em nossos dias*, afirmava o sabio Barcher ante os representantes dos povos slavos reunidos em 1867 no congresso de Moscow, *as nações tendem todas irresistivelmente para a aglomeração e a unidade, e esta tendencia, encontrando plena aprovação nas esferas da diplomacia, é proposta como principio d'um novo direito de gentes. E, em taes circunstancias, é*

***claro que os nossos esforços para a união** são perfeitamente legitimos e devem como taes ser reconhecidos pela Europa... Unamo-nos pois como se uniram n'uma só toda a Italia e a Alemanha, e o nome da grande nação reunida será: gigante!*

Era este o *leit-motiv* da epoca. As aspirações de união estavam em todos os peitos. Italianos, alemães, slavos e até portuguêses e espanhoes todos a desejaram, trabalhando para a conseguir. A *teoria das raças*, preconisando a formação das grandes federações de povos da mesma origem etnica, estava no seu auge. Bismarck tinha-a posto em evidencia para a contrapor á politica das *nacionalidades*, da qual Napoleão III havia feito pedra angular de seus planos, e ainda quando a todavia recente sublevação da Polonia, tão duramente reprimida pelo governo do principe Gortschakoff, estivesse a demonstrar que as nações, se a isso não são forçadas, não «*tendem irresistivelmente para a aglomeração e a unidade*», tal doutrina encontrava-se no espirito de todos os defensores oficiosos dos projetos similares aos ambiciosamente esboçados pelas chancelarias de Petersburgo e Berlim, e não temia pedir á ciencia as suas formulas para afirmar o que conceituava seus direitos.

Eram então muito debeis as vozes dos povos a quem tal teoria ameaçava para que a podessem contradictar.

Gervinus e Varnhagen von Ense, os pan-germanistas que com a penna prepararam a unificação alemã, poderam pois, em toda a liberdade, profetisar o advento do dia glorioso em que a Alemanha, tendo anexionado a Dinamarca e a Holanda e destruido a Austria, se encontraria ao oriente com o grande imperio, monstruosamente gigantesco, com que sonharam os *slavistas*.

Salazar y Mazarredo, Rios Rozas, Rivero e Castelar, em nome da monarquia restaurada ou em nome d'uma republica centralista, não encontraram dificuldades para arquitetar fantasias das quaes a anexão mais ou menos violenta de Portugal constituia o fundamento, e os principes do Piemonte, levados pela ambição, seguiram, sem grandes obstaculos á sua marcha pelo caminho que condusia a Roma, capital da Italia unificada.

Ninguem lhes foi á mão. Entretidas as nações novas — a quem a Europa havia, em solemnissimos congressos, reconhecido a independencia — na silenciosa mas profiqua tarefa de organisar a sua vida interna, não pensaram em discutir uma politica que só para mais tarde os ameaçava. Espiritos profundos, a quem taes tendencias poderam preocupar, deixaram ao tempo o cuidado de demonstrar a inanidade de taes esforços, e, em efeito, passados oito lustros de vida historica durante os quaes os povos não deixaram de propender para a descentralisação, inicia-se um seculo cujos primeiros actos estão longe de dar esperanças aos ideaes aglomerativistas.

A 14 de Fevereiro de 1906, ante o povo reunido nas ruas de Cristianía, com a energica simplicidade e a solemnidade augusta que dá a consciencia do direito, foi proclamada a independencia do velho reino da Noruega, e este facto que, sem causar o derramamento d'uma só gota de sangue e sem provocar a mais pequena violencia, assim separava as duas irmãs scandinavas, arrancando a corôa a Oscar II, rei da Suecia, para a oferecer a um principe da casa real da Dinamarca, ao mesmo tempo que servia para mais uma vez afirmar bem alto que as nações não são patrimonio dos monarcas, constituia a prova mais categorica de que este seculo continua, qual o anterior, a fundamentar o seu codigo internacional sobre a teoria que

defende o direito que teem todos os povos, grandes ou pequenos, a sacudir o jugo estrangeiro e a escolher a forma de governo mais conveniente aos seus interesses.

O mundo, em efeito, a pezar dos obstaculos que o imperialismo opõe á liberdade, assiste á renascença das consciencias nacionaes.

Seguindo a grandes rasgos a marcha da especie humana atravez da Historia, vemos n'ela dois movimentos que, como o fluxo e refluxo d'um mar, se tem perpetuado até os nossos dias em eterno vae-vem que durante alguns periodos congrega as nações em grandes massas para torna-las outra vez a desagregar e subdividir, e, por pouco que se observem os principaes successos que tem agitado os nossos dias, ver-se-a que, descartadas as derradeiras convulsões d'um sistema que morre, nos encontramos n'esta segunda fase.

Uma das feições caracteristicas do seculo XIX foi esse accentuado movimento politico a que chamaremos o *despertar das nacionalidades*, e, sem que se nos acoime por exagero, julgamos licito afirmar que, muito embora observadores superficiaes queiram ver na nossa epoca uma corrente favoravel ao *internacionalismo*, nenhum outro exerceu tanta e tão capital influencia, durante os ultimos cem annos, na vida interna dos grandes Estados e nas relações dos povos entre si, assinalando a sua acção, não apenas, qual succede com a doutrina contraria, no campo das ideias, com burilados livros e eloquentes discursos, mas com factos vigorosamente sinificativos, insusceptiveis de sofisticas interpretações.

Unidas todas as nacionalidades no mundo antigo n'uma só nação sob o dominio de Roma; separadas durante a Idade Media em numerosos reinos, ducados, condados e senhorios; e de novo unificadas, depois da Renascença, em quasi todos os Estados hodier-

nos, dos quaes cada um, salvo raras excepções, significa a integração de varias nacionalidades representadas por tipos e idiomas regionaes facilmente distinguiveis, hoje propendem uma vez ainda para a descentralisação mais ou menos absoluta.

O movimento unificador que começa quando os tempos medievaes desaparecem, chega ao seu apogeo com o sonho imperialista de Bonaparte e entra em plena decadencia quando O'Connell se faz ouvir no parlamento britanico pedindo o *home rule* para a Irlanda.

De então para cá sentiu-se latejar a revolta contra o chamado direito de conquista que, posto ao serviço das paixões reaes, deu logar, depois de grandes lutas, á formação dos magnos imperios de territorios desconexos e populações heterogeneas. Viu-se reviver um velho principio do direito cristão quasi esquecido no tumultuar das paixões dos poderosos senhores da Renascença, mas tão forte que, arrancado ao pó dos codices antigos, sabe fazer-se respeitar e de tal modo impõe o seu cunho a uma epoca que, depois de obrigar o seculo passado a perfilha-lo, consegue que o actual dê os primeiros passos seguindo o exemplo do antecessor.

E hoje as duvidas sobre a beligerancia d'este principio no campo das ideias modernas já não existem. O tempo veio demonstrar que os esforços dos povos que se libertaram não tinham o caracter de factos esporadicos, mas eram, pelo contrario, o resultado da tendencia mais definida da maneira de ser moderna, o cumprimento do que parece constituir a missão do nosso tempo, a consequencia d'uma poderosa corrente de ideias que, enraizadas profundamente nas inteligencias, e dada a circunstancia de serem, como fica indicado, quasi todas as nações verdadeiras familias, filhas não do acaso, mas producto de casamentos,

precedidos muitas vezes de raptos, verdadeiros conjuntos de povos, que levados a isso pelo interesse, pela força das armas ou por qualquer outro factor historico, se federaram em volta d'um trono, pode produzir as maiores e mais estupendas modificações no estado actual de coisas.

E, em efeito, nenhuma outra doutrina houve tão fecunda em mudanças profundas na geografia politica da Europa.

Pela sua influencia poude a Belgica desfraldar o pavilhão de Estado livre, ao mesmo tempo que a Hungria, unida á Austria pelo sistema *dualista* ideado pelo Conde de Beust, recobrava a dignidade de nação autonoma e que os principados balkanicos, levantando-se em armas contra a hegemonia turca, edificavam a independencia da Servia, da Bulgaria, do Montenegro, de Romania e da Grecia.

Só a Polonia e a Irlanda, povos desgraçados, constituem, ainda quando para eles a *teoria das nacionalidades* tenha tambem sido uma aurora, triste exceção no meio d'esse seculo que, quebrando algemas, ficará assinalado na historia pela obra de libertação que foi o seu cunho distintivo e a herança que legou áquele que começa a vida politica escrevendo na primeira pagina dos seus anaes a proclamação da soberania norueguesa.

Dir-se-ia que, á medida os povos se vão conhecendo, á medida que os meios de comunicação se simplificam e facilitam, tornando cada dia maiores as relações mutuas entre os Estados e entre as regiões, e aumentando o intercambio de produtos e ideias, mais os homens se vão encerrando nos estreitos limites do territorio que os viu nascer e onde têm vinculados os seus interesses.

Entretanto, como para atenuar o que tal movimento podesse ter de regressivo a um estado de coisas

que a acção coligada dos reis e dos povos fez desaparecer, ao lado d'esse regionalismo autonomista ou d'esse nacionalismo separatista — reacção necessaria contra a politica dos governos que de Richelieu a Napoleão se sucederam no mando das nações — a *teoria das raças*, imperando em determinados meios, serviu como de contrapeso a esta aspiração geral dos povos clamando pela independencia.

Em efeito: baseado este movimento descentralisador no reconhecimento do direito á autonomia que têm todas as agrupações que, venerando as mesmas tradições, professando a mesma religião, tendo um tipo etnicamente diferente dos outros tipos, falando um unico idioma e habitando o mesmo territorio, merecem o nome de *nacionalidades;* e, inspirando-se na repugnancia instintiva que vinte seculos de educação cristã provocam á mentalidade europeia contra a violencia que lese um povo ou um individuo nos seus direitos; o seu criterio, tão radicalmente oposto ao que faz da força das armas o argumento supremo para o engrandecimento dos Estados, leva, na integridade das suas consequencias, todas as nações da Europa para a desagregação mais completa.

Assim succederia se o que chamamos *sobrevivencia do cezarismo,* cumprindo a missão de que estão incumbidos os elementos conservadores, providencialmente colocados n'um periodo critico para suavisar as transições bruscas d'uma epoca para a outra, não o contivesse n'uma moderação relativa, obrigando-o — exactamente por tender para um fim completamente oposto — a reprimir-se ou a procurar um meio termo conciliatorio, qual foi a formula proposta por Bakounine n'um dos congressos *pan-slavistas,* quando, querendo roubar á autocracia a formidavel arma que a *teoria das raças* era em suas mãos, aconselhou a federação dos povos tendo por base a autar-

quia mais absoluta das nações e até das mais pequenas individualidades etnicas.

Contudo, não significa isto que a politica de Bismarck tenha tido apenas um efeito negativo. Assim como a vida não termina em absoluto quando aparentemente um ser animal deixou de existir, assim uma ideia marcada pelo estigma da morte, prolonga por muito tempo a sua acção e a sua influencia.

A *teoria das raças* era uma alavanca poderosa posta ao serviço d'um dos mais energicos estadistas dos tempos modernos e, dissimulando vastos planos e grandes ambições, fez evolucionar a esfera da acção mundial, deslocando o eixo das relações internacionaes até o ponto de que, tendo sido possivel ao principe Metternich, ha quasi cem annos, responder a Guizot, — quando este o felicitava pelo poder de que durante muito tempo gosou dentro e fora do seu paiz — que «mais facil lhe havia sido dirigir a politica de Europa que a de sua patria», hoje ainda quando seja dado a um Chamberlain ou a um Bulow fazer prevalecer o seu criterio n'um determinado grupo de nações, não ha um só homem que possa ter a louca presunção de querer impor a sua vontade ao mundo.

E é que, no tempo em que o celebre chanceler austriaco assim confessava as dificuldades internas do imperio dos Habsburgos — postas em desfavoravel paralelo com as relativas facilidades da sua obra diplomatica — a Europa estava dividida entre colossos que reduziam os povos pequenos á impotencia, e, hoje pela formação e engrandecimento de dois imperios fundados sobre as divisões etnograficas — e, em parte tambem, pela resurreição dos sacrificados d'outrora — tudo mudou.

Entregue então a Scandinavia ao seu comercio; entretida a Holanda com as suas colonias; dividida

a Alemanha em numerosos Estados submissos, pouco tempo antes, á influencia napoleonica; occupada a Russia com a sua organisação interna; sujeita a Italia umas vezes aos caprichos austriacos, outras aos francêses; dedicado Portugal á contemplação do luxo que, mercê do ouro do Brazil, a côrte ostentava e entregue a Espanha nas mãos ineptissimas d'um Carlos IV e de um Godoy, d'um Fernando VII e d'um Escoiquiz, não havia na Europa mais que tres nações: Inglaterra, França e Austria, melhor dito, tres homens: Pitt, Napoleão e Metternich, *cuja* vontade era acatada e sabia fazer-se respeitar.

Ora desde essa epoca, terminada a tragedia de Waterloo e precipitada a França nas grandes catastrofes do segundo imperio; vencida a Austria em Sadowa; passada para o povo alemão a crise do indiferentismo patriotico dos tempos de Goethe, Boerne e Heine, e entregue a confederação germanica á influencia prussiana que a soube erguer até á elevada posição que hoje occupa; das tres grandes nações que ha um seculo dirigiam a vida internacional só a Inglaterra — beneficiada de especiaes circunstancias — permaneceu no seu posto, enquanto as suas companheiras eram victimas ou da reacção dos povos contra o ideal absorvente, ou, principalmente, da aplicação de teoria das raças, e enquanto os seus despojos serviam para o engrandecimento das novas potencias que se formavam.

Com a Alsacia e a Lorena arrancadas á França, consolidou-se o Imperio Alemão. Com a Lombardia e a Veneza, libertas do jugo austriaco mediante a revolução provocada pelo Piemonte, constituiu-se o reino de Italia. Ao mesmo tempo que isto succedia no ocidente, terminada já no oriente a organisação que Pedro o Grande tinha iniciado, a Russia lisongeando o ideal *pan-slavista* que lhe permitia estender a sua

influencia sobre o Mar Negro e acariciando o sonho, sempre latente ainda que nem sempre confessado, d'um vôo triunfal da aguia bicefala, abandonando as margens do Baltico para voltar a Constantinopla, sua patria e seu berço [1]; demonstrava a sua força tornando efectivo o triste *Finis Poloniae!* de João Kosciusko, fazendo ver nas trincheiras de Sebastopol o valor de seus soldados e empreendendo nos Balkans a atrevida campanha que a teria levado a colocar de novo a cruz de Cristo sobre a cupula de Santa Sofia se a Inglaterra a não houvesse detido em seu impulso.

Por algum tempo, poude supor-se que o mundo ia assistir á constituição de tres grandes imperios: o *slavo,* o *germanico* e o *latino.* Eram esses os ideaes dos que com a espada talhavam fronteiras, e, embora os processos fossem violentos, não faltavam *internacionalistas* utopicos que, supondo á força das armas a magica virtude de fazer desaparecer todos os atavismos e todos os caracteres morfologicos que, amaçados com a forte argamaça dos seculos, levantam indestrutiveis barreiras entre os povos, seguiam com olhares de simpatia o movimento que durante algum tempo teve todas as aparencias de ser a expressão mais verdadeira do ideal d'uma civilisação.

---

[1] A aguia que o brasão d'armas do Imperio Russo ostenta é de origem bisantina. Usada já pelos ultimos imperadores do Oriente, foi concedido pelos conquistadores turcos aos Patriarcas de Constantinopla o direito de a usar em seu escudo, e estes, por sua vez, deram em 1562 tal privilegio aos principes moscovitas, que a ele se julgavam com direito desde 1472, isto é: desde o casamento da filha de Tomaz Paleologo, ultimo imperador do Trebizonda e despota da Moreia, com Ivan III, *Kniaz* de Moscow. Por esta forma o Czar considera-se sucessor dos Imperadores de Bisancio. Pode-se vêr esta historia nas *Analecta Bysantino-Russica* (Leipsick, 1884).

Mas os anacronismos não duram muito. Os fantasmas desvanecem-se ante esconjuro d'uma vontade energica que os dissipa e isto foi o que sucedeu á decantada formula que a diplomacia havia concebido para pôr em execução planos de conquista.

Ainda que não imediatamente, a Europa compreendeu quantos perigos encerrava a formula das raças com aplicação ao direito internacional.

Sob o ponto de vista democratico e tendo em conta as lições da Historia, viu-se que mais haveria a esperar da constituição dos estados de mediana grandesa do que dos grandes imperios que para se não desmembrarem rapidamente precisam de ter um governo central forte, exercendo uma autoridade sem limites absolutamente incompativel com a liberdade de que os povos carecem para cultivar uma civilisação progressiva. Sob o ponto de vista diplomatico, concebeu-se facilmente quão grandes e graves atritos se dariam nas relações de grandes potencias postas frente a frente, tendo interesses e ambições opostas e degladiando-se n'uma luta de gigantes, n'um combate de monstros. Concebido isto, não tardou a formular-se a sua conclusão logica : a afirmação da necessidade de manter os pequenos Estados e de fomentar entre eles as alianças e os pactos que, fundados sobre interesses comuns, podem fazer sensivelmente diminuir, senão extinguir, as causas d'um violento apelo ás armas, constituindo sobre bases racionaes um novo direito de gentes.

N'uma palavra: encarando o problema em toda sua complexidade, a opinião europeia chegou a conclusões praticas absolutamente anti-imperialistas, formulando um criterio que João Andrade Corvo — um sabio e um diplomata hoje injustamente esque-

cido — resumia [1] n'estes periodos verdadeiramente notaveis:

« No dia em que se realisassem as esperanças dos *unificadores;* no dia em que o continente europeu se grupasse em grandes centros politicos, em grandes imperios fundados sobre a teoria elastica e perigosa das raças, a liberdade teria muito que padecer, teria que passar por uma longa e penosa crise. A historia da formação dos grandes estados da Europa é a historia do despotismo, da opressão dos povos pela força e dos ataques ao direito e á moral social. A liberdade tende a unir os povos pelas relações de uma desinteressada fraternidade e não pela concentração do poder; não por essa unificação que destroe a actividade e mata a iniciativa dos cidadãos, que nivela tudo e todos para melhor conseguir a união material, a união pela força e pela ilimitada acção da autoridade central. »

« Se esses grandes imperios se constituissem, absorvendo todas as pequenas nacionalidades, o espirito da Europa sofreria uma grande depressão moral, porque lhe faltaria a melhor das suas maravilhosas qualidades: a unidade da civilisação na variedade das compleições, das formas, dos caracteres politicos. Esse grande luzeiro, formado pelas variadas irradiações de muitos centros luminosos, tornar-se-ia em clarão sinistro de incendio destruidor. Em contacto uns com os outros e como desacompanhados de toda a influencia moderadora, os grandes imperios se consumiriam em guerras implacaveis, em guerras de raça, até que a democracia, inspirada pelos grandes sentimentos da humanidade, desmembrasse outra vez esses colossos. »

[1] No folheto *Perigos* publicado em Lisboa em 1871.

«Não só como centros da liberdade e campos neutraes, onde se elaboram os grandes problemas da civilisação longe das ambições e das preocupações d'uma politica de dominação, os pequenos estados são necessarios á Europa; podem tambem os pequenos estados, cuja independencia as nações civilisadas garantam, servir pela sua neutralidade reconhecida de barreira entre os grandes estados: diminuindo-lhes os atritos e tirando-lhes muitos dos pretextos de invasões e usurpações de territorio. Não foi este o principio que levou a Europa a pôr sob a sua salvaguarda colectiva os principados do Danubio? Se entre a Alemanha e a França se interpozesse uma linha continua de pequenos estados independentes e neutraes, como a Belgica, o Luxemburgo, a Suissa, não haveriam diminuido muito as probabilidades de guerra entre as duas nações?»

Foi este, desde então, o criterio fundamental que presidiu ás relações dos povos. A luta entre a *teoria das raças* e a *teoria das nacionalidades* teve fim nos campos de batalha da guerra de 1870 e epilogo nos ainda recentes massacres de Mukden e Port-Arthur; terminando pela victoria da segunda.

Ao mesmo tempo, como para mais e mais afirmar o triunfo do espirito moderno sobre os falsos preconceitos que inspiraram trezentos annos de monarquia absoluta, em quasi todas as grandes nações da Europa iniciou-se o forte movimento regionalista das pequenas nacionalidades que, com ou sem condições de vida independente, faziam valer seus direitos ao que, dando ás palavras o seu verdadeiro sentido, podemos chamar *self-gouvernement*.

Foi no Reino Unido a questão irlandêsa; na Austria a tcheque, a hungara e a italiana; na Alemanha a polaca; na Russia a polaca e a finlandesa; na Turquia os graves problemas de Macedonia e Creta, e,

por toda a parte, uma aspiração latente, uma aspiração geral de todas as inteligencias, compreendendo que se tinha ido demasiado longe no caminho da unificação, e sentindo que, ainda quando a *unidade* seja um ideal simpatico, a *liberdade* tem direitos incontrovertiveis e necessariamente respeitaveis.

Expressão d'este sentir foi, entre os povos latinos, um livro exotico de auctor desconhecido e titulo enigmatico, onde se lançava a extranha ideia da fundação d'uma grande federação latina, tendo Marselha como capital e centro.

Esta obra, intitulada *Hachich* e atribuida, talvez erradamente, a Lamartine foi o verbo das tendencias dos povos que submetidos, como os corpos celestes, a duas leis ineludiveis: a da atracção e a da repulção, procurando sempre e simultaneamente a unidade e a independencia — expressões antiteticas mas necessarias á vida e ao progresso, — desejam harmonisar a independencia com a unidade, reunindo os Estados em amigavel laço que una mas não afogue, em amorosa união que fortifique todos sem escravisar um só.

Como marco miliario colocado no caminho das ideias *Hachich*, a obra d'um sonhador, marca o inicio da transformação, lenta mas segura, do principio das *raças* aproximando-se e dando uma justa parte ao das *nacionalidades*.

O *pan-slavismo*, que até ali tinha servido aos interesses moscovitas, modifica-se radicalmente, dando logar entre os povos slavos do sul a uma corrente de ideias favoravel á federação destinada não só a salvaguardar os interesses da raça, mas, sobretudo, a opor-se aos ideaes absorventes da politica russa. Na Inglaterra, sem que o principio da união seja posto em duvida, o autonomismo irlandez encontra um defensor em Gladstone primeiro, e em Campbell-Ban-

nerman depois. E, por fim, o proprio *pan-germanismo* compreendendo as razões que levaram Palaçky, o historiador da Bohemia, a afirmar que «se a Austria não existisse, seria preciso inventa-la», modifica a linguagem dos seus *leaders* e modera os seus planos, não incluindo n'eles a destrução do imperio que serve de união entre o oriente e o ocidente, que constitue uma barreira entre duas raças necessariamente inimigas e é para os cristãos do oriente a melhor garantia d'uma proteção eficaz.

Por esta forma, o principio das *raças* e o das *nacionalidades* completaram-se. Tendo ambos por base o estudo positivo dos povos e sinificando ambos o respeito unanime da nossa epoca por um principio superior que ocupa nas ciencias politicas o lugar que antes estava reservado ao empirismo, estes dois movimentos, desde que o primeiro se modificou, chegam a constituir em sintese um unico movimento que, sendo um protesto contra o cezarismo que pela força das armas ou pelo maquiavelismo da politica integrou nas grandes monarquias as antigas nações formadas pela invasão nordica, tem servido simultaneamente de ocasião, como espada de dois fios, tanto para revoluções nacionaes como para a constituição de imperios, tornando-se sensivel quer pelos protestos platonicamente eloquentes ou terrivelmente sangrentos dos oprimidos, quer pelas divagações especulativas dos homens de gabinete que, apoiando-se n'uma etnografia mais ou menos convencional, desejam proceder a novas e cientificas demarcações de fronteiras.

De ahi a sua importancia que convinha deixar consignada nas paginas d'um trabalho que será como o *Livro Branco* d'uma questão que tem por base o direito dos povos á liberdade.

A França e a Espanha, federações de nacionali-

dades a quem o acaso uniu, não ficaram estranhas ao movimento descentralisador que animava a Europa.

N'uma como n'outra, aos sentimentos regionalistas de algumas provincias juntaram-se os ideaes politicos e religiosos que levaram a Vendéa, sob a espada dos *chouans*, e as Provincias Bascas, sob a de D. Carlos de Borbon, a recorrer ás armas. Servindo a fé, qual succedeu na Polonia e na Irlanda, de estimulo ao patriotismo de região, o anti-unitarismo encontrou em ambas um terreno singularmente propicio á cultura.

Não podia ser d'outro modo. Nações onde o tradicionalismo está fortemente enraizado; onde, qual succede na França, ha regiões como a Bretanha que, sintetisando os seus ideaes na altiva divisa *A Plus* da casa de Rohan [1], não esquecem um passado de independencia; onde, qual succede em ambas, as diferenças de raça e de idioma já são suficientemente grandes para cavar abismos, as scisões moraes são sempre faceis se não existe uma forte unidade de aspirações, crenças e interesses: inevitaveis se o governo central enveréda por caminhos que repugnam aos que, coactos por uma união que — se alguma vez o foi — deixa de ser voluntaria, se vêem obrigados a segui-lo.

---

[1] Estas duas palavras representam as seculares revindicações á corôa de Bretanha feitas durante muito tempo pelos Senhores de Rohan que, descendentes de Eudes II, casado com Berta, filha de Conan III, duque de Bretanha, a ela tinham direito. O insuccesso d'estas pretenções — formuladas desde o pacto que uniu a Armorica á França — deu logar á tão conhecida como arrogante divisa que se lê no teto d'um dos salões do castelo de Josselin:

Roi ne puis.
Prince ne daigne,
Rohan suis.

Contudo, não se pode dizer que o movimento puramente regionalista, exclusivamente regionalista, quer n'uma quer n'outra nação, tinha tido origem nas regiões que, como a Bretanha e a Baskonia, mais se singularisam, dentro da unidade nacional, pela sua diversidade etnica e pela sua oposição á politica imperante entre as oligarquias governamentaes de Paris e Madrid.

O grito partiu de outro ponto, e, como quasi sempre succede, a literatura foi o genesis do movimento provocado pela voz que, adorando a terra que a tinha visto nascer, soube intrepretar os sentimentos que animam as almas dos filhos da terra latina, dos homens que possuindo simultaneamente na sua historia a tradição autonomista do municipio e a da união estreita em que sob o dominio de Roma estiveram, querem ver-se unidos, federados n'um grande laço moral, mas livres na propria casa.

Mais uma vez foi a arte, a poesia, que iniciou uma acção social e politica.

Nas margens do Rodano e sob as vetustas oliveiras de Maillane, na edenica Provença, terra de poetas, de musicos e trovadores, região toda cheia de cavaleirosas lendas de torneios, de poesia e de amor, elevou-se uma canção de notas magicas e entusiastas que ecoando de Marselha a Arles, de Tarascon a Beziers e de Aix a St. Remy, se fez ouvir em Paris deixando atonitos os unitaristas estreitos e rigidos da republica *una e indivisivel.*

CAPITULO III

A renovação provençal

Despreso absoluto por esse hieratico e frio classicismo tanto tempo acatado pela Europa; a liberdade

da asimetria reinando nas artes plasticas; as letras eximíndo-se, quanto á forma, da obediencia aos velhos canones dictados pelos antigos; a mais absoluta variedade nas fontes de inspiração e a mais completa das independencias no modo de manifestar o pensamento e o sentimento, taes são hoje, quanto á forma, as qualidades que mais distinguem, de Byron a Verlaine, de Becker a Antonio Nobre, de Moore a Baudelaire e a Verdaguer, dos pintores pre-rafaelistas aos arquitetos do *modern-style*, de Overbeck a Morris, esse movimento que parece querer fazer reviver a espontaneidade e a originalidade dos aureos tempos dos velhos trovadores, mestres em *gaia ciencia*, e dos ingenuos e veneraveis construtores das catedraes bisantinas e goticas, mestres em piedade e inspiração.

Que quantidade de esforços e de trabalho representam estes resultados conhecidos, já o dissemos. Esforços titanicos, trabalhos herculeos posto que, quanto á essencia, este movimento, tão gigantesco exteriormente, ainda está animado de qualidades muito mais notaveis.

Manifestações variadissimas, mas inequivocas na sua antagonica diversidade, do fastio de uma epoca, que tendo visto a sublimação do Estado revestido dos atributos da omnipotencia, se volta para o ideal de outras eras e, propugnando pela descentralisação, preconisa a independencia e reconhecimento da soberania das familias, municipios, gremios, classes e outros corpos sociaes; espiritualisação da inteligencia que, cansada de contemplar com atenção exclusiva as mais baixas paixões do homem e de estudar sómente as leis monotonas da razão ordinaria, da razão pura como lhe chamou Kant, se volta, com Novalis o naturalista mistico, com o tão injustamente desconhecido Hello e com Maeterlinck, para

regiões quasi inexploradas que alguns neo-platonicos pagãos e alguns misticos do cristianismo deixaram entrever em seus escritos; maior sentimento da fraternidade humana, auxiliado de novas formas de caridade, de novos sacrificios, novos desinteresses e até novos ideaes, tudo acompanha e presta seiva á florescente germinação de uma civilisação nova cujo advento presenciamos.

Para este resultado contribuiu e não pouco, conjuntamente com outros esforços, a renovada literatura provençal. Simultaneamente causa e efeito, o eco que nas terras da lingua de oc encontraram os clamores de inovação e vida que ressoavam pela Europa inteira, muito valeram por sua vez para lhe dar grande impulso.

Quando chegou a hora de surgir o homem a quem tinha tocado a missão de erguer em terras de Provença a bandeira da reacção anti-renascente que vibrava latente em todo o mundo, a vida nacional da antiga patria dos trovadores havia chegado ao ultimo termo da decadencia.

Indumentaria, usos e costumes que tivessem caracter regional iam desaparecendo com rapidez assustadora. A propria lingua provençal, supremo eco da *gaia ciencia,* interprete natural da poesia da idade media, declinava. «Despresada pela classe media, como diz algures Léon Daudet, conservada apenas entre o povo e em certos e muito raros centros tradicionaes, viciada pelos noveleiros, pelos estranhos e pelo calão dos portos de mar, atacada pelo *snobismo* do progresso, pela instrução oficial e tambem pela tendencia popular e natural a simplificar os idiomas, degenerava em dialecto; refugiava-se nos dictados, proverbios e melancolicas canções territoriaes, ultimos asilos dos idiomas que morrem.»

Escrever n'ela era portanto loucura, era conde-

nar-se voluntariamente ao isolamento, ou, como disse mais tarde Curros Enriquez quando por sua vez quiz escrever tambem na lingua galaica, idioma quasi morto:

Escribir nada máis pr'onha provincia
Ou, com'os povos árcades fixeron,
Escribir sobr'a casca d'os curtizos,
Cáxe que todo vén a ser o mesmo.

A nosa vos, n'a soledá perdida,
Morrerá sín deixar xiquera ise éco
Qu'a brisa malencónica d'outono
Deixa na copa azul d'os ameneiros.

Por outro lado, querer restaurar essa linguagem moribunda era, se não maior demencia, pelo menos arrojada tentativa que só uma grande força de vontade e grande talento ou genio podiam conceber e levar a efeito. E, ainda quando essa vontade e esse genio aparecessem, quêm garantia o resultado? Não seria ir contra a ordem natural das coisas querer dar vida ao que estava condenádo?

Todas estas considerações paralisavam portanto os bons desejos que podessem existir. Filologos estudavam pacientemente e recolhiam as formulas populares do sul da França com o ar grave e compungido de quem escreve os ultimos dizeres de homem que vae morrer. Velhos teimosos, velhas persistentes envergavam aos domingos os antigos fatos festivos com a melancolia de quem sabe que seu exemplo não será imitado e a sua conduta não terá continuadores. Uma atmosfera de tristeza pairava sobre uma das regiões mais ridentes da Europa quando appareceu, como fanfarra de alegria, um homem cujo nome tudo diz e tudo sinifica: Frederico Mistral.

Filho de um fazendeiro de Maillane, recem concluidos os estudos e tendo apenas vinte e cinco annos, Mistral toma á sua conta a restauração da Provença,

lansa sobre si o encargo de renovar o prestigio da fala de seus avós e, abrangendo com olhos de aguia toda a extenção da empreza que se propunha, compreende, n'uma idade em que muitas vezes, em que quasi sempre se ensaiam caminhos, qual o meio seguro, infalivel, de atingir seus fins, adivinha que esconjuro é eficaz para falar á alma da Provença em lingua provençal.

A obra d'arte por excelencia, o poema epico ou lirico, é, sem duvida alguma a varinha milagrosa que pode revivificar as fontes de um idioma. D'isto teve Mistral a intuição segura; sentiu que quando um idioma decae ou quando um idioma nasce só a Beleza lhe pode dar vigor acumulando todas as joias de um lexico nos versos cadenciosos quêr d'uma narração lendaria, quêr — o que é menos preferivel — sob a forma mais exclusiva de um cantico pessoal, e, posto entre o epico Homero e o lirico Arquiloco, colocado entre o objetivismo de Virgilio e o subjetivismo de Lucrecio, aquele sonhador impenitente, tipo de artista apolineo e singelo, sentiu-se animado pelo espirito do oraculo de Delfos, quiz ser, n'aquela edenica terra onde colonias gregas deixaram sangue e tradições, o novo Homero de uma nova Grecia e, como o cego de Atica, entoa as primeiras estrofes de *Mireio* invocando o Senhor:

Tu Segnour Dieu de ma patrio
Que násquéres dins le pastriho
Enfloco mi paraulo e dono-me d'alen!

Olhando em volta de si só vê devastação e ruinas; seculos de opressão haviam reduzido a lingua dos trovadores a miseravel estado, mas o poeta, contemplando os campos de sua patria, repara na figueira a que a mão do homem arrancou todos os frutos e compara-a com o idioma provençal; olha-a

mais atentamente e vê que essa pobre arvore devastada conserva ainda alguns ramos, inacessiveis ao camponez, onde os figos mais maduros, mais banhados de sol e mais saborosos abrem labios vermelhos oferecendo-se ao ceu; a Providencia Divina não quiz que o passaro ficasse sem alimento, guardou cuidadosamente para as aves, «que não semeiam, nem ceifam, nem guardam em celeiros», o que negou ao egoismo e á cupidez humana, e, então, o poeta, exultando de alegria, agradece ao Omnipotente e roga-lhe:

Beu Dieu, Dieu ami, sus lis alo
De nosto lengo prouvençalo
Fai que posque avera la branco dis au ceu!

E, n'um fundo de ciprestes, de oliveiras e de vinhas, sobre a paisagem do valle do Rodano, por entre todos os accessorios tipicos da existencia rustica e familiar da velha Provença, cruzando os campos, pedindo hospitalidade ás granjas, detendo-se junto aos tumulos, aparece — historia de morte e de amor — a genial *Mireio.*

Lamartine, pasmado, annuncia ao mundo que Virgilio resuscitou em Maillane, e aquele mancebo que, acabada a sua carreira academica, formado e com os titulos literarios no bolso, declarava tranquilamente a seu pai que queria permanecer na quinta paterna, no *mas,* para escrever e dedicar-se aos trabalhos agricolas; aquele rapaz que na ilha de Barthelasse, frente a Avignon, tendo ao lado Alphonse Daudet, o futuro romancista de *Sapho* e do *Tartarin,* dirigia as «farandolas» de rapazes robustos e raparigas bonitas e rindo sempre, se alguma velha resmungava, respondia: Deixe-nos, mulherzinha! Aos poetas tudo é permitido! *Es nautré qué faisen li saumé...* Somos

nós que fazemos os psalmos! [1] aquele Mistral, «*le beau Mistral, fier comme le roi David*», cumpria sem dar por isso a lei que — para que se não perca ou esqueça obra alguma — quêr que os genios se sobrevivam e se continuem e, inconscientemente, prolongando a obra literaria de Dante desde onde ele a havia deixado, estabelece um traço de união entre a sensibilidade moderna e a antiga, acrescentando um elo á cadeia que liga Homero a Virgilio, Virgilio a Dante e o poeta florentino ao moderno bardo provençal.

Pontifice do regionalismo que animava o grande Alphonse Daudet quando, recem-chegado á capital de França, escrevia no *Paris-Journal*, com o titulo *Un hiver à Paris*, as suas impressões ironicas da vida parisiense, suspirando, á saída de *chez M.me Waldor* e de *chez la princesse de la Tré*, pelos figos de Antibes e pelo vinho branco da Provença; sacerdote d'aquele solemne culto pela terra natal que ardia no peito do mesmo Daudet quando, quasi inédito, antes de escrever as *Lettres de mon Moulin*, curtia sob o ceu plumbeo das margens do Sena as suas nostalgias pelo sol meridional nas *Lettres à ma tante Eudoxie*, na *Histoire d'un chien qui n'avait jámais vu Paris*, e, ainda, nos *Hannetons*, Mistral, o homem que nunca quiz emigrar, que sempre teimou em viver em sua patria e em falar sempre sua lingua, incarnou perfeitamente todos os sentimentos da velha *Provintia* dos romanos e seus poemas são suficiente prova d'isso.

Em cada um d'eles um aspecto da vida provençal revela-se integralmente e de tal modo seu auctor soube escolher esses aspectos, que na serie com-

[1] Mistral, *Mémoires et recits*. Paris 1906.

pleta que começa em *Mireio* e acaba no *Poema do Rodano*, passando por *Calendal*, a *Rainha Joana*, *Nerte* e as *Ilhas d'Ouro*, é a Provença toda, que integralmente se encontra encerrada em escrinio tão precioso, tal como é, tal como foi.

Com *Calendal*, o prodigioso e soberbo *Calendal*, percorre o leitor toda a antiga patria da cavalaria sem que um castelo, uma ruina, uma cabana, ou uma velha arvore deixe de lhe ser descrita em versos que assombram. *Rainha Joana*, a unica obra em que o poeta epico condescendeu em fazer produção teatral, transporta-nos a um ciclo heroico, atmosfera de sonho e epopeia. As *Ilhas d'Ouro*, por fim, glorificam para sempre em cada uma de suas paginas um facto historico ou um monumento da velha Provença, sem que possa existir pessoa alguma que, depois de ter lido a «Comunhão dos Santos», desenvolvendo-se no soberbo scenario da igreja e claustro de Saint-Trophine em Arles, e o «Tambor de Arcole» cantando as epicas façanhas do heroe de Cadenet, não fique para sempre namorado da terra que Mistral tanto amou; nem coração, por frio que seja, que não palpite de entusiasmo ante as aventuras de João de Lamanon, aprisionado pelos corsarios, idolatrado por uma princesa moura que lhe oferece todos os prodigios da fantasia oriental, e tudo abandonando, tudo menospresando, sem um olhar, sem uma hesitação, para voltar, n'um cantico de alegria, sobre uma velha diligencia marselhesa, entre os guisos jubilosos dos cavalos e o pó das brancas estradas, á querida, á adorada, á nunca esquecida terra natal.

Este grito de fervorosa paixão pela patria, este belo gesto de despreocupação absoluta e completo despreso pelos bens materiaes revela toda a alma do altissimo poeta de *Mireio*. Graças a ela, graças á altesa do seu coração de justo, coração de ouro tão

grande como seu talento, Mistral conseguiu o ideal de fazer reviver a lingua da Provença dirigindo-se n'ela ao sentimento das multidões.

Escutando o trovador que lhes falava no idioma de seus antepassados, os provençaes se se sentiam subjugados pela irresistivel magia do ritmo, sentiam-se muito mais conquistados pela sublimidade das ideias e dos sentimentos. Mistral não lhes falava só a linguagem de seus labios, falava-lhes tambem o idioma de seus corações e por isso não ha hoje, em toda a região que os francos outr'ora devastaram, aldeão algum que não saiba estrofes da *Mireio;* versos ha que se citam como rifões; muitas vezes, no calor das conversas, repetem-se pensamentos do vate que, esquecida já a sua origem, passaram a ser do dominio comum, do dominio nacional, e enquanto, balouçado pelas ondas azues do Mediterraneo, o pescador murmura a suplica de Magali, outros trechos do cisne de Maillane são cantados pela donzela que fia, pela mãe que embala um berço.

Mistral triunfou. As tradições e lendas populares em que inspirou seus cantos, foram, melhoradas e cadenciosas, devolvidas ao povo que lhe dera o ser e hoje parece que os pequenos as ouvem com mais atenção, que os velhos as repetem com mais amor.

E, entretanto, o poeta, longe do ruido dos homens e do tumulto das ambições, continua em Maillane sua existencia patriarcal e profunda. Sacrificando a sua inspiração pessoal, empregou vinte annos de vida á confeção do *Tresor du Felibrige,* o maior e mais completo dos dicionarios não só da lingua romana, mas o mais original, atraente e artistico dos dicionarios, e, encontrando tempo para tudo, soube reunir no museu etnografico de Arles, em salas claras, alegres e familiares por ele fundadas, tudo quanto pode fazer reviver a vida da Provença, tudo

quanto se relaciona com a vida d'aquele povo artista, desde a nascença até á morte, desde o casamento até á velhice, do trabalho quotidiano aos festins annaes.

Por isso quando o velho poeta, á tarde, se senta á porta de sua pequena e humilde casa, á porta do seu *mas* de Maillane, descansando a contemplar o sol que se oculta no horisonte entre os vermelhos e o ouro do poente e por traz dos ciprestes que ladeiam o caminho, não só os lavradores visinhos voltando do trabalho, as mulheres regressando da fonte com as anforas sobre o quadril, mas até os cansados caminheiros vindos de todos os quatro pontos da terra provençal, se curvam e saúdam reverentes aquele gigante que tanto fez pela alma latina.

Por isso tambem não se podem lêr sem comoção profunda os versos francêses do *Pélerinage à Maillane* [1] em que um discipulo entusiasta descreve a figura do Mestre caminhando sobre a poeira branca, por entre oliveiras cinzentas:

Il fut celui que Dieu destine
Aux grandes choses en secret;
Il fut celui que Lamartine
Serra sur son coeur; — lui pleurait

Jocelyn embrassant Mireille,
O splendeur! On ne parlait point;
On entendait voler l'abeille
Qui va de Maillane à Saint Point.

Ceux de Paris lui firent fête;
Il laissa le flot s'ecouler
Et calme, retournant la tête
Il reprit le train vers les blés!

Por isso, enfim, todos os que lhe conhecem a obra o saudam, com Emile Ripert, qual «imperador sem

[1] Emile Ripert: *Chemin Blanc.*

espada do grande imperio do sol», vendo n'ele a incarnação da Provença livre,

Car de sa «taillole» garance
On pourrait bien faire un drapeau,
Et toujours toute la Provence
Se coiffera de son chapeau!

E, realmente, assim é. Ele é a Provença e a Provença é ele. Centro refulgente de luz imortal para ele convergiram todos os talentos que a terra dos trovadores continha, em volta d'ele se formou um verdadeiro nacionalismo provençal de caracter mais ou menos literario e Mistral foi quem, cantando, congregou os *Irmãos da Cigarra de Ouro*, e, fundando a associação literaria denominada a *Felibreria* ou *Felibrige*, juntou uma via lactea de bardos que escrevem na mais antiga das linguas neo-latinas, e, comandando taes legiões de idealistas, lançou a ideia da fundação d'esse *imperio do sol* a que se refere Ripert, reino de luz, de fraternidade, de paz, de amor e de poesia, imperio regido por poetas, a Provença tal como era antes dos albigenses e da cruzada de Monfort.

Arrogante metafora, sem duvida, era esta uma manifestação bela da fantasia dos povos meridionaes; algo que aos homens do calculo podia parecer insignificante, ridiculo mesmo, mas que áqueles que não desconhecem haverem tido os modernos trovadores um antecessor que com seus versos soube levar os povos de Castela á cruzada contra o infiel [1], não parece tão desprezivel como scepticos podiam crêr.

Um poeta manteve durante annos em combustão perpetua o fogo sagrado do patriotismo irlandez;

[1] Marcabru e o canto da *Piscina*.

poetas foram os que conduziram a juventude polaca a morrer com gloria sob a metralha russa e consolaram os sobreviventes nos longos desterros da Siberia; poetas tinham de ser tambem os iniciadores do movimento regionalista que havia de animar o sul da França, e, muito especialmente, o oriente e norte de Espanha.

Ainda quando não fosse essa a intenção de seus iniciadores, ainda quando alguns, como Saint-René Taillandier [1], asperamente censurassem aos que, prevendo o futuro, temiam este termo a tantos esforços, a resurreição da literatura provençal provocou a renascença á vida politica.

Era inevitavel que assim succedesse. Quando o povo se costumou a lêr e a escrever no idioma que por quinhentos annos sómente tinha falado, quando a lingua da antiga universidade de Toulouse venceu a de Aix-la-Chapelle, os provençaes, olhando para Marselha, haviam de chegar a esquecer-se de Paris.

Em 1854 fundou-se a *Felibrige*, cenaculo artistico que, tendo á frente, por merito indiscutivel, como presidente, director e chefe o grande Frederico Mistral, conseguiu reunir em seu seio todos os modernos poetas da Provença que, abandonando o antigo nome de *trovadores*, preferiram adoptar aquele com que andavam designados antes do seculo XIII os doutores encarregados de comentar a lei e de a ensinar ao povo, o de *felibres*, que convindo mais ao caracter da missão patriotica e educativa que se propunham, deu origem ao nome de seu gremio.

Á sombra das seculares oliveiras, simbolo de paz, e no parque do romantico castelo de Font-Segugno,

[1] Discurso citado por Tourtoulon no folheto: *Renaissance de la littérature catalane et de la littérature provençale.*

em Vaucluse, no coração da patria latina e á beira das mesmas fontes escumantes onde versificou Petrarca, á luz do mais radiante sol do mês de Maio, nas edenicas margens do historico Rodano, os cavaleiros andantes da musa romanica lançaram as bases da irmandade da cigarra de ouro:

Art. 1.º — Fica estabelecida a Felibrige para conservar e guardar á Provença a sua lingua, o seu caracter, a sua liberdade de acção, a sua honra nacional e o seu bom reinado da inteligencia; porque, tal como é, a Provença agrada-nos. Entende-se por Provença todo o sul da França.

Art. 2.º — A Felibrige é alegre, amiga, fraternal, cheia de singelêsa e de franquêsa. O seu vinho é a belêsa, o seu pão a bondade, o seu caminho a verdade. O sol é a sua alegria, o seu amor a ciencia, e Deus a sua unica esperança.

E n'estas palavras definiam-se completamente os homens que, trabalhando com ardor pela sua patria, conseguiram um impossivel: criar uma literatura; os homens que, reunidos todos os annos em alegres *felibrejadas*, agapes fraternaes, banquetes notaveis pela sua simplicidade e modestia, jantares onde só pratos nacionaes se comem e onde outro vinho se não bebe que o da aldeia de Castell Nou dos Papas, perto de Avignon, são os unicos representantes que ainda hoje teem as cavaleirosas e trovadorescas tradições que iluminam de eterna claridade as mais gloriosas paginas da historia dos povos que moral e materialmente descendem de Roma, patria de toda a ciencia, e da Grecia, patria de toda a arte.

Cheios de meridional alegria e dardejando luz, congregados n'estas festas onde se fala de tudo o que é bom e belo e onde á sobremesa se cantam canções como a de *Magali*, *Port-Aigo* e *Coumtesso* de Mistral, os delicados *Noels* de Romananille, — o

venerado predecessor do messias de Maillane — as estrofes de Aubanel, os himnos patrioticos de Michel, e sobretudo a imortal *Canção de Taça*, composição de Mistral, os poetas da Provença lançam os germens de um grande movimento regional, proclamando ao mesmo tempo a fraternidade da raça latina.

Teodoro Aubanel publíca um poema de ouro: *Miougrano entreduberto* — a romã entreaberta; o principe Bonaparte Wise, um irlandez, provençal de adopção a quem Victor Hugo chamou «irmão na grande fraternidade do ideal», dá á luz *Y parpaioun blu* e *Piado de la princesso;* Anselmo Mathieu a *Farandoulo;* Luiz Roumieux a *Rampelado;* e dezenas de trovadores resuscitados, de *felibres* de corpo e alma, Tourtoulon o historiador, Alberto Arnavielle o auctor dos *Canticos d'Alva*, Gant o jornalista, Berluc Perussis, Bringuier, Legré, Vidal, Girard, Rousell, Arene, Giera, Desanat, Tavan, Gabriel Azais, Julio Canonje, Gras, Bernard, Boissiere, Marieton, Langrade, Mir, Brunet, Bourelly e muitos outros compõem as canções que o povo canta, falam da patria provençal ás multidões que os escutam e erguem mui alto a bandeira da literatura nacional e com ela algo que muito se assemelha ao lema d'uma politica autonomista.

E assim a *Felibrige*, contendo em seu seio todos os generos de actividade; dividida em varias secções: a do *Gay-Saber*, de *Historia*, de *Musica, de Belas-Artes*, de *Ciencias* e a dos *Amigos;* tendo a dirigi-la, como presidente Frederico Mistral, como secretario José Roumanille e como tesoureiro Teodoro Aubanel — nomeados os tres perpetuamente para estes logares — abriu caminho e se impoz ao mundo.

Assim fraternal e alegre, tendo sua séde em Avignon, a cidade dos papas, mas reunindo-se nas mar-

gens do Rodano ou junto á fonte de Vaucluse, dirigindo estrondosas farandolas em Fontsegugno e Beaucaire, e convocando torneios poeticos, jogos floraes, em Saint-Remy, Beziers, Arles, Aix e outras vilas e cidades historicas, em Carpantrás, Eygnieres, Toulon e Marselha, os *felibres* renovaram a vida da Provença e alcançaram que as mais exoticas intelectualidades a estudassem e respeitassem.

Hoje apenas sobrevivem dois dos fundadores: Mistral e Tavan, mas a *Felibrige*, continua vivendo, sempre obediente á ideia que a inspira e que se encontra contida na primeira estrofe e côro da canção de accentos magicos e entusiastas que, fruto tambem do auctor de *Mireio*, lhes serve de himno que entoado ao final dos banquetes e das festas literarias, de noite á luz dos archotes, de dia ante os campos banhados pelo sol, comove os corações, arrebata os animos e faz cessar as discordias:

> Sian tout d'ami, sian tout di fraire,
> sian li cantaire dou pais.
> Tout enfantoun amo sa maire,
> tout auceloun amo soun nis:
> noste ceu blu, noste terraire,
> soun per nous autré un paradis.
>
> Sian tout d'ami galoi e libre
> que la Prouvenço nous fai gau:
> Es nautré que sian li felibre
> li gai felibre provençau [1].

[1] Somos todos amigos, somos todos irmãos, — somos os cantores d'esta nação. — Todas as crianças amam sua mãe, — todos os passaros amam seu ninho: — o nosso ceu azul e a nossa terra, — são para nós um paraiso.

— Somos todos amigos, gaulezes e livres — a quem a Provença muito agrada: — Somos nós que sómos os felibres — os alegres felibres provençaes.

E hoje como nos tempos em que a exemplo de Mistral, usando um escudo com uma cigarra de azas estendidas e a divisa — *o sol me faz cantar*, os felibres, quaes antigos paladinos, ostentavam seus brazões nos torneios poeticos: Aubanel uma romã entreaberta com o lema — *quando canto minha dôr encanto;* Roumieu a torre romana de Nimes com o mote — *todos os passaros encontram formoso o seu ninho;* Mathieu um ramo de botões de rosa e o dizer: *anno de rosas anno de beijos;* hoje, como ha meio seculo e como ha sete seculos, os poetas do Rodano e do Durance continuam cantando o velho distico latino da *Fé*, da *Patria* e do *Amor*, servindo-nos a todos de exemplo pela originalidade de que dão provas recebendo toda a sua vida da terra onde florescem, como lirio puro de tres petalas brancas e formosas que são e foram sempre fontes perenes de beleza e de arte: — a crença, o patriotismo e o affecto: o amor, a caridade.

N'aqueles territorios que formaram em outro tempo os reinos, ducados e condados de Aquitania, Auvergne, Rodez, Toulouse, Provença, Viena e Rosellon resurge esplendoroso o antigo patriotismo romanico nos descendentes d'aqueles homens que, derrotados nos campos de Muret, viram morrer sua patria e agonisar sua liberdade nas mãos dos soldados dos reis do norte, sob a espada d'aqueles francêses que até ali haviam considerado barbaros estrangeiros.

Parece que a Provença, como que fatigada de estar reunida dentro da nação francêsa a nacionalidades ás quaes desde tempos muito remotos considerou ignaras e incultas, se sente com forças para quebrar o laço que a elas a une.

Cansada de ouvir em silencio as depreciativas criticas que os francêses do norte, os verdadeiros

francêses, lhe não poupam [1], separada hoje do resto da França por grave questão economica que, pondo frente á frente os lavradores do sul e os industriaes do norte, ensanguentou em 1907 algumas cidades do meio dia, dando lugar a que, a pretexto do problema vinicola que desespera multidões famintas, se fizessem afirmações categoricas de nacionalismo provençal, uma ideia que faz empalidecer muitos vae abrindo caminho entre as turbas; de tal modo as cabeças meridionaes dos filhos d'aquela terra brunida pelo sol se sentem impressionados pelos canticos entusiastas dos bardos evocando com inspiração e ardor as epicas, as gloriosas, as inolvidaveis lendas do passado!

CAPITULO IV

O regionalismo literario em Espanha

Entretanto no oriente da peninsula dava-se um movimento semelhante ao da Provença.

N'uma terra onde um centralismo de dois seculos não conseguiu esmagar a individualidade dos antigos reinos; onde, nas regiões euskaras, se guarda no cume de montanhas cobertas de neve e sob a folhagem espessa de arvores sagradas o deposito sacrosanto de tradições de liberdade; onde, na Catalunha, se recorda ainda em historicas canções o sangue derramado e as mortes cruentas causadas pela guerra civil que provocou a politica liberticida do ultimo Austria e do primeiro Borbon; e onde, por fim, imperando parlamentarismo e liberalismo, continuaram as provincias sacrificadas como antes para atender ás

---

[1] Nota I *in fine*.

exigencias insaciaveis do governo central, não podia deixar de ter repercução o movimento do sul da França, que tão bem correspondia aos sentimentos de povos escravisados por administração centralisadora.

A Catalunha que nos primeiros seculos de existencia como nacionalidade, sob o reinado benigno dos condes de Barcelona, recebeu da Provença a poesia, os trovadores e a instituição dos jogos floraes, dando-lhe em troca seu inapreciavel espirito democratico; a Catalunha que sempre se encontrou moralmente mais proxima de Marselha que de Madrid, de igual modo que a Provença se sente mais perto de Barcelona que de Paris, comoveu-se profundamente com as canções de Mistral.

As notas vigorosas da lira dos *felibres* repercutiram no coração dos catalães; as palavras do auctor de *Mireio:*

Sian tout d'ami, sian tout di fraire,

constituiram uma revelação. Os cadenciosos versos:

Tout enfantoun amo sa maire,
Tout anceloun amo soun nis,

afigurou-se-lhes uma evocação da patria morta.

Fazendo-lhes recordar e comparar com o presente os seus tempos de gloria, aqueles em que seus antepassados viveram antes que um rei houvesse disposto de sua soberania, inflamou-lhes no peito, ainda mais vivo, o fogo que animava seus irmãos de alem Pireneus.

Reviveu n'eles a alma da antiga nação catalã quando ouviram os primeiros poetas da renascença literaria cantar em sua lingua suas antigas glorias, e o entusiasmo em breve os levou a entoar nas ruas

de Barcelona a canção dos Ceifeiros [1], o seu grito de guerra: *Catalunya trionfant, tornará a sér rica e plena!*

Como os provençaes haviam sido os catalães, durante os tempos medios, um dos povos mais poderosos do ocidente, dominando em todos os territorios onde se falava a lingua romanica, do cabo Creus ao de Palos, e em todas as aguas mediterranicas desde as margens ibericas até aos confins da Grecia. Como os provençaes, haviam brilhado por sua ciencia e belas letras, representadas por trovadores e eruditos que, em tão remotos tempos, fizeram um vergel de poesia e de saber de todo aquele maravilhoso territorio que se estende desde a cidade do Turia ao fundo do bispado de Urgel. Como os provençaes, viram os catalães perdida a sua independencia depois d'uma serie espantosa de conflitos interiores que pouco a pouco mataram nacionalidades tão grandes, e, como os provençaes, assistiram porfim á morte lenta de seus foraes, privilegios e liberdades, viram cada dia menos atendidas suas Côrtes e ir-se perdendo lentamente o espirito de região, até receber o ultimo golpe que lhe deixou apenas uns vestigios do que havia sido a sua antiga constituição, vestigios que a revolução liberal, simia imitadora do unitarismo e centralismo francês, lhe acabou de roubar.

Como na Provença, portanto, havia na Catalunha razões que servissem para impôr uma renovação.

E como, com esta agitação latente, coincidiram os progressos verdadeiramente notaveis da industria catalã que, fiel sempre ás tradições laboriosas e comerciaes da raça, cobriu a cidade condal com a corôa de fumo de suas fabricas, e expandindo-se terra a den-

[1] *Los Segadors.*

tro, fez ouvir a orquestra do trabalho — desconhecida em outras regiões peninsulares — em todas as cidades do principado, em Mataró, Sabadell, Villanueva y Geltrú, Sitges e todas as vilas fabris e mercantis que, contemplando-se no espelho do mar latino, parecem transportar o espectador ás margens do Tamisa e do Scalda, este facto que vinha dar ás regiões levantinas uma vida e um vigor que as provincias centraes e meridionaes da Espanha estão longe de ter, aumentou a separação cada dia mais visivel entre a Catalunha e algumas das outras regiões, acumulando rivalidades, odios e interesses contrarios que só esperavam o calor fecundante d'um grande movimento intelectual para fazer explosão.

Este movimento impunha-se pela grande tempestade de ideias que, agitando toda a Europa do seculo XIX, não deixou um unico logar — por escondido que fosse — que não movesse e onde, entrando violentamente, não renovasse o ar. Impunha-o a historia grandiosa da nação catalã e o misero estado em que se encontrava nos primeiros annos do seculo passado.

Não podia permanecer improgressiva a que tinha sido mestra de progresso; não podia furtar-se á intelectualidade a que em tal terreno havia sido a primeira.

A Catalunha oferecia ao mundo triste espectaculo. «As suas grandes tradições de gloria, como diz Victor Balaguer [1]; a sua marinha, senhora e rainha do Mediterraneo; os seus condes-reis e seus reis imortaes; as suas instituições politicas, as suas leis e constituições que, sendo essencial e eminentemente monarquicas, eram copiadas e escolhidas como modelo pelas republicas mais avançadas; o seu codigo maritimo,

---

1 *Discurso de recepcion en la Real Academia de la Historia.*

primeiro e unico no mundo; as suas Côrtes celebres na historia parlamentar; os seus Municipios, famosos na historia das liberdades publicas; as suas emprezas ultramarinas, recordadas em cronicas maritimas e em historias militares, e a sua adiantada civilisação de imprescindivel memoria na historia dos progressos humanos; a sua literatura, acatáda por alguns como mãe, por todos como mestra; a sua lingua, vulgarisada por intrepidos nautas nas regiões mais remotas da terra e cultivada como literaria pelos varões de mais alta ciencia; as suas artes, seus oficios, toda a sua industria, todo o seu comercio em todos os mares e com todas as nações conhecidas; seus gremios, modelos de associações; seus homens ilustres, seus navegadores audases; seus severos magistrados, custodios inflexiveis das leis; seus grandes capitães, tudo tinha desaparecido, tudo se havia esquecido.»

A Espanha parecia não recordar-se de um de seus titulos de nobreza: as glorias de Catalunha; a cultura europeia, a cultura mundial, parecia ter olvidado um dos seus factores importantes: a civilisação catalã.

Era um absurdo e os absurdos não duram.

Enquanto não chegava a hora de se erguerem os poetas que fizessem vibrar as multidões incutindo na alma popular o amor das antigas glorias, a veneração da velha patria, um erudito profundo, um d'esses homens cujas obras não chegam nunca a vulgarisar-se, mas que nem por isso as fazem menos valiosas e uteis, Antonio Campmany, o insigne auctor das já aqui citadas *Memorias historicas sobre la marina, comercio y artes de la antigua ciudad de Barcelona,* começava os seus pacientissimos e patrioticos trabalhos de investigação e critica e, publicando-os em 1779, conseguia, ao findar o seculo XVIII, que se não rompesse a sequencia historica, que Catalunha

houvesse em todos os seculos, pelo menos, um filho ilustre que a sublimasse, e que — incutida nas classes ilustradas a certêsa da realidade da grandêsa catalã — um homem como o imortal Balmes podesse dizer annos depois: *parece que uno se engrie de pertenecer á esa nacion catalana cuyos antepasados se lanzaban tan briosamente á todo linaje de empresas, no consintiendo que otros los aventajasen en la carrera de la civilizacion y cultura* [1].

Ao mesmo tempo, e por outro lado, era a propria *Academia da Historia* de Madrid que aplaudia o Bispo de Astorga pela sua ideia de publicar uma *Biblioteca de escritores catalanes* e o animava a proseguir na obra começada e, assim, formada como uma atmosfera de interesse, favoravel a uma renascença dos povos hispanicos da lingua de oc, os corações e as inteligencias de Catalunha, Valencia e Baleares voltavam-se para o passado, não tardando muito em ouvir-se a primeira canção d'um vate, cantico indeciso e doloroso, voz debil de um desterrado de nome desconhecido que, na cidadela de Menorca, carpia saudades, sofria a *anyoransa* da patria:

Desde l'fondo de mon pit,
ab los cos y'l cor migrat'
jo te dich tot entristit;
Catalunya, Deu te guart.

Si la llengua de tos avis
no parla ningú ni sent,
jo la vull en los meus llavis
ab lo meu darrer accent.

Pouco depois, em 1833, publicava Carlos Aribau a belissima poesia *A Ma Patria* [2] que tão popular

[1] Balmes: *El Protestantismo,* tomo IV, cap. LX.
[2] Nota II *in fine.*

se tornou em toda a Catalunha e, desde então, aquela pobre lingua que *no parla ningú ni sent*, a que se referia o anonimo poeta de Menorca, começou a ter cultores até chegar a constituir com forças proprias uma literatura que em historia, em romances, contos, poesias, teatro e eloquencia se pode comparar com as melhores da Europa hodierna, deixa a perder de vista muitas outras e por varios pontos e em determinados conceitos é superior á sua irmã a literatura castelhana de nossos dias.

Entre outros, muito contribuiu para este resultado Victor Balaguer, o famoso literato e erudito profundo a quem tantos serviços devem as letras castelhanas e catalãs, que, encontrando-se exilado em França, travou relações profundas com os restauradores da lingua d'oc, entrou, como companheiro de ideal, na confradia artistica dos irmãos da cigarra de ouro, onde só dois estrangeiros — o irlandez Carlos Bonaparte Wise e o rumano Bazilio Alexandri — haviam sido admitidos, e ali, entre os *felibres*, nos banquetes literarios de Fontsegugno, foi preparando o que havia de servir de pedra angular á renascença catalã — a restauração dos jogos floraes com suas rainhas da festa, suas côrtes de amor, suas flores naturaes, seus mestres em *gay-saber*, tudo, enfim, o que constitue o feerico e artistico conjunto d'aqueles historicos torneios de galanteria e ciencia.

Em 1859 realisou-se em Barcelona, sob a prisidencia de Milá y Fontanals, o monumental auctor do vastissimo estudo *De los trovadores de España*, o primeiro consistorio de homens de letras das regiões onde se fala e se escreve a lingua lemosina e com esta celebração d'uma festa já quasi esquecida entre os pergaminhos dos velhos arquivos, iniciou-se o desejado despertar depois d'uma prolongada noite de muitos seculos.

Escritores de muito merito, versando todos os ramos do saber humano, começaram a assombrar o mundo com seu engenho e a chamar-lhe a atenção para a renascente Catalunha; aparecem romancistas como Narciso Oller, dramaturgos como Guimerá — para citar sómente aqueles que mais conhecidos são em Portugal [1] — e succedendo-se as celebrações dos Jogos Floraes, ganhando n'elas a palma de *Mestres en Gay Saber* os Jeronimo Roselló, os Rubio y Ors, Pons y Gallarza, Blanch y Cortada, Pelayo Briz, Colell y Bancells, Forteza, Ubach y Vinyeta e outros que ao lado de José Feu, Duran y Bás, Mañe y Flaquer, Marti y Eixalá, Semis, Carbó, Maspons, Ferrer y Subirana, Roca y Cornet, Próspero de Bofarull e Paulo Piferrer, tanto fizeram pelas letras e pela patria lemosina, foi-se preparando convenientemente o terreno para o florescimento de quem havia de brilhar como poeta entre todos os poetas, o auctor da *Atlantida*, o mistico Jacinto Verdaguer.

Em sua lira, a lingua catalã mostra todos os matizes variegados que lhe dão encantador aspecto e patenteia-se como filha legitima do latim, herdeira da ultima maneira de ser de tal idioma quando, abandonando as severidades de Cicero, se modifica, se dulcifica e se transforma n'uma linguagem doce e suave, *latim de decadencia* que horrorisava os puristas do tempo de Erasmo, mas a quem modernamente Baudelaire e outros fizeram justiça.

Tinha toda a suavidade dos misticos medievos o homem que chorava lagrimas de verdadeira dôr ante os horrores da tragedia do Calvario e que encontrava toda a apaixonada brandura dos capitulos mais ternos da *Imitação de Cristo*, toda a beleza que inspi-

---

[1] Nota III *in fine*.

rava a alma do auctor do *Stabat Mater*, assim que, cantando algum dos episodios da vida de Jesus, dava largas á chama ardente que consumia a sua alma verdadeiramente sacerdotal.

Infeliz e pobre toda a sua vida, perseguido pelo farisaismo d'aqueles que pretendem seguir o Cristo sem por isso deixar de prestar culto a Belial, o ascetico Verdaguer purifica-se nas chamas das tribulações que o afligem, aperta a cruz contra o peito á medida que a dôr vae em aumento e, d'este seu abraço com o instrumento de suplicio do Justo, brotam torrentes de poesia, tempestades luminosas de alta inspiração.

Mas onde, em nossa maneira de ver, o poeta se excede a si mesmo, é quando, como Francisco de Assis, chora enternecido ante a extrema pobreza e a fria nudez do Messias recemnascido; quando conta que

l'infant Jesus demana pa
e sant Josef no lli pot dá;

quando, fazendo acompanhar — como Maria de Agreda — as scenas evangelicas pelas suas consequentes repercuções celestiaes, conta comovido:

e uns angelets alli a la vora
li van dient in veu qui plora
¿porque no ho dieu,
que vostre fill
és fill de Deu?

Então Verdaguer, o genial Verdaguer, não tem semelhante na literatura moderna; Verlaine aproxima-se-lhe mas não o iguala, e para encontrar um similar é necessario descer muitos seculos ao fundo das idades passadas e ir procurar o monge obscuro que, suavisando em seus versos a voz humana até

onde ela pode ser suavisada, como ele cantava angelicamente:

O! quid jubes pusiole!
Quare mandas, filiole,
Carmen, dulce me cantare,
Cum sim longe exul valde
Intra mare?

E Verdaguer, figura de lenda que havia de inspirar depois, com sua vida atribulada, um dos melhores dramas de Rosiñol; Verdaguer que, correcta e sentidamente traduzido pelo Pdr. Serafim Gomes, um determinado e culto publico português conhece e admira; Verdaguer, mestre em *gay-saber,* temperamento de mais intenso misticismo dos tempos modernos, encarnação perfeita d'essa reacção espiritualista que anima a nossa epoca, ergue-se para indicar o termo de perfeição a que pode chegar uma lingua e uma literatura; levanta com suas mãos potentes o magistral monumento erguido pelos esforços de um povo, que, guiado pela sua boa vontade e ferrea energia, atinge o ponto maximo de sua ascenção.

E uma cultura assim, uma cultura que produzia um Verdaguer, havia de irradiar e irradiou. A influencia catalã levou ás provincias euskaras e á Navarra a instituição dos jogos floraes e, pela acção d'estes torneios literarios e exemplo dos poetas lemosinos, aquela lingua prehistorica, que ainda hoje falam os que são representantes puros dos primitivos habitantes da Iberia, começou a ter cultores, materialisando-se n'uma literatura que lhe garante o futuro.

Enquanto nas Baleares e no Rosellon encontravam afinado eco os sons das liras dos modernos trovadores da Catalunha, enquanto em Valencia se fundava a sociedade literaria e patriotica do *Rat Penat* que, inspirando-se nas tradições de Ausias March,

organisava jogos floraes na cidade do Cid e em todas as outras cidades e vilas do ridente e maravilhoso reino que Jaime I conquistou e a quem deu leis, nos pitorescos e — para quem uma vez os viu — inolvidaveis valles dos Pirineos, á sombra da mesma sagrada arvore de Guernica, sob cuja folhagem se juravam os antigos foraes de Guipuzcoa, na vetusta Pamplona tanto como na industriosa Bilbao, na aristocratica San Sebastian, na historica Vergara, em Azpeitia, Loyola e até nos mais humildes e desconhecidos casaes da terra basca, encontrou forma um movimento que, fazendo vibrar a natureza naturalmente poetica, naturalmente sentimental, d'aquele povo de primitiva singeleza, de homerica simplicidade, fez erguer uma legião de poetas que, encontrando em seus conterraneos um coro como aquele que aos personagens da tragedia grega rodeava e dava alento, está destinado a grandes emprezas, podendo contrabalançar a acção nacionalicida de um governo que, querendo impor á força a lingua castelhana a povos que nunca a usaram, não repara em meios com tal de conseguir o barbaro ideal de destruir o mais original e interessante dos idiomas europeos [1].

Poetas liricos na sua maior parte, os cultores modernos da lingua basca dispõem contudo, pela diversidade de seus talentos e de ideaes artisticos, pela profunda observação dos costumes autoctones e por um ardente amor á terra que lhes deu o ser, de todas as qualidades necessarias para formar uma escola digna de estudo e de imitação que, sendo mais conhecida, poderá chegar até a influir sobre as velhas literaturas, dando-lhes uma seiva nova, um espirito de naturalidade que cada dia, na contemplação de

[1] Nota IV *in fine*.

paraisos artificiaes, de figuras bisantinas e de sonhos produsidos por narcoticos, mais vão perdendo.

Todas as qualidades das letras euskaras saem do chão onde nasceram; dos valles viridentes onde habitam seus poetas; das asperas montanhas onde robustos camponezes caçam o gamo, o lobo e o velho urso iberico e aonde os vates ascendem á procura de vastos horisontes e novas inspirações; dos rios escumantes que cruzam vergeis semeados de alvinitentes e originalissimos casaes e plantados de abundantes macieiras que, carregadas de fruto, alegram a vista e produzem a aspera cidra, alegria dos novos, tonico dos velhos; das accidentadas, ciclopeas e fantasticas fragas da costa onde se quebram as ondas furiosas e encrespadas do Cantabrico — o mar que o euskaro cruzou desde os tempos prehistoricos, o abismo perigoso e iracundo onde em fragilissimos e primitivos barcos lutou com a gigantesca e hoje quasi extinta baleia atlantica, onde, na esteira do monstro, se lançou a prodigiosos periplos para ir, ha milhares e milhares de annos, á Armorica, á Irlanda e á America; das masculas virtudes da raça — por fim, e sobretudo, — do sangue puro e forte de mil gerações que o vicio não contaminou, da sobria e casta maneira de ser de uma raça onde a intemperança nunca se deu, onde, conservando a pureza até á juventude, mancebos e donzelas chegam ao matrimonio sem haverem perdido a inocencia, onde, depois de haverem procreado filhos robustos e sãos, os velhos — como patriarcas biblicos — se extinguem docemente entre o respeito de todos, assistindo ao aumento de sua familia até á terceira e quarta geração.

E, forte com todas estas condições que a vivificam, a literatura basca tem um caracter que a distingue e que se revela em quasi todos os poetas do Cancioneiro de Manterola, em Agostinho Iturriaga, Pdr.

Arana, Serafim Baroja, Arzac, Ramon Artola, Claudio de Ortaegui, Miguel de Suescum, *Viliuch*, Arrese y Beitia, Eusebio de Azcue, Pdr. Uriarte, Elizamburu, Mendibil, Iparraguirre, Iztueta, Pdr. Meagher, Echepare, Ormaechea, Egaña, Moguel, J. U. de Echegaray e Luiz de Iza; um caracter que resplandece em todas as producções artisticas de seus escritores, desde o Canto de Altabiscar ou *Altabiskarco Cantua* [1], até o *Guernikaco Arbola*, o himno da arvore sagrada de Guernica, o himno dos biskaitarras ou nacionalistas bascos, a marcha triunfal que, conjuntamente com o *Himno de São Inacio — une marche mâle et rythmée qui, passée par ces timbres rugueux et suraigus, s'affirme d'une pompe barbare et contraste violemment avec l'effroyable vulgarité des cantiques que l'on beugle en France* [2] — faz palpitar violentamente os corações euskaros desde o sul da Navarra até ás ultimas aldeias perdidas nos extremos limites da fronteira francêsa.

Confinadas naturalmente nas terras do sul da França e norte de Espanha onde ainda hoje se fala a velha linguagem de nossos remotos antepassados, não é provavel que as letras *euskaldunas* venham a ter vasto desenvolvimento, mas, grande pelo seu valor, tal literatura é uma gloria para a nação que a tem em seu seio — que, assim como é mais rico o morgado que tem dois ou tres patrimonios, rica é a nação que tem duas ou tres literaturas — e, essa gloria, não o esqueçamos, ao esforço e ao exemplo da Catalunha, tanto como ao sentimento regionalista inato em peitos ibericos, é integralmente devida.

---

[1] Nota V *in fine*.
[2] J. K. Huysmans, *Les foules de Lourdes*, cap. VII.

A esse mesmo esforço e a esse mesmo exemplo se deve a renascença da literatura galega, de nobilissimas tradições, que abandonada quasi e sem cultores desde os tempos do *Cancioneiro da Vaticana*, sem ter encontrado durante seculos quem houvesse tido o valor de recolher o calamo de Massias *o namorado*, de Martim de Vigo, Ayras Nuñez e tantos outros que, ascendentes remotos das letras portuguêsas, haviam criado nas terras ibericas da velha Suevia o centro magno de cultura onde se educava Afonso o *sabio* de Castela e se inspirava D. Diniz de Portugal, chegou ao seculo XIX vivendo a indigencia rica da inspiração popular que, fertil em tradições e cantares, possuia o necessario para criar todos os movimentos literarios que precisos fossem.

Região desgraçada entre todas as regiões hispanicas, Galiza a terra infortunada que nunca obteve representação nas côrtes de Castela, que, entregue em mãos de poderosos bandoleiros, sofreu por seculos todos os horrores de um feudalismo nordico, de um feudalismo como jámais se viu em terras do sul, sem encontrar do poder central mais apoio no decorrer dos annos do que aquele que por uma só vez lhe prestou com mão forte Izabel a *catolica;* Galiza, terra de tradições heroicas e gloriosas que, começando nos tempos remotos da ocupação celtica e invasão romana, se estendem sem interrupção, cheias de galhardos feitos, até a epoca em que, perdida a sua autonomia e anexada definitivamente á coroa castelhana, caiu n'uma noute de decadencia negra de que só uma bela resistencia oferecida ás armas napoleonicas veio, por um momento, iluminar com radiante raio de luz vivissima; Galiza — a pezar de tudo — terra de masculas qualidades, jardim fertilissimo em riquêsas naturaes habitado por um povo a quem o prolongado infortunio calejou na paciencia, na resi-

gnação estoica e na resistencia viril dos fortes que nunca se deixam vencer na luta pela vida, era meio perfeitamente apto para o desenvolvimento da semente de um regionalismo fecundante, e, porque assim era, assim foi.

Aquelas montanhas altissimas que, segundo arcaicas tradições, quando o raio fere lançam de seu seio rios de ouro liquido brotando uberrimos; aqueles valles de helvetica aparencia, de hibernico verdor; aqueles estuarios de aguas argentinas, tudo era propicio para repetir o eco da voz forte que, descendo da região do Llobregat, ribombava pela Espanha dizendo ás provincias ibericas o que o Justo disse á especie humana: *ego sum resurrectio et vita qui credidit in me, etiam si mortuus fuerit, vivet.*

E a Galiza que morta e bem morta se encontrava; Galiza a quem no seculo XVIII um de seus filhos mais esclarecidos, o cura de Fruime, se dirigia perguntando em castelhano:

Reino infeliz, país desventurado
de España muladar, rincón del mundo,
entre tinieblas siempre sepultado,
áspero, rudo clima, temple airado,
infiel, bárbaro trato, sitio inmundo,
gente sin sociedad, campo infecundo:
en el nombre de Dios, Santo y Eterno,
con cuanta fuerza tiene el exorcismo,
te conjuro y apremio, triste averno,
para que me declares por ti mismo
si eres en realidad el propio infierno
ó si eres retrato del abismo;

Galiza de quem, no seculo XIX, a compassiva e inspirada poetisa Rosalia Castro chorava na lingua nativa os infortunios e, pranteando a sorte dos que emigram e o desamparo dos que ficam, dizia:

Este vaise y aquel vaise,
E todos, todos se van;

Galicia, sin homes quedas
Que te poidan traballar.
Tés, en cambio, orfos e orfas
E campos de soledad,
E nais que non teñen fillos
E fillos que non teñen pais.
E tés corazons que sofren
Longas ausencias mortás
Viuvas de vivos e mortos
Que ninguen consolará;

Galiza, diziamos, iniciou em seu seio um movimento similar ao que inspirava a Provença e a Catalunha e, sob a inspiração de colectividades e individuos, sob a proteção de generosos Messenas entre os quaes merece especial referencia D. Modesto Fernandez y Gonzalez, começam a realisar-se os concursos literarios e os Jogos Floraes que, com todo o seu espectaculoso e culto aspecto, importados do levante, produziram e originaram a geração de poetas e prosistas que hoje cultivam o velho idioma galaico.

Murguia publíca a sua muito apreciavel *Historia de Galiza;* Rosalia Castro as *Follas novas,* livro para o qual Emilio Castelar escreveu um prologo; Valentin Lamas Carvajal dá á luz as *Espiñas, follas e frores;* Alberto Camino, poeta de sentimento e profundo conhecedor dos velhos generos literarios galaicos de origem provençal, destingue-se pelo seu ardor entre os iniciadores; em 1877 realisa-se um certame poetico em Orense em que ganha a palma do triunfo o notabilissimo Curros Enriquez com o integralmente belo e perfeito poema a *Virxe do Cristal* e, tres annos depois, ao tempo que se realisavam em Pontevedra uns jogos floraes que — coincidindo com outros que se davam na Catalunha — foram de inolvidavel efeito, publíca este autor os seus *Aires da miña terra,* afirmando paladinamente o ideal de restauração do idioma galego, a lingua dos

esforçados fundadores d'esse condado portucalense que é hoje este respeitado e nobre Portugal:

Fala de miña nai, fala armoñosa
En qu'o rogo dos tristes rub' ó ceu
Y en que decende a prácida esperanza
Os afogados e doridos peitos;

Fala de meus abós, fala en qu'os párias,
De trévoa e polvo e de sudor cubertos
Peden á terra o gráu d'a côr d'o sangue
Qu'ha de cebar á besta d'o laudemio...

Lengua enxebre, en qu'as animas d'os mortos
N'as negras noites de silencio e medo,
Encomendan ós vivos as obrigas
Que, mal pocados! sin cumprir morreron.

Idioma en que garulan os páxaros,
En que falan os anxeles ós nenos,
En qu'as fontes solouzan e marmullan
Entre'os follosos árbores os ventos;

Non, ti non morrerás, celtica musa
Náda d'a Suevia n'os chouzales pechos,
Ultemo amor d'o páledo Macias,
Atravesado o corazon c'un ferro.

Ti non podes morrer... Eso quixeran
Os desleigados que te escarneceron!
Mas ti non morrerás, Cristo d'as lenguas
Non ti non morrerás, ouh Nazareno!

Apóstol teu, anque o mais ruin de todos,
Pr'ónde quér levarey teu Evanxelio,
O fátelo vistindo d'inominia
Que pra mofa n'as costas che puxeron.

N'o teu nome, por terras e por mares,
Ofercerey paz e salú ós enfermos,
Falareilles da patria ós desterrados,
De liberdade e redencion ós servos.

Anunciarey o dia d'o teu trunfo
Por cibdades e vilas e desertos,
E si por t'anunciar m'apedrearen,
Inda ó morrer te mentarán meus beizos!

E, com taes brios, prosegue a marcha das novas letras galaicas. Em 1882 aparece em Pontevedra, publicada por Francisco Portela Perez, com prologo de D. Luiz Rodrigues Seoane, uma *Coleccion de poesias gallegas* em que figuram Eduardo Pondal, Marcial Valladares, Valentin Carvajal, José Posada, Heliodoro Cid, Francisco Fernandez Auriles, Francisco Añon, Antonio Gonzalez, José Garcia Mosquera, José Amado, Juan Saco y Arce, Castor Elices, Antonio Camino, André Muritais, Aureliano Pereira, Francisco de la Iglecia, Juan Pintor, Lino Gonzalez, Pio Cuiñas, Curros Enriquez, Garcia Caballero, Andrés Murnais, Alberto Camino, Luiz Pinto Amado, Luiz de la Riega, Domingos Camino, José Perez Ballesteros, Victor Vázquez, Benito Lozada, Manuel Gonzalez, H. Fer Gas e Vicente Calderon. Em 1884 realisam-se em Pontevedra outros Jogos Floraes a que foi presidir, delegado pela Academia Espanhola, o proprio Victor Balaguer que, depois de falar da Provença aos galegos, teve a surpresa de se ver — em sinal de confraternidade entre as regiões hispanicas — saudada em catalão pelo professor Limeses, lirico tambem de raça e de valor, e, assim, entre aparições de livros e festas de *gay-saber*, a abandonada Galiza, com uma pleiade abundante de poetas que com a musa e os cantares populares compartilham a melancolica e suave harmonia da nostalgica e sonhadora alma suevica, vae entrando no caminho de um futuro moral, material e intelectualmente risonho [1].

---

[1] Nota VI *in fine*.

Fecundadas pelo pensamento regionalista que hodiernamente se patenteia, como luz depois de muitas trevas, em todas as manifestações de actividade, todas as nacionalidades ibericas que entraram na integração espanhola renascem a nova vida, entregues ás suas proprias energias, á sua robusta maneira de ser.

Não se furtou literariamente a esta renovação a região asturiana onde, pura de todo contacto com o arabe, se conserva o idioma dos homens da Reconquista, de Pelaio e seus companheiros de Covadonga, e que, estimulada pela emulação, se lançou tambem, ainda que sem tanto exito como a Basconia, a Galiza e a Catalunha, n'um movimento absolutamente regional que, havendo produsido algumas pequenas producções poeticas de grande valor, se não está chamádo — como seria para desejar — a um prospero porvir, sempre será de beneficos resultados offerecendo á lingua castelhana o riquissimo lexico que o dialecto asturiano, ou *bable*, tem em seu seio e ao qual como a natural e legitima fonte pode ir buscar riquêsa, segundo o pensamento um dia manifestado pelo ilustre Jovellanos, a sonora, robusta e já riquissima lingua das Castelas.

E, que mais se podia desejar?, o regionalismo literario entrou e recebeu bom acolhimento até nas regiões que não teem idioma proprio: no Aragão, na Andalusia, na Estremadura e até em Castela! Em todos estes pontos, influenciados pelo exemplo da Catalunha e depois d'um trabalho nunca suficientemente agradecido de *folk-loristas* distintos, poetas e prosadores de merito lançam em paginas vibrantes de luz não só as scenas tipicas, os costumes locaes, as notas de côr da vida campesina, mas até os modismos da linguagem, os provincialismos pitorescos que enriquecem o idioma.

É Pereda, o incomparavel romancista Pereda, na

provincia de Santander; é José Maria Gabriel y Galan, o poeta de *Las sementeras* e da *Castellana*, em Salamanca; é Francisco Rodriguez Marin em Sevilha; são centenas d'eles de nomes menos conhecidos, em todas as provincias, e todos, todos sem faltar um só, animados pelo patriotismo de provincia, pelo patriotismo de região, que é origem e base unica e insubstituivel do verdadeiro patriotismo de nação e de imperio, exploram uma até então inexplorada mina, e expondo á luz do sol os refulgentes reflexos do rico minerio que arrancam á terra iberica e que se encontravam latentes nos cantares sevilhanos, nas tradições aragonêsas, nas lendas mouriscas granadinas e cordovesas e, austeras mas grandiosas, na tristesa sem limites da planicie castelhana, fonte de energias viris e de altas emprezas, tornam conhecidos tesouros nunca sonhados, e provocam, em todos os peitos nobres dos filhos d'essa mesma terra hispanica, dois gritos simultaneos de admiração e de agradecimento: de admiração ante tanta maravilha acumulada na velha e idolatrada Hispania, de gratidão para com a Providencia que lhes concedeu a graça de verem a luz em tão abençoado solo.

CAPITULO V

O regionalismo politico

A principio todo o movimento de renascença regional, mesmo confinado no terreno literario e artistico, lutou com grandes dificuldades inherentes á obra de todos os apostolos de uma nova ideia.

A patria de Cervantes encontrava-se, n'aquela epoca, na situação de um homem que depois de destruir o antigo solar, a casa em que seus paes viveram e morreram, ainda não construiu sua nova mora-

da, e, falto de materiaes, não tem esperança de a poder edificar tão cedo, vendo-se assim a si proprio, a sua esposa e a seus filhos expostos pela sua imprevidencia, melhor dito: pela sua loucura, ás inclemencias do tempo e da estação invernosa, sem um této que os abrigue, sem um lar onde se reunam.

Carlistas, afonsinos e republicanos davam ao mundo o triste espectaculo d'uma nação dividida em mil facções hostis, e a Espanha, com o seio desgarrado, rota a tunica, ferida pela mão de seus filhos, só desejava a paz, a tranquilidade, o socego necessarios para poder curar suas chagas e elevar-se de novo a ocupar o logar entre as nações que de direito pertence áquele que, estendendo sua civilisação e idioma por continentes desconhecidos, teve posto proeminente entre todas.

N'estas circunstancias compreende-se que não fosse bem vista a renascença da Catalunha que de novo levantava o pendão das tradicionaes liberdades que gosaram as nacionalidades hispanicas em seus periodos mais aureos e gloriosos.

A Espanha queria paz e este genesis d'um novo movimento que, para os espiritos acanhados, parecia trazer no seio a desmembração da patria, devia ser, e foi, altamente suspeitoso.

Desde que Carlos Aribau escreveu aqueles primeiros versos, impregnados de saudade e doçura, em que se dizia:

Plaume encara parlar la llengua d'aquélls sabis
Que ompliren l'univers de llurs costums é lléys,
La llengua d'aquélls forts que acataren los reyes
Defengueren llurs drets, venjaren llurs agravis,

logo feros censores, olhando o atrevido que tinha o arrojo de cantar o passado de Catalunha em lingua catalã, sentiram subir-lhes á cabeça estreito e

mesquinho patriotismo; mas quando o movimento se foi desenvolvendo progressivamente e chegou a ser tão importante que, chamando a atenção da Europa, congregava, nos Jogos Floraes de Barcelona de 1868 poetas vindos de Inglaterra, de França e de Castela, e ocupava a penna de publicistas alemães, russos e portuguêses — Teixeira Bastos escreveu sobre o catalanismo, profetisando quasi a marcha futura que havia de ter — os partidos liberaes começaram a vêr n'ele um perigo e os tradicionalistas uma esperança, apesar do caracter acentuadamente demagogico de alguns de seus iniciadores.

Tinham razão de ser aqueles receios e estas simpatias.

Defender o ideal de obter para os antigos reinos, com mais ou menos modificações inherentes ás necessidades da epoca, os foraes, liberdades, codigos proprios e uso da propria lingua nos tribunaes, nos municipios e nas escolas, é invocar uma das tradições mais gloriosas da antiga e legitima monarquia espanhola; e ainda quando quem isto defenda seja um homem das doutrinas mais avançadas, defende e invoca, talvez inconscientemente mas de facto, um dos principaes artigos dos programas tradicionalistas, e trabalha, queira ou não queira, a favor dos principios que regeram a Espanha nos seus tempos de maior gloria.

Ora foi isto precisamente o que se deu, assim que, terminado o primeiro periodo meramente literario, acabada a obra dos Jogos Floraes, e concluida a tarefa erudita e artistica de Aribau, Balaguer, Verdaguer e Llorente, restauradores da vida espiritual da região, as mãos possantes dos politicos souberam canalisar tantos esforços para um unico fim: a liberdade catalã na Catalunha, a liberdade regional em todas as partes.

Desde então começou o periodo combatente em que nos encontramos. Ás repressões do poder central tem respondido a tenacidade energica dos que juraram não se deixar dominar, e assim se tem produzido todos os variados episodios da luta que, colocando umas vezes as cidades levantinas em estado de sitio e outras levando o tumulto ao seio do parlamento e secretarias da capital, dá lugar a essas noticias telegraficas que nos jornaes ocupam algum espaço, a essas pequenas locaes que dão ao grande publico uma ideia da existencia da *questão catalanista*, embora lhe não façam compreender toda a importancia d'um assunto que, prenhe de interrogações, veio colocar no horisonte politico da peninsula, depois de largo esquecimento, o gravissimo problema, tantas vezes brutalmente resolvido e sempre calorosamente examinado, dos direitos incontrovertiveis das *nacionalidades ibericas*.

Ora é este, precisamente, o seu caracter mais importante, o que reveste o movimento catalanista de capital importancia que, sem isso, não teria.

Se se tratasse dos esforços separatistas de povos, como a Noruega, a Hungria, a Polonia, que foram brutalmente unidos a nações com as quaes não tinham traço algum de semelhança sobre o qual cimentar uma união amigavel e duradoura, a singelêsa da questão, tornando facilmente compreensiveis as causas do movimento, inspiraria mediocre curiosidade; mas tratando-se de um processo onde a diversidade de linguagem é bem pequena e aonde a disparidade de religião e tradições não existe, o problema provoca a atenção, obrigando-nos a dedusir do exame dos factos que, ou se trata d'uma singular fantasia, bem notavel e extraordinaria por ser colectiva, ou devem existir causas tão profundas como poderosas que, sendo-nos desconhecidas, se torna necessario indagar.

A primeira hipotese — que pela sua originalidade constituiria um problema curiosissimo e unico — poderia ser admitida se, de todas as regiões ibericas, a Catalunha fosse a unica rebelde a acatar o dominio d'um governo central; mas, como não é esse o caso, como Portugal, por exemplo, representa, nos seus seculos de vida autonoma, a mesma força centrifuga que leva os catalães a procurar eximir-se ao peso de um jugo que conceituam intoleravel, forçoso é admitir a segunda.

Mas, a propria existencia de Portugal como nação independente, não terá por base o capricho de um momento, a ambição d'um rei ou qualquer outro facto que não constitue um fundamento seguro? Não tem faltado quem o afirmasse, quem, fazendo d'um ligeiro exame da configuração geografica da peninsula um argumento a favor da união, conceituasse a autonomia portuguêsa de contra-senso; mas a superficialidade levada ao impudor que tal afirmação representa não merece as honras da beligerancia.

Não basta a ausencia de altas cordilheiras separando duas nações para negar a existencia d'uma d'elas, sobretudo se essa nação afirmou em muitas e gloriosas paginas da Historia a sua inergica individualidade; não basta que a um individuo ou a um grupo convenha que uma causa careça de razões com que se defenda para que, por esse facto, taes razões deixem de existir.

É inegavel; estudando como fizemos o passado dos povos peninsulares, vemos n'ele uma constante tendencia para a desunião que se manifesta em epocas diversas, em sitios differentes e em regiões cujas condições de vida são diametralmente opostas; os esforços de uns esplicam os de outros, a Catalunha justifica Portugal, este justifica a Catalunha e o facto

fica, interpretavel d'este ou d'aquele modo, mas sempre de pé.

Intimamente unido a esse altivo espirito democratico que tantas vezes levou o povo de qualquer dos reinos hispanicos a fazer frente ás excessivas pretenções dos seus monarcas; baseada sobre o municipalismo que serviu de baluarte á independencia das cidades, tendo profundas raizes n'essa formidavel força de iniciativa pessoal e regional que foi origem das mais epicas emprezas; escudada nas liberrimas tradições parlamentares que constituem o mais glorioso titulo da fidalguia da corôa de Aragão; a questão catalã é, se bem a considerarmos, o vigoroso protesto de uma civilisação que, atraiçoada durante muito tempo, parecia condenáda á morte, mas que beneficiando das correntes d'uma epoca que fez seu um dos seus principios — *o principio das nacionalidades* — de novo levanta a voz para afirmar a sua poderosa existencia.

Ora essa civilisação, que é nada menos que a nossa antiga e pundonorosa *civilisação iberica,* constitue uma força digna de respeito.

Está no sangue do povo espanhol, melhor ainda, está no sangue de todos os iberos — pois a esse sentimento, necessario é repeti-lo, deve Portugal a sua independencia — o amor entranhavel da região, o amor que o individuo nutre pelo solo que o viu nascer e onde se fala a sua lingua ou o seu dialecto.

Esta afirmativa, que no decorrer d'este livro ficou suficientemente demonstrada, é confirmada pela observação. Hoje ainda, em toda a peninsula o homem rude não compreende o ideal d'uma grande patria; não sabe o que isso é. 'A patria é para ele a sua aldeia, as aldeias visinhas onde tem amigos e onde se seguem os mesmos habitos e costumes que no seu

logar; fora d'isso tudo lhe é desconhecido ou indiferente.

Nas provincias vascongadas, por exemplo, onde habita um povo laborioso, honrado, amantissimo das suas tradições, profundamente cristão, os aldeões não se sentem em comunidade de sentimentos e de ideias senão com aqueles que falam seu idioma. Esses são «euskaldunas», compatriotas, homens que, como eles, possuem o «euskaro» ou «euskaldun»; os outros, os que não falam a lingua vascoense, ainda quando tenham nascido em Bilbao, ou no ponto mais centrico da Viscaia, são estrangeiros, criaturas com quem nada teem que vêr, individuos que podem ser excelentes mas que não são de sua patria.

Nunca o galego, o asturiano, o navarro, o basco, o aragonês, o catalão e o valenciano viram com bons olhos o governo que menospresou seu patriotismo de provincia; e se a monarquia se arraigou fortemente em terra de Espanha, é porque, desde principio, foi sempre uma monarquia federativa, como é hoje a do imperio alemão.

Desde o dia em que se esmagou, se triturou pelas armas esta tendencia classicamente iberica, a monarquia começou a ser odiada na pessoa de seus ministros, e se não foi totalmente desterrada do coração dos povos é porque só em seculos se desfaz a obra de seculos, é porque os povos viam ainda no rei um pai, e na instituição monarquica a salvaguarda, que em outros tempos havia sido, e que sempre tem o dever de ser, de suas liberdades e de seus direitos.

Quando a revolução implantou na peninsula o fruto exotico do parlamentarismo inglês e decretou um só codigo e uma só constituição para um grupo de nacionalidades diferentes pela sua origem, pelos seus costumes, pelos seus idiomas e pelas suas necessida-

des, a vida nacional resentiu-se de tal modo que as Provincias Vascongadas, a Catalunha, grande parte de Valencia, do Aragão e de Castela se levantaram em armas, proclamando rei a D. Carlos de Borbon, fazendo sua uma bandeira que, como em outros tempos a de Carlos de Viana e a de Carlos de Austria, representando a monarquia tradicional, simbolisava a liberdade das regiões e, ainda mais, a secular e hispanica unidade religiosa rudemente atacada pelos governos revolucionarios.

O carlismo foi vencido; as regiões euskaras — em castigo de o haverem defendido — foram privadas dos foraes particulares que as regiam e das liberdades de que gosavam, mas a ideia generatriz do movimento a favor do Pretendente e as suas tendencias, as que lhe deram razão de ser e o mantiveram durante o periodo da luta, integralmente catolicas e regionalistas, ficaram representadas por tres movimentos, que são encarnações respectivas do ideal religioso, monarquico e descentralista do povo espanhol — o integralismo, o carlismo e os partidos regionaes — dos quaes, cada um, em seu campo, defende o antigo lema «Deus, Patria e Rei», dando a supremacia áquele d'estes tres termos que mais importante lhe parece e lutando pelo triunfo do que se lhe afigura mais necessario nas presentes e calamitosas circunstancias da nação espanhola — a unidade religiosa, a monarquia tradicional ou a autonomia das regiões.

Do carlismo não temos por que nos ocupar detalhadamente aqui. Fracção muito respeitavel e numerosa da nação espanhola, a sua razão de ser, como já indicamos, consiste no que sua bandeira representa, na defesa sistematica da Espanha tradicional, monarquica e crênte, democratica e federativa. Mal aconselhados, seus dirigentes lembraram-se um dia de

confiar á Dalila liberal o segrêdo de sua força e de se apartarem do espirito iberico de outr'ora, do verdadeiro espirito iberico pre-renascente, para circunscreverem o seu ideal a serem «*los grandes mantenedores del principio de autoridad*», e o seu programa á obediencia cega á vontade de um rei «*depositario del mismo principio*». Defendendo assim o cezarismo, o absolutismo borbonico, novidade a seu tempo tão exotica na Espanha como o constitucionalismo dominante, ou como outro qualquer sistema politico contrario á idiosincracia hispanica, o tradicionalismo dinastico feriu-se de morte, mas, chamados á ordem por Raimundo Nocedal que, afirmando na *Proclamacion de Burgos* os velhos principios da civilisação espanhola — tão imutaveis na essencia como adaptaveis a todos os regimens — se apartou e desinteressou da questão dinastica ao formar com seus amigos a legião *integralista*, os prohomens do partido de D. Carlos reconsideraram e, pouco a pouco, apartados, esquecidos ou mortos certos elementos perturbadores, a comunhão carlista retomou a feição que a distinguiu e lhe deu força na primeira metade do seculo XIX, nos tempos de Balmes, Donoso Cortés, Aparisi y Guijarro e Candido Nocedal.

Hoje o carlismo e o integralismo coincidem em seus programas; Vasques Mella, orador de rarissimos meritos, pensador singularmente profundo e verbo das forças carlistas, poude abraçar em Pamplona, ante milhares de pessoas congregadas n'uma reunião politica, a Raimundo Nocedal, o chefe dos integralistas, a quem a morte pouco tempo depois havia de roubar; mas enquanto o primeiro, considerando parte integral da tradição espanhola a instituição monarquica, faz do triunfo do chefe da casa de Borbon a pedra angular do seu edificio politico, o segundo, desinteressado das formas de governo e de bem insinificantes questões

de dinastia, mostra-se partidario d'uma renovação social a que, na mente de algum de seus vultos mais ilustres [1], não é estranho um republicanismo de caracter federativo.

Entretanto, enquanto estes dois partidos, um assumindo o caracter com que a tradição se apresenta ante muitos observadores da historia de Espanha, o outro sinificando a evolução dos espiritos na epoca actual, continuaram seus trabalhos na imprensa e no parlamento, propugnando ambos energicamente pela autonomia e liberdade regional, os partidos regionalistas surgiam vigorosos na Euskaria, na Navarra e na Catalunha.

Davam-lhe origem diversas causas, todas nobres, todas respeitaveis. A primeira, a principal, a mais forte e generalisada, tinha suas raizes nos arcanos mais secretos do coração humano, n'essa propensão sacrosanta, inata no homem, a recordar com gratidão os momentos em que foi feliz, propensão que actuando sobre os individuos e as colectividades, leva cada sêr racional a memorar com prazer as horas alegres da infancia e os dias festivos da juventude; cada casa, cada familia, a ostentar seus brasões, a amar seu solar de origem e a não esquecer suas tradições preteritas; cada corporação a celebrar seus triunfos, seus progressos e suas emprezas e, por fim, cada povo a festejar suas recordações nacionaes. A segunda, menos sentida mas mais poderosa e universal, era essa fatal lei da atracção e repulsão que une e separa os corpos, que liga e divide os povos. A terceira, enfim, era a obra forte da vida que, quando se sente lesionada,

---

[1] Higinio Ciria y Nasarre: *El rey de Santa Teresa;* e artigos *Sor Patrocinio* publicados no *Siglo Futuro.*

reage contra a lesão e procura levar a morte de vencida; dera o protesto das nacionalidades que, sofrendo males inegaveis d'um uniformismo centralizador, procuravam sacudir um jugo, romper uma algema.

Nas Provincias Bascas onde o regionalismo se identificou por largo tempo com os ideaes do partido carlista e onde pela adhesão ao carlismo se perdeu a secular constituição especial que tal região, mais feliz que as outras nações ibericas, tinha conseguido conservar até ao seculo XIX, o movimento politico anti centralista chegou a ser algo *sui generis* depois de concluida a obra literaria e filologica dos *mestres* do periodo dos Jogos Floraes e da renascença espiritual. Destacando-se das tileiras de D. Carlos e das fileiras do integralismo, que por muito tempo monopolisaram a defeza regional, os radicaes d'aquelas terras onde, mercê do patriarcalismo dos costumes, a republica federalista de Pi y Margall nunca conseguira haver adeptos, ergueram então uma nova bandeira, constituiram um novo grupo, que forçosamente localisado, tem chegado nas suas afirmações ao que nenhum outro pensou: ao ideal separatista.

Como para praticamente fazer vêr aos governos rigidos do centralismo que é sempre perigoso não anuir ás aspirações moderadas e justas que, sendo atendidas, não dão logar a maiores pretenções, os *biskaitarras* — que assim se chamam os nacionalistas bascos —, com um ardor juvenil proprio de homens novos e de um partido novo, lançam-se a ambições extremas, não sei se possiveis se impossiveis no actual estado da Europa, e, pouco unidos moral e intelectuamente á alma espanhola, olham sem desamor a ideia de deixarem de pertencer á federação hispanica que — o que já não se dá com os catalães — não se lhes impõe pelo amor, não se lhes impõe pelo coração, e sonham um dia aureolado de jubilo em que lhes seja

dado, sob a Arvore de Guernica, a dos velhos foros, investir do poder supremo o patriarca, o *doge*, o *Echeco-jauna* que reja com mão benigna os destinos da Euskaria livre.

E fazem mais os *biskaitarras;* orgulhosos dos velhos titulos da antiguidade euskara, envaidecidos de serem, eles e seus concidadãos, os representantes dos antigos conquistadores do mundo, julgam taes titulos e tal facto suficientes para lhes garantir a independencia, e, exclusivistas, não sentindo em *si*, repito, o lătejar da alma hispanica, chegam por vezes a negar, ou a consentir sem desauctorisação que um dos seus negue, o direito das outras nacionalidades ibericas a procurarem alcançar a autarquia. «Sois celtas e latinos, dizem, tendes uma raça comum e portanto deveis constituir um só povo; só nós, os unicos turanianos da Iberia, etnicamente diferentes, filologicamente distinctos, temos direito á independencia.»

Não tem este caracter o regionalismo de Navarra. Ainda quando o velho reino, seguindo as fluctuações das dinastias, se houvesse balouçado por longos seculos entre França e Espanha, hoje espanhola, amanhã francêsa, ha coração espanhol ali, e sendo talvez em seu seio onde se teem elaborado os mais conscienciosos estudos bascofilos, nenhuma outra região espanhola, embora as outras a igualem, a excede em amor patrio.

Baluarte do *integralismo,* isso não impediu que, tendo á frente um homem de grande valor, um poligrafo eminente, se criasse ali um partido regionalista local e autonomo, mas como a Navarra — embora não gose da sua antiga constituição — é a mais favorecida das regiões, se rege por si mesma e gosa do seu *home rule;* como a lei de 16 de agosto de 1841, pactuada entre o Estado espanhol e as forças

do antigo reino, lhe reconhece uma situação especial, bastante lisongeira, dentro da monarquia; o regionalismo não chega ali, nem pode chegar, aos extremos radicaes que se notam n'outros pontos.

Antigamente a Navarra, isto é: antes de 1841, tinha, como todos os reinos confederados de Espanha haviam tido, as suas peculiares Côrtes legisladoras, e, como tambem no Argão succedia [1], essas Côrtes, ao dissolverem-se, delegavam de seu seio sete deputados que, constituindo a *Diputacion de Navarra*, representavam com caracter permanente a assemblêa legislativa, velando zelosamente pelo comprimento e acatamento das leis do reino até que novas Côrtes fossem convocadas.[1] Conselho de inatacavel respeitabilidade, arma a mais valiosa até hoje imaginada para fiscalisar os actos do poder executivo, esta instituição, que o constitucionalismo não tem, mas do qual inegavelmente precisa, foi respeitada pela lei de 41 que, não conservando as Côrtes privativas, não supprimiu a *Deputação*, antes a manteve com o mesmo numero de membros, eleitos dois pela *merindad* de Estella, dois pela *merindad* de Pamplona e um por cada uma das outras tres *merindades* de Navarra.

Triunfo grande, privilegio invejavel, foi este. Graças a essa situação excepcional, o antigo reino poude continuar a reger directamente seus interesses, patuando com o poder central a quantidade de tributos com que a Navarra deve contribuir para o tesouro durante um determinado numero de annos, a quantidade de homens que annualmente deve dar para o exercito, e assim, ao mesmo tempo que se

---

[1] Recorde-se o que ficou dito sobre a *Diputacion do reino de Aragão* no cap. VII, da 1.ª parte.

indicava ás outras regiões outr'ora autonomas, um ideal a alcançar, fomentava-se o bem-estar e a satisfação de um povo que, contente com sua situação, se limita a defender energicamente o que possue, que pode mesmo ambicionar recuperar o que perdeu, mas que não irá nunca mais longe, que nunca — desesperado pela opressão e pela tirania — pensará quebrar laços inquebraveis, esfacelar vinculos seculares.

Precisamente por se encontrar em situação diametralmente oposta protestou a nação catalã. Entregue a politica, em Espanha como n'outros paizes latinos, em mãos de profissionaes que monopolisam a direcção dos negocios do Estado, e que refugo, muitas vezes, de todas as classes sociaes, constituem camarilhas que, tornando-se no governo, por acordo tacito, cuidadosamente afastam do exercicio do poder executivo e da representação nacional aqueles que, sinificando forças da nação, interesses positivos, podiam falar não em nome de artificiaes agrupações politicas formadas em volta de uma teoria ou de um homem, mas de porções definidas de cooperadores na riquêsa patria, a Catalunha, assim que teve algo a perder, assim que — mercê da sua actividade prodigiosa e da sua força de iniciativa pessoal — se elevou economica e moralmente sobre todas as outras provincias de Espanha e teve, em seu seio, negociantes, industriaes, operarios e outras classes produtivas que haviam absoluta necessidade de vêr seus destinos entregues em mãos competentes, levantou-se, o coração no passado, o olhar no presente, para resistir á inepcia de homens que deixaram perder os ultimos restos da grandêsa espanhola, que abandonam provincias inteiras como as de Andalusia á morte pela fome e não encontram remedio á despopulação que a emigração produz na Galiza, nas Asturias e outros pontos.

Não se resinando a ser arrastada na ruina commum, não pedia a Catalunha a protecção governativa — que não a necessitam as nações fortes onde a mascula energia da raça e dos individuos supre com vantagens a deficiente providencia burocratica de homens de gabinete que muitas vezes nem sequêr conhecem os locaes onde as necessidades se impoem — pedia liberdade, mãos livres para a sua acção fecunda, e, como meio de tudo isto obter: a autonomia de que gosou até ao fim do seculo XVII.

Não era, o seu, um movimento artificioso como muitos outros movimentos politicos, e, muito menos, romantica concepção de imaginações juvenis que, embriagadas de recordações romanticas, sonhassem o restabelecimento dos tempos da cavalaria. Protesto muito consciente, muito fundado, contra uma politica de teoricos que, discutindo principios e divagando doutrinas, esquecem factos, isso sim, isso era.

Manifestação aguda de um movimento latente na Europa inteira, reacção contra a afirmativa puramente gratuita d'essa escola liberal que presidiu á constituição da civilisação hodierna e que, formando um conceito individualista da sociedade — considerada como soma total de moleculas desagregadas — negou a existencia das classes e, portanto, a existencia dos interesses d'esses mesmos corpos colectivos e que, ao pouco tempo, se viu pela frente com a *questão social*, desmentido pratico da sua afirmação atrevida, a *questão catalã* apresentou-se, sob seu ponto de vista economico-politico, como reflexo da mesma necessidade que preside, alem Pirineus á constituição dos *Jaunes de France*, organisando-se para a defeza pratica e imediata dos interesses do operariado; que preside, na Inglaterra, á acção das tradicionaes *trade unions* servindo, como os antigos e hispanicos gremios de artifices, de baluarte ao traba-

lhador; e, em toda a parte, aos movimentos mais ou menos caracteristicos de grupos unidos por vinculos comuns que se erguem para levar ás esferas governativas a influencia das necessidades nacionaes, parcial ou integralmente apresentadas, e d'essas esferas expulsar o engendro anti-natural dos *partidos* que, dando representação a ideias e doutrinas, negam n'um excesso de idealismo, voz e voto aos factos.

De original só tinha o movimento catalão o seu caracter regional. Não era um corpo social: o commercio, a agricultura, o operariado, que se erguia para fazer respeitar seus direitos; eram quatro provincias onde tendo todos os corpos sociaes interesses comuns, sentindo-se todos combatidos pelos mesmos males e unidos por solidariedade que a razão impunha, lutavam pelo mesmo fim que se poderia propor qualquer classe que, juntando todos os seus membros sob a bandeira de necessidades identicas, os lançassem em cruzada contra os desrespeitadores d'essas mesmas necessidades. A corrente reactiva que em todo o mundo fazia frente ao anarquismo individualista dos Smith e Stuart Mill opondo-lhe o espirito de corporação e recordando que, se a *luta pela vida* é, dentro das leis biologicas, facto inegavel, a *união para a luta* é tambem principio incontestado, tomava na Espanha a particularidade que a idiosincracia iberica impõe a todas as manifestações da actividade indigena: o cunho regionalista; e assim, por esta forma, garantia-se a si propria uma existencia que de outro modo não teria tido sobre um solo onde a fraternidade nacional é demasiado intensa para permitir, a sangue frio e sistematicamente, um verdadeiro antagonismo de classes.

Por isso o que caracterisou a segunda metade do seculo XIX, a questão magna de nossos dias, encontra sua formula suprema na solidariedade da região ca-

talã que consegue federar grupos que n'outros pontos se combatem e unir interesses n'outros pontos opostos para os levar á luta contra a unica entidade que a todos fere e damnifica: o poder central.

E, assim, enquanto que, depois de ter perdido a Espanha os seus ultimos bons mercados de Cuba e Filipinas, ao verem-se sobrecarregadas as classes produtoras com tributos excessivos e tendo pela frente a miseria a breve praso, se dava entre todos os homens de negocios um movimento muito semelhante ao que animava as provincias do Levante, e se formava a liga de comerciantes e industriaes que, confederados na chamada *Union Mercantil*, se coligavam para a defesa exclusiva de seus interesses materiaes, desrespeitados ou mal defendidos pelos governos, e pouco tempo depois se separavam sem nada haverem feito, o movimento catalanista tendo, com relação á Catalunha, propositos identicos aos da *Union*, perdurava e vivia, encontrando, primeiro, no verbo inflamado do Dr. Roberts, no de Rusiñol e Cambó depois, o clarim de suas aspirações.

Então começou a epoca de luta em que vivemos; o periodo que vae desde a acção isolada do partido *catalanista* e proclamação do programa de Manresa, em que se afirma um nacionalismo muito semelhante ao polaco, muito semelhante ao irlandez [1], até a acção coligada de catalanistas, carlistas, republicanos federaes e integralistas e formação recente da chamada *Solidariedade Catalã* enviando ao parlamento algumas dezenas de homens de todas as ideias que, prescindindo momentaneamente de ideaes partidarios, tendo por chefe na Camara dos deputados o ilustre Salmeron e no senado a Alberto Rusiñol, vão ás duas

[1] Nota VII *in fine*.

assembléas co-legislativas defender os interesses positivos, declarados, incontrovertidos da nação que os elegeu seus representantes.

O sangue correu já para fecundar com rubro batismo este despertar nacional. Travando-se a luta nas ruas de Barcelona, a cidade onde a lei marcial impera endemicamente, dezenas de victimas causou o espirito sectario dos que pela violencia, e fazendo em seu revolucionarismo o jogo dos governantes, querem impôr suas doutrinas á alma catalã. Victima da furia cobarde de agressores anonimos, pagos por individualidades sem escrupulos, Cambó caiu varado por uma bala quando com o proprio corpo fazia um escudo para cobrir esse veneravel e velho Salmeron, o antigo presidente da republica a quem republicanos atacavam. Faltos de melhores argumentos, militares que ou nunca desembainharam com razão a espada ou que, se o fizeram, não souberam morrer antes que abandonar aos *yankees* os territorios espanhoes de ultramar, assaltaram á mão armada as redacções dos jornaes que em Barcelona defendem o ideal catalanista e entretiveram-se em empregar sobre moveis e maquinas a inutil energia de um patriotismo esteril. Imprensa desbragada, homens sem autoridade, não tem poupado á Catalunha, á causa catalã e a seus pro-homens as criticas mais acerbas, os epitetos mais soezes. Mas, a pezar de tudo, ou precisamente por isso tudo, o regionalismo triunfa, o regionalismo impera.

Um dia é o reino de Valencia [1] quem lhe abre as portas e, n'um momento, respondendo ao convite da sociedade *Valencia Nova* e de seu orgão na imprensa, organisa um partido regionalista forte e caracterisado; outro é o povo galaico, são milhares de pessoas,

---

[1] Nota VIII *in fine*.

reunidas n'um *meeting* na Corunha, aplaudindo delirantemente os apostolos da *Solidariedade Catalã* que lhe falam de liberdade e de um risonho futuro, que convidam a pobre Galiza a seguir o exemplo da progressiva Catalunha.

Assim tinha de ser. Um movimento que se baseia em solidas razões e tem atleticos defensores impõe-se pela força da sua vida robusta, da sua mascula energia; e o regionalismo politico que, tendo sua razão de existencia no estudo do passado e na observação do presente, tendo suas raizes na alma e na civilisação espanhola, não precisa de homens que lhe assegurem adeptos com a fascinação de uma palavra eloquente ou de um talento captivante, tambem isto tem, tambem isto lhe não falta, e como estandartes do regionalismo catalão e do regionalismo euskaro dois apelidos bastam: Rusiñol e Campion.

Rusiñol, representação apelativa de uma familia ilustre em todos os seus membros, é a encarnação da contra-reacção iberica em luta com o espirito e obras da Renascença. Como a todos os verdadeiros talentos, não tem sido feita em Espanha plena justiça aos membros d'esta familia, mas a verdade é que, assim como Giotto foi a personificação do movimento italiano contra o hieratismo bisantino, e Miguel Angelo a da reacção contra a decadencia das escolas goticas, Santiago Rusiñol, sintese da diversidade de actividades que caracterisa estes dois vultos, constitue a materialisação mais completa do espirito moderno, radicalmente moderno, d'aqueles que revoltados de ter de curvar a cabeça ante o que tres seculos desacreditaram, querem, como o *Cezario* de Alfredo de Musset: *du nouveau! du nouveau à tout prix!* [1]

---

[1] *Andrea del Sarto*, acto I, scena I.

Obra correcta, impecavel, de pintor e dramaturgo, de novelista e politico é a sua! Os Rusiñol em todas as manifestações mostram o que são: figadaes inimigos da acção directa ou indirecta dos seculos XV e XVI em todas as suas formas; seus adversarios irreconciliaveis quer ela se chame, em arte, *classicismo*, ou, em politica, *centralismo, cezarismo* ou *liberalismo.*

Espiritos profundos que, no vigor da vida, não deram ainda tudo quanto podem dar, a sua influencia marca-se profunda onde quer que põem a mão. Se na pintura, o *Jardim abandonado* de Santiago Rusiñol, simples paisagem sem figuras, apresenta-se revestido de uma tão alta espiritualidade, de uma tão profunda melancolia, revela tão magistralmente uma sensibilidade poderosa vibrando intensamente ante a naturêsa e sentindo dolorosamente a avassaladora tristêsa das coisas mortas, que o seu logar fica assinalado nos cursos de estetica como canon, como modelo, do que pude dar de mais belo um pintor colocado, cinsera e vibrantemente, ante dois palmos de terra que lhe falam á alma. Se na dramatica, o *Mistico* percorre toda a gama dos sentimentos elevados, supra terrestres, que — patrimonio de poucos — constituem os pontos mais culminantes que atinge o espirito humano, e que o escritor catalão, colocando-se á devida altura, compreende e interpreta de modo magistral. Se na politica, por fim, a acção de Alberto Rusiñol, chefe do *catalanismo* é vigorosa, posto que a ele se deve o ter-se dado um sentido superior ao que inicialmente não passava de um movimento de defeza economica, e só ele soube, quer por instincto, quer por reflexão — mas parece-nos que mais pelo primeiro que pela segunda — compreender tudo o que sinificava e devia sinificar o protesto da Catalunha, a sinificação que pela sua missão historica lhe era imposta, a que devia ter no momento actual.

E isto sem falar das outras manifestações de actividades tão diversas conjugadas n'uma só actividade patriotica e fecunda, do simbolismo triste, á Rodenbach, da *Alegria que pasa,* e da ironia melancolica, lugubre, á Goya, da *Aldea Gris;* isto sem apreciar a profunda introdução ao album dos ferros forjados do *Cau Ferrat* [1], exposição metodica onde as ideias mais claras e mais uteis sobre os problemas modernos da estetica e do trabalho, formuladas com um criterio que honra um discipulo de Ruskin, se encontram emparelhadas a observações notaveis de um criticismo superior; isto sem narrar, enfim, os actos personalissimos, esses que revelam o homem, as iniciativas por vezes geniaes de Santiago, tudo, n'uma palavra, o que — a despeito da critica malevola dos espiritos acanhados, sistematicos e ronseirões — outorga ao nome hoje glorioso dos Rusiñol um logar áparte na intelectualidade hispanica hodierna.

E, ao lado de Rusiñol, Campion.

Campion que representa para a terra basca a mesma força de iniciativa e patriotismo que o apelido Rusiñol sinifica para a Catalunha. Arturo Campion, o bascofilo insigne que todos os antropologos, filologos e arqueologos da Europa e da America citam e comentam; Arturo Campion, o sabio veneravel, que é, antes de tudo, um euskaro, um patriota ardente, um namorado louco da velha raça turaniana, que para lhe seguir a historia, para estudar a idiosincracia da sua amada, se fez homem de ciencia e, levado pelo sentimento, arrastado pela paixão, movido de mistico desejo, não temeu o dragão espantoso do misterio que rodeava as ignotas origens da sua raça e se lançou por terrenos inexplorados em peregrinação fatigante

[1] Nota IX *in fine.*

até, depois de annos de luta e trabalho, alcançar o seu ideal.

Campion é uma potencia. Não o compreendem os homens que em Madrid distribuem patentes de celebridade e outorgam coroas de louro ou titulo de genio imortal, mas nem por isso o homem que com os sabios se encontra *inter pares* e com os artistas se sente entre irmãos, o homem que, depois de se ter mostrado um investigador sereno do campo cientifico, provou com seus trabalhos sobre a musica wagneriana e confirmou com suas lendas bascas ter uma sentimentalidade igual á inteligencia, deixa de ser uma força consideravel e uma gloria de Espanha.

Enquanto a causa regionalista tiver taes homens o seu futuro está assegurado. O regionalismo não morre embora os liberaes assim o decretem.

Irritados com o movimento dos que, defendendo os foraes e regalias do antigo condado de Barcelona, pedem que o seu velho idioma seja falado nos tribunaes, que as quatro deputações provinciaes de Catalunha se reunam n'uma só assemblea legisladora, que a autonomia universitaria seja — para bem da ciencia — absoluta e completa e que os filhos da região catalã façam n'ela o serviço militar, os homens de governo podem fazer votar nas camaras todas as leis iniquas de repressão que desejem, podem entregar os regionalistas aos tribunaes marciaes e colocar certos delictos de imprensa sob a espada do codigo militar, podem negar praticamente — para combater os catalanistas — o seu principio de liberdade de emissão do pensamento, o regionalismo não morrerá!

Em vão oficial e extra-oficialmente se apela á violencia; em vão, imitando os actos do governo austriaco que, para emudecer Kossuth, o patriota magyar, não tem duvida em dissolver *manu militari* o parlamento de Hungria, o governo espanhol não tem du-

vida em empregar a força para fazer calar os que representam a opinião d'essas regiões onde, em estado cronico, as garantias constitucionaes estão sempre suspensas por determinação das *camarilhas* de Madrid; em vão, n'um desejo inexplicavel de silencio, se usam, para impedir a discução de um problema, meios que violentamente contrastam com as correntes modernamente seguidas em todas as nações: o problema magno dos direitos das nacionalidades hispanicas tem de ser discutido e resolvido.

Debate-se em Espanha o ultimo capitulo da mais cativante questão que durante seculos ocupou o espirito dos filhos d'aquela terra, a questão que tem feito derramar torrentes de sangue: saber se os subditos da corôa de Aragão que, pelo casamento de Fernando com Izabel, se uniram a Castela, e os cidadãos do antigo reino de Navarra que, conjuntamente com os das Provincias Bascas, liberrimamente se aliaram á monarquia castelhana, verão respeitado o pacto bilateral que os ligou ao trono de São Fernando, ou se, pelo contrario, e como tem sido desejo manifesto do absolutismo, verão menospresados seus direitos.

Ora tendo em conta, repetimos, que se trata das regiões mais activas, comerciaes, mercantis e intelectuaes da Espanha, tendo em conta que se trata de antigos reinos onde as tradições regionalistas e os idiomas proprios vivem com vigor, não é possivel iludir ou adiar a resolução do assunto que tanto as interessa.

Os catalães, cuja lingua e cuja civilisação, cujos poetas e cujos guerreiros tanto contribuiram para a formação da literatura, da nacionalidade e até do idioma castelhano; os bascos que poderam dar ao mundo, até ao seculo XIX, o nobre exemplo de um povo livre entre os mais livres; os galegos, os asturianos e, enfim, todos os povos da peninsula, cujas

tradições, raça e costumes diferem do nucleo central: terão de curvar a cabeça ante as exigencias das oligarquias governamentaes de Madrid?

A prospera Barcelona, a activa Bilbao, ver-se-ão obrigadas a acatar por mais tempo, e até pela força das armas, as imposições de burocratas deshumanisados em artificial atmosfera que, sob as ordens dos partidos de rotação, esmagam a Espanha inteira?

A agitação que lavra em todas as provincias de nordeste, norte e oriente, a irritação da imprensa catalã, galaica e euskara, não merecem atenção áqueles a quem Balaguer, liberal insuspeito, disse que «a missão do legislador, em nossos povos de raça latina especialmente, está em encontrar a formula que ponha de acordo a independencia com a unidade, equilibradas ambas dentro da armonia?»

Não se recordarão já talvez as frases do publicista ilustre que foi membro dos ministerios mais radicaes que teve a monarquia?

Se assim é, bem necessario se torna lembrar palavras tão notaveis. «Os homens que tiveram o governo do Estado em suas mãos, dizia ele [1], os que hoje o teem, os que possam te-lo ámanhã, devem ir, francamente e despidos de medo doutrinario, resolver o problema que se apresenta como pavoroso nas modernas agrupações da raça latina... Devem pensar que em nações como a nossa, a excessiva centralisação politica é a anestesia, quer dizer, a resolução da consciencia e a paralisia das grandes manifestações de vida dos povos, visto que o excesso de personalidade do Estado se forma á custa do tanto de justa personalidade das provincias; devem compreender que a fala nativa do paiz é o laço que une o povo á

[1] *Las literaturas regionales* (Madrid 1883).

terra, e que é necessario manter o laço para não perder a terra; devem, por fim, ter em conta que é atentar contra a dignidade nacional ferir na sua dignidade o espirito de provincia. Quanto mais vida, e mais vigor, e mais entusiasmo, e mais amor provincial ou local houver nos municipios, mais vida e mais força nacional tem o paiz. A nação é tanto maior quanto maiores e mais poderosas forem as provincias.»

Era este tambem o pensamento de Raimundo Nocedal, o tradicionalista, quando com toda a energia que o individualisava, dizia no parlamento:

«Sou partidario de que falem a sua propria lingua todas as regiões que possuem uma especial; quero que me faleis em catalão e não me odieis em castelhano.»

«Quero a bandeira espanhola completa e inteira, de côr de sangue e de côr de ouro, porque se fez com o sangue e com a riquêsa e o trabalho e os esforços de todas as regiões espanholas; mas quero tambem respeito para a bandeira catalã, respeito para a bandeira castelhana, respeito para a bandeira vascongada, para o pendão de Castela, para todas as bandeiras, que juntas e separadas são a bandeira da minha patria.»

«Quando se hasteie diante de mim, filho de Castela e de Madrid, a bandeira catalã, sauda-la-ei com todo o respeito e profundamente, porque eu, castelhano e madrileno, não quero renunciar a que Catalunha seja tão espanhola como Castela, e a sua bandeira tão sua como minha. E quero que se castigue implacavelmente ao que escarneça de qualquer bandeira espanhola, e, suponho que todos haveis de querer a mesma coisa, sob pena de declarar que as bandeiras catalãs, vascongadas, galaicas e castelhanas não são bandeiras espanholas.»

Balaguer e Nocedal coincidem em suas opiniões: por patriotismo é necessario que os governantes es-

panhoes atendam os direitos das regiões espanholas. Mas, ainda quando esta não fosse uma verdade inconcussa, é incontestavel que a nacionalidade catalã, que tem uma historia gloriosa e que, hoje ainda, usando da sua linguagem e regendo-se pelos seus costumes, caminha pelas sendas do progresso á frente de muitos outros povos ibericos; os euskaros, que graças aos seus habitos patriarcaes, constituem moral e fisicamente a população mais sã da Europa inteira; os asturianos e galegos, industriosos e activos; não podem e não devem renegar de suas tradições e abandonar a sua maneira de ser. É inegavel que os governos que, usurpando direitos, chegaram á espantosa tirania de prohibir que nas escolas se ensine a lêr e escrevêr nas linguas regionaes; que atingiram o extremo de não permitir a prégação nas igrejas e o ensino do catecismo na linguagem que as crianças e o povo mais facilmente compreendem; e que se preparam para, brusca ou paulatinamente, dar o ultimo golpe á vida autonoma dos diversos e importantes organismos que compõem a federação espanhola, não se devem admirar do protesto que suas ordens por toda a parte inspiram.

Quando, de todo desacreditado o centralismo, o governo britanico não tem dificuldade em permitir que nas escolas irlandêsas se ensine e se fale o *gael;* quando a Bohemia clama pela independencia; quando a Suissa nos dá o exemplo de um povo unido em federação e onde a ideia de patria não periga porque n'ela se falem tres idiomas; quando a Belgica, nação tão pequena como prospera, ostenta duas linguas oficiaes; quando a Alemanha nos está palpavelmente demonstrando que a confederação de Estados com leis, costumes, tradições, constituições, codigos e até soberanos diferentes, não impede a prosperidade de um imperio; quando a grande republica norte-ameri-

cana, com um codigo civil para cada Estado, nos está fazendo vêr as vantagens do sistema federativo e o Brazil dá ao mundo o testemunho pratico de como um grande povo, ao abandonar o centralismo e adoptar a forma federal, progride e se engrandece; quando, enfim, por toda a parte se nota uma corrente imensa, avassaladora, a favor da liberdade dos povos, criar leis regionalicidas e liberticidas, pretender matar o espirito das nacionalidades, é mais do que um erro politico, é loucura manifesta, é provocar taes protestos e até muito mais violentas manifestações.

É licito perguntar, como fez Nocedal na camara dos deputados: pretendem os dirigentes da nação espanhola que, chegado o momento de mais uma vez modificar o mapa da Europa, os catalães se lembrem de que téem irmãos seus alem Pirineos, que os bascos se recordem de que sua raça não habita só na peninsula e que ambos pensem na possibilidade de constituir uma grande nacionalidade provençal-catalã, ou uma grande nacionalidade bearnesa?

Supõem os govesnantes da Espanha que se pode impunemente afrontar a ira de um povo e q̃ue basta a força para vencer e dominar, chegada a hora, os que nos despenhadeiros de Roncesvalles derrotaram o invasor, os que em Gerona fizeram retroceder as armas napoleonicas e que, sem estarem unidos, poderam, durante as guerras carlistas, fazer frente, brilhantemente e por longo tempo, ás forças de Izabel II, da Republica e de Afonso XII?

A hora é grave e ninguem pode predizer qual seja o futuro. Complica-se o problema com as manifestações intempestivas do *chauvinisme* d'aqueles que não podem serenamente discutir qualquer assunto e que, á falta de argumentos, recorrem ás armas e só n'elas vêem remedio para tudo. São estes os que repudia-

ram como traidores os autonomistas cubanos; os que fusilaram Placido, o poeta cujo crime era cantar as belezas tropicaes da terra em que havia nascido; os que com seus excessos forçaram aqueles que em Cuba olhavam para o Canadá e não para os Estados Unidos, a declararem-se radical e absolutamente separatistas; os que, tendo ineptamente conseguido este desiderato tão contrario a seus desejos, julgaram que fuzilando diariamente dezenas de homens no Morro de Habana debelavam o mal por eles proprios criado e que, tentados hoje de aplicar ao catalanismo o mesmo remedio, cegos pelas ilusões orgulhosas que os desvanecem, surdos pelos discursos ribombantes com que se auto-sugestionam, não compreendem a realidade e não vêem que hoje já não podem os povos — quando não são potencias de primeira ordem — fazerem o que querem na propria casa.

Depois de ter oscilado por muito tempo entre a aliança francêsa e a aliança inglêsa, a Espanha decidiu-se recentemente pela ultima, e esta escolha coloca-a n'uma situação delicadissima que, não sendo menos delicada se houvesse optado pelo outro termo do dilema, a obriga a ter muito cuidado com a sua situação interior que se presta aos manejos, não diremos de seus adversarios, mas dos adversarios da sua aliada.

Ainda quando do povo espanhol se não possa dizer o que de Portugal insinuou Mariano de Carvalho quando, n'um retrospecto da historia economica portuguêsa, afirmou ter sido sempre e ser esta uma nação sem recursos proprios para viver por si mesma [1], a Espanha embora se não encontre n'uma situação em que a questão das alianças seja uma questão

[1] Mariano de Carvalho: *Planos Financeiros*, cap. II, pags. 19 e 20 (Lisboa, edição gratis, 1893).

vital, tambem não está em estado de conservar-se em *esplendido isolamento* e, muito menos, de lançar-se ás cegas em qualquer pacto com qualquer potencia.

Compreendendo-o assim seus dirigentes, a historia da sua diplomacia tem-se balouçado, á procura d'uma aliança vantajosa, entre a Inglaterra e França. Desde a unidade nacional até ao fim da dinastia da casa de Austria predominou a influencia britanica; desde a implantação dos Borbons a influencia gaulêsa.

Pelo lado de Inglaterra só se podem mencionar tentativas sem resultado. Os Reis Catolicos que davam duas filhas para a familia real portuguêsa e uma á imperial de Alemanha, deram tambem a mão da terceira das suas princesas ao filho do fundador da dinastia de Tudor, o principe Artur, e, depois da morte prematura d'este filho de Henrique VII, a seu irmão, o que mais tarde foi Henrique VIII e tão mal havia de tratar a infeliz infanta de Castela. Carlos V proseguiu n'esta politica, mas o reinado efemero de Maria Tudor e Felipe d'Austria desapareceu sem resultado. Felipe II, antes de seu casamento com Izabel de Valois, parece ter chegado a pretender a mão da rainha Izabel, a que depois havia de ser sua mais implacavel inimiga; e Felipe III e Felipe IV, enfim, gestionaram por mais de uma vez alianças com o filho de Maria Stuart que, rei da Escocia ou successor da corôa de Inglaterra, jamais se mostrou hostil a uma amisade com a Espanha, amisade que nunca chegou a materialisar-se e que não teve sequêr seguimento em tentativas platonicas assim que a aliança com a França foi um facto.

Esta, em compensação, impoz-se como consequencia da victoria de Felipe V e derrota de Carlos de Austria, e esta amisade funestissima, que fez perder á Espanha a praça de Gibraltar e trouxe para a penin-

sula os erros galicanistas, foi a que perdurou até o seculo XIX. Mercê d'ela a Espanha nunca mais teve independencia internacional; o «pacto de familia» transmitindo-se de um governo e de um regimen para o outro, em virtude d'aquela profunda observação de Lord Palmerston de que as ambições da França são sempre as mesmas e estão como pegadas ás paredes de seus ministerios, o que quiseram Luiz XIV, Choiseul, Napoleão, Champany e Talleyrand foi o que se fez em Espanha; obedientes sempre, os governantes espanhoes atendiam as menores indicações de Paris, desde quando se tratava de matar as regiões, até quando se ordenava a abdicação de seus reis.

Só durante um momento, quando se deu a Guerra da Independencia, se modificou a situação. A Inglaterra e a Austria ofereciam a sua aliança ao povo que se batia tão heroicamente; Espanha foi por um instante a potencia de primeira ordem de outros tempos; mas, passada aquela embriaguez epica, restaurada a monarquia em França e restaurada a monarquia em Espanha, esta nação continuou a ser a fiel aliada d'aquela, e enquanto Chateaubriand, recordando que «nunca tinham perdido de vista os homens de Estádo a união forçada da Peninsula iberica a este solo francês, mediante o qual se comunica com a Europa», escrevia no *Congrès de Verone* «a Espanha é um satelite que deve sempre girar na nossa orbita para que sejam regulares os seus movimentos e os nossos», o Principe de Benevento, Guizot, Thiers, Drouyn de Lluys, Deschanel e Delcassé, fieis ás doutrinas diplomaticas do auctor do *Genie du Christianisme*, continuavam a politica tradicional francêsa, mantinham a aliança com a Espanha nas mesmas condições para eles vantajosas, e, do lado de cá dos Pirineos, Silvela consagrava-lhe a vida, os ministerios respeitaram-na e só a abandonaram no dia em que a actual

entente-cordiale lhes permitiu estar bem com a Inglaterra sem estar mal com a França.

E durante todo este tempo, durante todo o seculo XIX, não viram ou não quizeram ver os governos de Madrid que uma nova potencia até ali não mencionada, a Alemanha, queria a aliança com a Espanha, e, hoje, é a possivel acção d'essa mesma Alemanha que é necessario ter em vista antes de resolver brutalmente o problema regional, antes de irritar espiritos fogosos cuja indignação talvez inconsiderada, talvez anti-patriotica, se assim o querem, ninguem sabe até onde irá.

Creio que é a primeira vez que isto se escreve. Não é a primeira vez que isto se pensa.

Ao imperio germanico convem-lhe ter um aliado no sul da Europa que, abrindo-lhes seus portos, torne possivel no Atlantico uma acção eficaz de suas esquadras, hoje condenádas a não se poderem afastar muito do seu centro de operações. O imperio germanico necessita ter portos seus no Mediterraneo que, desde a abertura do canal de Suez é, hoje como na Idade Media, o mar das comunicações mundiaes e o caminho mais curto para as suas posseções da Africa oriental. O imperio germanico precisa de tudo isto, e isto que Portugal quasi dá á sua aliada — a Inglaterra, é o que a Espanha — com portos sobre o Cantabrico e com portos além do estreito — pode integralmente fornecer á Alemanha, e o que a Alemanha, procurando a amisade espanhola, quiz sempre que lhe fornecesse.

Por dois meios, por duas tentativas, procurou a Prussia ter rei alemão em Espanha durante o seculo passado. A primeira foi quando induziu alguem a lembrar o nome de Fernando de Saxe-Coburgo para o trono da Espanha esfacelada pela republica; a segunda quando, mediante o visconde de Seissal, então

ministro de Portugal em Bruxelas, e mediante Oldoini, plenipotenciario de Italia em Lisboa, propozeram a Los Rios, embaixador de Espanha, e ao marquês de Nisa, seu amigo e auxiliar na empreza de mover o animo de D. Fernando a aceitar a corôa iberica, a candidatura do principe de Hohenzollern que, mais tarde havia de encontrar no deputado Salazar y Mazaredo um apostolo entusiasta [1].

Da primeira tentativa desembaraçou-se Fontes Pereira de Mello por meio de um estratagema ainda não suficientemente estudado em que entraram como comparsas interessantes figuras, vivas algumas ainda, mortas outras recentemente. A segunda, que poderia ter vingado se o general Prim a houvesse protegido, foi excelente ocasião que perdeu a Espanha de alcançar no mundo uma aliada poderosa de quem, auxiliando-a na guerra de 1870 contra a França, houvera conquistado a gratidão ao mesmo tempo que tinha um ensejo de recuperar o Rosellon e a Cerdaña, esses territorios catalães que hoje ainda a nação gaulesa contra todo o direito detem.

Mas nada se fez então e nada se fez depois. A influencia francêsa, actuando como narcotico, deteve o braço do heroe da batalha de Castillejos, e Prim, que a tudo se atrevia, não se atreveu a dar talvez um bom rei á sua patria e um derivativo ás paixões politicas, lançando suas tropas para além Pirineus. A mesma influencia, obrando como veneno, deteve a energia de Canovas e a sagacidade de Sagasta; e a Espanha, a pezar de ter em seu trono uma rainha regente austriaca, nunca fez mais do que *flirt* com a triplice aliança.

Esta indecisão custou-lhe todos os desastres de

[1] Emile Olivier: *L'Empire liberal*, tome XI.

Cuba e Filipinas; no dia do conflicto encontrou-se só, ou, o que é peor, com a Inglaterra a auxiliar eficazmente a America, e a França limitando-se a uma tão platonica como funesta intervenção.

E, hoje, sendo talvez muito tarde para retroceder, não o é para prever perigos e olhar com todo o interesse a acção germanica. Espanha não quiz a seu tempo a amisade alemã, é natural que, chegada a sua vez, a Alemanha não queira a amisade espanhola e, já que falhou certa entrevista realisada em Vigo, já que em Algeciras a Espanha esteve longe de estar ao lado da Alemanha, a Alemanha pode um dia apoiar a Euskaria, senhora do Cantabrico, e a Catalunha, rainha do Mediterraneo, e dar-se mais uma vez o que se deu nas Antilhas: criarem-se illusões fantasiosas nas imaginações populares, forjar-se uma agitação e inventar-se um separatismo como o cubano, um separatismo tão impossivel como funesto.

Illusões? Temores infundados?... Deus o permita! Negras são as nuvens que se encastelam no horisonte politico da Iberia; a imprudencia pode desencadear tempestades, e se bem essas tempestades, essas lutas, possam ser beneficas, se bem d'elas pode saír uma renovação frutuosa e até — como a ambição sonha — Portugal n'elas representar, mercê da aliança inglêsa, o papel de um Piemonte ou antes de uma Prussia na peninsula hispanica, nem taes cataclismos se desejam, nem taes horrores se não podem esconjurar.

Compreendem-no os governantes de Espanha? Não é possivel que assim não seja. Taes homens não podem desejar a guerra civil, não podem ambicionar o fraticidio. Procedendo como procedem inspiram-se unicamente n'um lamentavel empirismo que ha muitos seculos domina o governo de Madrid

e que vae para deante sem se preocupar, sem vêr as consequencias, sem atender ás repugnancias que por toda a parte a sua obra encontra, e nada mais.

Essas repugnancias os portuguêses devem-nas compreender bem. Aqueles que representam a independencia nacional tenazmente mantida, podem sentir quão grande é e deve ser o sentimento de revolta nas regiões hispanicas ante os que as ofendem em sua dignidade e querem entorpecer a sua vida e o seu progresso.

Um povo como o português que simbolisa, dentro do conjunto de nacionalidades ibericas, o regionalismo intransigente de quem, com a consciencia de seus direitos, se não quer deixar vencer, está em disposição de poder avaliar quão grande atentado á liberdade praticam aqueles que entregaram aos rigores da justiça marcial os que se excedem no amor pela sua *patria chica*, amor que constitue o germem mais fecundo da prosperidade das nações, que é origem do patriotismo — um dos sentimentos mais nobres que pode albergar peito humano.

Por isso este livro apela para a opinião livre de Portugal. Julgue ela do conflicto que se levanta entre o centralismo espanhol e as regiões mais prosperas da nação visinha, e, se rectamente julgar, se se recordar do que outr'ora fizeram seus avós, o apoio moral dos portuguêses não faltará aos catalães, valencianos, aragonêses, navarros, bascos, asturianos e galegos ora ameaçados por um despotismo cego e, portanto, feroz.

E... talvez que um dia esse apoio não seja inutil; talvez um dia estas frases não sejam palavras vãs.

FIM

NOTAS

PROLEGOMENOS

Nota I. Raça turaniana, sua prioridade na historia (pag. 41). — A raça turaniana está representada hoje na Asia ocidental e Europa oriental e meridional pelos Hungaros, Uralo-Altaicos, Turcomanos, Kalmuks, Kirghises e Euskaros ou Bascos; na Europa setentrional pelos Laponios, Delfineses (França-Delfinado), Filandezes e Estonios; no norte d'Africa, pelos Tunizianos, Tuaregs, Algerianos, Rifenhos e outros membros da familia berbère ao ocidente; pelos Coptos, e Felahs no Egipto e pelos Fulahs, Galas e Somalis no Nilo meridional; na America por quasi todos os *indios* ou descendentes dos primitivos habitantes que os europeus lá foram encontrar, desde os ferozes Peles Vermelhas do Canadá até os pacificos Guaranis brasilianos e, no Extremo Oriente, pelos Ainos, primevos do Japão, que hoje todavia constituem um grupo áparte, perfeitamente diferenciavel no seio da nação japonêsa.

Como fica dito no texto, esta raça procede da Asia central. Entrando na Europa e na Africa, por sucessivas invasões, nos tempos prehistoricos e historicos, aqui se estabeleceu chegando a um grau relativamente grande de civilisação e passando depois á America, na opinião de alguns autores, atravessando e ocupando a Atlantida cuja antiga existencia como continente ou arquipelago inter-oceanico, ligando o velho ao novo mundo, admitem — fundados na batimetria e nas analogias da flora e da fauna dos dois continentes africano e sul-americano —

verdadeiras autoridades como são Gaffaret [1], Zaborowski [2] e Elisée Reclus [3], ou, como querem outros, tomando o caminho do Oriente e invadindo a America pelo norte, como a existencia dos Ainos no arquipelago japonico parece comprovar.

De todos os modos, a esta raça se deve a espantosa civilisação egipcia que tão profunda admiração causa aos que, desde a maravilhosa decifração dos hieroglifos feita por Champollion, a estudam; a civilisação peruana e mexicana que tantas analogias e pontos de contacto teem, na opinião dos sabios, com a que resplandeceu sob o dominio dos Faraós; e, se são verdadeiras as hipoteses dos que, penosamente curvados sobre os caracteres cuneiformes, querem vêr, pelas suas analogias com o euskaro ou basco, na lingua de Accad um idioma do grupo turaniano, a esta raça se deveria tambem a misteriosa civilisação da Assiria e da Caldeia, assim como, na crença de alguns, fruto da sua atividade foi — se existiu — a magnificencia e poder dos habitantes d'aquela ilha Atlantida, onde, no dizer de Platão, «viviam reis celebres», «senhores da Libia até ao Egipto e da Europa até ao Thirreu» que «tinham fundado um imperio que abrangia toda a ilha e outras ilhas visinhas em grande quantidade, e até muitas partes do continente.»

Todos os povos hoje existentes da raça turaniana, a pezar da influencia arqui-secular dos diferentes meios onde tem habitado — que, como o provaram recentes observações feitas sobre o negro americano comparado com o africano, podem modificar notavelmente as mais inconfundiveis caracteristicas morfologicas — e a pezar dos cruzamentos muitas vezes impostos pela vida social, tem afinidades etnicas e filologicas que os destinguem, quaes são: a sua dolicocefalia craneana e a analogia de vocabulario ou das regras de construção gramatical dos idiomas d'aqueles que, em estado mais ou menos prospero, os conservam; o que, com exceção do grupo africano ocidental na sua quasi totalidade, com todos succede.

A sua dolicocefalia, a pezar das negativas de Broca, provam-na superabundantemente os antropologos que como

[1] Gaffaret, *Etudes des rapports entre l'Amérique et l'ancien continent.*
[2] Zaborowski, *Les mondes disparus.*
[3] Elisée Reclus, *Histoire de la terre.*

Retzués, Collignon e Deniker o afirmam baseando-se em observações proprias, depois de terem examinado milhares de craneos turanianos, ou fundando-se nas observações dos que o fizeram tanto na Europa, Asia e Africa, como na America. Quanto ás analogias dos idiomas turanianos entre si, são curiosissimos os trabalhos feitos até hoje, entre os quaes sobresaem, em primeiro lugar, a eruditissima *Mémoire sur la langue basque*, do illustre chefe dos regionalistas da Navarra e illustre escritor espanhol Arturo Compion, onde se compara a lingua *euskara* com os idiomas laponez, finez, hungaro e turco, e se propõe o problema — a que já nos referimos — da identidade da lingua de Accad com o basco, e, depois, a *Langue basque et langues finnoises* do Principe Luciano Bonaparte e o interessantissimo estudo *Des affinités de la langue basque avec les idiomes du Nouveau Monde*, cujos titulos claramente indicam o tema sobre que versam.

Que esta raça cuja unidade hoje já não é posta em duvida foi a primeira a habitar a Europa prova-se, á falta de documentos directos que ou não existem ou são indecifraveis: 1.º Porque estando de acordo todos os autores classicos — Herodoto, Aristoteles, Thucidides, Pausanias, Esquilo, Strabão, etc., — em reconhecer a primazia da ocupação dos pelasgos na Europa e sendo os pelasgos uma familia da raça turaniana da qual fazem parte tambem os iberos, esta afirmação dos antigos historiadores equivale á nossa; 2.º pela afirmação de Strabão e Pomponio Mela que nos dizem que os iberos já se encontravam na peninsula quando os outros invasores a ela vieram; 3.º pelo facto das linguas turanianas serem aglutinantes e ser sabido que as linguas de flexão são de formação posterior áquelas; 4.º pelas observações feitas sobre os craneos do periodo neolitico em Espanha, Portugal, Italia e Grecia e da edade dos metaes no norte da Europa que provam ter uma grande raça habitado o nosso continente antes da invasão ariana e que essa raça tinha os caracteres antropologicos dos turanianos; 5.º porque o *etrusco*, lingua primitiva dos habitantes da Italia, cujos caracteres foram decifrados por Campbell, pertencia, segundo afirma este erudito filologo, ao ramo turaniano.

Todas estas razões, militando a favor de tal tese, parecem-nos serem suficientes para os estudiosos, a quem o problema da antiguidade ocidental preocupa, possam, ainda quando não disponham dos recursos com que contam os investigadores das civilisações da India, da Assiria e do Egipto e outras onde os testemunhos escritos não

faltam, dar como certo o que aos nimiamente incredulos parece muito arrojado.

De resto o papel historico representado por esta raça na historia da peninsula não está revestido de grande importancia actual. Nomes geograficos como *Oloron*, *Alava*, *Beturia* e alguns apelidos espanhoes ou portuguêses como *Arriaga* (de *arri*, pedra, e *aga*, entre) devem-lhe a origem, mas a sua influencia nos modernos idiomas peninsulares é insignificante. Em português só nas palavras *ama* (do euskaro *amá*, mãe), *aprisco* (do latim *apriscus* ou do euskaro *abere* ou *apere*, gado, rebanho), *cartola* (do eusk. *cartolac*), *aio e aia* (do eusk. *aita*, pae), *goia* (do eusk. *boilla*, redondo), *esquerdo* (do latim *scaevus* ou do euk. *ezquerrá*), *laia* (do eusk. *laia*, pá ou o que n'ela pode ser contido), *picoa* (do eusk. *lapicua*, panela), *risco* no sentido de «perigo» (do vasc. *arrisco*, pedregoso) e *zorra* (do eusk. *azari*, raposa), se pode — salvo o melhor parecer de filologos autorisados — vêr uma origem turaniana.

Nota II. Origem oriental do uso dos metaes (pag. 43). — Ainda quando nos falte em absoluto autoridade para emitir uma opinião sobre este assunto, julgamos mais provavel a segunda versão que damos no texto.

Deniker para fundamentar a primeira e sustentar a tese de que, habitando uma região riquissima em minas, é de supor que os iberos, *motu proprio*, empregassem os metaes, argumenta dizendo que «a falta absoluta de objectos orientaes, por exemplo, cilindros assirios ou egipcios entre o que se tem encontrado da edade do bronze na Europa, milita em favor da nova teoria, que sustentam sobretudo Salomon Reinach, na França, e Much, na Austria», isto é, de que o uso dos metaes não foi importado do Oriente.

Parece-nos forçada a consequencia. A falta de objectos orientaes pode apenas provar que, sendo importados em pequeno numero, os arqueologos ainda não tiveram a sorte de os encontrar, porque, de resto, o importar um uso ou costume não sinifica, precisamente, importar objectos.

Os iberos podiam ter importado o uso dos metaes, isto é: seguir o exemplo dos povos do Oriente que os usavam, sem trazer para o Ocidente os cilindros assirios e as figuras egipcias.

Não faltam argumentos a favor do que afirmamos. Os

turanianos que povoaram o Ocidente não vieram d'uma só vez; vieram em invasões sucessivas que podem ter durado desde a primeira, no periodo paleolitico, até os tempos proto-historicos. O crescimento sempre constante das suas tribus, causa generica de todas as migrações, que os levou a emigrar a primeira vez e a tomar o caminho do ocidente, agravada com o decorrer dos lustros e dos seculos, é natural que obrigasse os asiaticos, de geração para geração, a ir para onde outros os tinham precedido. Não foi assim que se deu a invasão ariana?

Ora, sendo assim, que dificuldade ha em aceitar que os ultimos emigrantes, passando pelo Egipto onde já brilhava uma civilisação pelos iberos nunca atingida, ou pela Assiria, aprendessem lá o uso dos metaes — se é que já o não traziam da Asia Central — e, atravessando a Africa, viessem estabelecer-se, como querem alguns arqueologos, no sul da Espanha, lugar apropriado para o exercicio da sua industria metalurgica?

Certo é que, depois das suas emigrações para o ocidente, os turanianos do nucleo central podiam ter ido para o Oriente. Parece mesmo que foram, pois, como faz notar Mr. Chamberlain, professor da Universidade de Tokio, nos seus estudos dispersos sobre o Japão, e Rosny nas suas *Questions d'Archéologie Japonaise*, os ainos, primitivos habitantes d'aquele arquipelago antes da invasão mongolica, têm todos os caracteres da raça turaniana, assim como a sua lingua que deu origem, ou entrou na formação do actual japonês, tem todas as caracteristicas dos idiomas turanianos actualmente conhecidos; mas, tal facto prova que a Europa só fosse uma vez invadida pelos homens que primeiramente a povoaram?

De resto, d'estas invasões sucessivas dos que, saindo do primitivo foco, se dirigiam para o ocidente, ficaram vestigios no itinerario.

Nas regiões uralo-altaicas, sobretudo, como refere Chaho [1], ha provas de grande peso que demonstram as intimas relações existentes entre os primitivos habitantes d'aquelas regiões, principalmente da provincia armeniana chamada *Iber*, abundante em minas de toda a especie, com os primeiros povoadores da Iberia, representados hoje pelos *Euskaros* ou *Bascos*.

---

[1] Chaho, *Etudes grammaticales sur la langue Euskarienne.*

Nota III. Monumentos e fontes historicas (pag. 44). — Para o estudo d'esta epoca, alem do que indiretamente possam ensinar as excavações, é necessario recorrer ao testemunho dos classicos, pois os monumentos escritos de tal epoca são poucos e esses mesmos indecifrados.

Desde o seculo XV que a decifração das inscrições e epigrafes das antigas moedas ibericas encontradas nas excavações preocupa os antiquarios, ainda quando, por muito tempo, se não destinguissem as *ibericas*, propriamente ditas, das fenicias, celtibericas e romanas que com elas apareciam.

Fulvio Urfino no seu livro: *Familia Romana, quae reperiuntur in antiquis numismatibus*, publicado em Roma em 1577, e Abrahão Gorles no seu estudo *Thesaurus numismatum Romanorum*, publicado em Amsterdam em 1608, ocupando-se das antigas moedas ibericas e celtibericas considera-as como romanas da mais alta antiguidade, coisa que, ainda quando tenha feito rir os arqueologos do seculo XVIII, não deixa de ter o seu fundo de verdade, sobretudo desde que se fizeram notar as afinidades do etrusco com a antiga lingua iberica representada hoje pelo Euskaro.

Olao Uvormio, Olao Rudbekio e Ezequiel Spanhemio, vivendo e publicando os seus trabalhos, *Danica literatura antiqua, Atlantica* e *De praestantia, ad usu numismatum*, em meados do seculo XVII, foram menos felizes porque atribuiram a taes moedas uma origem runa ou gotica.

Só D. Vicente Juan de Lustanosa, Senhor de Figaruelas, que publicou em 1645 a reprodução de uma coleção de moedas celtibericas e turdetanas que possuia, e o Padre Paulo Albiniano de Rajas, da Companhia de Jesus, e o Dr. João Francisco André Uztarroz nos comentarios que fazem a esta coleção, assim como o erudito autor da *España primitiva*, D. Francisco de la Huerta, foram os primeiros em dizer que os caracteres que, ainda hoje tanto desesperam os historiadores, deviam de ser espanhoes primitivos, visto que, como se expressam os comentaristas á coleção de Lustanosa, «ni son Latinos, ni Griegos, ni Syriacos, ni Hebreos, ni de otra lengua, ó Nacion, de que hai memoria: ni se hallan en Monumento alguno de la antiguedad, ni son de alguna de las Naciones, que entraron á poblar á España».

Depois d'estes autores, Francisco Fabro n'uma dissertação manuscrita que se encontra na Biblioteca de Madrid, o Marquez de la Aula em cartas escritas em 1623 a Rodrigo Caro, Mahudel na sua *Dissertation historique sur les Monnoyes antiques d'Espagne* editada em Paris em 1725, a Real Academia Espanhola na sua primeira edição da *Ortografia*

española, Manuel Marti n'algumas cartas publicadas em 1734 por D. Gregorio Mayans na coleção de *Cartas morales, Militares, Civiles y Literarias de varios Autores Españoles* [1], Jacob Bary, consul de Holanda em Sevilha, em cartas escritas a Adriano Relando e a Cristiano Liebe e por eles publicadas na *Palestina Antiquiis monumentis illustrata* (Batavia 1714) e na *Gotha nummaria sistens thesauri Fridericiani numismata antiqua, aurea, argentea, area* (Amsterdam 1730), Bernardo José Aldrete nas *Antiguedades de España y Africa*, Jacob Rheuferd, professor da Universidade de Oxford, nas *Observações* publicadas por Le Clerck na *Bibliotheca Selecta* (Amsterdam 1707) e Luiz José Velazques no *Ensayo sobre los alphabetos de las letras desconocidas que se encuentra en las mas antiguas Medallas y Monumentos de España* que viu a luz em Madrid em 1752, todos trabalharam durante o seculo XVIII, para a resolução do problema que as chamadas *letras desconocidas* representam, mas, ainda quando, como o ultimo autor citado, se fatigassem na esteril comparação dos caractéres ibericos com os alfabetos grego vulgar e primitivo, etrusco, (tal como eles o imaginavam n'aquela epoca) arcadico, pelasgico, antigo latino, gotico, runico, fenicio e samaritano (como o interpretavam o Padre Montfaucon na *Palaeographia Graeca* e Eduardo Bernard na obra de Spanhemio *De praest. ad usu numismatum* antes citada), siriaco, caldeo e hebreu, nada conseguiram e nada lhes foi possivel adiantar.

Não foram tambem mais felizes os numismatas do seculo XIX e ainda quando alguns, como Sayce no seu trabalho *The Karian Inscriptions* (Londres 1873), tenham alvitrado hipoteses tendentes mais ou menos a afirmar uma genese para as letras ibericas, improdutivo tem sido os trabalhos dos Borich, dos Heiss, dos Barry e de tantos outros que dedicaram a vida ao estudo d'esta materia.

As moedas e inscrições ibericas continuam indecifradas.

---

[1] Este investigador, D. Manuel Marti, Deão da Catedral de Alicante, desistiu dos trabalhos de decifração, segundo declara n'uma das suas *Epistolas Latinas*, atemorisado por uma visão espantosa que lhe apareceu quando, depois de muitos dias e noutes de estudo, se julgava ja apto para poder compreender os caracteres desconhecidos das moedas turdetanas.

Nota IV. Origens etnicas dos fenicios (pag. 45). — A origem mixta dos fenicios foi conhecida ou suspeitada por S. Jeronimo que nos seus comentarios á tradução latina da Biblia diz que a lingua fenicia se deve colocar entre o egipcio e o hebraico; isto é: entre um idioma essencialmente turaniano e outro essencialmente semita.

Este facto a que aludimos no texto e que o alto espirito do solitario da gruta de Bethlem mostrou, está confirmado hoje pelos trabalhos dos filologos que do fenicio se ocuparam e pelas investigações arqueologicas feitas nas ruinas de Gebal, Arad, Sidon e Tiro que demonstram, nas tres primeiras, a influencia arquitetonica, essencialmente turaniana, dos pelasgos e, na ultima, o caracteristico cunho semita.

Como a ocupação da Asia Menor pelos semitas, a que desenvolvidamente se refere o primeiro livro do Pentateuco, se realisou nos fins do periodo neolitico, n'esta epoca deve ter sido levada a efeito igualmente a fusão dos novos invasores com os antigos habitantes da terra de Kanaan que deu lugar á formação da nacionalidade *Kanaanea* a quem os escritores gregos chamaram depois *fenicia*.

Antes d'ela, os filhos de Cham, ou turanianos, de quem fala o Genesis (cap. x) habitavam, como diz a narração biblica, o termo compreendido «desde Sidon, indo a Gerar, até Gaza, e indo a Sodoma, Gomorra, Adama e Zeboim, até Lasa» e ali desenvolviam a sua civilisação primitiva em tudo semelhante á dos seus irmãos da Africa e Europa e tão importante que, como se indica no texto e é opinião de Ott, a ela se devem os fundamentos do grande imperio Babilonico e a invenção da escritura cuneiforme usada pelos povos da Siria e da Caldeia.

Depois da invasão semita que se deu, segundo os calculos mais acceitaveis, dois mil e tresentos annos antes da nossa era [1], foram fundadas as cidades de Gebal — reputada a mais antiga do mundo — Biblos, Arad, e Sidon, cuja hegemonia sobre todas as outras estava no seu apogeo, pois á sua opulencia se referem os Livros Sagrados, quando

[1] Veja-se: Jules Oppert, *Histoire des Empires de Chaldée et d'Assyrie*.

os hebreus (mil e seiscentos annos antes de Jesu Cristo) empreenderam a conquista da Palestina [1].

Desde os tempos mais remotos a opulencia fenicia foi proverbial e despertou a cubiça dos seus visinhos mais proximos. Os egipcios invadiram e escravisaram no seculo XVIII (antes J. C.) os povos de Kanaan e de Assur, e, sob Belocus I, monarca da Assiria, ou mesmo antes, durante a ultima das tres dinastias post-diluvianas [2], isto é de 1560 a 1320 antes da nossa era, os senhores de Ninive foram-no tambem de todas as cidades fenicias, com exceção de Tiro — fundado no dizer dos orientalistas, 2750 annos antes J. C. — que, pela sua posição insular, se conservou livre do jugo estrangeiro até que Salnassar (747 ant. J. C.), primeiro, e Nabuconodosor (586 idem), depois, lhe impuzeram a sua aliança.

Nota VI. **Os celtas e o duelo** (pag. 55). — A legislação irlandeza — essencialmente celta — teve sempre, enquanto existiu, isto é: até o seculo XVII, o combate singular como meio de prova. A sancção penal era para os delitos contra a autoridade e as leis, quando se tratava de um litigio entre cidadãos o duelo era o unico recurso para mostrar quem tinha razão. O juiz era um mestre de campo.

Quando se tratava de mulheres, estas escolhiam o seu campeão; se uma dama o não tinha, a injustiça da sua causa era manifesta.

Claro está que esta segunda disposição do codigo gaelico é posterior ao cristianismo. No tempo a que nos referimos no texto era impossivel haver litigios em que como parte activa interviesse uma mulher, visto que, entre os celtas como entre todos os povos antigos, a companheira do homem não tinha personalidade juridica.

Este direito a que podemos chamar *celta* é, como poderão notar os leitores, o que predominou durante a Idade Media em toda a Europa. Esplica-se este facto pela comunidade de raça que liga celtas e germanos e porque a raça

---

[1] *Genesis*, cap. X, vers. 15, e *Reis*, liv. I, cap. V, vers. 15 a 32, e cap. VII e IX, versiculos 13 a 46 a 10 a 14 e 26 a 29 respectivamente.

[2] Jules Oppert, *Loc. cit.*, pag. 54.

aria, conquistadora do mundo, sempre se distinguiu, enquanto o cristianismo não influiu sobre a sua maneira de ser, pela dureza de costumes e mascula energia de quem tem de abrir com a espada o caminho para a sua marcha triunfal.

Nota VII. Influencia celtica nos idiomas peninsulares (pag. 58). — Embora o patriarca de Lisboa, D. Fr. Francisco de S. Luiz tenha pretendido demonstrar, em extensa Memoria, a origem celtica da lingua portuguêsa, tal opinião, desacreditada logo de principio, não chegou a ter adeptos. Isto não impede que muitos nomes geograficos e algumas palavras tenham tal origem.

Em castelhano especialmente a influencia celtica deixa-se vêr em bastantes termos. A seguir damos uma lista das palavras que podemos encontrar no Dicionario da Academia Espanhola, e cuja origem não deixa duvida; algumas d'elas [1] são tambem portuguêsas ou muito semelhantes ao português.

Abanto, especie de abutre — em gaël: *fang* ou *faing* = abutre.
Abra, enseada — do celta: *aber* = porto.
Abrojo, abrolho — em bretão: *brog* = brotar, crescer.
Afan, azafama — do celta: *afan* = angustia.
Aguinaldo, gorgeta que se dá pelo anno-novo — do celta: *eguinand*, com a mesma sinificação.
Alcornoque, sobreiro — do celta: *cran-airke* = arvore da cortiça.
Argoma, flor campestre — do celta: *arga* = bosque.
Arnés, arnez — do celta: *iarn* = ferro.
Bacin, bacia — do celta: *bac* = cavidade.
Bache, pocilga — em bretão: *bac'h*, com a mesma sinificação.
Bacallar, homem rustico — do celta: *bach* = servo, criado.
Badomia, estupidez — » *bad* = tolo.
Baga, corda de atarv olumes — » *bag* = carga.
Bagaje, bagagem — » » »

---

[1] 32 entre 66.

Barato, barato	— do celta : *barad* = engano.
Barbacana, barbacã	— » *bar* = diante, e *bacha* = fechar.
Bardo, bardo	— do celta : *bardd* = poeta.
Baron, barão	— » *baran* ou *barun* = homem poderoso.
Barra, barra	— do celta : *barr* = ramo, peça de metal.
Barro, barro	— do celta : *bau*, com a mesma sinificação.
Baruca, engano	— do celta: *barad* = engano.
Barnacla, pato marinho	— em irlandez : *barnacle* = marisco.
Becada, especie de perdiz	— do celta : *bec* = bico de ave.
Bergante, birbante	— » *brigand* = ladrão, salteador.
Bocel, tumor	— do celta : *boc* = tumor.
Borona, boroa	— » *bron* ou *bara* = pão.
Bota, bota	— » *bot* = calçado.
Braña, junco	— » *broenn* = junco.
Bren, farelo	— » *brenn* = farelo.
Breña, brenha	— » *bern* = tumulo.
Brizna, coisa miuda	— » *brienen* = coisa miuda.
Buco, bode	— » *boc*, com a mesma sinificação.
Bugada, barrela	— do celta : *buga* = apertar.
Burgas, caldas	— » *bern* = quente, termal.
Cabaña, cabana	— » *caban*, com a mesma sinificação.
Camelo, lisongeiro	— do celta : *camhail* = amigo.
Cocho, porco	— » *huvch* = porco.
Dolmen, dolmen	— em gaël : *tolmen*, com a mesma sinificação.
Duendo, domesticado	— do celta : *doncet* = familiar.
Esparavan, gaivão	— » *sparr* = garra.
Esparavel, rede para pescar	— » *sparfel*, com a mesma sinificação.
Gafa, gancho	— do celta : *gaf* = gancho [1].
Gafo, gafo	— » » »

---

[1] Em portuguê̂s a palavra *garfo* procede da mesma origem.

Galerna [1], vento do noroeste	— em bretão: *gwalern*, de *gwal* = má e *arne* = tempestade.
Galga, penedo que da montanha cae para o valle	— do celta: *cal* ou *gal* = pedra [2].
Galleta, galheta, bolacha	— » *kalet* = duro.
Garzon, rapaz	— em bretão: *gwaz* = rapaz.
Jalon, estaca	— » *gwalen*, com a mesma sinificação.
Jarrete, jarrete	— do celta: *gar* = perna.
Jigote, gigote	— em gaël: *gigawg* — que tem muita carne.
Malvis, tordo	— do celta: *milfid*, com a mesma sinificação.
Maragato, nome dado a certos homens da provincia de Leão	— do celta: *marc'hekaat*, cavalgar, de *marc'h*, cavalo.
Mena, mena	— do celta: *men* = pedra.
Modorra, monte isolado, colina conica	— » *mod*, com a mesma sinificação.
Morcon, porco	— do celta: *morc* = porco.
Mota, mota	— em gaël: *mota*, com a mesma sinificação.
Murceo, toucinho	— do celta: *morc* = porco.
Parra, parra	— » *bar* = ramo.
Peña, penha	— » *penu* = cabeça.
Pico, bico	— » *pik* ou *bec*, com a mesma sinificação.
Pipa, pipa	— em gaël: *pib* = idem.
Roca, rocha	— » *roc* = idem.
Taco, taco	— do celta: *tac* = prego.
Tacha, tacha	— » » »
Toca, toca	— » *toc* = chapeu.
Totovia, cotovia	— em bretão: *kodioc'h*, com a mesma sinificação.

[1] Na costa do Cantabrico e da Galiza é onde este vento, produsindo desastrosos resultados, chegou a ter um nome proprio; na costa bretã a mesma causa deu o mesmo resultado; de todos os modos não deixa de ser curiosa a semelhança das duas palavras, de resto explicavel pela unidade etnica da população galaica e dos povos da Armorica, Paiz de Gales e Irlanda.

[2] Em português chama-se tambem *galga* á pedra do moinho ou d'um lagar, e na provincia de Traz-os-Montes (Candido de Figueiredo, *Dicc. port.*) tem esta palavra a mesma sinificação que em castelhano.

Nota VIII. — **Nomes geograficos de origem celtica (pag. 59).** — Segundo a autorisada opinião de D'Arbois de Jubainville [1], dividida a peninsula entre os celtas e os celtiberos, correspondiam a cada um d'estes grupos as seguintes povoações, algumas das quaes ainda hoje subsistem com o nome um pouco modificado ou com nome diferente.

Aos celtas ou *celtici* do sul: *Nertobriga* (castelo da força) hoje Frejenal de la Sierra; *Turobriga* (castelo de Turos [2]); *Aruci*, hoje Aroche; *Seria*, a actual Moura; *Curiga* ou seja Monasterio, na Extremadura espanhola; *Vama* que hoje se chama Salvatierra de los Barros; *Conistorgis* ou Alcoutim e, segundo diz Strabão, *Pax Augusta*, hoje Evora; *Lacobriga* que corresponde a Lagos, *Mirobriga* que corresponde a S. Tiago de Cacem e *Arcobriga* e *Meribriga* que hoje não existem.

Cetobriga, a moderna vila de Setubal, ainda quando Ptolomeu a não mencione entre as povoações celtas tem um nome celta.

Aos *lusitanos* e aos *vetões*, embora turanianos, correspondem as seguintes terras cujo nome é de origem celtica: *Arabriga* (Alemquer), *Talabriga* (Souza), *Cottaeobriga* e *Decbriga* que não tem uma relação conhecida com qualquer povoação moderna.

Aos celtas do norte, ancestres dos transmontanos e galegos, pertenciam, no extremo meridional do seu territorio: *Caladunum*, *Nemetobriga*, *Calubriga* e *Brigantia*. A primeira parece ser Cala, perto de Mont'Alegre, no districto de Vila Real; a segunda, cujo nome sinifica «Castelo do Templo», é hoje Puebla de Tribes, na provincia de Orence; a terceira corresponde a La Rua em Valdeorras; e a ultima, cujo nome quasi se não modificou, é a moderna Bragança.

Ao norte do Minho os celtas estendiam seu dominio pelos territorios que formam o que hoje se chama a Galiza, habitando-a até o promontorio *Nerios* ou cabo *Finisterre*. Ali haviam fundado: *Neri*; *Tamaris* que hoje se chama Tambre; *Novion*, modernamente Noya, e uma *Brigantia* que, sem ser a de mais ao sul, tanto pode ser Betanzos como Corunha. *Abobrica*, em quem alguns, com justificadas razões, querem ver a linda Bayona, entre Vigo e La Guardia, per-

---

[1] *Revue Celtique*, vol. XV.
[2] Rei dos celtas, aliado dos romanos.

tencia tambem a estes povos a quem Plinio chama *Arrotrebae* e Pomponio Mela *Artabri*.

Estabelecidos mais para o oriente, como no texto foi dito, os celtiberos tinham dado nome a *Uxama* (Osma, na provincia de Alava); *Deobriga* (Miranda del Ebro); *Vindeleia* (Pancorvo); *Segisamonculum* (Sasamon, ao norte de Burgos); *Juliobriga* (Reinosa); *Nertobriga* (Almunia de D ña Godina); *Bibilis* (perto de Culatayud) patria do poeta Marcial; *Attacum* (Ateca); *Arcobriga* (na provincia de Soria); *Caesada* (Hita); *Ergavica* (na provincia de Cuenca); *Consabrum* (Consuegra), perto de Madrid; *Segovia* (cujo nome se não modificou); *Contebria* (Albarracin); *Segobriga* (Segorbe); *Laxta* (Iniesta); *Segontia* (Sigüenza); *Caesar-Augusta* (Saragoça) e *Numancia* que foi destruida por Scipião Aemiliano no anno 133 antes da nossa era.

Nota IX. **Os turanianos e semitas no norte de Africa** (pag. 60). — O elemento semita das povoações maometanas da Tunisia, Algeria e Marrocos: os *mouros*, a quem a acção dos seculos não conseguiu confundir com as tribus berberescas que os haviam precedido na ocupação d'aqueles territorios, são os representantes hodiernos dos heteos, amoreos, heveos e jebuseos a quem o caudilho de Israel expulsou dos territorios que ocupavam e obrigou a emigrar para o ocidente. Contudo, nem todos estes povos pertenciam á raça semita, alguns, como os regidos por Og, rei de Bazan, de quem diz a Biblia «que *era do resto dos gigantes* e habitava em Astharoth e em Edrei» [1] eram da raça dos primeiros conquistadores do mundo, mas a maioria era semita, porque este elemento etnico tinha assimilado o turaniano e só por exceção — que os hebreos fazem notar — é que uma ou outra fracção ou tribu conservava a pureza de raça primitiva.

Nota X. **O Cristianismo e a critica alemã** (pag. 85). — Ainda quando uma determinada escola historica haja tentado desvirtuar a benefica influencia que o cristianismo produziu no progresso moral e material da humanidade, e, obe-

---

[1] Josué, cap. XII, vers. 4.

lecendo a correntes cezaristas, haja, na Alemanha sobretudo, procurado enaltecer o paganismo e tentado fazer vêr que a obra da civilisação cristã constituiu um verdadeiro retrocesso, taes paradoxos não têm tido mais acceitação que a prestada por aquelas inteligencias que, na ancia de se singularisar, seriam capases de fazer suas as mais extraordinarias afirmações, as mais imprevistas negativas.

O mundo moderno baseado no Evangelho e que, não obstante a obra demolidora dos seculos XVIII e XIX, pode renegar o dogma, mas não apostatar do espirito cristão; o mundo moderno que sabe que ao Evangelho é devida esta ampla maneira de ser democratica de que gosa e que constitue a gloria de que mais se ufana; o mundo moderno, enfim, que até nos seus exageros a favor de uma igualdade absoluta não faz outra coisa que querer levar a um extremo absolutamente irrealisavel os germens que o cristianismo depositou em seu seio, não pode deixar de sentir visivel repugnancia ante uma doutrina defensora do retorno a uma idade que, por vistosas que sejam as purpuras que a engarridam, por grandiosa que ante nossos olhos se apresente aureolada pela magestade imperial dos Cezares triunfadores, não pode ocultar as terriveis chagas que Tacito e Juvenal, os Padres da Igreja e os impudicos satiricos menores nos fazem conhecer e que, por felicidade, o cristianismo curou.

Por isso, apezar da grande erudição, extraordinaria audacia, superior inteligencia de Nietzsche; apezar dos singulares atrativos que para os poderosos e dominadores do nosso tempo deve ter uma filosofia que, desfazendo escrupulos humanitaristas e justificando violencias, tão em harmonia se encontra com a mentalidade hodierna dos grandes lutadores da vida que, esmagando corpos, se elevam aos pinaculos da sociedade; o neo-paganismo não tem encontrado, nem pode encontrar, acceitação.

Na poesia, cantando na lira de modernos poetas francezes, discipulos de Chenier; falando pela penna de novelistas habeis que, agitando ante o publico a miragem do helenismo, o sedusem com o espetaculo da belesa classica, taes doutrinas podem recrutar proselitos; dada a desmoralisação da nossa sociedade que anciosa de prazer não o julga comprar caro mesmo á custa do aviltamento, podem até os costumes da Grecia e de Roma encontrar admiradores e o mundo escutar sem repugnancia a voz de um Oscar Wilde; mas, quando d'este terreno se quer passar ao politico, quando *Zarathustra* quer fundar um codigo baseado sobre a crueldade e apresenta como modelo o ser inexoravel, «alma de

lobo» como diz Sienkervirtz [1], senhor romano inaccessivel á compaixão, insensivel ás dores do proximo, então não são só os cristãos os que protestam, são os homens de todas as escolas democraticas, os que sofrem, os que padecem e que no triunfo de taes ideias vêem, muito justamente, a renascença da escravidão para sempre abolida.

Aos homens de presa, aos potentados sedusi-los-a quem, para adular seus instinctos de dominio, faz sem restrições a apologia do triunfo dos fortes sobre os fracos, sem que um pouco de compaixão se venha interpôr entre a espada do vencedor e o peito do vencido, mas, a maior parte dos seres civilisados, aqueles a quem vinte seculos de educação cristã deram a consciencia da propria dignidade, não podem deixar de indignar-se ante quem chama *moral de decadencia* o que é, e sempre foi considerado como a unica moral possivel, a que, pondo o summo bem como objecto das aspirações, não condena a energia e o valor, mas apenas lhe arranca a rudesa de que a rodearam os antigos, aqueles que julgaram que para tornar os homens valentes era necessario arrancar-lhes toda a esperança fazendo ressoar a seus ouvidos o fatidico: *ai dos vencidos!*

O cristianismo vindo, como reacção necessaria, dizer a homens orgulhosos e vingativos que quem é esbofeteado na face direita deve tambem oferecer a esquerda; afirmando áquele a quem tiram a capa que deve tambem dar a tunica; poude parecer, como quer o autor do *Crepusculo dos Idolos* [2], uma moral de fracos; mas, quem assim pense, ou não vê ou não quer ver, á parte de que nunca o homem se mostra tão energico como quando se vence a si mesmo, que, dada a indomabilidade da alma humana, dada a ferocidade dos homens a quem Jesus se dirigia, taes palavras eram necessarias — como necessario é que haja quem as pratique — se não como mandato imperativo, como conselho para quem ambiciona a perfeição; se não como formula de virtudes coletivas, como esquema de virtudes individuaes [3] que, com tal caracter, influem sobre a sociedade não para a levar a pratica-las — o que seria desejavel e é praticamente impossivel — mas como exemplo que, ainda quando não imitado

---

[1] *Quo Vadis?* cap. XXIX.

[2] Frederico Nietzsche.

[3] O proprio Nietzsche o reconhece: Vide *Ensaio de uma transmutação de todos os valores,* liv. II — §. 145.

em absoluto, sempre serve para suavisar as asperesas nas relações entre os homens.

O cristianismo não veio pois condenar o valor — quem o teve mais que os seus paladinos? — não veio relaxar os laços da disciplina — como o poderia fazer se o preceito de respeitar os superiores é n'ele ineludivel? limitou-se a fazer que depois da batalha, já que elas se dão, se não matassem os feridos; que os prisioneiros não fossem passados a fio de espada; que a autoridade sentisse limites que até ali não conhecera nem respeitára, e que os poderosos soubessem que coisas ha tã sagradas que não é possivel a mãos humanas — por soberanas que sejam — o tocar-lhes sem crime.

Fez o cristianismo compreender ao mundo que não é licito o prazer que se baseia sobre o sofrimento d'outros, legitimo o poder que se funda sobre a iniquidade, justo o acto que tem por alicerce a violencia e a injustiça, e, tudo isto, longe de constituir uma moral de fracos, parece-nos uma moral disciplinadora, uma moral de fortes, uma moral de progresso. Deixa de ser esforçado o lutador que poupa o vencido? É cobarde a força que se põe ao serviço do inerme? É ignobil o vencedor que não abusa da victoria?

A cavaleirosidade, essa maneira de ser nobre, generosa, arrogante que como aureola de luz rodeia o tipo perfeito do paladino cristão, não foi conhecida d'esse mundo antigo que se admirava com grande espanto ante Scipião Emiliano respeitando a honra d'uma princesa que a sorte das armas tinha feito sua prisioneira, mas colocados entre Julio Cezar e o *Chevalier sans peur et sans reproche*, entre Scipião Africano e o *Cid*, entre os que exterminam os inimigos e os que os combatem com lealdade e os poupam com nobreza, quem hesitará?

Os que, ao lado de Nietzsche, formulam a filosofia da vontade e se curvam ante a manifestação de um carater energico, onde procuram essa energia e essa vontade se a não vêem na obra do catolicismo, esse grandioso corpo de doutrinas formado para a pratica dos preceitos evangelicos?

De resto, pelos efeitos se julgue. Vejam-se que resultados produziu a acção do cristianismo sobre todos os povos europeus e singularmente sobre os povos hispanicos; examine-se como essa religião prégada e propagada por semitas, impregnada de tradições judaicas, se adapta, ao pôr-se em contato com a raça ariaca, a toda a sua modalidade idiosincratica, se confunde com a sua maneira de

ser, de tal modo que, fazendo esquecer o velho atavismo romano, dá lugar a que as mais gloriosas tradições de cada povo a ele estejam ligadas e que na Espanha, muito especialmente, seja impossivel separar o ser catolico do ser nacional.

Nota XI. Unificação da legislação visigotica (pag. 99). — Até que se estabeleceu a unidade religiosa na peninsula, os povos hispanicos não estiveram sob uma mesma lei.

Durante os primeiros annos da dominação goda, não tendo este povo leis escritas e regendo-se pelos singelos principios do seu direito consuetudinario, a população hispano-romano continuou a estar submetida á legislação classica. Os dominadores respeitavam por esta fórma um uso da epoca: a *personalidade das leis,* costume que exigia que cada individuo fosse julgado não pelas leis do paiz em que se encontrava, mas d'aquele de que era originario.

Os conquistadores, não alterando o estabelecido, limitaram-se a tirar aos povos vencidos os seus magistrados, substituindo-os por homens da sua raça, encarregados de administrar justiça tanto aos godos como aos hispanos. Para facilitar a tarefa quanto a estes, Alarico II teve o cuidado de mandar recompilar as leis romanas para por elas se guiarem nas suas relações com a população hispanica. Este trabalho está conservado na *Lex romana visigothorum,* mais conhecida pelo nome de *Breviarium Alarici,* que, compreendendo, na parte reservada ás *leges,* as constituições do codigo teodosiano e as *novelas* teodosianas e post-teodosianas, e, na reservada ao *jus,* as instituições de Gaio e sentenças de Paulo, extratos do codigo gregoriano e hermogeniano e um framento do primeiro livro das *Responsas* de Papiniano, constituiu durante seculos o maior dos monumentos sobreviventes da civilisação classica.

Quanto aos godos em si, postos em contato com uma cultura superior, depressa tiveram de modificar os seus costumes com força de lei. A primeira inovação consistiu em estender a acção das leis até ao castigo dos crimes cometidos contra particulares, em lugar de se limitar a punir unicamente aqueles em que o Estado era lesado. O duelo privado, a que chamavam *weryeld,* unica formula que, como vimos ao tratar dos celtas, os arias do ramo pamiro-europeu estabelecidos no norte da Europa tinham concebido para resolver os conflitos individuaes, foi substituido pelas in-

lemnisações pecuniarias. Reforma importantissima que, como faz notar Maetterlink [1], garantia á raça a posse dos seus elementos mais valiosos, esta inovação poz termo á existencia do direito consuetudinario. Era necessario fixar as multas que correspondiam a cada crime ou delicto e isto só as leis escritas o podiam fazer. Eurico foi aquele rei em cujo reinado, como diz St. Izidoro de Sevilha [2], *Gothi legum statuta in scriptis habere caeperunt*, cabendo-lhe a ele a honra de ter promulgado as primeiras leis e a seu filho Alarico II, o recompilador das leis romanas, como provou Alexandre Herculano [3], contra a opinião de Lardizabal, o de as haver reunido n'essa recompilação de que só um fragmento — o palimpsesto da Corbie — nos resta.

Por estas duas legislações, a romana e a gotica, se foram regendo os subditos dos descendentes de Alarico até que, unidos na mesma fé e fundidas, em consequencia, as duas raças, uma só lei poude ser promulgada para todos. Foi essa a obra do codigo de Receswintho primeiro e do *Fuero Juzgo* depois.

Nota XII. Intervenção pontificia nos negocios temporaes (pag. 106). — A quasi total bancarrota dos planos de arbitragem internacional modernamente por todos presenciada, demonstra sem comentarios quanto teriam os povos a ganhar se, unidos n'uma mesma comunhão de crenças, podessem obedecer a uma só cabeça, a um chefe espiritual por todos acatado e cuja autoridade, baseada no consentimento unanime de todos os subditos, fosse, qual a dos Papas durante a Idade Media, uma verdadeira e poderosa força moral superior a todas as forças materiaes.

As nações da Europa e da America reunidas em congressos para instituir um tribunal internacional como o de Haya, não poderam conseguir obter para essa instituição uma autoridade efectiva; os povos medievaes tinham na Santa Sé esse mesmo tribunal, exercendo a sua missão com autoridade plena, até ao ponto de poder depôr reis e mu-

[1] Maetterlink: *Le Temple enseveli*, la Justice, cap. XXXIII.
[2] *Santi Izidori Hispaliencis Episcopi opera omnia quae extant*, Paris, MDCI.
[3] Alexandre Herculano, *Opusculos*, tomo V.

dar o governo dos Estados sem necessidade do emprego da força das armas e da intervenção dos exercitos!

Este paralelo é só por si suficientemente eloquente, mas como muitas vezes tenha sido contestado o direito que os Papas tinham de intervir nos negocios dos Estados, não é inutil empreender mais uma vez uma justificação da atitude da Santa Sé, muito embora isso tenha sido já feito pelo cardeal Bellarmino, na sua obra *De Summo Pontifice*, de um modo tão inexcedivel que obrigou Leibnitz, a pezar de protestante, a confessar que «os argumentos, em que se deduz, da jurisdicção que os Papas têm sobre o espiritual, a demonstração de que têm uma jurisdicção pelo menos indireta sobre o temporal, não parecem despreziveis ao proprio Hobbes», porque, «efetivamente, é certo que aquele que recebeu de Deus um pleno poder para procurar a salvação das almas, tem o poder de reprimir a tirania e a ambição dos grandes que fazem perecer um tão grande numero de almas» [1].

Contudo, para o fazermos n'esta nota, não fatigaremos o leitor com larga dissertação. Basta citar alguns autores cuja opinião tem peso.

«Tenho ouvido muitas vezes, diz de Maistre [2], perguntar com que direito os Papas depozeram os imperadores; é facil responder: com o direito sobre o qual repousa toda a autoridade legitima, *posse* d'um lado e *consentimento* do outro.»

«Só o clero, declara Guizot [3], era moralmente forte e animado (na Idade Media), tornou-se por isso poderoso em toda a parte. É a lei do universo.»

«N'estes ultimos tempos os publicistas, diz o insuspeito Michaud [4], cuja linguagem é bem pouco ortodoxa, têem falado muito do poder dos chefes da Igreja, mas têem-no apreciado mais *segundo os sistemas* que *segundo os factos*, e mais *segundo o espirito do nosso seculo* do que segundo

---

[1] Leibnitz: *De jure suprematus*, dans l'Esprit de Leibnitz, tom. II, pag. 22, citado por Santos Abranches.

[2] De Maistre: *Du Pape*, liv. II, cap. IX.

[3] Guizot: *Histoire de la civilisation*, 4me leçon.

[4] Michaud: *Histoire des Croisades*.

o espirito da idade media [1]... Sem querer justificar o seu dominio, pode dizer-se que eles (os Papas) foram levados a apoderar-se do poder supremo pelas circunstancias em que se encontrava a Europa nos seculos XI e XII. A sociedade europeia sem leis, sepultada na inorancia e anarquia, *tinha-se lançado nos braços dos Papas* e julgava que se colocava sob a proteção do ceu. Como os povos não tinham outra ideia da civilisação senão a que recebiam da religião cristã, os Summos Pontifices encontravam-se naturalmente arbitros supremos das nações. *O poder temporal tinha necessidade da sua sancção, os povos e os reis imploravam seu apoio, consultavam suas luzes,* e eles julgavam-se autorisados a exercer uma dictadura universal. Esta dictadura exerceu-se muitas vezes em proveito da moral publica e da ordem social; muitas vezes protegeu o fraco contra o forte; suspendeu a execução de projetos criminosos; *estabeleceu a paz entre os estados; salvou a sociedade nascente dos excessos da ambição, da licença e da barbarie.* »

« Os grandes do reino — diz Bernardi [2], ao tratar da forma de colocar sob o jugo das leis aqueles que em todos os tempos e especialmente na Idade Media queriam furtar-se a ele — eram d'uma indocilidade extrema; com dificuldade se submetiam ás leis da obediencia... Para se firmarem no trono (e estabelecerem o principio da autoridade no meio de tanta anarquia) e se garantirem dos insultos a que estavam constantemente expostos, *os reis foram obrigados a lançar-se nos braços dos eclesiasticos,* entre os quaes encontraram pessoas mais esclarecidas e mais submissas. Os seus conhecimentos eram uteis a todos os ramos da administração em que foi necessario emprega-los... *De todas estas circumstancias nasceu a reputação de que o clero gosou desde os primeiros instantes da fundação das*

---

[1] Estas palavras de Michaud, evocam outras de De Maistre: «o maior de todos os sofismas, diz o ilustre defensor do Pontificado, consiste em transportar um sistema moderno para os tempos passados e julgar com este criterio as cousas e os homens d'essas epocas mais ou menos afastadas. Com esse principio revolucionar-se-ia o mundo, pois não ha instituição estabelecida que se não podesse destruir pelo mesmo meio, julgando-a por uma teoria abstracta. (*Du Pape*, liv. II, cap. IX).

[2] Bernardi: *De l'origine et des progrès de la legislation française.*

monarquias da Europa, a inspecção que se lhe deu sobre os julgamentos civis... e o uso das penas canonicas, *as unicas que podiam impor-se*, a quem afrontava todas as outras.»

Em consequencia, ouvidos todos estes testemunhos e notando de passagem, com Santos Abranches [1], ilustre canonista e erudito historiador, que «durante nove seculos a Igreja apenas depôs nove monarcas e só no seculo XIX as revoluções destronaram quasi o dobro», parece-nos licito concluir esta exposição de opiniões, fazendo nossas as palavras do cardeal Mathieu: [2]

«Ninguem hoje contesta que a Igreja romana é a mãe dos povos modernos; que os recebeu em seu seio e os produziu para a vida social; que os seus pontifices merecem por este titulo o nome de paes e fundadores de todas as sociedades cujas luzes, civilisação e costumes fazem a gloria d'estes ultimos tempos. Será para admirar, portanto, que a Igreja, depois de ter operado, com o preço de tantos esforços e trabalhos, essa longa geração das nações modernas, presida á sua educação, dirija a sua infancia, instrua a sua juventude, tome cuidado da sua felicidade temporal e dos seus destinos terrenos com toda a solicitude de mãe? Se taes cuidados merecem algum reconhecimento, esse reconhecimento não deve surpreender-nos.

«Deixemos, pois, que as nações, salvas pela Igreja romana das mãos dos barbaros, se reunam em volta d'ela como uma grande familia, escutem a sua palavra com respeito, a invoquem para decidir questões, lhe confiem o cuidado dos seus mais caros interesses e se refiram a ela como á autoridade mais elevada e maternal. Consintamos que peçam ao Papa o reconhecimento e a consagração dos seus direitos, que provoquem a sua intervenção nas queixas, que reis inimigos o tomem por arbitro, que reconcilie o povo com o seu rei, preceituando-lhe obediencia, e o rei com o povo, prohibindo-lhe a opressão. Tudo isto não é senão a consequencia inevitavel dos beneficios da Igreja e a aplicação natural do direito comum. E se, tratando-se de questões que interessam sumamente os bens, a justiça

---

[1] Santos Abranches: *Fontes do direito eclesiastico portuguez*, Coimbra 1895.

[2] Cardinal Mathieu: *Le pouvoir temporal des Papes justifié par l'Histoire.*

e a fé, — o adulterio se torna um escandalo, a injustiça uma usurpação consumada, e o erro uma heresia teimosa, então que Pedro se levante e tome a espada posta em suas mãos para ferir, punir e separar. A sociedade inteira assim o exige, porque já de ha muito conhece a prudencia e a justiça d'esse tribunal supremo, porque acha muito natural submeter questões de direito e consciencia, que tambem dizem respeito á ordem temporal, áquele que considera como arbitro supremo e orgão sempre fiel da virtude, da justiça e da verdade. »

PRIMEIRA PARTE

Nota I. A lingua catalã-provençal (pag. 170). — Esta lingua a quem, em boa critica e empregando o nome usado pelos trovadores, denominam *romana* ou *romano-provençal*; outros *catalã-provençal*, como fez Nostradamus; os espanhoes simplesmente *catalã* e os francêses simplesmente *provençal* — ou seja o mesmo nome que lhe deu Dante; — lingua a quem Paul Piferrer quiz chamar *romanisada* e muitos cognominam *lemosina* por ter dito Arnaldo Vidal, um dos antigos *troubadours*, que o *lemosi*, dialéto d'este idioma, era o mais proprio para a poesia; *occitanica* (de *oc* e *citara*) como desejam alguns criticos, e *lingua de oc* como a designaram nos tempos medios para a distinguir da *lingua do si* ou italiana e da *lingua de oil* ou francesa, este idioma, sob todas as denominações, foi e é sempre, a pezar da diversidade de nomes e da diferença de pronuncia de um ponto para outro, um unico, proprio não só da Provença e da Catalunha, mas do Rosellon, Auvergne, Conflent e Vallespir na França e de Valencia e ilhas Baleares na Espanha.

No seculo IX este idioma encontrava-se na infancia; nos documentos redigidos na Provença no latim barbaro, comum a todos os povos que haviam sido provincias romanas, ha locuções catalãs e frases inteiras que, embora latinisadas, demonstram a existencia de uma lingua original que, datando de muitos seculos, e tendo acabado de receber a ultima transformação, se prepara para sacudir o jugo d'uma linguagem oficial e apresentar-se soberana, independente.

N'essa epoca o latim era apenas, ou uma lingua culta que servia para a redação dos protocolos ou algo assim como uma confusa nebulose, variando de região para região, de onde haviam de saír os idiomas modernos. A primeira, bem longe contudo dos tempos de Cicero, era o idioma convencional das classes elevadas; a segunda — a *lingua romana*, como lhe chamavam — servia para o povo e diferia tanto da outra que os prégadores para serem entendidos tinham de renunciar a falar *liberaliter*, isto é, em latim, para se expressar *maternaliter* ou seja no dialéto regional em que a lingua latina se havia transformado no oriente ou no ocidente da Espanha, no norte ou no sul da França, no setentrião ou no meio dia de Italia, conforme a influencia que sobre ele tinham tido as linguas autoctones, algumas das quaes — o euskaro por exemplo — qual hoje ainda succede, não tinham chegado a desaparecer.

Variando e transformando-se, esta corrupção do latim tinha de chegar a constituir as linguas modernas, mas este movimento levou seculos.

Tendo começado ainda nos tempos aureos do esplendor de Roma — qual era natural que succedesse ao encontrar-se a lingua dos vencedores com a dos vencidos — só pouco a pouco se torna observavel, sensivel. Nos seculos V e VI a lingua liturgica da Igreja era ainda compreendida pelas populações hispanicas e gaulesas, e a lingua vulgar ou *romance* não diferia tanto de um povo para outro que, testemunhas da epoca o relatam, um espanhol e um italiano, falando cada um no seu latim corrupto, no — chamemos-lhe assim — seu dialéto, se não podessem entender.

Á medida que vão passando os annos, isto vae deixando de se dar: nos seculos VII e VIII o latim encontra-se singularmente esquecido de seus proprios cultores: em 742, disposições eclesiasticas determinam em Espanha, como é bem sabido, que os sacerdotes *non faciant suas missas nisi portis cerratis, sin peiten decem pesantes argenti*, e os diferentes *romances* cada vez se vão afastando mais do nucleo central: a lingua *romana*, a nebulose primitiva, vae-se esfacelar e dar origem a mundos.

No seculo IX e X este trabalho já está feito com relação ao provençal ou catalão, graças ás condições especiaes d'aquelas regiões a quem os invasores barbaros ou arabes respeitaram tanto quanto possivel.

Enquanto ao norte, na Normandia, e ao oriente, nas Asturias, Galiza, Leão e Castela, pela fermentação de velhos elementos celtas ou pela adopção de termos arabes, o latim

barbaro paulatinamente proseguia na sua transformação (iniciada — quanto á Espanha — durante a hegemonia gotica) para, um ou dois seculos mais tarde, dar lugar aos primeiros monumentos das linguas francêsa, castelhana e portuguêsa; ao sul da França e ao oriente da Espanha pode ser observada a existencia d'um idioma já formado, onde, como prova Raynouard na *Grammaire de la langue romane ou langue des troubadours* e, especialmente, nos *Elements de la grammaire romane avant l'an 1000*, nem a sintaxe, nem o vocabulario, nem a ortografia tem nada de comum com o latim.

Este idioma, ao qual, para maior comodidade do nosso ponto de vista, no decorrer do livro chamamos catalão, procedia de um antigo dialecto turano-semita a quem a lapide de Ampurias (citada no texto dos *Prolegomenos*) se refere, chamando-lhe «lingua do paiz» e de quem nos fala Luitprando, dividindo-o arbitrariamente em dois idiomas — catalão e valenciano — quando a verdade é que constitue um só.

Esta linguagem primitiva nunca deixou, ao que parece, de ser falada mesmo durante o dominio romano, mas, por ele modificada, adulterada um pouco pelo godo e pelo contáto com os invasores musulmanos, aparece como idioma *sui generis*, aonde a antiga influencia fenicia e cartaginesa só se revela por algum vocabulo, muito tempo suposto de origem hebraica ou arabe, e onde os vestigios das fórmas literarias classicas não existem [1], o que não o impede, tempos depois, de ser tão rico, tão variado, tão cheio de expressões cultas só usadas pelos trovadores, que — facto unico! — muitos filologos, examinando os manuscritos do seculo XI e XII, chegaram a emitir a opinião, hoje posta de parte, de se não tratar de uma só lingua, mas de duas: uma culta e artificial, *feita* pelos poetas para as suas rimas, e outra popular, natural, verdadeira, muito simelhante á que hoje se fala.

Monumentos d'este idioma, dos mais antigos até hoje

---

[1] Vejam-se: Magin Pera, *Historia de la lengua y de la literatura catalana*; A. W. Schelegel, *Sur la langue provençale*; Victor Balaguer, *Historia de Cataluña* e *Los Trovadores*; Raynouard, obras citadas; Alard, *Document sur la langue catalane* (*Revue des langues romanes*, tomo III); Milá y Fontanals, *De los trovadores de España*.

conhecidos, são o juramento de Carlos o *Calvo*, a que no texto nos referimos, as poesias de Guilherme de Poitiers e Marcabru, e singularmente, um framento d'um poema sobre Boecio que se encontra na biblioteca de Orleans depois de ter sido conservado durante seculos na abadia de Fleury e que o já citado Raynouard transcreve na *Choix de poèsies des troubadours*.

De este trabalho diz o ilustre Victor Balaguer, no seu *Discurso de recepcion en la Real Academia de la Historia*, de Madrid, que pode ser compreendido hoje mesmo por qualquer catalão medianamente culto. Assim é efetivamente e, para comprovante, basta citar os primeiros versos do poema:

> Nos jove omne, quandius que nos estam
> De gran follia per folledat parlam,
> Quar no nos membra per qui vivri esperam
> Qui nos soste, tan quan per terra annam
> Et qui nos pais que no murem de fam,
> Per cui salves m'esper, pur tan qu'elle clamam [1]

ou, melhor ainda, embora sejam um pouco mais modernos (1100) os do poema da *Barca*, dos quaes diz com rasão Cantu que são quasi italianos e que pouco seria necessario para os afrancesar:

> De quatre element ha Dio lo mont formá:
> Fuoc, ayre, ayga et terra son nommá;
> Stelas et planetas fey de fuoc;
> L'aura et lo vent han en l'ayre lor luoc,
> L'ayga produy li oysel et li poyson,
> La terra li jument e li om fellon.
> La terra es lo plus vil de li quatro element
> De lacal fo fayt Adam, paire de tota gent.
> O fanc! o polver! or te ensuperbis!
> O vaysel de miseria, or te enorgolhis!

---

[1] Nós, os novos, enquanto assim somos, — de grandes loucuras falamos loucamente, — porque nos não lembramos d'Aquele por quem esperamos viver — que nos sustenta enquanto pela terra andamos — e que nos alimenta para que não pereçamos de fome — por quem espero que nos salvemos, com tal de que o invoquemos.

Horna te ben e quer vana beota,
La fin te mostrave qui tu aures obra [1].

Hoje esta primogenita das linguas neo-latinas, cujos cultores estão separados por uma fronteira que quando ela nasceu não existia, oferece — qual succede com o português e o galego — sensiveis diferenças para quem a ouve na Provença depois de a ter escutado na Catalunha, mas antigamente não era assim e nos arquivos de Montpellier, Aix e Marselha ha documentos dos tempos primitivos que os catalães podem lêr sem dificuldade, assim como, não obstante a diversidade de accentuação e alguma ou outra variante no lexico, um barcelonez poderia ir falando a sua lingua desde Elche até Marselha e até ao norte de Italia.

Quasi desde o seculo XIII, pouco depois da batalha de Muret, o provençal perdeu os seus cultores, e entregue ao povo, corrompendo-se com o contáto de lingua tão pobre como a francêsa, sem ter quem o empregasse na escrita, decaíu muito, o que não succedeu ao catalão que até 1700 sempre teve quem d'ele usasse para toda a classe de trabalhos.

Assim, como depois veremos, quando no seculo XIX veio a renascença, mais facilmente conseguiram os catalães encontrar a sequencia que se tinha perdido durante um seculo, do que os provençaes que tinham a obra colossal e o peso esmagador de seis seculos contra si.

Frederico Mistral, o restaurador da lingua de *oc*, fez verdadeiros prodigios; a sua obra de filologo excede quasi a de poeta [2], embora como tal ocupe hoje o primeiro lugar

---

[1] De quatro elementos formou Deus o mundo; — fogo, ar, agua e terra são o seu nome; — as estrelas e os planetas fez de fogo; — a brisa e o vento tem na terra o seu logar; — a agua produz os passaros e os peixes, — a terra produz os jumentos e o homem traidor. — A terra é o mais vil dos quatro elementos, — do qual foi feito Adão pae de toda a gente. — Oh barro! oh pó! de que te ensoberbeces! — Oh vaso de miseria, de que te envaideces! — Adorna-te bem e procura uma beleza vã, — e o fim te mostrará o que fizeste.

[2] O *Tresor du felibrige*, em dois enormes volumes, representa vinte annos da vida de Mistral. É uma obra indispensavel para o estudo da lingua da Provença e um dicionario inegualavel onde o erudito e o artista se completam; onde a beleza dos exemplos interrompe a aridez do texto.

no mundo, mas, sob pena de escrever n'uma lingua morta, sob pena de não ser compreendido dos seus conterraneos, d'aqueles a quem precisamente ele queria falar á alma, teve necessidade, ele e os seus companheiros, de servir-se do provençal tal como o encontrou, tal como hoje se fala.

Ora este idioma de hoje difere bastante do catalão.

A lingua da Catalunha conserva-se pura, o provençal perdeu a sua pureza primitiva e, com ela, muita belesa. Mas, quer isto dizer que sejam dois idiomas distintos? Seria aventurado afirma-lo. Diferenças existem tambem entre o catalão falado em Valencia e Baleares do falado em Barcelona, na Catalunha propriamente dita e em França nas antigas provincias espanholas do Rosellon e Cerdanha, mas estas variações, longe de serem um estorvo, são, como foi reconhecido pelo *Congresso internacional da lingua catalã*, reunido em Barcelona em 1906, uma fonte de riqueza para o idioma, uma origem de um lexico rico e variado posta ao serviço dos cultores da primogenita das neo-latinas, como o prova a obra poetica de Jacinto Verdaguer, multicolôr, variegada, opulenta e admiravel, exatamente pelo conhecimento profundo que o mistico poeta tinha dos diversos dialétos catalães e o sabio uso qué soube fazer d'eles indo colher a cada um o que tinha de mais belo, de mais precioso.

Isto, que é tambem o que succede na literatura castelhana, na literatura francêsa e na literatura portuguêsa, onde modernamente os *provincialismos*, outr'ora severamente condenados ao ostracismo pelos puristas, tem feito, ao lado de Pereda, de Daudet e Julio Diniz, para não citar senão mortos, uma entrada triunfal no seio da linguagem academica, será o que com o decorrer dos tempos fará aproximar tanto quanto possivel o catalão e o provençal, as duas metades do mesmo idioma separadas pela fatalidade historica.

No texto, para exemplificar a diferença existente entre a lingua falada na Provença e na Catalunha, referimo-nos ao galego e ao português. A comparação é exacta. O português, ou seja a linguagem falada no condado portucalense ao tempo da sua fundação, era usada em toda a Galiza; era o idioma em que escreviam os trovadores do *Cancioneiro da Vaticana* e de que se servia Afonso, o *sabio;* era um unico idioma, comum a galegos e portuguêses, até aos tempos de Gil Vicente; mas depois, enquanto Portugal,

nacionalidade livre, progredia, a Galiza ficava estacionaria, não encontrava para a sua lingua um unico cultor durante seculos, conservava integralmente a rudeza primitiva do idioma, a pobreza de lexico de que o português se libertou graças ao esforço dos estudiosos que do latim exauriram tesouros. Assim o veio encontrar o seculo XIX e aqueles a quem primeiro ocorreu a ideia de escrever no idioma que quatro provincias falam.

Mas, trata-se de um outro idioma? Póde-se afirmar que o galego seja uma lingua distinta do português? Não, por certo. O galego é o português primitivo um pouco alterado; o galego é a linguagem que se falaria em Portugal se o Mestre de Aviz não houvesse vencido em Aljubarrota, e as diferenças não são tão grandes que se possa dizer que a acção do tempo tenha feito duas linguas do que primitivamente era uma só.

Certas formas gramaticaes e certas expressões usadas hoje pelo povo galaico eram vulgares em Portugal ha apenas um seculo; outras eram-o ha mais tempo, mas todas elas correspondem a uma fase da civilisação portuguêsa e se, n'algumas palavras, o tempo introduziu modificações, succedeu isso por não ter tido esta lingua quem a cultivasse e sempre taes modificações se deram de acordo com as leis, hoje conhecidas, que regem a formação dos plebeismos e locuções populares.

A seu tempo exemplificaremos talvez estas afirmações n'uma comparação minuciosa entre o galego e o português taes como hoje se falam; por agora limitar-nos-emos a citar aqui alguns versos d'um poeta galaico para fazer ver quão semelhante é a linguagem de aquem e além Minho.

São eles os ultimos conceitos com que Curros Enriquez termina o seu admiravel poema *A Virxe do Cristal* (a Virgem do Cristal); leia-os em voz alta o leitor, substitua a ortografia castelhana em que os versos estão escritos pela portuguêsa, ponha lh onde estão dois ll, ponha nh onde veja um ñ, e feito isto, que é bem simples, verá como, salvo alguma ou outra palavra, é português, e do mais puro, o que está lendo:

Leutores, s'olvidando do mundo os traballiños
Vos fordes de paseio de Vilanova ó val
Entrade respetosos, entrade caladiños
Na primorosa ermida da Virxe do Cristal.

S'escasos de fortuna bicades [1] a sua pranta,
Si a visita-la vades faltiños de salú,
Secorrerá-vos logo a milagrosa Santa;
No mundo non hay outra que teña mais virtú.

De tristes agarimo, de probes esperanza,
Dos namorados guia, sosten do labrador,
Canto de Dios quixere, tanto de Dios alcanza:
Non hay quen lle non deba consolos e favor.

Cand'eu era pequeno, por miña nay [2] levado,
Da aparicion pedin-lle a lenda celestial;
Si cal a deixo escrita non for do vos'agrado,
A culpa non botedes á Virxe do Cristal.

Nota II. Legislação maritima (pag. 172). — Os *conselhos* municipaes da Catalunha, cuja origem se perde na noite dos tempos, mas que, apezar de nos faltarem alguns elos intermediarios, se prendem com os municipios goticos que, por sua vez, não foram ali mais do que o aperfeiçoamento dos romanos e até das instituições politicas de autonomia local que os fenicios tinham levado áquelas paragens — as primeiras a que aproaram nos seus periplos nos mares do occidente — gosaram sempre de grande e merecida autoridade e, em cidades como Barcelona, o *Conselho dos Cento,* tal como foi reorganisado por Jaime, o *Conquistador,* ou como existia antes d'esta organisação que lhe deu os unicos estatutos que nos são conhecidos, estava revestido dos mais amplos poderes, iguaes aos das mais poderosas *senhorias* das republicas italianas, para administrar os interesses da cidade que estava a seu cargo, a qual, embora fizesse parte d'uma nação e estivesse sob o cetro d'um monarca, gosava da soberania mais completa como verdadeira *cidade livre,* igual ás que constituem a gloria da liga hanseatica das cidades alemãs.

---

[1] *Bicar* = beijar; *bico* = beijo.

[2] *Nay* = mãe; na provincia de Pontevedra tambem dizem *mae* ou *mai.*

N'aqueles tempos não era conhecida a ridicula mania cezarista de centralisar poderes pondo a gerencia dos negocios d'uma região ou d'uma classe nas mãos de pessoas que, absolutamente estranhas aos interesses de tal classe ou tal região e tendo obrigação de legislar sobre tudo, quasi sempre nada ou pouca coisa conhecem dos assuntos que são chamados a resolver. Respeitando-se — porque esse foi o efeito da reacção medieval contra o unitarismo romano — o direito incontestavel que tem os corpos sociaes a se administrarem livremente, entendia-se, e muito bem, que assim como o poder executivo não tem o direito de intervir na gerencia dos bens d'uma familia, assim uma cidade ou uma região cujos habitantes têm interesses communs — pela exploração d'uma industria ou exercicio do comercio — deve gosar da autonomia mais absoluta para a defesa d'esses interesses, reservando-se o Estado apenas o direito á fiscalisação da observancia das leis geraes, d'aquelas que obrigam por igual os individuos, os gremios, as corporações e os institutos.

Era este o espirito da sabia e secular legislação que antes examinamos, e beneficiando d'ele a capital da Catalunha, como prova Capmany nas suas interessantissimas *Memorias historicas sobre la marina, comercio y artes de la antigua cuidad de Barcelona,* poude não só estar em relações diretas e continuas «com os imperadores do Oriente e da Alemanha, com o soldão do Egipto, reis de Tunez e Marrocos e varios monarcas, republicas e outros grandes potentados da Europa», mas promulgar e fazer acatar no *Consolato di mare* as primeiras leis maritimas que conheceu o mundo e que, redigidas em catalão pelo seu Conselho Municipal a principio do seculo XIII, vigoraram durante dois seculos, pelo menos, como codigo internacional.

Assim prospera, rica, poderosa e livre, Barcelona a *bela* ocupava o primeiro lugar a que tem direito sempre quem pelo seu esforço e atividade o sabe conquistar.

Nota III. Os artifices na Catalunha e Provença (pag. 181). — Em todos os povos que tinham estado submetidos ao dominio de Roma existiram, enquanto tal hegemonia existiu, associações de operarios que divididos por oficios e compondo o que a legislação romana chama *collegia,* tinham o

seu *ordo*, suas curias e seus *duum viri*, mas que, esmagadas pelos impostos que sobre elas pesavam, pouco podiam fazer a favcr dos interesses dos socios. É esta a origem das agremiações profissionaes que na Idade Media e tempos modernos vemos em toda a parte, agrupadas em volta da bandeira d'uma confraria e sob a invocação de algum santo, para a defesa dos direitos das classes trabalhadoras.

Quando os antigos *collegia*, cristinisando-se, se transformaram nos gremios medievaes é o que se não sabe. Um concilio provincial de Nantes reunido em 658 e outro geral reunido na mesma cidade em 895 referem-se nos seus canones a taes confrarias, mas segundo os autores francezes (Leon Gautier, Ozanan, Ch. Billier e outros) de positivo só se sabe que em 1266 existia em Fayaux uma confraria cujos estatutos se conhecem.

Ora muito antes d'esta epoca já na peninsula iberica e singularmente na Catalunha havia associações de artifices. Ainda n'este terreno parece-nos que a civilisação catalã-provençal, chegada á virilidade antes que as outras, influiu muito sobre a França e povos ocidentaes da peninsula, e não sabemos se mesmo até sobre a Italia, pois afirmando Sandi na sua *Historia civil de Veneza* que dos 61 gremios que ali existiam nenhum era anterior ao seculo XIV e dadas as relações intimas que houve entre Catalunha e as republicas italianas, não é inverosimil a conjetura.

Em 1112 quando os Condes de Barcelona levaram á Provença a influencia catalã, aquela região, como diz Balaguer, «despertou como de um sonho»; o comercio desenvolveu-se, o seu feudalismo modificou-se e a industria aumentou dizem historiadores quasi coevos, pela *consideração de que gosavam os artifices.*

Estariam já agremiados? Parece incontestavel que sim porque, segundo refere Capmany nas suas já citadas *Memorias historicas*, quando em 1213 Jaime I deu estatutos aos gremios de artifices de Barcelona não fez senão reorganisar o que *estava organisado havia já longo tempo* e o que, dada a prosperidade da industria barceloneza, não podia deixar de ter grande importancia, como o prova o simples facto de que o trabalho em ferro se compozesse de onze oficios.

Influiu esta organisação dos operarios catalães para a constituição de agremiações similares nos outros reinos da peninsula? Dada a influencia que a civilisação catalã-provençal teve como mentora dos povos peninsulares, como no capitulo V d'esta primeira parte se expõe, é de presumir que sim e que onde quer que o desenvolvimento indus-

rial o permitia logo estas confrarias de operarios se formavam á medida, que a rudeza dos tempos ia desaparecendo para ceder o logar a um novo estado de coisas.

Setenta annos antes da reorganisação dos oficios barceloneses, isto é: quando se proclamou a independencia de Portugal, já no ocidente da peninsula existiam os gremios de artistas e quando se deu a conquista de Lisboa, segundo a autorisada afirmação de Gomes Barros [1], parece ser que aqui se encontraram estabelecidos entre a população cristã os gremios de oficios que, depois de organisados, deviam dar lugar á famosa *Casa dos vinte e quatro* que tão importante papel representou na honrada e patriotica historia do municipio de Lisboa, não faltando quem queira que essa antiga organisação tivesse sido copiada da cidade de Londres, e afirmando outros que, pelo contrario, a de Londres é que tomou a de Lisboa por modelo. Declarando-nos incompetentes para decidir tal questão, só observaremos que, resalvada a soberania do municipio de Barcelona, que o de Lisboa não teve, a participação que aos artifices se dava na administração municipal é igual nas duas cidades, como semelhantes eram os estatutos pelos quaes em ambas se regiam as corporações dos oficios.

De resto, e como quer que seja, o que convem é deixar aqui consinada a consideração de que estava rodeado o operario catalão.

No municipio d'uma cidade que, como diz Capmany, «era talvez a mais privilegiada do mundo, uma das mais afamadas pelas suas leis, seu poder e sua opulencia, uma das mais respeitadas que conheceu a idade media entre as diferentes republicas e potencias da Europa, Asia e Africa» os gremios dos operarios, depois da reorganisação de Jaime I, eram chamados a ocupar um lugar que muitas vezes foi negado aos mais poderosos senhores, podendo mandar os seus representantes honrados ao *Conselho dos Cento,* o serenissimo senado barcelonez, que, gosando dos mais extraordinarios direitos, ainda quando não podesse outorgar coroas, algumas vezes provou que as podia tirar.

Exercendo um papel politico importantissimo, tendo o direito de enviar os seus procuradores ás Côrtes e de lhes apresentar ou apresentar ao monarca as memorias que

[1] *Historia da administração publica em Portugal.*

julgassem necessarias para lhes chamarem a atenção sobre os assuntos importantes, os gremios gosavam, dentro d'aquele regime verdadeiramente democratico, da autoridade de quem compreende e representa a industria nacional, e, por isso honrados e estimados, transmitindo de mestres para aprendizes, de geração em geração, nobres tradições de independencia de que não faz sequer ideia o misero operario de hoje oprimido por um regime que se diz de liberdade e igualdade, o artifice catalão tinha em muita honra exercer a mesma profissão que ocupára a vida de seus paes, e assim, vinculadas as artes ás familias, chegaram a um grau de perfeição inexcedivel.

Mais, ainda, garantidos por leis sabias contra os proprios erros, os artifices d'aquele povo trabalhador e nobre, conseguiram libertar-se dos males que causaram a ruina de tantas outras instituições democraticas de outros paizes, porque, com legitimo orgulho o faz notar ainda o já citado Capmany, «a materia de prata, aço, ferro, cobre, madeira ou lã em que trabalha um operario, nunca deshonra em Barcelona aos artifices; pois todos os oficios tinham igual capacidade para os empregos municipaes da republica, sem excetuar sequer os magarefes.

«Os antigos barceloneses não caíram no erro politico de suscitar preferencias que podessem causar odiosidades entre os oficios. Consideravam aqueles cidadãos que todos eram igualmente apreciaveis em si mesmos, pois todos concorriam a fomentar e sustentar a prosperidade de uma capital opulenta e poderosa pela industria do artifice e do comerciante. D'este modo, n'ela nunca reinou a ideia comum de vileza ou infamia contra nenhuma profissão mecanica: vulgaridade prejudicial que nas provincias de Espanha causou irreparavel damno ao progresso das artes. Tampouco se conhecia o erro de pôr exclusão na entrada em certos gremios aos que tivessem professado outros oficios; visto que ali todos mereciam igual consideração. N'uma palavra: em Barcelona, como em todas as outras povoações da Catalunha, nunca tiveram entrada este e outros erros comuns que podessem retrair os homens honrados da aplicação ás artes ou os filhos de continuar nas que exerceram seus paes», nobre exemplo que merece ser meditado pelas gerações modernas a quem a falta de taes virtudes causa graves prejuizos.

Nota IV. O cristianismo e a mulher (pag. 184). — É sabido que na antiguidade a companheira do homem nunca gosou da consideração que hoje a rodeia. Na Grecia e em Roma a mulher era um animal de luxo, uma escrava da luxuria do senhor, e a tal ponto se encontrava isto natural, que o mundo antigo pasmou, elogiando com todos os tropos a atitude, que hoje seria considerada muito natural, de Scipião poupando nas guerras da Iberia a honra d'uma princêsa prisioneira.

O cristianismo dignificou esta situação. Tendo como verdade indiscutivel as palavras de São Paulo «os afectos da carne são morte, enquanto que os afectos do espirito são Vida e Paz» [1], a sociedade cristã viu na companheira do homem algo mais que um objecto de prazer e, adorando sobre os altares a Mãe de Deus, fez reverter um pouco d'esse culto sobre o sexo que Ela tinha dignificado.

O direito canonico, verbo da nova civilisação, demonstra nas suas justas disposições quão diferente era o espirito do cristianismo do espirito pagão.

Enquanto a legislação civil não permitia á mulher depôr em juizo sem consentimento de seu marido, exactamente para a impedir de reclamar contra ele, os tribunaes eclesiasticos não admitiam tal disposição e, concedendo iguaes direitos ao homem e á mulher, davam-lhe a faculdade de apelar para a Igreja, ante quem se tinha unido a seu esposo, das brutalidades de que este a fizesse victima.

Em questões de autoridade o criterio era o mesmo. Embora a *Lei Salica* não permitisse á mulher o reinar sobre um povo, nas nações onde, como na Espanha, o espirito cristão se tinha de todo unido ao espirito nacional, tão arbitraria diferença não era acatada e em todos os tempos as mulheres poderam não só ser senhoras de feudos e cidades importantissimas, mas até subir e ocupar por si sós o trono real.

Por outro lado o respeito e a veneração de que o cristianismo rodeou sempre as virgens que, fazendo voto de castidade, se consagram ao Senhor, influiu muito para a dignificação da mulher. Ao criterio baixo e rasteiro do mundo antigo considerando-a como util unicamente para dar cidadãos á republica, opoz-se, sem desmerecer por isso a dignidade de mãe de familia, o criterio diametralmente oposto, e, na presença d'essas mulheres a quem a virgin-

---

[1] Tò δέ φρόνημα τοῦ πνεύματος ζωή καί εἰρήνη.

dade revestia d'um caracter sagrado e que pela sua virtude se eximiam ás duras condições da vida atribulada dos membros de seu sexo, escravisadas pela tirania do homem, a rudeza dos povos e dos costumes modificou-se muito. Não era em vão que uma abadessa como a do mosteiro das *Huelgas reales* de Burgos era senhora, por direito proprio e em virtude da sua dignidade, de quatorze cidades e cincoenta lugares, tendo, alem d'isso, sob sua ferula dezesete conventos e dispondo de doze comendas: [1] a imaginação popular impressiona-se ante a grandeza e vendo uma mulher revestida de tanto poder, o vilão e mesmo o nobre aprendiam a não desprezar a sua.

A *cavalaria* acabou a obra começada. Consequencia do espirito cristão, todo desinteresse, todo independencia, todo ideal, o movimento iniciado pelos trovadores fez do respeito á mulher um verdadeiro culto, colocou-a quasi n'um pé de igualdade com Deus; *por meu Deus e minha dama!* era a divisa dos cavaleiros; mas embora n'este terreno se caísse em verdadeiros excessos como os que se referem no texto, embora o exagero chegasse ao extremo do ridiculo tão magistralmente fustigado por Cervantes, é inegavel que até os proprios abusos serviram para fundar sobre seguras bases o que Ruskin em felicissima frase chamou: *a realeza da mulher* — esse dominio, essa acção que a dama exerce na sociedade moderna, elevando em volta de si um himno de louvores que, se a envaidecem, tambem a estimulam a mostrar-se digna da posição previlegiada a que por um justo sentimento de equidade a elevou uma civilisação que faz coincidir o seu apogeo com o da soberania feminina e que, quando por um momento decae, deixa o mundo, entregue ás peores paixões, contemplar o espectaculo nefando e repugnante d'uma rainha condusida ao cadafalso por homens que, tendo renegado do cristianismo, tornavam patente a indelicadesa e a ferocidade da besta humana quando privada das luzes d'uma doutrina que lhe ensina a sobrepôr-se ás paixões e aspirar á perfeição por meio d'uma moral de altruismo e sacrificio.

Nota V. O endecasilabo provençal (pag. 184). — A literatura italiana, como todos reconhecem, foi a continuação

---

[1] Lucio Marino Siculo, *De rebus Hispaniæ memorabilibus.*

da literatura provençal; Dante e Petrarca foram por assim dizer os ultimos trovadores, mas, com o decorrer dos tempos, esta literatura aperfeiçoou-se e, tendo atingido um grao de desenvolvimento pouco comum, tendo criado formas novas e originaes, veio á peninsula combater a influencia da literatura que lhe dera origem e que no seculo XVI era, tanto em Espanha como em Portugal, ainda muito grande.

Por essa epoca introdusiram-se nas letras castelhanas e portuguêsas inovações procedentes de Italia; algumas d'elas eram verdadeiras novidades, outras não.

Entre estas encontrava-se o verso endecasilabo.

Apresentado aqui como criação italiana a verdade é que era de origem provençal. Para o provar podem mencionar-se muitos versos de trovadores do seculo XIII, mas basta citar uns tercetos bi-lingües do proprio Dante que na *Divina Comedia* (Purgatorio, canto XXVI), encontrando no logar de expiação ao trovador Arnaldo Daniel, a ele se dirige e o obriga a falar em seu proprio idioma citando seus proprios versos:

Io me feci al mostrato inanzi un poco,
é disi ch'al suo nome il mio desire
apparecchiava grazioso loco.

Ei cominció liberalmente á dire:
Tam m'abelli vostre cortés deman
qu'ieu nom' puesch, ni vueil á vos cobrire

Ieu soi Arnaut que plor e vai chantan
consirós vei la passada folor,
é vei jauzen lo jorn qu'esper denan

Ara vus prech per aquella valor,
que vus guida al son de l'escalina,
sovenga vus atemprar ma dolor:

Poi s'ascose nel fuoco che gli affina.

Nota VI. «Lamentação» dos peregrinos de Aurillac (pag. 189). — O sr. Duque de la Salle de Rochemaure nas suas *Impressions d'Espagne et de Portugal*, ao tratar da imigração auvernhesa para a peninsula, afirma que ela se remonta á mais alta antiguidade, a tempos anteriores a Silvestre II, e em confirmação cita uma curiosa «lamentação» dos peregrinos que de Aurillac vinham a Santiago de Compostela.

Poema interessantissimo, ainda quando seja um pouco mais moderno que os tempos em que Gerberto vinha a Cordova estudar a sciencia arabe, pareceu-nos conveniente transcreve-lo n'esta nota.

Em sua simplicidade verdadeiramente infantil transparecem, n'estes versos, sentimentos que pouco tem de piedosos e que, confirmação do velho aforismo medieval: *qui multum peregrinantur raro sanctificantur*, não constituem precisamente uma apologia das romagens aos logares santos, mas que naturaes n'uma epoca que precedeu aquela em que o Arcipreste de Hita tão vigorosas e mordazes catalinarias produziu contra o amor excessivo ao dinheiro, constituem, ainda n'esta ordem de ideias, um bom documento historico.

N'um tempo em que, no seio d'uma sociedade profundamente religiosa, o poeta podia dizer:

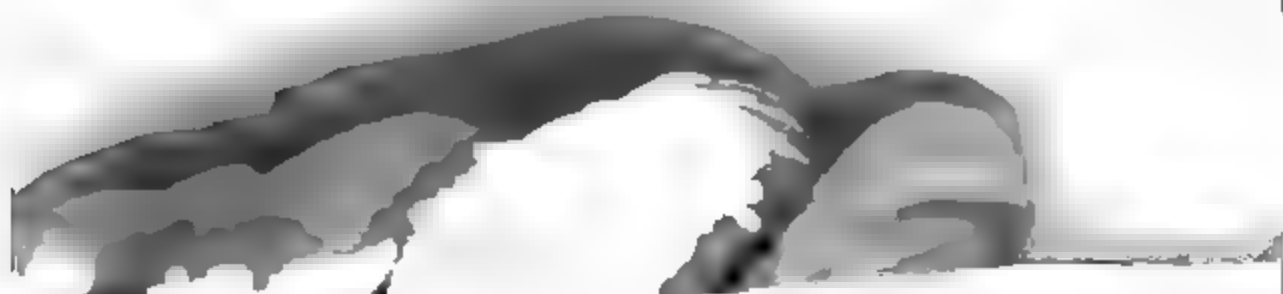
> Yo vi en Roma done es la Sanctidat
> Que todos al dinero facen grant homildat,
> Grant honra le fascian con grant solenidat
> Todos a él se homillaban como a la Magestat,

os peregrinos de Aurillac podiam sem merecer graves censuras impetrar do ceu, «pão, queijo, carne, vinho e cebolas».

É mais: se, pensando como então se pensava e, infelizmente, ainda hoje se pensa, que

> Mucho fas el dinero et mucho és de amar
> al torpe face bueno et home de prestar,

os piedosos auvernhezes oravam a Santiago pedindo-lhe lhes permitisse *far molt poiezada*, ainda nem assim por tal razão as suas rimas ingenuas são menos dignas de estudo, tanto mais quanto que a manifestação, perdoavel por ser franca, da sua cupidez não constitue novidade alguma.

Os povos peninsulares, por um instinto que não engana, olharam sempre com desconfiança esses homens que, sob pretextos piedosos, vão de logar em logar pedindo o pão ao lavrador. Cervantes, fazendo-se eco do tal sentimento, descreve-nos com cru realismo a pouco simpatica

psicologia de taes criaturas, e a alma popular, que tinha posto na boca d'um dos seus:

> En traje de peregrina
> A los cris... Mas faga cuenta
> Qui las romeras à veces
> Suelen parar en rameras,

não discordou do seu parecer.

E, com este preambulo, passemos aos versos dos romeiros de Compostela, citados pelo sr. Duque de la Salle de Rochemaure: [1]

> Sem pelgrins de daïssa vila
> Che Orlhac proch Djordon s'apela,
> Aven laissat paubres effentz,
> O char mollers o no parentz.
>
> Per andar en maï clentelle
> E San-Jac de Compostelle
> Che Christ que fa delh dreh evers
> Molt enriquesi myei vers.
>
> Del nostre ruel è ostal
> Proch lo mostier di San Guiral
> Some sta ens lo parochio
> Pels far serqua delh nostro cébio.
>
> Y aven pregá madona Vergix
> De nos gita en paradix
> E dona gracia de nost piaige
> Pels ben far elh san viaige.
>
> Kan fueren proch elhs Bordaíga
> Fold abentura sobre maï daiga
> Jes: pecaïre, ke débendren
> Se San Guiral ne noï defen.
>
> Kan fueren é Beyone
> Proch elh païs i las Espogne
> Fold Cambia bono pecunio
> Por moneta moldt rougno,

[1] Conservamos a ortografia com que este auctor os publica.

Ens fueren en Vitories,
Vederem los verdor flories
Delh joï pessan, lavendre, tymx
En ung devés, é ramorinx.

Kan fueren supz lo ponteit
Qual tremol al paz cuug feit,
Cridion morir: a patz, a patz
Salva los pelgrins Sam-Jacz.

Ens Burgues, la friria
Mirfic avent nos amostra
Ens la glieysa, proh treymor
Ung crist sueth so suor.

Ens la villa di Lion
Cridarem ugne canzon
E las donas per abundanze
Vas oïr los filhs di Franze.

Als mons Esturiet,
Los pelgrins oren t'ot fret;
Ens Salvador, adoren supz genolx
Jorn è nuel clovel de la croix.

Kans fueren ens Rivediere
Delhs sirvens vols git en carcere,
Vielh et jungs; avem dih : li Vernatz
Sen por Guiral e por l'Abat.

Davan elh jutge li dizem
Che pels pregat Dielx, noï venen
No pels far dam no damaige
Elh jutge: patz, bo viaige.

Sen en Golice, o San Jacq,
Guarda pelgrins omni pecacq,
E dono lei formaig e blada
Por far molt poïezada.

Pregen por mosenor l'Abat
Che nos a tot recumfortat
Ens la maïjo supz la mountogne
De po, de vi, et de mongogne.

Amen.

TRADUCÇÃO LITERAL:

Somos peregrinos de esta cidade que se chama Aurillac, perto de Jordane. Deixamos pobres crianças, oh queridas esposas! oh nossos parentes!

Para ir em grande romaria a Santiago de Compostela. Que o Cristo que em direito transforma o torto, muito enriqueça meus versos!

Da nossa rua e morada, perto do mosteiro de São Geraldo, dirigimo-nos á paroquia para fazer provisão das nossas cebolas (?).

Ali rogamos á Virgem Nossa Senhora de nos admitir no paraizo, e de perdoar-nos nossos pecados a fim de fazer boa viagem.

Quando chegamos perto de Bordeus foi preciso arriscar-nos sobre muita agua — Jesus Senhor![1] que será de nós, se São Geraldo nos não protege!

Quando chegamos a Bayona, perto das terras de Espanha, foi preciso trocar bom dinheiro por moeda muito má.

Quando estivemos em Vitoria, vimos os campos floridos, alegres amores perfeitos, alfazema e tomilho n'um prado, e tambem rosmaninho.

Quando passamos pela ponte, que treme a cada passo que se dá, julgamos morrer: ah paz! ah paz! Salva os peregrinos Santiago!

Em Burgos, a confraria, maravilhosa coisa nos mostrou, na igreja, oh terror! um Cristo suava o seu suor!

Na cidade de Leão, cantamos uma canção, e as damas em abundancia vinham ouvir os filhos da França.

Nos montes das Asturias os peregrinos tiveram muito frio. Em Salvador adoramos de joelhos, dia e noite, um cravo da cruz.

Quando chegamos a Ribadeu, os guardas quizeram meter-nos na cadeia, velhos e novos todos dissemos: os auvernhezes são por Geraldo e pelo abade.

Diante do juiz lhe dissemos que para orar a Deus vinhamos, não para fazer mal ou causar damno, o juiz (respondeu): ide em paz, boa viagem.

Estamos na Galiza, oh Santiago! guardae os peregri-

---

[1] Não é esta a traducção literal, mas a exclamação *pecaïre!* é quasi intraduzivel.

nos de cair em pecado e dae-lhes queijo e trigo para fazer grande provisão.

Pedimos pelo senhor Abade que a todos nos reconfortou. Na casa e sobre a montanha, pão, vinho, e carne. Amen.

Nota VII. Influencia provençal na constituição do português e castelhano (pag. 191). — Deixando para outro trabalho a ampliação d'este assunto, faremos notar aqui que o signal ortografico portuguez *nh*, que em castelhano é *ñ*, em catalão *ny* e em francez *gn*, tem uma origem provençal, assim como o *lh* que em qualquer dos idiomas antes citado é *ll* e só nos poemas dos trovadores encontra o mesmo valor.

Igualmente não nos parece inutil dizer que se, por exemplo, a linguagem em que está escrita a poesia de Rimbaldo de Vaqueiras citada na nota seguinte, é — talvez por incorreção dos copistas — mais provençal do que galega, igual facto se observa em todos os antigos documentos da lingua castelhana sem que a mesma desculpa possa ser invocada. Assim nos versos citados na nota anterior vemos as palavras *Sanctidad, grant homildat, grant solenidat, magestat, et home*, e outras que são legitimamente catalãs ou provençaes.

Folheando as obras do Infante D. João Manoel, do Arcipreste da Hita e outros progenitores da literatura espanhola encontram-se palavras que são tão catalãs como castelhanas ou — modificando a ortografia — portuguêsas: *fruytas, palla* (pronuncie *palha*), *judgar, maltractado, maravella* (pronuncie *maravelha*), *brandar, candela, ezquerra, muller* (pron. *mulher*) e muitas outras.

No *Libro de los Reyes Magos* encontram-se versos como este:

> *Deus* criador qual *marauela*
> no sè qual és *achesta* strela;

frases em que se diz: «todo esto non *val* uno *figo*» e que «uno *home* ès nacido de carne», ou ainda que «todo el dia estaban en su *mester*» e varias que provam até que ponto as tres linguas hispanicas tinham um fundo comum, tirado, ao que parece, da primogenita de todas elas.

João Ruiz, o Arcipreste de Hita, afirma que:

Homes, aves, animalia, toda bestia de cueva
Quieren segunt natura compaña siempre nueva,

e, ao tempo em que isto escreveu, podia ser compreendido de um extremo ao outro da peninsula.

Hoje já não succede assim: *palla, muller, figo, home, mester*, continuando a ser quasi iguaes ou iguaes em catalão e portuguez, transformaram-se na lingua de Castela em *paja, mujer, higo, hombre, menester*, e embora a transformação não tenha sido muito radical e não tenha sido tão completa que se não possam encontrar no dicionario da Academia espanhola para cima de tresentas palavras *absolutamente* iguaes em castelhano e catalão, notaveis diferenças separam os tres idiomas latinos peninsulares; a sua marcha historica, o seu aperfeiçoamento, abriu entre eles abismos que seriam insuperaveis se o dialéto aragonez, melhor dito: o castelhano tal como se fala em Aragão, cheio de palavras lemosinas e expressões originaes, não estabelecesse uma ponte entre a lingua de Fr. Luiz de Leão e a de Ausias March, igual á que o galego moderno, tão semelhante ainda ao portuguès, estabelece entre este idioma e o castelhano.

Nota VIII. Poesia de Rimbaldo de Vaqueiras (pag. 194). — É esta a composição a que nos referimos no texto:

Mas tan temo voste pleito
todo'n soi escarmentado:
per vós ai pena é maltreito
e mei corpo lacerado.
La nueit quan soy a mei leito
soy mochas ves resperado
per vos, cre, e non prefeito;
fallit soi en meu cuidado
mas que falli non cuideio...
Moun corassó m'avetz treio
e mout gen faulam furtado.

Nota IX. O Amadis de Gaula (pag. 202). — Na mesma epoca em que as letras castelhanas produziam pela penna de Fernando Rojas uma das obras de realismo mais cru que tem a literatura universal: *A Celestina* ou *Tragi-comedia de Calixto y de Melibea,* romance dialogado de fundo profundamente moral mas de detalhes escabrosos somente comparaveis, na antiguidade, ás passagens mais dificeis das *Pastoraes* de Longo ou do *Sotiricon* de Tito Petronio, e quasi sem igual nas obras mais duras dos realistas modernos, o romance de cavalaria, genero exotico na peninsula, atinge a mais alta espiritualidade na figura por vezes genial de Amadis, o prototipo do valor e da castidade, elevando-se pelo esforço e pelo sofrimento até o heroismo e até á gloria.

A coexistencia d'estas duas obras n'uma mesma epoca — ambas appareceram em 1492 — é um singular fenomeno. Sendo o escritor o producto do meio em que vive, como poude a mesma sociedade que deu logar á *Celestina* produzir tambem o *Amadis de Gaula?*

Esta anormalidade esplica-se tendo em conta que a *Tragi-comedia de Calixto y Melibea* é uma obra castelhana e o *Amadis* não o é.

Embora traduzido ou imitado em castelhano por Garcia Ordoñes de Montalvo, o *Amadis,* romance considerado como espanhol por grande numero de criticos [1], é uma obra originalmente portuguêsa, escrita por Vasco de Lobeira como dizemos no texto e como o prova o testemunho de auctores da epoca: o de Gomes Eannes de Azurara na *Cronica do conde D. Pedro,* e o de D. Afonso, filho bastardo de D. João I, n'um soneto publicado por Antonio Ferreira nos *Poemas Luzitanos,* onde, para desfazer todas as duvidas, se diz:

Bom Vasco de Lobeira, e de grã sem.
De grão que vos avedes bem contado
O feito d'Amadis o namorado,
Sem contar onde por contar hirem
E tanto nos aprangue ca tambem,
Que vos sendes sempre ende loado.

---

[1] Vide Ticknor: *Histoire de la littérature espagnole* (trad. Magnabla, Paris 1864), I, cap. XI e XII.

Nota X. Corrupção do clero (pag. 207). — Já que a marcha do livro nos levou a tratar este assunto para atenuar a conduta dos trovadores, convem entender que os abusos a que nos referimos no texto se davam em grande parte entre tonsurados que, embora clerigos, não eram sacerdotes.

Ainda quando, já na Renascença, se possam citar prelados como Afonso de Aragão, arcebispo de Saragoça; Alonso Carillo, arcebispo de Toledo; e o cardeal Pedro de Mendoza, de quem a opinião publica apontava os filhos bastardos, em realidade os grandes escandalos cometidos n'aquela epoca eram devidos a individuos que, sem profissão nem vocação, se acolhiam á sombra da Igreja — então poderosissima — e, resguardando-se com a imunidade eclesiastica, se furtavam á jurisdição do poder civil.

Estas criaturas conjuntamente com os irmãos leigos das ordens religiosas — que tão severa critica mereceram depois a Hurtado de Mendoza no *Lazarillo de Tormes* — eram a maior praga da Igreja de Espanha. Eles ocupam os episodios mais sangrentos das novelas picarescas, eles promovem escandalos, eles preocupam as Côrtes, eles dão que fazer aos Concilios.

Serventuarios — na maior parte das vezes — das catedraes e colegiadas, era-lhes permitido o matrimonio por disposições especiaes revogadas depois, mas, mesmo assim, a tanto chegou a corrupção nos seculos XIV, XV e principio do XVI, que os reis não tinham outra preocupação mais imperiosa que a de diminuir-lhes o numero ou sujeita-los á sua jurisdição.

Para conseguir tal fim o poder temporal valia-se de todos os pretextos. As leis portuguêsas, por exemplo, permitiam, de acordo com o direito canonico, o casamento a estes a quem os espanhoes chamavam *clerigos de corona*, mas exigindo-lhes, sempre em harmonia com a legislação da Igreja, que o fizessem com mulher virgem, isso mesmo lhes servia para os roubar tanto quanto possivel ao foro eclesiastico.

Assim já n'um documento do seculo XIII, mandado lavrar pelo rei D. Afonso III ante os procuradores do clero, se diz que « *se algum clerigo de ordens menores casa com mulher virgem e trage habito de Clerigo; este em todas as cousas he da jurisdiçom d'el-Rei, deve responder perdante el Rei, ou perdante seu juiz leigo; salvo se alguem o ferir será excomungado, ou se for demandado criminalmente de feito crime, então deve responder perdante seu Bispo* », res-

trição esta que logo é anulada mais adiante, a titulo VI, para os tonsurados que casarem segunda vez, nos termos seguintes: *«se algum Clerigo he bigamo, assim como, se algum Clerigo casa com mulher virgem, e aquela morta, casa com outra viuva corrupta, este Clerigo perde todo o privilegio de Clerigo, nem deve trazer coroa, nem habito de Clerigo, e logo deve ser sob a jurisdiçom d'el-Rei, em poder de seu juiz leigo; e perdante elle deve responder, e por elle deve ser julgado».* [1]

Comtudo, a pezar d'estas disposições legaes, semelhantes em toda a peninsula, o escandalo foi a tanto que as leis castelhanas, n'uma disposição sem precedentes no mundo, chegaram a considerar, sob a pressão dos costumes publicos, como herdeiro natural, em caso de morte *ab intestato*, o filho bastardo d'um padre [2], e o concilio de Sevilha, reunido em 1512, não podendo desterrar dos costumes eclesiasticos a praga do concubinato, recomendou que, pelo menos, os sacerdotes — não já simples tonsurados — que se encontrassem em taes condições, se abstiveram de se apresentar no casamento de seus filhos ou filhas e de deixar a fortuna em testamento á mulher a quem a opinião publica designava como sua amante [3].

Em Portugal que tal estado de coisas era identico provam-no exuberantemente os textos das *concordatas* patuadas entre o clero e os reis, existentes no arquivo da Torre do Tombo e transcritas por Pereira de Castro na *Manomachia* e *Manu-Regia.*

Assim, de uma *concordia* feita em Santarem com el-rei D. João I em 1427, se vê que, de tal modo estava enraizado o costume, que os clerigos, tendo-o já como coisa corrente, se queixam no titulo LXXI de que *«prendem os Frades e Clerigos com mulheres solteiras e os levão ás cadeias e os tem nas suas prizoens»*, e, querendo estender a sua imunidade eclesiastica até as proprias concubinas, reclamam contra os *«que se vão ás cazas dos Clerigos e Beneficiados e lhes tomão os penhores e ás mulheres delles despem as saias, e porque as nom querem leixar, dão-lhes ao páo, e punhadas e couces*

---

[1] Transcrito por Gabriel Pereira de Castro no seu tratado de *Manu-Regia.*

[2] Mariana: *Historia de España*, l. XXXII, c. XVIII.

[3] Aguirre: *Collectio maxima conciliorum omnium Hispaniae*, tom. IV, pag. 11 e s. s.

›or *as penas que as barregans hão de pagar*», merecendo ıssim del-rei a natural resposta que «*da pena que lhes poem às mulheres que são leigas e da sua jurisdiçom nom tem elles em esto que fazer nada*» e, o que é mais, que, como consta da mesma *concordia* a titulo XXI, «*por bem communal da terra e por se evitarem os fornizios a todos os de seos Reinos em o cazo das barregans*», se determinasse como lei geral que toda e qualquer mulher que, amancebada com um homem, o roubasse, não podesse ser perseguida.

E, n'estas condições, já não se estranharão os desregrados costumes dos nobres e dos monarcas d'aquela epoca, e, muito menos, os dos trovadores, poetas quasi sempre no verdor da mocidade e a quem a vida errante proporcionava galantes aventuras.

Nota XI. **O cantico do sol** (pag. 207). — Ainda quando esteja fora do seu logar n'este trabalho, não sabemos resistir á tentação de citar o admiravel *Cantico do sol*, a maravilhosa produção de S. Francisco. Muito conhecido como é, contudo não o é tanto qual merece esta genial revelação da alma mais poetica da Idade Media:

— Altissimo, omnipotente, bone Signore: tue son la laude, la gloria, l'onore, ed ogni benedictione. A te solo si confanno, e nullo uome é degno di nomarte.
Laudato sia Dio mio Signore, con tutte le creature specialmente messer lo frate Sole, il quale giorna et allumina nui per lui: ed ello é bello é radiante con grande splendore, e di te, Signore, porta significanza.
Laudato sia, mio Signore, per suor Luna, e per le stelle; in quale in cielo le hai formate chiare belle
Laudato sia, mio Signore, per frate vento e per l'aire e nuvolo e sereno e ogni tempo: per li quale dai a tutte creature sustentamento.
Laudato sia, mio Signore, per suor acqua, la quale é molto utile e laudevole e preciosa e casta.
Laudato sia, mio Signore, per frate focho, per lo quale tu allumini la nocte ed ello é bello e giocondo e robustissimo e forte.
Laudato sia, mio Signore, per nostra madre terra, la quale ne sustenta e governa, e produce diverse frutta e coloriti fiori ed erbe.

Nota XII. Pedro *o catolico* e as mulheres (pag. 218). — A fama de prodigo em seus amores que a Historia atribue a Pedro II de Aragão está efectivamente confirmada por alguns factos historicos. Enquanto á tese a que aludimos no texto, seu proprio filho Jaime I o *conquistador*, escrevendo os seus famosos *Comentarios*, parece-a confirmar dizendo: « *les gents de aquelles terres vegueren á nostre pare, é dixeron li quell podia ser senyor de aquelles terres, si ell les volia pendre ne emparar. E' el Rey en Pere, pare nostre, era franch é fort piadós, é ab la pietat que ell prés dells, dix que sen empararia, et ab belles paravles enganavenlo, e de una parte li ho daven de paravla è de altra part li ho tolien per obra: car nos hoym dir an G. de Cervera é an Arnau de Castellbó è an Dalmau de Crexell é daltres, qui eran ab elle, que li deyen: Senyor, veus nostres castells é nostres viles emparats vos ne é metets ni vostres balles. E can ell ho volia fer emparar dixerenli: Senyor, congitarets, nostres mulleres de nostres cases, mes nos é elles ne feren vostres en farent vostra volentat. E per aquesta manera no li atenyien con que li prometien é mostraven li llurs mullers é llurs filles é llurs parentes, les pus belles que podian trovar. E can sabien que ell era hom de fembres tolien li son bon proposit, é feyen lo mudar en ço que ell volien.* »

Nota XIII. Nós que valemos tanto como vós... (pag. 232). — A segunda das formulas transcritas no texto era, segundo a afirmação de Francisco Hotman na sua *Franco-Galia*, a usada pelos proceros aragoneses, a primeira corresponde á versão exposta por Antonio Perez, o valido de Filipe II, no livro *Relaciones* publicado em Paris em 1591.

Ambas tem sido negadas pelos historiadores modernos. Antequera na sua *Historia de la legislacion española* [1] diz que uma e outra foram inventadas pelas necessidades de uma causa politica e pertencem ao dominio da lenda, e, seguindo esta opinião, muitos outros auctores têm negado fé á afirmação dos dois cronistas das coisas de Aragão.

Contudo, como faz notar Balaguer, entre Hotman e Antonio Perez ha o testemunho de Jeronimo Blancas, cronista oficial e notario do reino, que escrevendo em 1584, isto é: de-

---

[1] Pag. 297.

pois do primeiro e antes do segundo, se refere á formula da *Franco-Galia* e d'ela diz que: *si bien no la tenemos, que sepamos nosotros, autorizada por escrituras solemnes, no se funda em meras conjeturas ò adivinaciones, sino en la tradicion universal y constante, derivada de nuestros primeros siglos, formula, lo mismo por nosotros que por mayores, celebrada en las reuniones cotidianas, y tanto, que à nadie le es licito poner en duda su certidumbre y autenticidad* [1].

A autoridade de Blancas, insuspeito em absoluto de parcialidade, não foi posta em duvida até hoje por pessoa alguma, todos o veneram como sistematicamente verdadeiro, e para confirmar as suas palavras temos o proprio texto do *Privilegio da União* outorgado por Afonso III, a que no texto nos referimos, documento rarissimo do qual a *Academia de la Historia* de Madrid possue um exemplar, duplamente valioso por ter sido dos poucos que se salvaram da destrução ordenada por el-rei D. Pedro o *cerimonioso* e por ter pertencido e estar anotado pelo cronista Jeronimo Zurita.

N'ele, em realidade, não se mencionam nem as palavras de Hotman nem as de Perez, mas, se os termos faltam, o espirito lá se encontra, e singularmente os periodos por nós postos em italico equivalem bem a formula: *y si no; no;* valorisada ainda por ser o proprio monarca quem permite aos seus subditos tirar-lhe a coroa e depo-lo do solio.

Ei-lo copiado á letra:

Privilegio de la Union

SEPAN todos omnes quantos aquesto veran que nos don Alfonso por la gracia de dios Rey de Aragon, de Mayorchas, de Valencia, Compte de barçelona, por nos e por nuestros successores qui por tiempo regnaran en Aragon. Damos y atorgamos á uos Nobles don fortunyno por aquella misma graçia vispe de Çaragoça. Don pedro seynnor de ayerbe tio nuestro, don Exemem de Urreya. Don Blasco de Alagon. Don Pedro Jurdan de penna seynnor de arenoso. Don Amor dionis. D. Guillen de Alcalá de Quinto. Don Pedro ladron de bidaure. Don Pedro Ferriç de sesse, fortun de Vergua, seynnor de penna. Don Gil de bidaure. Don Corbaran daunes.

---

[1] *Comentarios* — Las cosas de Aragon.

Don Gabriel dionis. Pero Ferrandeç de Vergoa seynnor de pueyo. Don Xemen pereç de pina. Don Martin roiç de foçeç. fortun de vergoa de ossera. Et a los otros Meçnaderos. Caualleros, Infançones de los Regnos de Aragon, e de Valencia y de Ribagorça agora ajustados en la Ciudad de Çaragoça e a los procuradores e a toda la vniuersidat de la dita ciudat de Çaragoça, assi a los clerigos como a los legos presentes e auenideros. Que nos ni los nuestros successores qui en el dito Regno de Aragon por tiempo regnaran ni otri por mandamiento nuestro matemos ni estemos ni matar ni estemar mandemos ni fagamos ni preso o pressos sobre fiança dreyto detengamos ni detener fagamos agóra ni en algun tiempo alguno o algunos de nos sobreditos Ricos omes Mesnaderos caualleros Infançones procuradores y universidat de la dita Ciudat de Çaragoça, assi clerigos como legos presentes e auenideros. Ni en cara alguno o algunos de los otros Ricos omes Mesnaderos Caualleros Infançones del Regno de Aragon del Regno de valencia e de Ribagorça ni de sus successores sines de sentencia dada por la Justicia de Aragon dentro en la Ciudat de Çaragoça con conseyllo e otorgamiento de la Cort de Aragon o de mayor partida clamada e ajustada en la dita Ciudat de Çaragoça. Item damos e atorgamos a los omes de las otras Ciudades, villas y villeros e logares de los ditos Regnos de Aragon e de Ribagorça e a sus successores que non sian muertos ni estemados ni detenidos sobre fiança de dreito sines sentencia dada por los Justicias de aquellos logares por qui deuam ser julgados segun fuero si doncas no sera ladron ó ropador Manifiesto qui sera trovado con fuerto ó con roperia ó traidor manifiesto. Si por auentura algun Justicia ó official contra aquesto fara, sia del feyta justicia corporal. Et a obseruar tener complir seguir el present privilleyo e todos los sobreditos capitolos ó articlos y cada vno dellos e todas las cosas e cada una en ellos y en el cada uno dellos contenidas e non contrauenir por nos ni por otri por nuestro mandamiento en todo ó en partida agora ni algum tiempo obligamos y ponemos en tenencia y en Rahenas a vos y a los vuestros successores aquestos castiellos que se siguen. És a saber, el castiello de Moncluso. Item el castiello de boleya. Item el castiello dito de un Castiello. Item el castello de Sós. Item el castiello de Malon. Item el castiello de fariça. Item el castiello de vardeyon. Item el Castiello de Somet. Item el castiello de boria. Item el castiello de Rueda. Item el castiello de darocha. Item el castiello de Huèsa. Item el castiello de Moriella. Item el castiello de vxon. Item el castiello Exa-

tiva. Item el castiello de biar. lus tal condicio que si nos o los nuestros successores qui por tiempo Regnaran en Aragon faremos ho veniremos en todo o en partida contra el dito priuileio o contra los sobreditos capitolos o articlos e las cosas en ellos e en cada uno dellos contenidas. Que daquella hora adelant nos e los nuestros ayamos perdudo por a todos tiempos todos los ditos Castiellos. De los cuales castiellos vos e los vuestros podades façer e fagades a todas nuestras propias voluntades assi como de vuestra propia cosa. Et dar y linar aquellos castiellos si querredes a otro Rey é Seynnor por esto, *porque si lo que Deus non quiera nos o los nuestros successores contrauiniesemos a lás cosas sobreditas en todo o en partida. Queremos e otorgamos y expressament de certa sciencia assi la ora como agora consentimos. Que da quella ora á nos ni á los successores ni el dito Regno de Aragon non tengades ni ayades por Reyes ni por Seynnores en algun tiempo. Ante sines algun blasmo de fe e de leyaldat podades façer y fagades otro Rey é seynnor cual querredes é don querredes.* Et dar le y livrarle los ditos castiellos y á vos mismos en uasayos suyos. Et nos ni los nuestros successores nunca en algun tiempo a vos ni a los successores demanda ni question alguna vos en fagan ni façer fagamos ni en end podamos forçar, ante luego de present por nos e por nuestros successores soldamos diffinidamente equita a vos et a vuestros successores de fé de Jura de naturaleça de fieldat de seynnorio de vassallacio o de todo otro cualquiera deudo de vassayllo o natural deue é yes tenido a seynnor en cualquiera manera o raçon. E todos los sobreditos articlos o capitoles e cada vno dellos et todas las cosas é cada una en ellos y en el dito priuileio contenidos atender é complir é seguir y obseruar a todos tiempos, y en alguna no contravenir por nos e los nuestros successores. Juramos a vos por Dios e la crus e los sanctos euangelios delante nos puestos e corporalment tocados. Actum est Caezarauguste, Kalenda V iaunari. Anno domini MCCLXXX. Septimo.

Signum Alfonsi Dei gratia, Regis Aragonum. Maioricarum, y valencie. ac Comes Barchinone. Testes Sunt. Arnaldus Rogeri Comes pallyariencis. Petrus Ferdinandi dominus de Ixar patruns predicti domini Regis. Guillelmus de Anquelaria. Bernardus de podio viridi. Petrus Sesse Signum Jacobi de Cabannis scriptoris dicti domine Regis Qui de mandato ipsius hec scribi fecit y clausit loco die y anno prefixes.

Nota XIV. « Hermandad » dos reinos de Leão, Galiza e Castela contra Afonso X (pag. 259). — « Para dar uma ideia, diz Jaime Balmes ao citar a carta d'esta união na sua obra sobre o Protestantismo, para dar uma ideia de como se tratava n'aqueles tempos de limitar o poder do monarca, formando associações entre os povos e até entre estes e os grandes e o clero, ponho aqui a carta da *« hermandad »* que fizeram os reinos de Leão e Galiza com o de Castela, tal como se encontra na coleção: *Bullarium ordinis Militae Sancti Jacobi Gloriosissimi Hispaniarum patroni*, pag. 223, na qual se pode ver que já então existia um vivo instinto de liberdade, ainda quando limitadas as ideias a um ponto de vista secundario.

I. En el nombre de Dios é de Santa Maria. Amen. Sepan quantos esta carta vieren como por muchos desafueros, é muchos daños, é muchas forcias, é muertes, é prisiones, é despachamentos sin ser oidos, é deshonras, é otras muchas cosas sin guisa que eran contra Dios é contra Justicia é contra fuero é gran daño de todos los Reynos que nos el Rey D. Afonso facia, por ende Nos los Infantes é los Prelladors é los ricos Omes, é los Conceios, é las Ordenes, é la Cavalleria del Regno de Leon, é de Galicia veyendo que eramos desaforados é mall trechos segun sobredicho és, é que non llo podiemos sofrir, nuestro Señor el Infante D. Sancho tovo por bien é mandó que fuessemos todos de vna voluntad é de vn corazon el conusco, é nos con ell para mantenermos en nuestros fueros é nuestros privilegios, é nuestras cartas, é nuestros vsos, é nuestras costumbres, é nuestras libertades é nuestras franquezas, que oviemos en tiempo del Rey don Alfonso so visavuelo que venció la Bataia de Merida, é en tiempo del Rey D. Fernando so avuelo, é del Emperador é de los otros Reys de España que fueron ante dellos é del Rey D. Alfonso so padre aquellos de que nos mais pagarnos, é fizonos iurar é prometer segund dizen las cartas que son entre ell e Nós. E veiendo que és á servicio de Dios é de Santa Maria é de la Corte Celestiall, é guarda é onrra de Sancta Iglecia, é del Infante D. Sancho é de los Reyes que seran despues dell, é proe de toda la tierra, fasemos Hermandat, é establecemos agora siempre jamás Nos todos los Regnos sobredichos con los Conceios del Regno de Castiella é con llos Infantes é con llos Ricos Omes é con llos fijosdalgo é con llos Prellados é com llas Ordenes é con llos Cavalleros, é con todos los otros que hi son, é quisieren ser en esta guisa.

II. Que guardemos á nuestro Señor el Infante D. San-

cho é á todos los otros Reys que depués dell vernan todos sus derechos, é todos sus Señorios bien é cumplidamientre assi como gelos prometimos, é se contienen en ell Privileio que nos el dió en esta razon. E nombrada mientre la Justicia por razon del Señorio. E Martiniega do la solien dar de derecho al Rey D. Alfonso que venció la Bataia de Merida. E Moneda acabo de siete años do la solien dar, é como la solien dar non mandando ellos labrar Moneda. Jantar ali do la solien aver los Reyes de fuero vna vez en ell año veniendo al Lugar assi como la daban al Rey D. Alfonso so visavuelo é al Rey D. Fernando so avuelo los sobredichos. Fonsadera quando fuer en Hueste ali do la solien dar de fuero é de derecho en tiempo de los Reys sobredichos, guardando a cada vno sos privileios é sus cartas é sus libertades é sus franquezas que tenemos.

III. Otrosi que guardemos todos nuestros fueros é vsos, é costumbres, é privileios, é cartas, é todas nuestras libertades é franquezas siempre en tal manera, que si el Rey ó el Infante D. Sancho, ó los Reys que vernan después dellos, ó otros qualesquier Señores, ó Alcaldes, ó Merinos, ó otros qualesquier Omes nos quisieren pasar contra ello en todo ó en parte dello, ó en qualquier guisa, quier ó en qualquier tiempo, que seamos todos vnos á embiarlo á dezir al Rey, ó á D. Sancho, ó á los Reys que vernan depués dellos, assi como el privileio dize, áquello que fuer á nuestro agravamiento, é si ellos lo quisieren enderezar é si non, que seamos todos vnos á defendernos é ampararmos, assi como dize el privileio que nos dió nuestro Señor el Infante D. Sancho.

IV. Otrosi que ningun Ome desta Hermandat non sea preyndado nin tomado ninguna cosa de lo suyo contra fuero, é contra vso del Lugar en estos Conceios de la Hermandat sobredicha, nin consientan á ninguno quel preynden, mais quell demanden por so fuero ali do debiere.

V. Otrosi ponemos que si Alcalde ó Merino ó otro Ome qualquier matare algun Ome de nuestra Hermandat por carta del Rey ó del Infante D. Sancho ó por so mandato ó de los otros Reys que seran despues dellos sin seer oido é juzgado por fuero que la Hermandat que lo matemos por ello, e si lo aver non pudiermos, que finque por enemigo de la Hermandat é qualquier de la Hermandat que lo encubriere, caya en la pena de peiuro é del omenaie, é quel fagamos assi como aquel que va contra esta Hermandat.

VI. Otrosi ponemos que los diezmos de los Puertos que los non demos sinon aquelos derechos que solien dar en

SEGUNDA PARTE

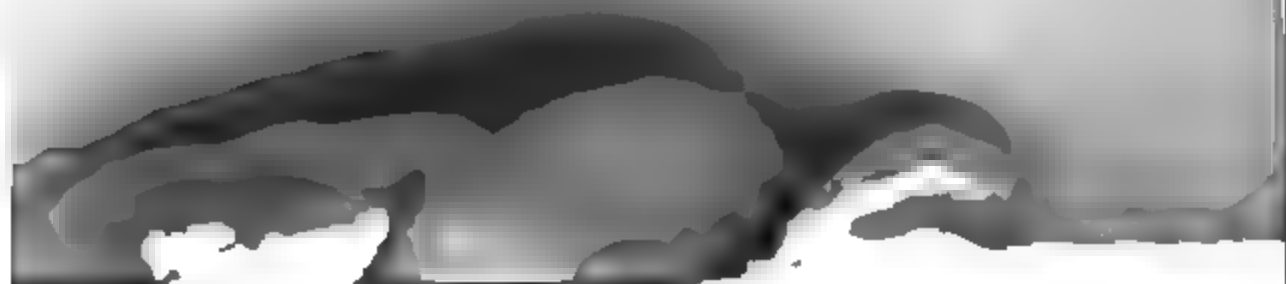
Nota I. O clero e as liberdades politicas peninsulares (pag. 306). — Tratando d'este curiosissimo tema seria melhor remeter o leitor para os capitulos que Balmes lhe dedicou na sua excelente obra sobre o *Protestantismo*, mas, como este trabalho do insigne filosofo catalão não é tão conhecido qual devia, preferimos segui-lo pelo caminho em que ele envereda, vendo nos textos dos velhos auctores espanhoes quaes as opiniões professadas, sob a monarquia absoluta, sobre essa mesma monarquia.

Insusceptiveis de sofismação, esses textos falarão eloquentemente por nós, e, guiado por eles, verá o leitor quão grande em prol da liberdade foi a obra d'esses a quem uma critica ignara acusa de cumplicidade com o despotismo.

Seja o primeiro Fr. João de Santa Maria, franciscano, auctor do *Tratado de republica y policia cristiana, para reyes y principes, y para los que en el gobierno tienen sus veces*, obra impressa em Madrid em 1615 e reimpressa em Barcelona em 1616.

No cap. I: «Em que brevemente se trata do que em si compreende este nome republica e da sua difinição», diz assim: «De sorte, que a monarquia, para que não degenere, não ha de ir solta e absoluta (que é louco o mando e o poder), senão atada ás leis no que se compreende debaixo de lei, e nas coisas particulares, e temporaes ao conselho, pelo freio que ha de ter com a aristocracia, que é a ajuda e conselho dos principaes e sabios, que de não estar assim bem temperada a monarquia, resultam grandes erros no governo, pouca satisfação e muitos desgostos nos governados. Todos os homens que teem existido de melhor juizo, e mais sabios em todas as faculdades, tem tido esta classe de governo pela mais acertada, e sem ele nunca cidade ou reino se teve por bem governado. Os bons reis e grandes governadores sempre o favoreceram; assim como, os que não eram taes, levados da sua soberania, enveredaram por outros caminhos. Conforme com isto, se o monarca, seja quem for, se resolver só pela sua cabeça, sem recorrer ao seu conselho, ou contra o parecer de seus conselheiros,

ainda que acerte na sua resolução, sae dos termos da monarquia e entra nos da tirania.»

No cap. II: que trata «Do que sinifica o nome de rei» encontram-se estes pensamentos: «Aqui fica bem a terceira sinificação d'este nome rei, que é o mesmo que pai; como consta do Genesis onde os siquimitas chamaram ao seu rei: Abimelech, que quer dizer pai meu e senhor meu. E antigamente se chamavam aos reis pais das suas republicas. De aqui é que, definindo o rei Teodorico a magestade real dos reis (segundo refere Casiodoro), diz assim: *Princeps est pastor publicus et communis.* Não é outra coisa o rei senão um pai publico e comum da republica. E por parecer tanto o oficio de rei ao de pai, chamou Platão ao rei pai de familias. E o filosofo Xenofonte disse: *Bonus princeps nihil difert à bono patre.* A diferença não está em mais do que em ter poucos ou muitos sob seu imperio. E por certo que é muito conforme á razão que se dê aos reis este titulo de pais, porque o tem de ser de seus vassalos e de seus reinos, olhando pelo bem e conservação de eles, com afecto e providencia de pais. Não ha melhor modo para bem governar, que vestir-se o rei de amor de pai, e olhar os vassalos como filhos nascidos de suas entranhas. O amor de um pai para com seus filhos, o cuidado de que nada lhes falte, o ser tudo para cada um d'eles tem grande semelhança com a piedade do rei para com os vassalos. Pai se chama e o nome o obriga a corresponder com obras ao que sinifica. Tambem porque este nome pai é muito proprio de reis, que se bem se considera entre os nomes e epitetos de magestade e senhorio, é o maior, e que os compreende a todos, como o genero ás especies, pai sobre senhor, sobre mestre, sobre capitão e caudilho; finalmente, é nome sobre todo outro nome humano, que denota senhorio e providencia. A antiguidade quando queria honrar muito a um imperador chamava-o pai da republica, que era mais que Cezar e que Augusto, e que qualquer outro nome glorioso, ora fosse para os lisongear, ora para os obrigar aos grandes afectos a que obriga este nome de pai. Enfim, com o nome se diz aos reis o que tem de fazer; que tem de reger e governar, e manter em justiça suas republicas e reinos; que tem de conduzir como bons pastores suas racionaes ovelhas; que as tem de medicinar e curar como medicos; e que tem de cuidar a seus vassalos como pais a seus filhos, com prudencia, com amor, com desvelo, sendo mais para eles que para si proprios; porque os reis mais obrigados estão ao reino e a republica que a si mesmos,

porque se olhamos á origem e instituição de rei e reino, encontraremos que o rei se fez para bem do reino, e não o reino para bem do rei.»

No cap. III: «Se o nome de rei é nome de oficio», fala-se do seguinte modo: «E, aparte do que fica dito, o ser o nome de rei nome de oficio, confirma-se com aquela comum sentença: O beneficio se dá pelo oficio. Pelo qual sendo os reis tão grandes beneficiados, não só pelos grandes tributos que lhes dá a republica, senão tambem pelos que levam dos beneficios e rendas eclesiasticas, coisa certa é que têem oficio, e o maior de todos, por cuja causa todo o reino lhes acode e com tanta larguesa: o que já foi dito por São Paulo na carta que escreveu aos Romanos. *Ideo et tributa praestatis*, etc. Não sobrecarregam em vão aos reinos: tantos estados, tantos encargos, tão grandes rendas, tanta autoridade, nome e dignidade tão grande não se lhes dá sem carga. Em vão tiveram o nome de reis, se não tivessem a quem reger e governar, e lhes tocasse esta obrigação: *in multitudine populi dignitas regis*. Tão grande dignidade, tão grandes haveres, tanta grandeza, magestade e honra, com censo perpetuo o tem de reger e governar seus estados, conservando-os com paz e justiça. Saibam, pois, os reis que o são para servir aos reinos, pois tambem para isso lhes pagam, e que tem oficio que os obriga a trabalho. Este é o titulo e nome do rei e do que governa: o que vae adiante não na honra e satisfação somente, mas na solicitude e cuidado. Não pensem que são reis somente de nome e representação, que não estão obrigados a mais que fazer-se adorar, e representar muito bem a pessoa real, e aquela soberana dignidade, como houve algum dos persas e médos, que não foram mais que uma sombra de reis, tão esquecidos de seu oficio, como se o não fossem. Não ha coisa mais morta, e de menos substancia, que uma imagem de sombra, que não move braço nem cabeça senão ao movimento do que a causa. Mandava Deus ao seu povo que não tivesse figuras de escultura, nem pinturas fingidas, que onde não ha mão, a mostram, onde não ha rosto, o descobrem, e onde não ha corpo, o representam á vista, e com acções de vivo, como se vivesse e falasse; porque não é Deus amigo de figuras fingidas de homens pintados, nem reis de talha, como aqueles de quem disse David: *Os habent e non loquentur, oculos habent et non videbunt*. Lingua que não fala, olhos que não vêem, ouvidos que não ouvem, mãos que não obram, para que serve tudo? Não é mais que ser idolos de pedra, que não teem de reis mais do que aquela representação exterior.

Tudo nome e auctoridade, e para nada homens, não diz bem. Os nomes que Deus poz ás coisas são como o titulo de um libro, que em poucas palavras contem o que está n'ele. Este nome rei é dado por Deus aos reis, e n'ele se encerra tudo o que de.oficio estão obrigados a fazer. E se as obras não dizem com o nome, é como quando com a boca diz uma pessoa que sim, e com a cabeça está dizendo que não, que parece coisa de escarneo, e não ha modo de o entender. Burla e engano seria o letreiro na tenda que diz: Aqui se vende ouro fino, se na verdade fosse ouropel. O nome de rei não ha de estar ocioso e como demais na pessoa real; sirva do que sôa e apregoa; reja e governe o que tem nome de rejer e de governar; não hão de ser reis de anel (como dizem) isto é, só de nome... De um rei de Samaria disse Deus que não mais do que um pouco de espuma, que vista de longe parece algo, e chegando-a a tocar não é. *Simia in tecto rex fatuus in solio suo* [1]: Macaca no telhado, que com aparencia de homem a tem por tal quem não sabe o que é; assim um rei fátuo em seu trono. A macaca tambem serve para entreter os rapazes, e o rei de risota aos que o olham sem acções de rei, com auctoridade e sem governo. Um rei vestido de purpura com grande magestade sentado n'um trono, conforme sua grandeza, grave, severo e terrivel na aparencia, e de facto absolutamente nada. Como pintura de mão do grego, que, posta em alto e olhada de longe, parece muito bem e representa muito; mas, de perto, tudo é riscos e borrões... Reconheça-se, pois, o rei por oficial, não só de um oficio, senão por oficial geral e superintendente em todos os oficios, porque em todos tem de entrevir e falar. Santo Agostinho e Santo Tomaz, explicando aquele logar de São Paulo que trata da dignidade Episcopal, dizem que a palavra *Episcopus* se compõe em grego de duas dicções, que significam o mesmo que *Superintendens.* O nome de bispo, de rei, e de qualquer outro superior, é nome que diz superintendencia, e assistencia a todos os oficios. Isto sinifica o cetro real, de que nos actos publicos usam os reis, cerimonia de que usavam os egipcios e a tomaram dos hebreus, que para dar a entender a obrigação de um bom rei pintavam um olho aberto posto no alto, sobre a ponta de uma vara, em forma de cetro, sinificando, n'uma coisa, o poder grande que

[1] São Bernardo: *De considerat. ad Eug.*, cap. VII.

em o rei, e a prudencia, e vigilancia que ha de ter, na outra, que não se ha de contentar com ter somente o supremo poder, e o mais alto e iminente lugar, e, com isso, deitar-se a dormir e descansar, mas que ha de ser o primeiro no governo, e no conselho, e em todos os oficios, desvelando-se em olhar e tornar a olhar como procede cada um no seu. Em cuja sinificação o viu tambem Jeremias quando perguntando-lhe Deus que era o que via, respondeu: *Virgam vigilantem ego video.* Muito bem viste, e de verdade te digo, que eu, que sou cabeça, velarei sobre meu corpo; eu, que sou pastor, velarei sobre minhas ovelhas; eu, que sou rei e monarca, velarei sem descansar sobre todos os meus inferiores. *Regem festinantem,* traduz o Caldeo, rei que se apressa, porque, ainda que tenha olhos, e veja, se está quieto em seu reposo, em seus gostos e passatempos, e não anda de um lado para outro, e procura vêr, e saber quanto de bom e de mao succede em seu reino, é como se não fosse; olhe que é cabeça, e de leão, que mesmo dormindo tem os olhos abertos; que é vara que tem olhos e vela; abra pois os seus, e não durma confiado nos que porventura estão cegos, ou não tem olhos, como as toupeiras: e se os tem, não e mais que para vêr o seu negocio, e avistar de muito longe o que é em ordem á sua medra e acrescentamento, olhos de milhafre e de aves de rapina.»

No capitulo IV, titulado «Do oficio dos reis», fala em notabilissimas palavras da origem do poder real e das suas obrigações: «De aqui se segue que a instituição do estado real ou de rei que se representa na cabeça, não foi só para o uso e aproveitamento do mesmo rei, mas para o de todo o seu reino. Não ha de ter a mira só em suas importancias, mas especialmente no bem de seus vassalos, pois para eles e não para si nasceu rei no mundo. Adverte (disse Seneca ao imperador Nero) *Republicam non esse tuam, sed te reipublicae.* Aqueles primeiros homens que deixando a solidão se juntaram a viver em comunidade, conheceram que naturalmente cada um olha por si e pelos seus, e ninguem por todos; e combinaram escolher um de valor prestante, a quem todos acudissem, e entre todos o mais assinalado em virtude, prudencia e fortaleza, que presidisse a todos e os governasse, que velasse por todos e fosse solicito do proveito, e utilidade comum de todos, como o é um pai de seus filhos, e um pastor de suas ovelhas. E considerando que este tal varão ocupando-se, não em suas coisas, mas nas alheias, não podia manter-se a si e á sua casa (porque então todos

comiam do trabalho de suas mãos) determinaram dar-lhe todos de comer e sustenta-lo, para que não se distraísse n'outras ocupações que as do bem comum, e governo politico. Para este fim foram estabelecidos: este foi o principio que tiveram os reis, e ha de ser o cuidado do bom rei, que cuide mais do bem publico do que do particular. Toda a sua grandeza é á custa de muito cuidado, anciedade e inquietude de alma e corpo; para eles serve de fadiga, e para os outros de descanso, sustento e amparo, como as formosas flôres e frutas, que, ainda quando aformoseiam a arvore, não são tanto para ela, e por seu respeito, quanto para os outros. Não pensa ninguem que todo o bem está na formosura e bizarria com que campeia a flôr e campeiam os floridos do mundo: os poderosos reis e principes, flôres são, mas flôres que consomem a vida e dão muito cuidado, e a fruta outros a gozam mais do que eles proprios. Porque (como diz Filon Judeu) o rei para seu reino, é o que o sabio para o inorante, o que o pastor para as ovelhas, o que o pai para os filhos, o que a luz para as trevas e o que Deus aqui na terra para todas as suas criaturas, que este titulo deu a Moisés quando o fez rei, e caudilho de seu povo, que foi dizer-lhe que havia de ser como Deus, pai comum de todos, que a tudo isto obriga o oficio e dignidade de rei. *Omnium domos illius vigilia defendit, omnium otium illius industria, omnium vacationem illius occupatio* [1]. Assim o disse o profeta Samuel ao rei Saul, recem eleito rei, declarando-lhe as obrigações do seu oficio: Olha, Saul, que hoje te ungiu Deus em rei, sobre todo este reino; de oficio estás obrigado a todo o seu governo; não te fizeram rei para que te ponhas a dormir e te honres, e autorises com a autoridade real, mas para que o governes e mantenhas em paz e justiça, para que o defendas e ampares de seus inimigos: *Rex iligitur, non ut sui ipsius curam habeat* (disse Socrates) *et sese molliter curet, set ut per ipsum ii, qui elegerunt, bene, beateque vivant.* Não foram criados nem introduzidos no mundo só para a sua comodidade e deleite, e que todos os bons bocados sirvam a seu prato (que se assim fosse, ninguem se lhes sujeitaria de graça), mas para o proveito, e bem comum de todos os seus vassalos, para seu governo, para seu amparo, para seu aumento, para sua conservação e para seu serviço, que assim se pode dizer, porque embora aparentemente o

---

[1] Seneca: *Lib. de consol.*

cetro e a coroa tenham cara de imperio e senhorio, em todo rigor o oficio é de servo. *Servus comunis, sive servus honoratus*, chamam alguns ao rei. *Quia á tota Republica stipendia accipit, ut servia omnibus*. E é titulo de que tambem se honra o Summo Pontifice: *Servus servorum Dei*. E ainda que antigamente este nome de servo era infame, depois que Cristo o recebeu em sua pessoa, ficou honrado; e, como não repugna nem contradiz ao ser e natureza de filho de Deus, muito menos ao ser e grandeza de rei.» «O que bem sabe e entende que coisa seja governar, e ser cabeça, sabe que governo e carga são a mesma coisa. E os proprios verbos *Regere* e *Portare* são sinonimos e tem a mesma sinificação: não ha governo ou cargo, sem carga e trabalho.»

— Depois d'esta extensa mas util citação de tão notaveis palavras que, hoje escritas n'uma gazeta, talvez valessem ao bom do franciscano, processos, vexames e prisões que em nada comoveriam, n'estes tempos de pseudo-liberdade, aos zelosos apologistas do progresso moderno, podemos dar a palavra ao Padre Marques, autor do notavel livro: *El Gobernador Cristiano*.

Preciosissimo trabalho que mereceu as honras de cinco edições e duas traduções [1], a obra do famoso frade da Ordem de St. Agostinho que se chamou Rev. Padre Mestre João Marques, e foi nada menos que pregador de S. M. elrei D. Filipe III, Qualificador do Santo Oficio e Catedratico de vesperas de Teologia na Universidade de Salamanca, tem paginas magistraes onde muito tem a aprender o espirito moderno.

Escutem as suas lições aqueles que por ser passado o tempo em que, a exemplo de Maquiavel, se escreviam *Artes de reinar*, julgam que a humanidade só começou a conhecer as leis sociaes que a regem quando alguem se lembrou de chamar com o nome hibrido de *Sociologia* uma ciencia de ha muito existente, ainda que destituida de metodos proprios.

Ouçamo-lo especialmente quando fala de tão gravissima materia qual é a do direito que teem os governos de tributar os povos:

---

[1] Salamanca 1612; Salamanca 1619; Alcalá 1634; Madrid 1640; Bruxelas 1664; Madrid 1773, e traduções: francêsa (Nancy 1621) pelo Senhor de Virion, conselheiro do Duque de Lorena, e italiana (Napoles 1646) pelo Padre Martinho de S. Bernardo, da Ordem de Cister.

— «Não chegarei eu a pedir (aos reis) que façam tanto como Moisés; porque não teem as ajudas de custo que ele teve para aliviar seus reinos, nem a vara que Deus lhe deu para tirar agua da pedra em tempo de necessidade. Mas advertir-lhes-ei que olhem muito os novos tributos que pedem a seus vassalos, e as novas cargas que lhes impoem, e se considerem obrigados a justificar primeiro a causa com toda a verdade, e sem côres fingidas, trazendo sempre ante seus olhos, que vivem na presença de Deus e que Ele lhes está olhando as mãos e lhes pedirá severas contas do que fizerem. Porque (como dizia Nizianzeno) o Filho de Deus nasceu de proposito em tempo de proscrições e tributos, para envergonhar os reis, que as impuseram por capricho; e dar-lhes a entender que o tem de encontrar quando menos esperem, examinando até o mais esquecido maravedi, aquele de que menos caso tivermos feito.»

«Com que se reprova a falsa persuação de alguns aduladores, que, para ganhar graças de seus principes, lhes dizem que podem tudo, que são *senhores dos bens e das pessoas de seus vassalos*, e podem servir-se de ambas coisas em quanto lhes aprouver: e para provar esta afirmação, soem valer-se (como eu já vi) da historia de Samuel que, pedindo-lhe rei o povo de Deus, lhe respondeu de sua parte, que se o queria o havia de receber com terriveis condições; porque lhes tiraria os campos, as vinhas e os olivaes para os dar a seus criados: se serviria de suas filhas como de escravas, ocupando-as em que amassassem o pão de sua mesa, e fisessem perfumes e conservas para seu regalo, sem reparar em que, segundo diz João Bodino, é esta uma interpretação de Filipe Melancton, causa bastante para te-la por suspeitosa, nem em que, como disse São Gregorio, e depois d'ele tem feito notar outros auctores, ali não se estabeleceu o justo direito dos reis, antes se avisou a tirania de muitos; nem se disse o que os bons principes poderiam fazer, mas o que fariam os maos. Pois por haver tomado o rei Acab a vinha de Naboth, se irou Deus contra ele, e a pagou da maneira que sabemos; e o rei David, seu escolhido, pedindo sitio para edificar o altar de Jebuseo, nunca o quiz de outra forma do que pagando o que valia.»

«Pelo qual devem os principes examinar com grande atenção a justiça das novas contribuições; porque cessando esta, como os Doutores resolvem, seria roubo manifesto gravar em pouco, ou em muito, aos vassalos. Tão certa e tão catolica é esta verdade, que mesmo os tributos necessarios não os pode impor o principe — afirmam homens de

boas letras — sem o consentimento do reino. Porque, não sendo (como não é) senhor dos bens, tampouco poderá servir-se de eles sem a vontade dos que lhos hão de dar. E n'este costume estão de ha grande tempo os reinos de Castela, em que por leis reaes não se reparte novo tributo, sem que primeiro o aprovem as Côrtes, e ainda depois da resolução d'estas, se torna a votar nas cidades; e até que venha a adesão da maioria d'elas, não pensa o principe que obteve a pretenção. Em Inglaterra fez a mesma lei Eduardo primeiro, como afirmam graves auctores: e em França, escreve Filipe de Comines, que antigamente se fazia outro tanto, até que o rei Carlos VII, apertado de uma grande necessidade, fez de facto, e mandou repartir certo tributo, sem esperar a vontade das Côrtes; com que causou uma chaga muito grave em seu reino e de que por muito tempo correrá sangue. E ha quem ponha em cabeça de este auctor, que então se disse publicamente que tinha saido el-rei da tutela do reino: mas que a ele lhe parece, que sem o seu consentimento, não podem os reis tributa-los n'um só maravedi; e que os que fazem o contrario, encorrem n'uma excomunhão papal, que deve ser a da bula *In Caena Domini.*» [1]

«... E que possam mandar os principes, que os vassalos deem a menos preço, e até de graça, parte dos seus bens, costuma-se a fundar uma lei que diz, que levando uma nau muitas mercadorias, e levantando-se uma grande tempestade, que obrigou a deitar alguma á agua, os donos do que se salvou, tem a obrigação de dar a *pro-rata* aos que tiveram a perda até recompensa-los do que perderam. De onde Bartulo e outros colegiram, que em tempo de necessidade e carestia pode o principe mandar, que os subditos deem até de graça, e muito melhor a menos preço parte da sua fazenda aos que d'ela hão mister; e dizem, que não ha duvida em que poderia o principe fazer bens comuns, como o eram antes do direito das gentes, e conseguintemente tira-los a um para os dar a outro de seus vassalos.»

«E é certo que nos direitos dos reis de Israel se diz,

[1] Como nota a este paragrafo do douto auctor do *Gobernador Cristiano* devemos advertir o leitor que o não saiba que a bula *In Caena Domini* começou a encontrar desde a Renascença, por parte dos reis, grandes obstaculos a sua publicação e divulgação na peninsula, chegando mesmo a de todo ser prohibida.

que o rei que Deus elegesse, tiraria as vinhas e herdades do subdito para fazer mercê d'elas aos criados. Mas d'este texto não se valem os Doutores; porque como dissemos no capitulo XVI do livro primeiro, não se fala n'ele dos direitos dos bons reis, mas da tirania dos maos. Mas se se olha bem a Escritura, é impossivel que deixe de favorecer a esta ou áquela opinião, porque se pretendeu estabelecer, que os reis teriam em consciencia toda a autoridade que ali se diz, é coisa certa que lha deu para tirar a fazenda a uns dos subditos e da-la a outros. E se, pelo contrario, pretendeu declarar, como creio, as violencias, extorsões e tiranias dos maos principes, tambem o é, que teve por injusto o feito de que se trata, pois o trouxe como exemplo do que fariam os tiranos, que a ser coisa que podesse ser feita por bons reis, não fôra exemplo de tirania, como a Escritura pretendeu.»

«E assim só por este logar, quando não houvesse outro a favor d'esta doutrina, eu sou de parecer que os reis não podem mandar a seus subditos, que deem a sua fazenda por menos do que vale, nem sob o pretexto do bem publico; porque se este podesse valer não lhes fora dificil aos de Israel escusar com ele suas tiranias, e dizer, que era bem publico premiar aos criados que lhes serviam com fidelidade em tão grande beneficio de seu reino. E o que mais é, tambem o rei Acab poderia dizer que era bem publico as recreações do principe, em cuja saude se interessam tanto os povos, e tomar com este pretexto a vinha de Naboth para a juntar com seus jardins. E vemos, que não lhe valeu este, nem para o obrigar a que a vendesse, nem o proprio rei se teve por ofendido da recusa, ainda que a sentia, nem se movera a tomar a vinha se a impia Jezabel não lhe desse os meios para a ocupar.»

«E a razão que faz por esta parte é clarissima; porque os reis são ministros da justiça, e a origem de suas eleições foi a necessidade que teem os povos de serem administrados; e como ensina Santo Tomaz, não pode ser justo o contrato de compra e venda se o preço não é igual em valor á coisa comprada: bem que o bem publico se deva preferir ao particular; e que se se presentasse uma ocasião em que a republica se houvesse de dissolver, se um cidadão não desse sua fazenda, a poderia mandar tomar o principe a menos preço e até de graça como o pode obrigar a que aventure a vida, que é mais, defendendo a causa comum em justa guerra.»

«Mas este caso (como diz o Pdr. Molina) é impossivel,

pois o Principe sempre poderia recompensar o prejuizo particular, repartindo o valor n'um tributo a todo o corpo social, o que seria justo e teria a republica o dever de aceitar. »

« E para que se veja claramente, imaginemos o caso mais apertado do que pode fingir-se, e demos que um tirano tem cercado um rei na sua côrte, e está prestes a entrar n'ela a sangue e fogo, e se move a levantar o cerco, e retirar-se, com tal de que lhe deem uma estatua de ouro de grande peso e medida, que foi de seus antecessores e a tomou um vassalo do rei que padece o cerco, sendo seu capitão general, e a tem vinculada ao morgado de sua casa. Ou para o apertar mais, supunhamos que este tirano tem ao serviço do rei cercado um parente a quem estima muito, e se contenta com que tirem o estado a um senhor do reino, que tem muitos e varios logares, e façam ao seu parente senhor d'eles. »

« Ninguem pode pôr em duvida, que, para redimir as vidas de todos, se podia vir a um tratado, e que podera n'este caso o principe fazer o que se pede, e tirar a estatua e até toda a sua fazenda aquele senhor e da-la ao parente do tirano. Mas ninguem dirá, que deveria o senhor despojado fazer toda a perda da sua fazenda; porque ficaria a republica com a obrigação de restituir-lhe o prejuizo, carregando sobre si, por via de tributo, o valor da recompensa, e repartindo só o seu rateio ao senhor a quem se havia de restituir. E a razão é, porque é contra justiça natural, que as cargas de todo o corpo as leve sobre si um membro só, que é o caso da lei que se traz por parte contraria. Porque tendo-se dado o naufragio, todas as mercadorias que havia na nau corriam o risco grave de ir á agua, para aliviar o peso, e redimir as fazendas e vidas de todos: e sendo o risco comum, não era justo que o pagassem só os donos das mercadorias que estivessem mais á mão ou carregavam mais o navio; senão todos geralmente, ainda os que não levassem coisas onerosas, mas apenas joias e diamantes; porque tam pouco estes, nem sequer a propria nau se poderiam conservar, se não o aliviassem do peso das outras. »

« E assim diz a lei, que ao senhor da nau lhe toca tambem a obrigação de pagar seu rateio, não porque a havia de socorrer aos donos das mercadorias perdidas por ve-los em necessidade, que se pode crêr que eram homens ricos, mas porque sendo todos interessados em salvar a vida e fazenda, o risco e perda do que foi á agua, ha de correr por conta de todos, e não só dos donos do que se afundou. E

*

que esta seja a legitima interpretação, se poderá ver no sumario de aquele titulo, e nas palavras da propria lei que dizem: *Eo quod id tributum servatae merces deberent.* »

« Mas fora d'este caso, ou outro de igual aperto, não se havendo de dissolver a republica, porque esta casa deixasse de saír do poder d'este senhor, e passar ao de outro, não poderia o principe obrigàr o dono d'ela a da-la por menos do seu justo valor, e, muito menos, de graça. »

E basta. Com estas duas citações creio que fica claramente demonstrado o que se afirma no texto. Muitos outros trechos se podiam aduzir que omitimos por brevidade d'este trabalho. Quem compulsar as obras da epoca os encontrará, singularmente nos escritos dos varões ilustres a quem nos referimos em seu devido logar.

Para pôr termo a esta já extensa nota só faremos notar ao leitor que a celebre obra do Padre Mariana: *De rege et regis institutione* que tanto assustara os reis de França e era queimada em Paris pela mão do algoz, em Espanha representava a sintese da geral maneira de pensar, era a materialisação do que estava no espirito de um povo que com maus olhos olhava todas as tentativas de engrandecimento do poder real, de uma nação onde se presenciavam tão edificantes espétaculos qual o do exemplar castigo, narrado por Antonio Perez nas suas curiosissimas *Relaciones,* imposto pela Inquisição a um padre que para adular o soberano se atreveu a dizer do pulpito que o poder dos reis não tem limites.

Interessante episodio, por muitos conceitos digno de ser conhecido, ele fechará este ponto com as proprias palavras do que foi poderoso valido de Filipe II taes como se encontram na edição de seu livro que em Paris se fez em 1591 e se repetiu em 1624.

Em nota a uma carta de um palaciano que afirma ter o rei poder sobre a vida de seus vassalos diz assim Antonio Perez: «No me meteré en decir lo mucho que he oido sobre la calificacion de algunas proposiciones de estas, que no és mi profesion. Los de ella se entenderán luego, en oyendo el sonido; solo diré que, estando yo en Madrid, salió condenada por la Inquisicion una proposicion que uno, no importa decir quien, afirmó en un sermon en S. Hierónimo de Madrid en presencia del rey catolico; és a saber: *Que los reyes tenian poder absoluto sobre las personas de sus vasallos, sobre sus bienes.* Fué condenado, demás de otras particulares penas, en que se retratase públicamente en el mismo lugar con todas las ceremonias de auto juridico. Hizolo asi en

el mismo pulpito; diciendo que él habia dicho la tal proposicion en aquel dia. Que él se retratava de ella, como de proposicion erronea. *Porque, señores* (así dijo recitando por un papel), *los reyes no tienen más poder sobre sus vasallos, del que les permite el derecho divino y humano, y no por su libre y absoluta voluntad*. Y aun sé el que calificó la proposicion, y ordenó las mismas palabras que habia de referir el reo, con mucho gusto del calificante, porque se arrancaba yerba tan venenosa que sentia que iba creciendo. Bien se ha ido viendo. El maestro fray Hernando del Castillo (este nombraré) fué el que ordenó lo que recitó el reo, que era consultor del Santo Oficio, predicador del rey, singular varon en dotrina y elocuencia, conocido y estimado mucho de su nacion y de la italiana en particular. »

Nota II. Os espanhoes na America (pag. 358). — Apezar de tudo quanto no texto se diz, é inegavel que logo nos primeiros tempos da epopeia maritima e colonial dos espanhoes, que ao lado da dos portuguêses, foi o principio da obra colonisadora dos povos europeus, os louros que tão heroicamente colhia a Espanha eram manchados por horrivel estigma que, mais tarde e em maior grao, havia de ser caracter comum de todos os esforços que, em prol da civilisação, fez a Europa em todos os outros continentes: a crueldade.

A despeito do governo central que, por boca de Izabel a *catolica*, proclama a igualdade de direitos de indios e espanhoes como subditos do rei de Castela; a despeito da Igreja que, por meio do pontifice Paulo III e das ordens religiosas, solenemente protesta da escravidão que se quêr impôr aos americanos; a despeito da Coroa que, por meio do imperador Carlos V — aconselhado por Fr. Garcia de Loaysa, seu confessor — dicta as sabias e humanitarias disposições conhecidas pelo nome de *Nuevas leyes de Indias*; a despeito das proprias autoridades coloniaes que não temiam castigar com a pena capital as transgressões aos regulamentos dados em 1504 pelos Reis Catolicos a favor dos indios; a despeito de tudo e de todos, as arbitrariedades, os abusos e os crimes de que eram victimas os habitantes das terras recem-conquistadas são factos que ocupam, sem deixar uma pagina, todas as cronicas d'aquele tempo, cronicas que depois de falarem das glorias de Espanha, a nada mais se referem, de nada mais se ocupam que dos males e calamida-

des pelos espanhoes levados ao Novo Mundo, tantos e tão grandes que, como diz Fr. Bartolomé de las Casas no prologo da sua *Historia de las Indias*, «*nunca se podran numerar, nunca ponderar ni estimar, nunca lamentar segun se debiera hasta en el final y tremebundo dia del justisimo y riguroso y divino juicio.*»

Apenas chegados áquele vasto continente que a Divina Providencia parecia ter querido conceder ao povo espanhol como premio de seus esforços, os filhos de Espanha que, guiados, até ali, sómente pelo sentimento do dever, haviam sempre caminhado com a consciencia tranquila na crença de que o Senhor, em seus altos designios, os tinha incumbido da missão de passear pelo mundo a bandeira da cruz, triunfante de um extremo a outro extremo, sentiram-se, de repente, acometidos d'essa loucura que — depois se viu — costuma turbar as inteligencias europeias ao encontrarem-se entre selvagens, n'um meio rico e desconhecido, e, esquecidos de si proprios, esquecidos dos preceitos da moral cristã, esquecidos de Deus, escutando sómente a voz de suas paixões, entregaram-se a toda a classe de excessos, matando, tiranisando e abusando dos indigenas sem atender a sexo nem a idade «*creyendo* — como diz ainda o mesmo Las Casas — *que por solo haberlos descubierto y los reyes de Castilla enviarlos a los traer a la fé y religion cristiana, eran privados de su libertad todos, y los reyes y señores de sus dignidades y señorios y* PUDIERAN HACER DELLOS COMO SI FUERAN VENADOS Ó NOVILLOS EN DEHESAS VALDIAS.» [1]

E não houve maldade que se não fizesse nem desaforo que se não praticasse. Enlouquecidos pelas maravilhosas riquêsas de que a America estava cheia e que tão extraordinarias deviam parecer aqueles homens que recem-saídos das planicies castelhanas, da Mancha e da Extremadura, jamais haviam visto coisa que se lhe parecesse, poucos espanhoes houve de quem a vertigem da cubiça, a sede do ouro, se não apoderasse, turbando-lhes o senso moral até ao extremo de não terem escrupulos em escravisar seres humanos para satisfazer as suas ambições.

E, como uma paixão gera outra, como o abismo atráe o abismo, aqueles homens que, hontem pobres em Castela, se viam hoje ricos no Novo Mundo, sem necessidade de trabalhar e imperando pelo terror, depressa — entregando-

---

[1] *Historia de las Indias*, tomo II, cap. CVI.

se á ociosidade — se viram a braços com a gula, a braços com a luxuria, e os abusos eram frequentes, as mulheres e as filhas dos indios eram á força arrancadas dos braços de seus maridos e de seus paes, e como estes as defendiam, o homicidio vinha quasi sempre coroar a serie das infamias.

Mas, se isto se deu com a Espanha, que diremos de outros povos que, continuando a obra dos portuguêses e espanhoes, talvez não tenham imitado as suas virtudes mas indiscutivelmente copiaram seus vicios?

Que diremos da politica colonial d'essa Inglaterra a quem um de seus filhos mais ilustres, o insigne John Ruskin, acusa com indignação veemente de ser uma *nação infame*, uma nação que consente, para ter a liberdade de vender opio, de vender um veneno, se exterminem milhares de homens nas guerras da China, «mudando assim a intimação vulgar do salteador: «a bolsa ou a vida», na mais completa: «a bolsa *e* a vida»? [1] Que da França e da Holanda? Que das emprezas e incursões d'estes tres povos n'essa mesma America, incursões e emprezas em que tal luxo de ferocidade e de cinismo foi ostentado que o proprio Raynal, critico que tão duramente ataca os espanhoes e tanto se indigna contra eles, se vê obrigado a confessar que então se deram os mais terriveis fenomenos que, na moral, viu o mundo? Que diremos enfim, do que todos sabem, do que toda a gente conhece, do que se fez na India e na Africa e do que se está fazendo na Australia e no Tonkim?

Será preciso citar o nome odiento, odioso e odiado de Warren Hastings o feroz exterminador de homens das Indias Orientaes? Será necessario repetir que conduta observam os inglêses para com os indigenas da Africa meridional, os francêses para com os negros do Congo, e os alemães para com os *Herreros*? Será preciso encher estas paginas com a negra relação dos tristissimos factos que a culta Europa praticou e pratica, não já nos seculos XVI e XVII, não nos tempos da escravidão, mas, hoje, no seculo XX, quando mais se alardeia de filantropia e humanitarismo?

Não é necessario. Bem sabido é que na civilizada e progressiva republica dos Estados Unidos da America um pequeno delicto de um negro é castigado com a morte, senão pelo poder judicial, pela ira do povo — o que é cem vezes

---

[1] Ruskin: *Sesame of Kings treasuries*, § 30.

pior. Conhecido é, igualmente, o facto de serem, em todas as colonias africanas, castigadas faltas minimas dos indigenas com semanas e, muitas vezes, mêses de trabalhos forçados durante os quaes os assim condenados andam presos uns aos outros por pesadas correntes, fechadas, nas colonias portuguêsas, em volta da cintura e, nas inglesas e alemãs, em torno do pescoço. Ninguem ignora, tampouco, com que fim os europeus, quando residem no ultramar, levam sempre consigo, como quem usa uma bengala, uma tira de pele de hipopotamo. E, por fim, parece-nos que tambem não será novidade alguma para o mundo se lhe dissermos que, na Africa, na Asia ou na Oceania, a morte violenta de um ou de dezenas de autoctones parece a coisa mais natural que se pode dar.

E, se isto é o habitual, o que poderiamos chamar *oficial*, que será o que entra na categoria dos abusos? Que serão as violencias de que são victimas as mulheres indigenas, sacrificadas — impuberes quasi sempre — ás paixões do europeu? Que diremos dos pretinhos atados á popa de um barco para servir, entre as gargalhadas dos brancos, de chamariz na caça do crocodilo? Que diremos, para terminar, de esse facto verdadeiro, ainda quando o não pareça, de haver quem se sirva dos negros como alvo para exercicios de tiro?

Chegados ás colonias muitos europeus parecem ser atacados de uma loucura especial. Sentindo-se fortes, tendo consciencia de sua superioridade, costumam-se a mandar sem sofrer contradições, chegam a esquecer-se que aqueles a quem mandam são seus semelhantes e passam a tratá-los como animaes, coisas criadas tão somente para satisfazer seus caprichos, descendo, de aberração em aberração, até se mancharem de repugnantissimos crimes que, na Europa e em seu estado normal, os horrorisariam.

É espantoso mas é assim; assim foi de principio e provavelmente assim continuará sendo. É este o pecado original que, de geração em geração, se transmite na obra colonial dos povos cristãos, tornando-a maldita aos olhos de Deus e condenando-a no tribunal de todas as consciencias rectas.

As lagrimas dos indios escravisados e maltratados na America meridional, as maldições dos negros brutalmente arrancados a suas terras e conduzidos ao Novo Mundo sob o chicote do negreiro infame, as dos peles-vermelhas perseguidos e exterminados como animaes feroses em toda a America do norte, os sofrimentos dos asiaticos morrendo de fome sob o dominio de Inglaterra ao lado dos fabulosos

tesouros do riquissimo imperio das Indias, e as torturas dos indigenas oceanicos vilmente assassinados pelos colonos inglêses da Australia, são outras tantas acusações terriveis cujo testemunho é mais que suficiente para justificar a futura sentença condenatoria da raça branca, privada, n'um porvir não muito distante, do imperio de que não soube usar.

Segurissimos sintomas prenunciam essa completa ruina. Um poder que taes crimes pratica não pode durar muito.

A reacção, necessariamente provocada por taes excessos, tinha de fazer-se sentir, e, alem d'isto, para reger o mundo com punho de ferro é preciso muita energia, muita atenção; um só momento de desfalecimento, de natural fadiga, um só segundo de negligencia é suficiente para inutilisar a obra de muitos seculos; e a Europa, senhora do mundo, sentiu esse desfalecimento, teve essa negligencia.

A revolução dos Estados Unidos da America do Norte foi o primeiro golpe dado nas proprias bases em que repousava o extraordinario poder da raça branca. No dia em que, no memoravel anno de 1776, Jefferson fez aprovar pelo Congresso Americano a declaração da independencia d'aquelas colonias inglêsas, tudo quanto depois se deu podia ser predito com facilidade.

«Nós, os representantes dos Estados Unidos da America, reunidos em congresso geral, apelamos ao Juiz Supremo do universo, que conhece a rectidão das nossas intenções, e em nome e com a autorisação do bom povo d'estas colonias, declaramos solenemente que as Colonias Unidas são de facto e de direito Estados livres e independentes, que estão desligados de toda a obediencia á corôa da Gran-Bretanha e que ficam quebrados para sempre todos os laços politicos que com ela as uniam; que, como Estados livres e independentes, tem direito para fazer a guerra, ajustar a paz, contraír alianças, regulamentar o comercio e realisar todos os actos e coisas que os Estados independentes tem direito a executar; e, para manter esta declaração, empenhamos, confiando na protecção da Divina Providencia, a nossa vida, a nossa honra e quanto possuimos.»

Palavras em certo modo fataes foram estas. Até ali a Europa, cujos filhos valorosos — ainda que nem sempre justos e humanos — tinham sabido conquistar o mundo, tinha dominado em todo ele, mas, desde aquele momento, desde que tal declaração foi feita e a sorte das armas a favoreceu, já uma grande parte d'esse mesmo mundo deixou de ser sua e, como perpetua ameaça, ficou suspenso sobre

o imperio colonial de todos os povos europeus o terrivel precedente americano, verdadeira sentença de morte.

Como consequencia natural das ideias da revolução franceza, livremente propagadas nas colonias espanholas da America, e, muito mais, como consequencia da revolução dos Estados Unidos, inconsideradamente protegida por Carlos III e Aranda e Floridablanca seus ministros, a Espanha deixou de dominar nos territorios que havia descoberto e colonisado, o Brazil separou-se da coroa de Portugal, constituindo-se em imperio enquanto não chegava a hora de arvorar-se em republica, e estes factos, talvez evitaveis, talvez fataes, foram a origem de um estado de coisas que os diplomatas europeus se verão obrigados a lamentar, ou, mesmo, já lamentam.

Graças a estas revoluções a Europa começou a estar isolada, e estar isolado é meio caminho para ser vencido.

Com a liberdade das nações americanas viu-se que a culta Europa dominava mais pelo prestigio que pelo poder, e, compreendido isto pelos povos a quem escravisamos, era apenas questão de tempo surgirem as naturaes consequencias.

Dividida a raça branca por dois continentes rivaes, perdeu, entre aqueles a quem dominava, o prestigio que dá o poder partindo de um só nucleo e exercendo-se no mundo inteiro, e assim se preparou, obedecendo á lei historica que quer que a cultura marche do oriente para o ocidente, a deslocação do eixo em volta do qual gravita a civilisação.

Perdida a unidade moral com o esfacelamento da unidade religiosa, esfacelamento ocasionado pelo scisma do Oriente e pelo protestantismo, e perdida a unidade material pelo divorcio da Europa e da America, a raça branca que, sómente graças a essas duas unidades, tinha conseguido chegar ao posto eminente que ainda hoje ocupa, encontrou-se irremediavelmente condenada a perde-lo ou a compartilha-lo, sempre que alguem, bastante ousado para o disputar, se apresentasse a reclamar voz e voto na olimpica assemblea onde se dividem as nações e se repartem os continentes.

E, como se tudo isto não fosse bastante, como se não bastasse a perda do imperio colonial para aminorar nosso renome, veio, como circunstancia agravante, tornar mais precaria a situação da raça branca, a extrema divisão que entre os povos do velho continente se deu no seculo passado mercê das sublevações nacionaes.

O seculo XIX — como n'outro logar exemplificamos —

foi o periodo por excelencia da resurreição das nacionalidades e este facto, que, em si, foi incontestavelmente um bem, considerado pelo lado dos interesses geraes e colectivos da Europa e, dada a falta de unidade moral, foi uma verdadeira catastrofe.

Assim subdividida a raça branca não se encontra em estado de continuar gosando do poder que sempre exerceu no mundo, desde que este queira furtar-se ao que, com motivos de sobra, pode chamar tirania europeia.

É impossivel conciliar o despotismo com a liberdade. Um exercito que quer intentar uma acção ofensiva tem que começar por matar, em seu seio, a independencia individual, escravisando todos e cada um de seus membros sob o jugo de inquebrantável disciplina. A Europa para imperar na terra tinha necessidade de estar agrupada em grandes massas onde as aspirações mais nobres, as ambições mais legitimas tem de ser sacrificadas a um mesmo fim; desde que se transige com essas aspirações e essas ambições, desde que a tirania deixa de exercer-se como sistema para os de casa, forçoso será fazer a mesma coisa com os de fóra.

E isto que, especulativamente considerado, é um bem, isto que se a politica internacional estivesse — como na Idade Media — regida por um criterio superior a rivalidades e ambições mesquinhas seria um belo desiderato, nas actuaes circunstancias é o que podia succeder de peor para os nossos interesses, melhor dito: para os nossos egoismos.

Foi assim que se preparou a intervenção asiatica na politica mundial. A raça amarela — unica que, por suas especiaes condições, estava em estado de compreender a situação — estudou-nos, viu-nos divididos por mil rivalidades e compreendeu que, para nos fazer frente ou para nos atacar, só carecia de nossos progressos materiaes e, examinando estes, viu que era facil assimilar a nossa civilisação tão afamada como superficial, e assim o fez com o evidente proveito que ha pouco tempo todos tivemos ocasião de reconhecer.

Depois de monstruosa hecatombe, poucas vezes igualada no decorrer dos seculos, o esforço dos soldados japonezes venceu a Russia e, com ela, o necio orgulho da Europa que teve um dia a louca presunção de se julgar senhora do mundo.

Uma pequena nação asiatica venceu um dos povos reputados mais fortes da raça branca e esta derrota marca o principio de uma nova era. Vae cumprir-se a profecia que promete a morte pela espada a quem da espada use, e o Ja-

pão, povo apenas saído das trevas em que até ha pouco tempo jazia, nação imaculada das manchas que a outras envilecem, parece incumbido pela Providencia de castigar muitos crimes, fazer expiar muitas infamias.

A sua entrada na grande luta de interesses internacionaes indica que soou a hora de acabar definitivamente o monopolio que os brancos vinham exercendo sobre a terra. Vencendo a Russia, um dos mais sãos ou, pelo menos, dos menos corruptos de todos os decadentes povos do ocidente, o imperio do Sol Levante faz ver ao mundo que é necessario, de hoje para o futuro, contar com ele para resolver qualquer questão no Extremo oriente.

E, sendo assim, que se fará das ambições de Inglaterra, da Alemanha e da França sobre o imperio da China? Qual será, no futuro, a posição dos Estados Unidos da America n'essas ilhas Filipinas que, encontrando-se tão perto da Asia, parecem ser, e são-o efectivamente, a prolongação natural do territorio do Grão-Nipon?

Fazer estas perguntas é responder-lhes. A raça branca encontrou já o vingador de todo o sangue que ela injustamente derramou.

Nota III. Côrtes de Thomar (pag. 367). — Julgamos conveniente dar aqui o texto das promessas de Filipe II, contidas depois na carta patente dos capitulos jurados nas côrtes de Thomar em abril de 1581.

Tanto se fala inconsideradamente sobre o que alguns chegam a chamar «a conquista de Portugal» que não é de mais reproduzir as clausulas do contrato bilateral que precedeu a federação de Portugal com as outras nações hispanicas:

— «Primeiramente, que sua magestade fará juramento em forma de guardar todos os foros, usos e costumes, privilegios e liberdades concedidos a estes reinos pelos reis d'eles:

«Que quando se houverem de fazer côrtes tocantes a estes reinos, sejam dentro em Portugal, e que em outras quaesquer que houver fora deles não se possa propôr, tratar, nem determinar coisa alguma que toque aos ditos reinos:

«Que havendo-se de pôr nestes reinos viso-rei, ou pessoa, ou pessoas, que debaixo de qualquer outro nome os

hajam de governar, sejam portuguêses, e que o mesmo se intenda havendo-se de enviar a eles visitador ou alçada, com que (pelo que toca á autoridade dos ditos reinos, e por lhe fazer sua magestade maior mercê) possa ele e seus successores mandar por viso-rei ou governador a eles, pessoa real, que seja filho, ou irmão, ou tio, ou sobrinho:

« Que todos os cargos superiores ou inferiores, assim da justiça como da fazenda, e do governo dos logares, se provejam a portuguêses e não a estrangeiros:

« Que neste reino haja sempre os oficios que em vida dos reis houve, assim da casa real como do reino, e que sejam providos neles portuguêses, os quaes sirvam os mesmos oficios quando sua magestade e seus successores vierem a estes reinos:

« Que o mesmo se intenda em todos os outros cargos, grandes e pequenos, de qualquer qualidade e maneira que sejam, assim do mar como da terra, que agora ha, e se houverem de servir nestes reinos e senhorios deles, ou se crearem de novo, e que as guarnições dos soldados que houverem de estar nas fortalezas deles sejam portuguêses:

« Que os tratos da India e da Guiné e de outras partes pertencentes a estes reinos, alfim descubertas, como por descobrir, não se tirem deles, nem haja mudança do que hoje se usa, e que os oficiaes que andarem nos tratos e navios deles sejam portuguêses e navegantes em navios portuguêses:

« Que o ouro e a prata que se lavrar em moeda nestes reinos e senhorios deles (que será todo que vier aos ditos reinos, pertencentes a seus senhorios) se lavrarão com os cunhos das armas de Portugal, sem outra mistura:

« Que todas as prelacias e abadias e beneficios se darão a portuguêses e o mesmo se intende no cargo de inquisidor-môr, e nas comendas e pensões delas, e oficios das ordens militares, e no priorado do Crato, e finalmente em todas as outras coisas eclesiasticas, assim como atraz fica dito dos seculares.

« Que não haverá terças nos bens das igrejas destes reinos, nem subsidios, nem escusados, e que para nenhuma destas coisas se impetrarão bulas:

« Que não se dará cidade, vila, logar, nem jurisdição, nem direitos reaes a pessoa que não seja portuguêsa, e que vagando alguns bens da corôa, sua magestade, nem seus successores não os tomarão para si, antes os darão aos parentes de aqueles por quem vagarem, ou a outros benemeritos, sendo assim mesmo portuguêses, ainda que

destas coisas não hão de ser excluidos os castelhanos que agora vivem nestes reinos e houverem sido criados dos reis deles:

« Que nas ordens militares se não inovará nada no estado em que ao presente estão:

« Que os fidalgos vençam suas moradias em cumprindo doze annos, e que sua magestade e seus successores tomarão cada anno duzentos criados portuguêses, que assim mesmo vencerão moradias, e os que não tiverem foro de fidalgos servirão nas armadas do reino:

« Que quando sua magestade e seus successores vierem a estes reinos não se tomarão casas de aposentadoria da maneira que se usa em Castela, senão guardando o costume de Portugal:

« Que estando sua magestade, ou seus successores, fora de Portugal, em qualquer parte que seja trarão sempre consigo uma pessoa eclesiastica, e um veador da fazenda, e um secretario, e um chanceler-mór, e dois desembargadores do paço, os quaes se chamarão o *Conselho de Portugal*, para que por eles e com eles se despachem todos os negocios do mesmo reino; e tambem andarão na côrte dois escrivães da fazenda e dois da camara, para o que for necessario em seus oficios, e tudo será feito em linguagem portuguêsa e as ditas pessoas serão portuguêsas: e quando sua magestade e os seus descendentes vierem a Portugal, virá com eles o mesmo conselho e oficiaes e servirão, alem dos outros, dos mesmos serviços que ha de haver no reino para seu governo:

« Que todos os corregedores, e os mais cargos de justiça semelhantes a estes, inferiores deles, se provejam, em ausencia de sua magestade, no reino na maneira que agora se provêem e que a mesma se terá nos cargos de provedores e contadores dos contos d'esta cidade, que pertencem á fazenda:

« Que todas as causas e feitos que tocarem á justiça e fazenda, de qualquer qualidade e quantia, se determinem finalmente e se executem nestes reinos, assim como agora se faz:

« Que sua magestade e seus successores terão capela na forma e maneira que a tiveram os reis d'estes reinos, a qual residirá em Lisboa, para que os oficios divinos se celebrem quotidianamente, servindo-se como é costume, se não for estando a pessoa real, ou por ausencia sua o visorei, ou governador, em outra parte deste reino onde queiram ter a dita capela:

« Que admitirá sua magestade os portuguêses aos oficios de sua casa, conforme ao uso de Borgonha, e indiferentemente que aos castelhanos e os demais vassalos seus de outras nações :

« Que a rainha terá assim mesmo de ordinario em seu serviço senhoras principaes portuguêsas e damas, ás quaes favorecerá e fará mercê, cazando-as em sua terra e em Castela :

« Que em beneficio do povo e universal destes reinos, e porque se aumenta o comercio e boa correspondencia com os de Castela terá sua magestade por bem de mandar abrir os portos secos de ambas as partes, para que as mercadorias passem livremente, como se costumava antes que se impozessem os direitos que se agora levam :

« Que assim mesmo mandará que se faça toda a graça possivel na entrada do pão de Castela para provisão destes reinos :

« Que mandará dar trezentos mil cruzados para as coisas seguintes, a saber : cento e vinte mil cruzados para resgate de captivos, á disposição da misericordia de Lisboa, com que se empregue a metade em tirar fidalgos pobres e pessoas comuns, que todos sejam portuguêses ; e cento e cincoenta mil cruzados para instituir e acrescentar depositos nos logares necessarios, como ordenar a camara de Lisboa ; e os trinta mil que restam para cumprimento da dita quantidade, para remediar a enfermidade que ao presente corre, distribuindo-se por ordem do arcebispo e camara de Lisboa :

« Que para o provimento das armadas da India e das demais para defensão do reino e castigo dos corsarios e conservação das fronteiras de Africa, sua magestade mandará tomar com este reino o assento que parecer que convém, ainda que seja com ajuda dos outros seus estados, e muito mais custo de sua real fazenda :

« Que por corresponder ao amor que os naturaes destes reinos tem a seus principes, quizera muito el-rei poder-lhes prometer de residir ordinariamente neles, porem que posto que o governo dos outros reinos e estados que Deus lhe ha encomendado, impede o efeito desta sua vontade, todavia lhe oferece que procurará estar neste reino o mais tempo que poder, e não havendo ocasião que o estorve, deixará aqui o principe para que, creando-se entre portuguêses, os conheça, estime e ame, como sua magestade o faz. »

— Ao mesmo tempo, como todos estes privilegios em quasi tudo eram semelhantes e nada inferiores áqueles que

gosavam os tres reinos da corôa de Aragão desde os tempos de Fernando e Izabel, e como, ao tratar com portuguêses, Filipe II compreendesse que em não menos conta devia ter a susceptibilidade luzitana do que a aragonesa, quando seu representante propoz desde Almeirim, com data de 20 de março de 1580, todas estas clausulas que depois foram incluidas nos capitulos das côrtes de Thomar, terminava seu escrito com as seguintes notaveis palavras que, publicadas mais tarde em Madrid na *Lei Regia de Portugal* a folio 129, são quasi transcrição do já antes citado *Pacto da União:*

«Com condição que sendo caso, o que Deus não permita, nem se espera, que o serenissimo rei D. Filipe, ou seus successores, não guardem esta concordia, ou peçam relaxação do juramento que adiante se declarará, os tres estados destes reinos não sejam obrigados a estar pela dita concordia, e lhe possam livremente negar a sujeição e vassalagem, e lhe não obedeçam, sem por isso incorrerem em perjurio, crime de lesa magestade, nem outro mau caso algum.»

Assim, como para demonstrar aos vindouros que, criadas no meu espirito, em todas as nacionalidades ibericas é indomito o amor pela independencia, se repetia para os portuguêses a formula do *senão, não,* usada pelas côrtes aragonesas, e assim, tambem, entrava Portugal na federação hispanica, qual tinha entrado a Catalunha e qual entrara a Navarra; não como reino que abdica da sua autonomia e da sua liberdade e, renegando da sua autarquia, passa a ser provincia de um imperio, mas como nação livre e soberana que consente apenas em que *per accidens* a corôa de seus reis seja colocada sobre a cabeça de quem já tem outras; não em obediencia a um soberano estrangeiro mas em voluntario acatamento do principio da hereditariedade; não com condições impostas mas com clausulas admitidas, discutidas, imprescritiveis e sempre recordaveis.

Nota IV. O regalismo (pag. 370). — Ha quem, cheio de respeitosa admiração pelos soberanos da casa d'Austria que tanta gloria deram a Espanha colocando-a em primeiro logar entre as nações do seu tempo, e não querendo ver turvada com a mais insignificante suspeita a insuspeitavel religiosidade de tão esforçados paladinos da Fé, quaes foram os descendentes de Fernando e Izabel, queira fazer come-

çar a historia dos abusos dos reis, usurpando poderes que não tinham, nos desditosos tempos de Carlos III de Espanha e D. José I de Portugal, mas manda a verdade que se diga que, ainda quando seja certo que sob os reis das dinastias Borbon e Bragança chegou o movimento regalista ao extremo de seus atentados contra os direitos cristâmente incontrovertiveis — ainda quando não incontrovertidos — do poder espiritual, já em tempo de Carlos V e Filipe II se podem ver os primeiros passos dos abusos que nas leis da *Novicima Recompilacion* encontramos expostos como facto consumado e legal.

Reconhecendo esta verdade não fica aminorada em muito a fama de aqueles que, expostos a erros como todos os homens, tanto fizeram pela sua patria, mas, em cambio, presta-se homenagem e satisfaz-se a razão que não admite nem pode admitir que inovações de tanta importancia quaes as levadas a efeito por Carlos III podessem surgir sem precedente algum.

Por outro lado, procurando as origens do regalismo em certos actos, escritos e ordens de Carlos V e Felipe II estaremos em tão boa companhia qual a de Balmes que no seu monumental trabalho sobre o protestantismo [1], claramente dá a entender a sua opinião quando diz: « a pezar do predominio que entre nós exerceu a religião catolica, é bem extranho que se tenha conservado *sempre de um modo muito particular* o principio de resistencia á côrte de Roma; por maneira que, ao mesmo tempo que durante a *dinastia austriaca* e borbonica se procurava pôr de parte as antigas leis em tudo quanto tinham de favoravel á liberdade politica, se guardavam como deposito sagrado as *tradições da resistencia de Fernando o Catolico, de Carlos V e de Filipe II.* »

Antes da implantação da monarquia absoluta na peninsula não é possivel encontrar vestigios de regalismo nas relações da Igreja com o Estado. Obedecendo o poder temporal ao espiritual como o corpo á alma, como o braço á vontade, segundo determinam as sabias leis contidas no Fuero Juzgo [2], essas relações tinham de ser do filho obediente para com a mãe carinhosa, e se conflictos havia não eram

---

[1] Tomo IV, pag. 7, cap. LIV.

[2] Prim. titolo: leis 1.ª a 4.ª, 9.ª, 12.ª, 14.ª a 18.ª, liv. I, tit. I e II, liv. II, leis 4.ª a 7.ª, já citadas nos Prolegomenos.

em verdade com a Igreja mas com os clerigos — o que não é a mesma coisa — e esses questões de momento em que artigo algum do direito canonico era verdadeiramente discutido, em que regalia alguma do Estado era posta em litigio, encontravam rapida solução por meio de um *modus vivendi*, assinado pelos representantes do clero e pelo rei, ou pelos representantes do clero e pelas côrtes, n'esses documentos, em verdade interessantes, que em Portugal se chamavam *concordias* ou *concordatas*.

Então não se tratava de ferir a Igreja, como sucedeu mais tarde, reclamando para os monarcas direitos que, dada a maneira de ser do cristianismo, só ao poder espiritual pertencem, não se procurava impedir a Igreja de viver em completa liberdade ou pôr embaraços á manifestação do espirito do cristianismo que, tendo servido de base á legislação e fumentado a vida dos povos ibericos, os animava com seu fogo.

Na maior parte dos casos eram debatidas questões sem grande importancia, filhas das condições da epoca, como o prova, por exemplo, aquela resolução que entre o Arcebispo de Braga e o rei Sancho II de Portugal foi tomada em 1223 de que «*placuit insuper Domini Regis, quod nec canes, nec aves, nec homines, nec bestias mittat ad Ecclesias, vel ad Monasteria, ut inde pascantur, ver per éos aliás graventur*», ou aquela outra pactuada com o rei Afonso III sobre jurisdições onde como já antes vimos se diz que «*se algum Clerigo de ordens menores casa com mulher virgem, e trage habito de Clerigo, este em todas as cousas he da jurisdiçom d'el Rei, deve responder perdante el Rey ou perdante seu juiz leigo*», e tantas outras de que só cito estas duas portuguêsas [1], mas que iguaes em Castela, em Aragão, em Leão e na Navarra, ocuparam alguma vez a atenção das Côrtes d'esses reinos.

Eram, pois, verdadeiras questões de familia as que se debatiam entre o monarca e o clero, ou, quando muito, questões de visinhos, como ainda hoje as pode haver por exemplo entre o municipio mais catolico e o cabido mais transigente.

Algumas vezes, é certo, chegaram a ser violentos taes conflictos, mas ainda, n'este caso, a gravidade estava no

[1] Vide: Gabriel Pereira de Castro, tratado de *Manu Regia*, e a *Monomachia* do mesmo auctor.

que era acidental, não na causa. Com Pedro o *cruel*, de Castela, podiam dar-se, graças á violencia do caracter do monarca, verdadeiros desacatos da dignidade sacerdotal; Pedro I de Portugal podia chegar a maltratar um bispo, mas tanto o monarca castelhano como o português, ainda dentro de suas iras, não chegavam a ser regalistas porque nunca a qualquer d'eles lhe lembrou sujeitar assuntos e pessoas eclesiasticas a autoridades seculares, legislar sobre a disciplina monastica, impedir as relações dos fieis com o seu supremo Pastor e fazer tantas outras coisas que fizeram monarcas ulteriores.

Verdadeiro regalismo só começou a existir quando, com a renascença do direito romano e conseguinte esquecimento das leis visigoticas, a influencia dos juristas, servindo aqui como em toda a Europa, a ambição dos reis, destruiu a saudavel maneira de ser da civilisação integralmente cristã e elevou o trono a uma tal altura que até com o proprio Papa, de quem até então tinha dependido, (n'aqueles tempos em que todos os povos eram membros d'um só corpo regido por uma só cabeça) julgou poder-se medir.

Então foi quando abusando da posição privilegiada em que uma luta de oito seculos contra os mouros e ousadas viagens e descobertas maritimas os tinham colocado entre todos os reis da cristandade, os soberanos de Espanha e de Portugal, começaram a antepôr a sua vontade ás leis da Igreja, não hesitando na escolha dos meios para conseguir seus fins.

«Nem no Fuero Juzgo, nem nas Partidas, nem em qualquer outro dos antigos codigos espanhoes, diz Colmayo nas suas *Institut. de Derecho Eclesiastico* [1], ha uma só palavra que indique o exercicio nem o direito de retenção de Bulas e Breves Pontificios, antes da Real Cedula dos Reis Catolicos de 1497 pela qual se mandava observar a bula de Alexandre VI expedida a pedido dos mesmos reis.»

E assim se manifesta o preludio de aquele movimento de oposição á côrte de Roma a que se refere Balmes.

Quer dizer: os desgraçados tempos que corriam para a Igreja sob o pontificado de Alexandre VI abriram as portas ao maior dos abusos que pode mencionar a historia do Cristianismo, qual é o dos soberanos temporaes impedirem a livre

[1] Nota ao §. 51 do vol. I.

comunicação dos fieis com o soberano espiritual, chamando a si as atribuições e direitos d'este.

As necessidades da epoca levaram o Romano Pontifice a iniciar involuntariamente o movimento que lhe havia de ser funesto. Tinha-se dado o scisma do ocidente, os antipapas Clemente VII, Bento XIII, Alexandre V e João XXIII, enchiam de duvidas com suas bulas e decretos a todo o clero do mundo catolico, e, n'estas condições, era necessario que alguma autoridade interviesse para autenticar as bulas do legitimo Papa, e este, que era ao tempo Urbano VI, viu-se obrigado a mandar a todos os bispos que não permitissem a circulação nas suas dioceses a bulas que não fossem suas, e estas mesmas só depois de lhes haverem sido apresentadas e eles lhes haverem posto o *Vidimus* ou *Placet*.

Assim, em sua origem o exequatur foi exclusivamente episcopal; só os prelados — como em algumas de suas bulas afirmam Bonifacio IX, Martinho V, Clemente VII e Leão X [1] — tinham primitivamente o direito de declarar quaes os documentos pontificios que emanavam realmente da Santa Sé, mas um seculo mais tarde vemos em França e Portugal, como refere o cardeal Richelieu no seu testamento politico e conta Garcia de Resende na *Cronica de D. João* II (cap. LX), o clero depositando nos reis a sua confiança e entregando-lhes este cuidado, que eles, por sua vez, declinavam em seus conselhos.

Foi esta a origem do *placet* regio n'estes dois reinos. Em Espanha os reis procederam mais correctamente, pedindo directamente á Santa Sé remedio para os males indicados e obtendo de Alexandre VI a seguinte resposta que não traduzimos para a não alterar:

Habiendo el muy querido hijo nuestro em Xo. Fernando Rey y la muy querida hija nuestra em Xo. Izabel reina, hecho manifestarnos por conducto del noble señor Diego Lupi de Haro, que en sus reinos y dominios algunas personas no tienen verguënza de mostrar cartas ficticias y simuladas de Indulgencias, engañando y sorprendiendo á almas piedosas, y con mentidos rodeos de arrancar dineros... Nos... en virtud de autoridad apostolica y el tenor de las presentes suspendemos y decretamos sean suspensas todas y cada una de las *indulgencias concedidas* ó que en adelante se consedie-

[1] Citadas por De Dominicis, no seu trabalho do *Regio Exequatur*.

sen hasta que las letras apostolicas hayan sido vistas y examinadas deligentemente, ***para ver si son verdaderas***, por el ***ordinario del lugar*** en cuya ciudad ó diocesis se publiquen y por el *Nuncio nuestro* y por el *Capellan Mayor* existente en el Concejo de los mismos Rey y Reina deputados por ellos a este objecto. Y que las letras apostolicas ***comprobada por*** ESTOS ***su autoridad*** y no habiendo en ellas ***sospecha de falsedad*** en este caso pueden ser publicadas libremente por aquellos a quienes corresponde segun el tenor de las mismas letras.»

D'este documento se deduz, como fazem notar diversos auctores [1], os seguintes pontos:

1.º Que os monarcas segundo os costumes vigentes em toda a cristandade não estavam autorisados pela sua dignidade real a fiscalisar as bulas pontificias.

2.ª Que Alexandre VI encarregou do exame de taes documentos ao Ordinario, ao Nuncio e ao Capelão-Mór, e não aos Reis ou a seus Conselhos.

3.º Que este exame devia limitar-se á verificação da *autenticidade* de taes documentos sem por modo algum se estender até o seu conteudo.

4.º Que os ditos examinadores designados pelo Papa não podiam retêr senão as bulas falsas e mandar publicar livremente as verdadeiras.

5.º Que a este exame só estavam submetidas as bulas de indulgencias que ofereciam mais probabilidades de poderem ser falsificadas.

Apezar d'isto o proprio Fernando o *Catolico*, sem que ninguem para tal o autorisasse, ia impedindo as relações dos fieis com o Supremo Pontifice pela condenação á morte *ipso facto* pronunciada contra qualquer pessoa que para Roma apelasse a fim de se eximir da jurisdição da Inquisição espanhola, e Carlos V, tempos depois, não tinha escrupulo em recomendar a todos os Bispos, Cabidos, Juizes e Oficiaes, por meio de uma lei (a 25.ª, tit. 3.º do livro I, da *Recopilacion*), que obedecessem ás letras apostolicas vindas de Roma tão somente no que «*fossem justas e racionaes* e *boamente se podessem tolerar*», ao mesmo tempo que castiga em 1551 a um impressor de Saragoça por ter publicado a bula *In Coena Domini* e se esquecia de

[1] Vide José Macchi: *La autoridad del Papa y sus representantes*. (Lima 1893).

dizer com que criterio e autoridade se julgaria a ***justiça*** e *racionabilidade* dos documentos pontificios.

Inoculado já em absoluto no espirito da epoca aquelas doutrinas radicalmente anti-cristãs que se materialisam nas *Ordenações Filipinas* em afirmações tão escandalosas qual a de que «nenhuma lei per o Rei feita o ***obriga***, senão enquanto ele, fundado em razão e igualdade, ***quizer*** submeter a ela o seu Real Poder» [1], ou, ainda, n'aquela outra onde se diz que «somente ao Principe, que ***não reconhece superior***, é *per Direito*, que julgue segundo a sua consciencia, não curando de alegações, ou provas em contrario, feitas pelas partes, por quanto *é sobre a lei*...» [2], os soberanos hispanicos, já distanciados em absoluto de aquella legislação tão classicamente iberica como catolica que os forçava a serem os primeiros acatadores das leis, julgavam-se no direito de dispor a seu arbitrio do que não estava sob sua alçada, sopunham-se com poder para legislar até em materias que em paizes cristãos não dependem nem podem depender do poder espiritual.

Assim o proprio Filipe II, o mesmo que mandou publicar como lei do reino o Concilio de Trento, dá em 20 de novembro de 1569 a pragmatica em que, a despeito do preceituado na Bula de Alexandre VI, se ordena que «pessoa alguma possa publicar... *Bulas, graças, perdões, indulgencias, jubileos* e outras faculdades que costumam ser concedidas pelos Pontifices ou por outros que para isso tenham poder, sem que primeiro, de acordo (*sic*) com a bula de Alexandre IV, sejam examinadas *pelo prelado da Diocese e pelo comissario da Santa Cruzada, ou pela pessoa ou pessoas nomeadas n'esta côrte em virtude da dita Bula* (*sic, sic*)... *sob pena* de que os que contra o que fica dito obrarem incorram na perda da metade de seus bens para a nossa Camara», e, tempos depois, a fins do seculo XVII, tendo já feito seu caminho as inovações cezaristas, Filipe V para se vingar de Clemente VI por este haver enviado um Nuncio a Barcelona junto ao arquiduque Carlos de Austria, pretendente ao trono de Espanha, não teme em 1709 assinar a real ordem, só em 1751 derogada, em que se ordena aos Bispos e comunidades religiosas que, considerando cortadas todas as relações com a Santa Sé, se

[1] Ordenação do liv. II, titulo 35, § 21.
[2] Ordenação do liv. III, titulo 66, *in princ.*

atenham «*aos canones antigos, e que se não permita mais circular bulas sem previo exame do conselho de Castela.*»

Postas as coisas n'este pé e tendo encontrado, o que em Espanha se fazia, seu paralelo em Portugal, foram possiveis todos os extremos regalistas que se deram sob as dinastias de Bragança e Borbon, mas n'este ponto já nos não deteremos, não só porque é geralmente reconhecido, mas porque apenas nos propunhamos demonstrar como a diminuição das liberdades politicas foi coincidindo na peninsula com a acumulação do poder espiritual e temporal n'uma só pessoa: na pessoa d'el-rei.

Talvez já demasiadamente nos tenhamos detido n'este assunto, mas está revestido de interesse incontestavel. Sem se pretender resolver aqui a tão debatida questão dos direitos do Estado, sem mesmo entrar verdadeiramente n'ela, limitemo-nos a observar que assim como o cristianismo, separando e fazendo clara distinção entre o poder espiritual e o poder temporal e sujeitando este áquele, libertou o mundo, assim a renascença neo-pagã, colocando a pessoa dos monarcas, qual a dos Cezares, sobre todas as leis, sem dependencia de autoridade alguma, e repetindo com o Digesto «*quidquid Principi placuit, legis habet vigorem*», ou, ainda, *Princeps legibus solutus est*, o escravisou, pois, como escrevia o protestante Uhden na *Stader Wochenblatt*, «é fora de questão que a reunião dos poderes da Igreja e do Estado nas mãos dos Principes temporaes, investiu-os de uma omnipotencia, cujo abuso, por demais geral, deu origem a muitos perigos...»

Nota V. Portugal e o centralismo filipino (pag. 371). — Citamos a seguir parte do libelo com que João Pinto Ribeiro, na sua *Usurpação, retenção e restauração de Portugal*, justifica a revolução portuguêsa de 1640.

«Não se atreveu (Filipe I) a quebrantar as promessas e juramento feito... entrou porém seu filho D. Filipe III a Castela e II a nós e pondo em pratica os alvitres do conselho, manda fazer levas de gente nestes reinos para Flandres, com que se foi forçado que ela faltasse em nossas conquistas, e em sua falta crescessem grandes desamparos n'elas, e experimentassemos maiores apertos, lisongeando

os portuguêses para militarem em seus exercitos e armadas com os soldos largos que nas conquistas de Portugal não tinham. Acrescentou-lhes a ocasião de o fazerem com lhes tirar as capitanias-móres das armadas d'esta coroa, que subordinou contra toda razão e justiça ás de Castela.»

«Não com este divertimento, pretendendo reduzir com mais facilidade este reino a provincia, se tomou por melhor expediente, conforme a sua pretenção e razão de Estado que seguiam, meter-nos a guerra em casa quando nos faltavam mais as forças para lhe podermos resistir. A esta conta nas treguas vergonhosas á reputação de Espanha que se fizeram com os holandezes no anno de 1609, em que entraram todos os seus reinos, e Estados, ainda os que só eram da sua proteção, nos excluiram da utilidade d'elas, capitulando que teriam paz da linha para cá, com que seguravam suas navegações, deixando a guerra viva da outra parte da linha, e com que só as conquistas de Portugal ficavam sujeitas ao rigor das armas, atendendo n'esta impia resolução a nos cançar e empobrecer, porque diminuindo-se-nos as forças com o divertimento da gente para Flandres e suas armadas, faltando-nos com a guerra igualmente os comercios e as riquezas d'eles, que antes queriam ver nas mãos dos holandezes, que tinham por inimigos, que nas nossas que tanto desejavam vêr quebrantados, era sabido e certo o nosso aperto e ruina.»

«Que fosse este seu intento é coisa facil de alcansar, pois sendo os interesses na costa da Mina, e da Guiné tão grossos, aproveitando-se d'eles aquela nação, nunca se tentou lança-los d'ali podendo-se fazer sem mais gasto, que o dos navios que apodreciam no rio de Lisboa inutilmente, e dos soldados que em seus contornos alojavam cheios de vicios por falta de exercicio, igualmente danosos a si mesmos, que prejudiciaes aos hospedes, chegando aquela fortaleza a estar tres annos sem socorro algum em tempo de seu filho, até que desamparada se perdeu.»

«Eis aqui as causas ocultas das naos da India se começarem a despachar tão fora de tempo e monção, tão mal aviadas e petrechadas, que, ou se perdiam ou arribavam, e áquele Estado faltavam, não só os soccorros necessarios, mas os remedios ordinarios, fundando Castela seu aumento e sua conservação em nossos maus sucessos: de aqui procederam as perdas d'algumas praças d'esta corôa, mais pelo desamparo em que as punham, que por falta dos defensores, cujo valor nunca deu maiores testemunhos de si,

que quando obravam contra os vantajosos poderes dos inimigos, a pezar da vontade e tenção de quem os devera amparar, remediar e socorrer como rei e senhor natural. »

« Porem não tratava o desordenado governo de Castela mais que de que intendessemos nossos despresos, e seus intentos, encaminhados sempre ao abatimento e acabamento do credito e reputação d'este reino e do nome português. Prodigamente se começaram a repartir fidalguias, honras e mercês a gente indigna d'elas, não animando e contentando os homens de prestimo e de valor, mas desanimando-os e entristecendo-os, vêndo que se lhes negava o premio e galardão de suas obras, e os exemplos com que os senhores reis de Portugal criavam brios em seus vassalos para tão gloriosas emprezas. Quem se animaria a obrar bem e virtuosamente faltando Castela não só com as honras, mas tirando-lhe o pão da boca para o dar a estrangeiros? Os interesses das naos das Indias e do Brasil se exgotavam com as liberdades que se davam a castelhanos, de que a fazenda real recebia grande baixa na diminuição dos direitos, com que o reino se desaproveitava, e aos particulares faltavam as tenças, juros e ordenados de que se mantinham, agravando-se-lhes a falta da honra com o crescimento da fome; nem ainda isto bastou, porque querendo de todo manifestar o odio com que nos tratavam, lhes pareceu que não estava bem declarado nas honras e mercês feitas a estrangeiros em que atendiam a confundirem tudo, e que n'esta confusão nos esquecessemos de nós mesmos, e assim as começaram a vender com tanto desaforo, por quebrantarem os animos dos nobres, que os mesmos compradores, indignos d'elas, as desprezavam por baixo preço. Vendo-se que todas as outras estreitesas não obravam quanto se tentava em nosso acabamento, largou-se a mão com maior excesso na repartição das mercês, honras e fidalguias com os que militavam fora das nossas bandeiras, pelos facilitar em seguir as castelhanas, e o não estranharem quando os vissem em casa. »

« Temperava-se esta miseria com nos estreitarem e tomarem os limites e terras de nossas conquistas. Publicam alheias historias com quanta gloria fizeram os portuguêses suas as ilhas de Maluco, e o muito sangue que lhes custou Tidor e Ternate, e sem respeito algum das capitulações que não permitiam tomar-nos o que por tantos respeitos era nosso, com uma leve ocasião de socorro se apoderaram d'eles, faltando-se a toda obrigação divina e humana: com

igual consideração, não com desigual injustiça, se encorporaram na corôa de Castela, Larache e Mamora, devidas á de Portugal e ajudadas a ganhar com as inteligencias e armas portuguêsas. »

« *Nega todo o direito poder o principe revogar, nem quebrantar o pacto e contracto celebrado com seus vassalos sem alguma justa e conhecida utilidade publica d'esse reino com cujos vassalos contractava; que a provincia ou reino que se une a outro principalmente, fica por si independente do reino ou provincia a que se agrega. Como tal se ha de governar e reger por suas particulares leis e foros, ainda que de novo os não pozesse em condição de contracto pois naturalmente lhes estava essa condição impressa e inseparada, quanto mais não se unindo senão á pessoa de um principe, que o levava com a capa e côr de direito, que podia ocasionar separação em seus descendentes, posto que foram legitimos successores d'ele, se o direito com que succede em Castela é outro do com que se usurpou Portugal.* E era capitulo jurado ficar d'esta corôa o que de suas conquistas se adquirisse, não bastando o excesso com que os bens d'esta corôa se repartiam com estrangeiros que n'ele não militaram por antojos e respeitos particulares, ainda de bem má digestão, se fizeram em todo o tempo que Castela nos oprimiu dotes imodicos, sem alguma consideração de serviço, com que de todo se foi empobrecendo a corôa e seu patrimonio real, antes, quando as estreitezas de rendas eram maiores, então as fez el-rei D. Filipe o III com mão mais esperdiçada por nos esperdiçar a nós, entregando-se com estes exemplos e facilidades os animos melhor acomodados á poltroneria, que viam medrada e agradecida, que aos exercicios virtuosos, e com que os homens e o reino se deviam fazer conhecidos e gloriosos no mundo. »

« Davam-se salarios com titulos e cargos que não havia: tal era o de generál das galés, que o reino não tinha e outros, devendo se reparar muito n'isto, pelo prejuizo dos povos sobre quem carregavam os peditorios para se pagarem. Cegava-lhes o juizo o odio que nos tinham, a ponta com que nos viam. »

« Pelo capitulo XV das côrtes de Thomar se obrigou el-rei D. Filipe, em seu nome, e de seus successores a trazer sempre consigo um conselho, com as pessoas n'ele declaradas, para que por ele e com elas se despachassem todos os negocios d'este reino e que tudo se expediria em lingua portuguêsa, e que as pessoas seriam portuguêsas: esta promessa, contudo, não durou mais que enquanto a ele e

a seus successores lhes não esteve bem altera-la [1]; logo faltou o chanceler-mór, e nas pessoas d'aquele conselho houve grandes alterações e mudanças, metendo n'ele algumas meramente castelhanas, com razões fingidas e mal córadas... Era tanta a pressa com que corriam atraz do seu intento, que se chegou «já n'estes ultimos tempos» a mandar que as consultas se propozessem em lingua castelhana, e a se expedirem muitas cousas na mesma lingua. Procedia-se em tudo o que se encontrava aquele capitulo, com manifesta injustiça, violencia e tirania, pois nem as coisas concernentes a este reino se podiam encaminhar por outras pessoas, que por portuguêses, nem em outra lingua, e muito menos determina-las fora do *Conselho* por pessoas estrangeiras: era o contracto mandar em efeito despachar os negocios de Portugal fora d'aquele Conselho, e governar-nos por estrangeiros, sem intervenção dos ministros portuguêses, contra nossos foros, e seus juramentos. Ninguem negará com justiça dever el-rei e seus successores, e aquele conselho de ser um composto e uma mesma consciencia de um e de outro. Assim o grita todo o direito, que nos ensina não poder haver causas justas que obriguem a alterar e mudar o governo da republica, sem que se ofenda o bem publico, que sempre *se deve preferir ao gosto e vontade dos principes,* principalmente nas materias que pertencem a seu oficio, conforme ao uso do reino; e queriam que uma nação honrada o não sentisse, e o não gritasse, vendo-se desprezada e enganada; e que contra toda a razão e justiça se tratavam por outros os negocios que em razão de seus foros e estatutos se deviam de decidir com ministros certos e determinados. Maldito governo, que põe sua segurança em despreso de vassalos honrados! Errada resolução do rei, que despresa a lingua d'aqueles a que governa e manda, não havendo maior firmesa entre vassalos e rei, que falarem a mesma lingua, e saber que o intendem e são entendidos d'ele.»

---

[1] Em 1605, quando se publicou a primeira edição do *Quixote,* cumpria-se a promessa de «expedir tudo em lingua portuguêsa». Prova-o o alvará, passado em Valladolid a nove de Fevereiro do dito anno, em que el-rei concede a Miguel de Cervantes Saavedra, «licença para que possa imprimir nos meus Reynos de Portugal, o livro intitulado, *Ingenioso hidalgo Don Quixote de la Mancha.* E isto por têpo de dez anos, que começaraon de feytura deste em diante.»

«E devendo-se os reis de Castela, enquanto ocuparam este reino de reputar como pessoas diferentes no governo e administração de justiça, governando-o e administrando-o por ministros portuguêses e com suas leis, pois o que governa e manda diferentes senhorias fora de cada um d'eles se reputa por homem particular; eles o faziam tanto ao contrario que chamavam a Madrid as demandas e causas dos portuguêses; cometiam-nas a juizes castelhanos, com notoria violencia, claras e patentes nulidades, que o poder e vontade conjurados sustentavam com grandes e conhecidos inconvenientes, e prejuizo da republica, dispendio e vexação dos vassalos menos poderosos. O que se poz tanto em costume, que opondo-se alguns ministros de peito e brio a tão desordenadas ordens, eram com aspereza e indecencia tratados e repreendidos. Não se reparava em que o principe que comete os negocios de justiça a estrangeiros, provoca contra si a ira de Deus e o odio dos vassalos, com que hoje se vê arruinado todo o ser e grandeza de Espanha. Mas governo que só tratava da sua conveniencia, esquecido do que por tantas razões de justiça e de razão devia aos que governava, foi forçado que se achasse só e desobedecido de todos. Acrescentou-se a isto a injustiça maior, que o odio e o despreso contra esta nação podia obrar, porque não se podendo dar as mercês, honras e bens do reino a castelhanos, navarros, aragoneses, italianos ou a quaesquer outros estrangeiros, contra os nossos foros e leis se mandavam determinar as duvidas que se lhe punha, por ministros não portuguêses, ainda em casos que excediam os termos de sua liberdade, e os limites de nossos foros, leis e privilegios.»

«Á vista d'estes procedimentos não foi muito que nos fosse el-rei D. Filipe o II possuindo como vassalos, a que nenhuma obrigação tinha pois em todo o tempo do seu reinado nos não celebrou côrtes, senão nos ultimos dias de sua vida, como em sinal de que a consciencia, que nas vesperas da morte é mais inquieta, lhe descobria as obrigações que até ali não guardára.»

«Porem de tal modo as celebrou que não tiveram resposta, nem d'elas resultou algum bem a este reino.»

... «Com estes exemplos do pae, continuou Felipe III, e de Espanha IV, não nos celebrando côrtes, nem vindo ao reino. Antes porque as injustiças crescessem sempre, tentou convoca-las fora d'ele. Não ha direito algum que tal consinta, se não é o que se finge a maioria do poder desatado em tirania. Era a tenção enganar o mundo com se

lhe conceder em côrtes o que fóra d'elas não podia levar, certo de que obrariam em seu consentimento os particulares, o que todos não consentiam. E porque dos que se mandaram juntar para darem tão abatido consentimento, e porque houve alguns que com valor se lhe oposeram, negando o que a violencia pretendia, lhes foram armando sancadilhas para de todo os destruir e assolar.

«Não contente com as traças e ardis com que aos povos se chupou grande quantidade de dinheiro, ora a titulo de emprestimos, ora da companhia da India, ora por via de esmola, ora de outros modos indignos da grandeza de um monarca, multiplicou os tributos seguintes. Mas é muito para reparar que triunfando os holandezes de Espanha, pelas companhias que contra ela levantaram, a da nossa India se consumiu e desapareceu sem os povos receberem ganho ou proveito algum de seu cabedal, nem se tomarem contas aos ministros d'ela, de tanta soma de dinheiro dispendida.»

«Gravou o eclesiastico com subsidio e mesadas alcançadas de Sua Santidade com a representação da necessidade em que o reino se achava, mas esquecido do que ao reino, e sua consciencia devia, convertia logo tudo em utilidade da coroa de Castela, acrescentando á miseria a Portugal, para cuja sustentação impetrava estes socorros. Porque eles se fizessem maiores, se faziam muitas e multiplicadas provisões dos bispados, e mais beneficios, de que ás mesadas se tiravam; com isto crescia e se fazia maior o damno e prejuizo do reino, que por esta causa desangrava e exgotava de dinheiro, que escusadamente e sem proveito algum nosso, antes com conhecido desfalecimento, se nos lesava. Envolviam-se aqui outro mal de maior momento e ponderação, que era darem-se os beneficios eclesiasticos, sem algum temor de Deus, aos que mais contribuiram, ou em dinheiro, ou em conselhos prejudiciaes ao bem publico, negando-se os premios e satisfações aos virtuosos e benemeritos, para quem se tinha constituido e ordenado.»

«Do mesmo modo com que os particulares eram tratados, se respondiam ao comum, porque estando a Bula da Cruzada aplicada pelos Summos Pontifices para a defensa e mantença dos logares d'Africa, eles eram os que d'ela levavam o melhor quinhão, com grande perigo das consciencias, de quem lhes negava o que por tantas razões e titulos era seu.

Grande tempo nos oprimiu o tributo do bagaço da

azeitona, constrangendo-se aos donos dos lagares a que lhes fizessem tanques á propria custa para n'elle se beneficiar o bagaço que tomavam a cujo era, vendo porem que lhe não respondiam como se esperava, e os alvitreiros prometiam, tentaram os ministros d'esta injustiça, que as partes se concertassem em certa quantidade de azeite, com que os lagares ficavam com novo foro e encargo injusto, e tão injusto que se desfez por si, por não haver causa sobre que se podesse segurar. Porem entretanto os povos padeceram graves molestias, fadigas e opressões, pelo que não deviam e tiranicamente se lhes tomava.»

«As *meias anatas*, impostas com maior e mais estraordinario rigor, que nunca se ouviu, pois não só dos titulos vãos e fantasticos e inuteis se levavam, mas tambem do que era acto de mera justiça a que os reis são tão obrigados, e por cuja conta desfrutam as rendas de seus estados, e gosam da obediencia dos seus vassalos; de tal modo as iam estendendo, que cada dia saíam novas leis e regimentos com que élas cresciam, e se multiplicavam todas as coisas de que se deviam pagar: quando élas se gastaram na defensa d'este reino, podera-se com esse respeito adoçar o azedume d'elas; convertiam-se porem em desordens e desmanchos de Castela, e pedindo já as necessidades publicas que se largasse ao reino, ordenaram que todos os oficios e mercês se provessem e fizessem em Castela, alternado n'isto os regimentos dos viso-reis e tribunaes, fundados nos capitulos jurados e panteados, para que d'esta maneira se pagassem lá e as disfrutasse Castela, e nós ficassemos ainda com a pena e desconsolação maior, de vêr o engano com que ultimamente se disse, que se largavam para as necessidades do reino, não montando as que n'ele se ficavam cobrando coisa que no-las podesse aliviar ou diminuir.»

«Era tanto o gosto de novos tributos e imposições, que dando-se um alvitre que totalmente se esperimentou damnoso á fazenda real e com que se perdeu grande copia de mil cruzados, fez el-rei de Castela mercês a quem lh'o deu, por não desanimar aos que quizessem dar outros. De modo que querendo o procurador da coroa e fazenda demandar a pessoa que o deu pelas perdas e damnos que a fazenda real recebera, se lhe não consentiu.»

«Chegou a tanto a confiança n'este particular que sem ordem do mesmo rei se impunham, tendo-se só por seu maior servidor e leal o que mais arrecadava, o que mais molestava e afligia os povos. A esta conta se repartiram e

cobraram muitos centos de mil cruzados dos pobres e miseraveis, vindo só impostos aos mais ricos: atendendo-se á arrecadação, e não ao que se mandava. Com este intento a titulo de se registarem nas torres, tentaram acrescentar tributos novos ás barcas, que cada dia saem a pescar, com manifesto risco de serem os que as mareavam cativos, por não haver quem lh'as defendesse o mar, que foi a causa dos primeiros movimentos d'este reino.»

«Andava o reino assombrado com tantos tributos, imposições e emprestimos, porque na cobrança se executavam graves rigores, ainda no que se pedia por titulo de emprestimo, tomando e vendendo os penhores, que pela maior parte, eram os pobres amanhos, e vestidos das casas, e das pessoas dos executados, com descrida deshumanidade; repetindo os pedidos muitas vezes, ainda com as pessoas isentas por direito divino e humano de taes resoluções.»

«Faziam-se peores de levar as asperezas dos tributos, por serem impostos fora de côrtes, não havendo direito algum que tal permita n'este reino, no qual os capitulos dos fóros jurados lhe tinham de todo atado o poder (foro tão antigo que já se reconheceu nas côrtes del-rei D. Afonso V) chamando-se regalia ao que é uma mera tirania.»

«Mais se agravava esta miseria na consideração de que todo nosso sangue, assim chupado aos pobres, se convertiam em esperdiçamentos de Castela, com coisas não só escusadas e desnecessarias, mas ilicitas, quando o reino, afligido, bramava por remedio a seus males, e se desfazia em lagrimas e suspiros.»

«Podera-nos servir de alivio a certeza de terem parado, e que sararia a chaga das novas imposições de direitos. Porem os com que de novo nos ameaçavam eram mais sem numero, e maiores em rigor. Ultimamente se contendia com o papel selado, que se pretendia no reino, estendendo a injustiça com que já o tinham introdusido no conselho, que assistia em Madrid, aonde se não fazia carta, ou alvará, nem memorial que não fosse selado; governando-nos, quanto a isto, já, e submetendo-nos ás leis de Castela, apesar do que a consciencia lhes pedia.»

«A coisa que mais traziam no sentido os senhores reis d'este reino, era que nações estrangeiras não fossem a nossas conquistas, sobre que fizeram apertadissimas leis, e guardava-se esta razão de estado tão mal n'este tempo, que se concederam muitas licensas a estrangeiros para irem com suas naus aos portos do nosso comercio, enfraquecendo e

diminuindo o dos portuguêses e engrossando-o aos que contava pôr inimigos; e como quem se cansava e enfastiava de que tivessemos coisa livre e independente mandou el-rei de Castela publicar no anno de 1640, nos estados de Flandres, obedientes a seu governo, que podiam livremente navegar e ir com seus navios a quaesquer portos do senhorio de Portugal, sem algum receio ou dependencia das leis, e jurisdição d'este reino, obrando como rei de Castela contra o rei e reino de Portugal, e nossos foros e previlegios, estreitando-nos os caminhos de enriquecer, quando de nós queria o que não tinhamos. »

« Havendo, pela diferença e isenção com que este reino ficou, de campear com as armas da sua corôa livres e distintas, sem mistura ou diferença alguma, podendo só entrar no escudo maior dos ditos reis com logar separado e avantajado a todos os mais, por sua maior grandeza, ainda que eles mais antigos, pelo contrario se mandou que nossa bandeira variasse de côr por se diferençar da sua, menos nobre que a nossa; não se reparou no muito que os naturaes sentem afrontas feitas a seu reino, e preeminencia e magestade de suas armas e insignias. Sofrem mal os homens de valor vêr as armas de sua familia e apelido abatidas e ultrajadas, e deram d'esta verdade testimunho os antigos valorosos, de que se podera inferir quanto sentiriamos afrontas e despresos usados com os de nossa patria, a que somos mais obrigados que nós mesmos, maiormente crescendo a injuria com se tirarem a nossas armadas as preeminencias que por tantos respeitos lhes eram devidas, mandando-se que obedecessem, não só ao general de Castela, mas tambem ao almirante. »

«... Que não experimentamos de afrontas, e de injurias? Aos generaes e capitães de nossas armadas vexavam e prendiam, por não guardarem e obedecerem as ordens dadas pela corôa de Castela, em menoscabo da nação portuguêsa, não lhes consentindo que guardassem as que tinham recebido pela corôa de Portugal, ofendendo-nos não só com a injustiça, mas com o engano, porque nunca fosse a ofensa singela. »

« Havia muitos annos que se embargavam navios, ora dos naturaes, ora dos estrangeiros, com titulo de serviço del-rei de Castela. Nem se desembargavam sem os donos comprarem os desembargos aos ministros, por cujas mãos corriam os embargos. Fazia-se isto com tanta demasia e desaforo, que já não havia quem fosse contratar ás nossas conquistas, por lhes faltar já que peitar, e se perderem nas dilações.

« De aqui se seguia um total desfalecimento e mingua do comercio, com grande e conhecida quebra e baixa dos direitos reaes nas alfandegas d'este reino, que é o que sempre recebeu a maior perda no comum e no particular, diminuindo-se e acabando-se a fazenda real, e o cabedal dos vassalos, minguando-se-lhes o comercio e meneio, com que se faziam ricos e poderosos. A isto se juntava não haver liberdade para os ofendidos se queixarem dos ministros, porque isto corria por serem parciaes com aqueles a que se poderam, e deveram dar as queixas.

« . . . Pelo duque de Osuna, e antes d'ele, por D. Cristovam de Moura oferecera D. Filipe o I a este reino, que as administrações e oficios de Portugal se não haviam de dar a estrangeiros; mas somente a portuguêses.

« Sabia ele de quanto momento era a observancia d'este costume e confirmou-se esta promessa no capitulo XVII dos jurados nas côrtes de Thomar, e é conforme á razão natural, que gozem os naturaes os premios de seus trabalhos e os não desfrutem estrangeiros. Que não ha coisa que cause maior sentimento que vêr em mãos estrangeiras o premio que a vós por natural se vos devia. A esta conta chegou a dizer um catalão sobre similhantes previlegios, que ainda que expressa e declaradamente lhes não fôra concedido, haviam de gozar d'ele, por sêr comum aos mais reinos, e senhorios de Espanha. Este é um dos principaes pontos e fundamentos de todas as republicas bem governadas. Os naturaes conforme a toda a lei divina e humana devem ser honrados e apremiados com os oficios e beneficios de patria, e não os estrangeiros, que por taes faltam ás coisas da republica com o amor, zelo e cuidado com que os naturaes lhe respondem. Porem o mao governo de Castela ia tão fora d'esta razão de estado, que, não satisfeito com atropelar as leis d'este reino, e as encontrar na destribuição dos oficios e beneficios entre os portuguêses, de nada mais cuidava que de introdusir n'ele estrangeiros, por nos negar e nos tirar o que por tantos respeitos era nosso.

« Do mesmo modo se procedia na destribuição das mercês. Negavam-se aos de mais e maiores merecimentos e serviços, concediam-se aos que melhor as pagavam, com que a republica se desfalecia de homens de valor que com seus trabalhos e suores a fizessem respeitada e gloriosa; esqueciam-se d'aquela sã razão de estado, que ensina, que darem-se os oficios, administrações, rendas e mercês a estrangeiros escandalisa todo o reino e perde a republica seu lustre e magestade. De aqui vinha não haver no reino mais

que duas sortes de homens — ou contentes e soberbos, com os favores e premios conseguidos, ou por dinheiro, ou por particulares respeitos, ou descontentes e humildes, com o desengano de lhes não haverem de aproveitar seus virtuosos merecimentos, e o sangue com gosto derramado em serviço de sua patria. Crescia este desgosto o saberem que o rei, que os devera de honrar e de animar com palavras e com mercês, os despresava, chamando falta de valor ao que era falta de gosto de se verem trabalhar para outrem, levando-se-lhes a honra e o proveito.

«... Encorporou-se na fazenda real o rendimento das terças dos bens dos concelhos que os povos concederam para fortificação e reparos dos castelos e seus muros, gastando-se em outras coisas em que se não podia dispender, dando causa a que os muros e castelos de todo se arruinassem, deixando-nos de todo abertos e desarmados, e expostos aos incursos dos inimigos, atendendo só a nos desarmarem, e se segurarem de nós, estimulados contra suas tiranias. Quanto era maior o temor da injustiça, tanto era maior o aperto em que nos punham.

«Experimentamos estes de todo o modo e em todas as coisas, e por todas as vias. Os juizes castelhanos julgavam e procediam contra os portuguêses que se achavam em Castela e nos mais reinos de sua corôa, e os castelhanos em Portugal tinham juizes castelhanos. Pedia toda a razão que fosse o privilegio e justiça igual, e não tão desigual e afrontosa: quando se mandava devassar de algum caso cometido n'este reino por portuguêses e castelhanos juntamente pagavam os gastos e custas dos ministros castelhanos os portuguêses culpados. Pôrem os castelhanos culpados eram remetidos a seus juizes que logo os soltavam, e os deixavam sem castigo algum, com grande magoa e sentimento dos ofendidos, padecendo os portuguêses a condenação dos gastos e das penas corporaes, segundo era o delicto; eles ficavam livres de uma e outra, e confiados para cada dia cometerem outros delictos que não assombra a culpa aos que a pena não acautela: a isto se acrescentava inventarem uma companhia de São Diogo, em que estavam matriculados os homens de toda a sorte, que por qualquer via descendiam de castelhanos, para que gosando dos privilegios que se lhe concederam se não extinguisse o nome castelhano entre nós, e os portuguêses ficassem mais molestados e cansados.

«Nada ficou que em nosso damno e afronta se não tentasse; e porque não só padecessemos aflicção nos corpos,

se nos ordenou para as almas. As duvidas que os ministros d'este reino tinham com o coleitor de Sua Santidade não eram mais que uma forja em que se consumiam, e se consultava sobre elas o Conselho de Castela, nem se lhe respondia, nem os deixavam resolver: se sentenciavam em favor da Igreja os privavam dos seus cargos, molestavam e desfavoreciam; se julgavam contra Ela, segundo as opiniões que tinham por mais certas, segundo as leis e estilos em que se fundavam, eram afligidos com excomunhões em que estavam dois, tres, e mais annos, padecendo o povo interdictos particulares e geraes, sem assentarem coisa certa que se devesse seguir, nem darem remedio algum a tanto mal.

«Toda esta maquina de injustiças, e de tributos, de emprestimos pedidos, imposições, apertos e vexações topava em se dar cumprimento aos capitulos d'aquele pesado Conselho, tenção manifestada, injusta e inconsideradamente por boca do mesmo rei, que devera, pelo que lhe convinha, e pelo que de justiça nos devia, de trabalhar com toda a ancia e cuidado de nos têr satisfeitos e contentes, e com a satisfação e contentamento obedientes e alegres para seu serviço.

«Achava-se no principio de seu governo um dia, só com o Conde-duque, e rompeu n'estas palavras: «Que faremos com estes portuguêses, não acabaremos com eles de uma vez?» O valido, que fabricava em seu desvairado pensamento *fazer de todas as partes de Espanha, um todo* lhe respondeu: deixe-me V. M. isto á minha conta que eu lh'a darei d'eles.» Cego e imprudente que não via ser impossivel contrariar a vontade de Deus, que na diferença das linguas manifestava a diferença dos reinos e das vontades! Manifestou esta pratica um Grande, de que então se não acautelaram pela distinção da idàde.

«D'esta declaração desordenada nasciam as mudanças dos ministros e dos governos. Buscava-os o valido iguaes a seus pensamentos, conformes á sua vontade; tocava-os na pedra da sua experiencia: achava-os desiguaes, e não todos para o que pretendia, mudava-os, variava-os, engeitava-os; que como atenção era encoberta, os mais d'eles enganados com as apariencias da medrança, atendiam mais o seu aumento que a conservação da patria, reparando-lhe ás vezes em lanços e resoluções, que tinham por alheios da razão e da justiça, ainda que fossem consentindo em alguns golpes, que lhes não pareciam mortaes. E ele, que ambicioso da brevidade, buscava quem lhe facilitasse os desejos, mudava

e despresava os que em alguma coisa lhe faltavam áquela malevola execução de vontade. Deparou-lhe a sua desgraça, e a nossa dita, um Diogo Soares, feito de molde para o que pretendia, sagaz para enganar, humilde para obedecer, ambicioso para aspirar e contentar em tudo quanto se lhe propunha, malicioso para arguir nossos damnos. Este ocupou na secretaria do Conselho de Portugal, que residia em Madrid. Para que jogassem fechados, tomou por companheiro e respondente na secretaria de Estado d'este reino a Miguel de Vasconcellos, ligado com ele com os dobrados parentescos de cunhado e sogro, homem por seus vicios despresado de todos, por natureza soberbo, e despresador dos nobres e perseguidor dos menores. Um e outro poseram a mira em se vingar da morte violenta dada a seu pai e sogro, por alvitres que contra o povo inculcou, em segurarem sua medrança com se não saírem do que o valido queria, atendendo a lhe advinhar os pensamentos, e os fazerem executar ainda antes de declarados; entendiam-se para isso entre si com particulares avisos, ajuizavam o natural dos pretendentes, pelo desvio ou consentimento que n'eles achavam para o que traçavam; aqueles que experimentavam de seu humor, favoreciam, honravam e acrescentavam, ficando por fiadores ao valido a quem grangeavam e agradavam com as vendas dos cargos, honras e dignidades que lhe faziam; aos que com mais liberdade e isenção tratavam de si, encontravam, perseguiam e despresavam; e como estavam as portas fechadas ao recurso da justiça, tudo caminhava a nossa perdição.

«Para que este designio lhe saísse mais certo, trataram de entregar o governo d'este reino, atropelando toda a consideração do bem publico, á Duqueza de Mantua, que nem era pessoa das compreendidas nas capitulações juradas; acompanharam-na de conselheiros castelhanos, não naturaes do reino, quaes os requeriam nossos foros, para que faltando n'ela e n'eles aquele amor natural da patria, não reparassem os golpes que sobre nós caíssem. Seguravam seu intento com a Duqueza, em os conselheiros estarem dependentes do arbitrio de quem os elegeu, com que se lhes tirava a liberdade dos votos, ainda nas coisas mais convenientes ao credito e reputação do seu rei. Amavam tanto a perdição do nome e reputação d'este reino que reconhecendo-o exausto de dinheiro, não reparam na multiplicação dos gastos, que com estes ministros se fazia, maiores que com todos os mais; nem lhes ia a mão na publicidade com que vendiam quanto meneavam, porque ajudava seu intento.

«Traçaram mais, que os votos do conselho se dessem em segredo e fechados, para que não sabendo uns dos votos dos outros, cuidassem que fora votado o que vissem injusta e tiranicamente respondido: via com que Diogo Soares e o valido, se fizeram senhores absolutos do governo, e despachos do reino, e estes parentes mais temidos e respeitados.

«Obrigaram os procedimentos d'estes homens a que alguns ofendidos dessem capitulos de Diogo Soares, dignos de grande castigo, se se guardára justiça; mas confiado no favor do Conde-Duque, alcançou não saír de Madrid enquanto se tratava d'eles, termos contrarios aos que se usava com as pessoas de quem eles faziam devassar. Contrastou ele esta tormenta com testimunhas, que o poder lhe facilitou, chegando a enganar com esperanças aqueles a quem queriam acabar. Veja-se sua traça e seu poder. Pendia seu bom successo de assistir em Madrid um religioso e se tirar outro e porque seus superiores, por causas que para isso tinham, lhes denegavam licença, maquinaram o que contém esta carta, que se decifrou das que se acharam no escritorio do Deão de Braga, irmão de Miguel de Vasconcellos; os termos da carta mostram o animo de quem a escrevia, e a verdade com que nos negocios procedia.

— «Galante homem é V. M., que cuidava que me havia de descuidar em abrir os massos de N. Rodriguez; porém ele é tão precatado ao filho do fisico não vae no geral, que manda por via de Martim de Figueiredo, e assim será grande coisa o amigo M. colher este masso; principalmente que esteve o F. fechado com este vilão toda a tarde de hontem, pelo que faça V. M. esta diligencia logo, que será uma das coisas que mais importa. Se o Provincial não deitar d'aqui este vilão, S. Magestade o mandará botar fóra com grande ignominia da Companhia, e para obrigarmos a que mande o M , que é amigo, como nosso irmão estiver na secretaria, irá uma ordem do raio; em que se comece a abolir, em que não haja tantos estudos, e logo os ha de desinquietar, e com isto se dirá ao Provincial, que mande o Padre M., e que ele aquietará a materia, e assim se espera que veja a diferença de ter aqui procurador amigo, ou não. Porém, por ora nem ao M. revele V. M. isto, e só lhe diga, que muito cedo haverá ocasião em que os roguem. Saberá V. M. que um Padre da Companhia que aqui está, estrangeiro, que se chama Ugo, amigo do Padre N., me descobriu uma traição, que Francisco Rodrigues me fêz com José Gonçalves; que fingiu o Ugo uma carta, que escrevia ao Provincial d'este

reino dando-lhe conta dos maos procedimentos d'esse N. e do que alevantava. A qual carta disse eu ao visitador que de lá se mandára, e porque se suspeita que o Ugo m'a deu, me escreva V. M. uma carta, em que me trate coisas que eu possa mostrar, dizendo-me que lhe mande aquela carta, que fiaram de V. M., porque o Padre que lha deu o mata por ela, para por aqui se entender que V. M. m'a mandou, e se lá fizerem deligencia com V. M. sobre isto, nem confesse, nem negue, porque os Padres pode ser que queiram fazer deligencia para apurarem isto: diga V. M. ao secreto, que por ele tenho mandado dizer ha muitos dias ao provincial, que tire d'aqui N. o que não quiz fazer e que agora faz este velhaco o que refiro na carta, e que depois se não queixe de mim. Nunca faço pouco caso de nada, ainda de coisas que parecem disparates, como é que nos hão de tomar as cartas e assim sou de parecer, que todo papel ou carta que tiver nosso irmão, que em alguma coisa lhe possam prejudicar, se fôr necessario guardar-se, se tenham em um escritorio em casa de V. M., porque estes velhacos andam tão insolentes e esta princêsa não tem mais lei que a razão de Estado, podem-lhe meter em cabeça que ha alguma falsidade nos papeis da secretaria, e debaixo de apurar isto, tomarem os papeis para ver se podem colher alguma coisa; e assim tenho por mui necessaria esta prevenção, e V. M. faça fazer isto ao nosso irmão, que eu sem temer isto o hei de fazer cá. »

« Julgue-se o que conteriam as cartas, que assim se encobriam, e a fidelidade d'estes ministros.

« Pois que se não obraria por pessoas que se carteavam em segurança de seus enganos? Na carta de 19 de Janeiro de 1639 em que Diogo Soares diz a seu cunhado e genro Miguel de Vasconcellos entre outras coisas: « Dos Cezares não ha que tratar que esta gente não tem aqui amigos nem ha que fiar d'eles, porque todos são uns, e filhos do pai que vós conheceis e a quem meu amo não sofre. » Em outra de 13 de Abril de 1640 escreve, o que leva a boia ao fundo: « *Aos N. N. engana-los, e cavalgar-lhes as parentas.* » É forçado repetir palavras tão encontradas com a pureza dos costumes, para que se conheça bem qual era o governo de homens, que se ensinavam uns aos outros a ser maus.

« Reconheceu o reino todo tanta malicia, tanta injustiça e tirania. Reconheceu seu estado e o abatimento de suas glorias: que as armas, com que deu no mundo tão espantoso credito a seu valor, se lhe negavam, e tiravam das mãos, por lhe tirarem juntamente com o nome, a reputa-

ção e estima, e reduzirem a conhecido descredito e desestimação. Que os comercios, porque eram buscados de todas as nações do mundo seus portos, se lhe diminuiam e deixavam senhorear das nações a quem os portuguêses os tinham abertos e comunicado, com que se embotavam aqueles antigos brios portuguêses e se lhes estreitavam as rendas e cabedaes, convertendo-se todos seus suores em manifesto damno seu, e em ensitamento dos castelhanos usarem contra esta nação de despresos e opressões, com que assentaram que mais piedosamente acabariam por suas mãos que pelas alheias, tendo por menor mal acabarem-se para se conservar, que conservarem-se para que os acabassem.»

TERCEIRA PARTE

Nota I. **Hostilidade entre o norte e o sul da França** (pag. 464). — Como exemplo tipico da pouca harmonia ainda hoje existente entre os povos da *lingua de oil* e da *lingua de oc* que a força dos acontecimentos conglomerou n'uma só nação, transcrevemos a seguir um trecho de Huysmans, extraído de um dialogo do capitulo IV do romance *La Bas*. Para o não alterar abstemo-nos de o traduzir; assim representa, na penna vigorosa do auctor da *Cathedrale,* todo o sentir das povoações do norte, sintetisado em poucas palavras por quem sabe o que diz e como se diz:

— «Pardon de t'interrompre, mais c'est que je ne suis pas aussi sûr que toi que l'intervention de Jeanne d'Arc ait été bonne pour la France.»

— Hein?

— «Oui, écoute un peu. Tu sais que les défenseurs de Charles VII étaient, pour la plupart, des pandours du Midi, c'est-à-dire des pillards ardents et féroces, exécrés même des populations qu'ils venaient défendre. Cette guerre de Cent'ans ç'a été, en somme, la guerre du Sud contre le Nord. L'Angleterre, à cette époque, c'était la Normandie qui l'avait autrefois conquise et dont elle avait conservé et le sang, et les coustumes, et la langue. A supposer que Jeanne d'Arc ait continué ses travaux de couture auprès de sa mère, Charles VII était dépossédé et la guerre prenait

fin. Les Plantagenets règnaient sur l'Angleterre et sur la France qui ne formaient du reste, dans les temps préhistoriques, alors que la Manche n'existait point, qu'un seul et même territoire, qu'une seule et même souche. Il y aurait eu ainsi, un unique et puissant royaume du Nord, s'étendant jusqu'aux provinces de la langue d'oc, englobant tous les gens dont les goûts, dont les instincts, dont les moeurs étaient pareils. »

« *Au contraire, le sacre du Valois à Reims a fait une France sans cohésion, une France absurde. Il a dispersé les eléments semblables, cousu les nationalités les plus réfractaires, les races les plus hostiles. Il nous a doté, et pour longtemps, hélas! de ces êtres au brou de noix et aux yeux vernis, de ces broyeurs de chocolat et mâcheurs d'ail, qui ne sont pas du tout des Français, mais bien des Espagnols ou des Italiens.* En un mot, sans Jeanne d'Arc, la France *n'ap*partenait plus à cette lignée de *gens fanfarons et bruyants, éventés et perfides, à cette sacrée race latine que le diable emporte!* »

Em italico vão as palavras mais notaveis d'este libelo contra a obra de Joana d'Arc. Se taes têrmos não indicam um inextinguivel odio de raça, é dificil saber o que sinificam...

Nota II. Poesia de Carlos Aribau (pag. 469). — A composição *A ma Patria* a que aludimos no texto marca o começo da renascença literaria catalã. Por isso tem seu logar aqui naturalmente marcado; bom era que a acompanhasse uma tradução, mas, traduzi-la em prosa seria desvirtua-la por completo, traduzi-la em verso é empreza superior ás nossas forças; os poetas que o façam.

A Deu siau, turons, per sèmpre á Déu siau,
O serras desiguals, que alli en la patria mia,
Dels núbols e del cel de llony vos distinguia
Per lo repos etern. per lo color més blau!
A Deu, tu, vell Monseny, que, dès ton alt palau,
Com guarda vigilant, cubert de boyra e nèu,
Guaytas per un forat la tómba del Juéu
E al mitg del mar inmens la mallorquina nau!
Jo ton superbe frònt coneixia llavors.
Com coneixes pogués lo frònt de mòs parènts;
Coneixia també lo só de tos torrènts.

Com la veu de ma mare ó de mon fill los plors
Més, arrancat desprès per falts perseguidórs,
Ja no conech ni sènt com en millórs vegadas;
Axi d'arbre migrat à terras apartadas,
Son gust perden los fruyts et son parfum las flors.
¿ Que val que m'haja trét una enganyosa sort
A veurer de mès prop las torres de Castella
Si l'cant dels trobadòrs no sent la mia orella,
Ni desperta en mon pit un generòs recort ?
En va á mon dòls pais en alas jo m'transport,
E veig del Llobregat la platja serpentina,
Que, fora de cantar en lléngua llemosina,
No m'quèda més plaher; no tinch altre conort.
Pláume encara parlar la llengua d'aquélls sabis,
Que ompliren l'univers de llurs costums e lléys,
La llengua d'aquèlls forts que acataren los reys,
Defenguèren llurs drets, venjaren llurs agravis.
Muyra, muyra l'ingrat que, al sonar en sos llavis
Per estranya regió l'accent natiu, no plora,
Que, al pensar en sos llars, no s'consum ni s'anyora,
Ni cull del mar sagrat las liras dels sèus avis.
En llemosi sonà lo meu primer vagit,
Quant del mugró matern la dólsa llet bebia,
En llemosi al Senyór pregava cada dia,
E cantichs llemosins somiava cada nit
Si, quant me trobo sol parl' ab mon esperit,
En llemosi li parl', que llengua altre no sènt,
E ma bòca llavors no sab mentir ni mènt,
Puix surten mas rahòns del céntre de mòn pit.
Ix, donchs, per expressar l'afecte mès sagrat
Que puga d'home en cor gravar la ma del cel,
O' llengua á mos sentits més dòlsa que la mel,
Que m'tornas las virtuts de ma inocènta edat.
Ix, é crida pel mòn, que may mon cor ingrat
Cessará de cantar de mon patró la gloria;
E passia per ta veu son nom e sa memoria
Als propis, als estranys, á la posteritat !

Nota III. Literatura catalã (pag. 471). — Desejavamos dar aqui uma lista detalhada de escritores catalães modernos e de suas principaes obras; não tendo elementos para o fazer como quizeramos, havemos de limitar-nos a uma

lista de nomes, lista já antiga que Victor Balaguer apresentou em 1875 no seu tantas vezes citado *Discurso de recepcion en la Real Academia de la Historia* de Madrid. Confundidos n'ela vulgares publicistas e grandes escritores nada diz este elenco ao publico português, mas, tal como é, ahi a deixamos.

Pelo menos sempre servirá para fazer vêr que não eram poucos os que escreviam em catalão ao findar o seculo passado. De então para cá esse numero tem aumentado muito e tanto assim que não figura n'ele o que hoje é um dos melhores escritores da Catalunha, Rusiñol o já mencionado auctor da *Aldêa Gris*, do *Mistico*, da *Alegria que pasa* e outros trabalhos de valor:

Amat, Anglasell, Altadill, Alcántara, Aymad, Alard, Arnau; — Angelon, Altet y Ruate, Armengol (Dona Inés), Anglés y Comas, Amer; — Aribau, Alsina y Clos, Alsius; — Anglora, Ambrós, Alohar; — Aguiló (Mariano), Aguiló (Tomás), Aulés, Arquer, Argullol, Aulestia, Aguilera y Solsona, Arús y Arderíu.

Blanch (Adolfo), Blanch (José), Blanch é Illa (Narciso), Balaguer (Andrés), Balaguer (Victor), Barallat, Balader, Balmes, Barrera, Barberá, Bartrina de Ayxemús (Francisco e Joaquin), Bassols (Buenaventura), Bassols (Narciso), Bassols (Lorenzo), Blasco, Baró; — Bernat y Baldoví, Bres. Belloch (Dona Maria de), Bergnes, Bertrán; — Briz; — Bofarull (Antonio de), Boix, Boter de Dalmases, Botet y Sisó, Bodria, Brosca de Riera, Brosca y Reixach, Bosch; — Busquets (Modesto), Busquets (Marcial), Bruguera.

Camp y Fabrés, Carcasona, Capmany, Cabanyes (Lorenzo), Calvet, Clavé, Careta y Vidal, Candela y Plá, Clariana, Carboneres. Camprodón; — Creus; — Cirujeda y Ruiz; — Cortada, Costa, Coca, Coll y Britapaja, Coll y Vehi, Collell, Comabella, Comerma y Bachs, Codonyer, Coroleu, Codolosa, Courtais; — Cutchet (Luis), Cuyás, Cusachs, Cuspinera.

Damon, Dimas.

Estrada, Escalante; — Estellés; — Escrig y Miguel, Escrig y Gonzalez, Escrich, Espinal; — Estorch y Siqués; — Estruch, Escudé.

Farré y Carrió, Fantassio, Faubel, Franco; — Fernández, Freixa, Ferrer y Bigné, Ferrer (Rafael), Ferrer (Juan Bautista), Ferrá; — Fita, Figueras y Albert, Fiter é Inglés, Fillol, Feliú y Codina (José), Feliú y Codina (Antonio), Feliú y Codina (Juan); — Foz, Forns, Fontanals del Castillo, Forteza (Guillerme), Forteza (Tomás), Forteza (Jerónimo).

Gras, Galiana, Gatell, Garriga y Lliró, Graumarti; — Ghebart, Gener, Genis; — Girbal, Gibert y Roig, Gironella; — Gómez; — Guell, Guimerá.

Herreros (Dona Manuela de los), Huguet y Campañá.

Illas y Vidal, Iranzo.

Juliá y Cabrera.

Labaila, Lasarte, Liern (Rafael), Letamendi.

Llaberia, Llanas, Llenas, Llombart, Llorca, Llorente (Teodoro), Llorens (Modesto), Llobet y Vallllosera, Lloret, Llobera.

Mas y Otzet, Mas de Xapars, Massanes de González (Dona Josefa), Maura, Mata (Pedro), Maseras, Mateu de Vidal (Dona Dolores), Mateu y Fornells, Manel, Masferrer y Arguimbau, Maspons (Francisco), Martí y Folguera (José), Martí (Jaime), Marinello, Martí (Miguel Antonio), Maluquer (Juan); — Mestres (Apeles), Merelo y Casademunt; — Milá y Fontanals (Manuel e Pablo), Mir, Millás, Miquel y Badia, Mimó; — Molas y Casas, Mora, Morera, Montserrat, Molins; — Muns, Muntadas.

Navarro, Nadal, Navallés, Nanot Renart, Nebot y Casas.

Obradors y Bennasar.

Pau, Parra, Pascual, Palau (Dona Emilia), Palau (José), Planas, Panadés, Pagés, Pahisa y Rivas, Pastor Aymat; — Pers y Ramona, Peña (Dona Victoria), Peña (Pedro Alcántara), Pella y Forgas, Pleyan de Porta, Permanyer, Pérez, Peiró; — Pizcueta, Pirozzini, Pinyó y Vilanova, Picó y Campaner, Pí (José), Pin y Soler; — Pons y Gallarza (Luis), Pons y Fuster, Pons y Montells (Frederico), Pons (Juan), Pousan, Ponsich; — Puiggari, Puigblanch.

Querol, Quer, Quintana (Alberto de).

Renyé, Renat, Reynals y Rabassa, Reventós (Isidro); — Rivas y Servet, Riera y Bertrán; — Roca (Luiz), Roca y Cornet (Joaquín), Roca y Roca (José), Roca (Francisco), Roca (Gervasio), Rodríguez y Masdeu, Roger, Roure, Robreño, Roselló (Jerónimo), Robert (Roberto), Rodoreda, Roselló (Pedro de); — Rubio y Ors.

Sala, Saleta, Sardá (Juan), Salvá, Sardá y Lloret, Sanmartín y Aguirre, Sarpa (Juan); — Serra y Altet, Serra y Campdelacreu, Serra (Juan), Serch, Sequer, Sequi; — Simó, Simón, Sitjar (Juan), Sitjar (Joaquín); — Sol y Padris, Soler (Federico), Solanes.

Tramoyeres, Taronji y Cortés; — Tintorer (Rafael); — Torres (Pedro Antonio), Torres (Antonio de), Torres (José María), Torres (Jacinto), Thos (Silvino), Thos (Terencio), Tobella, Tomás y Salvany.

Ubach y Vinyeta.

Vancelles, Valldaura, Vallespin, Valls, Vallés, Verdaguer (Jacinto), Verdaguer (Alvaro), Verdaguer (Magin), Ventalló; — Vidal y Valenciano (Caetano), Vidal y Valenciano (Eduardo), Vidal (Modesto), Vidal (Francisco), Villamartin, Vinader, Vilarasa, Vilaseca y Domenech, Vinardell (Arturo), Vila y Guitó, Vich, Viza y Marti, Viñas y Serra, Vila (Miguel), Vila (Agostinho), Villanueva.

Xavier y Godó.

Yago.

Zamy, Zabaleta.

N'esta lista, diz Balaguer, vão incluidos poetas liricos e dramaticos, historiadores, romancistas e literatos da Catalunha, Valencia e Baleares mas só dos que escrevem em catalão, excluindo absolutamente os catalães, valencianos, malhorquinos e menorquinos que escrevem em castelhano e cujos nomes triplicariam este rol.

Nota IV. **Perseguição á lingua euskara** (pag. 474). — Para dar ideia do sectarismo estreito com que o governo espanhol tem perseguido a lingua turaniana por excelencia, aquela a que Guilherme Humbold, Cezar Moncault, Gustavo Hubbard, Aquiles Luchaire, o principe Luiz Luciano Bonaparte, o Pdr. João de Larramendi, o Pdr. Fidel Fita, Antonio de Trueba, Vicente Arana, José Manterola e muitos outros filologos, historiadores e arqueologos dedicaram annos de pacientissimo estudo, a lingua a que sacrificou o melhor de sua vida o colossal auctor do *Genio de Nabarra; Celtas, iberos y eúskaros* e *Gramatica de los cuatro dialectos literarios de la lengua eúskara,* o incansavel D. Arturo Campion, bastará repetir que em Espanha as comunicações telegraficas em qualquer das linguas regionaes são rigorosamente prohibidas e transcrever depois o que Anselmo Andrade, auctor nada suspeito de simpatia pelos ideaes que professam os habitantes das provincias vascongadas, diz no capitulo x da sua *Viagem na Hespanha :*

« Além das influencias naturaes e sociaes, sob as quaes se vae reduzindo cada vez mais a primitiva linguagem dos primitivos habitantes, ha ainda um factor que actua especialmente na sua extinção. É o influxo directo do governo espanhol, que intenta acabar de todo com o vascuense. O principal motivo é o receio da predica. Nas provincias vascongadas onde o catolicismo tem uma verdadeira

influencia politica, como religião e *como simbolo de nacionalidade*, a devoção é grande... O padre domina pois realmente nas provincias vascongadas pelo respeito ás tradições. O pulpito é a sua cadeira, e o sermão a sua lição eficaz. Na lingua vascongada essa lição, geralmente subversiva *sob o ponto de vista da politica castelhana*, escapa com facilidade á acção fiscal. É pois necessario que o ensinamento clerical se não faça. Para isso o processo mais facil é tornar inutil a lição, tornando ininteligivel a linguagem. N'esse intento teem os professores ordem de prohibir o uso do vascuense aos seus discipulos. É-se castigado por falar vascuense. Um dos castigos mais empregados é o do anel. O mestre enfia no dedo do discipulo, surpreendido em flagrante delicto de falar a lingua prohibida, um anel de cobre. Quando o infantil deliquente surpreende por sua vez um condiscipulo seu em delicto igual, passa-lh'o logo, e assim sucessivamente durante a semana toda. Aquele, que no sabado de tarde foi encontrado com o anel no dedo, é severamente castigado. É assim que vae morrer a linguagem que um dia se falou n'uma incalculavel extensão do mundo, e que hoje se acha sosinha, sem irmãs e sem familia, n'aquele pequeno canto do mundo ao pé dos Pirineos.»

Nota V. **O Canto de Altabiscar** (pag. 476). — Apresentado já uma vez em Portugal, n'uma obra por varios conceitos notavel, como «amostra dos cantos guerreiros bascos, onde se enaltecem as suas proezas e o seu amor pela liberdade» o *Altabiskarco Cantua* «no qual se celebra a derrota do exercito de Carlos Magno, em Roncevaux, e a morte d'um dos seus principaes caudilhos, o lendario Rolando» [1], não é, como se poderia supor, um canto popular, mas sim uma composição poetica relativamente moderna.

Não se disse ainda a ultima palavra sobre este ponto. O ilustre poligrafo Menendez y Pelayo, entre outros, tratou esta questão e parece ser que a origem d'este notabilissimo poema se deve ir procurar a uma brincadeira de uns estudantes bascos residentes em Paris que, lembrando-se de compor um cantico em que se celebrasse a batalha de Roncesvalles, o enviaram, depois de feito, a uma revista fran-

---

[1] Pereira de Lima: *Iberos e Bascos*, nota g.

cêsa de *folk-lore,* dando-o como tradição popular por eles colhida na baixa Navarra.

Popular ou não, inegavel é que o *Canto de Altabiscar* está revestido de grande valor, constituindo um dos melhores monumentos, senão o melhor, da literatura euskara.

Damos a seguir o original e uma tradução literal portuguêsa, calcada sobre a castelhana de Manterola:

Altabiskarco Cantua

I

Oyhu bat aditua izan da
Escualdunen mendien artetic
Eta Etcheco jaunac, bere athearen aitenean chutic
Ideki tu bearriac, eta erran du: «Nor da hor? Cer nahi dautet?»
Eta chacurra, bera nausiaren oinetan lo zaguëna,
Alchatu da, eta Karrasiz Altabiscarren inguruac bethe ditu.

II

Ibañetaren lepoan harabotz bat aghertcen da,
Urbiltcen da, arrokac ezker eta escuin jotcen dituelaric;
Hori da urrundic heldu den armada baten burrumba.
Mendien copetetaric guriec errespuesta eman diote;
Beren tuten soinua adiarici dute,
Eta etcheco-jaunac bere dardac zorrozten tu.

III

Heldu dira! heldu dira! cer lantzazco sasia!
¡Nola cer nahi colorezco banderac heien erdian aghertcen diren!
¡Ce simistac atheratcen diren heien armetaric!
Cembat dira? Haurra, condatzic onghi!
Bát, biga, hirur, laur, bortz, sei, zazpi, zortzi, bederatzi, hamar, hameca, hamabi,
Hamahirur, hamalaur, hamabortz, hamasei, hamazazpi, hemezortzi, hemeretzi, hogoi.

IV

Hogoi eta milaca oraino!
Heien condatcea demboraren galtcea liteque.
Urbilditzagun gure beso zailac, errotic athera ditzagun arroca horiec,
Botha ditzagun mendiaren patarra behera
Hein buruen gaineraino;
Leher ditzagun, herioz jo ditzagun.

V

¿ Cer nahi zuten gure mendietaric Norteco guizon horiec ?
¿ Certaco jin dira gure bakearen nahastera ?
Jaungoicoac mendiac eguin di tuenean nahi izan du hez guizonec ez pasatcea
Bainan arrokac biribilcolica erortcen dira, tropac leheroen dituzte.
Odola churrutan badoa, haragui puscac dardaran daude.
¡ Oh ! ¡ cembat hezur carrascatuac ! cer odolezco itsasoa !

VI

Escapa ! escapa ! [1] indar eta zaldi dituzuenac !
Escapa hadi, Carlomagno erreghe, hire luma belzekin eta ire capa gorriarekin
Hire iloba maitea, Errolan zangarra hantchet hila dago ;
Bere zangartasuna beretaco ez tu izan.
Eta orai, Escualdunac, utz ditzagun arrocá horiec,
Jauts ghiten fite, igor ditzagun gure dadac escapatcen direnen contra.

VII

Badoazi ! badoazi ! non da bada lantzazco sasi hura ?
Non dira heien erdian agheri ciren cer nahi colorezco bandera hec ?
Ez da gheiago simitztarik atheratcen heien arma odolez bethetaric
Cembat dira ? Haurra condatzac onghi
Hogoi, hemeretzi, hemezortzi, hamazazpi, hamasei, hamabortz, hamalaur, hamairur,
Hamabi, hameca, hamar, bederatzi, zorzti, zazpi, sei, bortz, laur, hirur, biga, bat.

VIII

Bat ! ez da bihiric aghertcen gheiago. Akhabo da !
Etcheco jauna, joiaten ahal zira zure chacurrarekin,
Zure emaztearen eta zure haurren besarcatcera
Zure darden garbitcera eta alchatcera zure tutekin,
Eta ghero heien gainean etzatera eta lo gitera.
Gabaz, arranoac joanen dira haraghi pusca lehertu horien jatera,
Eta hezur, horiec oro churituco dira eternitatean.

---

[1] Estas palavras castelhanas e outras adoptadas do castelhano denunciam até certo ponto a origem moderna do poema.

Traducção literal

I

Um grito se ouviu
No seio das montanhas bascas
E o *Echeco-jauna* [1] de pé diante de sua porta
Abriu as orelhas e disse: Quem está ahi? Que querem de mim?
E o cão que dormia aos pés de seu dono,
Levantou-se e encheu com seus gritos os arredores de Altabiscar.

II

Na collina do Ibanheta apparece um forte ruido,
Approxima-se, roçando á direita e esquerda as fragas;
É o estrondo de um exercito que chegou de longe;
Os nossos responderam-lhe do alto das montanhas, fazendo soar seus *cornos*
E o *Echeco-jauna* afia as suas setas.

III

Já chegam! já chegam! É um bosque de lanças!
Como apparecem em meio d'ellas multiplices bandeiras de varias côres!
Quantos reflexos saem das suas armas!
Quantos são? Rapaz, conta-os bem.
Um, dois, tres, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze,
Treze, quatorze, quinze, dezasseis, dezasete, dezoito, dezenove, vinte.

IV

Vinte, e milhares mais!
Conta-los seria tempo perdido.
Unamos nossos robustos braços, arranquemos pela raiz estes rochedos
Lancemo-los de alto a baixo pela encosta da montanha
Sobre suas cabeças;
Esmaguemo-los, firamo-los mortalmente.

---

[1] *Echeco-jauna,* senhor da casa: sinifica aqui algo assim como chefe, rei, juiz, etc.

V

Que queriam nas nossas montanhas esses homens do norte?
Porque vieram turvar a nossa paz?
Deus quando fez as montanhas, quiz que as não devassassem os homens.
Mas os rochedos, caem rodando, esmagam as tropas.
O sangue cae em torrentes, os bocados de carne palpitam.
Oh! quanto osso partido! Que mar de sangue!

VI

Fujam! Fujam! os que ainda teem forças e cavalos,
Foje, rei Carlos Magno, com tua penna preta e tua capa encarnada;
Teu amado sobrinho, o bravo Roldão, jaz morto lá em baixo;
A sua valentia de nada lhe serviu,
E agora, Euskaldunas, deixemos esses rochedos,
Desçamos depressa, lancemos os nossos dardos contra os que fojem.

VII

Fojem! Fojem! Onde está, então, aquele bosque de lanças?
Onde as bandeiras de todas as côres que no meio d'elas se avistavam?
Já não dão reflexos as suas armas cobertas de sangue.
Quantos são? Rapaz conta-os bem.
Vinte, dezanove, dezoito, dezasete, dezasseis, quinze, quatorze, treze,
Doze, onze, dez, nove, oito, sete, seis, cinco, quatro, tres, dois, um.

VIII

Um. Já nem um se vê!... Tudo se acabou.
Echeco-jauna, podes voltar para a tua casa com o teu cão.
Para abraçar tua esposa e teus filhos,
Para limpar as setas e guarda-las em seus cornos de bufalo, e dormir sobre elas.
De noite as aguias virão devorar esses bocados de carne esmagados,
E esses ossos alvejarão ahi por toda a eternidade.

Nota VI. Poesia galaica (pag. 481). — Como trecho escolhido d'esta moderna literatura reproduzimos a bela composição de Curros Enriques: *O Gueiteiro*. Muitas outras iguaes e mesmo superiores mereciam ser citadas aqui, só ha dificuldade na escolha, mas entre todas damos a preferencia a esta pelo caracter local de que está revestida:

Dendesd'o Lérez lixeiro
As veigas qu'o Miño esmalta
Non houbo n'o mundo enteiro
Mais arrogante gueiteiro
Qu'o gueiteiro de Penalta.

Sempre retorcend' o bozo,
Erguida sempr' a cabeza,
Daba de miral-o gozo.
Era un mociño... que mozo!
Era unha [1] peza... que peza!

Depois do tempo pasado
Pasado pra non volver,
Com'on profeta inspirado
Inda m'o parece ver
Na festa d'o San Trocado.

Calzon curto, alta monteira. [2]
Verde faixa, albo chaleque
Y o pano na faltriqueira,
Sempre na gaita parleira
Levaba dourado fleque.

Non houb'home máis cumprido [3]
No mundo, de banda à banda;
Nem rapaz mais espilido, [4]
Con mais riquesa vestido,
Nin de condicion mais branda.

---

[1] O h n'esta palavra serve apenas para separar a primeira silaba da segunda.

[2] *Monteira*, é a tradicional gorra galega, hoje já pouco usada.

[3] *Cumprido* = delicado, amavel. (Do castelhano *cumplido* — acção obsequiosa. urbanidade).

[4] *Espilido* = expedito.

Prás festas e romarias
Chamado, todol-os dias
Topábase donde queira,
Anque por certas porfias
Solo tocaba a muiñeira. [1]

Pois, como poucos teimado
Cand'unha venta lhe pega,
Xura que, pr'o seu agrado,
Non se ten ind'enventado
Música como a gallega.

Neno er'eu cando el vivia,
Mas non-o podo esquecer.
O qu'él na gaita sabia!
O qu'él c'os dedos podia
N'aquel punteiro faguer!

Cando nas festas maores
Era esperado o gueiteiro,
Botábanll'as nenas frores
Ledas copras os cantores,
Foguetes o fogueteiro.

Traz d'el, en longa riola,
Da gaita o compás levando,
Con infernal batayola,
Iban corrend'e choutando
Os rapaciños da escola.

Nunca se puido avriguar,
Vendo-lla repinicar,
Por qué, o son da gaita ouindo
Cantos bailaban sorrindo,
Acababan por chorar.

Mais cando el no turreiro,
Cal n'a trébede a Sibila
Pegava o pio primeiro,
Daban ó vento o sombreiro
Todol-os mozos da vila.

---

1 *Muiñeira* = aria essencialmente galaica a que, por ter esse caracter regional, os castelhanos chamam *gallegada.*

Comezando o baile enton,
Cousa era pr'adimirar
Aquel sembrante bulron
Aquel aire picaron
Y aquel modo de mirar...

Y era de ver con que trazas [1]
Sin faguer pausas, nin guiños,
Nin cazo das ameñazas,
Furtaba un bico ás rapazas
Dos noivos diant'os fociños.

Ninguen soubo frolear
Do xeito qu'el froleaba:
Verll'a muiñeira botar,
Era unha nube mirar
D'anxliños que pasaba.

Xentil, aposto, arrogante,
En cada nota o gueiteiro
Ceibaba un limpo diamante
Que lo gono rodobrante
Pulia o tamburileiro.

Que Orfeo se lle igualaba
Si mesmo, dentro do fol
Que c'o còbado apertaba
Parecia que cantaba
Escondido un rouxiñol?

Music'òn tempo e poeta,
Algunha fada secreta
Tiña con que comovia,
Pois nunca d'unha palleta
Saiu tan doce armonia.

Tocaba... e cando tocaba
O vento que d'o roncon
Pol-o canuto fungaba
Dixeran que se queixaba
Da gallega emigración.

---

1 *Traza* = geito.

Dixeran que esmorecida
De door a Patria nosa,
Azoutada, escarnecida,
Chamaba, outra *Nay chorosa,*
Os fillinos da sua vida...

Y era verdá. Mal pocada!
Contr'on penedo amarrada,
Crabad 'un puñal no seo,
N'aquela gaita lembrada
Galicia era un Promoteo.

Un Promoteo cantando
Eternas melanconías;
Sempr'un consolo agardando
E sempr'as bagoas chorando
Do desdichado *Macias.*

Por eso, cand'à tocar
Se puña o gueiteiro lindo
Cantos viñan pra bailar,
S'escomezaban sorrindo,
Acababan por chorar.

Por eso en vilas y aldeas
Por xentes proprias y alleas
Era aquel home estimado,
E por todos saudado
En camiños e vereas.

Por eso, dond'èl chegaba
Dábanlle citas d'amores
As mozas por qu'èl toleaba
E sempr'á mesa xantaba
Dos abades e priores.

Que dend'o Lérez lixeiro
Às veigas qu'o Miño esmalta,
Non houbo n'o mundo enteiro
Mais arrogante gueiteiro
Qu'o gueiteiro de Penalta.

Nota VII. O Catalanismo (pag. 499). — De notar é que a actual representação da Catalunha no parlamento espanhol é composta mais de *regionalistas catalanofilos* que de *catalanistas* propriamente ditos. Os *catalanistas* representaram em côrtes, por alguns annos, as aspirações catalãs; mas ultimamente aliaram-se a outros partidos que teem em seu programa a defeza sistematica da liberdade regional — e que na anterior legislatura se tinham distinguido, conjuntamente com os *catalanistas*, no ataque á chamada *lei de jurisdições* — e com eles, com *carlistas, republicanos* e *integralistas,* formaram a *Solidariedade catalã,* cujos membros, conservando cada um as suas proprias ideias, ou as ideias de seu partido, se comprometeram a defender exclusivamente no Parlamento os *interesses* da Catalunha.

Como sintoma da repugnancia com que classes, regiões e povos se apartam da concepção partidaria, compreendendo enfim que seus interesses só podem ser bem defendidos pelos seus representantes directos, enviados a Côrtes com mandato imperativo, a Solidariedade é por mais de um conceito altamente interessante; representa até uma aurora de renovação na vida politica espanhola; mas não é por ela que se pode julgar das aspirações da Catalunha.

Estas estão integralmente contidas no programa de Manresa, do qual os catalanistas, reservando-se tambem o direito reconhecido a seus aliados, não abdicaram, e que, resumindo-se, pode ser exposto d'este modo em seus topicos principaes:

1.º Uso da lingua catalã em todos os tribunaes, notariados, estabelecimentos de instrução, etc., da Catalunha, compartilhando n'ela com a lingua castelhana os privilegios de idioma oficial.

2.º Formação de um parlamento regional catalão, de caracter legislativo, mediante a junção das quatro deputações provinciaes que hoje existem.

3.º Autonomia para as universidades catalãs; quêr para a hoje existente, quêr para aquelas que a Catalunha por si possa fundar.

4.º Completa autonomia administrativa; contribuindo a Catalunha com os tributos e homens necessarios ao Estado espanhol mediante concordata temporariamente feita e reservando-se a liberdade na escolha de meios quêr para cobrar dentro da região catalã esses tributos, quêr para recrutar esses homens.

5.º Uso do codigo civil catalão nas relações entre particulares, e representação dos jurisconsultos catalães *no*

Supremo Tribunal para n'ele velarem pelo cumprimento das leis peculiares da região.

6.º Aquartelamento dos soldados catalães dentro da região catalã, em tempo de paz.

Estas seis bases essenciaes que, dentro da *Solidariedade*, talvez não sejam os catalanistas os unicos a defender, são, contudo, a bandeira catalanista, o programa que os catalanistas querem vêr realisado com qualquer governo, seja ele monarquico ou republicano; com qualquer dinastia: quêr ela seja a actualmente reinante, quêr a preterida ou qualquer outra que possa surgir.

E n'estes seis pontos coincidem, como dissémos no texto, os nacionalistas catalães com os nacionalistas irlandêses, com os nacionalistas tcheques, com os nacionalistas polacos. Todos eles defendem um programa semelhante, e todos eles se desinteressam da questão de forma, dinastia ou governo como meio de o realisar.

Redmond, defendendo o ideal nacionalista irlandês, pugnando pelo *Home rule*, defende e pugna, como seus similares da Catalunha, pela autonomia administrativa da Irlanda, pela constituição de um parlamento irlandês, por uma revisão radicalissima (atingindo o regimen de propriedade) das leis britanicas com aplicação á Irlanda e pela autonomia da universidade de Dublin que, sendo frequentada quasi exclusivamente por catolicos, não pode nem deve estar regida por protestantes. E, enquanto o conde Hohenwart, chefe dos federalistas austriacos, representava no imperio dos Habsburgos, muitissimo mais que o principe Liechtenstein — como alguem disse — o mesmo papel que Nocedal em Espanha, servindo, á frente dos nobres cisleithanos, de laço de união entre as diferentes nacionalidades que se desmembram, romanos, croatas, polacos e bohemios lutam pelo reconhecimento, dentro das regiões em que se falam, do caracter oficial ás suas linguas; lutam pelo aumento de atribuições e poderes dos seus Lanstags ou dietas territoriaes, e os tcheques, singularmente, os descendentes da antiga tribu celta dos boios ou boiences, cruzada mais tarde com um ramo da familia slava, destinguem-se pelo seu ardor em procurar atingir para a Bohemia a independencia que já alcançou a Hungria, caracterisam-se — enquanto os hungaros, não satisfeitos, aspiram a uma representação consular diferente — pela sua actividade em querer fazer, do *dualismo* austro-hungaro, um *trialismo*, uma federação bohemio-austro-hungara de tres nações livres, com governo e parlamento proprio, mas tendo um só soberano.

E os polacos austriacos, os polacos russos e os polacos alemães seguem o mesmo caminho. A aguia branca da velha Polonia ainda faz palpitar o coração do mais desgraçado dos povos, d'aquele que tendo nas ultimas revoluções os seus soldados armados de foices, os cognominados «ceifeiros da morte», até n'este ponto se assemelha á Catalunha. As esperanças de restauração do antigo reino ainda se não desvaneceram, mas, divididos os patriotas entre as garras de tres colossos que os esfacelam e trituram, seus programas teem de ser distintos para cada nação, sua acção tem de ser diversa. Na Pomerania, em Posen, Gnesen, Gastyn e Sloupy, aqueles de quem a Alemanha lançou mão teem de se haver com professores brutaes e outros agentes polonofobos que chicoteiam as creanças, por ordem do ministro da instrução publica, para os obrigar a resar em alemão, ou que perseguem os adultos para lhes arrancar o patriotismo e devem portanto concentrar todos os esforços não só a fim de conseguir manter as suas escolas bi-lingües e reclamar no parlamento prussiano a liberdade de falar em polaco nas reuniões publicas, mas tambem a fim de fazer frente a um clero fanaticamente germanisador que, com o consentimento do arcebispo Stablewski ou sem o saber o cardeal Kopp, abusa do seu poder sobre as almas atroando nos pulpitos da Silecia com clamores de anatema contra os que vão em peregrinação a Cracovia, ou negando a absolvição sacramental aos assinantes dos jornaes nacionalistas [1]. Presos com questões de detalhe, não podem os polacos da Alemanha lançar as bases de um movimento geral, mas enquanto que pouco a pouco já até entre eles vae encontrando eco a ideia, que um dia germinou na Austria e faz ranger os dentes dos pan-germanistas, a ideia de uma aliança com os ruthenos e tcheques que lhes permita fazer frente aos dois gigantes alemães e ao gigante moscovita, os polacos russos, representados pelo partido nacional democrata que mandou á primeira *Duma* 38 deputados eleitos pelos circulos de Varsovia, Lodz, Czenstochowa, Sosnowice, Tomachof, etc., e presididos pelo conde Tyszkiewicz, proclamam um programa que, identico ao tcheque, identico ao irlandês, é muito semelhante ao catalanista, e, como o catalanista, sem chegar a ter a pretenção de querer restaurar a independen-

---

[1] Na Espanha ha tambem um certo clero que, pela imprensa e outros meios, combate o *catalanismo*... por motivos de *consciencia*.

cia de uma nação livre, se contenta com ambicionar o estado de coisas que regia na Polonia antes da revolução de 1863.

Como os catalães o fizeram com respeito á Catalunha, afirmam os autonomistas polacos no artigo 1.º do seu Estatuto a existencia de « um reino da Polonia que faz parte do imperio russo e tem o seu regimen particular », reino composto pelas dez circunscrições do Vistula e que deverá ser governado, como os catalanistas tambem querem, por um vice-rei, escolhido pelo soberano entre os habitantes da Polonia, e por uma Dieta, eleita por sufragio universal a razão de 1 deputado por cada 25:000 habitantes, que, reunindo-se em Cracovia, monopolisará o poder legislativo em todos os assuntos internos do reino, ao mesmo tempo que uma outra deputação polaca, eleita tambem por sufragio universal, o representará na *Duma* para intervir nos problemas exteriores do imperio, votar a lista civil, etc., etc.

Como os catalanistas querem tambem os polacos que « os habitantes do reino da Polonia não façam seu serviço militar senão nos regimentos aquartelados dentro de reino » e que « esses regimentos d'eles não possam saír senão em tempo de guerra », e como os catalanistas, por fim, desejam os polacos que todas as questões referentes a impostos, transações, etc., se regulem, como fazem a Saxonia e a Baviera com relação á Alemanha, por contrato especial entre os dirigentes do reino e o poder central.

Assim se ligitimam as aspirações da Catalunha. Assim, pelo exemplo — bem desnecessario, aliás — do que se faz em outras nações se responde á invectiva d'aqueles que acusam o regionalismo catalão de ser um contrasenso e um facto unico na Europa hodierna.

Nota VIII. Regionalismo do reino de Valencia (pag. 500). — São estas as bases votadas em 1907 pelos regionalistas de Valencia. Semelhantes em tudo ás reivindicações catalãs só a titulo de curiosidade as reproduzimos sem as traduzir da lingua castelhana em que foram publicadas:

« El nombre propio geográfico de la región formada por las tres provincias de Castellón, Valencia y Alicante será, para evitar confusiones muy prejudiciales, *Valentina* ó *la Valentina*, y su nombre propio político ó de Estado foral, *Reino Valentino;* así, pues, su regionalismo ó fuerismo debe especificarse con el nombre de *Valentinismo,* no *Va-*

lencianismo ; este último está limitado á expresar lo exclusivo de la ciudad de Valencia. »

— « No siendo la actual división geográfica de dichas tres provincias contraria á nuestra antigua división foral, éstas tomarán el nombre de comarcas, cuyas capitales, en cuanto lo consientan los intereses de las mismas comarcas, serán las poblaciones que lo son ahora, cada una con su Consejo comarcano autónomo, cuyo presidente hará veces de gobernador. »

— « En Valencia habrá además un Consejo general del Reino, según lo dicho en el núm. 7 y lo que abajo se expresará, y un gobernador general ó virrey, el cual tendrá sólo aquellas atribuciones que le conceda nuestra antigua Constitución foral. »

— « Los demás cargos públicos, así en la capital del reino Valentino, como en las de provincia ó comarca, se establecerán á tenor de la misma constitución foral y de conformidad con los adelantos de los tiempos ; y todos los cargos públicos, sin excepción alguna, serán desempeñados por valentinos, esto es, por naturales de nuestro reino. »

— « El poder legislativo y el ejecutivo del régimen foral residirán en unas Cortes compuestas esencialmente de los brazos ó estamentos que nuestra constitución estableció desde su principio, elegidos al tenor de lo dicho en los números 6, 8 y 9, y constituídos con aquellas modificaciones que los tiempos aconsejen. »

— « A cargo de dichos estamentos, reunidos en Cortes constituyentes, correrá la restauración y modificación de nuestra antigua legislación foral, en la que debe predominar, como predominó desde un principio, aquel espíritu cristiano y democrático de la patria valentina que hicieron de ella el pueblo más libre del mundo. »

— « Las leys que las sobredichas Cortes restablescan, modifiquen é introduzcan, serán *leys paccionadas* y tendrán fuerza de tales, como la tuvieron nuestros fueros, que eran también leyes paccionadas, y por lo tanto superiores á la voluntad de los reyes, los cuales no tenían facultad alguna para derogarlas. Para el clero tendrán, además, fuerza de canon provincial, como la tenían aquellos mismos fueros. »

— « Los pagos al Estado general español se harán mediante concierto económico con el mismo. »

— « El poder judicial estará á cargo del Jurado, constituído como lo estaba en los venturosos días de nuestro régimen foral. Este Jurado tendrá sus subalternos, donde y como lo requieran las necesidades del reino, y sus deci-

siones se regirán siempre por nuestras leyes, con exclusión de las demás, como antiguamente se ordenó y practicó. »

— « El escudo del reino válentino lo forman las cuatro barras con el yelmo coronado, y encima lo *Rat-Penat*, que constituyen el timbre real de nuestro reino. »

— « Nuestro lema valentino es: PRO ARIS ET FOCIS — por nuestros altares y nuestros hogares. »

Conclusiones generales

1.ª La Asamblea acordó reclamar y conseguir la autonomia de los Municipios y de la región valentina.

2.ª Preparar la reconstitución de la región valenciana, ya que hay fragmentos de ella unidos á las comarcas vecinas.

3.ª Preparar entre todos los partidos é individualidades políticas un pacto solidario en cuanto afecte á la defensa de la región, salvando siempre el libre criterio y el programa de cada uno, y manteniendo no obstante, relaciones de consideración y respeto mutuo.

4.ª Nombrar una Junta que lleve en breve á la práctica los mencionados acuerdos.

5.ª Creación de un amplio centro regionalista donde quepan todos los elementos que constituyen esta agrupación representada por la Asamblea.

6.ª Establecer lazos de fraternidad con las otras regiones que integran la unidad española, proclamada y aceptada por todos.

Conclusiones de la sección de intereses materiales

1.ª Estudiar y defender las soluciones agrícolas más convenientes ó aplicables á nuestra comarca, procurando la creación y fomento de instituciones sindicales y ligas para la protección y aumentos de la agricultura de esta tierra.

2.ª Fomentar y defender la industria y el comercio de la región.

De la sección de Derecho

Reclamar el derecho de los valentinos á expresarse en su idioma en los actos judiciales y notariales, y muy especialmente en la proposición y práctica de pruebas, exigiendo, por consecuencia, á los funcionarios públicos de todas clases, que conozcan y hablen la lengua valenciana.

Nota IX. O «Cau Ferrat» (pag. 503). — Do livro de D. Emilia Pardo y Bazan, *Por la Europa catolica,* traduzimos esta bela descrição do *Cau:*

— Se me perdoam o galicismo, direi que o tal *Cau ferrat* me *intrigava* muito antes de chegar a Barcelona. Que seria aquela aldeia de Sitges e aquele cenaculo do *Cau,* onde levavam em procissão publica e solemne os quadros de «Greco», onde se representavam dramas de Maeterlinck, genero tão novo e tão desconhecido na capital das Espanhas, que duvido que a algum emprezario lhe tenha passado pela imaginação nem sequer a hipotese de po-los em scena. Que sinificava o nome misterioso e um pouco sombrio de *Cau ferrat;* em que consistia essa arte nova e modernissima, e que bandeira tremulavam esses revolucionarios da pintura que se tinham apresentado com obras tão originaes na ultima Exposição, expondo aquelle extranho *Pateo azul* e aquelle lugubre *Patibulo.*

Encontramo-nos n'uns tempos tão infecundos, que qualquer tentativa, qualquer afirmação, qualquer sopro de entusiasmo, parece que nos vivifica. Não pertenço aos adeptos da escola *modernista;* não me faltam objeções para opor ás suas teorias, nem censuras para as suas praticas, e, contudo, poucas correntes de simpatia mais verdadeira, poucas impressões tão grandes de poesia, recolhi nas minhas viagens, como as do *Cau ferrat.*

Bastou-me indicar na inolvidavel Barcelona a curiosidade que o *Cau* me inspirava, para que, como por magica, fosse organisada a excurção. Santiago Rusinhol, o eminente artista, dono do *Ninho,* tardou apenas algumas horas em deixar Sitges e por-se ás minhas ordens. Tinha pensado visitar o *Cau* saindo pela manhã e regressando pela noute no ultimo comboio; mas o refinado Rusinhol deitou por terra este projeto: era necessario presenciar o espectaculo do pôr do sol desde as janelas do *Cau.* Saimos, pois, nas primeiras horas da tarde, recreando os olhos n'uma paisagem digna das costas de Italia ou da Grecia. Os que conhecem o caminho deleitosissimo de Barcelona a Villanueva y Geltrú, não encontrarão exagerados os meus elogios. Se Sans e Bordeta são os arredores d'uma capital esplendida, desde Prat Llobregat até Sitges sucedem-se as perspectivas d'um ceu pagão.

O azul do firmamento dá inveja ás turquêsas; o azul do mar é o do ceruleo Ponto que Homero cantou. Sobre o limpido horizonte estende a sua magestosa cupula o pinheiro das terras latinas, levanta seu elegante candelabro

de serpentina e ouro o aloe em flor, e recorta a palmeira o seu perfil africano. Verdes milharaes, grupos de alamos brancos, recordam-nos que Barcelona disfruta das producções dos climas temperados e se enfeita por garridice com as da zona torrida.

Á medida que o comboio avança, deixamos atrás praias onde secam redes e jasem descansando as embarcações de vela, e passamos tuneis estraordinarios, que de repente fazem fulgurar, por aberturas feitas em suas paredes, um relampago de luz roxa, o mar entrevisto um segundo. Embriagada de sol, uma cigarra entra no wagon, mensageira da poesia meridional, alegre trovadora que entoa um himno ao verão; e uma galharda palmeira, solitaria, altissima, e umas casas refulgentes de claridade, anunciam-nos á branca Sitges.

Sitges, a pomba das vilas, não é notavel sómente pela brancura oftalmica de seus edificios; é-o tambem pela cordialidade e boa vontade com que se presta ás fantasias e caprichos esteticos de Santiago Rusinhol e seus amigos e correligionarios em modernismo.

Benevola e risonha, como mãe que contempla uma criança genial; penetrada ao mesmo tempo de um respeito sincero pela ideia da arte e da beleza, Sitges não analisa: acceita tudo: os quadros descoloridos de Greco, as representações dos pavorosos dramas do poeta de Gant, a pintura impressionista, o simbolismo... Ah! Se soubessem os *esprits forts* de outras cidades, onde toda a gente quer meter seu criterio em materia estetica, qualificando com demasiada facilidade de *malucos* e *massadores* aos contemporaneos mais insignes; se soubessem, repito, que grao superior de cultura revela Sitges com essa veneração, essa fé e essa tolerancia afectuosa!

Já estavamos á porta do *Cau ferrat*, e todavia não fazia ideia do caracter peculiar da fantasia de Rusinhol. A fachada que dá para a povoação não tem nada de estraordinario a não ser algumas velhas pedras nas portas e janelas. Mas, ao entrar em casa, surprendeu-me um ruido cavo, terrivel: o rugido do mar quando choca contra os costados d'um vapor. E é que, como esses monstros marinhos que tem cabeça humana e corpo de peixe, o *Cau ferrat* é por diante uma casa e por traz um barco; mas barco que não navega, barco encalhado nos rochedos e assoutado eternamente pelo Mediterraneo. Rusiñol, para construir o Ninho, serviu-se de duas casas velhas, que demoliu, e sobre as rochas que dominam a praia construiu o edificio até conse-

guir que as ondas, nas marés altas, atirem com espuma e com algas contra os goticos vitraes do vasto salão ou *hall* que forma por si só todo o segundo andar. Os olhos só contemplam a superficie da agua, e os ouvidos estão penetrados de seu eterno gemido. Uma especie de terraço adianta-se sobre o mar: alli julgamos verdadeiramente encontrar-nos a bordo d'um gigantesco navio ancorado.

Os camarotes da casa-navio são um Museo. Os dois quadros de Greco, que Sitges recebeu ostentando colchas nas janelas, ocupam o logar de honra no *hall*, alternando com copias de Lucas Kranach, Botticelli e outros mestres primitivos dos que hoje estão tanto em moda. Mas a riquesa do *Cau* não consiste em pinturas, consiste — e aqui está a explicação de seu nome, que em catalão sinifica *Ninho ferreo* — na estraordinaria coleção de ferros antigos recolhidos por Rusinhol.

Existe ali desde o grosso prego que guarneceu a possante porta, e a grade de pontas que guardou a bela enclaustrada, até a cama de ferro, não como as feissimas que hoje se vendem, mas uma joia da epoca de Luiz XIII, portento das forjas francêsas e rainha da coleção. Ha grades trabalhadas como rendas, ha espadas que são preciosidades, ha esculturas d'um brio estraordinario em aldrabas e aldrabões, ha capacetes, armas, viseiras e ferrolhos; ha imagens de Nossa Senhora, de ferro tambem; e isto tudo, repartido pelas paredes, infunde, com o seu tom negro e as suas estranhas formas, a impressão d'um sonho escuro, envolto n'essa *nevoa gotica* de que fala Rabelais.

De facto, o *Cau ferrat* causou-me o efeito d'um sonho estraordinario, ou ainda mais, d'um pesadelo febril. Os fogões ogivaes; os santos bisantinos; os imensos vitraes de côres; os ferros sombrios que referem dramaticas historias de prisões, de assaltos noturnos, de estocadas e de guerras; o heterogeneo das pinturas, ou misticas do seculo XV ou ultramodernas; o queixume incessante do mar; o contraste d'esta decoração com o banquete que nos aguardava no solitario *hall*, d'onde ressoavam como a medo até os passos dos criados... tudo contribuiu para que o *Cau* me parecesse uma coisa fora da realidade, algo assim mais imaginado do que visto.

Aumentou esta impressão a ideia que surgiu entre os expedicionarios de passar a calorosa noute de agosto no torreão que avança sobre o mar, esperando a manhã, a fim de vêr nascer o sol sobre o Mediterraneo. Não lusia nem uma estrela; não havia lua, e só os vitraes de côres, ilu-

minados, projetavam seu original reflexo sobre o terraço do torreão. Falando de arte e de poesia, esperamos a manhã; poucas horas faltavam para isso, e o quadro admiravel do amanhecer apareceu lentamente, primeiro cinzento, depois esbranquiçado, depois amarelento com os reflexos do sol nascente e animado pela saída dos barcos de pesca, de branca vela latina.

Lembro-me que antes de amanhecer perguntei a um dos companheiros de vigilia se não pareceria mal em Sitges que estivessemos toda a noute a pé, e respondeu-me que Sitges tem o bom senso de não estranhar os caprichos dos artistas e de comprender que se velamos n'um sarao, entre o ambiente mefitico e o aborrecimento das conversas insipidas, é mais natural que se vele para gosar do fresco em verão e para vêr como se tinge de prata e côr de rosa a superficie do *mar nosso*... [1]

Ao dia seguinte quando soou a hora de deixar o *Cau* e regressar a Barcelona, tivemos a surpresa de ouvir um jovem artista, o filho do admiravel actor Fontova, tão popular em Catalunha como desconhecido no resto de Espanha. Gemia o violino debaixo do arco do jovem Fontova, e o mar, tranquilo n'aquelle momento, fazia o acompanhamento com doce murmurio. E aquela musica, que no ultimo instante tomou o logar da conversa, e a precipitação do regresso, parecido a um brusco despertar, confirmou-me na ideia de que o *Cau ferrat* é uma cousa que não existe realmente, o sonho de uma noute de agosto a bordo de uma falua balouçada pelas aguas do ceruleo Ponto, o mar dos deuses e dos poetas.

---

[1] Assim chamam ao Mediterraneo.

INDICE

PROLEGÓMENOS

Origens etnicas e sociaes das nacionalidades peninsulares

PRIMEIRA PARTE

Constituição dos reinos hispanicos

SEGUNDA PARTE

Unificação peninsular e constituição da Espanha moderna

TERCEIRA PARTE

O regionalismo iberico

NOTAS

ERRATAS

	Onde se lê:	Leia-se:
Pag. XVIII	— *montruo*	monstro
» 36	— »	»
» 47	— *concelho*	conselho
» 68	— *Monte Meludio*.	Monte Medulio
» 76	— *divisão por cartas* . . .	divisão por castas
» 90	— *nas azas d'um*	nas aras d'um
» 110	— *deixamos estabelecido*. .	deixamos estabelecida
» 126	— *cinseras*	sinceras
» 134	— *ante as serras*	ante as sergas
» »	— *pagarão*	pararão
» 141	— *monumentaes os*	monumentaes de
» 155	— *um cavalheiro*	cavaleiro
» 157	— *aqueles cavalheiros*. . .	aqueles cavaleiros
» 160	— *idealdade*	idealidade
» 161	— *criação de outros*. . . .	criação de outras
» 162	— *cavalheiresca*.	cavaleiresca
» 164	— *defendido por*	defendida por
» 184	— *Bonifacio Carlos*. . . .	Bonifacio Calvo
» 188	— *Fra Angelico e Botticelli*	Fra Angelico e apurado como quadros de Botticelli
» 189	— *enclausurando-a*	enclausurando-se
» 191	— *côrtes de Aragão*. . . .	côrtes de Navarra
» 193	— *Emparaire*.	Emperaire
» 198	— *cavalheirosidade*	cavaleirosidade
» 198	— *Cavalheiro*.	Cavaleiro
» 203	— *entregue*.	entregues
» »	— *olhando*	olhado